Helena Pina | Felisbela Martins (Eds.)



THE OVERARCHING ISSUES OF THE EUROPEAN SPACE
GRANDES PROBLEMÁTICAS DO ESPAÇO EUROPEU

-

Spatial Planning and Multiple Paths to Sustainable and Inclusive Development

Ordenamento Territorial e Múltiplos Caminhos para um Desenvolvimento Sustentável e Inclusivo

Faculdade de Letras da Universidade do Porto
2015



Helena Pina | Felisbela Martins (Eds.)



THE OVERARCHING ISSUES OF THE EUROPEAN SPACE
GRANDES PROBLEMÁTICAS DO ESPAÇO EUROPEU

-

Spatial Planning and Multiple Paths to Sustainable and Inclusive Development

Ordenamento Territorial e Múltiplos Caminhos para um Desenvolvimento Sustentável e Inclusivo

Faculdade de Letras da Universidade do Porto
2015

Título: **THE OVERARCHING ISSUES OF THE EUROPEAN SPACE**

GRANDES PROBLEMÁTICAS DO ESPAÇO EUROPEU

Spatial Planning and Multiple Paths to Sustainable and Inclusive Development

Ordenamento Territorial e Múltiplos Caminhos para um Desenvolvimento Sustentável e Inclusivo

Organização de: Helena Pina, Felisbela Martins

Prefácio de: Helena Pina

Editor: UNIVERSIDADE DO PORTO – Faculdade de Letras da Universiade do Porto

Local de edição: **Porto**

Ano de edição: 2015

ISBN: **978-989-8648-61-7**

http://ler.letras.up.pt **E.Book**

Contacto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto
Via Panorâmica, s/n
4150-564
Porto

E-mail sdi@letras.up.pt

Edição em formato eletrónico disponível em:
http://ler.letras.up.pt/site/default.....

Organização:

Prof. Doutora Helena Pina, Universidade do Porto

Prof. Doutora Felisbela Martins, Universidade do Porto

Comissão Científica:

Profª. Doutora Ana Firmino, Universidade Nova de Lisboa

Profª. Doutora Ana Monteiro, Universidade do Porto

Prof. Doutor Andrews José de Lucena, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Doutor António Barros Cardoso, Universidade do Porto

Prof. Doutor Atanas Dermendzhiev, University of Verliko Tarnovo

Profª. Doutora Borna Fuerst-Bjeliš, university of Zagreb

Profª. Doutora Cármen Ferreira, Universidade do Porto

Profª. Doutora Elena Dobre, Université OVIDIUS de Constanta

Profª. Doutora Felisbela Martins, Universidade do Porto

Profª. Doutora Fernanda Cravidão, Universidade de Coimbra

Profª. Doutora Glória Teixeira, Universidade do Porto

Prof. Doutor Hélder Marques, Universidade do Porto

Profª. Doutora Helena Pina, Universidade do Porto

Profª. Doutora Ileana Constantinescu, Université de Bucarest

Prof. Doutor João Luís Fernandes, Universidade de Coimbra

Prof. Doutor José António Aldrey Vázquez, Universidade de Santiago de Compostela

Prof. Doutor Leandro Dias de Oliveira, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Profª. Doutora Lucette Laurens, Université de Montpellier III

Profª. Doutora Maria da Conceição Ramos, Universidade do Porto

Prof. Doutor Milen Penerliev, University of Shumen

Prof. Doutor Vareliá Paul Carril, Universidade de Santiago de Compostela

Prof. Doutor Norberto Santos, Universidade de Coimbra

Profª. Doutora Paula Remoaldo, Universidade do Minho

Prof. Doutor Slavi Dimitrov, University of Verliko Tarnovo

Profª. Doutora Stella Dermendzhieva, University of Verliko Tarnovo

Apoio Técnico

Dra. Cláudia Moreira, Universidade do Porto

Mariana Selas, Universidade do Porto



Índice

Preface	Helena Pina	1 – 3
Prefácio	Helena Pina	4 – 6
Parte I – Novos caminhos para um desenvolvimento social e cultural		
O concelho do Peso da Régua em tempos medievais - alguns contributos para a leitura do território	António Barros Cardoso	8 – 25
Social - economic and demographic advantages of the bulgarian coastal zone	Milen Penerliev	26 – 35
Prácticas de responsabilidad social hotelera desde la perspectiva de género	María Dolores Sánchez-Fernández	36 – 48
Envelhecimento ativo, segurança e saúde no trabalho - desafios contemporâneos	Maria da Conceição Pereira Ramos	49 – 66
Literacia no Alto Douro: um quadro em valorização mas ainda deficitário	Helena Pina	67 - 83
Entre os fios de cabelo branco e as coleções de primaveras: uma transição demográfica	Carolina Pimentel Correa	84 – 98
O associativismo contemporâneo e a reapropriação das culturas rurais na cidade de Bolonha	Irene Serafino	99 – 110
Democracia em Portugal e na Europa: Problemas, desafios, oportunidades	Francisca Margarida Machado S.Costa	111 – 125
Parte II – Ordenamento territorial e desenvolvimento sustentável		
Questão ambiental e desenvolvimento sustentável: análise política das ações do Brasil nos últimos 25 anos	Leandro Dias de Oliveira	127 – 140
Reflexões teóricas sobre as relações de poder que perpassam a ideia de desenvolvimento sustentável	Carolina Pimentel Correa	141 – 151

Crescimento Económico e Educação Ambiental: sinais de sustentabilidade ambiental em Cabo Verde	Isa Dias Gomes Maria da Conceição Pereira Ramos	152 – 168
El pausado avance de la ordenación del territorio y del planeamiento urbanístico en galicia	José António Aldrey Vázquez	169 – 188
Situações de ilhas de calor e espaços de segregação socioambiental: um estudo de caso na região metropolitana do Rio de Janeiro	Andrews José de Lucena Leonardo de Faria Peres	189 – 206
The impact of Aleppo Pine afforestation on the structure and dynamics of landscape in mediterranean Croatia	Ivan Tekić Borna Fuerst-Bjeliš Anamarija Durbešić	207 - 221
A crise económica e seus impactos na habitação e na vulnerabilidade social	Fátima Loureiro de Matos Teresa Sá Marques, Paula Guerra, Diogo Ribeiro	222 - 242

Parte III – O tecido económico: algumas dinâmicas territoriais e sociais

Regional analysis of the North Central Region	Slavi Dimitrov	244 – 257
Evolución y características del atlas digital de las áreas urbanas de España.	Ángel Miramontes Carballada	258– 268
Another approach for tropical nights. Case studies: Faro, Lisbon and Porto	Dominic Royé	269 – 283
Parques temáticos e pós-modernidade nas paisagens europeias - desafios contemporâneos. Caso particular da Disneyland Paris	João Luís J. Fernandes	284 – 297
Rurality index: a state-of-the-art network view	Gustavo B. Braga Paula Remoaldo Ana Luize C. Fiúza	298 – 314
Le vin comme levier de compétitivité et de développement territorial dans le cadre de la mondialisation : regards croisés sur deux grands vins européens, le Porto et le Champagne	Philippe Baumert	315 – 335
Les vins d'alsace et le vignoble alsacien dans l'œuvre de Roger Dion : relecture et actualité de la pensée d'un des plus grands géographes français du xxe siècle	Philippe Baumert	336 - 352

PARTE IV – Educação e sociedade: um cenário complexo em mudança

Theoretical and methodological questions of social geography	Atanas Dermendzhiev Martin Doykov	354 – 370
A model of research project in the education in geography of the Balkan States	Stela Dermendzhieva Martin Doykov	371 – 390

Geografia, Educação Geográfica e suas representações por professores em formação	Felisbela Martins	391 – 403
A construção do conhecimento geográfico: um estudo acerca das conceções alternativas dos alunos sobre a gestão dos recursos hídricos	Carla Salazar Carvalho	404 – 416
Quelques problèmes actuels de la terminologie économique roumaine	Ileana Constantinescu Elena Dobre	417 – 428
Percursos entre o cultural o criativo em meio urbano	Rute Teixeira	429 – 443
Quelques propositions en vue d'une harmonisation rapide de la législation au cadre de l'Union Européenne	Adriana Moţatu Ileana Constantinescu	444 – 449

PREFACE

In an increasingly more urbanised Europe, within a highly diversified and inspiring territorial mosaic, many obstacles remain to sustainable and inclusive development, underlying a deep-rooted sense of generalised uncertainty and crisis. Answers must be found for this debilitating context, exploring economic, environmental and social approaches. Policies should be developed aimed at the conservation of landscapes and heritage in their multiple dimensions, in which polyvalent urban spaces and multifaceted social settings should not be neglected. However, with the slowing down of the economic and financial crisis in view, we must also take into consideration the large migration flows and the influx of hundreds of thousands of refugees who are attempting to escape war-stricken zones, natural disasters or political and cultural conflicts. The social dimension thus gains greater relevance at this juncture.

We should strive therefore to build opportunities for sustainable development, preserving distinctive endogenous values. At the same time, structural and inclusive policies should be implemented, aimed at bolstering the social dimension, innovation and the digital society and, consequently, education and knowledge. Only thus can we make a more efficient use of the local resources. We intend to reflect on territorial, social and cultural diversity from several perspectives (geographical, historical, environmental, economic, social, cultural and legal), focusing on the European Area but expanding to include other geographical regions, such as the Portuguese-speaking countries, particularly Brazil, aiming to exchange experiences and analyse strategic frameworks that can serve to overcome the crisis. In order to do so, studies must be pursued that can catalyse society, and the scientific community in particular, or civil society with the ability to intervene in spatial management and planning.

Publications such as “The Overarching Issues of the European Space / Grandes Problemáticas do Espaço Europeu – Spatial Planning and Multiple Paths to Sustainable and Inclusive Development / Ordenamento Territorial e Múltiplos Caminhos para um Desenvolvimento Sustentável e Inclusivo”, are a contribution to these goals, highlighting a multidisciplinary, interuniversity approach, by inviting specialists not only from a number of Portuguese universities, but also from French, Bulgarian, Romanian, Galician, Croatian and Brazilian institutions to participate. The prime aim is to create and bolster synergies conducive to conservation and spatial planning, which can serve to promote social cohesion and social, economic and environmental recovery harmoniously. There is a need to reflect on development and spatial planning policies, bearing in mind spatial, social and cultural diversity and addressing different issues in which both European and non-European scenarios are the key focus.

This publication is structured into four parts, covering a range of important topics that open paths to sustainable and inclusive development. These new paths cannot neglect to address the social and cultural dimensions of society, the focus of the first part of this publication, “New Paths for Social and Cultural Development”. It includes papers by specialists from Portugal, Bulgaria and Spain, addressing problems such as population decline and its consequences, highlighting the Bulgarian coastal regions (Milen Perneliev), while Carolina Pimentel Correa focuses on ageing in Portugal. María Dolores

Sánchez-Fernández addresses a number of social responsibility practices in hotel establishments in Spain, while other authors focus on Portugal, examining strategies related to active ageing, safety and health at work (Maria da Conceição Pereira Ramos). Other issues focused on include the low literacy rates and their consequences in the Douro region (Helena Pina), even though this region boasts significant endogenous heritage and potential which can bolster new strategies for the territory, as explained by António de Barros Cardoso. Given their importance, other dynamics are also explored, such as associativism and the recovery of rural cultures in urban settings, which is the case of Bologna (Irene Serafino) and questions related to democracy in Portugal and Spain, an issue facing a number of challenges but also full of opportunity (Francisca Margarida M. S. Costa).

The second part of this book is dedicated to spatial planning from a sustainable perspective, "Spatial Planning and Sustainable Development". Territorial development is a key objective in this publication, following old and new paths, with the collaboration of Brazilian, Spanish, Croatian and Portuguese specialists. Indeed, this critical juncture we are experiencing worldwide can only be mitigated within a sustainable context which favours the social dimensions, as highlighted by Carolina Pimentel Correa in her study on the relationships between power and sustainable development, or Fátima Loureiro de Matos, Teresa Sá Marques, Paula Guerra and Diogo Ribeiro, who focus on issues related to housing and social vulnerability in the urban milieu. Education also has an important role to play (Isa Dias Gomes e Conceição Ramos), as highlighted in a critical analysis of an example in Cape Verde, or the examination of the steady yet strong advancement of urban planning in Galicia (José António Aldrey Vázquez).

In a multifaceted and multidisciplinary setting, different themes are explored taking into account territorial diversity. This approach requires the environmental dimension, as specified by Leandro Dias de Oliveira, who analyses the evolution of those policies in Brazil in the last 25 years, a study complemented by José de Lucena and Leonardo Peres, who focus on the links between the "heat islands" and socioenvironmental segregation in Brazil.

Given how impressive forest regions are and the problems they are facing, especially in the Mediterranean, this topic is also explored in the Croatian coast by a group coordinated by Borna Fuest-Bjelis, whose members include Ivan Tekic and Anmarija Durbesic.

However, the economic sphere undoubtedly continues to dominate political bodies, as the third part of the book confirms, "The Economic Fabric: a Few Territorial and Social Dynamics". Based on French, Bulgarian, Spanish and Portuguese examples, we can easily see how important this factor is in, for example, the North-Central Region of Bulgaria (Slavi Dimitrov) or in the analysis of urban areas in Spain, which have been digitally mapped and in which we can clearly see the evolutionary perspective (Ángel Miramontes Carballada). Also important are tourism and leisure in several dimensions, as highlighted by Dominic Royé who was inspired by the "tropical nights" of Faro, Lisbon and Porto, or the thematic parks with their recreation of/impact on European landscapes, as emphasised with the case of Disneyland Paris by João Luís J. Fernandes.

This third chapter cannot ignore the rural areas, given their importance in territorial terms and the severe problems they are facing, as referred to by Philippe Baumert, based on cases in the wine-

growing regions of the Douro and Champagne, as well as by Roger Dion on the Alsatian vineyards. Rural spaces are also the focus of an attempt to systematise rural indices, through an analysis of the state-of-the-art on this matter, as reported by Gustavo B. Braga, Paula Remoaldo and Ana Luize C. Fiúza.

The importance of the social dimension and, particularly, of education and culture, cannot obviously be neglected when we talk of inclusive and sustainable development. The forth part of this publication, “Education and Society: a Complex Scenario in Change”, includes approaches to some research methodologies and models used in the educational sector in Bulgaria (Athanas Dermendzhiev, Stela Dermendzhieva and Martin Doykov). Their importance resides in the effect they have on the motivation and training of student-teachers (Felisbela Martins), while Carla Salazar Carvalho focuses on the building of geographical thought and the alternative conceptions offered by students, stressing the management of water resources.

In Romania, Ileana Constantinescu and Elena Dobre explore some of the problems facing higher education and the national economic terminology, which they complement with a legal perspective, aided by Adriana Motatu. They examine the effects of the existing diversity in this domain at European level and the need for harmonisation, a dimension that is still underrated but of unquestionable relevance in the pursuit of sustainable development. Innovation, namely cultural innovation in connection to creativity, is also addressed by Rute Teixeira, focusing on the case of Portugal, particularly the more attractive urban centres. Fortunately, creativity and innovation are becoming increasingly more generalised, bolstering local resources and improving the technical and professional training of the general population.

In summary, there are many exemplifying cases, diversified and representative of the connections between technical and cultural training, as well as the opportunities to broaden territorial and social cohesion. Clearly, the local potential exists and in a context where approaches to development multiply. There is, however, the need to frame them in an integrated manner, minimising the existing obstacles, while preserving the local specificities, society and culture, in an innovative and responsible manner.

Helena Pina

December 2015

PREFÁCIO

Numa Europa cada vez mais urbanizada, mas onde persiste um cenário no qual a diversidade territorial é inquestionável e inspiradora, persistem os obstáculos a um desenvolvimento sustentável e inclusivo, mantendo-se um quadro de incerteza e crise generalizada. É, aliás, neste contexto, que tendencialmente se pretende responder a esta conjuntura deficitária, adicionando à abordagem económica, a ambiental e a social, privilegiando as políticas tendentes à preservação das paisagens e do património nas suas múltiplas vertentes, sem descurar os polivalentes espaços urbanos e os multifacetados quadros sociais. Perspetiva-se um desenvolvimento holístico e global. Contudo, quando se vislumbrava o abrandar da crise económica e financeira, houve que adicionar os impactes decorrentes de amplos fluxos migratórios e a receção de centenas de milhares de refugiados que tentam escapar aos conflitos bélicos e às catástrofes naturais, ou ainda a conflitos de ordem política e cultural. Tal induziu à valorização da vertente social em toda esta conjuntura.

Assim, há que construir oportunidades, dinâmicas sustentáveis, preservando os valores endógenos distintivos, mas enquanto se implementam também políticas estruturantes, inclusivas, que realcem o quadro social, a inovação e a sociedade digital e, com isso, a educação e o conhecimento, utilizando-se desta forma mais eficientemente os recursos autóctones. É neste âmbito que se pretende refletir sobre a multiplicidade territorial, social e cultural segundo diversas perspetivas (geográfica, histórica, ambiental, económica, social, cultural e jurídica), incidindo sobre o espaço europeu, mas alargando a outros territórios, como os lusófonos, especialmente o Brasil, divulgando experiências e analisando quadros estratégicos que possibilitem o ultrapassar desta crise. Neste contexto, é indispensável dar continuidade a estudos que catalisem toda a sociedade, nomeadamente a comunidade científica, ou a sociedade civil com capacidade interventiva na gestão e no planeamento do território, pois só assim se alterará tal cenário.

É neste âmbito que surgem publicações como “The Overarching Issues of the European Space / Grandes Problemáticas do Espaço Europeu – Spatial Planning and Multiple Paths to Sustainable and Inclusive Development / Ordenamento Territorial e Múltiplos Caminhos para um Desenvolvimento Sustentável e Inclusivo”, acentuando-se a aposta numa perspetiva multidisciplinar, interuniversitária, através da participação de especialistas de diversas universidades portuguesas, mas também francesas, búlgaras, romenas, galegas, croatas e brasileiras. Deste modo se criam sinergias que proporcionem a preservação e o ordenamento do território, num cenário em que a coesão territorial e a recuperação social, económica e ambiental se conjuguem de forma harmoniosa. Há, efetivamente, que refletir sobre as políticas de desenvolvimento e ordenamento do território, tendo em consideração a multiplicidade espacial, social e cultural, abordando diferentes temáticas numa ótica em que a diversidade de cenários, quer europeus, quer de outras proveniências, estejam presentes.

Perante este enquadramento, surge esta publicação estruturada em quatro partes, abarcando temáticas incisivas que alertam para múltiplos caminhos indutores de um desenvolvimento sustentável e inclusivo. Na verdade, há que percorrer novos caminhos que não descurem as componentes social e cultural, como se constata na primeira parte desta publicação designada “Novos caminhos para um desenvolvimento social e cultural”. Inclui as colaborações de especialistas de Portugal, Bulgária e

Espanha, abordando problemas como o declínio demográfico e os seus reflexos, destacando os espaços costeiros búlgaros (Milen Perneliev), enquanto Carolina Pimental Correa prossegue com a temática do envelhecimento mas em Portugal. Por outro lado, María Dolores Sánchez-Fernández aborda algumas práticas de responsabilidade social nas estruturas hoteleiras em Espanha, enquanto outros estudos incidem no território português, privilegiando estratégias associadas ao envelhecimento ativo, à segurança e saúde no trabalho (Maria da Conceição Pereira Ramos). Reúnem-se ainda análises de outras problemáticas, como as associadas à reduzida literacia e seus reflexos no espaço duriense (Helena Pina), se bem que esta região paradigmática portuguesa ostente um património e potencialidades endógenas diferenciadoras que poderão induzir a novas estratégias para o dinamismo deste território, como explana António de Barros Cardoso. Dada a sua importância, analisam-se também outras dinâmicas como o associativismo e a reapropriação das culturas rurais em meios urbanos, como é o caso de Bolonha (Irene Serafino) e questões de democracia em Portugal e na Europa, temática envolta em desafios, mas também em oportunidades (Francisca Margarida M. S. Costa).

Por seu lado, a segunda parte deste livro privilegia um ordenamento territorial sob uma vertente sustentável, intitulando-se "Ordenamento Territorial e desenvolvimento sustentável". Efetivamente, o desenvolvimento territorial é o objetivo central desta edição, percorrendo velhos e novos caminhos, com a colaboração de especialistas brasileiros, espanhóis, croatas e portugueses. Na realidade, este momento crítico vivido à escala global, só poderá ser mitigado num cenário sustentável que privilegie as componentes sociais, como evidencia Carolina Pimentel Correa quando estuda as relações do poder e o desenvolvimento sustentável, ou Fátima Loureiro de Matos, Teresa Sá Marques, Paula Guerra e Diogo Ribeiro que realçam questões da habitação e da vulnerabilidade social em meio urbano. Por seu lado, também a educação é realçada (Isa Dias Gomes e Conceição Ramos), numa apresentação crítica de um exemplo cabo verdiano, ou ainda a constatação do avanço firme mas pausado do ordenamento urbanístico na Galiza (José António Aldrey Vázquez).

Num quadro multifacetado e pluridisciplinar, são de facto exploradas diferentes temáticas tendo em mente a diversidade territorial existente. Aliás, esta abordagem exige também a incorporação da vertente ambiental, como especificaram Leandro Dias de Oliveira, ao apresentar uma análise evolutiva destas políticas no Brasil dos últimos 25 anos, aspeto complementado por Andrews José de Lucena e Leonardo Peres que realçam a conexão existente entre as "ilhas de calor" e a segregação socioambiental no Brasil.

Sendo impressivos os espaços florestados e as problemáticas que os envolvem, sobretudo no espaço do mediterrâneo, tal temática foi também explorada no litoral croata pelo grupo coordenado por Borna Fuest-Bjelis, de que fazem parte também Ivan Tekic e Anmarija Durbesic.

Mas, indiscutivelmente, a vertente económica continua a ser sobrevalorizada pelas instâncias políticas, como se confirma na terceira parte desta publicação denominada "O tecido económico: algumas dinâmicas territoriais e sociais". Apoiando-nos em casos exemplificativos franceses, búlgaros, espanhóis e portugueses, facilmente se constata a importância deste facto, por exemplo na Região Norte Central da Bulgária (Slavi Dimitrov), ou através da análise das áreas urbanas de Espanha, cartografadas digitalmente onde a perspetiva evolutiva está patente (Ángel Miramontes Carballada), ou ainda a importância do turismo e do lazer em múltiplas vertentes, como realçam Dominic Royé inspirado nas

“noites tropicais” em Faro, Lisboa e Porto, ou os parques temáticos com a sua recriação/impacte nas paisagens europeias, como refere João Luís J. Fernandes ao salientar o caso da Disneyland Paris.

Por seu lado, os espaços onde a ruralidade persiste não poderiam ser ignorados neste terceiro capítulo, dada a sua importância em termos territoriais e pelas problemáticas que o envolvem, como evidenciou Philippe Baumert apoiando-se nos casos das regiões vitivinícolas do Douro e de Champagne, ou ainda, explorando a perspetiva de Roger Dion, numa visão sobre os vinhedos alsacianos. Os espaços rurais ainda foram alvo de uma tentativa de sistematização de índices rurais, através de uma viagem sobre o estado da arte neste aspeto, como relatam Gustavo B. Braga, Paula Remoaldo e Ana Luize C. Fiúza.

A importância da vertente social e, de modo particular, da educação e cultura, obviamente não poderiam ser ignorados quando se perspetiva uma desenvolvimento inclusivo e sustentável. Neste contexto, surge a quarta parte desta publicação designada “Educação e sociedade: um cenário complexo em mudança”. Inclui abordagens sobre algumas metodologias e modelos de pesquisa científica utilizados no setor educativo na Bulgária (Athanas Dermendzhiev, Stela Dermendzhieva e Martin Doykov), dados os seus reflexos na motivação e formação dos discentes, mas também a educação geográfica em Portugal, privilegiando a experiência vivida pelos professores em formação (Felisbela Martins), enquanto Carla Salazar Carvalho valoriza a construção do pensamento geográfico e as conceções alternativas oferecidas aos alunos, destacando a gestão dos recursos hídricos.

Já em espaço romeno, Ileana Constantinescu e Elena Dobre valorizam alguns problemas do ensino superior atual e a terminologia económica nacional, que complementam com a perspetiva jurídica, no que são coadjuvadas por Adriana Motatu. Exploram os reflexos da diversidade existente neste âmbito à escala europeia e a necessidade de harmonização, uma das vertentes ainda pouco valorizada mas inquestionável, tendo em vista um desenvolvimento sustentável. Como é óbvio, a inovação, nomeadamente a cultural na sua interligação com a criatividade, também tinha de ser abordada, como fez Rute Teixeira, especificando o caso português, com particular destaque nos núcleos urbanos, mais apelativos. Felizmente que a criatividade e a inovação se apresentam cada vez mais generalizadas, potenciando os recursos endógenos e a melhoria da formação técnica e profissional da população em geral.

Em síntese, os casos exemplificativos consistentes sucedem-se, diversificados, representativos da conexão existente entre a formação técnica e cultural, ou ainda com as oportunidades para o aprofundamento de uma coesão territorial e social. Efetivamente, as potencialidades endógenas existem e num quadro onde as abordagens indutoras do desenvolvimento, se sucedem. Há, porém, que as enquadrar estrategicamente, sem subvalorizar nenhuma, desenvolvendo-se de uma forma integrada, minimizando os obstáculos existentes, enquanto, de uma forma inovadora e responsável, se preservam as especificidades endógenas, cada quadro social e cultural.

Helena Pina

Dezembro de 2015

Parte I

Novos caminhos para um desenvolvimento social e cultural

O CONCELHO DO PESO DA RÉGUA EM TEMPOS MEDIEVAIS – ALGUNS CONTRIBUTOS PARA A LEITURA DO TERRITÓRIO

António Barros CARDOSO
Faculdade de Letras, Universidade do Porto
APHVIN/GEHVID, CITAR
abarroscardoso@sapo.pt

Resumo

O Espaço europeu foi e é a soma de territórios com especificidade própria, assente nas estruturas organizativas de caráter administrativo ou noutras que acabaram a definir a forma de ser Europeu. Por isso, o melhor conhecimento da evolução de tais territórios conduz diretamente à sua valorização, à melhor compreensão da realidade atual, facilitando a intervenção nesses espaços. O atual concelho do Peso da Régua é um território com remotas origens. A recente publicação dos principais documentos medievais do Distrito de Vila Real desafiou-nos a conhecer em detalhe as origens deste concelho que se transformou, já em tempos modernos, em centro nevrálgico da região vinhateira do Douro. Percebemos nesta abordagem tratar-se de terras de matriz agrária onde, a presença da alta nobreza portuguesa e de altos dignatários da corte, marcaram presença. Propomo-nos, pois, através daquelas notícias, viajar pelo território do atual concelho, com um olhar retrospetivo e indagador sobre as principais estruturas económicas, sociais e políticas que contribuíram em tempos mais longínquos para o transformar no que hoje é, facilitando a leitura atual deste território.

Palavras-chave: Território, Douro, Régua, História, Idade Média

Abstract

The European area was and is the sum of territory with its own specificity, based on the organizational structures of administrative or other that ended up defining the character of being European. So, the best knowledge of the evolution of such territories leads directly to recovery, better understanding of the current reality, facilitating intervention in these spaces. The current county Ruler weight is a territory with ancient origins. The recent publication of the main documents of the medieval Vila Real District challenged us to know in detail the origins of this municipality that has become, since in modern times, nerve center of the wine region of Douro. We realize in this approach that this is agrarian matrix lands where the presence of the portuguese nobility and high dignitaries of the court, were present. We propose, therefore, by those news travel around the territory of the current municipality, with a retrospective and inquiring look on the major economic, social and political structures that have contributed in more ancient times to turn in what is now facilitating the current reading that territory.

Kyewords: Territory, Douro, Régua, History, Middle Age

1. Introdução

A Europa foi e é a soma de territórios com identidade própria, reproduzida nas estruturas organizativas de carácter administrativo ou outras que, acabaram a definir o próprio caráter de se ser europeu. Por isso, o conhecimento da evolução desses territórios conduz diretamente à sua melhor compreensão e consequente valorização, facilitando hoje a intervenção nesses espaços, marcados por um lastro histórico de assinalável dimensão.

Elegemos desta vez o concelho do Peso da Régua, por ser um território que encaixa no perfil traçado, ou seja, terra de remotas origens, sendo impulsionados por uma coletânea de textos medievais relativos ao distrito de Vila Real, publicados recentemente. Este trabalho, arrumado em quatro tomos, é da autoria do Padre João Parente e foi publicado graças a várias vontades, entre as quais a da Associação Portuguesa de História da Vinha e do Vinho APHVIN/GEHVID que, junto do Banco Português de Investimento BPI, também se esforçou para credibilizar a necessidade de financiamento para que este trabalho, que reputamos de indispensável para o conhecimento do Distrito de Vila Real, no decurso dos tempos medievais, conhecesse a luz do dia.[1]

2. O concelho do Peso da Régua

O Concelho do Peso da Régua (Fig. 1) fica situado na margem direita do Rio Douro e dista da sua foz, no Porto, cerca de 90 km. Embora não possa ser enquadrado no conjunto das terras do reino que ganharam visibilidade pelos feitos que nelas ocorreram a marcar grandes datas e acontecimentos de caráter histórico, a atual cidade da Régua, enquanto cabeça de concelho imposto pela importância da sua área de influência mais direta, mostra-se à luz dos documentos mais antigos do distrito a que pertence, terra muito antiga, cuja valia socioeconómica remonta a tempos anteriores à fundação da nacionalidade portuguesa.

De facto, esta terra foi coutada pelo conde D. Henrique e sua mulher, a rainha D.ª Teresa, ao Bispo do Porto, D. Hugo, a par de metade do rendimento da barca que ali atravessava o Douro. Isentaram-se na constituição da renda da barca nessa altura os moradores na Vila da Régua, mediante o pagamento de um cântaro de beberagem destinado à cobertura das despesas de reparação da mesma barca.[2] Assume-se aqui a notícia muito recuada de um dos principais atributos da terra que, de resto, viria a ser fator de multiplicadora importância ao longo do seu desenvolvimento – A Régua foi, desde muito cedo

[1] PARENTE, João. (2013). *Idade Média no Distrito de Vila Real, Vila Real*: Âncora Editora, Tomos I, II, III e IV.

[2] ARANHA, P.H. de Brito. (1871). *Memórias Histórico-Estatísticas de algumas Villas e Povoações de Portugal.* Lisboa: Livraria de A. M. Pereira-Editor, IV, p. 202.

encruzilhada de caminhos por onde fluíram gentes e mercadorias – ponto fulcral de ligação entre o Douro norte e o Douro sul.



Fig. 1- Mapa atual do concelho do Peso da Régua.

2.1. O Couto de São Fausto da Régua

As origens da unidade administrativa hoje concelho do Peso da Régua, entroncam, por isso, no velho couto de São Fausto da Régua, cuja definição consta do testamento da rainha D.ª Teresa. Nesse documento, datado de 1127, a mãe de D. Afonso Henriques faz doação do couto e igreja de São Fausto da Régua, a favor da Sé portuense, na pessoa do seu bispo D. Hugo. Este prelado, oriundo da Borgonha, chega ao bispado do Porto por volta de 1113 e a entrega do bispado da cidade que cedo se viria a afirmar como a mais importante do norte de Portugal, surge como recompensa por parte do então bispo de Santiago de Compostela, D. Diogo Gelmires, pelo bom desempenho do prelado francês na elaboração da história do bispado galego.

Mais tarde, depois de várias ações desempenhadas com êxito junto da Santa Sá pelo prelado portuense no que se refere ao alargamento do domínio territorial do bispado do Porto, a própria rainha D.ª Teresa faz-lhe doação plena, extensível aos seus sucessores, da própria cidade do Porto, corria o ano de 1120. O couto de São Fausto da Régua, foi doado ao prelado portuense pela rainha D.ª Teresa, nos mesmos moldes que se estipularam para o Porto, ou seja, livre de reserva de usufruto, comedoria ou aposentadoria, para a rainha e seus sucessores. Estas doações cedo traçaram para sempre uma forte

ligação entre o Porto e a Régua, centros de grande importância económica, ligados pelo curso de água que lhes serviria de principal via de ligação – o Rio Douro. Gerou-se, por isso, uma complementaridade que a natureza já impunha e que os laços administrativos haveriam de vir a solidificar.

Mas que couto era este, nas margens do Douro, fronteiras a Lamego, que a mão do nosso primeiro rei entregou à igreja do Porto? Voltemos então ao documento onde se procede com algum detalhe à delimitação desse núcleo fundacional da atual cidade da Régua.[3] A delimitação do couto de São Fausto da Régua compreendia o espaço físico entre a Ribeira de Jugueiros[4] até ao moinho de Bermudo Christofforis, incluindo nele o próprio moinho. O perímetro do couto partia desse moinho até ao "monte chamado de Remestruias (Remostias)"[5] de forma transversal, até se atingir a margem direita do rio Corgo e daí seguia pela deste rio até ao ponto de partida, ou seja, ao sítio em que se encontravam as águas da Ribeira de Jugueiros com o rio Douro, onde havia um porto.[6] Este documento mostra por isso uma Régua bem diferente da que hoje conhecemos quando, por exemplo, olhamos o seu cais ribeirinho. Para melhor se compreender a topografia deste lugar em 1127, importa referir que a Ribeira de Jugueiros corresponde ao curso de água hoje conhecido por Ribeiro do Tondela e que o porto de Jugueiros se situava na foz deste ribeiro, servindo assim de fronteira entre as atuais freguesias da Régua e Godim. Ou seja, o porto da Régua dessa época ficava muito próximo da ponte ferroviária que liga a Régua a Godim, conhecida por ponte do "Bate Estacas".

Quanto à jurisdição cível e crime do espaço assim delimitado, pertencia inteiramente à Igreja do Porto que fazia eleger um juiz que regulava sobretudo as questões civis. Já quanto ao crime, a sua alçada entende-se para crimes de menos importância. Cabia-lhe noutros casos o direito de entregar os prevaricadores à justiça de Penaguião, como se comprova através das inquirições que D. Afonso IV mandou fazer no couto da Régua, datadas de maio de 1341.[7]

2.2. O concelho de Godim

Godim, vimo-lo já, faz fronteira com o couto de São Fausto da Régua que acabamos de descrever. D. Sancho I deu foral aos povoadores desta terra em maio de 1205, quando se encontrava no mosteiro

[3] PARENTE, João – *Idade Média no Distrito de Vila Real. (*2013). *Documentos do ano de 568 ao ano de 1278.* Vila Real: Âncora Editora, Tomos I, p. 93.

[4] Idem, *Ibidem*.

[5] As terras de Remostias, pertenciam no século XVIII aos familiares de Frei João de Mansilha, lente de prima do Convento de São Domingos do Porto e principal ideólogo da criação da Região Demarcada do Douro em 1756 pelo rei D. José I, sob proposta do Marquês de Pombal.

[6] PARENTE, João. (2013). *Idade Média no Distrito de Vila Real – Documentos do ano de 568 ao ano de 1278.* Vila Real: Âncora Editora, Tomo I, p.94.

[7] PARENTE, João. (2013). *Idade Média no Distrito de Vila Real – Documentos do ano de 568 ao ano de 1278.* Vila Real: Âncora Editora, Tomo II, p.437-438.

beneditino de Bustelo, próximo de Penafiel, antiga Arrifana de Sousa. Foi neste cenóbio já existente no século X, fundado pelo filho mais velho de Nuno Pais, ilustre fidalgo pertencente à família dos "Sousões"[8] que aquele monarca doou esta terra reguengueira para exploração. Estipulou então um foro correspondente à quinta parte das produções das terras já arroteadas ou que viessem a conhecer arroteamento. Percebe-se no documento que a cultura da vinha tinha já nessa época alguma importância em Godim, porquanto o foral estipula que das vinhas já feitas, os habitantes deveriam entregar ao mordomo do rei a terça parte do vinho colhido.[9]

Mais tarde, o rei D. Afonso III também mostrou interesse pelas terras de Godim. Em 24 de Abril de 1276, emitiu carta de aforamento a Miguel Martins e a sua mulher Ousenda Gomecii da seara reguenga existente em Souto do Rei (Souto de Sergude?) chamada da Quebrada pelo foro anual de um morabitino velho e meio, a entregar por altura da festa de Santa Maria de Agosto.[10] Ao que tudo indica, reconhecendo o interesse das gentes e a apetência da terra pelo plantio da vide, o monarca deixa estipulado também nessa carta que, se o souto que aí existia alguma vez fosse removido e em seu lugar fosse plantada vinha, ou semeado pão, os foreiros ficariam obrigados a dar à corte a sexta parte das produções.[11] Outra carta de foro foi emitida pelo mesmo monarca em 25 de Abril daquele ano a Domingos Petri e mulher, referente à seara de Souto do Rei, chamada Cuinas que divide com Curtó e com a Seara de Roso e que ia para a Cova de Denabo e pelas courelas de Fontes; estabelece um morabitino velho e meio a pagar também em agosto, pela festa de Santa Maria. Ressalva-se igualmente a sexta parte do vinho colhido, caso os foreiros ou seus sucessores procedessem à reconversão do souto em vinha.[12]

Não se ficaram por aqui os foros concedidos por D. Afonso III a gentes de Godim. Na mesma data, 25 de Abril, foram ainda concedidas cartas de aforamento a Martino Dominici e a sua mulher Geralda Dominici das searas da Cortiçada e Bertelo que tinham como limite o Souto da Veiga e os povoadores dos lugares de Concieiro e da Cortiçada, sob a condição de foro anual de quatro morabitinos velhos, reservando o monarca mais uma vez a sexta parte do vinho produzido, caso as terras fossem reconvertidas em vinha.[13] Na mesma data foi passada carta de foro a Martinho Gomecii e à mulher deste Fruil Ioannis a seara de Souto do Rei, chamada Denabo, que dividia com Rabo e com Quebrada e com

[8] Idem, p. 227.

[9] PARENTE, João. (2013). *Idade Média no Distrito de Vila Real – Documentos do ano de 568 ao ano de 1278.* Vila Real: Âncora Editora. Tomo I, p.212.

[10] Idem, *Ibidem*. p.753.

[11] Idem, *Ibidem*.

[12] Idem, p. 754-755.

[13] Idem, p. 755-756.

Juias e com as courelas de Fontes, contra a renda anual de três morabitinos velhos. Se alguma vez lá for plantada vinha, o rei reserva igualmente a sexta parte do vinho produzido em cada ano.[14] Pedro Dumia e sua mulher Maior Menendi, receberam também pelamesma data uma carta de foro de uma seara de nome Juias, a qual dividia com a seara da Quebrada, com a do Concieiro, com a das Quartas e com as courelas de Fontes, sob condição de entrega de um sexto das produções anuais.[15] Sob as mesmas condições foi igualmente entregue por D. Afonso III, em 25 de Abril de 1276, a Durando Gomecii e a sua mulher Elvira Petri, a seara denominada Coiçó, que dividia com Caina e com a seara de Roso, bem como com a Seara de Loredo e com o Termo de Fontes.[16]

Todos estes aforamentos e sobretudo a insistência em quase todas as cartas que lhe dão ser a cláusulas de salvaguarda relativas à reconversão de soutos e de terras de pão em vinha, permitem ler uma preocupação, já no decurso da segunda metade do século XIII, com um elemento da economia agrária local que, afinal, viria a revelar-se fundamental, o vinho.

Ao tempo de D. João I, a terra de Godim, juntamente com a de Penaguião, e de Fontes foi doada a Gonçalo Vasques Coutinho, terras que João Afonso Pimentel trazia desde o tempo do Rei D. Fernando. Esta doação incluía as terras com todas as rendas, direitos e pertenças e foi firmada como irrevogável. Ou seja, a partir de 13 de abril de 1385, Godim passou a ter, por doação régia, como senhor, Gonçalo Vasques Coutinho e os seus sucessores.[17] Não se trata de uma figura qualquer, mas sim do Copeiro-mor da rainha D. Filipa de Lancastre e Senhor do Couto de Leomil, Alcaide de Trancoso e de Lamego e Marechal de Portugal.[18]

À luz desta documentação, esta freguesia do concelho da Régua mereceu atenção especial dos monarcas em tempos medievos, e teve importância significativa, patente na sua entrega a grandes senhores da proximidade do monarca. Esta terra fez parte do concelho de Penaguião, como a própria Régua e manteve-se com autonomia administrativa com o estatuto de concelho, com pelourinho, casa da

[14] Idem, p. 756-757.

[15] Idem, p. 157-158.

[16] Idem, p. 758.

[17] PARENTE, João. (2013). *Idade Média no Distrito de Vila Real – Documentos do ano de 568 ao ano de 1278,* Vila Real: Âncora Editora, Tomo II, p. 535.

[18] http://pagfam.geneall.net/5505/pessoas.php?id=1115511

câmara e cadeia, até fevereiro de 1836, passando nessa altura a fazer parte do então criado concelho do Peso da Régua.[19]

2.3. A herdade de Fontelas

O documento mais antigo da coletânea que seguimos é referente à freguesia de Fontelas, ainda D.ª Teresa era infanta enquanto filha ilegítima do rei D. Afonso VI de Leão e Castela. Corria o mês de novembro de 1116, quando D.ª Teresa vendeu a Tuzendo Álvares e a sua mulher Ausenda Mendes a herdade de Fontelas,[20] definindo-a nessa altura espacialmente: "Fontelas e Seixido, que divide com Fontelas de Cima, e daí parte com Godim e de outra parte com Ubaceira (Curvaceira) e parte com vale de Nortero? E dirige-se para o Douro, de monte a fonte, por onde a puderes encontrar…". Mais se indica no documento que esta herdade "…é situada em Aloifrio (Mesão Frio) sob o monte Marão, por onde corre o Ribeiro da Sarmenha (Sermanha) e o Rio Douro". Ou seja, a delimitação já se refere à divisão entre Fontelas de Cima e de Baixo, topónimos ainda hoje usados para definir as duas partes mais importantes da freguesia, fazendo-a confinar com Godim e apontando como limite extremo o rio Sermanha que a separam de Mesão Frio. Os motivos da doação têm que ver com serviços prestados pelos tomadores a D.ª Teresa que diz ter recebido "uma boa mula e de Egas Gonsendiz, uma vinha..." que muito agradou à futura rainha.[21] Ou seja, as terras de Fontelas já nessa altura eram próprias para a cultura da vinha e produção vinícola, hoje o seu principal recurso.

Em 1202, o Rei D. Sancho I preocupava-se com o povoamento de uma parte das terras de Fontelas. Por um foro anual de cinco moios de trigo, e claro está, de vinho, o rei entrega a herdade da Ciderma a Gonçalo Pedro, prior do mosteiro de Ancede, em terras de Baião, sob a condição de trabalhar essas terras.[22] Também aqui se definem os limites do atual lugar da Cederma: "… de uma parte divide com Godim e da outra parte com Fontelas (Fontelas de Baixo) e vai pelo meio do Rio Douro até onde divide com Godim…".[23] A condição da entrega destas terras ao prior de Ancede era a de que provesse o seu bom amanho, com cereais, vinhos e árvores, sob condição de foro anal de cinco casais pela taleiga de Godim, como corria à época: "…três moios de pão e três quartários de cevada, de centeio e de milho" e de trigo cinco quartários. Já do vinho, para incentivo à produção, isentava-se o beneficiário durante quatro anos, ao fim dos quais passaria a pagar. O período correspondia ao espaço de tempo considerado indispensável para que a vinha frutificasse bem e pudesse fazer-se vinho. Findo o prazo, havia lugar ao

[19] SOARES, José de Oliveira. (1936). *História da Vila e Concelho do Peso da Régua*. Peso da Régua: Imprensa do Douro, p.78.

[20] PARENTE, João. (2013). *Idade Média no Distrito de Vila Real – Documentos do ano de 568 ao ano de 1278,* Vila Real: Âncora Editora, Tomo I, p. 86.

[21] Idem, *ibidem*, p. 87.

[22] Idem, p. 204.

[23] Idem.

pagamento do foro anual de cinco moios em vinho, medidos pela quarta que então se usava em Godim.[24] Mais tarde, em 2 de julho de 1357, a herdade da Cederma é confirmada em novo aforamento a Vasco Martins, prior do mosteiro de Ancede, por trinta libras por ano.[25]

Vimos já que nas definições fronteiriças de Fontelas, o rio Sermanha aparece como limite natural. Ou seja, englobado nesta freguesia contava-se o importante lugar do Moledo. Dele nos fala a carta de D. Afonso III, dada em Guimarães, a 29 de junho de 1259, confirmando a entrega do albergaria ali existente, com barca de passagem no mesmo porto, a Gonçalo Pedro, clérigo, com o compromisso de este manter e povoar o lugar. O objetivo era o de que a barca estivesse sempre disponível para os transeuntes. Trezentos morabitinos era a multa aplicada a quem se atrevesse a retirar ao clérigo a posse de tais bens.[26] As razões de tão elevada multa e de tal preocupação com o lugar do Moledo fundam-se no facto de aí existir, pelo menos desde o tempo da rainha D.ª Mafalda, mulher de D. Afonso Henriques, a chamada "barca por Deus" senão por ela instituída, pelo menos por ela confirmada.[27] Embora a importância deste lugar se prenda diretamente com a passagem entre as duas margens do Douro, a ela não deve ser confinada. Em 1261, o Moledo volta a ser notícia na documentação que compulsamos, agora a propósito da riqueza piscícola do rio Douro naquele lugar. Nesse ano, o rei D. Afonso III, estando a corte em Guimarães, autorizou o concelho da Penajoia (a sul do Douro) a abrir um canal no rio, no lugar da Aguda, abaixo do Moledo, com a condição de o terem bem adobado e caso caísse, deveria ser erguido pelo concelho da Penajoia às suas custas. Como foro, estipulou-se o valor dos dois melhores peixes apanhados de dia e de noite na referida arte de pesca.[28] De facto, a importância dos recursos piscícolas, de água doce, era grande na economia das populações ribeirinhas e assim se manteve ao longo da época moderna em todo o curso do Rio Douro, cuja navegação foi muito afetada pelas constantes construções de pesqueiros, caneiros e nasseiros e outros engenhos destinados à captura do pescado.[29]

O lugar da passagem do Moledo era cobiçado no século XIII pela sua importância estratégica nas comunicações entre o Douro Norte e o Douro Sul. Percebe-se pela necessidade sentida pelo já referido Gonçalo Pedro, cónego e vigário da Sé de Lamego, que pedia a confirmação da posse da albergaria e

[24] Idem.

[25] PARENTE, João. (2013). *Idade Média no Distrito de Vila Real – Documentos do ano de 568 ao ano de 1278,* Vila Real: Âncora Editora, Tomo II, p.455.

[26] PARENTE, João. (2013). *Idade Média no Distrito de Vila Real – Documentos do ano de 568 ao ano de 1278,* Vila Real: Âncora Editora, Tomo I, p. 626.

[27] CARDOSO, Padre Luís. (1747). *Dicionário Geográfico ou Notícia Histórica de todas as Cidades, Villas e lugares…,* Lisboa: Na Oficina Silviana da Academia Real.

[28] PARENTE, João. (2013). *Idade Média no Distrito de Vila Real – Documentos do ano de 568 ao ano de 1278,* Vila Real: Âncora Editora, Tomo I, p.631.

[29] A este propósito ver CARDOSO, António Barros. (2003). *Baco & Hermes – o Porto e O Comércio Interno e Externo de Vinhos do Douro (1700-1756)*. Porto: GEHVID-Grupo de Estudos de História da Viticultura e do Vinho do Porto, Vol. II, p.622.

barca do Moledo, confirmação dada por D. Afonso III, em 10 de setembro de 1273, por carta enviada ao Juiz e Tabelião de Lamego.[30]

Já em tempos mais recentes, a relevância maior desta parte do concelho da Régua, centra-se no facto de "no limite da freguesia uma Quinta que hoje é dos herdeiros de João Ferreira Pacheco, da cidade do Porto, chamada das Caldas" que chegava à margem do rio Douro pela parte do sul haver "…três poços de água sulfúrea temperada, aonde se tomam banhos, e estão aproveitadas pelos médicos para várias queixas, e são bem frequentadas desde o princípio do Verão até ao Outono", assim se lhe refere a memória paroquial de 1758, escrita pelo pároco da freguesia de Oliveira.[31] Os terrenos desta quinta tinham já sido incluídos nas demarcações pombalinas do ano anterior.[32] Igual decisão foi tomada pelos demarcadores em 1758.[33] De resto, a Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro dotou-a com um caminho lajeado, que partia do interior dos seus terrenos até ao curso fluvial do rio Douro, para maior facilidade de transporte e carregação dos vinhos que produzia.

A Quinta das Caldas do Moledo, incluindo casas, banhos termais, vinha, olival e horta, foi comprada, em 1863, por Francisco Silva Torres, segundo marido de D.ª Antónia Adelaide Ferreira, pela quantia de 22.000$000 reis.[34] Ramalho Ortigão (1875) escreve que este lugar se achava "*muito melhorado*" desde que passou a ser pertença do Sr. Torres da Régua.[35] Nessa altura, as Caldas, embora arrendadas, pertenciam à sua viúva, D. Antónia Adelaide Ferreira. No início de década de 1880, a *Ferreirinha* termina com a exploração por arrendamento anual das Caldas de Moledo e manda construir no local uma residência de veraneio, "o palacete", que deu guarida a altos dignatários. Conta-se entre eles o rei D. Luís I que o usou na sua deslocação à região. Um relatório de reconhecimento, datado de 1894, refere-se às transformações introduzidas nestas caldas em tom elogioso, dizendo que foram transformadas num "…amplo e atraente parque ajardinado, para passeio e distração dos banhistas…"; nessa altura encontrava-se já radicalmente transformado o velho estabelecimento balnear que o tornava quase desconhecido, mesmo dos seus antigos frequentadores. Foi aumentado o número de tinas, reformaram-se os velhos edifícios e construíram-se outros. Ao lado dos banhos de imersão foi instalada uma magnífica sala de duches, tão completa que há havia quem afirmasse ser a primeira do género em Portugal. A par foi instalado também um serviço de inalações e pulverizações.[36] O alvará de concessão

[30] PARENTE, João. (2013). *Idade Média no Distrito de Vila Real – Documentos do ano de 568 ao ano de 1278,* Vila Real: Âncora Editora, Tomo I, p. 738.

[31] AN/TT, *Memórias Paroquiais*, Memória de Oliveira.

[32] FONSECA, Álvaro Baltazar Moreira da. (1949). *As Demarcações Pombalinas no Douro Vinhateiro*. Porto: Instituto do Vinho do Porto, Vol. I, p. 60

[33] FONSECA, Álvaro Baltazar Moreira da. (1949). *As Demarcações Pombalinas no Douro Vinhateiro*. Porto: Instituto do Vinho do Porto, Vol. II, p. 38

[34] PEREIRA, Gaspar Martins e OLAZABAL, Maria Luísa. (1996). *Dona Antónia*, Porto: Grupo BPI/Sogrape/A. A. Ferreira, Porto, p.78.

[35] http://www.aguas.ics.ul.pt/vilareal_cmoledo.html
[36] http://www.aguas.ics.ul.pt/vilareal_cmoledo.html

das termas foi entregue em 1895 a Dona Antónia Adelaide Ferreira. As águas do Moledo são então classificadas de bicarbonatadas sódicas, silicatadas sulfídricas, e as nascentes tornam-se conhecidas "pelo nome de Moledo ou Granjão, Corvaceira, Rede, Fontelas e Penaguião". Quanto ao estabelecimento balnear, as Caldas do Moledo, já conhecidas nos primeiros anos do século XVIII, são dotadas no tempo de D.ª Antónia Adelaide Ferreira de um regular estabelecimento hidroterápico para banhos, duches, inalações e pulverizações.[37]

2.4. Canelas e Poiares

Bagaúste, situa-se na Freguesia de Canelas da Régua, lugar onde hoje está edificada uma infraestrutura de grande importância para o concelho e para a região, a barragem a que o lugar emprestou o nome – Bagaúste.

Estas terras e a respetiva igreja, foram entregues em março de 1164 por D. Afonso Henriques, com os seus bosques, fontes, rios e respetivas pescarias, bem como dois casais que a mesma igreja possuía em Vila de Rei. O nosso primeiro monarca compensava assim o Bispo de Lamego, D. Mendo, por uma deliberação sua a favor da Igreja de Salzedas.[38] Não soubemos de que deliberação se tratou, o documento não o especifica, mas, não custa a crer que tenha a ver com permutas de terras, uma vez que, na margem esquerda do rio Douro (Douro sul) eram grandes os interesses do mosteiro de Salzedas. No vale de Cambres, quase todo ele domínio cisterciense, os padres de Salzedas eram os proprietários da atual Quinta da Pacheca. O mesmo se sabe da Quinta dos Varais, também situada na margem esquerda do Douro, em Cambres, que, pelo menos até 1773, foi prazo daquele mosteiro, ao qual era foreira. Faz parte do conjunto a Quinta do Paço de Monsul que também pertenceu a D. Afonso Henriques e que dela fez doação a Pedro Viegas que, em 1201, obtendo autorização do rei, a vendeu a D.ª Teresa Afonso, viúva de D. Egas Moniz que, por sua vez a doou como fundadora ao seu Mosteiro de Santa Maria de Salzedas. De resto, um pouco mais adiante, na outra margem do Douro, os cistercienses de Salzedas ocuparam-se da Granja da Folgosa, hoje designada por isso Quinta dos Frades.[39]

D. Sancho I, em 1193 fez doação de um casal em Canelas a Bonamis e Acampaniado, bobos da corte régia, propriedade que lhes foi entregue por Pedro Mendes como recompensa por serviços prestados ao monarca.[40] Mais tarde, esta doação foi confirmada por D. Afonso II, em 1220, gesto que os bobos da corte pagaram com um arremedilho.[41] O mesmo monarca encontrava-se na cidade de Lamego

[37] http://www.aguas.ics.ul.pt/vilareal_cmoledo.html

[39]CARDOSO, António Barros. (2013). *Cister nas Quintas Históricas do Douro Vinhateiro* in "Mosteiros Cistercienses – História, Arte, espiritualidade e Património", Alcobaça: Jorlis – Edições e publicações, Ld.ª, 2013, Tomo III, p.363-285

[40] PARENTE, João. (2013). *Idade Média no Distrito de Vila Real – Documentos do ano de 568 ao ano de 1278,* Vila Real: Âncora Editora, Tomo I, p. 169.

[41] Trata-se de um antigo género de teatro baseado em imitações de figuras públicas. PARENTE, João. (2013). *Idade Média no Distrito de Vila Real – Documentos do ano de 568 ao ano de 1278,* Vila Real: Âncora Editora, Tomo I, p. 765.

em junho de 1205 e fez uma doação, mas agora da própria Vila de Canelas, situada no termo de Panóias. Foi beneficiário o bispo lamecense D. Pedro, para que pudesse aplicar o respetivo rendimento nos ornamentos da Igreja de Lamego.[42] Mais tarde, as inquirições de 1258, acabam a confirmar o teor dos documentos anteriores. Das riquezas de Canelas, os inquiridores notaram então que os bispos de Lamego faziam pescarias nesta herdade, escusando-se a pagar à coroa qualquer foro.[43]

2.5. Sedielos

A freguesia de Sedielos é a parte do concelho da Régua à que se refere o maior número de documentos da coletânea medieval que usamos. A freguesia tem por orago Santa Maria. Debruçada a poente sobre o rio Sermanha, junto da sua igreja ainda se conhece o que restou da velha propriedade das freiras de Monchique do Porto. De facto, terras de Sedielos da Régua, ajudaram a fazer o dote de freiras de Monchique ao longo da Época Moderna. Mas importa-nos aqui atermo-nos aos tempos medievos (Fig. 2), se bem que a antiguidade destas terras de Sedielos conheceu a presença romana como testemunha a ponte cavalar a caminho de Moura-Morta sobre o rio de "Águas Santas", por nelas se reconhecerem propriedades curativas para afeções dermatológicas.[44]

Aqui possuiu propriedades D. Egas Moniz, aio de D. Afonso Henriques, doadas em parte ao Mosteiro de Salzedas por sua mulher D.ª Teresa Afonso. Por carta de doação passada em novembro de 1179, o nosso primeiro monarca doou a Rodrigo Menendi e sua mulher Urraca Anes, o casal de Pedregal, em Sedielos do concelho da Régua, por serviços prestados ao príncipe, o futuro D. Sancho I.[45] Mais tarde, em outubro de 1205, na carta de confirmação desta doação por D. Sancho I, agora rei, ficamos a saber que os serviços prestados pelo beneficiário do casal de Sedielos foram de ordem militar, na terra de Celorico, quando o rei D. Fernando de Castela reuniu todos os peões e cavaleiros para invadir Portugal.[46] Em Fevereiro de 1197, é o próprio D. Sancho I que, por carta emitida em Coimbra, faz doação da metade que tinha na igreja de Santa Maria de Sedielos a Fernando Menendi e ao neto deste, Fernando Gomez, ambos monges alcobacences e familiares dos primeiros senhores da terra, tudo em paga de bons serviços que lhe tinham prestado. Tratou-se de uma doação plena.[47]

---

[42] PARENTE, João. (2013). *Idade Média no Distrito de Vila Real – Documentos do ano de 568 ao ano de 1278,* Vila Real: Âncora Editora, Tomo I, p. 208-209.

[43] Idem, *Ibidem*.

[44] SOARES, José de Oliveira. (1936). *História da Vila e Concelho do Peso da Régua*. Peso da Régua: Imprensa do Douro, p. 84.

[45] Idem. p. 153-154.

[46] Idem, p. 214.

[47] Idem, p. 182-183.



Fig. 2- Cruzeiro medieval de Sedielos.

Já no reinado de D. Afonso III esta terra reclama novamente o interesse da coroa, agora através da cópia do aforamento de Veoubou (Vale Bom) freguesia de Sedielos que tinha sido feito por D. Sancho I. A cópia do documento, datado de 1203, deixou-nos uma panorâmica da paisagem rural destas terras à época: "Dou-te a ti para que a povoes e plantes e edifiques e dela dês este foro anualmente, isto é, dez moios de pão e vinho, metade de cada: e o pão seja quartado, isto é, em trigo e em centeio e em cevada e em milho, pela medida de Fontes; e além disso dês um morabitino e um soldo de nozes e quatro afuzais de linho e quatro galinhas e vinte ovos e um soldo de pão de segunda, e uma barriga de carne: e tudo isto dês em Taboadelo de Baixo." A terra dava então cereais e vinho, linho, criação animal e frutos secos (nozes).[48]

Em 1251 as terras de Sedielos voltam a ser faladas na documentação medieva que seguimos. Agora trata-se da doação da Herdade do Sobrado que ficava no Concelho de Santa Marta de Penaguião, onde a freguesia de Sedielos se integrava. A carta é assinada por D. Afonso III, em Santarém, e entregava a Pedro Joanni, Cipriano Petri e João Petri a herdade do Sobrado, que já traziam, e outra herdade que se limita desde a água de Cem Bragais à água de Alçapães, termo de Penaguião, freguesia de Sedielos. Mais uma vez o foro nos fala da fertilidade pelo que deviam entregar anualmente "… seis moios de pão…" e "…nove moios de vinho…" pela medida de Mesão Frio.[49]

[48] Idem, p. 207-208.
[49] Idem, p. 434-435.

D. Afonso III, em março de 1261, recusou-se a confirmar o aforamento do reguengo da Ferraria que Pedro Petri, Juiz de Penaguião e outros quatro homens: Pedro Menendi, João Petri, Martinho Fernandi e Pedro Petri, cujo documento emitido por D. Sancho I, tinham perdido na guerra da Torre de Moções. A razão da recusa estava na circunstância de aqueles não lhe saberem dizer qual o foro que habitualmente pagavam. Mandou então fazer inquirições pelo abade do Mosteiro de Tarouca e pelo reitor da igreja de Santa Maria de Ozezar, conseguindo-se a reconstituição das obrigações foreiras.[50]

Os Templários também se interessaram por possuir terras em Sedielos. Neste caso conta-se Pedro Gomez que, em 1270, doou parte dos seus bens à ordem do Templo. Um casal situado em Vale Bom, na Quintã onde morava Múnio Neto. Para os seus três filhos deixou outro casal, onde morava Pedro Oleiro, com a indicação de que deveriam dividir entre si as respectivas rendas.[51]

Em março de 1273, foram beneficiados por D. Afonso III Domingos Petri e sua mulher Florência Michaelis e os respetivos sucessores. Receberam nessa data, por aforamento, a herdade de Purgazal, situada na paróquia de Sedielos. Exigiu-lhes a quarta parte de todo o pão e vinho produzidos, do linho e dos restantes frutos que as terras dessem "…salvo as couves…" que disse "…são para vosso comer…".[52] No ano seguinte, Lourenço Martini, recebe por aforamento duas courelas ainda na paróquia de Sedielos, no lugar da Lama, por um quarto de morabitino por ano.[53] Em 25 de Abril de 1276, João Martini e Maria Petri, receberam a herdade e Matos, em Sedielos, por uma quarta de morabitino de foro anual.[54] No mesmo dia, D. Afonso III, passou igualmente carta de foro a Estevão Garsie e a Maria Iohanis sua mulher pela herdade de Vila Meã, na freguesia de Sedielos da Régua, com a obrigação de darem à coroa uma terça parte de morabitino pela festa de Santa Maria de Agosto.[55] Notamos que, sobretudo durante o reinado de D. Afonso III, foi grande a preocupação do rei com o povoamento das terras de Sedielos, avultando como culturas principais de que os moradores foram incumbidos, refletidas nos foros anuais a pagar, os cereais e o vinho.

2.6. Vinhós e Moura Morta

Confrontantes com Sedielos, são as freguesias de Vinhós e de Moura Morta. Da documentação compulsada, apenas se encontra um documento relativo a Vinhós. Trata-se do aforamento feito por D. Sancho I a Gonçalo Pelágio de um reguengo naquela freguesia, que integrava também o concelho de Penaguião.[56]

[50] Idem, p. 634-635.
[51] Idem, p. 692-693
[52] Idem, p. 721
[53] Idem, p. 739.
[54] Idem, p. 759
[55] Idem, p. 760.
[56]Idem, p. 213.

Já no que se refere ao couto de Moura Morta, pertenceu à Ordem de Malta e sobre a terra tinham senhorio e padroado os Bailios de Leça.[57] Talvez por isso os documentos medievos do distrito de Vila Real, maioritariamente emitidos pela coroa, não se refiram amiúde a estas terras.

2.7. Loureiro

São Pedro é o seu orago. Sobre ela os documentos que compulsamos apenas reportam o aforamento que D. Afonso III fez a Egídio Mendes e a sua mulher Elvira Gomes do Reguengo do Barco, para que o povoassem. A carta de foro é datada de 20 de setembro de 1255 e percebe-se da sua leitura que a terra produzia cereais, trigo, cevada e centeio, mas também vinho.[58] Como sucedia, vimo-lo, noutros aforamentos, reservava-se o prazo de cinco anos, tempo para que a vinha produzisse em pleno, para então se começar a pagar ao rei o foro em vinho. De resto, a freguesia de Loureiro é uma das mais produtivas do concelho da Régua, sob o ponto de vista vinícola e assim já acontecia desde o século XVIII. Nas memórias paroquiais de 1758 pode ler-se: "Esta freguesia de todos os frutos dá, inda que em pouca quantidade e os que mais produz são vinhos".[59]

2.8. Covelinhas e Galafura

Em janeiro de 1195, D. Sancho I deu foral a Covelinhas. Rodrigo Menendi e o seu mordomo Pedro Menendi, em nome do rei, fizeram carta aos povoadores destas terras Pedro Menendi e Pedro Afonsi, Comes Iohannes e Rodrigo Moniz. Estabeleceram então como foro de 16 courelas, uma jugada pela taleiga de Galafura[60] e claro está "…de cinco anos em diante…" cada um seu moio de vinho. Por este primeiro foral de Covelinhas ficamos a saber que a terra era farta em caça, já que nele se estipulou que, por cada urso que fosse morto naquelas terras, se dariam "as mãos dele ao palácio". Já quanto aos porcos do monte (javalis) se entregaria ao palácio o lombo sem osso e sem couro.[61] A par, estabeleceram-se as normas porque se passavam a reger os homens do lugar no que se refere a furtos e rixas que aí ocorressem, definindo-se o que haveria de ser pago de pena à vila de Covelinhas e à coroa.[62]

Mais tarde, em 1220, nas Inquirições de D. Afonso II, percebe-se melhor que Covelinhas era terra reguenga e que aí a coroa possuía os já referidos 16 casais que deviam então pagar, por ano, trinta moios de pão e vinho "… e para a parada quinze taleigas, sete quartas e um almude de vinho, dois

[57] SOARES, José de Oliveira . (1936). *História da Vila e Concelho do Peso da Régua*. Peso da Régua: Imprensa do Douro, p.85.
[58] PARENTE, João. (2013). *Idade Média no Distrito de Vila Real – Documentos do ano de 568 ao ano de 1278,* Vila Real: Âncora Editora, Tomo I, p. 495.
[59] CAPELA, José Viriato, BORRALHEIRO, José, MATOS, Henrique. (2006). As Freguesias do Distrito de Vila Real nas Memórias Paroquiais de 1758, Braga, p. 399.
[60] PARENTE, João. (2013). *Idade Média no Distrito de Vila Real – Documentos do ano de 568 ao ano de 1278,* Vila Real: Âncora Editora, Tomo I, p.170.
[61] Idem, *ibidem*, p. 172.
[62] Idem, p.171-172.

soldos e meios e quinze afusais de linho…"[63] tudo conduzido à vila de Guiães. Ao mordomo tinham ainda de entregar quarenta ovos, quatro galinhas e um bragal.[64] Ficamos igualmente a saber, por esta inquirição, que o interesse dos padres de Salzedas pela zona ribeirinha de Covelinhas os levou a "…apoderarem-se de metade de um canal…" que pertencia à vila de Covelinhas, [65] deixando nota desta queixa ao monarca. Já o referimos, a utilidade dos recursos piscícolas do Douro era grande em tempos medievais e prolongou-se pela época moderna. Confirma-se o atracão por este tipo de recursos quando, na mesma inquirição, se trata dos foros e dádivas de Santa Maria de Guiães e se diz que os de Covelinhas "…dão um sável, uma lampreia…".[66]

A ligação dos homens de Covelinhas a vários mosteiros percebe-se melhor olhando a "Relação das Igrejas e Honras" constante da chancelaria de D. Afonso III, elaborada em 1258.[67] Aí, quando as testemunhas inquiridas se reportam à paróquia de Santa Maria de Guiães, fica a saber-se que esta igreja recebeu "herdade foreira que lhe deram uns homens pelas suas almas, em Covelinhas" e disso não fazia foro ao rei[68] e o mesmo se passou com a Igreja de Poiares.[69] Pedro Feo de Covelinhas, revela igualmente que Rodrigo Mendi tinha comprado uma herdade reguenga de Covelinhas, que deixou ao Mosteiro de Arouca, que também não entregava foro ao rei e não sabia há quanto tempo.[70] Ao que parece e pelo testemunho de Pedro Egee, igualmente da Vila de Covelinhas, o Mosteiro de São João de Tarouca, recebeu a herdade do Seixo de Rodrigo Mendi que também por ela não entregava fora à coroa.[71] O Mosteiro de Travanca comprou igualmente terras em Covelinhas e homens da Vila deram ao Mosteiro de Arouca uma outra herdade reguenga, a acreditar no testemunho de Pedro Petri, residente em terras de Covelinhas.[72]

As terras de Covelinhas, passaram mais tarde, no reinado de D. Fernando, por carta dada no Vimeiro, datada de 6 de março de 1380, juntamente com outras terras, para a mão de Meen Rodigues de Seavedra, por reconhecimento ao seu filho Ruy de Sousa. A doação é extensiva à sua descendência e inclui todas as rendas, pertenças "…como de pão e de vinho e carnes e direitos com todollos outros fructos e rendas…" e com todas as entradas e saídas, rossios, matos e montes arroteados ou não, reservando apenas sobre esses territórios a jurisdição crime e cível.[73]

[63] Idem, p. 284.
[64] Idem.
[65] Idem.
[66] Idem, p. 308.
[67] Idem, p. 535.
[68] Idem, p. 550
[69] Idem, p. 554
[70] Idem, p. 554.
[71] Idem, p. 556.
[72] Idem, p. 557.
[73] Idem, p. 510-511.

Galafura, hoje associada a Covelinhas, fazia parte integrante das Terras de Panoias[74] em 1341. No reinado de D. Afonso IV, na *Carta sobre honras na Terra de Panóias e outras,* pode ler-se: "Outrossy diziam que auyam a onrra de Meya da Aldeya de Gallafura julgado de Villa Real na ffreguisia de Goyaães pela guisa que auyam a honra de Muçaães e que auyam hy juiz e vigário…".[75] A última reforma administrativa que conduziu à associação de freguesias, acabou por voltar a aproximar terras que sob o ponto de vista administrativo estavam na alçada do julgado de Vila Real, Covelinhas e Galafura que pagavam em Goiães os respetivos direitos à coroa. Esta simples referência a Galafura em meados do século XIV, parece dissipar as dúvidas que o autor da única história do concelho do Peso da Régua deixou no ar quando escreveu: "O qua mais faz vacilar a nossa incerteza acerca desta povoação, é o facto de ela não poder assentar nos báratos da antiga e nobre Panóias"[76]. É claro que a antiguidade destas terras e do seu povoamento é mensurável pelo facto de nelas se encontrar um dos miradouros mais emblemáticos da região do Douro, o do Monte de São Leonardo, local inspirador de Miguel Torga e que foi um antigo castro, mais tarde abandonado e transformado em local de culto cristão. Terão saído deste lugar e do castro de São Xisto na vizinha Covelinhas, os povoadores do lugar da Senhora da Boa Passagem, de importância estratégica relevante no período romano e depois ao longo da Idade Média, por ser ponto de ligação entre o Douro norte e o Douro sul, onde existia uma via romana que levava os transeuntes às margens do Douro, documentada por vestígios do tempo do Imperador Constantino e de Constâncio Cloro.[77] Nessa altura, tudo parece indicar, a riqueza aurífera atraía os colonizadores romanos a Covelas, antiga designação de Covelinhas e os vestígios de exploração de metais preciosos encontrados na encosta do Monte de São Leonardo, já em Galafura, parecem confirmar o que a tradição não deixou desaparecer. De facto, os habitantes mais velhos de Covelinhas costumavam dizer que os seus antepassados *Covelas* atiravam ouro às cabras, convencidos de que lhe estavam a atirar pedras.[78]

3. Conclusão

As terras que integram hoje o concelho da Régua mereceram atenção especial dos cabouqueiros do reino de Portugal. Fontelas da Régua, foi alvo do interesse de D.ª Teresa, ainda infanta (1116). Mais tarde, (1227) já como rainha, une dois pontos importantes do curso do rio Douro, a Régua e a própria cidade do Porto, através da doação do Couto de São Fausto da Régua a D. Hugo, Bispo do Porto. Recordamos que a jurisdição plena sobre a cidade do estuário do Douro já tinha sido ofertada ao mesmo

[74] Carta sobre honras na Terra de Panóias e outras. PARENTE, João. (2013). *Idade Média no Distrito de Vila Real – Documentos do ano de 568 ao ano de 1278,* Vila Real: Âncora Editora, Tomo II, p.434-436.
[75] Idem, *ibidem*, p. 435.
[76] SOARES, José de Oliveira. (1936). *História da Vila e Concelho do Peso da Régua*. Peso da Régua: Imprensa do Douro, p.127.
[77] ALMEIDA, Carlos Brochado de (Coord.). (2006). *História do Douro e do Vinho do Porto*. Porto: GEHVID-Grupo de Estudos de História da Viticultura e do Vinho do Porto e Edições Afrontamento, p. 148-149.
[78] SOARES, José de Oliveira. (1936). *História da Vila e Concelho do Peso da Régua*. Peso da Régua: Imprensa do Douro, p.121.

prelado, anos antes, em 1120. Godim, território que foi antigo concelho, mereceu também a atenção da coroa desde o tempo de D. Sancho I, que lhe concedeu foral (1205). Foi, contudo, com D. Afonso III, que notamos maior preocupação com as terras de Godim e naturalmente com o rendimento que a coroa delas pretendia extrair. Terras que pela sua importância acabaram por ser entregues, por D. João I, em 1385, a Gonçalo Vasques Coutinho, Copeiro-mor da rainha D. Filipa de Lancastre.

Confrontante com este território, e estendendo-se até ao rio Sermanha, encontrava-se a referida herdade de Fontelas, arrumada já em tempos medievos em função da topografia do território e do povoamento, em Fontelas de Cima e Fontelas de Baixo. Uma parte desta herdade confinante com o Douro, o lugar da Cederma, vai ser entregue por D. Sancho I (1202) ao prior do Mosteiro de Ancede, em Baião, sob compromisso do seu povoamento. Na herdade de Fontelas dos tempos medievos percebe-se claramente a importância estratégica do lugar que mais tarde se tornaria conhecido por Caldas do Moledo e que, ao tempo de D.ª Mafalda, mulher de D. Afonso Henriques, recebe uma barca gratuita a ligar as duas margens do Douro. A importância do sítio parece avultar em 1259, como ponto nevrálgico da ligação das terras de Lamego e Viseu às terras de Mesão Frio. Aqui se cruzam as vias romanas ainda utilizadas nos tempos medievos para se ir ou vir de Panóias (Vila Real). D. Afonso III mostrou, por isso, determinação em manter a barca e a Albergaria do Moledo.

Atravessando a ponte romana cavalar sobre o Sermanha, entrava-se nas terras de Sedielos, e foi igualmente no decurso do reinado deste monarca que registamos grande preocupação com o povoamento destas terras de Sedielos. Já as vizinhas Vinhós e Moura Morta, entregues que estavam à Ordem de Malta sob senhorio e padroado dos Bailios de Leça, com elas a coroa não parece nutrir preocupações. Quanto a Loureiro, percebe-se a sua importância pela carta de foro de 1255. Vencidas as vertentes do rio Corgo, encontramos Covelinhas, que recebe foral de D. Sancho I, no primeiro quartel do século XII, terra que pela abundância das suas produções em cereais, vinho e caça, não mais deixou de ser cobiçada pelos mosteiros de Salzedas, Arouca e São João de Tarouca, já pelas suas pesqueiras, já pelos recursos em metais que divide com a vizinha Galafura. Aí o lugar da Senhora da Boa Passagem assume idêntica importância estratégica em tudo idêntica ao lugar do Moledo e que os romanos primeiro lhe reconheceram.

Transversal a toda a documentação medieva referente às terras que constituem hoje o concelho do Peso da Régua é a presença dos cereais, mas também do vinho, seja nos foros pagos pela posse de terras reguengas, seja na contratualização dos mesmos que requerem a obrigação do plantio da vinha, passando a cobrar o senhorio os direitos em vinho, volvidos quatro a cinco anos sobre o plantio dos bacelos.

4. Bibliografia

ALMEIDA, Carlos Brochado de (Coord.). (2006). *História do Douro e do Vinho do Porto*. Porto: GEHVID-Grupo de Estudos de História da Viticultura e do Vinho do Porto e Edições Afrontamento, Porto

ARANHA, P.H. de Brito. (1871). *Memórias Histórico-Estatísticas de algumas Villas e Povoações de Portugal.* Lisboa: Livraria de A. M. Pereira-Editor, Lisboa

CAPELA, José Viriato, BORRALHEIRO, José, MATOS, Henrique. (2006). As Freguesias do Distrito de Vila Real nas Memórias Paroquiais de 1758, Braga

CARDOSO, António Barros. (2003). *Baco & Hermes – o Porto e O Comércio Interno e Externo de Vinhos do Douro (1700-1756)*. GEHVID-Grupo de Estudos de História da Viticultura e do Vinho do Porto, Vol. II, Porto

CARDOSO, António Barros. (2013). *Cister nas Quintas Históricas do Douro Vinhateiro* in "Mosteiros Cistercienses – História, Arte, espiritualidade e Património", Alcobaça: Jorlis – Edições e publicações, Ld.ª. Tomo III, p.363-285.

CARDOSO, Padre Luís. (1747). *Dicionário Geográfico ou Notícia Histórica de todas as Cidades, Villas e lugares…,* Oficina Silviana da Academia Real, Lisboa

FONSECA, Álvaro Baltazar Moreira da. (1949). *As Demarcações Pombalinas no Douro Vinhateiro*. Instituto do Vinho do Porto, Vol. I e II. Porto

PARENTE, João. (2013). *Idade Média no Distrito de Vila Real, Vila Real*: Âncora Editora, Tomos I, II, III e IV.

PEREIRA, Gaspar Martins e OLAZABAL, Maria Luísa. (1996). *Dona Antónia*, Porto: Grupo BPI/Sogrape/A. A. Ferreira, Porto.

SOARES, José de Oliveira. (1936). *História da Vila e Concelho do Peso da Régua*. Imprensa do Douro, Peso da Régua

Recursos eletrónicos

http://pagfam.geneall.net/5505/pessoas.php?id=1115511

http://www.aguas.ics.ul.pt/vilareal_cmoledo.html

http://www.aguas.ics.ul.pt/vilareal_cmoledo.html

http://www.aguas.ics.ul.pt/vilareal_cmoledo.html

PENERLIEV, Milen (2015). ***Social, economic and demographic advantages of the bulgarian coastal zone***. The overarching issues of the european space: spatial planning and multiple paths to sustainable and inclusive development. Porto. Fac.Letras Univ. Porto. pp. 26-35

SOCIAL, ECONOMIC AND DEMOGRAPHIC ADVANTAGES OF THE BULGARIAN COASTAL ZONE

Milen PENERLIEV
University Of Shumen, Bulgaria
penerliev@yahoo.com

Abstract

Coastal regions develop under specific conditions, different from those in other territories. People, goods and investments create a complex environment where multiple factors intervene, multiple elements with a life of their own, creating a specific economy that sustains a different standard of living for the local population.

Worldwide, more than 2/3 of the population lives in coastal regions, which extend about 200 km from the coast. This concept, however, has been the subject of several definitions, but these will not be the object of analysis in our paper. We will rather focus on some territorial development trends detected in the Bulgarian coastal regions, which have enabled an undeniable dynamism. We intend to show some of the most important features of their operation, particularly from a demographic point of view.

Key words: Bulgaria, coastal zone, development, indicators

Resumo

As regiões costeiras desenvolvem-se funcionando em condições específicas, distintas das existentes noutros territórios. Pessoas, bens e investimentos, criam uma conjuntura complexa onde intervêm múltiplos factores, múltiplos elementos com vida própria, proporcionando a criação de uma economia específica que fundamenta um padrão de vida diferente para a população local.

No mundo mais de 2/3 da população vive em regiões costeiras, territórios que se estendem até cerca de 200 km da costa. Este conceito, no entanto, tem sido objeto de diversas definições, mas neste artigo não o vamos analisar. Debruçar-nos-emos sobre algumas tendências de desenvolvimento territorial detetadas nas regiões costeiras búlgaras, que têm possibilitado um dinamismo indiscutível. Neste artigo queremos mostrar algumas dessas características mais importantes do seu funcionamento, nomeadamente do ponto de vista demográfico.

Palavras chave: Bulgária, Região costeira, desenvolvimento, indicadores

1. Introduction

The coastal zones develop and function under specific conditions, different from those found in other territories. The interaction of people, goods and investments create a complex environment where multiple elements intervene that have a life of their own, form a specific economy and provide a standard of living for the local population. Worldwide, more then 2/3 of the population lives in coastal zones,

territories which extend inland 200 km from the coast. The definitions for their range are disputed, but we will not examine them in this article.

The development of the Bulgarian coastal areas has followed similar trends. We intend to focus on some of the more relevant characteristics of how they functions, particularly from the perspective of the population. The Bulgarian coastal zone is determined by the mutual influence between the sea, the land and people in a territory ranging 200 m seaward (sea border) and a strip of land 60 km wide going inland.

In terms of demography, a comparative analysis shows a better demographic structure in terms of labor resources. For instance, in 1992, the active population in the coastal region was 60%, compared to the average figure in Bulgaria at 56%. The analysis for 2011 shows that the remaining quota residing in the coastal zone but increasing in the national one. This clearly represents a better demographic structure in the coastal zone. And what is more, in 2012, 11,000 children were born in these coastal zones, representing 15.3% of the number of births at national level.

The birth rate has better indexes than those at the national level. This paper analyzed this index on the municipal level in coastal zones. As regards birth rate and mortality we observe some negative trends. The northern seaside in the Shabla municipality has negative demographic indexes. Even compared to the European scale, it has a negative population growth over the years between 15 and 17This paper attempts to clarify this question. In terms of unemployment, the indexes are better. This is one of the advantages of the coastal zone in comparison to the other regions of Bulgaria.

In 2007 (before the social and economic crisis) unemployment in the country was only 6.9%. In coastal municipalities it was even lower. For instance, in the Burgas municipality, it stood at 1.8%; in the Varna municipality, 2.8%; in the Beloslav municipality, 3.5%; and the Kameno municipality, 2.8%. Among these municipalities Kameno and Beloslav have no sea outlet to the Black Sea but they are part of the coastal region. This clearly shows their favorable geographical location and the influence of the sea basin on territories without sea outlets but economically gravitating around this zone. In 2012, a year still in economic crisis, the average unemployment rate in Bulgaria was 11.1%. In the Burgas municipality, it was 6.4%; the Varna municipality, 5.7%; and the Kameno municipality, 8.7%. These indexes are clearly better than the average for the country.

In terms of macroeconomic indexes, we find a number of advantages. The gross domestic product (GDP) of the coastal zone is higher than other regions, being in fact two times higher. And only the capital and larger cities achieve the levels of the coastal zone. The development of the economy is more favorable because of the so-called sea economy. There are aggregates of economic activities that are typical for coastal zones. These are mainly sea tourism, sea transport and shipbuilding. The Southern European countries enjoy a favorable position with regard to the development of sea tourism. This is why it is a leading sector for Bulgarian coastal regions, yielding the highest profits in national tourism. This paper will examine its role.

The development of economic activities where sea transport is the leading industry also gives advantages to the area we are analyzing. The absence of fossil fuel in the country means petroleum processing is concentrated in the coastal zone because of imported crude. This gives the Burgas municipality a very favorable advantage. The chemical industry, shipbuilding and sea transport are the largest labor employers in the country following the electronics sector. Still, the tourism sector lags behind.

The advantages of coastal zones are not limited to the ones highlighted above. We can mention better infrastructure, as well as greater opportunities for professional realization, aspects this paper will also address regarding the Bulgarian coastal zone, among others.

2. Why do people choose to live near the coast?

The continental coasts are home to 2/3 of the world's population. People migrate to these territories with a hope for a better standard of living and higher incomes. They cover a progressively wider strip of land and the range of the coastal zone increases permanently. In the scientific literature the range of coastal zones is determined by two borders. The first border goes inland up to 50 km from the coastal line and the second one is wider in range, going inland up to 200 km (Table 1).

The table shows a different arrangement of population in continental coastal zones, representing the general trend. In this paper we do not intend to prove the positive effect of the lifestyle in these areas. One indicator can speak to this, which is GDP, the Gross Domestic Product, divided into economic branches. We represent this for several EU countries. As we see that, except for Germany, 50% of all the other countries' economies are based on and depend on maritime activities, which have been created by the people who live in these territories. We can conclude that worldwide almost 2/3 of the population lives in this 200 km inland zone and creates nearly half (sometimes more) of the world's GDP. This means the coastal zones are territories with a perspective, vitality and a huge economic effect. This explains why people are attracted to them.

Table 1- Coastal populations in regions.

Continent	Part of population (%)		
	up to 50 km	50 - 200 km	0 - 200 km
Europe	29.1	25.8	54.9
Asia	27.1	20.2	47.3
Africa	18.1	27.0	47.3
North America	31.5	19.8	51.3
South America	24.4	38.4	62.8
Australia/Oceania	79.0	15.2	94.2
Average			58.0



Fig. 1.- Coastal zone of Bulgaria

Table 2. GDP for the coastal economy of selected EU countries (2012).

Countries in the EU	% of the economic branches in the coastal zone			% of the GDP
	Rural economy	Industry	Tourism	
Great Britain	10	72.2	12.8	49.2
France	4.3	82.0	13.7	45.0
Italy	4.0	84.0	12.0	48.5
Sweden	31.0	32.4	6.6	54.3
Spain	8.6	65.9	25.5	46.8
Finland	32.2	65.6	2.2	52.9
Germany	2.3	86.1	11.6	16.7
Ireland	39.2	50.4	10.4	35.9
Greece	7.6	74.6	17.8	60.6

3. What are the peculiarities of the Bulgarian coastal zone?

The Bulgarian eastern boundary is entirely bordered by the Black Sea, whose coastline is 378 km. As an intercontinental sea it gives numerical limits in terms of transport and "openness" to the world economy which explains the importance of the export branches of the national economy. This determines the smaller range of the Bulgarian coastal zone. It is a land strip including 200 m of the Black Sea coastline and goes inland for 60 km. Like an administrative division, it includes 33 municipalities with 1.5 million people. It accounts for 20.5% of the Bulgarian population. This is comparable to the other countries examined whose inland strip of 50 km has a similar quota for the "maritime" population. As is the case of other similar zones it has its internal regional differences.

When examining the main demographic indicators, there are fundamental differences in the country's average values. For example, the indicator "natural growth" in the areas which have a direct sea outlet have better indexes. The Varna and Dobrich regions have negative natural growth typical for the country. But here it is 2 times more – for the Varna region (- 2.4 ‰) and for the Dobrich region (- 3‰) (Fig. 1).This figure shows also that there are regions in the coastal zone which have worse values for this indicator, such as the Shumen region (- 4.6 ‰) and the Yambol region (- 6.5 ‰). The average value of natural growth in Bulgaria is (-5.2 ‰), a rate which places the country on the table with the worse indicator.

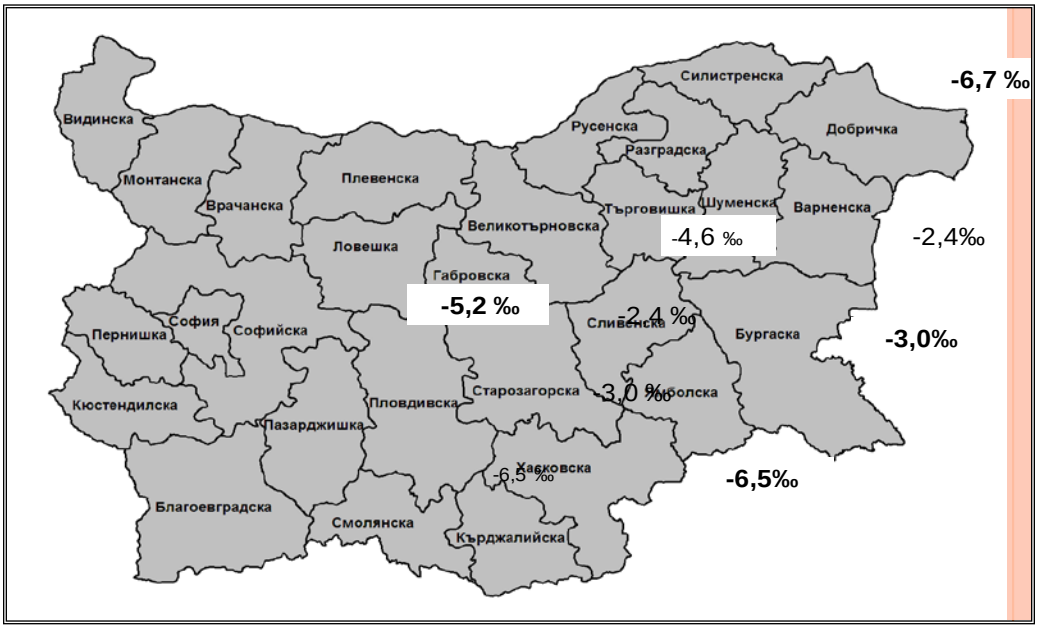


Fig. 2.- Demographic indicators: natural increase, 2013

The birth rate is also an indicator which can give us an idea of the better standard of living in the coastal zone. The higher values show a large proportion of young population, women in fertile age and an obviously better standard of living. The Burgas region has a birth rate higher than 10‰ as compared to the 9.1‰ rate for Bulgaria in 2013 (Fig. 2). The Varna region also has a similarly high rate for this indicator.



Fig. 3 - Birth rate, 2013

A fundamental indicator which characterizes manpower is unemployment. Its lower value in the coastal zone is indicative of the conditions offered by the maritime economic branches. The higher labor force gives a better appearance for the whole area and the incomes are higher, the social systems are not burdened with relief funds, the productivity of labor increases as does the quota of maritime branches in GDP. The latest data from March 2014 shows the average unemployment rate in Bulgaria was 12.2%. It is much higher than before the economic crisis in 2008, which stood at around 6%. But during the whole period the maritime regions (particularly the municipalities with sea outlets) had better indexes. The Varna and Burgas regions have indexes between 8.4% and 9.8%. These are several points under the average for the country. The Shumen region, located next to the coastal zone, has an unemployment rate of 19.8% (Fig. 3). It is clear that we can conclude that there is an efficiently working maritime economy and better chances for work.

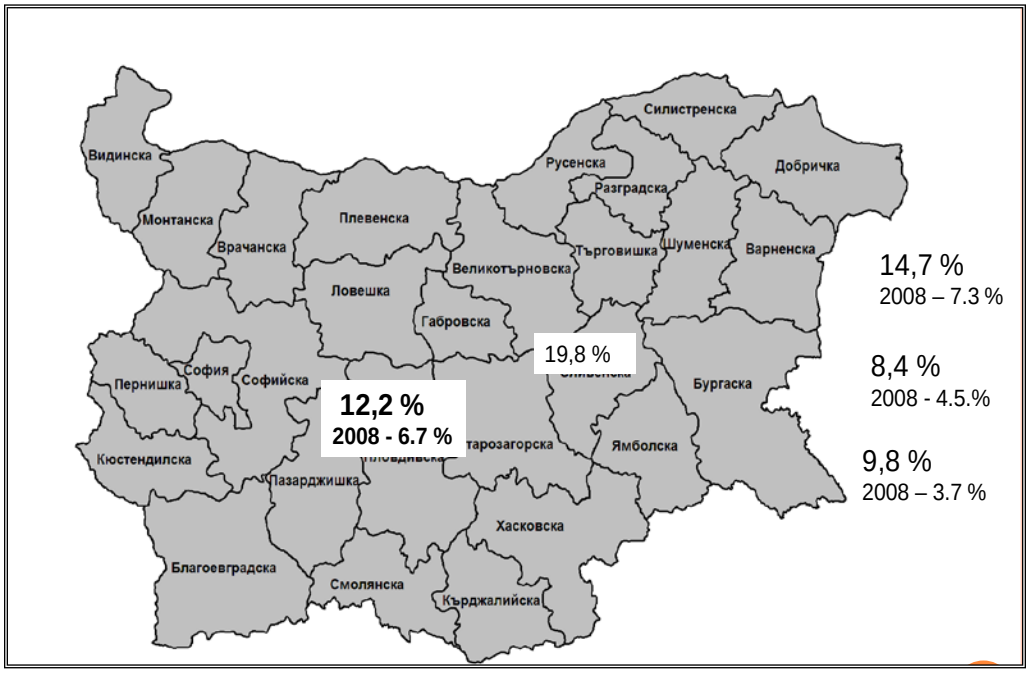


Fig. 4. - Unemployment, March, 2014

One of the main macroeconomic indicators characterizing a territory is GDP. Its analysis on the municipal level in Bulgaria gives different territorial interpretations. It is clear from Figure 5 that the municipalities in the coastal regions have a clearly higher GDP (highlighted in red). Territories around the capital, Sofia, and other larger towns such as Stara Zagora and Veliko Tarnovo, have similar profiles. It is clear that the Bulgarian coastal zone has a better index. This means a higher level of development of the economy and better indexes for the indicators influenced by it – unemployment, labor force, salary, and standard of living.

4. Are there any negative trends in parts of the coastal zone?

The main indicator to determine negative trends is the labor force. The analysis of migration processes in the Bulgarian coastal zone shows some negative trends. For example, 1/3 of the population is concentrated in the largest port towns – Varna and Burgas. This leads to a clear agglomeration effect. The population of Varna is 340,000 people which is nearly 70% of the Varna region. This gives grounds for thought on how to develop other parts of the coastal zone.

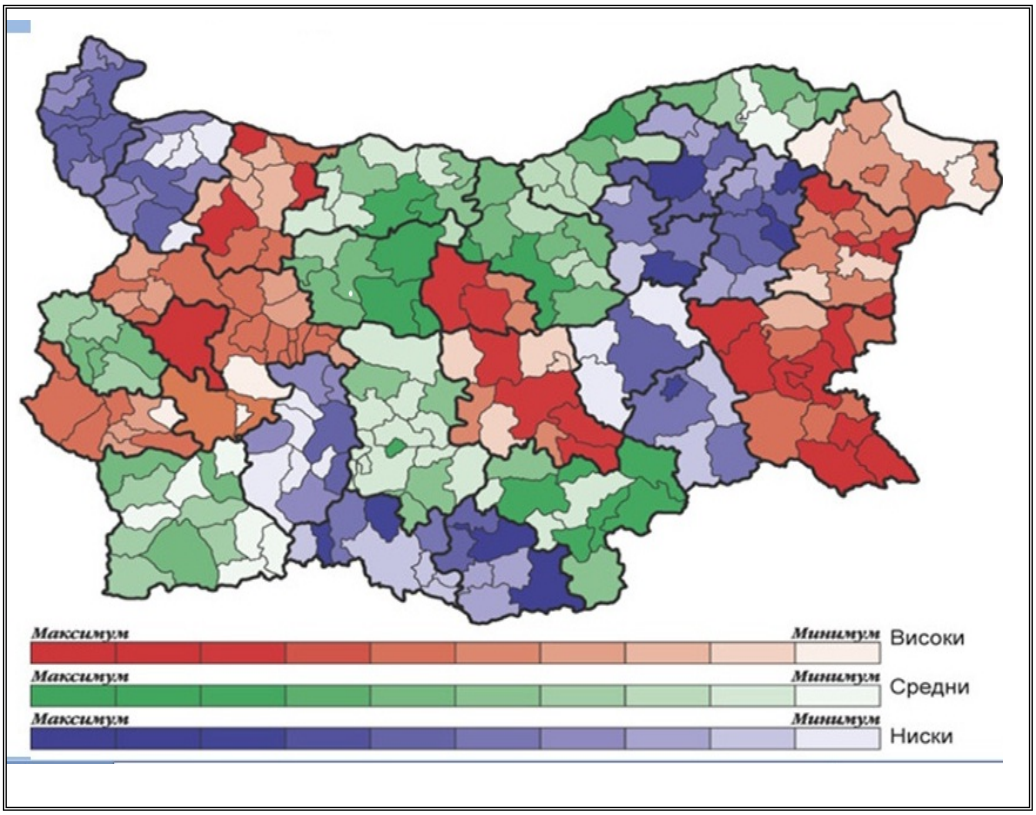


Fig. 5 - GDP, 2012.

If we analyze the above figures we can see some differences in indicators in the Bulgarian coastal zone. Its Northern parts have developed slower and with more negative indicators than the average ones for this territory. The administrative division of the Northern Back Sea coast includes the Kavarna, Balchik and Shabla municipalities. They are part of the Dobrich region, which in 2013, had negative natural growth (- 6.7‰) and its birth rate was lower than the national average, two percentage points cents lower than the birth rate for the coastal zone (- 8.7‰). Unemployment was over 14% at the beginning of 2014. Furthermore, the Shabla municipality had negative demographic indicators which were one of the highest in the EU (Fig. 5). It is expressed over high natural growth (- 22‰). There were only 39 births in 2013 which is an all-time low. The average annual salary is around 2500 euro.

Despite of favorable influence of the sea, why has this territory not followed similar development trends as the other parts in coastal zone? We consider the main reasons for this are: weakly developed maritime industry (shipbuilding, maritime transport, and tourism), bad road infrastructure, and long isochrones. The isochrones are time – the time to go from point A to point B. When the roads are maintained, the time between these points is shorter. This increases the process of labor migration. The example of the case of the Shabla municipality the working population looks for jobs in Varna. The distance is only 75 km but the travel time is 90 min. Shumen is 90 km away from Varna but the isochrones

are 40 min. This fact limits the locals of Shabla in their search for jobs in nearby industrial towns. This also contributes to worsening the municipality's economic profile.

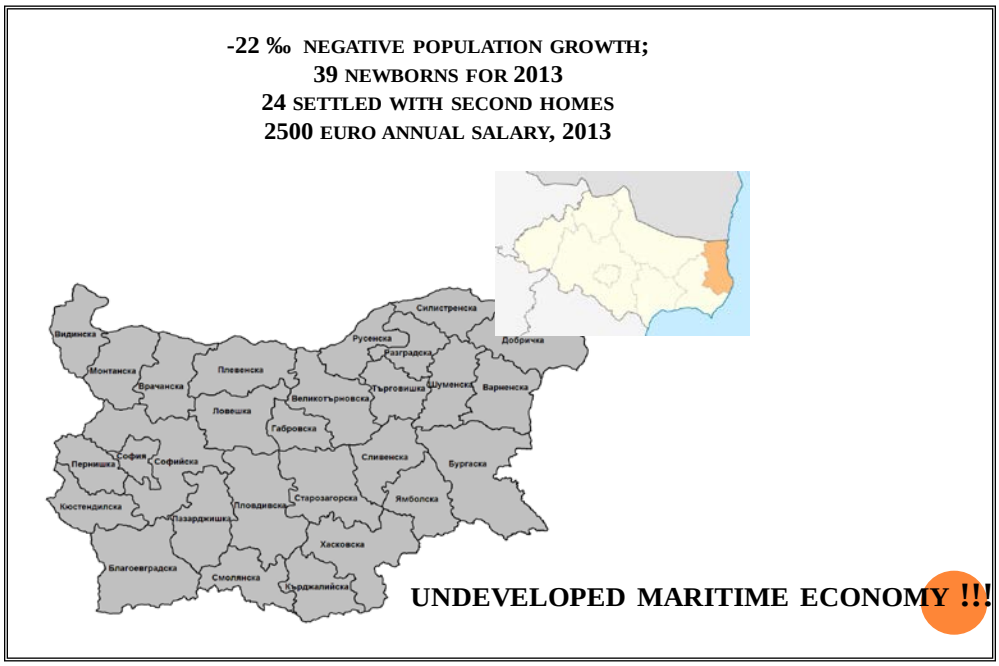


Fig. 6 – Shebla Municipality, 2013.

This paper has only focused on the main trends identified in the Bulgarian coastal zone.

4. Conclusions

The main conclusions drawn about the Bulgarian coastal zone are:

1. It has better demographic and economic indicators than the average at national level;
2. The population is concentrated in the large cities;
3. There are underdeveloped areas;
4. They do not develop the maritime economy and facilitate labor migration.

5. Bibliography

PENERLIEV, M. (2012). *Specifika na balgarskata kraibrejna zona*, Faber, Veliko Tarnovo;

PENERLIEV, M. (2009). *Cherno more – factor za razvitie na balgarskata kraibrejna zona (avtoreferat)*, Shumen,

Strategia za prostranstveno razvitie na Balgaria, Sofia, 2013

www.nsi.bg

www.grao.bg

SÁNCHEZ-FERNÁNDEZ, María Dolores (2015). ***Prácticas de responsabilidad social hoteleira desde la perspectiva de género***. The overarching issues of the european space: spatial planning and multiple paths to sustainable and inclusive development. Porto. Fac.Letras Univ.Porto. pp. 36-48

PRÁCTICAS DE RESPONSABILIDAD SOCIAL HOTELERA DESDE LA PERSPECTIVA DE GÉNERO

María Dolores SÁNCHEZ-FERNÁNDEZ
Facultade de Economía e Empresa, Universidade da Coruña
msanchezf@udc.es

Resumen

La relevancia de los estudios basados en la Teoría Institucional y liderar el cambio institucional corresponde a los objetivos generales a alcanzar en esta investigación, realizada en el año 2012, desde la perspectiva de género. El primer objetivo fue medir las variables de contexto institucional que afectan la implementación de las prácticas socialmente responsables. El segundo objetivo era contribuir al avance de la Teoría Institucional existente desde la perspectiva de género. Este estudio está dirigido a los hoteles de tres, cuatro y cinco estrellas ubicados en la Eurorregión (Galicia y norte de Portugal). Los informantes fueron los responsables de los hoteles, uno por unidad de estudio. Se diseñó un cuestionario basado en los siguientes datos: las características del objeto de estudio, los informantes, los pilares institucionales y los indicadores de responsabilidad social de los hoteles.

La metodología de ecuaciones estructurales fue la utilizada para el procesamiento de la información. También se utilizó una segmentación de modelos complejos. 109 cuestionarios válidos fueron utilizados a partir del conjunto de las regiones seleccionadas previamente de la Eurorregión. El interés científico de este estudio es aumentar el conocimiento en el proceso de cambio institucional y la forma en que adopten prácticas de responsabilidad social desde la perspectiva de género.

Palabras clave: prácticas de responsabilidad social, hotel, género.

Abstract

The relevance of studies based on institutional theory and institutional change lead to a series of general objectives that needed to be reached in this research, held in 2012, from the gender perspective. The first objective was to measure the institutional context variables that affect the implementation of social responsible practices. The second objective was to contribute to the existing institutional theory and to the diffusion of socially responsible practices.

This study targeted three, four and five star hotels in the Eurorregion (Galicia and Northern of Portugal). The informants were the managers of the hotels, one for each hotel surveyed. A questionnaire was designed based on the following information: the characteristics of the object of study, the informants, the institutional pillars and corporate social responsibility indicators directed towards the hotel subsector.

The Partial Least Square was used for the processing of information. It was also used a segmentation of complex models. 109 valid questionnaires were used from the set of the previously selected regions of the

Eurorregion. The scientific interest of this study is to increase the knowledge in the process of institutional change and the way in which they adopt socially responsible practices from the perspective of gender.

Keywords: social responsibility practices, hotel, gender.

1. Introducción

En esta investigación, nuestro objetivo es descubrir cual de las presiones institucionales identificadas por DiMaggio y Powell (1991) ejerce más influencia en los hoteles de tres, cuatro y cinco estrellas ubicados en la Eurorregión desde la perspectiva de género. Además de esto, pretendemos estudiar qué variables del contexto institucional ejercen influencia en los directivos de los hoteles para que implementen prácticas de responsabilidad social corporativa según la perspectiva del género. Este fenómeno es preocupante, e el impacto del género en el contexto institucional en el ámbito del trabajo con referencia a la responsabilidad social, no fue estudiada hasta el momento en la literatura académica más relevante. En nuestro caso, queremos contribuir para avanzar entorno a las nuevas evidencias sobre la Teoría Institucional encuadrada en esta perspectiva.

Encontramos que la Teoría Institucional es válida en la investigación de la aplicación de prácticas socialmente responsables a través de la recogida de información a través del ápice estratégico, la dirección de los hoteles. Los postulados encuadrados en la Teoría Institucional fueron estudiados y verificados por diferentes autores, en distintos tipos de organizaciones: administración pública, hospitales, campos de golf y en organizaciones sin ánimo de lucro (Bastidas e Moreno, 2006; Vargas-Sánchez e Riquel-Ligero, 2012; Llamas-Sánchez, García-Morales e Martín-Tapia, 2013; Mellinger, 2014). Aún así, existe poca literatura académica que se concentra a partir de la Teoría Institucional para el estudio de empresas del sector privado en el ámbito del turismo, lo que significa que podemos contribuir con nuevos avances en esta línea de investigación.

El sector del turismo es uno de los principales motores económicos tanto en España como en Portugal. De acuerdo con las estadísticas oficiales y contando con autores relevantes, como Alvarez, et al (2013), reconocen la gran importancia económica de este sector en ambos países. En el presente estudio fueron analizados, en el sector del turismo, el subsector hotelero considerando las tres dimensiones de la responsabilidad social (ambiental, económica y social). Con el fin de proporcionar uniformidad a nuestra investigación, fue seleccionado como objeto de estudio los hoteles de tres, cuatro y cinco estrellas ubicados en la Eurorregión (Galicia y Norte de Portugal).

Pretendemos en esta investigación analizar si existe una tendencia al isomorfismo, en el contexto institucional, concretamente enfocado en el desarrollo de las prácticas de responsabilidad social corporativa a partir de una perspectiva de género. Por lo anteriormente expuesto, la Teoría Institucional

es válida para nuestro estudio porque intenta explicar el comportamiento isomórfico de las organizaciones (DiMaggio e Powell, 1991, Scott, 1995).

Este capítulo está dividido en cuatro secciones. En el primer apartado realizamos una revisión de la literatura en el que tratamos la Teoría Institucional, la responsabilidad social corporativa y su relación con el género. Seguidamente, la metodología, el método de investigación y el modelo en que basamos nuestro trabajo. En la tercera sección, analizamos y discutimos los resultados. A continuación, son presentadas las conclusiones y, finalmente, las referencias.

2. Revisión de la literatura

2.1- La Teoría Institucional y la Responsabilidad Social Corporativa

La Teoría Institucional se fundamenta en tres pilares: coercitivo, normativo y mimético (Scott, 1995) dando lugar a las presiones institucionales identificadas por DiMaggio y Powell (1991) coercitivas, normativas y miméticas. Las empresas desarrollan sus actividades teniendo en cuenta los requisitos legales, las cuales son soportadas teniendo en cuenta el pilar coercitivo. Las organizaciones que adquieren legitimidad a través de la obligación moral siguen la línea de la base legal. Y las corporaciones que adquieren legitimidad mediante el seguimiento de las reglas y tendencias generalizadas, es decir, aquellas empresas que adoptan un comportamiento semejante al de otras empresas, estas dependen del pilar cognitivo.

La legitimidad se ha convertido en uno de los elementos clave para el negocio (Castelló e Lozano, 2011). Sugieren (Baum y Oliver, 1991; Suchman, 1995; Deephouse 1996) que la legitimidad es un factor fundamental para poder crecer y sobrevivir las organizaciones. Consecuentemente las corporaciones desarrollan respuestas estratégicas en el ámbito institucional, dada la importancia de la legitimidad, siendo muchas veces calculada por los gestores de las compañías (Castelló e Lozano, 2011).

Por otra parte, destacar que, el concepto de responsabilidad social de las empresas ha evolucionado a lo largo del tiempo, adaptándose a las preocupaciones actuales (ética, derechos humanos, transparencia, entre otros). Por lo tanto, a lo largo de los años este concepto se ha adaptado a las características de las diferentes organizaciones, así como a las partes interesadas, co el fin de alcanzar y estimular las prácticas en las organizaciones de forma obligatoria o bien voluntariamente. Consecuentemente, en la actualidad, existe una gran proliferación de conceptos, abordajes, teorías y terminologías relacionados con la conceptualización de la responsabilidad social corporativa. Este contexto implica una gran dificultad de mantener una definición invariable en el tiempo así como adaptable a esta investigación. Por este motivo, adoptamos el siguiente concepto relacionado con la responsabilidad social, recopilación de las principales variables que componen la responsabilidad social (Sánchez-Fernández, Vargas-Sánchez e Remoaldo, 2014). Entendemos por responsabilidad social

empresarial aquellas prácticas que son realizadas por las corporaciones que van más allá de las obligaciones legales que tiene la organización, ayudan a satisfacer las expectativas de las partes interesadas. Este concepto no es identificado como una actividad filantrópica desarrollada de manera aislada, se trata de un fenómeno de gestión dentro de la corporación. Además, destacar que las empresas hoy en día tienen a incorporar la responsabilidad social empresarial a partir de la perspectiva de la triple dimensión bajo el enfoque desarrollado por Elkington (1997).

Seguidamente relacionamos la Teoría Institucional y la Responsabilidad Social Corporativa. En la medida que la implementación de las prácticas socialmente responsables en las organizaciones carecen de apoyo institucional, la probabilidad de que las partes interesadas recompensen un buen comportamiento socialmente responsable o bien que castiguen un comportamiento socialmente irresponsable será mínima (Brammer, Jackson y Matten, 2012). Las empresas con mayor probabilidad de adoptar prácticas socialmente responsables son aquellas que están inmersas en un diálogo institucionalizado con los sindicatos, empleados y otras partes interesadas. Si se ofrece a la empresa un cuadro normativo, cognitivo y regulador adecuado para adoptar un comportamiento socialmente responsable, las instituciones darán sentido y estabilidad a la aplicación de tales comportamientos (Scott, 1995).

Consecuentemente, consideramos relevante el estudio de la responsabilidad social tomando como marco base la Teoría Institucional.

Varios autores tienen basado sus investigaciones en el marco de la Teoría Institucional para desarrollar sus estudios, especialmente orientados a la dimensión ambiental de la responsabilidad social (Rivera, 2004; Vargas-Sánchez y Riquel-Ligero, 2012; Ganapathy, et al., 2014).

En nuestra investigación se estudian las tres dimensiones de la responsabilidad social en base a Elkington (1997). También resulta de gran interés en el momento socioeconómico en que se realiza el presente estudio, una vez que ambos países están inmersos en una situación de crisis económica. Por ello, consideramos adecuado asociar este estudio con las cuestiones de la responsabilidad social, la cual puede afectar a la propia empresa y a su entorno.

2.2- Relación entre la Responsabilidad Social y el género

Afirman Arlow (1991), Lämsä et al. (2008) y Alonso-Almeida (2013) que las cuestiones sociales y ambientales, en el ámbito de las organizaciones, son más importantes para las mujeres que para los hombres.

De acuerdo con Bear, Rahman y Post (2010) la mayor diversidad de recursos proporcionará mayor potencial para promover opiniones positivas en materia de responsabilidad social. Identifican estos autores que las mujeres son más propensas a tener esa diversidad, identifican Hillman et al. (2002) que

tienden a tener más nivel de educación que los hombres, además también que las mujeres tienden a ganar experiencia de varios tipos antes de alcanzar posiciones de alta dirección. Por eso es por lo que ellas tienen una gran variedad de experiencias precedentes antes de alcanzar esta posición, lo que beneficia a la promoción del retorno positivo de la responsabilidad social. La diversidad de la gestión de recursos y la representación de mujeres en esta posición tiene un impacto positivo sobre los resultados de la responsabilidad social en la empresa (Bear, Rahman y Post, 2010). También las mujeres son más propensas a ser apoyadas por especialistas y personas influyentes en la comunidad (Hillman, et al., 2002), lo que las transforma con más prestigio entre las partes interesadas. Todo esto resulta porque las mujeres pueden tener mayor aproximación a las partes interesadas para ofrecer diferentes perspectivas sobre la responsabilidad social y tratar cuestiones diferentes que pueden ser útiles para esta materia. Más allá de la empresa que tiene mujeres en posiciones estratégicas, muchas veces prestan más atención a las minorías, lo cual genera una señal de comportamiento socialmente responsable (Bear, Rahman y Post, 2010).

El número de mujeres en el consejo de administración está positivamente relacionado con las clasificaciones de la fuerza de la responsabilidad social de las empresas (Bear, Rahman y Post, 2010). Las mujeres tienen mayor sensibilidad a la responsabilidad social en las empresas (Williams, 2003). En base a todo lo expuesto, a partir de la perspectiva de la integración de la dimensión de género, en la gestión estratégica, las mujeres tienen un impacto positivo sobre la responsabilidad social en la empresa.

3. El método

Para la recogida de datos se construyó un cuestionario estructurado y adaptado al objeto de investigación (los hoteles) y para los informantes, los gestores de los hoteles. El cuestionario fue adaptado a la lengua oficial de cada uno de los países (español y portugués). El cuestionario está dividido en diferentes secciones, construido a partir de la revisión de la literatura y de varios documentos oficiales. La sección que contiene las características sociodemográficas, de clasificación y de categorización de los informantes y del objeto de investigación se recogen, de las principales variables, de los informes elaborados por el Instituto de Estudios de Turismo de España, la Cuenta Satélite de Turismo en España y Portugal y también se recoge del Instituto Galego de Estadística.

La sección del contexto institucional contamos con la adaptación de la escala validada por diferentes autores (Kostova y Roth, 2002; Llamas-Sánchez, García-Morales y Martín-Tapia, 2013, Vargas-Sánchez y Riquel-Ligero, 2012) elaborada en base a los siguientes constructos de primer orden, presentando un conjunto de ítems con base a las tres presiones institucionales (DiMaggio y Powell, 1991): **presión coercitiva** (Pc): conocimiento de las leyes (Ag1), implementación de las leyes (Ag2), legislación (Ag3), acuerdos existentes (Ag4); **presión normativa** (Pn): obligación moral (Ag5), armonía con los valores del entorno (Ag6) y directrices sociales (Ag7); **presión mimética** (Pm): conocimiento de

las prácticas ambientales (Ag8), modelos (Ag9), imitación de prácticas (Ag10) y el conocimiento de prácticas exitosas (Ag11).

La escala de Responsabilidad Social Empresarial fue adaptada de la escala propuesta por Gallardo-Vazquez y Sánchez-Hernández (2012). La cual está compuesta por un constructo de segundo orden (RSC) que contiene cuatro constructos de primer orden (RSC1, RSC 2, RSC 3, RSC 4):

La **dimensión económica** representa un constructo de primer orden (RSC1): la calidad de los productos y servicios (Cg8); productos y servicios que se basan en patrones (Cg9); mejores niveles de precios (Cg10); informaciones precisas sobre productos y servicios (Cg11) e derechos de los consumidores (Cg12).

La **dimensión social** está conformada por un constructo de primer orden (RSC2): calidad de los empleados (Cg1); salarios de los empleados (Cg2g); creación de empleo (Cg3); formación (Cg4); políticas (Cg5); igualdad de oportunidades (Cg6) y mecanismos de diálogo (Cg7).

Las cuestiones ambientales se subdividen en dos constructos: **prácticas ambientales de predisposición** (RSC3): minimizan el impacto ambiental (Cg13) y el uso de productos con impacto ambiental mínimo (Cg14); **prácticas ambientales de acción** (RSC4): economizar energía (Cg15), fuentes alternativas de energía (Cg16), reducción del impacto del planeamiento de inversiones (Cg17), reducción de las emisiones (Cg18), residuos (Cg19), embalajes reciclables (Cg20).

Una vez construido el cuestionario fue revisado por tres especialistas de las áreas de gestión, responsabilidad social y del turismo. Introducidos los comentarios de los especialistas se realizó un pretest a diez gerentes de los hoteles (cinco en España y otros cinco en Portugal), durante el mes de abril de 2012 por diferentes medios (fax, e-mail, correo postal, visitas personales y contacto telefónico).

La tasa de respuesta fue de un 30%, conformando 109 respuestas válidas, presentando un error de 6% en donde p=q=0,5. Los porcentajes son considerados adecuados porque el patrón más exigente fue establecido en base al estudo de Vargas-Sánchez y Riquel-Ligero (2012), con una tasa de respuesta del 33%. Descartamos tasas de respuesta menores como las obtenidas por Llamas-Sánchez, García-Morales y Martín-Tapia (2013); Gallardo, Sánchez y Corchuelo (2013), porcentajes que varían desde 5% hasta un 21%.

Para el desarrollo de la investigación se consideraron las hipótesis expuestas a continuación.

H1. La presión coercitiva generada por las leyes y otros reglamentos aplicables a las actividades dentro de la corporación tienen una influencia positiva sobre la adopción de prácticas socialmente responsables.

H2. La aceptación de valores y normas en las corporaciones tienen una influencia positiva sobre la adopción de prácticas socialmente responsables.

H3. La imitación de prácticas exitosas socialmente responsables, según la percepción dentro de las organizaciones, tiene una influencia positiva sobre la adopción de tales prácticas.

A partir de la revisión de la literatura, proponemos el siguiente modelo relacionado con las presiones del contexto institucional

A partir de la revisión de la literatura, proponemos el siguiente modelo relacionado con las presiones del contexto institucional (presión coercitiva – pc-; presión normativa – pn- y presión mimética – pm-) con relación a la responsabilidad social - rsc-, con el fin de contrastar las hipótesis H1, H2 y H3, respectivamente. Las hipótesis se relacionan con el siguiente modelo de investigación propuesto en la figura 1.

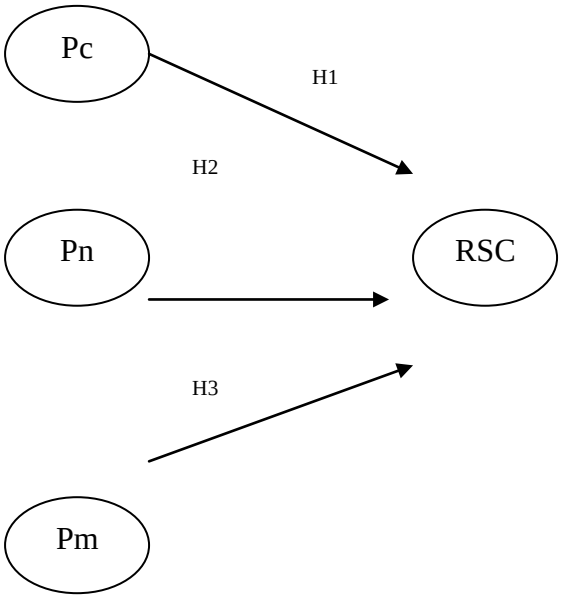


Fig. 1. Modelo de investigación propuesto.

Fuente: Elaboración propia.

El modelo propuesto se compone de un constructo de segundo orden responsabilidad social corporativa (RSC), el cual contiene cuatro constructos de primer orden (RSC1, RSC 2, RSC 3, RSC 4). El contexto institucional se compone de tres constructos de primer orden, que corresponden con las tres presiones institucionales (Pc, Pn e Pm). El modelo contiene en total 31 indicadores. Este conjunto de variables observables se obtiene después de testar la unidimensionalidad de la escala, es decir, las variables que permanecen son aquellas que agregan valor a los factores.

Con el fin de verificar la construcción de los conjuntos de variables, los constructos, los primeros datos se recogieron utilizando el *software* Microsoft Office (versión 2003). Y para el análisis de los factores utilizamos el paquete estadístico SPSS (versión 18.0). Esta técnica nos permitió reducir la información contenida en un conjunto de variables originales en un conjunto menor de variables con la perdida mínima de información (Nunnally, 1978).

En una segunda etapa, utilizamos el *software* Visual-PLS para implementar la técnica de mínimos cuadrados parciales (PLS), basado en la metodología de modelos de ecuaciones estructurales (SEM), y el cual exige la realización de un modelo de medición y un modelo estructural.

4. Resultados y discusión

Describimos en primer lugar las principales características demográficas de los directivos del os hoteles. La muestra está constituida por el 70% de hombres y el 30% de mujeres ejecutivas. En base a los estudios de Alonso-Almeida (2013), el porcentaje alcanzado representa una muestra representativa. En cuanto a la franja de edad, las mujeres están entre edades comprendidas entre lso 18 y 45 años, el restante 30% está por encima de los 46 años. En función de las características de la categoría de los hoteles, en torno al 52% trabajan en hoteles de tres estrellas. En los hoteles de 4 estrellas, hay un mayor porcentaje de representación de mujeres, el 45%. Y en los hoteles de 5 estrellas, un 3% es el porcentaje alcanzado por mujeres directivas. En relación al nivel de escolaridad, divida en cinco niveles, el 61% lo representan mujeres directivas con educación superior universitaria. El 15% de las mujeres tienen un nivel de educación secundaria y el 15% un mayor nivel de educación, de master y de doctorado. El 4% de las mujeres directivas tienen un nivel de educación escolar obligatoria.

Seguidamente, se presentan los resultados obtenidos después de aplicar la metodología basada en la técnica de ecuaciones estructurales, mínimos cuadrados parciales (PLS).

4.1- El análisis de los modelos de medida

De los 31 ítems iniciales del modelo propuesto se obtienen, después de analizar la confiabilidad de los ítems individuales, en el modelo aplicado a las mujeres directiva permanecen todos los ítems iniciales. Esto sucede porque cumplen los requisitos delimitados, el valor es mayor que 0.505, el establecido por Falk y Miller (1992), y por tanto las variables permanecen en el modelo.

Fiabilidad individual de los ítems de los constructos del contexto institucional: **Pc** [presión coercitiva]: (Ag1:0,84; Ag2:0,86; Ag3:0,69; Ag4:0,79); **Pn** [presión normativa]: (Ag5:0,55; Ag6:0,92; Ag7:0.90); **Pm** [presión mimética]: (Ag8:0,87; Ag9:0.88; Ag10:0.75; Ag11:0.62).

En la presión coercitiva los ítems más representativos son la importancia al conocimiento, tanto de la ley como en su aplicación. En la presión mimética lo más importante para las mujeres es el conocimiento de los modelos de responsabilidad social y en la presión regulativa la harmonía con los valores. Seguidamente, analizamos la confiabilidad individual de los ítems de los constructos que componen la responsabilidad social.

Fiabilidad individual de los ítems del constructo responsabilidad social: **RSC1 (dimensión social):** Cg1:0,91; Cg2:0,88; Cg3:0,61; Cg4:0,83; Cg5:0,86; Cg6:0,88; Cg7:0,87; **RSC2 (dimensión económica):** Cg8:0,90; Cg9: 0,66; Cg10:0,67, Cg11:0,76; Cg12:0,77; **RSC3 (prácticas ambientales de predisposición):** (Cg13:0,89; Cg14:0,89); **RSC4** (**prácticas ambientales de acción)**: Cg15:0,65; Cg16:0,64; Cg17:0,54; Cg18:0,78; Cg19:0,71, Cg20:0,72.

En el análisis de las dimensiones de la responsabilidad social, las mujeres dan más importancia a la dimensión social. En el caso de la dimensión económica, para ellas es más importancia el proveer de productos y servicios de alta calidad a los clientes. En la dimensión social tiene más énfasis la calidad de vida de los empleados y en la dimensión ambiental dan importancia a la reducción de emisiones, residuos y reciclaje de las materias así como minimizar el impacto ambiental.

Una vez verificada la fiabilidad de los ítems, presentamos los resultados del los test de los constructos reflectivos (Pc, Pn, Pm, RSC1, RSC2, RSC3, RSC4), a excepción del constructo RSC, el cual está exento por tratarse de un constructo formativo, en base a lo establecido por Sarabia et al. (1999).

De acuerdo con Nunnally (1978) la confiabilidad compuesta de dos constructos debe ser mayor que 0,7 para estados iniciales de investigación. En nuestro caso, los resultados según el género son: Pc: 0,88; Pn: 0,85; Pm: 0,86; RSC3: 0,83; RSC4: 0,88.

Otro test al cual se someten los datos es la validez convergente (AVE), la cual debe exceder el valor de 0,5 propuesto por Fornell y Lacker (1981). En nuestra investigación, también podemos comprobar que el AVE es mayor que las correlaciones al cuadrado. Todos los constructos reflectivos cumplen esta condición, seguidamente presentamos los resultados obtenidos: Pc: 0,63; Pn: 0,66; Pm: 0,62; RSC3: 0,78; RSC4: 0,51.

4.2- El análisis del modelo estructural

Para testar las hipótesis analizamos los coeficientes β. Para aceptar los β estos deben ser mayor que 0,2 en base a Chin (1998) y Vargas-Sánchez y Riquel-Ligero (2012), exponemos seguidamente las hipótesis contrastadas: H1: (Pc→ RSC): 0,38; H2: (Pn→ RSC):0,51; H3: (Pm→ RSC): -0,27.

Además, analizamos el poder predictivo del modelo R^2, el cual debe ser igual o superior a 0,1 para ser considerado como adecuado en base a Falk y Miller (1992). Los resultados satisfacen la premisa indicada, presentamos los valores seguidamente: R^2 de RSC: 0,36

Se concluye que, el fenómeno del isomorfismo, en nuestra investigación, se cumple. La presión regulatoria ejerce mayor presión sobre las prácticas de responsabilidad social de acuerdo con la perspectiva de género, los resultados obtenidos concuerdan con Jennings y Zandbergen (1995). Sin embargo, es necesario destacar que en el modelo no hay mucha diferencia entre la influencia en la presión normativa y coercitiva. En el modelo propuesto, la presión mimética ejerce poca influencia en el contexto institucional, se obtiene que esta hipótesis es rechazada.

5. Conclusiones

En el test de hipótesis con base al modelo propuesto, se concluye que dos de las tres hipótesis son aceptadas (H1 y H2), se rechazo la hipótesis H3. En la configuración de presiones que conforman el contexto institucional, podemos ver que la presión normativa ejerce más presión en las mujeres directivas. Este resultado es consistente con los principios defendidos por Jennings y Zandbergen (1995).

La presión coercitiva ejerce menos influencia que la normativa, siendo más distante, en el caso de las mujeres directivas. Finalmente, cabe destacar que la presión institucional mimética no ejerce ninguna influencia, un resultado que no coincide con los obtenidos por DiMaggio y Powell (1991) y Deephouse (1996). Con referencia a las hipótesis se confirma que hay un comportamiento isomórfico con relación a las prácticas de responsabilidad social de acuerdo con el género, en relación al estudio de los hoteles en base a las lineas propuestas por DiMaggio y Powell (1991) y Scott, 1995.

En este último caso, indicar que los directivos de los hoteles no tienen en consideración las prácticas de responsabilidad social exitosas en otros hoteles. En el contexto económico en que este estudio fue realizado, las corporaciones estaban más preocupadas por obtener resultados inmediatos y por reducir costes de todo tipo. En muchos de los casos, el objetivo de esas empresas es sobrevivir, sin tener en consideración el impacto que sus decisiones pueden tener a medio o largo plazo.

Estudiando con más profundidad el conjunto de items que conforman el contexto institucional hay pequeñas diferencias en este contexto según el género.

En los hoteles dirigidos por mujeres el contexto institucional es marcado por la importancia del conocimiento de las leyes y su implementación; la harmonía con los valores del contexto y el conocimiento de los modelos de responsabilidad social. En lo que se refiere a las dimensiones de la responsabilidad social, se confirma que las mujeres dan más importancia a las cuestiones sociales, en la línea de los resultados obtenidos por Williams (2003) y Alonso-Almeida (2013).

Es de destacar el impacto positivo de la inclusión de mujeres en posiciones de liderazgo en materia de responsabilidad social, que son apoyadas por los siguientes argumentos: ellas tienen un bagaje profesional basado en la diversidad; son más propensas a ser apoyadas por especialistas y personas influyentes en la comunidad (Hillman et al., 2002), tienden a tener más formación (Bear, Rahman y Post, 2010), tienden a ser más sensibles a la responsabilidad social (Williams, 2003) y contribuyen a la mejora de las clasificaciones de la responsabilidad social. Consecuentemente según lo expuesto, se podrían ayudar a promover las mujeres en cargos de gestión en empresas que apoyan a su política con base al comportamiento socialmente responsable. Esto puede contribuir en el incremento representativo de las mujeres en cargos directivos.

En esta investigación se presentan una serie de limitaciones que envuelven una serie de oportunidades para futuras líneas de investigación. Notar en primer lugar, que una de las limitaciones está relacionada con el tamaño de la muestra, no podemos generalizar los resultados a todo el país, España o Portugal. Sin embargo, esta investigación proporciona información relevante para las empresas así como estudios desde la perspectiva de género, turismo y responsabilidad social en las empresas. Consecuentemente, resaltamos como una oportunidad para una futura línea de investigación estudiar áreas geográficas de mayor proporción, pudiéndose establecer una comparativa con los resultados actuales. Además de esto, sería apropiado recoger informaciones de más partes interesadas como pueden ser los clientes, la comunidad, los proveedores, entre otros.

6. Referencias

ALONSO-ALMEIDA, M. (2013). Environmental management in tourism: Students' perceptions and managerial practice in restaurants from a gender perspective. *Journal of Cleaner Production, 60*(1), 201-207.

Álvarez García, J., VILA ALONSO, M., FRAIZ BREA, J.A. & RÍO RAMA, M. C. (2013). Análisis de las relaciones de dependencia entre los factores críticos de la calidad y los resultados. Sector de alojamiento turístico en España. *Investigaciones Europeas de Dirección y Economía de la Empresa, 19*, 74-89.

ARLOW, P. (1991). Personal characteristics in college students' evaluations of business ethics and corporate social responsibility. Journal of Business Ethics*, 10*(1), 63-69.

BAUM, J.A. & OLIVER, C. (1991). Institutional linkages and organizational mortality. *Administrative Science Quarterly, 36*(2), 187-219.

BEAR, S., RAHMAN, N. & POST, C. (2010). The Impact of Board Diversity and Gender Composition on Corporate Social Responsibility and Firm Reputation. *Journal of Business Ethics, 97*, 207-221.

BRAMMER, S.; JACKSON, G. & MATTEN, D. (2012). Corporate Social Responsibility and institutional theory: new perspectives on private governance. *Socio-Economic Review, 10*(1), 3-28.

CASTELLÓ, I. & LOZANO, J.M. (2011). Searching for New Forms of Legitimacy through Corporate Responsibility Rhetoric. *Journal of Business Ethics, 100*(1), 11-29.

CHIN, W. (1998). The Partial Least Square Approach to Structural Equation Modeling. In Marcoulides, G.A. (ed), *Modern Methods for Business Research* (pp. 295-336). Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum Associates, Publisher.

DEEPHOUSE, D.L. (1996). Does isomorphism legitimate?. *Academy of Management Journal, 39*(4), 1024-1039.

DIMAGGIO, P.J. & POWELL, W.W. (1991). The Iron Cage Revisited: Institutional Isomorphism and Collective Rationality in Organization Fields. In Powell, W. W. and DiMaggio, P.J. (eds), *The New Institutionalism in Organizational Analysis* (pp.63-82). Chicago, IL: University of Chicago Press.

ELKINGTON, J. (1997). *Cannibals with Forks: The Triple Bottom Line of 21st Century Business*, (2 ed.). Oxford: Capstone Publishing Ltd.

FALK, R.F. & MILLER; N.B. (1992). *A Primer for Soft Modeling*. Akron, Ohio: The University of Akron Press.

FORNELL, C. & LACKER, D. (1981). Evaluating structural equation models with unobservable variables and measurement error: algebra and statistic. *Journal of Marketing Research, 28*(February), 39-50.

GALLARDO VÁZQUEZ, D., SÁNCHEZ HERNÁNDEZ, M.I. & CORCHUELO MARTÍNEZ-AZÚA, M.B. (2013). Validación de un instrumento de medida para la relación entre la orientación a la Responsabilidad Social Corporativa y otras variables estratégicas de la empresa. *Spanish Accounting Review, 6*(1), 11-23.

GANAPATHY, S. P., NATARAJAN, J., GUNASEKARAN, A., & SUBRAMANIAN, N. (2014). Influence of eco-innovation on Indian manufacturing sector sustainable performance. *International Journal of Sustainable Development and World Ecology, 21*(3), 198-209.

HILLMAN, A.J., CANNELLA, A.A & HARRIS, I.C. (2002). Women and Racial Minorities in the Boardroom: How Do Directors Differ?. *Journal of Management, 28*, 747-763.

JENNINGS, P.D. & ZANDBERGEN, P.A. (1995). Ecologically sustainable organizations: An institutional approach. *Academy of Management Review, 20*(4), 1015-1052.

KOSTOVA, T. & ROTH, K. (2002). Adoption or fan organizational practice by subsidiaries of multinational corporations: Institutional and relational effects. *Academy of Management Journal, 45*, 215-243.

LÄMSÄ, A.M., VEHKAPERÄ, M., PUTTONEN, T., & PESONEN, H.L. (2008). Effect of business education on women and men students' attitudes on corporate responsibility in society. *Journal of Business Ethics*, *82*(1), 45-58.

LLAMAS-SANCHEZ, R., GARCIA-MORALES, V. & MARTIN-TAPIA, I. (2013). Factors affecting institutional change: A study of the adoption of Local Agenda 21 in Spain. *Journal of Organizational Change Management, 26*(6), 1045-1070.

MELLINGER, M. S. (2014). Do nonprofit organizations have room for advocacy in their structure? An exploratory study. *Human Service Organizations Management, Leadership and Governance, 38*(2), 158-168.

NUNNALLY, J.C. (1978). *Psychometric theory* (2 ed.). New York: McGraw-Hill.

RIVERA, J. (2004). Institutional pressures and voluntary environmental behavior in developing countries: Evidence from the Costa Rican hotel industry. *Society and Natural Resources, 17*(9), 779-797.

SÁNCHEZ-FERNÁNDEZ, M.D., VARGAS-SÁNCHEZ, A. & REMOALDO, P. (2014). Institutional Context and Hotel Social Responsibility. *Kybernetes, 43*(3/4), 413-426.

SARABIA SÁNCHEZ, F.J., et al. (1999). *Metodología para la investigación en marketing y dirección de empresas.* Madrid: Pirámide.

SCOTT, W.R. (1995). *Institutions and organizations*. Thousand Oaks: Sage.

Suchman, M. (1995). Managing legitimacy: Strategic and institutional approaches. *Academy of Management Review, 20*(3), 571-610.

VARGAS-SÁNCHEZ, A. & RIQUEL-LIGERO, F. (2012). Influence of the institutional context on the performance of golf courses, considering the natural environment. *Environmental Engineering and Management Journal, 11*(11), 2001-2012.

WILLIAMS, R.J. (2003). Women on Corporate Boards of Directors and Their Influence on Corporate Philanthropy. *Journal of Business Ethics, 42,* 1-10.

RAMOS, Maria da Conceição (2015). ***Envelhecimento ativo, segurança e saúde no trabalho: desafios contemporâneos***. The overarching issues of the european space: spatial planning and multiple paths to sustainable and inclusive development. Porto. Fac.Letras Univ.Porto. pp. 49-66

ENVELHECIMENTO ATIVO, SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS

Maria da Conceição Pereira RAMOS
Faculdade de Economia da Universidade do Porto
cramos@fep.up.pt

RESUMO

Nas últimas décadas, as sociedades ocidentais têm-se confrontado com o progressivo envelhecimento da população ativa, resultante nomeadamente do aumento da esperança de vida e do prolongamento da idade da reforma. Este envelhecimento ativo, promovido pelos próprios Estados, tem consequências importantes no mercado de trabalho, obrigando a refletir sobre as condições de trabalho e de vida das populações mais velhas, incluindo as questões de género e discriminação. É necessário identificar novos riscos e desafios colocados pelo aumento do número de trabalhadores idosos, em termos de saúde e segurança no trabalho, nos diferentes contextos laborais. A análise das condições de trabalho revela que mulheres e homens mais velhos enfrentam desvantagens e riscos laborais significativos com repercussões nas respetivas saúde e segurança no trabalho. Os riscos associados à segurança e saúde no trabalho das mulheres têm sido subestimados relativamente aos mesmos riscos incorridos pelos homens, tanto na investigação, como na prevenção.

Palavras-chave: envelhecimento ativo; segurança no trabalho; saúde no trabalho; género e trabalho; discriminação etária no emprego.

ABSTRACT

In the last decades, western societies have been facing a continuous ageing of active population, namely resulting from the increase in life expectancy and from the raise of the retirement age. This active ageing, promoted by the States themselves, has clear consequences upon the labour market and forces us to reflect about the living and working conditions of the older population, including gender and discrimination issues. There's a need to identify the new risks and challenges created by the increase in the number of older workers, in terms of health and safety at work, under different labour contexts. An analysis on working conditions reveals that older women and men face significant labour disadvantages and risks with repercussions for their health and safety at work. Health and safety risks associated to women´s work have been undervalued and neglected compared to those same risks faced by men, both in terms of research and of prevention.

Words-keys: active ageing; safety at work; health at work; gender and work; age discrimination in employment.

1. Introdução

O estudo do envelhecimento tem vindo a assumir uma dimensão importante na atual conjuntura social, económica e demográfica. O debate lançado pela Assembleia Mundial das Nações Unidas sobre o Envelhecimento, em 1982, tem colocado diferentes desafios, ao nível laboral, financeiro e sociocultural, tais como: escassez de mão-de-obra e de competências, necessidade de imigração, prolongamento da vida ativa e da formação, condições de trabalho adequadas, pressão sobre a sustentabilidade dos sistemas de pensões e dos níveis de proteção social e de saúde, reequilíbrio das estruturas familiares, entre trabalho e lazer e entre diferentes grupos etários. Na Europa, o século XXI constituirá o século dos idosos, onde as gerações mais velhas predominam em relação às outras faixas etárias, tendência particularmente forte em Portugal, um dos países mais envelhecidos da Europa e do mundo. Portugal foi o país da União Europeia (UE) com a taxa de fertilidade mais baixa em 2014, de 1,23 bebés por mulher, e também o Estado-membro que registou a maior queda de nascimentos entre 2001 e 2014, sendo a Europa o continente mais afetado pelo processo de envelhecimento da sua população e onde o peso das pessoas com mais de 65 anos deverá passar de 16% em 2010 para 29% em 2060 (Eurostat). Em Portugal, a tendência é semelhante, indicando as projeções da população uma estrutura etária muito envelhecida e um aumento dos idosos em valor absoluto e em importância relativa. Há, portanto, que assinalar as assimetrias regionais que o fenómeno reveste, vetando certas zonas do país, sobretudo as áreas rurais do interior, a uma situação de impossibilidade de substituição de gerações populacionais (Gonçalves & Carrilho, 2007).

O Ano Europeu do Envelhecimento Ativo e da Solidariedade entre Gerações, em 2012, surgiu como uma das principais preocupações europeias procurando criar uma cultura de envelhecimento ativo e de solidariedade intergeracional na Europa, e mobilizar e envolver todos os parceiros (sociais, económicos, da sociedade civil) nas estratégias de intervenção públicas e empresariais (Comissão Europeia, 2012; Governo de Portugal, 2012). Em diversos estados europeus, promove-se o envelhecimento ativo para resolver o problema de sustentabilidade dos sistemas de segurança social e de reformas destes mesmos países, como apela o Livro Branco da Comissão Europeia (CE) sobre as pensões (2012). Com as políticas europeias de "envelhecimento ativo", o Parlamento Europeu e a CE pretendem inverter a tendência de diminuição da taxa de atividade dos trabalhadores mais velhos verificada nas décadas de 60-80 do século XX, devida em grande parte às políticas públicas que facilitaram a saída precoce do mercado de trabalho. Nos últimos anos de crise económica, as possibilidades de reforma antecipada e de pré-reforma, devem-se também à deterioração das condições laborais e intensificação dos ritmos de trabalho, afetando os trabalhadores mais idosos, menos aptos a trabalhar em contextos de *stress* e de grande competitividade. Muitos trabalhadores portugueses idosos têm baixos níveis de instrução e desempenham tarefas repetitivas, por vezes em ambientes físicos ou

psicológicos adversos. O envelhecimento da população ativa acontece num contexto macroeconómico muito desfavorável, onde empresas e organismos públicos são pressionados a reduzir o número de trabalhadores, afastando-se os mais velhos, vítimas de diferentes tipos de discriminações, de desemprego, nomeadamente de longa duração, de desencorajamento e de elevado risco de pobreza.

2. Definição de "trabalhador mais velho" e promoção do envelhecimento ativo

A idade cronológica é um indicador de desempenho arbitrário, já que as pessoas mais velhas podem contribuir ativamente para a sociedade independentemente da sua idade. Autores como McCarthy et al. (2014) preocupam-se em definir a idade do "trabalhador mais velho" do ponto de vista da organização. Não existe um conceito uniforme, mas as análises estatísticas tendem a definir os 45 anos como a demarcação entre ser mais novo (dos 24 aos 44 anos) e ser mais velho (dos 45 aos 64 anos) (Tikkanen & Nyhan, 2006). A definição de "trabalhador mais velho" tem evoluído ao longo do tempo, dependendo do objeto de estudo (Kooij et al., 2008). Segundo a OCDE (2006), o termo refere-se a trabalhadores com 50-55 anos ou mais, dado que em muitos países esta faixa etária diminui a sua participação no mercado de trabalho. Também a Estratégia Nacional para a Segurança e Saúde no Trabalho (Presidência do Conselho de Ministros, 2015), refere os trabalhadores específicos de mais de 55 anos de idade.

Construir uma sociedade para pessoas de todas as idades é um objetivo fundamental da agenda da comunidade internacional, com vista a promover a inclusão das mulheres e homens idosos na sociedade, em conformidade com as resoluções da II Assembleia Mundial sobre o Envelhecimento, realizada em Madrid, em 2002. São necessários esforços sustentados para melhorar as condições de trabalho dos mais velhos, no sentido de estes obterem um trabalho digno e decente e de atingirem um envelhecimento ativo como a Organização Mundial de Saúde (WHO, 2002) define: processo de otimização de possibilidades de saúde, participação e segurança, com o fim de melhorar a qualidade de vida das pessoas à medida que envelhecem.

> Promover o envelhecimento ativo significa criar melhores oportunidades para que as mulheres e os homens mais velhos desempenhem o seu papel no mercado de trabalho, combater a pobreza, sobretudo das mulheres, e a exclusão social, encorajar o voluntariado e a participação ativa na vida familiar e na sociedade, e incentivar o envelhecimento com dignidade (Decisão nº 940//2011/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 14 de Setembro).

A Estratégia "Europa 2020" estabeleceu uma taxa de emprego alvo para a UE de 75% para mulheres e homens entre os 20 e 64 anos até 2020, investindo na melhoria do envelhecimento ativo e saudável (Comissão Europeia, 2010). A partir dos anos 90 do século XX, os Estados-membros adotaram políticas para favorecer o prolongamento da vida ativa, o aumento da idade de reforma e da taxa de emprego dos

trabalhadores mais velhos: isenções fiscais e de contribuições para as empresas; reforço das pensões para quem trabalha mais anos e penalizações para quem se reforma mais cedo; regulamentação contra a discriminação etária, etc. Em Portugal, a taxa de emprego dos trabalhadores mais idosos é relativamente elevada, face às carreiras contributivas incompletas e ao elevado risco de pobreza desta população. Em 2014, a taxa de atividade das pessoas de 55-59 anos foi de 71,2% para a UE28 e de 75,9% para Portugal; na faixa etária de 60-64 anos, foi de 39,3% na UE28 e de 50,1% para Portugal; e para os de 65 e mais anos, foi, respectivamente, de 5,4% e de 11,9% (INE e EUROSTAT). Segundo os dados do INE (2012) sobre *Rendimento e Condições de Vida* em 2010, 18% da população em Portugal vivia abaixo do limiar da pobreza (421 euros por mês), sendo a taxa de risco de pobreza de 21% para as pessoas com mais de 65 anos.

A questão demográfica constitui um desafio maior para o conjunto dos países europeus, em particular devido ao seu impacto nos sistemas de proteção social (trabalho, saúde, reforma,…). Na 3.ª vaga do inquérito europeu SHARE (Survey of Health, Ageing and Retirement in Europe) sobre a saúde, o envelhecimento e a reforma, foram interrogados seniores de 50 e mais anos sobre a sua história de vida, desde a infância até à atualidade, permitindo compreender a influência dos estados-providência ao longo da vida (Briant, Lenormand & Sirven, 2011). A segurança social e o sistema de reformas só são viáveis se for preservada a saúde dos seniores nos seus locais de trabalho (Debrand & Lengagne, 2007).

Nos países em desenvolvimento, as pessoas mais velhas trabalham frequentemente, apesar da saúde debilitada, para poderem sobreviver sem pensões, verificando-se a falta de emprego digno para esta faixa etária. Veja-se, na África e na Ásia, a importância dos trabalhadores mais velhos na economia informal, sem qualquer proteção de saúde e segurança do trabalho (OIT, 2008). É importante uma abordagem de género para a inclusão das pessoas mais velhas no mercado de trabalho, pois na velhice as mulheres sofrem do impacto acumulado das barreiras e desvantagens no emprego encontradas ao longo da vida, tais como: interrupções de carreira, trabalho a tempo parcial, baixa remuneração e discrepância salarial entre géneros (Botti, Corsi & D'Ippoliti, 2011; Ramos, 2011, 2012).

Nos países desenvolvidos, a possibilidade de melhores condições de saúde física e mental faz com que pessoas mais velhas disponibilizem no mercado laboral a sua experiência e competência, mesmo tendo o direito à reforma, e desenvolvam atividades empresariais, por conta própria, e atividades socialmente úteis na economia solidária, de voluntariado, investindo os recursos humanos na vida associativa, sobretudo aquando da passagem à reforma (Ramos, 2014).

Estas questões demográficas, económicas e laborais levantam, pois, diversos desafios, mas também, como referem Perkins et al. (2007), uma grande oportunidade de aproveitamento de *know-how* e de vantagens de experiências únicas dos trabalhadores mais velhos.

3. Envelhecimento, segurança e saúde no trabalho e empreendedorismo

Segundo as projeções demográficas do Eurostat, a população ativa com idades entre os 55 e os 64 anos na UE deverá aumentar cerca de 16% entre 2010 e 2030. Se, por um lado, são frequentes as associações entre idade e falta de produtividade ou perda de capacidades dos trabalhadores mais velhos, por outro, exige-se legalmente que estes continuem ativos até mais tarde, ao mesmo tempo que se verifica o seu afastamento precoce da vida ativa e dificuldades crescentes da sua reintegração no mercado de trabalho. Uma das ideias controversas sobre a idade e o trabalho refere-se à crença de que há um declínio da motivação no trabalho relacionado com a idade. Volkoff, Molinié & Jolivet (2000) reconsideram a conceção negativa da relação idade-eficácia e colocam em balanço o declínio de certas capacidades com o aumento da experiência.

É crescente a importância dos fatores etários na determinação de riscos profissionais, podendo os trabalhadores seniores

> estar em maior risco para certos tipos de acidentes de trabalho ou problemas de saúde do que os colegas mais jovens, considerando o natural declínio das capacidades físicas, sensoriais e/ou cognitivas. Usualmente estes trabalhadores tendem a sofrer mais lesões por acidentes de trabalho, com uma taxa de mortalidade acima da média, e uma maior incidência de doenças profissionais crónicas, como certos tipos de cancro e doenças cardiovasculares ligadas ao trabalho. Apresentam também mais dificuldade na adaptação a novas práticas de trabalho ou acordos (ex.: trabalho por turnos), e carecem de mais tempo para a recuperação de doença ou lesão. De sublinhar que as empresas beneficiam com os trabalhadores seniores pela experiência que possuem, e pelas competências e atitudes sociais e emocionais usualmente superiores às dos mais jovens (Direção Geral da Saúde, 2013, p. 5).

A OMS (Organização Mundial da Saúde) e a OIT (Organização Internacional do Trabalho) preocupam-se, desde os anos 90 do século XX, com os reflexos das novas formas de organização do trabalho na população ativa com mais idade, num contexto de acréscimo da atipicidade e precariedade laboral. A exigência de maior flexibilidade e disponibilidade das novas formas organizacionais do trabalho constitui um fator de alteração do estado de saúde do trabalhador e induzidor de fadiga. Os horários atípicos e o trabalho por turnos são uma das principais fontes de agressão para a saúde e nocivos para a conciliação da vida familiar. Trabalhar de noite, de tarde ou ao fim de semana não tem o mesmo custo físico e psicológico para uma pessoa de 50 anos ou para um jovem. No contexto atual de prolongamento da duração da vida ativa, os trabalhadores mais velhos correm o risco de ver aumentado o seu tempo de exposição aos horários de trabalho atípicos. No entanto, a capacidade para resistir a estes horários reduz-se com a idade, nomeadamente devido às perturbações do sono e à alteração crónica dos ritmos biofisiológicos, sintomas físicos, penibilidade do trabalho e depressão (Retraite et Société, 2006, 2009).

Diversos autores verificam, pois, uma maior vulnerabilidade e suscetibilidade dos trabalhadores idosos, traduzidas em alterações nas capacidades funcionais, tais como atenção, destreza, vigília, audição, visão e ação músculo-esquelética. Snel & Cremer (1994) usam os termos “défices” e “declínios”,

sejam eles cognitivos, percetivos ou motores, para refletir esta nova condição. Para IImarinen (s/d), embora a saúde e a capacidade física tendam a deteriorar-se com a idade, há diferenças individuais significativas na capacidade funcional e na saúde, podendo certos trabalhos e hábitos de vida condicionar essas mudanças. As limitações físicas são compensadas com a melhoria de outras funções que reforçam o potencial dos trabalhadores mais velhos, nomeadamente: pensamento estratégico, autonomia e capacidade decisória, sabedoria, consideração pelos outros.

Como assinalam Ramos & Lacomblez (2005), é importante a trajetória individual de cada trabalhador e essencial a sua experiência para otimizar o desempenho, sendo que as repercussões da idade diferenciam-se conforme a história de cada um (Teiger, 1989). Ainda assim, o local de trabalho e a penosidade deste têm um papel decisivo na agudização dos processos de envelhecimento, e a perda de interesse e desmotivação constituem uma forte ameaça à saúde do trabalhador mais idoso e ao trabalho da organização (Snel & Cremer, 1994). A capacidade de trabalho e o prosseguimento de uma atividade dependem assim de vários fatores de ordem individual e profissional: saúde, capacidades físicas, mentais e sociais, qualificação e competências, valores e motivação, ambiente e organização do trabalho (CEDEFOP, 2013).

O sentimento de receber uma fraca recompensa no trabalho em contrapartida do esforço fornecido representa um fator de risco psicossocial, afetando a saúde. A partir do inquérito europeu SHARE, realizado em 2004 e 2006 a pessoas de 50 anos e mais, Lengagne (2011) mediu o efeito do desequilíbrio entre recompensa e esforço sobre o estado de saúde dos trabalhadores mais velhos. Segundo os resultados do estudo, a probabilidade de declararem limitações de atividades é superior para os trabalhadores mais velhos que consideram receber uma fraca recompensa no trabalho, assim como aumenta a sua probabilidade de declarar dores nas articulações.

Os acidentes dos trabalhadores idosos, além de serem tendencialmente mais graves, têm ainda uma taxa de mortalidade claramente superior e uma maior incidência de doenças cujo diagnóstico é efetuado tardiamente. Em termos de constrangimentos físicos, além das limitações resultantes da "natural evolução do aparelho de locomoção" (INRS, 2010), também a manutenção de posições penosas e as tarefas pesadas e fisicamente duras, com esforços violentos ou cargas, podem propiciar uma aceleração do envelhecimento.

Outro fator de risco é a falta de segurança no emprego que muitos trabalhadores com alguma idade experimentam. De facto, os trabalhadores no escalão 45-54 anos "encontram-se numa situação híbrida entre o verdadeiro trabalho assalariado, o desemprego e a reforma" (Centeno, 2001, p. 39). Para muitos trabalhadores, esta situação de indefinição pode traduzir-se em atitudes de excesso de zelo para assegurar o emprego e com implicações para a sua saúde, ou, pelo contrário, em estados psicológicos de desânimo ou desinteresse, podendo ter consequências graves em termos de segurança e saúde no trabalho.

Homens e mulheres são afetados pela mudança de emprego forçado, mas as consequências negativas sobre a saúde parecem ser mais fortes nas mulheres (Briant et al., 2011). Nesse sentido, o subsídio de desemprego permitiu compensar parcialmente os efeitos negativos da instabilidade laboral sobre o estado de saúde dos indivíduos, em particular das mulheres. A proporção crescente de trabalhadoras suscita questões de igualdade de género, no que se refere aos diferentes efeitos dos riscos na saúde e segurança do trabalho para homens e mulheres, em termos de exposição a substâncias perigosas, impacto dos agentes biológicos, exigências físicas do trabalho pesado, perturbações musculosqueléticas, conceção ergonómica dos locais de trabalho, consequências de horários atípicos e duração da jornada de trabalho, sobretudo quando as tarefas domésticas são tidas em conta, assim como o trabalho na economia informal (Ramos, 2011, 2012; EU-OSHA, 2013).

A participação das mulheres mais velhas na força de trabalho é geralmente inferior à dos homens idosos. As mulheres mais velhas que trabalham apenas algumas horas, em empregos irregulares, temporários ou sazonais, em empregos não remunerados, no trabalho doméstico, sofrem alguma invisibilidade, não estando muitas vezes contempladas nas estatísticas laborais, sendo o seu número subestimado comparativamente ao dos trabalhadores homens. A discriminação tende a aumentar à medida que a mulher envelhece, sendo a aparência e a imagem importantes, estando as mulheres particularmente vulneráveis dada a sua maior participação no trabalho não/mal remunerado, irregular ou da economia informal (OIT, 2008). Trabalhando menos ou nunca trabalhando em empregos formais, poderão não ter qualquer proteção social e ser vítimas da pobreza na velhice.

A crise e diminuição da atividade económica, assim como o desenvolvimento de novos processos de trabalho no mercado global, baseados na renovação tecnológica, provocam a supressão de postos de trabalho e o desemprego involuntário, sendo que os ativos idosos podem revelar maior dificuldade de adaptação às transformações emergentes, o que provoca o aumento do desemprego persistente, na faixa etária a partir da meia-idade (Centeno, 2001; Macik-Frey, 2013). Os trabalhadores mais velhos desempregados demoram mais tempo, relativamente aos mais jovens, para conseguirem um emprego, devido, também, à discriminação etária, já que os preconceitos e os estereótipos acerca da idade dos trabalhadores têm implicações nas maiores dificuldades de empregabilidade e regresso ao trabalho dos mais velhos (Retraite et Société, 2007). A discriminação laboral baseada na idade é um problema crescente com o envelhecimento que tem merecido a atenção das ciências sociais e da legislação desde a década de 2000. Em França, a idade é o primeiro fator de discriminação no emprego, segundo A.-M. Guillemard (2010).

Para muitos gestores, os trabalhadores mais velhos não acompanham a evolução tecnológica e o ritmo de trabalho e, portanto, a sua produtividade deixa de justificar o salário recebido. A verdade é que não existem provas consistentes de que os trabalhadores mais velhos são menos produtivos e menos merecedores do seu salário do que os trabalhadores mais jovens, contudo, tem-se constatado que a experiência de trabalho é um indicador de produtividade mais fiável do que a idade cronológica. Num

inquérito europeu, os trabalhadores de 55 anos e mais são considerados terem mais experiência, por cerca de 87% dos inquiridos, e serem de mais confiança, por cerca de 67%, do que os trabalhadores mais novos (Eurobarometer, 2012). Segundo Van Dalen, Henkens & Schippers (2010), para além da experiência, os pontos fortes dos trabalhadores mais velhos são as chamadas *soft skills*: compromisso com o trabalho e a organização, menor absentismo, confiabilidade, motivação para aprender, melhor comunicação verbal e capacidade de compreender a envolvente.

Há empresas a substituir trabalhadores mais qualificados por trabalhadores mais jovens, como meio de racionalização dos custos. Em Portugal, segundo os *Quadros de Pessoal* do Ministério do Trabalho, os quadros superiores com mais de 50 anos ganham em média três vezes mais do que os quadros superiores com 25 a 29 anos. Se neste país se destaca a alta taxa de participação económica da população mais velha em idade ativa, tal não significa que as políticas, práticas, atitudes e representações das empresas portuguesas sejam particularmente inclusivas ou antidiscriminatórias do ponto de vista etário, como revelam os resultados de um inquérito da DGERT (Pestana, 2003).

Foi sobretudo entre os ativos com 45 e mais anos que se verificou um aumento mais acentuado de desempregados desde 2008 (*Inquérito ao Emprego*, INE). Cerca de 36% da população desempregada no 4.º trimestre de 2014 tinha 45 e mais anos, o que indicia a exclusão dos trabalhadores desta faixa etária, tanto mais que são o grupo que apresenta uma menor qualificação escolar. A percentagem de desempregados de longa duração (à procura de emprego há 12 e mais meses no total da população desempregada) foi estimada pelo INE em 64,5% e é muito significativa a proporção dos que estão desempregados há 25 e mais meses (desemprego de muito longa duração), tornando-se um problema estrutural e de grande precariedade para esta população, obrigada a sair compulsivamente do mercado de trabalho.

Embora eles façam parte dos trabalhadores não assalariados, há pouca investigação sobre o autoemprego dos trabalhadores mais idosos e os determinantes da transição da força de trabalho para o autoemprego em idades mais avançadas (Zissimopoulos & Karoly, 2007; OECD, 2012). Em Portugal, em 2011, 36% dos empresários tinham 50 ou mais anos, o que representa um grupo significativo e obriga a refletir sobre o envelhecimento dos empresários seniores.

4. Desafios do investimento na formação e empregabilidade dos trabalhadores mais velhos

A partir de 1994**,** a idade legal da reforma das mulheres em Portugal aproximou-se progressivamente da dos homens, passando dos 62 para os 65 anos em 1999, tendo impacto sobre o nível de atividade feminina no mercado de trabalho. O prolongamento da idade ativa das mulheres foi o impacto económico mais direto dessa lei: se a sua taxa de emprego entre os 62 e 65 anos era em 1992 de 23,2%, em 2000 aumentou para 30,4%.

Uma das situações paradoxais, nas sociedades modernas, foi a generalização da atribuição de pré-reformas como meio de reestruturação e saneamento económico das empresas que procuram acompanhar as mudanças e as inovações tecnológicas iniciadas em meados da década de 80, em Portugal. Com esta realidade agravou-se o desemprego, especialmente de longa duração, dos trabalhadores mais velhos, verificando-se um processo de obsolescência e de desvalorização das suas competências. É preocupante o facto de os trabalhadores idosos não beneficiarem tanto de formações quanto os seus colegas mais novos (Santelmann, 2002; Streb, Voelpel & Leibold, 2008). As suas competências supõem-se antiquadas, nem sempre os empregadores investem na sua formação, e muitos trabalhadores mais velhos consideram não retirar benefícios da formação, podendo estar assim menos motivados nos processos de aprendizagem, relativamente aos mais jovens (OECD, 2006; CEDEFOP, 2013).

Há que realçar o contributo da análise ergonómica do trabalho quando se trata de formação profissional e, particularmente, quando são abordadas questões relativas à formação contínua. Lacomblez e Vasconcelos (2009) evidenciam a importância atribuída à experiência adquirida ao longo do percurso profissional e à sua valorização nos projetos de transformação dos processos produtivos. Enquanto, segundo a teoria do capital humano, a experiência é algo a valorizar porque é produtora de competências, atualmente a antiguidade pode ser vista como um obstáculo à aquisição de novas competências e nem sempre as empresas valorizam o potencial dos trabalhadores mais velhos, constituindo assim um grupo de risco (Ramos, 2003). Ao nível do emprego, a idade e a experiência podem assim transformar-se em desvantagens concorrenciais, levando à substituição e a dificuldades para os trabalhadores mais velhos. Cheung, Kam & Ngan (2011) constataram discriminação etária da parte dos empregadores que têm estereótipos negativos sobre os trabalhadores mais velhos, provocando discriminação com base em avaliação de competências condicionada pelos estereótipos relacionados com a capacidade de aprendizagem, a flexibilidade, a sociabilidade, a propensão a doenças, entre outros, sendo os estereótipos negativos, como a falta de competências e inadaptação, os dominantes (Posthuma & Campion, 2009). Há que examinar a incidência de estereótipos negativos e a evidência empírica que sugere que os trabalhadores mais velhos são menos dispostos a investirem na sua formação e carreira.

É fundamental aumentar a empregabilidade, desenvolver competências-base e fomentar a aquisição de novas competências dos trabalhadores mais velhos, através de políticas ativas de emprego e do reconhecimento e validação dos seus conhecimentos, aprendizagem e experiência ao longo da vida (Redor, 2003; Courtioux & Erhel, 2005; CEDEFOP, 2012). Além da aposta do Estado no incentivo à contratação dos desempregados mais velhos, há que agir sobre as organizações e sobre as pessoas, investindo na formação dos empresários com níveis de instrução médios insuficientes, mas também sobre os desempregados que devem ver a formação ao longo da vida como uma oportunidade de aprendizagem e da sua valorização (Ramos, 2007). A responsabilidade social das empresas é

importante, dadas as fraturas sociais que este problema social cria, representando também um pesado ónus para a segurança social: paga-se mais subsídios de desemprego e reformas por mais tempo e recebe-se menos contribuições. O desemprego persistente de indivíduos, na segunda metade da sua vida ativa, e a quebra das taxas de atividade e de emprego são a face visível deste problema, que constitui uma ameaça ao equilíbrio dos sistemas de segurança social.

5. Políticas e estratégias dos diferentes atores relativamente aos trabalhadores seniores

O envelhecimento rápido das sociedades exige políticas públicas adequadas, tendo os países da União Europeia respondido a esta questão através de mudanças no sistema de pensões de reforma. Contudo, sendo esta resposta insuficiente, foi progressivamente aumentado o número de anos de trabalho. Segundo estudos da OCDE (2006), as perspetivas de emprego dos trabalhadores mais velhos não são favoráveis na maioria dos países desta Organização, tendo os de mais de 50 anos de idade maior probabilidade de despedimento e grande dificuldade de recrutamento. Há que valorizar os saberes específicos destes trabalhadores e fazer a sua adequada integração na vida ativa, nomeadamente:

- criando mecanismos que facilitem o acesso à formação contínua dos trabalhadores, nomeadamente dos mais velhos;
- promovendo políticas que apoiam as transições do mercado de trabalho dos idosos, em particular do desemprego para o regresso ao trabalho;
- motivando a mobilização sénior na esfera profissional, capacitando para a reintegração e apoiando a gestão eficaz de carreira;
- promovendo a igualdade de oportunidades e lutando contra os estereótipos e a discriminação pela idade e por género no acesso à qualificação, emprego e formação;
- promovendo as tecnologias de informação e comunicação (TIC) através de ações dirigidas à população sénior;
- apoiando a qualificação e reconversão profissional, aumentando e atualizando as qualificações técnicas e empreendedoras e modernizando as aptidões dos trabalhadores mais velhos, mais vulneráveis à reestruturação económica.

O primeiro agente de mudança e de garantia da segurança e saúde no seu local de trabalho deve ser, em primeiro lugar, o próprio trabalhador idoso. Como refere Stevens-Roseman (2009), existem diversos benefícios associados à presença de trabalhadores mais velhos no contexto laboral e que podem ser muito positivos para os seus colegas de trabalho. A principal mais-valia reside no seu potencial como recurso de formação, com a sua maturidade, experiência acumulada e competência. Pode assim existir um efeito de "triplo benefício" – para a empresa, para os colegas mais novos e para os próprios idosos –, que provém da constituição de equipas mistas com trabalhadores mais idosos como

mentores ou membros de equipas intergeracionais onde haja uma aprendizagem bidirecional, com maior troca de conhecimento e experiência com os mais jovens e resultados positivos para as organizações.

Um dos principais atores da segurança e saúde no trabalho (SST) são as entidades empregadoras e a promoção de uma cultura de prevenção. Dependendo da preocupação e do zelo com que garantem o cumprimento das regras estabelecidas e proativamente procuram assegurar um ambiente seguro e saudável e o bem-estar dos seus colaboradores, estas entidades são decisivas para a mudança de paradigma relativamente aos trabalhadores idosos e para a manutenção com sucesso dos mesmos no mercado de trabalho. A empresa deverá avaliar, com a participação dos diversos agentes do contexto laboral, a melhor forma de adequar as condições de trabalho de homens e mulheres durante mais anos de vida ativa. Para tal, serão intensificadas a vigilância e a proteção contra os riscos ergonómicos, bem como avaliadas as repercussões das novas tecnologias ou das novas formas de organização e gestão do trabalho, como alertam as estratégias nacionais e europeias de SST. Pesquisas quanto aos "riscos emergentes" destacam os associados às novas tecnologias, a doenças psicossociais, à economia informal, ao trabalho atípico e à idade (ILO, 2010).

A medicina do trabalho é um aliado muito importante da gestão da idade no local de trabalho. Além dos despistes de redução de capacidades ou de identificação de problemas de saúde ou segurança dos trabalhadores, esta poderá apoiar no desenvolvimento de um plano de saúde ocupacional para evitar o seu envelhecimento prematuro. Os serviços de saúde do trabalho deverão cada vez mais privilegiar a avaliação individual de riscos profissionais do trabalhador exposto e da sua evolução ao longo do tempo. A saúde ocupacional, por vezes denominada saúde e segurança do trabalho,

> tem por finalidade a prevenção dos riscos profissionais e a proteção e promoção da saúde do trabalhador. Através de estratégias de identificação, avaliação e controlo dos riscos existentes no local de trabalho, ou deles emergentes, de ações de vigilância da saúde dos trabalhadores e de promoção da saúde no local de trabalho, a Saúde Ocupacional visa garantir *ambientes de trabalho saudáveis* (Direção Geral da Saúde, 2013, p. 5).

Para além das políticas públicas, há que saber gerir os trabalhadores seniores nas empresas e adaptar os postos de trabalho a estes trabalhadores, sobretudo nas pequenas e médias empresas (PME), com mais dificuldades em cumprir a legislação de SST. Para preservar a sua saúde e a sua produtividade, é necessário elaborar, para os trabalhadores mais velhos, políticas adaptadas de fim de vida ativa (Molinié, Goudart & Pueyo, 2012). Nos países escandinavos, as empresas esforçam-se por adaptar os empregos e a organização do trabalho às pessoas mais velhas: possibilidade de trabalho a tempo parcial; maior número de semanas de férias; planeamento de saída do emprego de forma programada ao longo de dois ou três anos e reorganização do trabalho; organização do trabalho em pares constituídos por um trabalhador jovem e um mais velho, o que constitui uma das vias eficazes para reduzir a discriminação etária e promover a partilha de conhecimentos e experiências.

Promover a comunicação, nomeadamente intergeracional nas organizações, com a criação de vínculos e relações interpessoais entre os diferentes trabalhadores, ajudará a contrariar as tendências individualistas e exacerbadamente competitivas frequentes nos locais de trabalho. Por outro lado, é importante que as entidades empregadoras promovam uma política formativa mais equitativa, em que os trabalhadores seniores tenham o mesmo acesso à formação contínua do que os outros colegas de trabalho. Além disso, uma revisão dos métodos de aprendizagem, para técnicas mais participativas e práticas, será uma oportunidade para garantir melhor aproveitamento das formações ministradas. As práticas de gestão de recursos humanos (GRH) nas organizações devem ser mais ativas no combate à discriminação etária (Posthuma & Campion, 2009). O envelhecimento da força de trabalho implica uma nova abordagem de gestão e motivação dos trabalhadores mais velhos, incluindo ajustes ergonómicos, desenvolvimento da carreira, entre outros (Naegele & Walker, 2006; Kooij et al., 2008).

O papel dos atores, como o Estado, as organizações governamentais ou não-governamentais, as associações patronais, os sindicatos ou outros agentes da sociedade civil, é relevante na integração dos idosos na sociedade, mais particularmente no contexto laboral.

No que se refere às políticas públicas, a primeira "Estratégia nacional para a segurança e saúde no trabalho [ENSST] 2008-2012" contempla algumas destas preocupações, havendo clara referência aos riscos a que estão sujeitos os trabalhadores idosos:

> o conjunto das políticas educativa, de emprego e formação profissional, de desenvolvimento industrial, de obras públicas, de saúde, de ambiente e, mesmo, de investigação deve incorporar abordagens referentes aos riscos profissionais que tais actividades encerram e aos quais os trabalhadores se encontram expostos nos respectivos locais de trabalho, dando-se especial atenção aos riscos emergentes, resultantes das novas formas de organização do trabalho, tais como os riscos psicossociais ou as lesões músculo-esqueléticas, reportados à verificação de variáveis subjectivas ligadas, entre outras, à idade e ao género (ACT, 2008).

Segundo a atual ENSST 2015-2020 (Presidência Conselho Ministros, 2015), é necessário desenvolver ações de prevenção dirigidas a trabalhadores específicos, nomeadamente com mais de 55 anos, mulheres, a termo, temporários, tempo parcial, teletrabalho, independentes.

Para a Comissão Europeia (2014), a saúde e a segurança dos trabalhadores são necessárias para um envelhecimento ativo e saudável, havendo que identificar formas de promover a saúde física e psicológica dos trabalhadores mais velhos e aplicar medidas que promovam um ambiente saudável e o bem-estar mental no trabalho, o que pode ser alcançado com a prioridade de investimento para o "envelhecimento ativo e saudável", nomeadamente através do financiamento do Fundo Social Europeu.

Garantir o acesso à proteção social, a cuidados de saúde de qualidade, pensões e outras prestações de reforma condignas é indissociável do trabalho digno e de uma sociedade para todas as idades. O Estado e os parceiros sociais devem apoiar ações com vista a uma mudança cultural de

mentalidades e práticas e à melhor aceitação da população ativa envelhecida na sociedade e no mercado de trabalho intergeracional. Ilmarinen (s/d, pp. 2-3) sintetiza a gestão da idade (GI) no local de trabalho em oito objetivos:

> melhor consciencialização sobre o envelhecimento; atitudes justas em relação ao envelhecimento; GI como função e dever fundamentais dos gestores e supervisores; integração da GI na política de recursos humanos; promoção da capacidade de trabalho e da produtividade; aprendizagem ao longo da vida; formas de trabalho compatíveis com a idade; e transição segura e digna para a reforma.

6. Considerações finais

No contexto europeu, a primazia conferida à promoção do envelhecimento ativo é cada vez maior, sendo o aumento da participação económica dos trabalhadores mais velhos considerado vital para o crescimento económico e para a sustentabilidade financeira dos sistemas de pensões. Para prevenir riscos relacionados com a atividade profissional e melhorar a saúde e as condições laborais de homens e mulheres, é necessária uma abordagem holística à segurança e saúde no trabalho que inclua a conciliação trabalho-vida privada, o combate às discriminações de género e idade no emprego, adaptação dos locais de trabalho e da organização do trabalho, incluindo o tempo de trabalho. A construção de uma sociedade para pessoas de todas as idades obriga a repensar o percurso tradicional da vida ativa, os modelos de trabalho e de vida, a questão dos direitos, a eliminação de obstáculos e criação de condições favoráveis ao trabalho e à aprendizagem intergeracional. Algumas ações atenuam os efeitos de desvantagens verificadas para os trabalhadores mais velhos, através do papel dos diferentes intervenientes: os próprios trabalhadores idosos, os seus colegas de trabalho, as políticas públicas, as entidades empregadoras e os parceiros sociais.

Um desafio principal no envelhecimento ativo consiste em mobilizar e concertar os esforços do Estado, parceiros sociais, organizações e sociedade civil, nas estratégias de intervenção. Gerir trabalhadores mais velhos constitui um dos grandes desafios da gestão dos recursos humanos e das políticas públicas na atualidade. Estas políticas nem sempre conseguem ajudar os trabalhadores mais velhos a regressarem ao mercado de trabalho. Há que integrá-los adequadamente na vida ativa, face às novas necessidades económicas, tecnológicas e laborais. A formação e aprendizagem ao longo da vida e a respetiva atualização de competências e qualificações são fatores essenciais para os trabalhadores seniores, quer em termos de competitividade, quer de melhoria das suas condições de vida, empregabilidade e empreendedorismo.

É necessário promover uma cultura de envelhecimento ativo que contribua para o desenvolvimento harmonioso da sociedade e o bem-estar no trabalho, e inclua valores de solidariedade, não discriminação, independência, participação, aprendizagem intergeracional, promoção do trabalho

digno e autorrealização da pessoa idosa. As reestruturações devem ser efetuadas de forma socialmente responsável, incluindo condições de trabalho saudáveis e seguras e programas de formação e aquisição de competências.

Mas há ainda muito por investigar e intervir relativamente à evolução demográfica e aos processos organizacionais associados ao trabalho dos mais velhos e suas consequências na saúde e segurança no trabalho. O potencial benefício das gerações mais velhas nem sempre é aproveitado, daí os diferentes organismos internacionais (Organização das Nações Unidas - ONU, Organização Mundial da Saúde - OMS, Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico - OCDE e a União Europeia - UE, entre outros), alertarem para a necessidade de estudar e estabelecer medidas que possibilitem alcançar um envelhecimento mais ativo e mais saudável, assim como desenvolver novas formas de solidariedade intergeracional, assentes no apoio mútuo e transferência de competências e experiências.

Bibliografia

AUTORIDADE PARA AS CONDIÇÕES DE TRABALHO (2008). *Estratégia nacional para a segurança e saúde no trabalho 2008-2012*. Lisboa: ACT.

BOTTI, F.; CORSI, M. & D'IPPOLITI (2011). *Active ageing and gender equality: a labour market perspective*, Working Paper nº 11-13.RS, DULBEA I Université Libre de Bruxelles.

BRIANT, N., LENORMAND, M.-C. & SIRVEN, N. (2011). L'influence des Etats providence sur les conditions de vie des Européens de 50 ans et plus. *Questions d'économie de la santé*, nº 168, septembre.

CASSOU, B. et al. (2001). *Travail, santé, vieillissement: relations et évolutions*. Toulouse: Editions Octares.

CEDEFOP (2010). *Working and ageing. Emerging theories and empirical perspectives*. Luxembourg: Publications Office of the European Union.

CEDEFOP (2012). *Working and ageing: The benefits of investing in an ageing workforce*. Luxemburgo: Publications Office of the European Union.

CEDEFOP (2013). *Trabalhadores mais velhos – novas oportunidades*. Nota Informativa, CEDEFOP.

CENTENO, L. G. (coord.) (2001). *Os trabalhadores de meia idade face às reestruturações e políticas de gestão de recursos humanos.* Lisboa: IEFP.

CENTENO, L. G. (2007). *Envelhecimento e perspetivas de luta contra as barreiras da idade no emprego*. Lisboa: IEFP.

CHEUNG, C., KAM, P. & NGAN, R. (2011). Age discrimination in the labour market from the perspectives of employers and older workers. *International Social Work*, 54 (1), 118-136.

COMISSÃO EUROPEIA (2010). *Europa 2020 – Estratégia para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo*. Bruxelas: COM (2010) 2020 final.

COMISSÃO EUROPEIA (2012). *A contribuição da UE para um envelhecimento ativo e solidariedade entre as gerações* Luxemburgo: Serviço das Publicações da União Europeia.

COMISSÃO EUROPEIA (2012). *Declaração do Conselho sobre o Ano Europeu do Envelhecimento Ativo e da Solidariedade entre as Gerações (2012): Perspetivas.* Bruxelas: Conselho da União Europeia.

COMISSÃO EUROPEIA (2012). Livro Branco. *Uma agenda para pensões adequadas, seguras e sustentáveis*, COM(2012) 55 final.

COMISSÃO EUROPEIA (2014). Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões *relativa a um quadro estratégico da UE para a saúde e segurança no trabalho 2014-2020*, Bruxelas, 6.6.2014, COM (2014) 332 final.

CONSELHO ECONÓMICO E SOCIAL (2013). *Parecer de iniciativa sobre as consequências económicas, sociais e organizacionais decorrentes do envelhecimento da população*. CES Portugal.

COURTIOUX, P. & ERHEL, Ch. (2005). Les politiques en faveur des seniors en Allemagne, en France, au Royaume-Uni et en Suède: quelles voies de réformes? *Travail et Emploi*, nº 102, avril-juin, 107-118.

DEBRAND, T. & P. LENGAGNE (2007). Pénibilité au travail et santé des séniors en Europe. *Économie et Statistique,* nº 403-404, 19-38.

DIREÇÃO GERAL DA SAÚDE (2013). *Programa nacional de saúde ocupacional (PNSOC) 2º ciclo 2013/2017*. Lisboa: DGS.

DIRECTORATE-GENERAL FOR EMPLOYMENT SOCIAL AFFAIRS AND INCLUSION (ed.) (2012). *Employment policies to promote active ageing 2012*, Social Europe. Luxembourg: Publications Office of the European Union.

EU-OSHA - European Agency for Safety and Health at Work (2013). *New risks and trends in the safety and health of women at work*. Luxembourg: Publication Office of the European Union.

EUROBAROMETER (2012). *Special Eurobarometer 378: Active Ageing*. European Commission.

GOVERNO DE PORTUGAL (2012). *Ano Europeu do Envelhecimento Ativo e Solidariedade entre Gerações – Programa de Ação 2012, Portugal.* Janeiro.

GUILLEMARD, A.-M. (2010). *Les défis du vieillissement. Âge, emploi, retraite: perspectives internationales*. Paris: Armand Colin.

ILMARINEN, J. (s/d). *Promover o envelhecimento ativo no local de trabalho*. Agência Europeia para a Segurança e Saúde no Trabalho.

ILO (2008). *Conditions of work and employment: Issues for older workers*. Geneva: ILO.

ILO (2010). *Emerging risks and patterns of pervention in a changing world of work.* Geneva: ILO.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (2012). *Rendimento e Condições de Vida* em 2010. Lisboa: INE.

Institut National de Recherche et de Sécurité (2010). *Bien Vieillir au Travail,* INRS.

KOOIJ, D., LANGE, A., JANSEN, P. & DIKKERS, J. (2008). Older workers' motivation to continue to work: five meanings of age. *Journal of Managerial Psychology*, 23 (4), 364-394.

LACOMBLEZ, M. & VASCONCELOS, R. (2009). Análise ergonómica da actividade, formação e transformação do trabalho: opções para um desenvolvimento durável. *Laboreal*, 5 (1), 53-60.

LENGAGNE, P. (2011). *Récompense au travail ressentie et santé des seniors*, Questions d'économie de la santé, nº 166, juin, IRDES – Institut de recherche et documentation en économie de la santé.

MACIK-FREY, M. (2013). The age wave crests during economic crisis: new challenges for older workers. *Journal of Management & Marketing Research*, 12, 109-123.

MCCARTHY, J., HERATY, N., CROSS, C. & CLEVELAND, J. N. (2014). Who is considered an 'older worker'? Extending our conceptualisation of 'older' from an organisational decision maker perspective. *Human Resource Management Journal*, 24 (4), 374-393.

MOLINIÉ, A.-F.; GOUDART, C. & PUEYO, V. (2012). *La vie professionnelle: âge, expérience et santé à l'épreuve des conditions de travail*. Toulouse: Éditions Octarès.

NAEGELE, G. & WALKER, A. (2006). *A guide to good practice in age management*. Dublin: Eurofound (European Foundation for the Improvement of Living and Working Conditions).

OECD (2006). *Older workers, living longer, working longer*. Labour and Social Affairs, DELSA Newsletter Issue 2, Paris: OECD.

OECD/European Union (2012). *Policy brief on senior entrepreneurship. Entrepreneurial activities in Europe*. Luxembourg: Publication Office of the European Union.

OIT (2008). *Direitos, emprego e segurança social: Uma nova visão para mulheres e homens mais velhos*. Genebra: OIT.

OIT (2009). *Segurança e saúde no trabalho para homens e mulheres*. Lisboa: OIT, ACT.

PERKINS, E. G., HUTCHINS, G. B., LIONS, E. & LINDBORG, H. J. (2007). The Inter-generational Workforce. *PICMET 2007 Proceedings*, Portland, 2672-2678.

PESTANA, N. N. (2003). *Trabalhadores mais velhos: políticas e práticas empresariais*. Lisboa: MSST e DGERT.

POSTHUMA, R. & CAMPION, M. (2009). Age stereotypes in the workplace: common stereotypes, moderators, and future research directions. *Journal of Management*, 35 (1), 158-188.

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS (2015). *Estratégia Nacional para a Segurança e Saúde no Trabalho 2015-2020* "Por um trabalho seguro, saudável e produtivo" – Diário da República, 1ª série, nº 183, 18 de setembro 2015.

RAMOS, M. C. P. (2003). *Acção social na área do emprego e da formação profissional.* Lisboa: Universidade Aberta.

RAMOS, M. C. (2007). Aprendizagem ao longo da vida. Instrumento de empregabilidade e integração social. *Revista Portuguesa de Pedagogia*, 41 (3), 299-333.

RAMOS, M. C. (2011). Saúde e segurança no trabalho, envelhecimento e género. PALADIN *International Conference Promoting conscious and active learning and ageing: how to face current and future challenges?* Coimbra: Universidade de Coimbra, 20-21/10/2011.

RAMOS, M. C. P. (2012). Envelhecimento, género e segurança no trabalho: desafios contemporâneos. Seminário *Inovação para o envelhecimento ativo e solidariedade entre gerações*. Lisboa: Universidade Lusófona e Santa Casa da Misericórdia, 28/11/2012.

RAMOS, M. C. P. (2014). Voluntariado, Solidariedade e Envelhecimento Ativo. Seminário Internacional *Envelhecimento, Intergeracionalidade e Cidadania: perspetivas educacionais, interculturais e de saúde*. Universidade Sénior de Loures, 05/02/2014.

RAMOS, S. & LACOMBLEZ, M. (2005). Envelhecimento, trabalho e cognição: 80 anos de investigação. *Laboreal,* 1 (1), 52-60.

REDOR, D. (2003). Comparaison des politiques d'incitation à l'emploi des salariés âgés au Danemark, en Finlande et en Suède. *Revue française des Affaires Sociales,* 57 (4), 251-272.

RETRAITE ET SOCIÉTÉ (2006). *Santé et inaptitude en fin de carrière*, nº 49. Paris: La Documentation Française.

RETRAITE ET SOCIÉTÉ (2007). *La discrimination fondée sur l'âge dans l'emploi*, nº 51. Paris: La Documentation Française.

RETRAITE ET SOCIÉTÉ (2009). *L'état de santé des travailleurs âgés*, nº 59. Paris: La Documentation Française.

SANTELMANN, P. (coord.) (2002). Travail et vieillissement. Quelles perspectives d'emploi et de formation? *Problèmes politiques et sociaux* nº 873. Paris: La Documentation Française.

SNEL, J. & CREMER, R. (eds) (1994). *Work and Aging - A European Prospective*. London: Taylor & Francis Ltd.

STEVENS-ROSEMAN, E. S. (2009). Older mentors for newer workers: impact of a worker-driven intervention on later life satisfaction. *Journal of Workplace Behavioral Health, 24* (4), 419-426.

STREB, K. C., VOELPEL, C. S. & LEIBOLD, M. (2008). Managing the aging workforce: Status quo and implications for the advancement of theory and practice. *European Management Journal, Vol. 26 (1)*, 1-10.

TEIGER, C. (1989). Le vieillissement différentiel par et dans le travail: un vieux problème dans un context récent. *Le Travail Humain*, 52 (1), 21-56.

TIKKANEN, T. & NYHAN, B. (eds) (2006). *Promoting lifelong learning for older workers: An international overview*. Luxemburgo: CEDEFOP, Publications Office of the European Union.

VAN DALEN, H. P.; HENKENS, K. & SCHIPPERS, J. (2010). Productivity of older workers: perceptions of employers and employees. *Population & Development Review*, 36 (2), 309-330.

VOLKOFF, S., MOLINIÉ, A.-F. & Jolivet, A (2000). *Efficaces à tout âge ? Vieillissement démographique et activité de travail*. Paris: Centre d'études de l'emploi, dossier nº 16.

WHO (2002). *Active ageing: A policy framework*. Geneva: World Health Organization.

ZISSIMOPOULOS, J. & KAROLY, L. (2007). Transitions to self-employment at older ages: the role of wealth, health, health insurance and other factors. *Labour economics*, 14 (3), 269-295.

PINA, Helena (2015). ***Alguns apontamentos sobre literacia no Alto Douro: um quadro deficitário mas em valorização***. The overarching issues of the european space: spatial planning and multiple paths to sustainable and inclusive development. Porto. Fac.Letras Univ.Porto. pp. 67-83

ALGUNS APONTAMENTOS SOBRE LITERACIA NO ALTO DOURO: UM QUADRO DEFICITÁRIO MAS EM VALORIZAÇÃO

Helena PINA
Faculdade de Letras da Universidade do Porto, CEGOT
mpina@letras.up.pt

Resumo

Cenário privilegiado, a Região Demarcada do Douro (RDD) ostenta um quadro paisagístico soberbo, para além de um património excecional que justificou a sua classificação pela UNESCO como "Património da Humanidade". Não obstante, os obstáculos ao seu desenvolvimento acumulam-se, nomeadamente os de âmbito demográfico, quadro muito problemático. Neste contexto, é imperativo questionar sobre o perfil sócio-cultural dos seus residentes, particularmente do produtor agrícola, dada a sua ascendência no tecido económico regional. Efetivamente, quando se confronta o cenário existente em 1989 com o de 2009 (Rec. Agrícola, INE), apesar de ser indisfarçável uma melhoria do seu nível de literacia e da sua formação técnica é também inegável o declínio populacional e um nítido envelhecimento, para além de sobressair ainda um nível formativo elementar em termos de literacia e de conhecimentos técnicos inovadores. Com uma implantação territorial diferenciada que privilegia as sedes concelhias, particularmente aquelas onde se instalaram centros universitários ou politécnicos, se bem que domine uma população com o ensino básico, este cenário ainda se agrava quando se ultrapassam os limites dos espaços vitícolas. Constituindo a literacia uma das componentes básicas para a dinamização regional, aspeto indutor do empreendedorismo, da capacidade de atrair investimentos e, com isso, de fixar população jovem, com formação, é necessário, pois, conjugar a ação de todos os agentes interventores no ordenamento territorial para a melhoria deste indicador, mas num contexto que privilegie os residentes, os efetivos preservadores do património regional.

Palavras chave: produtores agrícolas, envelhecimento, perfil sócio-cultural, literacia

Abstract

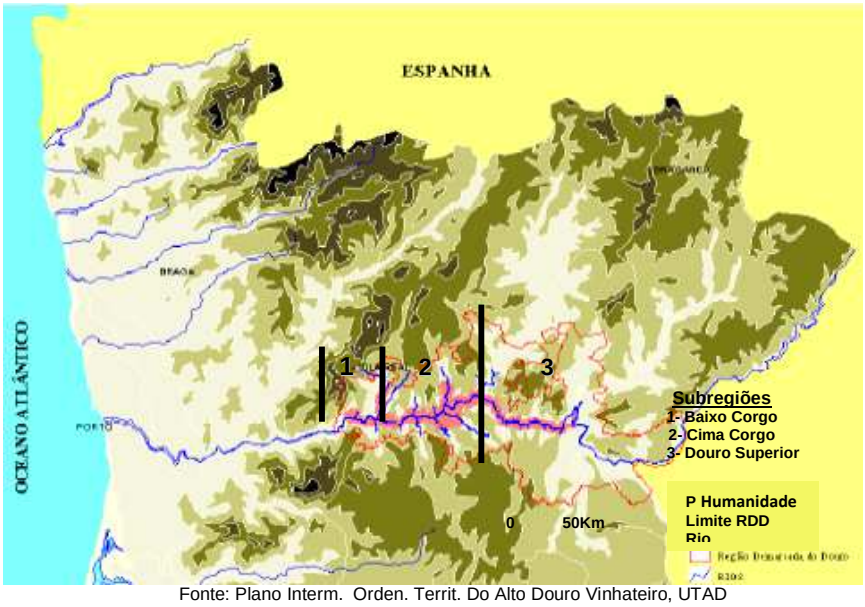
Privileged setting, the Douro Demarcated Region (DDR) boasts a superb landscaped framework, in addition to an exceptional heritage that justified its classification by UNESCO as "World Heritage". Nevertheless, the obstacles to its development accumulate, namely the demographic context, very problematic. In this context, it is imperative question on the socio-cultural profile of its residents, particularly the agricultural producer, given its ascendancy in regional economies. Indeed, despite being undisguised an improvement in their level of literacy and technical background when it confronts the existing scenario in 1989 with 2009 (Rec. Agricultural, INE), it is undeniable the population decline and a sharp aging beyond still stand out an elementary training level in terms of literacy and innovative expertise. With a differentiated territorial deployment that favors the municipal offices, particularly those where they settled University or Polytechnic centers, although dominate a population with basic education, this scenario is still worse when we exceed the limits of the wine-growing areas. Constituting literacy one of the basic components for regional promotion, inducing entrepreneurship aspect, the ability to attract investment and, therefore,

to set young people with training, it is therefore necessary to combine the action of all stakeholders territorial agents, but in a context that favors residents, actual upholders of regional heritage.

Keywords: farmers, aging, socio-cultural profile, literacy

1- Algumas notas de enquadramento do Alto Douro: da diversidade territorial a algumas problemáticas

Espaço patrimonializado, a Região Demarcada do Douro (RDD), implantada na bacia hidrográfica do Douro, em território xistoso com microclima de cariz mediterrânico, evidencia um quadro paisagístico distintivo, para além de um património económico, social, arquitetónico e cultural soberbo que justificou a sua classificação pela UNESCO, em Dezembro de 2001, como "Paisagem Evolutiva Viva, Património da Humanidade". A região inicia-se em Barqueiros e Barrô, no seu extremo ocidental, e prolonga-se até à fronteira espanhola, seu limite oriental (Fig. 1), totalizando cerca de 250000 ha, se bem que apenas 45000 desses hectares estejam ocupados pela vinha contínua (IVDP, 2015). Aqui se sucedem as paisagens idílicas, onde se multiplicam os vinhedos implantados nos socalcos que ascendem pelas vertentes declivosas do rio Douro e dos seus principais afluentes. A região, contudo, é muito heterogénea, já que neste território se verifica uma organização contrastante quando nos deslocamos de ocidente para oriente, ou quando ascendemos nas vertentes. Surgem, deste modo, e de uma forma gradativa, três subregiões que se denunciam em termos económicos, sociais, culturais e paisagísticos: Baixo Corgo (BC), Cima Corgo (CC) e Douro Superior (DS).



Fonte: Plano Interm. Orden. Territ. Do Alto Douro Vinhateiro, UTAD

Fig. 1- Localização do espaço em análise.

Muito sumariamente, poderá dizer-se que enquanto no Baixo Corgo, a subregião mais ocidental e mais húmida, sobressai uma paisagem onde é nítido num forte parcelamento da propriedade rústica, já que aqui domina a pequena exploração agrícola familiar (Pina, 2011, 2013; Lourenço, 2008), no Cima Corgo, o "Coração do Vinho do Porto", há que realçar um vale extremamente encaixado, onde proliferam os litossolos xistosos com um índice de fragmentos superior ao do BC, mas favorável a uma vinha de maior qualidade, justificando aqui a concentração das grandes quintas de estrutura empresarial. No extremo oriental surge o Douro Superior, a subregião antes vocacionada para os cereais, a amendoeira e a oliveira, mas onde, desde os anos setenta do século XX, se registou uma significativa expansão vitícola.

A justificação destes contrastes decorre de uma multiplicidade de fatores de origem antrópica, mas também ambiental e económica. Recorde-se, a título de exemplo, que foi o homem que ao longo dos séculos desagregou o xisto (Pedrosa, 2010), criando um litossolo onde se plantaram as videiras de castas específicas, regionais, multiplicando-se os socalcos para proteger os vinhedos dos episódios erosivos.

Em termos climáticos, embora se evidencie um clima de matriz mediterrânea, num meio onde são nítidas as carências hídricas, também os cambiantes internos com reflexos na implantação vitícola se sucedem (Rodrigues, 2011). Com efeito, se no Baixo Corgo, a vinha ostenta um longo historial e ocupa quase todo o espaço com capacidade para tal (Pina, 2007), no Douro Superior, como as temperaturas são mais elevadas e os recursos hídricos são mais escassos, a área ocupada pela vinha foi mais contida até à década de setenta do século passado (cerca de 10% a 20% da SAU), cenário que só se alterou após a revolução política de 1974, na sequência da expansão económica então vigente, substituindo-se progressivamente o olival e o amendoal pela vinha.

Apostou-se em extensos vinhedos, mecanizados, mas substituindo-se o tradicional terraço, suportado por muros de xisto de pedra solta, pela "vinha ao alto" ou pela "vinha em patamares" (Queiroz, 2010) e se, por um lado, se mitigaram as carências de assalariados, por outro também se dilataram os vinhedos mas com morfologia alheia à tradição, avolumando-se os excedentes vínicos e alterando-se a paisagem e as vivências sociais (Lourenço, 2008). Melhoravam-se também os vinhos e a produtividade regionais, através da maior seleção das castas vínicas (Queiroz et al, 2010), mas de uma forma muito dualista, contrapondo-se à tradição familiar, a modernização e inovação empresariais (Pina, 2007, 2013).

Estamos, porém diante de um cenário regional pleno de recursos endógenos, abarcando desde uma paisagem única, a vinhos de excecional qualidade, para além de um património histórico e arqueológico diversificado, e de outras potencialidades de cariz cultural como as festas e romarias (Pina, 2010, 2013), as tradições associadas à vindima e a outros trabalhos agrícolas, os festivais temáticos, as feiras regionais, ou ainda as estâncias termais e a emergência de Spa's com recurso à vinoterapia (Pina, 2012a). Para uma noção mais real das potencialidades regionais, há que acrescentar também os núcleos urbanos, detentores de um valioso património arquitetónico, bem como as áreas classificadas e as protegidas (Dermenhzieva et al, 2011), integradas na região vitícola ou nas suas proximidades, ou ainda a complementaridade que se estabelece com os espaços envolventes, nomeadamente os serranos planálticos onde proliferavam as searas em solos graníticos e clima mais agreste, particularmente no inverno quando a neve pontua com alguma frequência, mas ainda assim atrativos, se bem que envoltos

em problemáticas múltiplas, entre as quais as demográficas e numa ótica muito mais preocupante do que a observada na RDD, já que aqui o declínio populacional e o envelhecimento estrutural, ou ainda a débil literacia se acentuam, dilatando-se as hipóteses de abandono deste território, com a consequente perda de identidade cultural e patrimonial.

Efetivamente, se as potencialidades regionais são imensas, os problemas também se acumulam, abrangendo desde os ambientais, aos económicos (Pina 2013, Abreu, 2012), ou os culturais e os sociais (Ferreira, 2012). Acrescem as deficientes acessibilidades (Pina, 2003), a exiguidade de alternativas laborais, ou a falta de empreendedorismo. Foi neste enquadramento que se desenvolveram grandes fluxos migratórios desde o século XIX, amplificados desde a segunda metade do século XX e que conduziram ao declínio demográfico duriense, ou de modo mais acentuado ainda nos espaços envolventes, sobejando uma população envelhecida e com escassa formação, razão pela qual é já problemática a continuidade de algum do setor agrícola, sobretudo nos espaços exteriores à RDD. É, porém, o substrato humano que sustenta este património, razão pela qual é imperativo questionar o perfil sócio-cultural dos seus residentes numa perspetiva diacrónica.

Perante o cenário apresentado, neste artigo debruçar-nos-emos sobre o quadro social duriense, e de modo muito particular sobre alguns aspetos de literacia, privilegiando a população rural, a mais problemática. Em termos metodológicos conjugamos um intenso trabalho de campo, que se estendeu por toda a RDD e freguesias envolventes, com um estudo documental, privilegiando a informação disponibilizada pelo Instituto Nacional de Estatística, nomeadamente os Recenseamentos Gerais da População e os Recenseamentos Agrícolas de 1989 a 2009 (INE), representativos das recentes alterações sócio-económicas. Esta pesquisa foi complementada pela realização de inquéritos à população, particularmente à idosa, e entrevistas a diversos agentes locais e antigos professores que lecionaram quer nos espaços vitícolas, quer nos envolventes. As entrevistas foram semi-estruturadas, privilegiando testemunhos reais que nos possibilitam a deteção de grandes etapas, a perceção evolutiva das condições sócio-económicas e culturais existentes neste território em análise. Procurou-se, desta forma, obter uma imagem da complexidade do atual quadro social e das mutações territoriais mais incisivas, bem como os seus reflexos, concluindo com a explanação de algumas linhas de desenvolvimento estratégico numa perspetiva sustentável.

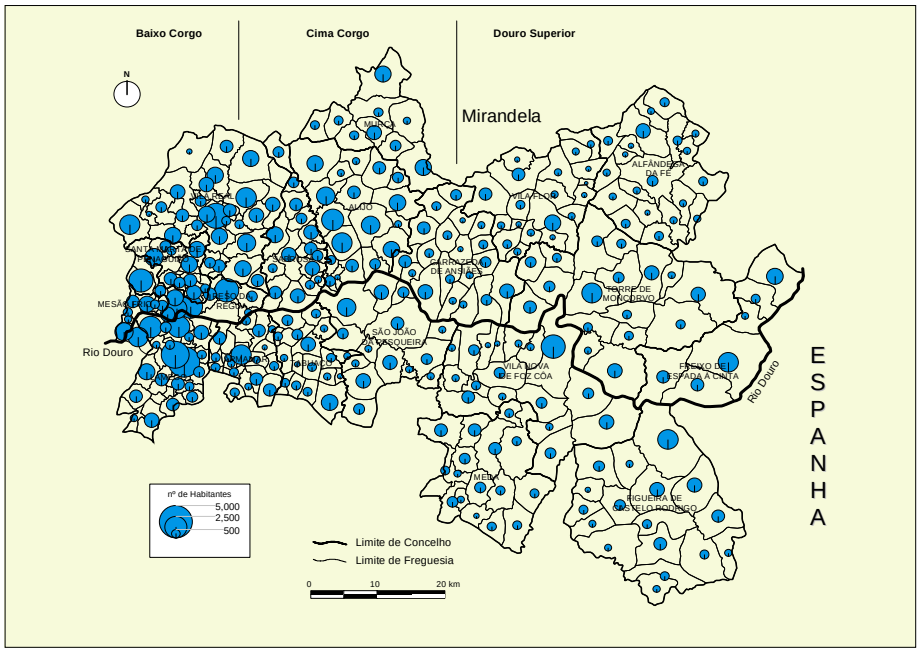
2- O quadro demográfico regional: uma evolução assimétrica e preocupante

2.1- Principais fundamentos e traços evolutivos (séculos XIX e XX): um cenário bem diferenciado

Se a RDD apresenta um longo historial e ostenta um cenário paisagístico inconfundível que justificou a sua classificação pela UNESCO, em 2001, como “Paisagem Evolutiva Viva, Património da Humanidade” (Aguiar, 2000), não obstante, os obstáculos ao seu desenvolvimento acumulam-se, nomeadamente os ambientais e paisagísticos (Queiroz, 2011), ou os de âmbito económico e os sociais (Pina, 2012c). O

quadro atual, porém, é o resultado de um historial diferenciado, em que períodos críticos se intercalaram com outros florescentes.

Com uma implantação populacional assimétrica que desde sempre privilegiou o Baixo Corgo, já que em 1864, 41,3% dos durienses aí residiam, enquanto no Douro Superior esse valor se restringia a 28,5% (Fig. 2), e se até ao final do século XIX dominaram os acréscimos populacionais, se bem que contidos e descontinuados num decalque das crises vitícolas, das calamidades naturais e da proliferação das epidemias, quando se superavam esses períodos mais negativos, recrudescia a população, de modo particular nos núcleos urbanos regionais. Todavia, esses acréscimos eram inferiores a 10% por década. Neste contexto, em 1900 sobressaía uma população jovem (35 a 45% tinha menos de 15 anos de idade- Recenseamento Geral da População de 1900, INE), enquanto aqueles que já tinham ultrapassado os 65 anos de idade, raramente aglutinavam 4%, dominando os valores mais reduzidos, inferiores a 2%.

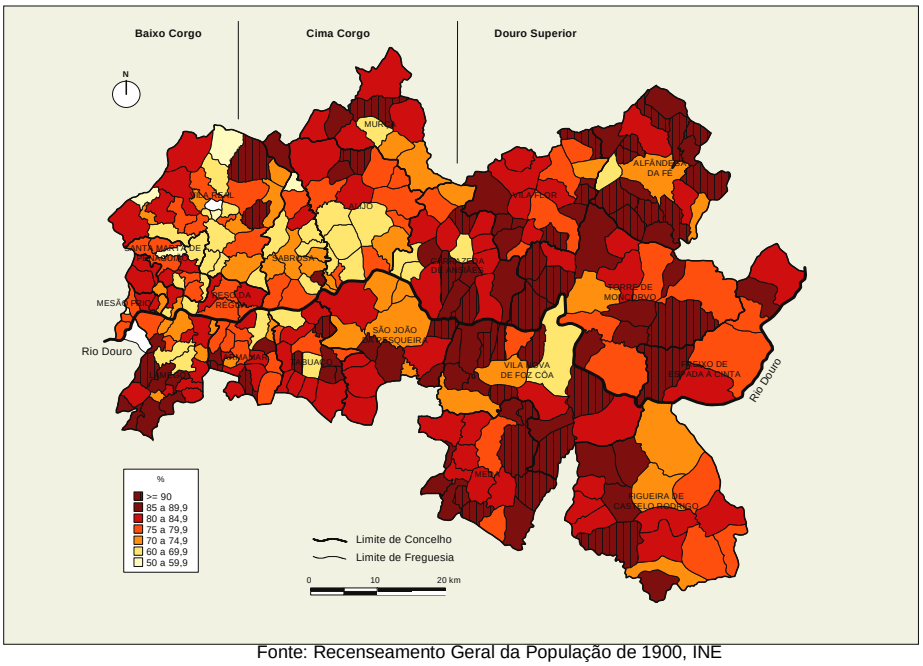


Fonte: Recenseamento Geral da População de 1864, Imprensa Nacional

Fig. 2- População residente, por freguesia, em 1864.

Por seu lado, se excetuarmos as sedes concelhias, em 1900 eram ocasionais as freguesias onde a taxa de analfabetismo fosse inferior a 70% (Fig. 3), aproximando-se mesmo de 95%, sobretudo entre o grupo feminino, nas freguesias mais orientais, sem grande impacte da vinha e sem acessibilidades condignas. Este cenário ainda era mais gravoso quando se ultrapassavam os limites da Região Demarcada do Douro e incidiamos nas freguesias de morfologia serrana, onde a população subsistia tendo por base uma agro-pecuária intensiva tradicional. É, porém, imperioso desde já realçar para além das sedes concelhias, sobremaneira as do Baixo Corgo, o eixo Vila Real / Lamego, interligado pela EN2.

Avancemos para o século XX. Durante a primeira metade do século XX sucederam-se os acréscimos demográficos, com destaque para o eixo Vila Real/Lamego e para as freguesias contíguas à EN, enquanto se intensificava a população com mais de 65 anos de idade. Quando se avançava para o Douro Superior, ou quando nos direcionávamos para as freguesias não vitícolas, o progressivo envelhecimento dos residentes era já inegável, embora sem atingir ainda 10%. Em simultâneo, a representatividade dos jovens com menos de 15 anos de idade recuava para 20 a 35%, mas também a taxa de analfabetismo, embora o grau de literacia continuasse exíguo. Permaneciam ocasionais valores superiores a 25% de alfabetizados. Destacava-se, porém, pela positiva, o eixo Vila Real/ Lamego (BC), enquanto nas freguesias mais orientais, sem grande impacte dos vinhedos e sem acessos condignos, mantinham-se vulgares taxas de 95% de analfabetos, particularmente entre o grupo feminino.



Fonte: Recenseamento Geral da População de 1900, INE

Fig. 3- Taxa de analfabetismo em 1900, por freguesia (%).

Após fortes acréscimos demográficos observados entre as décadas de vinte e cinquenta, persistia a maior concentração demográfica no Baixo Corgo, sobretudo nas sedes concelhias que vincavam a sua polaridade, enquanto os decréscimos populacionais incidiam com particular incidência no Douro Superior, se bem que ainda se degradavam mais quando ascendíamos à serra.

Por outro lado, como os fluxos migratórios masculinos se iam instituindo, foi-se acentuando o grau de feminização, exceto nas freguesias onde os vinhedos se expandiam, enquanto a população que ultrapassava os 65 anos de idade crescia mas sem ultrapassar os 10%. A taxa de analfabetismo recuava para valores inferiores a 70%, sendo já inferior a 50% nos núcleos urbanos regionais na sequência da

instituição da escolaridade obrigatória. Nas freguesias rurais, há porém que distinguir as vitícolas onde, apesar da precariedade das instalações onde se lecionava (com frequência anexos de quintas localizados na proximidade do lugar habitado e da estrada de acesso, ou no piso superior de palheiros, por exemplo), este cenário ainda se degradava nos espaços serranos, bem como a taxa de absentismo à escola, pois a força braçal das crianças era considerada imprescindível para o equilíbrio do orçamento familiar. A taxa de analfabetismo, sobretudo entre o sexo feminino, rondava ainda os 80%.

Por outro lado, após a ultrapassagem dos tempos conturbados da Segunda Grande Guerra, período de fortes contingências de toda a ordem, incluindo as alimentares e as sanitárias e médicas, observou-se uma recuperação demográfica, sempre assimétrica, dada a constante ascendência do Baixo Corgo, onde se sucediam acréscimos que podiam ultrapassar 50%. Realce-se sempre o eixo Vila Real/Lamego e as freguesias contíguas atravessadas pela EN Porto/Bragança. Secundariamente despontava o Vale da Vilariça e freguesias atravessadas pela EN Bragança/Guarda, com particular evidência para Vila Nova de Foz Côa, Torre de Moncorvo e Vila Flor. Assim se atingiram os máximos populacionais na generalidade do Alto Douro entre as décadas de cinquenta e sessenta.

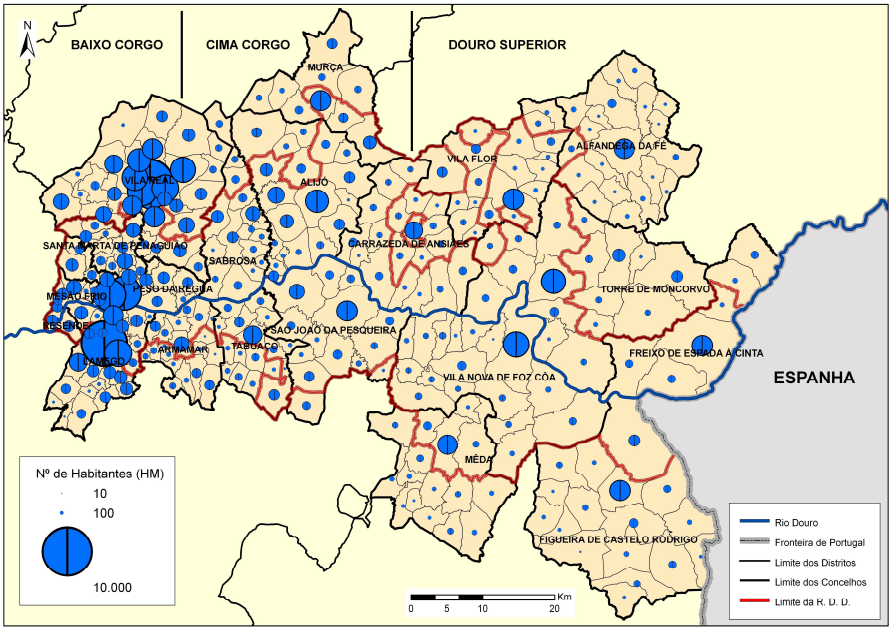
Segue-se uma nova fase em termos demográficos no espaço em análise: na segunda metade do século XX institucionalizaram-se os declínios demográficos decorrentes da forte instabilidade política, social e económica, refletindo amplos fluxos migratórios e uma forte emigração para o espaço europeu, enquanto aumentava a centriptividade das sedes concelhias e a ascendência do Baixo Corgo. Todavia, perpetuava-se a implantação assimétrica que favorecia o Baixo Corgo. Esta recessão demográfica refletia uma forte emigração e intensas migrações internas. Em simultâneo incrementava-se o eixo Vila Real/Lamego, enquanto os declínios eram inexoráveis nas freguesias mais desfavorecidas em termos geomorfológicos e vitícolas, sobretudo no Douro Superior, multiplicando-se aí decréscimos superiores a 25%, apenas numa década. Confirmava-se, porém, o novo eixo entre Vila Nova de Foz Côa/Torre de Moncorvo (DS), na ligação a Mirandela e ao seu nascente pólo industrial, aproveitando a melhoria das acessibilidades, nomeadamente do IP4, e a fluência de transportes públicos. Assim, no início do século XXI, a imagem obtida na região é muito preocupante, sendo indisfarçável o declínio demográfico, mas também as assimetrias territoriais, dada a ascendência crescente do Baixo.

2.2- O início do terceiro milénio: continuidades e ruturas

As tendências recessivas acentuaram-se com o início do século XXI, se bem que sempre numa perspetiva assimétrica em termos territoriais, que privilegiava o Baixo Corgo, proporcionando que em 2011 (Censos 2011, INE) apenas 21,2% dos residentes permanecessem no Douro Superior, enquanto no Baixo Corgo se concentrava 56,6% da população (Fig. 4). Entretanto, se nos distanciássemos progressivamente da região vitícola, o quadro social degradava-se de forma ainda mais nítida, sendo cada vez mais preocupante nas freguesias de morfologia serrana onde o declínio podia atingir 70%. Por

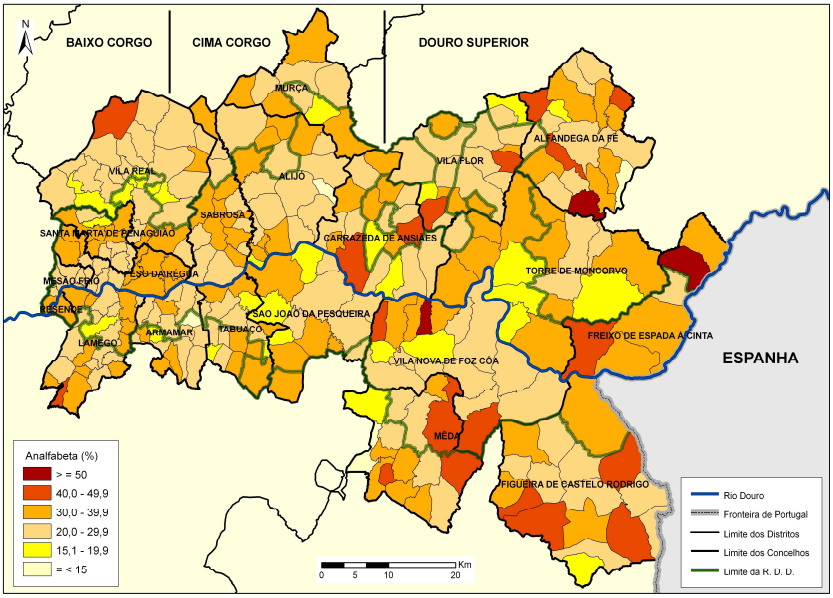
seu turno, o eixo Vila Real/Lamego cimentava a sua ascendência, particularmente o núcleo urbano de Vila Real, sede distrital beneficiada com a existência da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro e do cruzamento dos principais eixos viários, nomeadamente a A4 e a A24 que facilitam os contactos entre o litoral e Espanha.

Embora com uma população em declínio acentuado e cada vez mais envelhecia (em 2011 sucederam-se as freguesias onde mais de 35% da população já tinha ultrapassado os 65 anos de idade, enquanto se multiplicavam as que possuíam menos de 5% de jovens – Rec. População de 2011, INE), não obstante, em termos de formação técnica e de escolarização, o quadro tinha-se alterado positivamente, restringindo-se a população sem qualquer grau de escolaridade concluído a valores inferiores a 25% (Fig. 5), se bem que persistindo os mais preocupantes (> 45%) no Douro Superior e ainda de forma mais pronunciada nas freguesias não vitícolas. Por seu lado, nas sedes concelhias, os valores de iletrados eram inferiores a 12,5%. Acentua-se a literacia, mas sempre diferenciada territorialmente, sendo de realçar sempre as sedes concelhias, os núcleos urbanos de maior notoriedade à escala regional.



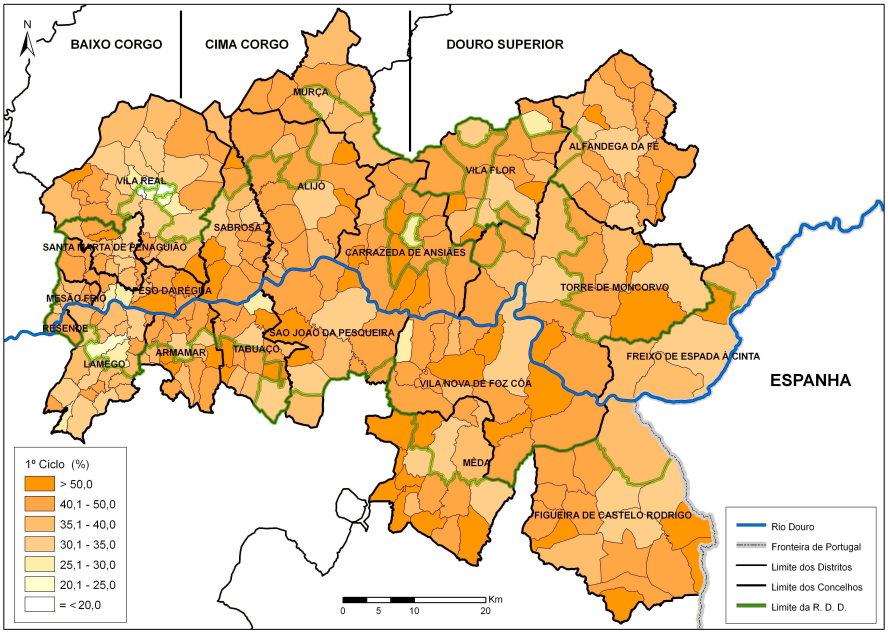
Fonte: Recenseamento Geral da População de 2011, INE

Fig. 4- População residente no Alto Douro, por freguesia, em 2011.



Fonte: Recenseamento Geral da População de 2011, INE

Fig. 5 – População sem nenhum grau de instrução concluído oficialmente (analfabetos e analfabetos técnicos) em 2011, por freguesia (%).

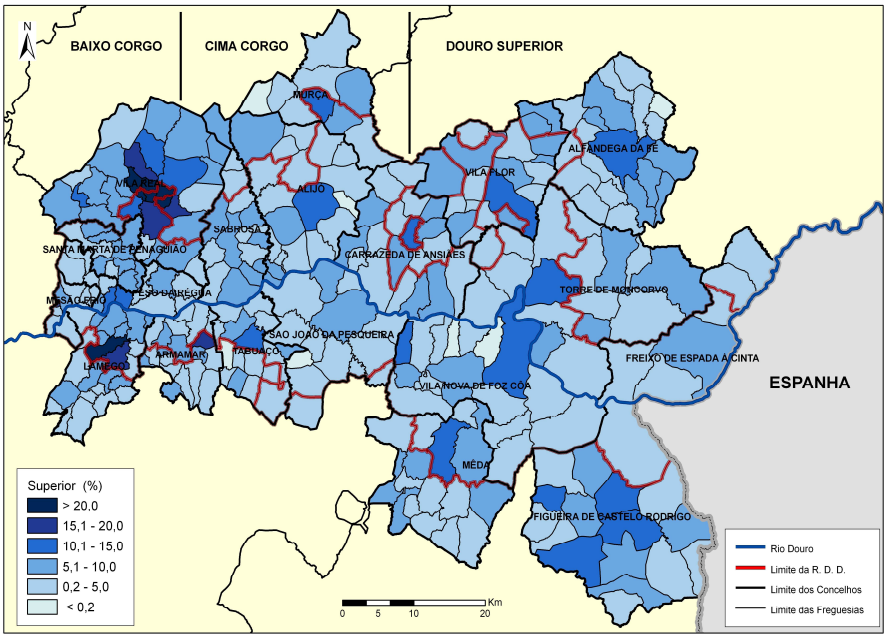


Fonte: Recenseamento Geral da População de 2011, INE

Fig. 6- População com o ensino básico concluído em 2011, por freguesia (%).

A escolarização dos durienses era um facto, no entanto, entre aqueles que tinham concluído a sua formação, dominava o nível básico, sobretudo no Douro Superior (40 a 60%- Fig. 6), enquanto os que

atingiam o 2º ou 3º ciclo ascendiam a 25% a 35%. Os valores mais significativos restringiam-se ao Baixo Corgo, particularmente aos núcleos urbanos onde se tinham instalado pólos universitários ou politécnicos. Aí, mais de 20% dos seus habitantes tinham concluído um curso superior (Fig. 7)



Fonte: Recenseamento Geral da População de 2011, INE

Fig. 7 – População com o ensino superior concluído em 2011, por freguesia (%)

3- A população agrícola

3.1- O declínio demográfico diferenciado

Dada a ascendência do setor primário na região, particularmente o vitícola, se restringirmos a análise à população agrícola e, de sobremaneira, ao produtor, o detentor jurídico do solo e o responsável pela exploração agrícola, confirma-se não só o declínio da população agrícola, mas também do produtor. E, tal como sucedia entre a população residente global, estes decréscimos entre a população agrícola também surgem diferenciados territorialmente, sendo mais incisivos no Douro Superior, mas sobretudo nos espaços exteriores à região vitícola duriense.

População rural que até às décadas de quarenta e cinquenta do século XX se dilatou, refletindo elevadas taxas de natalidade, já que os descendentes eram encarados como potenciais trabalhadores, em explorações agrícolas exíguas (< 2 há, dispersos por 5 a 15 blocos em termos médios - RAC 2009, INE) instituíram-se amplos fluxos migratórios dos quais sobreveio um intenso declínio demográfico e um envelhecimento estrutural nestes espaços rurais. Estas tendências foram-se acentuando, institucionalizando-se a carência de mão-de-obra especializada e onerando-se os trabalhos ou

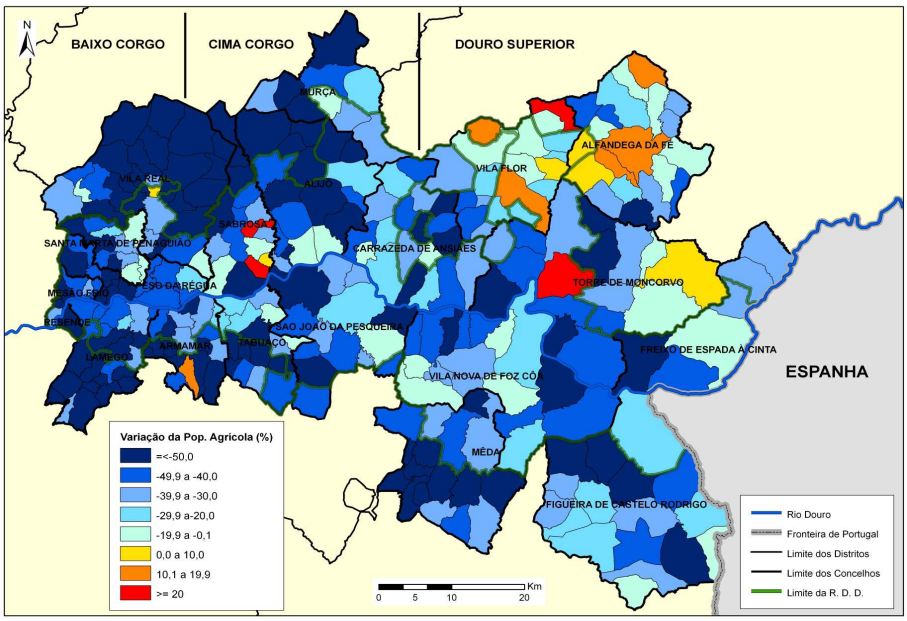
abreviando-os (Pina, 2012b). Apenas a reestruturação da vinha e a aposta em novas tipologias de socalcos, mecanizados, aliviou este problema, mas num quadro preocupante. Há, porém, que analisar as três últimas décadas, de facto as mais impressivas e bem documentadas, nomeadamente em termos estatísticos.

Tendo por base os recenseamentos agrícolas de 1989, 1999 e 2009 (INE), confirma-se o intenso declínio da população agrícola, mas num quadro heterogéneo, sendo comuns reduções superiores a 50% quando confrontávamos este valor com o da década de sessenta (Pina, 2007). Não obstante, em 1989, era no Baixo Corgo que permanecia mais de 50% da população agrícola regional, concentrando-se de modo particular no eixo Vila Real / Lamego onde existiam hipóteses laborais. Assim se incrementou a dupla atividade entre os jovens adultos mas, em simultâneo, a manutenção da pequena propriedade familiar, da paisagem, do património regional.

Esta tendência recessiva acentuou-se na década seguinte, sobretudo no Douro Superior, enquanto os valores mais favoráveis se localizavam sempre nas proximidades dos principais núcleos urbanos regionais do Baixo Corgo, com boas acessibilidades e transportes públicos assegurados.

Uma década mais tarde, em 2009, a redução ainda era mais notória, sucedendo-se as freguesias onde o declínio da população rural foi superior a 25% numa década apenas, podendo ultrapassar os 50% no período em análise. As exceções são ocasionais e refletem a exploração conjunta dos vinhedos com outras culturas como a maça, mas, sobretudo, o incremento acentuado da vinha e do turismo. Um cenário também apelativo surgia nas proximidades de Espanha e do Parque Natural do Douro Internacional: o turismo constitui de facto uma das vertentes que maior dinamismo proporciona à região e aos espaços contíguos. Neste contexto, se em 1989 subsistia uma notória população agrícola, sobretudo no Baixo Corgo (>70%), nos núcleos urbanos os valores eram inferiores a 30%, particularmente em Vila Real, após a instalação da Universidade de Trás os Montes e Alto Douro. Esta imagem assimétrica aprofundou-se nas duas décadas seguintes, diminuindo no entanto a representatividade da população agrícola para valores que raramente ultrapassam os 50% da população total (INE, 2009).

Em síntese, na RDD e freguesias envolventes, nas últimas três décadas é inquestionável o decréscimo da população agrícola (Fig. 8), tendência aliviada nas freguesias inscritas no eixo Vila Real/Lamego, e, secundariamente, no eixo de ligação a Mirandela (DS), dada a existência de apostas inovadoras e da renovação/ampliação da vinha, indissociável ou não do turismo. Mas, efetivamente, a imagem mais comum proporciona a evidência de freguesias com perdas superiores a 50% da sua população rural, com o consequente abandono dos espaços agrícolas, particularmente os não vitícolas, e a falta generalizada de assalariados, o que onera muito os trabalhos e obriga a uma simplificação das tarefas. Nem a maior taxa de mecanização soluciona o problema (Queiroz, 2010).



Fonte: Recenseamentos Agrícolas de 1989 e 2009, INE

Fig. 8 – Variação da população agrícola (HM), por freguesia, entre 1989 e 2009 (%).

3.2- O produtor agrícola: alguns aspetos do seu perfil técnico-cultural

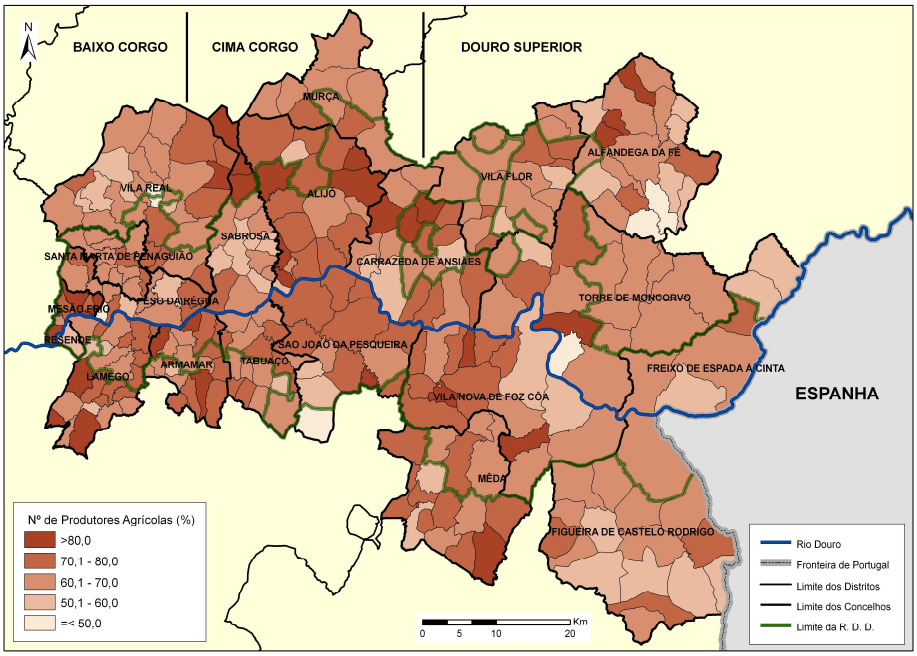
Se o cenário é preocupante no que concerne à população rural duriense, o quadro ainda se enegrece quando focalizamos a nossa atenção apenas nos produtores agrícolas. Como seria expectável, em 1989 realçava-se o Baixo Corgo, não só porque aqui dominava a pequena propriedade de estrutura familiar (Pina, 2005, 2013; Abreu, 2012), mas também porque a conjuntura desta subregião era mais recetiva à dupla atividade, particularmente entre os jovens perante a maior concentração de serviços nos núcleos urbanos de maior dimensão e a existência de "zonas industriais" nas suas envolvências, proporcionadores de postos de trabalho para os jovens que, desta forma, também não se distanciavam da região. A dupla atividade afirma-se indiscutivelmente. Neste contexto, em 1989, era no Baixo Corgo que sobressaia o número mais significativo de produtores agrícolas, destacando-se as freguesias de maior historial vitícola e de forte impacte da pequena propriedade de estrutura familiar.

No Douro Superior, perante a prevalência de problemas hídricos e a menor representatividade da vinha, o número de produtores para além de ser mais restrito, sofria as maiores reduções que ainda se iam acentuando progressivamente, sobretudo entre os mais jovens, multiplicando-se em 2009 as freguesias onde permaneciam menos de 50% dos produtores registados em 1989.

É o declínio generalizado de viticultores que se realça na RDD, mas mais pronunciado nos espaços envolventes, onde o abandono das explorações agrícolas era inegável. Resta acrescentar que, nas freguesias vitícolas mais atrativas, a redução do número de produtores e do número de explorações não

significa abandono, visto que, na generalidade dos casos, a nova geração vende os vinhedos herdados a grandes proprietários ou a firmas exportadoras, que, desta forma, ampliam os seus domínios. Neste contexto, sobeja uma população agrícola muito idosa, facto que se foi aprofundando até 2009, sobretudo no Douro Superior onde se multiplicavam as freguesias em que mais de 60% dos produtores tinham ultrapassado 65 anos de idade.

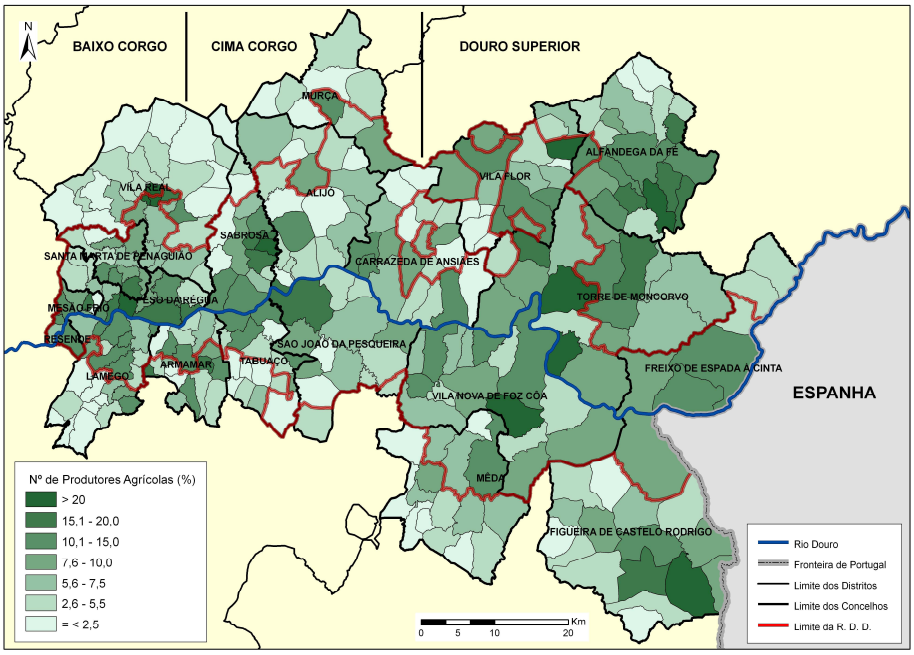
Mas nem todos os indicadores registaram uma evolução negativa, pois, tal como entre a generalidade da população duriense, no que concerne à instrução e formação técnica, a evolução foi positiva. Com efeito, se em 1989 mais de 35% dos produtores não tinham concluído nenhum grau de ensino (INE, 1989), em 2009 restavam cerca de 10 a 30% de iletrados. Acresce que, entre os produtores que concluíram um grau de ensino, dominava o nível básico mas ampliando-se progressivamente, até abranger cerca de 60 a 80% em 2009 (Fig. 9) (INE, 2009). Em simultâneo, a formação técnica deixava de ser apenas empírica, geracional.



Fonte: Recenseamento Agrícola de 2009, INE

Fig. 9 – Produtores agrícolas com o ensino básico concluído em 2009, por freguesia (%).

Por outro lado, se em 1989 menos de 3% de produtores tinham concluído um curso superior, preferencialmente jovens e centrados no Baixo e Cima Corgo vitícolas, em 2009, 5 a 10% de produtores tinham concluído um curso superior, sobretudo em enologia quando incidíamos na RDD, ultrapassando-se mesmo 20% nas principais freguesias ribeirinhas do Baixo e Cima Corgo.



Fonte: Recenseamento Agrícola de 2009, INE

Fig. 10 – Produtores agrícolas com curso superior concluído, em 2009, por freguesia (%).

Em síntese, entre 1989 e 2009, no Alto Douro a população diminuiu e envelheceu, mas obteve formação técnica e literacia, embora restringindo-se essencialmente ao nível básico. Este cenário era mais favorável entre os produtores residentes nos núcleos urbanos, sendo mais gravoso e preocupante nas freguesias envolventes da RDD, onde o abandono se avoluma. Despontam, contudo, propostas inovadoras, se bem que ocasionais e centradas prioritariamente nos espaços vitivinícolas e secundariamente nas freguesia envolventes. Têm por base os "neo-rurais". Facto indiciatório de uma alteração das tendências antes apontadas que proporcionem a revitalização destes territórios?

4- Algumas notas conclusivas

Apesar do património evidenciado pela Região Demarcada do Douro e das suas múltiplas potencialidades, persistem os problemas e alguns acentuam-se mesmo. Neste artigo selecionamos os que envolvem o quadro social, particularmente a literacia e os seus impactes na conjuntura atual.

Após um século XIX com acréscimos demográficos pontuais e descontinuados, interdependentes do setor agrícola e das suas contingências, particularmente do Vinho do Porto, no século XX na sequência das melhorias registadas, observaram-se amplos acréscimos populacionais. Todavia, perante a exiguidade de hipóteses laborais, na região desde os anos cinquenta do século XX instituíram-se amplos fluxos migratórios que conduziram à diáspora portuguesa e à concentração de durienses nas principais áreas metropolitanas portuguesas do litoral. Neste contexto, se por um lado se desanuviou a

pressão demográfica regional, por outro sobreveio uma carência de mão-de-obra. Entretanto, a população remanescente era cada vez mais restrita e idosa.

Nas últimas três décadas a população agrícola duriense diminuiu e envelheceu progressivamente, sobretudo no Douro Superior, e de modo particular nas freguesias com deficiente enquadramento físico, quase sem acessibilidades ou transportes públicos. Todavia, a população remanescente ampliou a sua formação, sobretudo os residentes nas freguesias mais privilegiadas em termos vitícolas, ou nas sedes concelhias. Consequentemente, também o número de produtores agrícolas diminuiu, sobremaneira nas freguesias menos favorecidas em termos vitícolas e nas exteriores à RDD, onde se sucedem os abandonos. Nas freguesias da RDD mais privilegiadas, embora também aí o declínio seja inegável, os abandonos são ocasionais, pois os pequenos proprietários vendem os bens herdados aos detentores de grandes quintas contíguas. Perante este declínio demográfico, na atualidade surgem problemas de continuidade das explorações de estrutura familiar e, consequentemente, de preservação da paisagem e do património duriense.

Há que implementar estratégias dinamizadoras, realçando as potencialidades endógenas diferenciadoras. Como a vitivinicultura continua a ser a força motriz da região, há que apostar uma reestruturação fundiária, indissociável do associativismo, para além de controlar a expansão dos vinhedos, minimizando os excedentes vínicos e os consequentes problemas económicos e sociais. Com o apoio de instituições setoriais, deve incrementar-se também a multifuncionalidade das explorações, investindo particularmente no turismo, pois assim nascem oportunidades laborais que possibilitam a fixação de jovens com formação e a sobrevivência dos mais idosos, os detentores jurídicos do solo. Exige-se, porém, que sejam catalizados todos os estratos sociais para esta dinâmica, facilitando-se a criação de sinergias, de complementaridades entre os espaços, até porque só com esta conjugação se potenciam os recursos endógenos, numa perspetiva conjuntural, inovadora e sustentável. Esta dinâmica tem de ser articulada a diversos níveis, incluindo a intervenção das autoridades autárquicas e dos serviços técnicos mas, muito particularmente, com a população rural, os efetivos preservadores deste património e os difusores desta dinâmica.

Há que criar condições para a fixação da população mais jovem, incentivando a formação técnica mas também através de palestras “polivalentes” que cativem não só os jovens, mas também os estratos sociais mais idosos, valorizando o setor agrícola e as suas problemáticas. Obviamente o apoio técnico, efetivo, também tem de ser uma realidade, bem como outros serviços e apoio.

Em síntese, é necessário revitalizar e dinamizar a região, particularmente a vitivinicultura com todas as sinergias que lhe estão associadas mas numa complementaridade com os espaços envolventes, mas, para tal, há que implementar projetos recorrendo a fundos europeus que incluam desde o turismo a micro unidades agro-industriais e à bioenergia tendo por base a criação de associações concelhias que se conjuguem com os privados, mas de uma forma coordenada, sustentável,

não desvirtualizadora deste património. Assim se poderá revitalizar em termos económicos e sociais este espaço patrimonializado pela UNESCO.

Bibliografia

ABREU, L. (2012). Direito da Propriedade Privada e Utilização do Solo no Alto Douro Vinhateiro, In *Direito Rural*, Vida Económica Editorial S.A, Porto, 34 (ISBN:978-972-788)

ANDRESEN, T. e REBELO, J. (2013). *Avaliação do Estado de Conservação do Bem Alto Douro Vinhateiro – Paisagem Cultural Evolutiva e Viva*, Volume 1 – Relatório de Avaliação e Volume 2 – Estudos de Base. Porto: CIBIO UP / UTAD.

CCDRN (2007). *Plano de Desenvolvimento Turístico do Vale do Douro*. Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte: Porto

DERMENDHZIEVA, s. et al (2011). "Danube and Douro, two rivers one destination the axis of connection or world sociocultural barriers", in Acts "*International Dialogue and Education in the Balkans and Eastern Europe*, University of Verliko Tarnovo, Bulgária

FERREIRA, J. (2012). *A Sustentabilidade do Alto Douro vinhateiro: realidade ou utopia? Contributo para a avaliação e melhoria da sustentabilidade da região*, FCSH, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa

MAGALHÂES, R. (coord.) (2008). O *Plano de Desenvolvimento Turistico do Vale do Douro 2005-2013*, CCDR, Porto

INE .(2009). *Recenseamento Agrícola de Portugal de 1989, 1999 e 2009*. Instituto Nacional de Estatística, Lisboa

LOURENÇO, J. et al (2008). *Alterações dos usos do solo - o caso do vale do Douro*, Universidade do Minho, Braga. ISSN 0873-1152. 30 (2008) 33-50.

PINA, H. (2007). *O Alto Douro - um espaço contrastante em mutação*, colecção Temas Portugueses, Imprensa Nacional Casa da Moeda, Lisboa

PINA, H. (2010). "The importance of Complementariry in the Territorial Cohesion and Sustainability of Rural Areas: The case of Cambres, a Douro Winegrowing Area, and Magueija, a Montainous Area", in *Revija Za Geografijo, Journal for Geography*, 5-2 (G10), Department of Geography, Faculty of Arts, University of Maribor (Slovenia), p.27-42

PINA. H. (2012a). How to enhance, yet preserve, the social and cultural heritage of the Rural Douro region, including the festivities*?, Espaço Aberto- PPGC*, UFRJ, Rio Janeiro

PINA. H (2012b). Land use structure in the Demarcated Douro Region: overarching trends in the last few decades, *Journal of Geography*, Galway, 123-139

PINA. H. (2012c). A Região Duriense, um património a desenvolver preservando e inovando, e-book *Grandes Problemáticas do Espaço Europeu – Políticas de Ordenamento Territorial nas Periferias Europeias*, Faculdade Letras Universidade Porto, Porto

PINA. H. (2013). A estrutura fundiária duriense – um quadro problemático que urge reverter e dinamizar. In *Direito Rural*, Vida Económica Editorial S.A, Porto, 34 (ISBN:978-972-788-)

QUEIROZ, J. et al. (2010). Vine spacing in steep slope viticulture: narrow terraces, Douro Region. Viticulture en fort pente et densité de plantation: banquettes étroites, Région de Douro. CERVIM, *Troisième Congrès International Viticulture de Montagne et/ou En Forte Pente*, Castiglione di Sicilia, Catania, Itália.

RODRIGUES, M. et al (2011). Climatic Zoning and Vineyards Aptitude in the Douro Region (North of Portugal), in *19th Annual Colloquium of The International Geographical Union Commission on the Sustainability of Rural Systems*, National University of Ireland, Galway, Ireland

CORREA, Carolina Pimentel (2015). ***Entre os fios de cabelo branco e as coleções de primaveras: uma transição demográfica*** . Theoverarching issues of the european space: spatial planning and multiple paths to sustainable and inclusive development. Porto. Fac.Letras Univ.Porto. pp. 84-98

ENTRE OS FIOS DE CABELO BRANCO E AS COLEÇÕES DE PRIMAVERAS: UMA TRANSIÇÃO DEMOGRÁFICA

Carolina Pimentel CORREA
Faculdade de Letras da Universidade do Porto
carolpimentelcorrea@gmail.com

Resumo

O envelhecimento demográfico é um processo que vem se manifestando mundialmente, apesar de assumir diferentes níveis em determinados países. Com o intuito de perceber este processo no Brasil e em Portugal, países que possuem uma história em comum, observou-se, neste trabalho, dados estatísticos referentes a ambos e procurou-se compreender as especificidades de cada país no que se refere ao envelhecimento. Foi possível apreender que Portugal se depara com um elevado índice de envelhecimento e um grande encolhimento da base e alargamento do topo de sua pirâmide etária, enquanto o Brasil, também caminha para um envelhecimento populacional, mas ainda não atinge um índice de envelhecimento tão alto quanto o de Portugal e sua pirâmide etária, apesar de ter tido um encolhimento na base, teve um alargamento no centro, referente à população adulta.

Palavras-chave: envelhecimento, idosos, Brasil, Portugal.

Abstract

Populations ageing is a process that has manifested in the world, while assuming different levels in certain countries. In order to understand this process in Brazil and Portugal, which divide a common history, it was observed in this paper, statistical data for both countries. Furthermore, it tried to understand the specificities of each country in relation to aging. It was possible to understand that Portugal is faced with a high rate of aging. In addiction, the Portugal's data show a large shrinkage of the base and a extend on the top of their age pyramid. In the other hand, Brazil also has a population aging, but it isn't an aging index as high as the Portugal and its age pyramid, despite have a shrinkage in the base, have too a flare in the center - on the adult population.

Keywords: aging, elderly, Brazil, Portugal.

1. Introdução

O envelhecimento marca a ordem natural da vida de qualquer ser, sendo, dessa forma, intrínseco à sociedade humana. Entretanto, quando se pensa no envelhecimento coletivo, mais especificamente, no envelhecimento demográfico, tal fenômeno representa um importante desafio do século XXI. O aumento da expectativa de vida, em diversos países, foi uma conquista relacionada a avanços da medicina e às

melhorias nas condições gerais de vida da população, todavia, este avanço não veio acompanhado de medidas e/ou políticas públicas adequadas para tamanha transformação demográfica. Diz-se "tamanha" porque esta inclui, não apenas o aumento da expectativa de vida e a baixa mortalidade, mas, também, a baixa fecundidade, o que resulta na inversão da pirâmide etária.

Os países europeus estão diretamente associados aos estudos a este respeito. A Europa, paulatinamente, passa a conhecer uma nova realidade demográfica que preocupa não apenas pesquisadores de diversas áreas, como também, os tomadores de decisão (*policy makers*) e a comunidade em geral. Contudo, a tendência ao envelhecimento populacional não se restringe a este continente, pois os jovens países da América Latina também apresentam forte inclinação a tal processo. Esta, de um modo geral, é a hipótese que norteia o presente ensaio e, consequentemente, faz par com o seguinte problema de pesquisa: de que modo o processo de envelhecimento se tem desenvolvido, nas últimas décadas, em Portugal e no Brasil?

Brasil e Portugal formam a base analítica desta pesquisa não apenas por estarem em polos opostos no que se refere aos conceitos de velho e novo continente, mas, também, em função do forte laço histórico que os une, em especial, os mais de 300 anos de colonização. Por conseguinte, levando-se em conta tais particularidades, o objetivo geral do ensaio é perceber quais são as diferenças entre tais países no que diz respeito ao processo de envelhecimento. A fim de atingir tal objetivo e responder o problema de pesquisa que orienta o trabalho deu-se especial atenção aos dados estatísticos, retirados das plataformas online PORDATA – Base de dados Portugal Contemporâneo, INE – Instituto Nacional de Estatística e IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, dando-se ênfase para os últimos Censos de cada país. O ensaio divide-se, para além da (1) *Introdução* e das (4) *Considerações finais*, em outros dois tópicos: (2) *uma nova realidade demográfica*, no qual são abordados aspectos gerais a respeito do envelhecimento; (3) *Brasil e Portugal em números*, no qual são observados alguns dados estatísticos referentes ao Brasil e a Portugal.

2. Uma nova realidade demográfica

O processo de envelhecimento demográfico indica um aumento particular da composição etária da população correspondente as pessoas idosas, isto é, quando estas se tornam uma parcela, proporcionalmente, maior da população total. A tendência a tal fenômeno acentua-se a partir do declínio das taxas de natalidade e de fecundidade além do aumento da longevidade. Assim, este alargamento da população idosa está diretamente associado à redução da população mais nova, gerando, inclusive, um desequilíbrio intergeracional.

Nesse sentido, Cabral *et al*. (2013) apresentam a ideia de "paradoxo do envelhecimento", pois o fenómeno do envelhecimento demográfico traz consigo um fator socialmente assumido como positivo – o aumento da esperança de vida – combinado com a diminuição da fecundidade, que, em contrapartida,

pode gerar consequências complexas para a sociedade. Deste modo, como retrata Fernandes (2001), os idosos de hoje dispõem de maiores probabilidades de sobrevivência, especialmente porque apresentam maior saúde, mais meios económicos, culturais e sociais, maior acesso a infraestruturas de apoio médico e sanitário, além de disporem de um maior capital de informação. Entretanto, concomitante ao benefício de viver mais, acentuam-se alguns riscos naturais da idade, como a vulnerabilidade do estado de saúde; o isolamento social; a tendência à solidão; a dependência física, econômica e, muitas vezes, mental; além da possível estigmatização e discriminação (Cabral *et al*., 2013).

Segundo Rosa (2012), atualmente, os idosos já não estão associados à noção de sabedoria. Contrariamente, o que predomina, hoje, são estereótipos de velhice e o idadismo. Este último "refere-se às atitudes e práticas negativas generalizadas em relação aos indivíduos baseadas somente numa característica – a sua idade" (Marques, 2011, p. 18). Deste modo, o idadismo engloba comportamentos de discriminação e preconceito no que concerne às pessoas idosas. Percebe-se, por exemplo, conforme aponta Rosa (2012), a existência de uma visão negativa que associa a velhice à morte e a classifica como a última fase da vida humana, na qual os homens desistem dos projetos de futuro. Nas palavras desta autora:

> [o] desalento, a frustração e a infelicidade são sentimentos que frequentemente caracterizam esta fase, surgindo muitas vezes associados à impressão de uma perda de protagonismo e de importância relativa face a um passado mais "glorioso", de exercício, por exemplo, de uma carreira bem-sucedida (Rosa, 2012, p.21).

À vista disso, tal transição demográfica[1] representa um motivo de preocupação política e social (Fernandes & Botelho, 2007). Em relatório publicado pelo Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), a respeito do envelhecimento no século XXI, destaca-se a importância de não padronizar os idosos como pertencentes a uma única categoria, mas reconhecer que tal população apresenta características diversas como qualquer outro grupo etário, seja em relação à idade, sexo, etnia, educação, renda, saúde. Isto é, "cada grupo de idosos [...] tem necessidades e interesses específicos que precisam ser tratados especificamente, por meio de programas e modelos de intervenção adequados a cada segmento" (UNFPA, 2012).

Perceber esta nova realidade demográfica e pensar na inclusão social dos idosos tornou-se um desafio imediato e global, pois segundo o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), o envelhecimento da população é um processo que já está ocorrendo em todas as regiões do mundo, em países com vários níveis de desenvolvimento. O relatório aponta que:

[1]Lebrão (2007) diferencia a *transição demográfica* da *transição epidemiológica*. Segundo esta autora, a teoria da transição epidemiológica refere-se à complexa mudança dos padrões de saúde e doença e às interações entre esses padrões, seus determinantes e consequências. Tais mudanças dizem respeito à diminuição da mortalidade por doenças infeciosas e ao aumento das doenças não-transmissíveis.

> [no] mundo todo, a cada segundo, 2 pessoas celebram seu sexagésimo aniversário – em um total anual de quase 58 milhões de aniversários de 60 anos. Uma em cada 9 pessoas no mundo tem 60 anos de idade ou mais, e estima-se um crescimento para 1 em cada 5 por volta de 2050: o envelhecimento da população é um fenômeno que já não pode mais ser ignorado (UNFPA, 2012).

Neste sentido, mais do que perceber a dimensão deste processo é preciso compreender suas especificidades em diferentes locais e as diversas variáveis ali envolvidas. Portanto, o tópico seguinte terá como base, e recorte analítico, os dados estatísticos referentes ao Brasil e a Portugal no que diz respeito ao envelhecimento da população.

3. Brasil e Portugal em números

Antes de discorrer a respeito dos dois países que formam o fio condutor deste trabalho é importante destacar as categorias etárias usualmente referidas nos grupos de idade: jovem, ativa/adulta e idosa. Tais categorias de análise estatística representam as principais fases do ciclo da vida: “até os 15 anos, antes da entrada na idade em que é possível ser-se ativo, os jovens; entre os 15 anos e os 64 anos, a idade ativa; com 65 anos ou mais, ou seja, a partir da idade ‘normal’ de reforma, os idosos” (Rosa, 2012, p.23).

Conforme apontado anteriormente, o envelhecimento demográfico já adquiriu dimensão mundial, apesar de assumir diferentes intensidades em cada região. Rosa (2012) destaca que no grupo dos países mais envelhecidos, estão as regiões mais desenvolvidas, principalmente as da Europa. Sendo que em Portugal este processo apresentou um ritmo marcadamente acelerado, condicionado pela rápida queda nos níveis de mortalidade e de fecundidade. Assim sendo, atualmente, Portugal representa não apenas um dos países mais envelhecidos do espaço europeu, como também, do mundo (Rosa & Chitas, 2013; Rosa, 2012).

Foi, sobretudo, a partir da segunda metade do século XX que as sociedades europeias, em especial, começaram a confrontar-se com o processo de envelhecimento e, consequentemente, com a inversão da pirâmide etária. Em Portugal, entre a década de 1980 e a atualidade, levando-se em conta o último Censo, realizado em 2011, o número de jovens passou de 25,51% para 14,89%, enquanto o número de idosos aumentou de 11,45% para 19,03%, como se pode observar no gráfico 1.

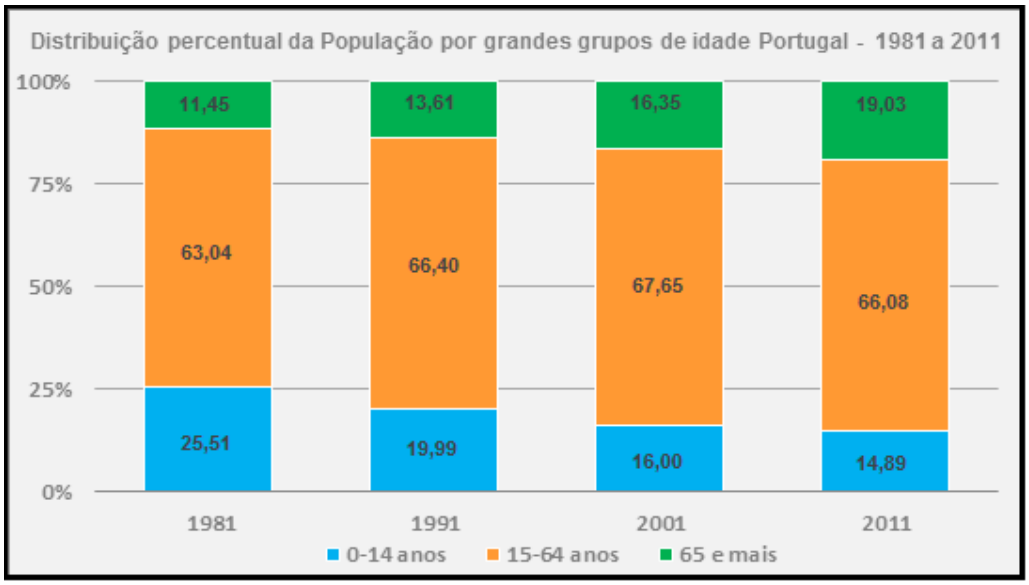


Gráfico 1. Distribuição percentual da população por grupos de idade Portugal – 1981 a 2011.

Fontes: Gráfico elaborado pela autora a partir de dados disponíveis no INE, PORDATA - População residente segundo os Censos de 1981, 1991, 2001 e 2011 (total e por grandes grupos etários – Portugal).

O Brasil, por sua vez, entre os anos 1940 e 1960, apresentou um significativo declínio da mortalidade, ao mesmo tempo em que manteve a fecundidade em níveis bastante altos, o que gerou uma população jovem bastante estável e com rápido crescimento. Todavia, ao final da década de 1960, conforme destacam Closs & Schwanke (2012), os níveis de fecundidade passaram a apresentar trajetória descendente, inicialmente nos grupos populacionais mais privilegiados e nos polos mais desenvolvidos, estendendo-se rapidamente às demais regiões.

A partir daí, o Brasil passou a ter uma diminuição na sua população jovem e, consequentemente, um aumento da população adulta e idosa. Neste sentido, Lebrão (2007) destaca que, no Brasil, as pessoas que estão alcançando os 60 anos de idade no século XXI são aquelas que vivenciaram os benefícios da tecnologia em saúde introduzida durante o período pós 2ª Guerra Mundial. Segundo esta autora, o crescimento da população idosa na América Latina está mais associado às descobertas relativas às questões médicas e de saúde pública do que às melhorias nos padrões gerais de vida da população.

Assim, apesar de ainda menos intensa do que em Portugal, a transição demográfica já pode ser percebida também no Brasil. Conforme se pode observar no gráfico a seguir, de 1980 até 2010, segundo os Censos, o número de jovens de 0 a 14 anos passou de 38,20% para 24,08%, enquanto a população

idosa, com mais de 65 anos, passou de 4,01% para 7,38%. Dessa forma, a diminuição da população jovem foi de 14,12%.

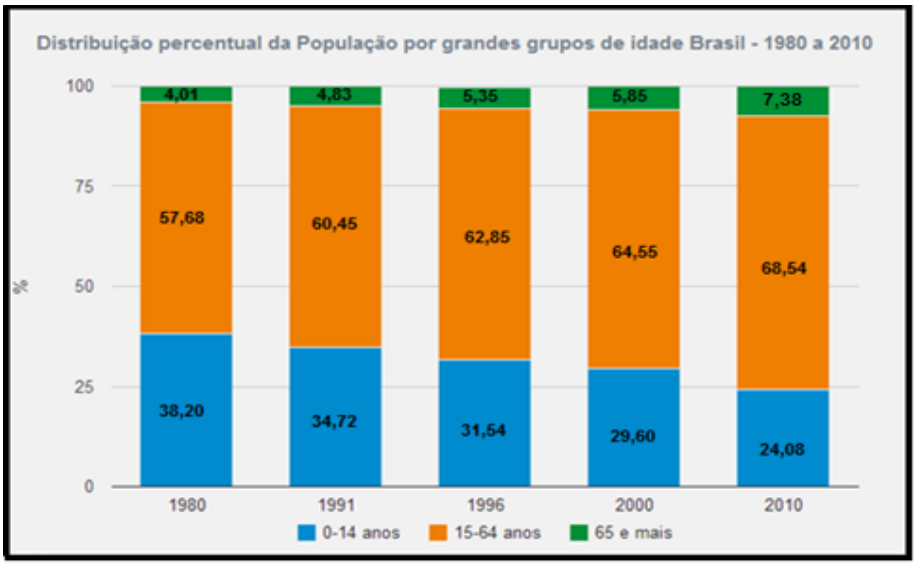


Gráfico 2. Distribuição percentual da população por grandes grupos de idade Brasil – 1980 a 2010.

Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 1980, 1991, 2000 e 2010 e contagem da População de 1996.

A partir destes valores correspondentes a distribuição percentual da população por grandes grupos de idade é possível perceber que no Brasil, o processo de envelhecimento é mais recente do que em Portugal. No Brasil, o aumento da população concentra-se, em especial, no grupo de adultos (15-64 anos), o qual de 1980 a 2010, aumentou 10,87% enquanto em Portugal este grupo, de 1981 a 2011, aumentou apenas 3,04%. Do mesmo modo, quando o grupo de idosos (65 e mais), em Portugal teve um aumento de 7,58%, no Brasil este aumento foi de 3,37%.

Por conseguinte, percebe-se, a partir dos gráficos, que ambos os países estão passando por um processo de envelhecimento demográfico, entretanto, no Brasil esta transformação ainda se concentra mais na diminuição dos jovens do que no aumento da população idosa. Pode-se observar isto a partir das pirâmides etárias destes dois países em dez anos (2000 e 2010).

As pirâmides etárias ilustram com maior facilidade os efeitos da transformação demográfica. Em Portugal, observa-se uma grande diminuição da base da pirâmide, o que representa a diminuição da população jovem, e um amplo alargamento do topo da pirâmide, isto é, um aumento da população idosa. No Brasil, apesar de também haver uma diminuição da base da pirâmide, conforme já ressaltado, o aumento mais significativo dá-se na área central da pirâmide, correspondente a população ativa/adulta.

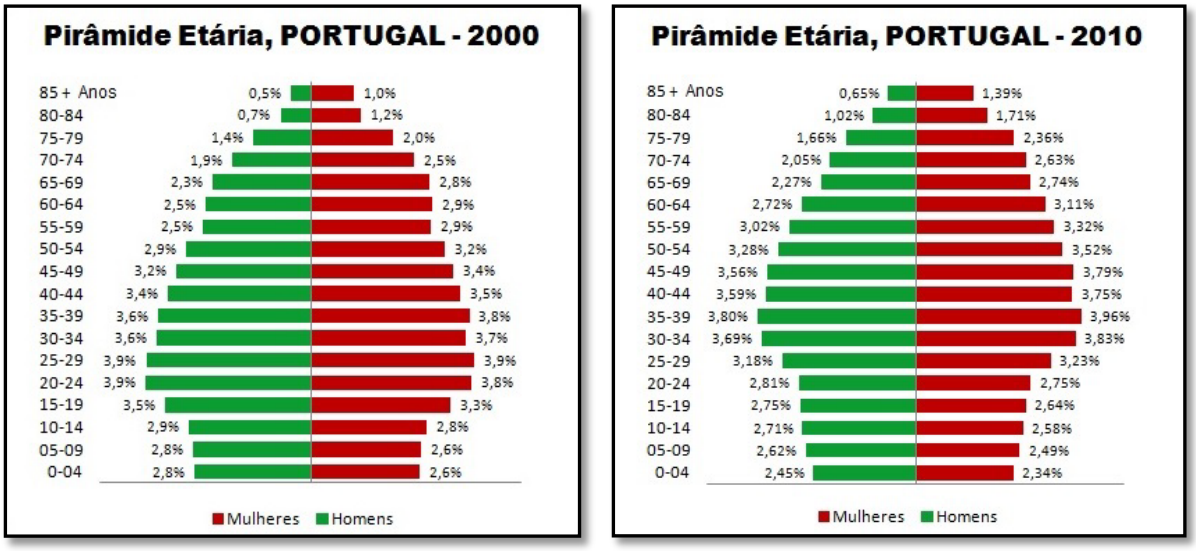


Gráfico 3- Pirâmides Etárias, Portugal (2000, 2010)
Fonte: Gráficos elaborados pela autora, a partir de dados disponíveis no INE, PORDATA – Estimativas Anuais da População residente em Portugal.

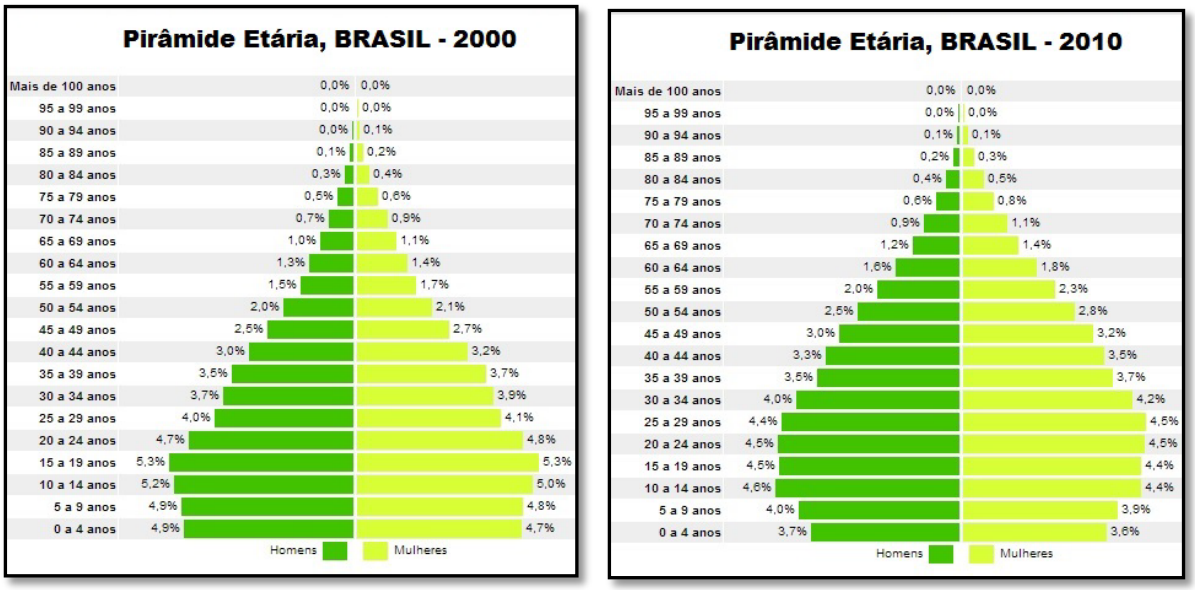


GRÁFICO 4 - Pirâmides Etárias, Brasil (2000, 2010)

Fonte: IBGE – Censo demográfico de 2010

Após perceber estas importantes transformações e tendo como base a divisão da população a partir de grandes grupos etários, é possível calcular o chamado Índice de envelhecimento. O Índice de envelhecimento é definido pelo número de pessoas com 65 anos ou mais para cada 100 jovens dos 0

aos 14 anos, tratando-se da população residente em determinado espaço geográfico, num ano específico. Desse modo, a fórmula para calcular tal índice segue exatamente esta descrição:

$$\text{Índice de Envelhecimento} = \frac{P_{(65+)}}{P_{(0 \text{ a } 14)}} \text{ x } 100$$

Este índice faz-se extremamente importante no contexto deste ensaio por conseguir avaliar o processo de ampliação da população idosa em relação à variação no grupo etário jovem. Para Closs & Schwanke (2012, p. 445), o Índice de envelhecimento[2], dentre as várias alternativas para a observação do envelhecimento de uma determinada população, apresenta grandes vantagens por ser "analiticamente simples, apresentar alta sensibilidade às variações na distribuição etária, contabilizar os dois grupos etários que definem o processo de envelhecimento populacional e ser de fácil interpretação". Desse modo, vale observar o Índice de envelhecimento de Portugal (de 1981 a 2060) e do Brasil (de 1980 a 2060).

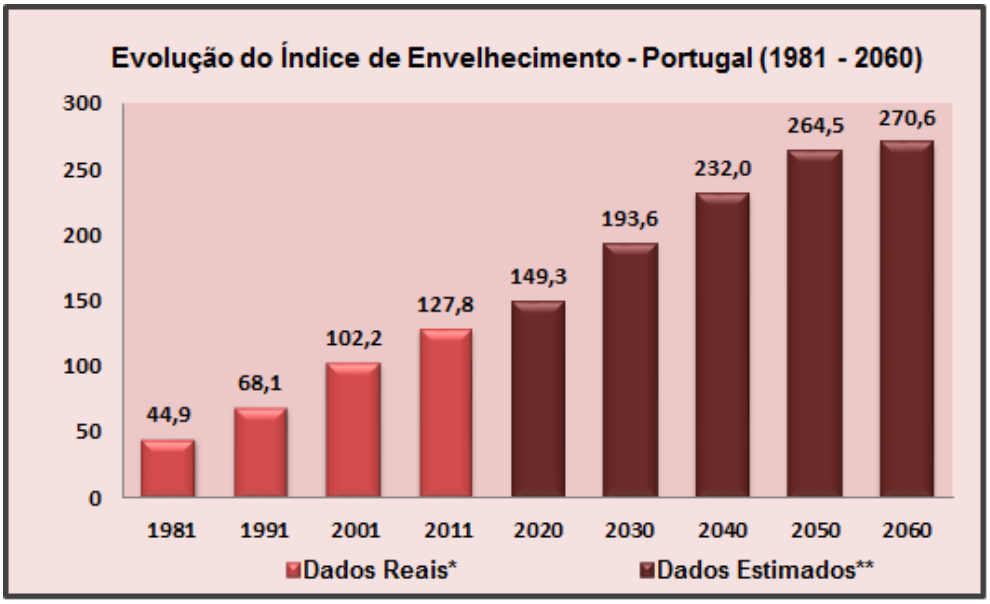


Gráfico 5- Evolução do índice de envelhecimento, Portugal (1981, 2060)

Fonte: PORDATA: *Indicadores de envelhecimento segundo os Censos de 1981, 1991, 2001, 2011.
**Quadros da publicação: Projeções de População Residente em Portugal, 2008 – 2060.

[2]O Índice de envelhecimento pode variar entre as diferentes regiões de um determinado país, entretanto, no caso deste trabalho procurou-se trabalhar com as populações totais dos países. Cabe ressaltar que o índice de envelhecimento também possui limitações, relacionadas as possíveis imprecisões da base de dados utilizada para o cálculo do indicador, as falhas nas declarações de idade para os levantamentos estatísticos ou à metodologia empregada para elaborar estimativas e projeções populacionais (Closs & Schwanke, 2012).

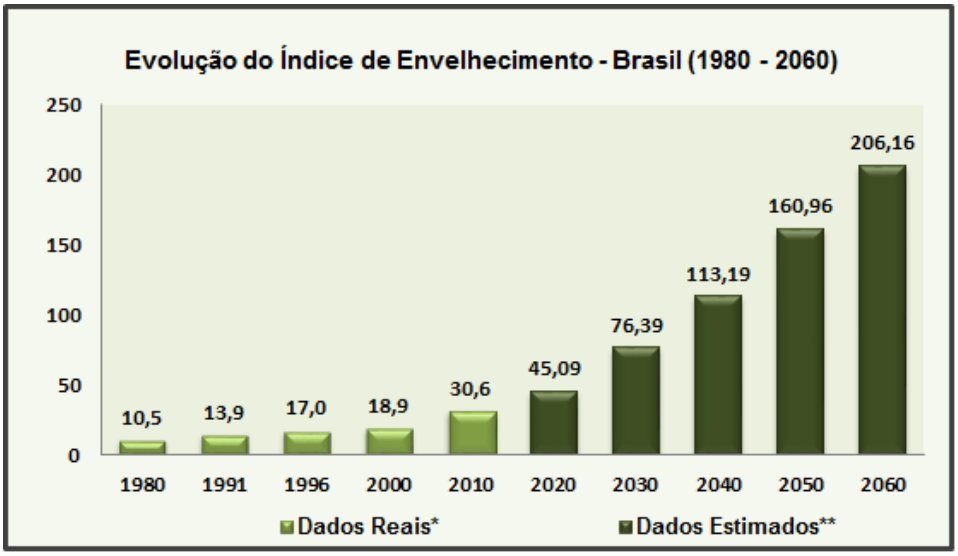


Gráfico 6- Evolução do índice de envelhecimento, Brasil (1980, 2060)
Fonte: Gráfico elaborado pela autora, a partir de dados do IBGE: * Censos de 1980, 1991, 2000 e 2010 e contagem da População de 1996; ** Projeção da população do Brasil por sexo e idade para o período 2000-2060.

Segundo estes gráficos, é possível perceber que desde o início do século XXI, Portugal já apresentava um significativo Índice de envelhecimento da população. Especificamente em 2001, para cada 100 jovens, de 0 a 14 anos, já havia 102,2 idosos, com 65 anos ou mais. No Brasil, por sua vez, estima-se que apenas em meados de 2030 poderá haver mais idosos do que jovens, pois, segundo os dados disponíveis, é apenas em 2040 que se prevê 113,19 idosos para cada 100 jovens. As projeções, ou dados estimados, os quais aparecem destacados em cores diferentes, em ambos os gráficos, apontam que em Portugal, no ano de 2060, existe a possibilidade de para cada 100 jovens existir 270,06 idosos, enquanto no Brasil, para este mesmo ano, poderá existir 206,16 idosos.

Dentre as variáveis influentes nesta transição demográfica encontra-se a diminuição da taxa de fecundidade[3], decorrente, principalmente, da difusão do uso dos anticoncecionais em conjunto com o maior acesso à informação e educação sexual; da emancipação da mulher, que as leva, muitas vezes, a retardar o projeto de maternidade e acaba por elevar a idade média para ter o primeiro filho. Conforme explica Rosa (2012), em Portugal, a idade média das mulheres no que se refere o nascimento do primeiro filho aumentou mais de cinco anos nas últimas duas décadas e meia, e hoje, situa-se próxima dos 29 anos. Segundo o IBGE, a idade média para as mulheres tornarem-se mães pela primeira vez está em torno dos 26,9 anos em 2013 e deve chegar a 28 anos em 2020 e 29,3 anos, apenas, em 2030. Assim, a fecundidade tardia e a retração do número de filhos estão entre as principais causas para o

[3] *Taxa de fecundidade* é uma estimativa do número médio de filhos por mulher em seu período reprodutivo (normalmente estipulado como dos 15 aos 49 anos).

encolhimento do grupo etário mais jovem da população. A seguir, os gráficos apresentam as taxas de fecundidade total de Portugal (1960 - 2010) e do Brasil (1940 – 2010):

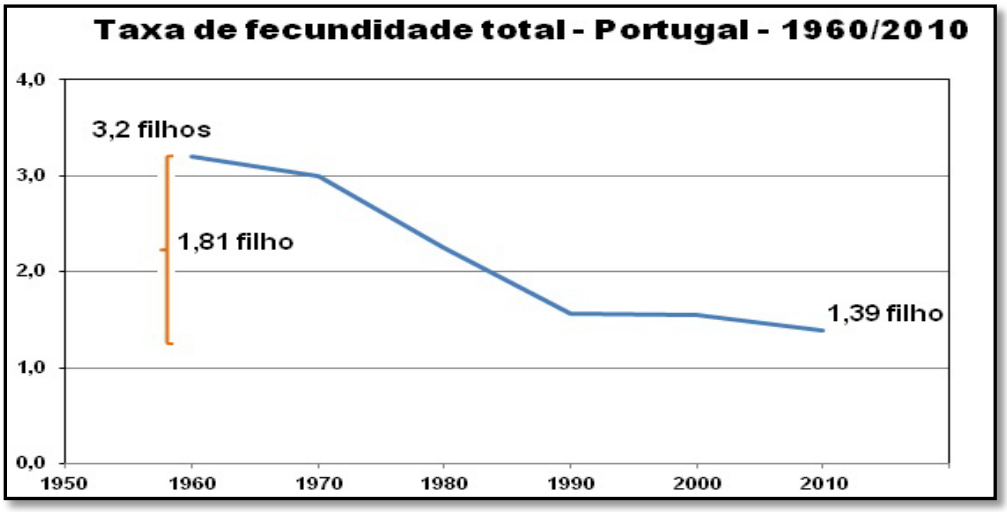


Gráfico 7- Taxa de fecundidade total, Portugal (1960, 2010)

Fontes: Gráfico elaborado pela autora a partir de dados do INE, PORDATA – Indicadores de fecundidade: Índice sintético de fecundidade e taxa bruta de reprodução – Portugal (Número médio de filhos por mulher).

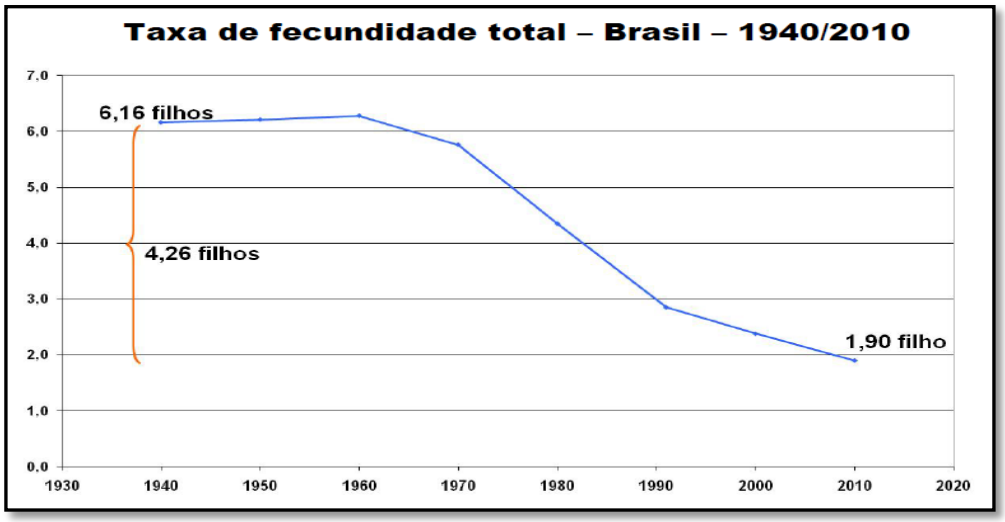


Gráfico 8- Taxa de fecundidade total, Brasil (1940, 2010)

Fonte: IBGE - Censo demográfico 2010 – resultados gerais da amostra.

Considerando estes números, percebe-se que a taxa de fecundidade, na década de 1960, em Portugal, estava em torno dos 3 filhos e em 2010 baixou para 1,39 filho. No Brasil, em 1960, a taxa de

fecundidade ainda rondava o número de 6 filhos por mulher, sendo que, agora, em 2010, a média é de 1,90 filho, representando grande diminuição na taxa de fecundidade. Tais dados são preocupantes em ambos os países, pois o valor de reposição da população é de 2,1 filhos por mulher (Lebrão, 2007), algo que nenhum dos países tem atingido nos últimos anos.

Junto com esta diminuição da taxa de fecundidade, o aumento da expectativa de vida também é uma das importantes variáveis que influenciam no processo de envelhecimento. Segundo dados disponíveis no PORDATA, em Portugal, no ano de 1980, a esperança média de vida total da população era de 71,1 anos de idade (sendo a idade média masculina de 67,8 anos e a feminina de 74,8 anos), enquanto em 2011, a esperança média de vida total passa para 79,8 anos de idade (sendo a idade média masculina de 76,7 anos e a feminina de 82,6 anos). No Brasil, segundo o IBGE, a esperança de vida total da população ao nascer aumentou 26,6 anos de 1960 a 2012, ao passar de uma média de 48 anos para 74,6 anos.

Com o aumento da expectativa da vida, a idade para a reforma vem aumentando sucessivamente. Em Portugal, segundo informações divulgadas pela Segurança Social, a chamada "Pensão de velhice" é dirigida às pessoas com 66 ou mais anos de idade e que tenham pago contribuições para a Segurança Social durante pelo menos 15 anos. No Brasil, por sua vez, segundo informações disponíveis no site do *Instituto Nacional de Segurança Social (INSS), a aposentadoria por idade para o trabalhador rural é a partir dos 60 anos de idade, para homem, e 55 anos de idade, para mulher, para* os demais trabalhadores é de 65 anos de idade, para homem, e de 60 anos de idade, para mulher, levando em conta que em todas estas situações o assegurado deverá ter pelo menos 15 anos de contribuição para o INSS. Entretanto, tanto em Portugal, quanto no Brasil, as leis em torno da reforma vêm sendo debatidas e ameaçadas ano a ano a serem modificadas.

Assim, é importante perceber que este alargamento da expectativa de vida vem trazendo uma nova configuração não apenas para os valores populacionais, mas, também: para as relações familiares, aumentando a probabilidade de uma criança conhecer seus avós, bisavós e até trisavós; para as relações sociais e de trabalho, nas quais se enquadra o aumento da idade para a aposentadoria e a necessidade de criação de postos de trabalho que possam ser preenchidos por pessoas idosas; para a saúde, em função da necessidade de atender uma grande parte da população que já ultrapassa os 65 anos e merece manter uma vida saudável e ativa.

Outra variável a ser considerada no processo de envelhecimento é a emigração. Normalmente, a emigração acontece na idade jovem e/ou ativa/adulta, o que influencia na diminuição da base e centro da pirâmide etária de determinada região. A partir dos dados do PORDATA, é possível observar que, em Portugal, em 1992, havia 39.322 indivíduos emigrantes, enquanto que em 2012 este número passa para 121.418 indivíduos. Já no Brasil, os dados relativos à emigração datam apenas do último Censo, realizado em 2010, quando o IBGE, pela primeira vez, perguntou aos recenseados se alguém na família

estava residindo fora do país. Segundo tais dados, foi possível perceber que 491.645 indivíduos brasileiros são emigrantes, sendo a Europa o continente de destino que abriga o maior percentual de brasileiros, 51,44% dos emigrantes.

4. Considerações finais

A partir do que foi exposto acima, percebe-se que o processo de envelhecimento já é uma realidade bastante considerável tanto no Brasil quanto em Portugal. Apesar de o Brasil ainda não ter alcançado um índice de envelhecimento tão significativo quanto Portugal, Closs & Schwanke (2012, p.450) destacam que o Brasil está entre os 35 países mais populosos do mundo e o quarto com mais intenso processo de envelhecimento, ficando atrás, apenas, da República da Coreia, Tailândia e Japão.

Quando se fala em processo de envelhecimento é preciso, conforme visto acima, considerar diversas variáveis como as taxas de fecundidade, percentuais da população a partir de grupos de idade, Índice de envelhecimento, migração, expectativa de vida. Entretanto, outras variáveis, não menos importantes, também devem ser levadas em conta: políticas públicas, questões culturais, sociais e comportamentais. Isto é, além de observar as variáveis estatísticas é preciso perceber o processo de envelhecimento a partir de diferentes esferas e refletir a respeito da noção de que a idade em si é uma construção social para a qual todos os seres humanos contribuem, conforme afirma Walker (2002, p. 759):

> This is not to deny the biological reality of ageing (which is itself a continuous process and is changing from age cohort to age cohort) but that tells us very little indeed about the societal consequences or the policy implications of population ageing. Here sociology is more helpful than biology: age is a social construction and social policy plays a crucial role in that process—for example by defining the age at which people are excluded from employment or enter pension systems and, therefore, become 'old' in social and economic terms.

Um importante ponto a ser realçado neste contexto é a ideia de que, se hoje se vive durante mais tempo, é preciso que se invista ao longo da vida a fim de minimizar os impactos negativos da longevidade. Assim, o aumento da expectativa de vida, precisa ser acompanhado por diferentes políticas públicas voltadas para este grande grupo etário da população, representado por aqueles com mais de 65 anos. Fernandes (2001) afirma que a definição de tais políticas precisa partir de uma formulação mais rigorosa e objetiva dos problemas do envelhecimento e da análise exaustiva da diversidade de realidades sociais, algo que poderá proporcionar importantes avanços no sentido de futuras gerações poderem viver melhor do que as que as antecederam.

Entende-se, assim, a importância em reconhecer esta nova realidade demográfica e seus impactos. Portanto, faz-se necessário, uma preparação adequada para que se possa enfrentar os

desafios associados a esta transição demográfica. Zaidi (2008, p.9), por exemplo, destaca cinco áreas de políticas públicas que devem ser levadas em conta ao preparar a sociedade para este fenómeno do envelhecimento: "*1. Pension policy; 2. Health and long-term care policy; 3. Employment policy; 4. Migration and integration policy; 5. Infrastructure development*".

O planeamento adequado, com políticas capazes de acompanhar este processo e que sejam compatíveis com a realidade dos diferentes países é uma medida governamental necessária e prioritária. Medidas específicas de saúde pública e que visem manter a autonomia e o envelhecimento ativo, por exemplo, podem ser um considerável ponto de partida. Nesse sentido, Fernandes e Botelho (2007) destacam alguns desafios decorrentes do envelhecimento demográfico que a UE, por exemplo, vem enfrentando: proporcionar segurança econômica na velhice; manter a solidariedade intergeracional; combater a exclusão social e a discriminação ligadas a questão da idade; providenciar cuidados de longa duração no que se refere a mudanças no padrão familiar ou de residência e proporcionar a cidadania plena independente da idade.

Além disso, os idosos possuem o direito, como qualquer outro grupo etário, de representação e de participação social e política. Conforme ressaltam Cabral *et al*. (2013, p.12), "reposicionar o idoso no conjunto do sistema de relações intergeracionais constitui um imperativo democrático e um desafio político que as sociedades envelhecidas enfrentam". É neste sentido que se destaca a ideia de envelhecimento ativo. Lebrão (2007) explica que este termo está ligado a uma mudança de paradigma, deixando-se de associar os idosos a doenças e a dependência e passando a enxergá-los numa situação de ativos e independentes. Proporcionar o envelhecimento ativo "é aumentar a expectativa de uma vida saudável e a qualidade de vida para todas as pessoas que estão a envelhecer, inclusive as que são frágeis, fisicamente incapacitadas e que requerem cuidados" (Fernandes & Botelho, 2007, p.16).

Tratar de envelhecimento ativo remete à questão da reforma, igualmente parte deste contexto. Aumentar a idade de reforma, mas não proporcionar um incentivo a abertura de postos de empregos para as pessoas que estejam na faixa etária, por exemplo, dos 60 anos é deixar este grupo de idade desassistido (Zaidi, 2008). A natural insegurança dos jovens em relação ao mercado de trabalho, também se faz presente nesta etapa de vida dos idosos que teoricamente "ultrapassam a idade produtiva". Fernandes (2001) destaca que a reforma também representa uma forma de exclusão social, pois o idoso perde o estatuto social atribuído a partir do trabalho profissional e passa a ser visto como o "reformado".

Dessa forma, são muitas as questões que permeiam o processo de envelhecimento, seja em Portugal ou no Brasil. Mais do que um processo natural, o envelhecimento da população precisa ser apreendido como um processo social e acompanhado com devidas políticas governamentais. O envelhecimento demográfico é, na verdade, uma nova realidade que pode trazer implicações sociais, econômicas e, inclusive, políticas, tanto no sentido coletivo como no individual caso não seja compreendido com devida atenção por parte de todos.

5. Bibliografia

CABRAL, M. V., coord. [et al.] (2013). *Processos de Envelhecimento em Portugal: Usos do Tempo, Redes Sociais e Condições de Vida*. Lisboa: Guidesing.

CLOSS, V. E. & SCHWANKE, C.H. A. (2012). A evolução do índice de envelhecimento no Brasil, nas suas regiões e unidades federativas no período de 1970 a 2010. *Rev. Bras. Geriatr. Gerontol.*, 15(3), 443-458.

FERNANDES, A. A. (2001). Velhice, solidariedades familiares e política social: itinerário de pesquisa em torno do aumento da esperança de vida. *Sociologia, Problemas e Práticas.* [Online], 36, 39-52. Disponível em: http://www.scielo.gpeari.mctes.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0873-65292001000200003&lng=pt&nrm=iso. [Acedido em 25 de fevereiro de 2014].

FERNANDES, A. A. & Botelho, M. A. (2007). Envelhecer activo, envelhecer saudável: o grande desafio. *Fórum sociológico*. [Online], 2(17), 11-16. Disponível em: http://forumsociologico.fcsh.unl.pt/PDF/FS17-Art.1.pdf. [Acedido em 10 de janeiro de 2014].

INE, Estatísticas Demográficas, Instituto Nacional de Estatística, Departamento de Estatísticas Censitárias e da População, Lisboa.

IBGE – Projeção da População do Brasil por Sexo e Idade para o Período 2000/2060, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatítica, Brasil.

IBGE, Censo Demográfico (2010). Resultados gerais da amostra, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatítica, Brasil. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/0000

00084731041220123157274839 85.pdf. [Acedido em 29 de janeiro de 2014].

LEBRÃO, M. L. (2007). O envelhecimento no Brasil: aspectos da transição demográfica e epidemiológica. *Saúde Coletiva*, 4 (17), 135-140.

MARQUES, S. (2011). *Discriminação da Terceira Idade*. Lisboa: Relógio D' Água.

ROSA, M. J. V. (2012). *O envelhecimento da Sociedade Portuguesa*. Lisboa: Relógio D'Água.

ROSA, M. J. V. & CHITAS, P. (2013). *Portugal e a Europa: os números.* Lisboa: Relógio D'Água.

UNFPA (2012). *Envelhecimento no Século XXI: Celebração e Desafio - Resumo Executivo*. Fundo de População das Nações Unidas.

ZAIDI, *A.* (2008). Features and Challenges of Population Ageing: The European Perspective. The European Centre for Social Welfare Policy and Research, *Policy Brief March (*1).

WALKER, A. (2002). Ageing in Europe: policies in harmony or discord? *International Journal of Epidemiology*. [Online], 31, 758-761. Disponível em: http://ije.oxfordjournals.org/content/31/4/758.full. [Acedido em 23 de janeiro de 2014].

SERAFINO, Irene (2015). ***O associativismo contemporâneo e a reapropriação das culturas rurais na cidade de Bolonha.*** Theoverarching issues of the european space: spatial planning and multiple paths to sustainable and inclusive development. Porto. Fac.Letras Univ.Porto. pp. 99-110

O ASSOCIATIVISMO CONTEMPORÂNEO E A REAPROPRIAÇÃO DAS CULTURAS RURAIS NA CIDADE DE BOLONHA

Irene SERAFINO
Faculdade de Letras da Universidade do Porto
up201301579@letras.up.pt

Resumo

No presente artigo analisamos o caso de recentes realidades associativas de Bolonha (Itália), que visam a reapropriação dos laços rurais, espaços simbólicos da cultura tradicional camponesa, que se perderam nas últimas décadas face a uma sociedade de consumo com mercados económicos globalizados. Na região de Bolonha, onde, já na periferia da cidade, há forte coexistência entre o urbano e o rural, surgiram redes de associações que promovem o desenvolvimento agrícola de forma tradicional, com especial atenção à produção biológica e aos produtos locais. Essas realidades participativas dos cidadãos se inserem em redes associativas e em movimentos nacionais e internacionais e se enquadram em atividades politizadas. Inscrevem-se no debate dos novíssimos movimentos sociais transnacionais, que se focam nas questões ecológicas e de meio ambiente de importância global, mas assumem aspectos peculiares da realidade de referência e de sua cultura.

Palavras chave: ação coletiva; glocal; periurbano.

Abstract

In this paper we analyze the case of some of Bologna's recent associative initiatives, which are aimed at the reconnection with their rural ties. These rural ties are perceived as symbolic spaces of rural traditional culture that have gone partly lost in the latest decades due to a consumer society acting within a context of globalized economic markets. In the region of Bologna, where there still lies strong coexistence between urban and rural, associations of networks have grown to promote agricultural development as in a traditional way, with a focus on organic and local products. These participatory initiatives of citizens are part of associative networks, within national and international movements and are characterized by political activities. They form a part of the debate on new transnational social movements that focus on addressing global environmental and ecological issues, assuming at the same time peculiar aspects of the reality and culture they refers to and are acting in.

Keywords: collective action; glocal; peri-urban areas.

1. Introdução

A experimentação política, os movimentos cosmopolitas[1] e as organizações voluntárias desempenham um papel crucial na construção de uma sociedade civil global autocrítica, que representa uma alternativa para enfrentar os riscos que atravessam de forma transversal a nossa sociedade (Beck, 2000). O agir local se torna fundamental para enfrentar a sociedade do risco global, e as novas gerações, mais politizadas e com maior capacidade de criar uma discussão política e moral sobre assuntos como meio ambiente, etnia e género, assumem responsabilidades para criar movimentos transnacionais e cosmopolitas que pensem globalmente e que ajam localmente (Beck, 2000). Para promover a sustentabilidade económica, ecológica e social, é necessário repensar os espaços urbanos para além de fortalecer e dar voz às manifestações de solidariedade e de comunidade que se expressam a partir do nível local. Estas contrastam com as novas privatizações do território urbano e o abandono dos centros históricos e dos territórios agrícolas, constituindo lugares abertos ao debate e aos movimentos cosmopolitas. Na última década, existe um renascimento da ideia de direito à cidade, democrática e para todos (Harvey, 2013). Na sociedade fragmentada e complexa da modernidade tardia, onde o espaço e o tempo assumem novas dimensões, a identidade cultural local e a criação de novas redes de proximidade retomam significado e tornam-se centrais (Giddens, 1989).

Neste quadro, torna-se necessário considerar a cultura como força, riqueza e valor, e este trabalho se focaliza nas redes sociais e nos movimentos que nascem no âmbito urbano e que, por meio de ações políticas, sociais e culturais, contrastam com a sociedade do risco.

A região metropolitana de Bolonha, que se encontra no norte da Itália, conta com 976.243 habitantes, dos quais 371.337 residentes na cidade de Bolonha (Urbes, 2011). É constituída por 60 municípios, alguns dos quais se encontram em áreas montanhosas. No caso de Bolonha, parece central hoje a volta às tradições camponesas, que se perderam nas últimas décadas, como forma de (re)apropriação da própria cultura local. Isso pode ser notado através do crescimento exponencial das hortas urbanas em diversas cidades, pela criação de associações como *Campi Aperti*, que visa a valorização de terras agrícolas abandonadas, promovendo técnicas tradicionais e naturais no respeito ao meio ambiente e aos trabalhadores, ou a rede dos GAS – *Gruppi di acquisto solidale* –, constituida por grupos de consumo e compras, organizados de forma espontânea, a partir de uma abordagem crítica do consumidor. As trés experiências, que desejam aplicar os princípios da equidade, solidariedade e sustentabilidade, têm como objetivo focar-se nas pessoas e nas relações, seja entre o grupo dos sócios, seja entre produtores e consumidores, relações que se perderam ou enfraqueceram, principalmente no

[1] Como movimentos cosmopolitas se entendem movimentos sociais plurais, onde há integração de culturas e de linhas políticas diferentes, união determinada a partir de objetivos comuns (Beck, 2000).

tecido urbano; visam criar laços perdidos entre a vida urbana e a vida rural na imediata periferia, interligadas mais do que parecem; valorizam a produção local e a cultura tradicional, ressignificando-a.

Na primeira parte deste trabalho, se apresentarão as bases teórico-metodológicas e as principais considerações do estudo desenvolvido por Vilaça e Guerra (2000), evidenciando a relação entre associativismo e identidades culturais. Na segunda parte deste trabalho, se analisará o caso de recentes realidades associativas de Bolonha (Itália), que visam a reapropriação dos laços rurais, espaços simbólicos da cultura tradicional camponesa que se perderam nas últimas décadas face a uma sociedade de consumo com mercados económicos globalizados.

2. O associativismo autárquico[2] como forma de apropriação cultural

Conforme o debate sociológico, muitos autores afirmam que a sociedade contemporânea está submetida a uma mudança radical, vivenciando uma fase de globalização marcada por transformações sociais em diferentes âmbitos. Conforme os teóricos da sociologia global, entre os quais há diferentes formações teóricas e diferentes abordagens ao tema, existe uma nova reconfiguração das contingências sociais, económicas, políticas e culturais. As mudanças envolvem seja os níveis macro estruturais, seja os níveis do micro e da ação. Por exemplo, no nível macro há a crise das instituições[3], a mudança do mercado do trabalho, do sistema capitalista e dos movimentos sociais (Giddens, 2002; Beck, 2000); no nível micro, as identidades dos atores se tornam múltiplas, efémeras e fragmentadas e assim também as formas de sociabilidade, das práticas estéticas e culturais (Lahire, 2002). Neste contexto de mudança, fragmentação e complexidade, forma-se uma desagregação sócio-espacial que, em âmbito urbano, se exemplifica em uma cidade recortada, fragmentada, líquida, onde as relações são fugazes e não há uma unidade urbana integrada (Amendola, 2008; Bauman, 2003). Na sociedade fragmentada e complexa da modernidade tardia, onde o espaço e o tempo assumem novas dimensões influenciando as relações e as identidades, há maior busca de sentido, e as questões culturais se tornam centrais para a construção de identidades na interação com o interior, com o espaço e com o outro (Giddens, 2002).

É este o contexto do estudo gerenciado por Vilaça e Guerra (2000), que mostra exemplos práticos de autarquias como forma de promoção da coesão sócio-espacial e de identidade cultural coletiva no contexto urbano de Matosinhos e Leça da Palmeira (Portugal). A abordagem feita pelas autoras parte do conceito de urbanização como âmbito apto a realçar as várias incidências dos modos de territorialidade nas formas sociais de troca e de estruturação das relações de força. A cidade vem representada como palco de apropriações diferenciadas por parte dos diversos atores e grupos sociais. No âmbito urbano, os

[2] As associações, grupos organizados de pessoas que se associam voluntariamente, têm como objetivo os interesses comuns de seus membros. As associações existem independentes do Estado e resultam de um direito democraticamente instituído (Vilaça; Guerra, 2000).

[3] Entendem-se aqui diferentes tipos de instituições, desde o Estado Nação, até à comunidade local e à família.

grupos, portadores de multiplicidade de expressões simbólicas heterogéneas, coexistem e se encontram e confrontam; é um lugar onde se reproduz a cultura regional circundante, mas também um lugar de rutura e inovação. Para as autoras, o espaço é visto como matriz cultural de um território comum: os gestos e os discursos se desenvolvem no espaço e têm significado no espaço; e as memórias perpassam o espaço operando uma ligação entre o passado e o presente, dando continuidade à matriz cultural.

Conforme o trabalho de Vilaça e Guerra (2000), as freguesias de Matosinhos e Leça da Palmeira podem ser consideradas espaços plurifacetados, onde coexistem diversas identidades culturais como a urbana, a rural, a industrial, a de zona turística e a tradicional da vila de pescadores. Para as autoras, nas sociedades contemporâneas em desagregação, se torna necessário reforçar ou criar novas redes de sociabilidade e solidariedade, reconstruindo pertencimento identitário e reativando fluxos de memória associativa coletiva. Isso implica a criação de uma consciência viva em torno da história do concelho e a requalificação territorial e social do espaço, edificando equipamentos e estruturas culturais. Conforme as autoras, o território, especialmente o bairro, é o espaço privilegiado para o agrupamento: nele surgem projetos e propostas, iniciativas autárquicas para melhorar a qualidade da vida pessoal, urbanística, política e cultural. Em Matosinhos e Leça da Palmeira, as cooperativas e o associativismo livre e voluntário possuem um papel central, promovendo a coesão sócio-espacial e consolidando a identidade urbana da cidade enquanto "*espaço de referencia cultural e simbólica*" (Vilaça; Guerra, 2000, p.85).

É no território que as associações representam o compartilhamento e a participação consciente dos atores, que parte do imperativo da organização desse território, da necessidade de construir redes de diálogo e de participação, constituindo um veículo para a continuação das práticas culturais. As associações autárquicas e voluntárias representam, portanto, um papel fundamental na reconstrução das redes, principalmente em âmbito urbano, onde a divisão social do trabalho e a alteração de quadros de valores, a crise das instituições de referência e a complexificação da vida social se exprimem de forma exponencial. Dentro das realidades associativas consideradas pelas autoras, a animação sociocultural teve um papel crucial na motivação, estruturação e dinamização dos grupos civis e, além disso, constitui um dos eixos definidores da própria qualidade de vida, pois esta não é determinada unicamente por indicadores relacionados com infraestruturas, mas também por indicadores simbólicos.

O objeto de análise de Vilaça e Guerra (2000) foi, portanto, o tecido social associativo (associativismo cultural e recreativo) de Matosinhos e Leça da Palmeira, em 1995, e os objetivos do trabalho foram:

> [...] 1) levantamento e análise, de forma detalhada e precisa, das associações com actividades ligadas ao domínio cultural dentro do concelho de Matosinhos; 2) identificação das principais características, condicionalismos e possibilidades de atuação e intervenção das associações das freguesias do concelho; 3)

> enunciação de um conjunto de indicadores relevantes, passíveis de produzirem instrumentos úteis a virtuais acções de iniciativa do poder local, contribuindo para que este possa responder mais adequadamente às necessidades e aspirações, quer das associações, quer dos públicos que estas pretendem dinamizar. (p.80)

No estudo foram identificadas diversas associações culturais: as folclóricas tradicionais; as desportivas como forma de resistência cultural e com objetivos marcadamente relacionais; o associativismo que se interessou por problemas habitacionais da população, integrando a cultura o desporto e as ações sociais; os movimentos dos escoteiros.

A análise do tecido social associativo desenvolvida por Vilaça e Guerra foi norteada por três vetores fundamentais: 1) Cultura e culturas 2) Transversalidade e abrangência 3) Dinamismo e imobilidade. Se há, portanto, uma visão plural das expressões culturais, todas legitimas; se utiliza uma metodologia transversal que permita analisar a multiplicidade de expressões; se enfatizam as realidades que possuem dinamismo cultural. Especificamente:

> *Cultura e culturas*. O entendimento de que a cultura é um conjunto pluriforme de práticas, de símbolos e de sentidos. Todas as expressões culturais, devem ter, neste âmbito, legitimidade e visibilidade porque traduzem apropriações diferenciadas de um espaço e de um tempo. *Transversalidade e abrangência.* No seguimento do ponto anterior, adoptemos, do ponto de vista analítico, uma metodologia transversal e abrangente, isto é, capaz de analisar a multiplicidade de expressões não as hierarquizando, recobrindo-as de potencialidades múltiplas. *Dinamismo e imobilidade.* Porque também se trata de uma avaliação, prcurámos enfatizar iniciativas portadoras de dinamismo cultural em contraponto a outras que não parecem detê-lo. (Vilaça; Guerra, 2000, p.124-125)

As principais constatações empíricas das autoras foram as seguintes: 1) os tecidos associativos de Matosinhos e Leça da Palmeiras são diversificados e animados localmente por uma pluralidade de grupos sociais, revelador de um conjunto de identidades locais múltiplas; 2) o mundo associativo é frágil, pois, por um lado, há dificuldades de recursos e, pelo outro, um conjunto de potencialidades de intervenção. As associações são mais marcadas por exigência de sobrevivência cotidiana do que por atividades voltadas à inovação e mudança; 3) existe um novo associativismo em que os objetivos não são mais interligados com os tradicionais conflitos sociais e políticos, mas existem novas temáticas transversais como a defesa do meio ambiente, a preservação dos centros históricos, a defesa do consumidor, a juventude, os direitos da mulher, a identidade local, a gestão dos tempos livres, que respondem às reivindicações levantadas pelos novíssimos movimentos sociais cosmopolitas (Beck,

2000) e que, conforme Harvey (2013), no âmbito urbano, se traduz na reclamação pela sociedade civil do direito à cidade na sua expressão de maior abrangência, democrática e para todos; 4) o associativismo é o interlocutor privilegiado de uma sociedade civil que se quer cada vez mais ativa e participante; 5) a afirmação cultural e identitária das freguesias de Matosinhos e Leça da Palmeira terá de passar por uma oferta cultural autónoma, qualificada e alternativa; complementar em relação à cidade do Porto; 6) as relações entre Estado e organizações autárquicas, mesmo sendo mais favoráveis depois do 25 de abril de 1974, são cheias de ambiguidade e conflitos, que refletem bloqueios de caráter estrutural, tornando as autarquias instituições intermediárias entre o poder central e os cidadãos. Também as relações entre poder local e associações podem ser conflituosas e a gestão autárquica pode se tornar disfuncional quando não considera as pluralidades presentes em âmbito associativo.

3. A busca das identidades rurais da cidade de Bolonha

Tendo como exemplo os resultados do estudo de 2000 desenvolvido por Vilaça e Guerra e tendo em vista o conceito de glocal de Ulrich Beck (2000), vamos expor a realidade urbana da cidade de Bolonha, no que diz respeito às associações direcionadas à valorização de culturas rurais, historicamente centrais na realidade italiana, mas que nas últimas décadas foram desvalorizadas e esquecidas. Acreditamos que também este estudo possa ser inserido no quadro de mudanças e transformações estruturais das sociedades identificadas no item anterior.

Em Itália existem hoje muitos movimentos e associações voltados à revalorização do território local e das suas culturas e tradições. Parece existir a necessidade de se reapropriar das antigas tradições agrícolas e rurais do território, em parte abandonadas e esquecidas ao longo dos processos de urbanização e industrialização do pós-segunda guerra mundial e da globalização dos mercados.

A região metropolitana de Bolonha se encontra no norte da Itália e conta com 976.243 habitantes, dos quais 371.337, mais de um terço, residentes na cidade de Bolonha (Urbes, 2011). A região metropolitana é constituída por 60 concelhos, alguns dos quais se encontram em áreas montanhosas, constituindo um território periurbano onde há uma forte integração desorganizada entre o rural e urbano. Na periferia da cidade de Bolonha, onde também podemos encontrar uma forte coexistência entre o urbano e o rural, e nos próprios centros urbanos, surgiram redes de associações que promovem o desenvolvimento agrícola de forma tradicional, amparado em pressupostos alinhados aos novíssimos movimentos sociais, com especial atenção à produção biológica e aos produtos locais. Essas realidades participativas dos cidadãos se inserem em redes associativas e em movimentos nacionais e internacionais e se enquadram em atividades politizadas. Inscrevem-se no debate dos novíssimos movimentos sociais transnacionais, que se focam nas questões ecológicas e do meio ambiente de importância global, mas assumem aspetos peculiares da realidade de referência e da sua cultura. Agem a nível local, valorizando o território, mas se inserem em uma visão global de movimentos e de valores;

agem localmente mas pensam globalmente, se inserindo na visão dos movimentos glocais e cosmopolitas de Ulrich Beck (2000).

A rede dos GAS – *Gruppi di acquisto solidale*[4] – é constituida por grupos de consumo e compras organizados de forma espontânea, a partir de uma abordagem crítica do consumidor. Os GAS se baseiam em pressupostos éticos e desejam aplicar os princípios da equidade, solidariedade e sustentabilidade[5] para as suas compras, principalmente géneros alimentícios ou de amplo consumo, e tem como objetivo privilegiar as pessoas e as relações, seja entre o grupo dos consumidores e sócios, seja entre produtores e consumidores, relações que se perderam ou enfraqueceram, principalmente no tecido urbano:

> *Os Grupos de Compras Solidárias (G.A.S.)* surgem a partir de uma reflexão sobre a necessidade de uma profunda mudança em nosso estilo de vida. Como todas as experiências de consumo crítico, esta também quer propor um "questionamento ético" no âmbito do mercado, para direcioná-lo para uma economia que se concentre em pessoas e relacionamentos.[6] (ReteGAS, s/d, p.1)

Ao nível legistlativo, os GAS foram reconhecidos como sujeitos associativos formais, sem fins lucrativos, portanto, não podendo ser identificados como órgãos meramente comerciais: "Se definem «grupos de compras solidárias» os sujeitos associativos sem fins lucrativos, constituídos com o objetivo de desenvolver atividades de compras coletivas de bens e distribuir os mesmo conforme princípios éticos, de solidariedade social e sustentabilidade ambiental[7] " (Senato della Repubblica, art. 1, parágrafo 266). Os GAS promovem uma nova forma ética de consumo. Valorizam os produtos e as técnicas agrícolas tradicionais e locais, incentivam o "Km 0", que permite uma menor poluição nos transportes das mercadorias e um suporte às atividades locais. Valorizam a agricultura biológica e natural promovendo uma reaproximação ao meio ambiente e prestam atenção à dignidade do trabalho. Conforme a ReteGAS (s/d), existem quatro pontos essenciais na base dos GAS: 1) o desenvolvimento e a prática do consumo crítico como escolha ética; 2) o desenvolvimento e a criação de solidariedade e consciencialização; 3) a socialização; 4) a união perante as dificuldades económicas e climáticas. Na maioria dos GAS presentes no território de Bolonha se efetuam encontros semanais pela distribuição das mercadorias em centros

[4] Uma possível tradução pode ser: Grupos de Compras Solidárias.

[5] Sustentabilidade económica, ecológica e social.

[6] Tradução do original: "*I Gruppi di Acquisto Solidali (G.A.S.) nascono da una riflessione sulla necessità di un cambiamento profondo del nostro stile di vita. Come tutte le esperienze di consumo critico, anche questa vuole immettere una «domanda di eticità» nel mercato, per indirizzarlo verso un'economia che metta al centro le persone e le relazioni"* (ReteGAS, p.1).

[7] Tradução do original: "*Sono definiti «gruppi di acquisto solidale» i soggetti associativi senza scopo di lucro costituiti al fine di svolgere attività di acquisto collettivo di beni e distribuzione dei medesimi con finalità etiche, di solidarietà sociale e sostenibilità ambientale*" (Senato della Repubblica, 2007, art. 1, comma 266).

socioculturais como o XM24 ou o Vag61, ou mesmo nas praças dos bairros e municípios periféricos. Aos momentos de comércio se associam com frequência ocasiões de troca e socialização entre os sócios e atividades lúdicas e culturais, como encontros literários ou eventos musicais. Conforme a ReteGAS (s/d), existem 969 grupos GAS no território italiano, dos quais 20 no distrito de Bolonha.

Estes projetos adquirem ainda mais importância ao considerar os debates públicos organizados em salas municipais e centros socioculturais sobre temáticas políticas, económicas, culturais ou sobre novas possibilidades de organização autárquica que são orientados pela rede dos GAS; e também em relação aos laços que os GAS possuem com outras realidades associativas que estão crescendo no território nacional e local. Conforme Beccaria (2013), a experiência dos GAS foi propulsora de outras tipologias de associações, como as hortas urbanas ou como o caso da associação *Campi Aperti – associazione di contadini e coproduttori per la sovranità alimentare*[8] (Campi Aperti, s/d). Estas realidades foram além do incentivo ao consumo crítico de melhores productos, no sentido ético económico e real, eliminando a dependência da grande distribuição e valorizando as realidades existentes. Mais do que isso, o movimento das hortas urbanas e as associações como *Campi Aperti* visaram um envolvimento ativo dos cidadãos na produção direta dos sócios e na ocupação de espaços urbanos e rurais que permaneciam em um estado de semi-abandono. Na cidade de Bolonha se contam hoje 2700 hortas urbanas (Beccaria, 2013), espaços de propriedades do município concedidas aos cidadãos para serem cultivadas[9], presentes do centro histórico até aos bairros mais periféricos. A estas hortas devem se acrescentar os três hectares da associação Arvaia (Arvaia, s/d) presente no bairro *Borgo Panigale,* que existe desde 2013, e que desenvolve atividades educativas em escolas e possui uma colaboração com a faculdade de Ciências Agrárias da Universidade de Bolonha. A associação *Campi Aperti* visa valorizar o território promovendo agriculturas biológicas e naturais, respeitando as peculiaridades dos produtos locais. Conforme a associação, existe hoje uma grande procura de alternativas de consumo crítico por parte dos cidadãos que desejam produtos saudáveis, eticamente corretos para os trabalhadores e para o terreno, respeitando a cultura camponesa. Existe também um aumento dos cidadãos que visam tornarem-se camponeses, recriando laços perdidos da cultura local que, num momento de crise económica e perante os riscos globais do meio ambiente, se torna uma alternativa sustentável.

Trouxemos um mapa (Fig. 1) onde se podem visualizar, em vermelho, os GAS da rede de Bolonha, que abrangem também as regiões periféricas do concelho de Bolonha e que são distribuídos por grande parte da região metropolitana, chegando até aos extremos das regiões metropolitanas de Imola e de Modena, respetivamente nos dois lados extremos, e a distribuição das hortas urbanas na cidade de Bolonha, em verde.

[8] Uma tradução possível poderia ser: Campos Abertos – associação de camponeses e coprodutores para a soberania alimentar.

[9] Hoje em dia essas conceções são formais e legais; as hortas urbanas não são mais consideradas clandestinas.

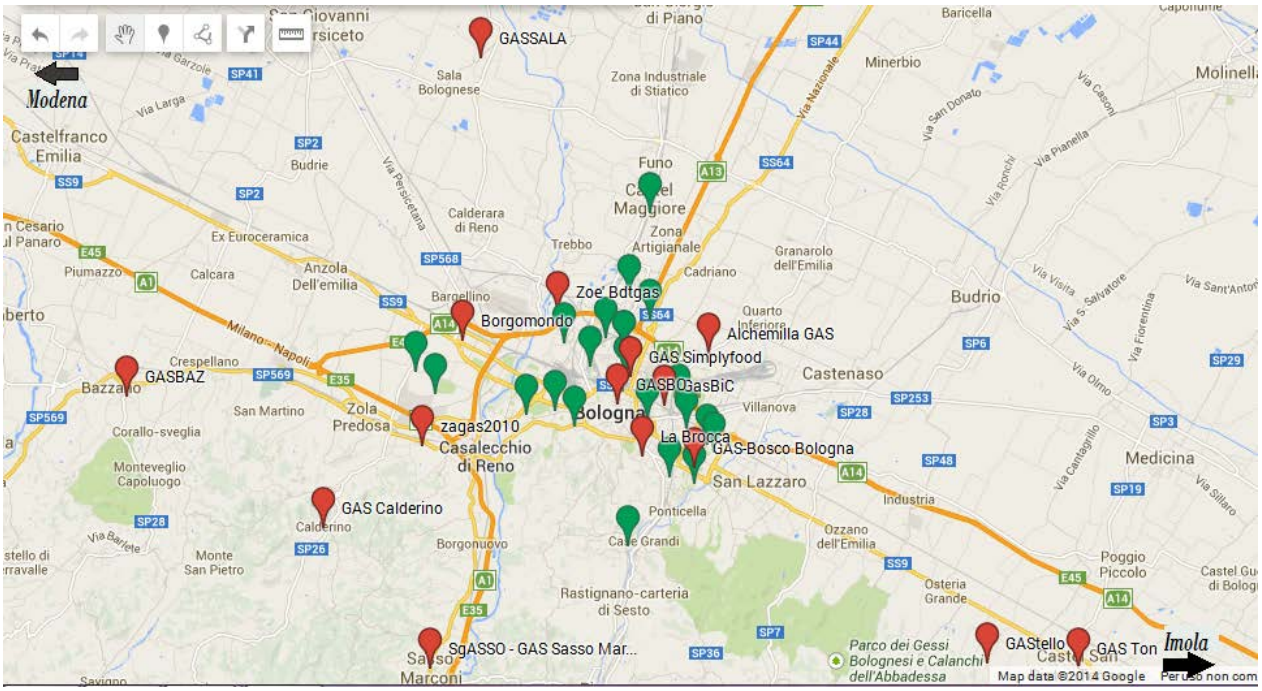


Fig. 1 – A região metropolitana de Bolonha: os GAS e as hortas urbanas.

Por Irene Serafino. Criação de mapas personalizados em Google Maps. Disponível em: <https://mapsengine.google.com/map/edit?authuser=0&authuser=0&hl=it&hl=it&mid=z00R9hThYT4A.kOf5JUO9W4tU>.

Essas três experiências, os GAS, as hortas urbanas e *Campi Aperti*, representam uma busca de novas identidades urbanas na cidade e nas periferias de Bolonha, a partir da apropriação do espaço e da sua (re)valorização. Partem da memória camponesa, da cultura e da tradição antigas que se foram perdendo nas últimas décadas, e as inserem no quadro social, político e económico atual, valorizando as potencialidades nelas presentes, como a autossustentabilidade, o respeito pelo meio ambiente e a aproximação das relações pessoais. Conjugam as realidades urbanas com as camponesas, tornando-as mais interdependentes e integradas, se sustentando de forma recíproca. Se inserem também no atual quadro de globalização, partindo do local mas seguindo valores e princípios universais que visam um desenvolvimento sustentável a nível mundial. Pois, estas realidades, são politicamente críticas sobre as modalidades de consumo e procuram um novo padrão de desenvolvimento que vise valorizar os pequenos produtores e que promova a dignidade do trabalho do homem:

> Esta escolha de consumo crítico permite reduzir a poluição e o consumo energético relacionado com o transporte dos produtos, proporciona a oportunidade de conhecer diretamente os produtores e permite selecionar as empresas que usam métodos naturais de cultivo e utilizam os próprios recursus humanos de forma ética e solidária. Os GAS nascem da consciência de que cada um de nós pode mudar o mundo... a partir das suas próprias compras! [...] Ao

> mudar o nosso padrão de consumo, podemos passar de um economia global para uma economia local, criando novas oportunidades de crescimento para as pequenas realidades virtuosas do nosso território. [10] (ZolArancio, s/d, p.1)

4. Considerações finais

Conforme Ulrich Beck, (2000) a experimentação política, os movimentos cosmopolitas e as organizações voluntárias desempenham um papel crucial na construção de uma sociedade civil global autocrítica, que representa uma esperança para enfrentar os riscos que cruzam transversalmente a nossa sociedade. A partir do nível local, para deixar nossa sociedade sustentável, é necessário repensar os espaços urbanos e fortalecer e dar voz às manifestações de solidariedade social e comunitária, para contrariar as formas de exclusão social, as novas privatizações do território urbano e o abandono dos centros históricos e dos territórios agrícolas, constituindo espaços abertos ao debate e aos movimentos cosmopolitas que valorizam a cultura como força, riqueza e valor.

No caso de Bolonha, parece central hoje o regresso às tradições camponesas que se perderam nas últimas décadas, como forma de (re)apropriação da própria memória cultural local. Isso pode ser demonstrado pelo crescimento exponencial das hortas urbanas em diversas cidades, que despertaram o interesse de muitos sociólogos italianos, na criação de associações como *Campi Aperti*, que visa a valorização de terras agrícolas abandonadas, promovendo técnicas tradicionais e naturais no respeito do meio ambiente e dos trabalhadores, ou a rede dos GAS que visam criar laços perdidos entre a vida urbana e a vida rural na periferia imediata, interligadas mais do que parecem. Existe um aumento dos cidadãos que visam se transformar-se em camponeses, recriando laços perdidos da cultura local que, num momento de crise económica e perante os riscos globais do meio ambiente, se torna uma alternativa sustentável. Podemos, portanto, afirmar que existe uma ativação crítica das pessoas em dois sentidos: 1) em relação aos próprios consumos, procurando produtos saudáveis e eticamente corretos; 2) em relação ao estilo de vida, reaproximando os próprios hábitos às dinâmicas rurais, se debruçando em pequenas ou médias atividades de cultivo.

As três realidades consideradas neste trabalho (os GAS, as hortas urbanas e *Campi Aperti*) mostram também a apropriação das comunidades de discursos e valores globais e cosmopolitas que pertencem aos movimentos sociais transnacionais e a integração deles com o tecido local, resignificando os discursos políticos, sociais e económicos, conforme uma visão tradicional das comunidades. Juntando as informações aqui recolhidas podemos, portanto, afirmar que estas experiências: 1) partem da memória

[10] Traduzido do original: "*Questa scelta di acquisto consente di diminuire l'inquinamento e il consumo energetico legato al trasporto dei prodotti, dà la possibilità di conoscere direttamente i produttori e permette di selezionare quelle aziende che usano metodi di coltivazione naturale e impiegano in modo etico e solidale le proprie risorse umane. I Gas nascono dalla consapevolezza che ognuno di noi può cambiare il mondo… partendo dalla propria spesa! [...] Cambiando il nostro modello di consumo possiamo passare da un'economia globale a un'economia locale, dando nuove opportunità di crescita alle piccole realtà virtuose del nostro territorio*". (ZolArancio, s/d, p.1)

camponesa, da cultura e da tradição antigas que foram se perdendo nas últimas décadas, e as inserem no quadro social, político e económico atual, valorizando e resignificando as potencialidades nelas presentes, como a autossustentabilidade, o respeito pelo meio ambiente e a aproximação das relações pessoais; 2) visam criar laços perdidos entre a vida urbana e a vida rural na periferia imediata, tornando-as mais interdependentes e integradas, se sustentando de forma recíproca; 3) procuram um novo padrão de desenvolvimento que valorize os pequenos produtores e que promova a dignidade do trabalho do homem; 4) fomentam a busca de novas identidades urbanas, a apropriação do espaço e a sua (re)valorização; 5) procuram aplicar os princípios da equidade, solidariedade e sustentabilidade e têm como objetivo focar-se nas pessoas e nas relações; 6) se inserem no atual quadro de globalização, partindo do local e seguindo valores e princípios universais, que visam um desenvolvimento sustentável a nível mundial.

5. Bibliografia

AMENDOLA, G. (2008). *La città postmoderna: magie e paure della metropoli contemporanea*. Roma-Bari: Laterza.

ARVAIA. (s/d). *Cittadini coltivatori biologici*. Disponível em <http://www.arvaia.it/>. [Acedido em 10 de fevereiro de 2014].

BAUMAN, Z. (2003). *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Zahar.

BECCARIA, A. (2013). *Orti urbani contro la crisi: a Bologna nasce cooperativa di coltivatori e consumatori.* Disponível em: <http://www.ilfattoquotidiano.it/2013/09/11/boom-orti-urbani-contro-crisi-a-bologna-cooperativa-arvaia-di-coltivatori-e-consumatori/708602/ >. [Acedido em 09 de fevereiro de 2014].

BECK, U. (2000). *La sociedad del riesgo global*. Madrid: Siglo XXI.

Campi Aperti. (s/d). *Accesso alla terra*. Disponível em: <http://www.autistici.org/campiaperti/accesso-alla-terra/>. [Acedido em 09 de fevereiro de 2014].

GIDDENS, A. (1989). *A constituição da sociedade*. Rio de Janeiro: Martins Fontes.

GIDDENS, A. (2002). *Les conséquences de la modernité*. Paris: L'Harmattan.

HARVEY, D. (2013). *Città Ribelli: i movimenti urbani dalla comune di Parigi a Occupy Wall Street*. Milano: Il Saggiatore.

LAHIRE, B. (2002). *Homem plural: os determinantes da ação.* Petrópolis RJ: Vozes.

ReteGAS. (s/d). *Rete nazionale di collegamento G.A.S. Gruppi di Acquisto Solidale.* Disponível em: <http://www.retegas.org/>. [Acedido em 11 de fevereiro de 2014].

SENATO DELLA REPUBBLICA. (2007). *Lei n° 244 de 24 dez. 2007 "Disposizioni per la formazione del bilancio annuale e pluriennale dello Stato*" (Legge Finanziaria 2008).

URBES, Dipartimento Programmazione Settore Statistica del Comune di Bologna. (2011). *Bologna: i numeri del territorio.* Disponível em: <http://www.istat.it/it/files/2013/06/Urbes_2013_Bologna_V_7.4.pdf>. [Acedido em 14 de fevereiro de 2014].

VILAÇA, H. & GUERRA, P. (2000). O espaço urbano enquanto contexto específico de dinamismos associativos: o caso das freguesias de Matosinhos e Leça da Palmeira. *Sociologia* – I (10), 79-129.

ZOLARANCIO. (s/d). *ZAGAS*. Disponível em: <http://www.zolarancio.it/zagas.html>. [Acedido em 11 de fevereiro de 2014].

COSTA, Francisca Sousa da (2015). ***Democracia em Portugal e na Europa: problemas, desafios e oportunidades*** The overarching issues of the european space: spatial planning and multiple paths to sustainable and inclusive development. Porto. FLUP. pp. 111-125

DEMOCRACIA EM PORTUGAL E NA EUROPA: PROBLEMAS, DESAFIOS E OPORTUNIDADES

Francisca Sousa da COSTA
Faculdade de Letras da Universidade do Porto
franciscacosta.work@gmail.com

Resumo

O presente trabalho explora a importância da Democracia em contexto português e europeu, dando especial relevância ao percurso democrático de Portugal, sobretudo paralelamente à sua integração na Comunidade Económica Europeia (CEE). O corpo teórico discute, fundamentalmente, o conceito de democracia, a nível nacional e internacional. Por fim são discutidos alguns eixos temáticos que colocam em prática o exercício da democracia, de modo mais específico em Portugal, mas sob uma reflexão que se estende à União Europeia (UE).

Palavras-chave: Democracia; Soberania Nacional; União Europeia; União Política

Abstract

This paper explores the importance of Democracy in the portuguese context and in the european one, giving special relevance to the study of the democratic path of Portugal, mainly in parallel with its integration into the European Economic Community (EEC). The theoretical body of the paper discusses, fundamentally, the concept of Democracy and its implications at the national and european level. Lastly, are discussed some themes that put in practice the exercise of Democracy, in Portugal in a specific way, but under an extended reflection to European Union.

Key-words: Democracy; National Sovereignty; European Union; Political Union

1. Dissertando, construindo

Dialogar, discutir, (contra-)argumentar sobre 'a' democracia nunca poderá ser um processo linear, primordialmente por a sua conceção (teórica e metodológica) adquirir diferentes formas no quotidiano das Nações. Ademais, reza a história, ciência do tempo, que em todas elas o processo de construção e/ou transição democrática não fora intuitivo, fundando em algumas delas o tumulto porque passam os homens que querem ser livres: a guerra e outras batalhas, a castração de direitos (e vidas), a desigualdade como identidade permanente de povo(s) que só conhecia(m) a condição de súbditos, resignados à vontade dos seus 'deuses terrenos'.

E como a História também é ciência propensa ao futuro, (s)urge debater epistemológica e politicamente o(s) significado(s) de Democracia e os cenários futuros, nos diversos setores e áreas vinculadas ao Estado, em Portugal e na Europa. Este ensaio não tem como objetivo prescrever um atestado à ação política; pretende, todavia, contribuir para uma reflexão em torno da democracia e da sua múltiplas formas de extensão quotidiano. Deste modo, pretendo debater algumas considerações relativas à democracia em Portugal e na Europa (e relação entre ambas) e, à posteriori, construir – sob uma opinião que, sendo minha, procura sustentar-se num paradigma liberal e de progresso – eventuais desafios futuros para a Democracia e como aqueles poderão – e deverão – ser conduzidos. Ilações, algumas; interrogações

– muitas. Um excelente exercício (cívico e político), em termos tão conturbados para a democracia à escala nacional e europeia.

2. Memórias do nosso Portugal, e de uma revolução já-mais esquecida

"A Revolução portuguesa despoletada pelo golpe militar de 25 de Abril de 1974 foi a última revolução portuguesa da esquerda da Europa do século XX" (Rosas, 2006: 15), oriunda do cansaço da guerra colonial e do constante estrangulamento de liberdade(s) aos indivíduos, particularmente, as camadas da população mais desfavorecidas e sensíveis ao autoritarismo do regime (pobres, analfabetos, mulheres).

Aquelas "(…) liberdades fundamentais não foram outorgadas, mas conquistadas e essa é uma das mais importantes marcas genéticas da democracia portuguesa: uma democracia política cujos fundamentos são fruto directo e imeadiato do processo revolucionário" (Pinto, 2006: 22). Após a revolução, foi feito um esforço insigne no sentido de construir uma democracia social efetiva, através da consolidação das liberdades fundamentais: o direito à greve e à liberdade sindical, a implementação do salário mínimo, redução da carga horária de trabalho, férias pagas, subsídio de doença e de alimentação, nacionalização de diversos organismos importantes para a consecução da cidadania – agora tutoriados pelo Estado –, generalização da Segurança Social, acesso ao Sistema Nacional de Saúde (SNS) e à educação e à cultura. O 25 Abril foi fulcral para a construção de uma identidade nacional que, não sendo nacionalista, cumpre hoje a necessidade de encetar uma relação profícua com os símbolos e especificidades da Nação, mas que se concebe simultaneamente como inclusiva e multicultural (Vakil, 2006).

3. (Re)construindo Pontes: Portugal voltado para a Europa

A Democracia Portuguesa encontra-se ligada ao projeto de construção europeia, na medida em que a solicitação da entrada para a União Europeia em 1977, era oriunda do receio de que Portugal fosse tomado por movimentos revolucionários, sob tentações totalitaristas. O pedido tinha uma argumentação essencialmente de matriz política, onde se elencavam como objetivos principais a preservação das (ainda) jovens instituições democráticas, nos anos conturbados do pós-25 de Abril. Os anos seguintes foram tidos como relativamente pacíficos, fundamentalmente face ao convívio com outros países membros da UE. Portugal era assim considerado um país democrático, face ao desenvolvimento aparentemente célere que efetuou ao nível da democratização da sociedade.

Importa ressalvar que, um dos pressupostos da consolidação da Comunidade Europeia, foi assegurar os sistemas democráticos nos países em que já existiam, ajudando, inclusivamente, os países com uma recente história ditatorial, a ultrapassá-la (como é o caso de Portugal, Espanha e Grécia) e, por outro lado, auxiliar o processo de transição de países que haviam experienciado o colapso da mesma, como a Alemanha e a Itália. Todavia, uma das principais críticas à União Europeia é o seu (ainda) défice democrático, face à falta de eficiência em promover a democracia, a partir das suas instituições. Para alguns autores, nem com o fortalecimento do Parlamento Europeu, ou até com a criação do Comité das Regiões a perspetiva se alterou. "O desafio é, então, reforçar as instituições democráticas existentes nos Estados-membros e criar novos mecanismos através dos quais se possa fortalecer o controlo democrático a nível Europeu" (Comité das Regiões, 1999: 8), por exemplo através da formulação de políticas, enquanto medidas extensivas aos Estados-membros, no sentido do progresso e do desenvolvimento de cada um deles, prática já iniciada nos anos 80 (idem: 9).

Portugal, após a Revolução de Abril encontrava-se num período de fraco desenvolvimento tecnológico e social, debilidade empresarial, carências na rede de comunicação, elevadas taxas de juro que consumiam os parcos salários dos indivíduos, educação escassa e sistemas sociais e de apoio pouco eficientes e capazes. Com a adesão à União Europeia, e através, fundamentalmente, do Fundo para o Desenvolvimento Regional (FEDER) e do Fundo de Coesão instituídos e recapitalizados em Portugal, foi possível uma melhoria acentuado ao nível do desenvolvimento do País. Em 1999, Portugal entra para a Zona Euro, compartilhando da moeda única com os países até então aderentes. Todavia, importa ressalvar que, com a revolução, era crucial a (re)constituição de posicionamento de Portugal, no plano internacional. Assim, "o país escorregara para a União Económica Europeia, onde se integrara, sem acerca disso se ter alguma vez realizado um debate (…) ou sequer uma consulta referendária" (Rosas, 2006: 22), embora alguns autores apontem um interesse particular da burguesia e de outras elites. Não que seja colocada em causa a importância do processo de adesão, visto que o mesmo fora essencial para o rejuvenescimento – nacional e

internacional – do país, sobretudo em matéria de modernização e como símbolo da 'democracia' (Royo, 2005: 410); mas teria sido igualmente importante discutir os diferentes contextos sócio-económicos e concomitantes ajustes para a entrada na União, tendo em vista as futuras e hipotéticas consequências da mesma para as economias domésticas.

A relação de Portugal com a Europa não deve ser entendida como se aquele primeiro país fosse uma filial de uma empresa de maiores dimensões, à qual se encontra dependente (Tengarrinha, 1999: 29). Perfilho da visão de outros autores que optam por uma perspetiva mais heurística da Europa, exaltando o "(…) 'espírito da Europa', a 'identidade da Europa', como se formasse um corpo de valores com sustentação própria (…) pretendendo, com isso, dar fundamento cultural à construção de uma Europa Política, Supranacional" (ibidem). Os defensores desta teoria apontam para a necessidade de consolidar uma Europa Federal, fruto das aspirações do Republicanismo do século XIX (Ventura, 1999: 136). Todavia, contrariamente ao que sucede nos Estados Unidos da América, os Estados-membro não partilham, na sua generalidade, de uma cultura comum padronizada, que lhes permita unirem-se sob a forma de um super-Estado. Não obstante aos esforços de concertação que têm sido orquestrados, em particular aqueles de domínio económico, a União Europeia não salvaguarda uma identidade coletiva que permita uma Federação. Aquela identidade cultural é influenciada pelas diferenças sócio-geográficas dos Estados-membro e suas concomitantes relações externas.

A história e construção da própria estrutura de Estado, regimes políticos vigentes e passados e seus sistemas diferem substancialmente na Europa, principalmente pelas transições democráticas efetuadas durante o século XX, e em particular devido às cisões entre a Europa Ocidental e a Europa de Leste (que, inclusivamente, ainda hoje se verificam). Deste modo, não me parece viável que a União Europeia avance para o Federalismo, num futuro próximo. Em tempos recentes, fora discutido o projeto para a realização de uma Constituição Europeia; todavia, aquela encontra-se em fase de latência, por tempo indeterminado, por ainda não existir um consenso alargado sobre determinadas questões estruturantes dos Estados-membro, como é o caso da maior ou menor laicidade do Estado. Os Federalistas apontam esta necessidade, primordialmente face aos perigos do Nacionalismo exacerbado. Todavia, importa salvaguardar a vontade de todos os Estados, [até porque], ao consolidar uma Federação Europeia, inevitavelmente surgirá um "(…) estrangulamento centralista e uma diminuição da margem de funcionamento democrático (…) [face à] transferência de soberania dos estados membros" (Tengarrinha, 1999: 30). Nas Relações Internacionais existem timings e tempos específicos para a construção e prossecução de novas demandas institucionais e corporativas e a questão da aprovação daquela Constituição não tem tempo ou lugar na atualidade.

Por outro lado, a União Europeia não se imiscui na legislação organizativa e reguladora de cada país (que tem, inclusivamente, ligações com as unidades simbólicas subjacentes à

cultura de cada Estado), embora cada vez mais emita legislação comum, através do Parlamento Europeu que a aprova.

De um modo geral, considero que a União Europeia deveria comportar uma dimensão mais comunitária, de trabalho concertado e sob um projeto para uma efetiva União Política. Tal já foi realizado parcelarmente com o Tratado de Maastricht, em 1992 e ademais tratados, com a introdução de alguns elementos característicos de uma União Política: cidadania, política comum em matéria externa e assuntos internos[1]. O pressuposto é que a União Europeia, através de um conjunto de entidades competentes, efetive medidas extensíveis a toda a união, possibilitadas aos cidadãos europeus, mais e melhores condições de desenvolvimento e progresso dentro da união instituída. Aquela, deve encetar todos os seus esforços para operacionalizar as diferentes prerrogativas dos Estados, apesar das suas distintas linhas divisórias (Leon, 2012: 33). Todavia, deve ser salvaguardada a soberania dos Estados para que, dependendo da identidade sócio-cultural e histórica do país, as suas especificidades e limitações sejam consideradas e não aniquiladas por uma supracultura, decidida em função de um hipotético eixo central. De acordo com Leone tal não representa um risco atual visto que a UE aufere de uma política inter-estadual que se define mais pela partilha de instrumentos e métodos de governo, do que propriamente questões de soberania alheia (idem: 34).

Nesta continuidade, acredito que um dos desafios adestrados à União Europeia, é um maior equilíbrio de poderes, no sentido de cada Estado proclamar a sua capacidade de influência externa, enquanto unidade soberana exclusiva, mas controlando os nacionalismos. "Quando houve equilíbrio de poderes, houve paz" (idem: 37), e aquela só pode ser obtida através da solidariedade entre Estados, pela partilha de valores com impacto na união política em construção (ao invés de intenções abstratas supra-nacionais, que de verdade correspondem apenas aos interesses de alguns).

Um aspeto importante a refletir é também a necessidade de possibilitar o diálogo entre todos os Estados-membros, independentemente da sua 'centralidade' no processo de decisão política. Todos os países constituintes devem ter uma voz ativa, expressando-a dentro das instituições da UE, com vista sobretudo à partilha de ideias e negociação de medidas a tomar; é crucial, na minha ótica, potenciar a discussão (in)formada, em torno das especificidades e necessidades de cada Estado, de modo a criar estratégias eficientes e produtivas, zelando pelo Bem-estar económico e sócio-político de cada Estado individualmente e da UE.

[1] Pesquisa de informação em: http://europa.eu/eu-law/decision-making/treaties/index_pt.htm

4. República e Democracia: suas crises e desafios

Tal como a crise sócio-económica que, Portugal – e parcelas da Europa e do mundo – atravessam, a democracia liberal também fora pautada por inúmeras crises filosóficas. “A crise das democracias encontra a sua razão de ser na conjugação dos ataques que lhe são dirigidos do exterior pelo fascismo e pelo comunismo e das imperfeições de ordem interna” (Rémond, 1994: 319). Segundo Rémond, poderemos considerar dois tipos de democracias: as velhas, numa ânsia crescente de atualização e (re)rejuvenescimento constante; e as novas, cuja configuração ainda é excessivamente recente para que possa tomar prática do quotidiano dos povos, socializados a viver sob o jugo de césares mais ou menos autocráticos (Rémond, 1994). Tendo em consideração os diferentes níveis de desenvolvimento de cada Estado-membro e seus percursos políticos, a UE é consubstanciada por velhas e novas democracias, sendo estas últimas mais presentes no sul da Europa, tal como é exemplo Portugal, cujas críticas indicam que ainda tem um longo percurso a percorrer para auferir de uma democracia plena dado, por um lado, ter efetuado uma transição por rutura e, por outro lado, por 'ter chegado tarde' à União Europeia. As suas principais necessidades de resolução estão imbricadas nas instituições em demasia burocráticas, na corrupção e promiscuidade entre o sistema político e financeiro e a falta de participação cívica e política dos indivíduos. O tipo de regime e sistema político sob o qual se governa um país é um dos principais critérios de 'avaliação' para aferir se uma Nação pode ou não entrar na União Europeia.

Há uma distinção objetiva entre regime político e sistema de governo e, deste modo, entre República e Democracia. Através da análise de Carlos Leone, é dado a conhecer ao leitor a perspetiva de Aristóteles, em O Político e A República, pela categorização de diferentes ‘corpos políticos’ que compõem a realidade sócio-política. Para o autor clássico, o já referido corpo político é tipificado em função do número daqueles que governam. Deste modo, governando apenas um, trata-se de uma Monarquia; vários traduzem uma Aristocracia e, por fim, todos significa a existência de uma Democracia (Leone, 2012: 15). Todavia, o corpo político que dá consistência à realidade social é mais complexo do que o que fora formulado por Aristóteles. Numa visão pós-moderna, consideram-se, tal como já fora ressalvado, regimes políticos e sistemas de governação. O primeiro conceito consiste num “(…) corpo político autónomo, cuja viabilidade se faz depender de condições para a vida pacífica em comum. A sua forma deriva de valores políticos aceites, (…) sendo por isso o fundamento (construído) da realidade social” (idem: 18). A diversidade de regimes é restrita. São identificáveis as Repúblicas, as Teocracias e as Monarquias. De um modo geral, a República caracteriza-se por ser um regime político que afirma a igualdade de todos os cidadãos perante a lei, cuja normalização se encontra imbuída nas instituições de direito, assumidas por um Chefe de Estado eleito. Por outro lado, a Teocracia é o regime onde não existe uma separação dos poderes político e religioso, estando o Chefe de Estado associado a um mandato de natureza religiosa. Por fim, a Monarquia é o regime em que os cidadãos não têm os mesmos direitos e

deveres, havendo uma diferença no que concerne a esta matéria entre o Rei e seus familiares, e restante população.

No seio da UE existem quer Repúblicas quer Monarquias Constitucionais, onde o poder de decisão política passa sempre pelo Parlamento que cumpre a Constituição. Este é um elemento que, fomentando diversidade, estimula naturais divergências, não só no plano dos valores que movem a ação político-pública, mas também em termos processuais que igualmente influenciam a tomada de decisão política nacional e internacional.

5. Discutindo a Democracia: um meio de a disseminar (?)

De um modo geral, os sistemas de governo são os meios para exercer governação, num dado regime (Leon, 2012: 20), "(…) transferindo para uma sede (…) instrumental a contenda pelo poder político" (idem: 21). Não obstante, nenhum sistema consegue replicar na sua prática as demandas filosóficas instauradas pelo regime. Os sistemas de governos distinguem-se entre democráticos e autoritários. "A diferença tipológica reside na oposição entre o governo pelo consentimento livre e o criado pelo consentimento forçado" (idem: 23), sendo que, tanto um como outro, se relacionam com o regime político e o sistema social onde atuam. "Entre as condições de possibilidade de uma sociedade política, a definição da relação entre os seus membros é essencial, pois dela decorre diretamente a forma do regime e, imediatamente, a do sistema de governo" (idem: 29).

A Democracia é considerada por alguns autores como uma 'invenção europeia', cuja origem remonta às cidades-Estado gregas (Comité das Regiões, 1999). As suas alusões mais frequentes prendem-se com o sistema democrático representativo ou participativo. "A sua conotação moderna muito fica a dever às filosofias do Iluminismo do século XVIII, nomeadamente à exaltação do papel do indivíduo" (Mendras, 1997 cit in Comité das Regiões, 1999: 1).

Com a Revolução Francesa surge o conceito de Estado-Nação. O mesmo associa a Nação-território ao Povo e defende que as Nações devem ter Estados (ao passo que, em outrora, um só Estado tinha várias Nações, como é exemplo o Império Austro-Húngaro). A doutrina dos Direitos do Homem auxiliou o processo de construção do conceito de cidadania, propulsor da ilação de livre participação de cada indivíduo, através do referido Estado-Nação. A sua configuração atual – liberal e democrata – integra a herança europeia comum da filosofia e prática política dos membros da UE, embora nem todos adotassem o sistema democrático ao mesmo tempo. Alguns Estados europeus adotaram a democracia nos anos 70, mas só nos anos 80 a perspetivaram consolidada; embora muitos académicos afirmem que a democracia

não se encontra disseminada em termos plenos, em quase toda a Europa (Comité das Regiões, 1999: 2-3).

Em outrora, para participar na vida política ativa, era tida em consideração a posse de propriedade e a exigência de que o indivíduo que vota é homem e chefe de família. Os critérios segregacionistas foram sendo aniquilados e, atualmente, qualquer indivíduo pode votar, independentemente das suas idiossincrasias em todos os Estados-membro da UE. Aquela alusão ao Estado-Nação impulsionou a vertente ideológica do Nacionalismo, em algumas circunstâncias sócio-históricas associado ao Imperialismo e ao Fascismo, mas noutras fomentou a democracia liberal (Comité das Regiões, 1999).

Segundo Rousseau, nas palavras de Teixeira Fernandes (1997) a representatividade do povo por via da delegação de poder a um conjunto particular de indivíduos, castrará a prática democrática pois "no momento em que o povo delega em representantes, não é mais livre" (Rousseau, s/d cit in

Fernandes, 1997: 126). Todavia, Rousseau, como outros autores que partilham aquela conceção teórica, não vislumbram outra possibilidade de ação democrática pois, solicitar a todos os indivíduos que se pronunciassem sempre que alguma decisão cívica e política tivesse de ser tomada, instalaria o caos e, concomitantemente, o Estado-Nação transformar-se-ia numa anarquia.

6. As formações partidárias enquanto meio de Governação Democrática

Assim, "desde que o regime político [e o sistema político] se torna representativo [por não se configurar outra possibilidade de atuação], a constituição de formações partidárias passa a ser procurada, não só como meio de recusa de situações de dominação mas ainda como instrumento para se obter o controlo da sociedade" (Fernandes, 1997: 188). M. Ostrogorski, na linha de Alexis de

Tocqueville, desconfia do caráter cesarista das formações partidárias, acreditando que as decisões efetivadas são do plano do individual, resvalando-se, inúmeras vezes, a vontade da população. Contudo, importa refletir que são apontados diferentes tipos de formação partidária. O sistema partidário, no secúlo XIX, tinha essencialmente a sua existência imbuída nos partidos de notáveis, indivíduos de uma classe social relativamente elevada, correspondente a um estatuto social de relevância; os notáveis eram, assim, pessoas que auferiam de estudos, bem como de poderio económico. Esta tipologia de partidos tinha uma ação ocasional mas hierarquizada, e centralizava, tendencialmente, uma figura enigmática que aliciava os cidadãos à vassalagem perante aquele indivíduo. No final do século XIX surgem os partidos de inspiração socialista, face à chegada das 'massas' trabalhadoras à ação política e

no âmbito do sufrágio universal. Em 1880 emergem os Partidos de Massas, cujo objetivo primordial era trazer à discussão pública temas estruturantes para a sociedade, tais como a emancipação da mulher ou a necessidade de se educar toda a população, através de mecanismos formais de educação. Aqueles partidos são, portanto, fortemente doutrinários, com uma capacidade organizativa muito forte para instaurar o debate em torno das problemáticas fraturantes da sociedade, associado a lutas políticas difíceis; os militantes ganham um papel muito importante no âmbito destes partidos. Com o pós-guerra surgem os Partidos Apanha-Todos (ou, há quem diga, Apanha-Tolos). Trata-se de uma tipologia de partido profissional eleitoral, com um modelo organizativo assente numa máquina eleitoral burocrática, cujo pressuposto basilar é angariar votos para a conquista do poder. São partidos pragmáticos, voltados para a criação de programas neutrais, com possibilidade de abrangência do eleitor-médio. Tendencialmente tem a si associado um chefe, que será a figura carismática (ou, como quem diz: que coleta votos). "A Democracia é raramente praticada de forma a ser totalmente fiel ao esquema liberal-democrata (…) no qual os representantes eleitos tem poder legislativo e as suas decisões são traduzidas em políticas e executadas pelos administradores locais. Isto é verdadeiro quer a nível nacional quer a nível subnacional [regional/local]" (Comité das Regiões, 1999: 10).

Uma eventualidade de castração à nossa República – e por extensão à Democracia – é a possibilidade de tomar o poder uma governação cujo interesse primordial é a captação de voto, em detrimento de um projeto cívico e político de qualidade e demarcado ideologicamente dos projetos de outros partidos. Uma das principais acusações à partidarização atual é a sua configuração aparentemente homogénea, desvinculada da população e com pouca cultura de proximidade, quer com os principais agentes de representação cívica (também designados grupos de pressão), como os sindicatos, associações e outros grupos comunitários – governamentais ou não-governamentais –, bem como com a população em geral.

A propósito de partidos políticos, é notório um aumento de representação da extrema-direita por toda a UE, desde os países que estão a atravessar uma grave crise económica, como é exemplo a Grécia, até àqueles que se constituem enquanto eixos fundamentais de estabilização dentro da União e a nível internacional, como é exemplo o Reino Unido. A sua representação não é só de foro doméstico pois estão também presentes, com alguma relevância, no Parlamento Europeu, onde grande parte da legislação europeia está a ser emanada, tal como foi referido anteriormente. Na minha opinião os referidos partidos políticos alocados à extrema-direita (ideologicamente falando), através das suas temáticas de exaltação ao Nacionalismo, políticas anti-imigração, demarcação do multiculturalismo oriundo da Globalização – recusando impreterivelmente o conceito de 'aldeia global'

– subalternização de pequenos grupos étnicos e culturais em função da supremacia de determinados povos, radicalização da economia e a defesa de reformas nos setores essenciais

de um Estado de Bem-estar, como a Educação e/ou a Saúde, sob a necessidade de 'equilíbrio' entre o setor privado e público. Julgo que tal visão é antagónica com os princípios fundadores da União Europeia enquanto projeto de uma União Política. Alguns partidos defendem, inclusivamente, a saída da União Europeia, de modo que (s)urge refletir acerca do aumento de influência dos mesmos e, sobretudo, porque é que há cada vez mais indivíduos a reverem-se neste modelo de Governação. Importa perguntar: afinal o que desejam efetivamente os cidadãos europeus para os seus países e para a Comunidade Europeia.

7. Considerações finais ou Parcelas dos Desafios de Portugal e da Europa

Considero que existem diversas vertentes dentro da União que devem ser tidos em consideração, no sentido de diagnosticar as maiores fragilidades (inter)nacionais e delinear estratégias que colmatem os seus efeitos negativos, simultaneamente a intensificarem um modelo de ação que beneficie toda a comunidade europeia.

A UE tem um papel muito importante na 'cena internacional'. Não auferindo de uma economia 'interna' com extrema relevância internacional (devido ao modelo de comercialização em expansão da China) e da continuada supremacia dos Estados Unidos da América, tem ganho algum destaque em matéria de influência na decisão política internacional. Não obstante, importa ressalvar que sendo a sua identidade reconhecida internacionalmente, alguns dos Estados-membro com maior destaque internacional não abdicam da sua influência enquanto Estado nacional, atuando, inúmeras vezes, nos corpos intergovernamentais internacionais com uma posição de caráter essencialmente nacional, colocando os seus interesses domésticos acima de quaisquer outros interesses supranacionais, designadamente europeus. Deste modo, a tão aclamada União Política afigura-se enquanto cenário futuro longínquo, cujo trajeto pode ser tumultuoso e requerer, cada vez mais, transferência de competências e de soberania para o 'centro de decisão', o que poderá não ser aceite de ânimo leve por todos os Estados integrantes.

Independentemente das diferenças de regime e sistema político existentes por toda a UE, creio que é dever das Nações que dela fazem parte assegurar o bem-estar económico e social da sua população, no sentido de possibilitar melhores condições de vida à comunidade, em particular encetando medidas estratégias protecionistas, de apoio às fações da sociedade mais desfavorecidas. Não obstante às correntes ideológicas diversas que compõe a UE, penso, tal como se encontra explanado – de modo mais ou menos abstrato – na Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia, que os Estados constituintes devem partilhar um conjunto de valores que beneficie as suas comunidades domésticas e, claro está, a comunidade europeia, na senda pela fomentação de uma União de Bem-estar social, político e

económico, sustentada pelas boas relações internas, entre Estados-membro, e pelas relações externas.

Uma outra matéria que deverá, segundo a minha perspectiva, estar na agenda internacional da UE é o auxílio internacional para a atenuação da desigualdade social, na UE e em todo o Mundo, através de medidas políticas que apoiem os países mais carenciados, não só em matéria de recursos, mas também de concertação internacional. Não creio que seja passível a exterminação da desigualdade ou da pobreza, mas penso que a demanda humana é, precisamente, caminhar no sentido de dar um contributo positivo ao Mundo. E a União Europeia tem essa função. Afinal, é a maior (embora que ainda a ser burilada) União Política atual, que prospera sob uma conjugação de forças e de concentração de contrapartidas.

As Organizações Internacionais (nomeadamente as Intergovernamentais) devem atuar, em paralelo com o Estado, e em comunhão com outras estâncias de interesse comum, no sentido de operacionalizar uma maior igualdade entre os cidadãos europeus e do resto do mundo. A política tem como objetivo promover mais e melhor possível às pessoas; deve, por isso, ser uma prática efetivada em articulação com aquelas. Deste modo, será importante que a União Europeia, enquanto união económica e política, colabore institucionalmente com as Nações Unidas, no sentido de dar cumprimento aos projetos de aplicação presente e futura, como é o caso dos Objetivos do Milénio e da Agenda Global de Educação, com o objetivo primordial de combate à pobreza e às elevadas disparidades sócio-económicas existentes.

No que concerne particularmente a Portugal, penso que a crise sócio-económica atual trouxe consigo a inevitabilidade de pensarmos o Estado Social de outra forma, introduzindo reformas em alguns setores estratégicos, de modo a proteger mais e melhor a comunidade portuguesa.

Em termos geoestratégicos, penso que seria importante centralizar mais recursos comunitários no desenvolvimento do Norte e Interior do país, que se encontram num processo acelerado de desertificação. Ademais, (s)urge criar mecanismos para fixar os jovens, em primeira instância aqueles que queiram empreender os seus projetos profissionais em áreas associadas à exploração agrícola ou pecuária. Para conseguir que tal ocorra penso que é necessário repensar o modelo de atribuição dos fundos do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN), de modo a que os locais em vias de desterritorialização sejam prioridade. Portugal tem uma beleza sobejamente bucólica, associada à particularidade de ter condições climatéricas amenas, com estações mais ou menos delimitadas e específicas, o que pode ser benéfico para apostar em diversas modalidades de turismo. Nesta continuidade, seria importante alojar institucionalmente vias de comunicação, através de entidades catalisadoras e formal ou informalmente orientadas para o encaminhamento dos indivíduos visitantes do nosso país. Penso que aquelas vias de comunicação deveriam estabelecer-se sob um padrão

vinculado à União Europeia, no sentido de potenciar o inter-conhecimento entre os cidadãos dos diferentes Estados. Os fundos comunitários de apoio seriam fulcrais para o desenvolvimento das supra vias, bem como para o apetrechamento e desenvolvimento dos territórios desertificados, pela promoção do Turismo Rural ou da fixação de indivíduos provenientes de outros países, designadamente da União Europeia, através de uma das suas principais mais-valias: a livre circulação de indivíduos.

A fixação de jovens e de estrangeiros é também importante, na medida em que Portugal é um país cada vez mais envelhecido. Segundo os CENSOS de 2011, a população encontra-se envelhecida em 127,8% (o que, em comparação com dados do pré-25 de Abril [1960] é um aumento de cerca de 100%, o que se justifica pelo aumento da esperança média de vida e com o índice de longevidade que, àquela data, era de 33,6% e atualmente é de 47,9%). Face às sucessivas medidas de austeridade, a taxa de maternidade diminui drasticamente, de modo que quando se verifica, existe uma propensão maior para o casal desejar apenas um filho na família. A taxa bruta de natalidade, à data de 2012 é a menor desde 1960, situando-se nos 8,5%. Este valor tem vindo a decrescer substancialmente, sendo que o seu valor mais alto fora nos anos de 1960. Importa ressalvar, contudo, que a prática de menor natalidade deve-se, também, aos métodos de contraceção desenvolvidos atualmente e do processo de planeamento familiar[2]. Penso que será importante continuar a desenvolver mecanismos sociais e salutares de apoio ao envelhecimento ativo, com qualidade de vida na reforma, e não continuar a efetuar cortes financeiros nas pensões dos idosos. Por outro lado, e porque a prática democrática se extende a todos os mecanismos de providência ao bem-comum, será igualmente crucial desenvolver maior apoio à maternidade, quer em termos de legislação adestrada ao mercado laboral, quer em termos de apoio nos centros de saúde e restante orgânica hospital, em termos educacionais e de apoio jurídico, se necessário e/ou aplicável.

Sendo um dos pilares do desenvolvimento do ser humano, através da igualdade de acesso e sucesso e da liberdade de reflexão e criação, penso que a Democracia também deve ser discutida no plano educacional. Até então, ouve um caminho percorrido em termos de alfabetização que foi direcionado com sucesso, ao longo dos anos. Em 1970, 25,7% da população era analfabeta [considerando-se por analfabeto/a aquele/a com 10 anos ou mais que não sabe ler nem escrever], sendo que 19,7% daquele valor eram homens e 31,0 eram mulheres. Atualmente, a taxa de analfabetismo é residual; em 2011 era cerca de 5,2% no total da população (sendo 3,5% homens e 6,8% mulheres)[3]. Não obstante, penso que a meta da alfabetização já está praticamente cumprida, importante agora continuar a qualificar cada vez mais os indivíduos, quer sob uma via mais teórica ou de investigação, quer por uma via

[2] Informação retirada do PORDATA, em:
http://www.pordata.pt/Portugal/Indicadores+de+envelhecimento+segundo+os+Censos-525.
[3] Informação PORDATA, tabela e gráfico em:
http://www.pordata.pt/Portugal/Taxa+de+analfabetismo+segundo+os+Censos+total+e+por+sexo-2517.

profissionalizante, demarcadamente mais voltada para o mercado de trabalho empresarial. Relativamente a esta questão, importa notar que a taxa de Educação Pré-escolar, em 1961, era essencialmente residual (0,9%) e, segundo dados de 2012, é de 89,3%. Ademais, a taxa de escolarização ao nível do ensino secundário em 1961 era de 1,3% e, na atualidade, é de 72,3%, o que é muito positivo no progresso educacional dos jovens[4]. Relativamente à taxa de abandono escolar, dados de 1992 apontam para 50% de crianças e jovens a abandonar o sistema. Contudo, em 2013 a taxa de abandono escolar precoce era de 19,2%[5].

Por outro lado, um dos desafios à Democracia será também a capacidade de enquadrar, dentro do sistema governativo português e europeu, as práticas de globalização inertes ao novo estatuto e modelo do desenvolvimento sócio-económico. Assim, penso que as práticas de internacionalização devem permanecer na agenda dos Estados-membro, vinculada à importância do comércio internacional e do escoamento de produtos nacionais, mas sob a ressalva de que as regiões menos desenvolvidas não devem ser negligenciadas. Ao invés, potenciadas para que, melhorando o que têm de melhor, se possam afigurar como possibilidade de uma vivência mais equilibrada e proativa.

De um modo geral, penso que será necessário continuar a apostar na qualificação, devendo o Estado, sob a égide de uma participação democrática, proporcionar as condições básicas para que os estudantes possam frequentar, com qualidade, o ensino obrigatório e, por extensão, o ensino superior universitário ou politécnico. Considero ainda que uma maior qualificação pessoal e profissional dos indivíduos potenciará maior participação cívica e política, se as escolas – sob a tutela do Ministério que as acolhe – reconheça explicitamente no currículo escolar a necessidade de abordar desde os primeiros níveis de escolaridade, questões relacionadas com a cidadania nacional e europeia. Considero fulcral que os jovens vão construindo o seu percurso académico a par da sua auto-formação enquanto cidadãos, de modo a desenvolverem comportamentos de participação ativa, para que a construção da cidadania se efetive de dia para dia.

Mais ainda, em termos europeus, julgo que a promoção da cidadania europeia poderá ser uma das respostas à escassez de participação a esse nível, aproximando mais os indivíduos (sobretudo jovens) das instituições, práticas e políticas europeias, o que tornará certamente o processo de União Política mais célere e profícuo. Para tal, julgo que as instituições devem sofrer algumas reformas, nomeadamente no sentido de 'abertura' das mesmas, estando mais próximas do cidadão europeu, na senda pela criação da efetiva 'identidade europeia'. Penso que a execução da referida premissa poderá passar por fóruns

[4] Informação PORDATA, tabela e gráfico em: http://www.pordata.pt/Portugal/Taxa+real+de+escolarizacao-987.

[5] Informação PORDATA; tabela e gráfico em: http://www.pordata.pt/Portugal/Taxa+de+abandono+precoce+de+educacao+e+formacao+total+e+por+sexo-433

político-públicos, maior consulta referendária – inclusivamente a nível europeu –, maior disseminação da informação relativa ao modus operandi das instituições, suas temáticas de discussão e processos de tomada de decisão, partindo desde as escolas até aos meios de comunicação social. Penso que criando uma maior 'relação de proximidade' com os cidadãos europeus, a participação cívica e política poderia aumentar.

Por fim, parafraseando René Remond e Salomé Zourabichvili (2007), penso que a 'Europa' foi bem sucedida a resolver os problemas do passado, mas questiono-me se a mesma estará preparada

– ao nível quer dos recursos, quer das intenções – de dar conta das adversidades futuras. A construção europeia neutralizou eventuais conflitos políticos, embora hoje as tensões ideológicas e processuais tendam a projectar mais divergências entre os Estados, do que convergências. Um dos desafios é a 'globalização' enquanto fenómeno e processo, desafio esse que potencia níveis de conflitualidade diversos (mais ou menos positivos e/ou negativos) nas diferentes Nações.

A União Europeia surge em resposta a uma crise dos Estados, no pós 2ª. Guerra Mundial e, com a delegação de soberania, surge na atualidade a crise da União, face ao pensamento político divergente (onde, se assim se entender, se podem criar sinergias de compatibilidade); a par destas crises surgiram/surgem os flagelos económicos e, concomitantemente, sociais e políticos. A mensagem final a transmitir é que, numa perspetiva que sendo minha, é também partilhada por outros autores de diversos campos teóricos, é que relações político-sociais mais ou menos conflituosas, nacionais e/ou internacionais, fazem parte do processo natural de amadurecimento das Nações, bem como dos sistemas que as governam e organizam. As crises, embora naturalmente pouco fruídas por quem as vive, são importantes na história dos tempos e da humanidade. Deste modo, penso que melhor contributo (pessoal e profissional) que podemos dar, é agir em conformidade com o diagnóstico de necessidades e lacunas existente, agindo em conformidade com o mesmo, através da concertação (inter)nacional, do diálogo e negociação. A crise da legitimidade das democracias ocidentais (Mouffe, 2006: 8) parte, na minha ótica, não só na dificuldade de (in)formar plenamente todos os cidadãos, mas sobretudo pela falta de labor e arte em escutar, refletir, discutir e negociar.

De um modo geral, penso que o próximo passo será a consolidação de uma 'soberania europeia' que, não negligenciado as vontades independentes dos Estados que a constituem, centralize um foco de trabalho concertado, ganhando cada vez mais relevância, quer em termos sociais e políticos, quer em termos económicos e financeiros.

Referências Bibliográficas

FERNANDES, A. T. (1997). "Capítulo IV: Os Partidos Políticos" in António Teixeira Fernandes, A Sociedade e o Estado, 187-250. Porto: Edições Afrontamento;

FREIRE, A. (2005). Party System change in Portugal, 1974-2005: the role of social, political and ideological factors. Portuguese Journal of Social Science, 4(2), 81-97;

LEONE, C. (2012). República. Democracia. Soberania: Ensaios sobre teoria de Estado. Lisboa: Fonte da Palavra;

MOUFFE, C. (2006). Por um modelo Agonístico de Democracia. Viseu: Livraria Pretexto;

PINTO, A. (2006). "O legado do Autoritarismo e a Transição portuguesa para a Democracia, 1974-2004" in Manuel Loff e M. da Conceição Meireles Pereira, Portugal: 30 anos de Democracia (1974-2004), 37-72. Porto: Editora da Universidade do Porto;

ROSAS, F. (2006). "A Revolução Portuguesa de 1974/75 e a Institucionalização da Democracia" in Manuel Loff e M. da Conceição Meireles Pereira, Portugal: 30 anos de Democracia (1974-2004), 15-36. Porto: Editora da Universidade do Porto;

RÉMOND, R. (1994). Introdução à História do nosso tempo. Do antigo Regime aos Nossos Dias. Lisboa: Gradiva;

REMOND, R. & Zourabichvili, S. (2007). The Question of Enlargement: Debate led by Pierre Lévy, in Rémi BRAGUE et al. (2007), L'Europe, quelles frontières? = What borders for Europe?, Paris: Culturesfrance;

ROLLO, M. (2007). Portugal e a Reconstrução Económica do Pós-Guerra. O Plano Marshall e a economia portuguesa dos anos 50. Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros (Instituto Diplomático);

ROYO, S. (2005). O alargamento de 2004, in Sebastián Royo (org.) (2005), Portugal, Espanha e a Integração Europeia. Um balanço, Lisboa: Instituto de Ciências Sociais;

TENGARRINHA, J. (1999). "Portugal e a Europa: abstracções e realidades nacionais" in Sérgio Campos Matos, A Construção da Europa, 29-38. Lisboa: Edições Colibri;

VAKIL, A. (2006). "Heróis do Lar, Nação AmbiValente. Portugalidade e Identidade Nacional nos tempos dos Pós-" in Manuel Loff e M. da Conceição Meireles Pereira, Portugal: 30 anos de Democracia (1974-2004), 73-102. Porto: Editora da Universidade do Porto;

VENTURA, A. (1999). "A Europa no pensamento republicano português oitocentista" in Sérgio Campos Matos, A Construção da Europa, 133-142. Lisboa: Edições Colibri.

Parte II

Ordenamento territorial e desenvolvimento sustentável

OLIVEIRA, Leandro Dias de (2015). ***Questão ambiental e desenvolvimento sustentável: análise política das ações do Brasil nos últimos 25 anos .*** The overarching issues of the european space: spatial planning and multiple paths to sustainable and inclusive development. Porto. FLUP. pp. 127-140

QUESTÃO AMBIENTAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL:
Análise política das ações do Brasil nos últimos 25 anos

Leandro Dias de Oliveira
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro– Brasil
leandrodias@ufrrj.br/ ldiasufrrj@gmail.com

Resumo

O desenvolvimento sustentável é uma concepção que apresenta grande maleabilidade política e econômica e, por isso, tem sido adotado no Brasil de forma difusa pelos diferentes governos nacionais – Fernando Collor de Mello, Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso, Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff – e significado mudanças ainda incipientes na proteção da natureza.

Palavras-chave: Desenvolvimento Sustentável – Questão Ambiental – Brasil.

Abstract

Sustainable development is a concept that presents political and economic flexibility. So it has been adopted in Brazil in a diffuse manner by national governments – Fernando Collor de Mello, Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso, Luís Inácio Lula da Silva and DilmaRousseff – and meaning incipient changes in nature protection.

Keywords: Sustainable Development – Environmental Issue – Brazil.

1. Introdução

O Brasil, desde ao menos o ano de 1992, é um importante sujeito no debate sobre a questão ambiental contemporânea. Neste ano, quando foi realizada a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD 92, ou simplesmente Eco-92), foi promulgado um modelo, com vieses político, econômico, social e ambiental, denominado “desenvolvimento sustentável”, que indicava ser possível contornar as dificuldades da produção-consumo vigente, e permitir que ao mesmos tempo se atendesse as necessidades do presente sem comprometer o futuro da humanidade. Foi em terras brasileiras – mais especificamente, no Rio de Janeiro, sempre eleito como *lócus* de eventos da envergadura da Eco-92, e mais recentemente, da Rio + 20 – que o modelo de desenvolvimento

sustentável foi celebrado como um caminho seguro de administração das riquezas da natureza em escala planetária.

Nosso objetivo é refletir sobre este período de adoção do modelo de desenvolvimento sustentável pelo Brasil, tentando elencar os avanços, retrocessos e desafios no campo político-ambiental. O prazo de vinte e cinco anos consente a realização de um profícuo balanço, já que são várias as nuances políticas, econômicas, sociais e ambientais, internas e externas ao Brasil, que possibilitam auferir a resiliência deste novo padrão de desenvolvimento e sua adaptação às necessidades do presente.

Pensar a adoção do desenvolvimento sustentável pelo Brasil nos últimos anos admite justamente realizar uma análise tão necessária quanto oportuna: interpretar a *política* de um país que ainda não acertou suas contas com um passado recente desenvolvimentista (sob os auspícios da ditadura militar, por exemplo) e habituado ao anátema do populismo (uma forma canhestra de fazer política através da alimentação da própria pobreza existente, tão comum no país). No Brasil do desenvolvimentismo e do populismo, a natureza é moeda de troca dominada por poucos – *como imaginar a existência da seca em um país com tamanho potencial hídrico?* – e a política é a arte de fazer sobreviver esta diferença. Em um país que carrega em seu nome o símbolo da primeira espacialidade lucrativa e do primeiro recurso econômico-natural praticamente extinto, a análise da questão ambiental contemporânea é uma urgência política, econômica, social, e por que não, acadêmica.

Assim, este artigo integrante das *IX Jornadas Internacionais sobre as Grandes Problemáticas do Espaço Europeu* (Universidade do Porto, 2014) se justifica, entre outros motivos, por: [1] permitir auferir através de um exemplo proeminente – afinal, o Brasil é um país internacionalmente destacado por suas riquezas ambientais, como a Floresta Amazônica – a viabilidade, a potencialidade, os desafios, os limites e as incongruências deste termo-paradigma, o "desenvolvimento sustentável", através de um olhar político-geográfico; [2] perceber a maleabilidade política do modelo, que atravessou os governos "neoliberais" de Fernando Collor de Mello (1990-1992), Itamar Franco (1992-1994) e Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e os governos "pós-neoliberais" [ou neodesenvolvimentistas] de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2010-até o presente momento), uma vez que o desenvolvimento sustentável possui grande capacidade de adaptação e permaneceu na agenda de todos os governantes supracitados;[3] por fim, abrir horizontes que permitam repensar o potencial deste modelo, à revelia da unicidade do olhar oficial do termo; ou em outras palavras, revelar que existe uma duplicidade de resultados, sendo nos organismos governamentais muito mais uma bandeira de propaganda e *marketing* geralmente incongruente com a realidade existente, enquanto as experiências mais sinceras de adoção de um padrão sustentável estão conectadas aos diálogos com a comunidade local, aos povos tradicionais e ao cotidiano das cidades.

Aqui temos um ponto nevrálgico que merece desdobramento: como consegue ser tão sedutor o modelo de desenvolvimento sustentável, que permite similitudes entre períodos de tão distintas gestões

presidenciais? Da mesma maneira, até que ponto é franca a adoção de um modelo verdadeiramente sustentável pelo Brasil? Sobreviverá o desenvolvimento sustentável às intempéries políticas deste país? Como o modelo brasileiro pode ser compreendido pelo restante do mundo (especificamente pelos países da Europa)? Por fim, este modelo permitirá a reconversão do sistema vigente para uma forma mais ecologicamente correta e saudável? São questões pertinentes que requerem esclarecimento, neste artigo e em ocasiões futuras.

2. Brasil: um importante sujeito na questão ambiental

Desde ao menos a realização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, conhecida como Eco-92, o Brasil se tornou um importantíssimo sujeito na questão ambiental contemporânea. Na ocasião, Fernando Collor de Mello era o Presidente da República – *a divulgação dos esquemas de corrupção começou no decorrer da conferência e seu impeachment ocorreria no final do mesmo ano* – e já havia afirmado em discurso que o "meio ambiente" era uma de suas prioridades e se autoproclamado "líder mundial da causa ambiental" (LAGO, 2007). Desde então, todo presidente eleito para governar o Brasil tem o meio ambiente como uma das principais plataformas de ação.

O Brasil desperta a atenção mundial neste assunto por outra grande especificidade: em seu território localiza-se a maior parte da Amazônia, vasta floresta equatorial com a maior massa de biodiversidade do planeta, de espécies animais e vegetais, e de imensurável valor econômico. O Brasil ocupa o primeiro lugar em florestas tropicais (cerca de 40% das florestas tropicais úmidas do planeta), e a Amazônia legal brasileira possui cerca de 5 milhões de Km^2, ou seja, 60% de todo o território nacional. Vale ainda ressaltar que a Amazônia Sulamericana corresponde a 1 / 20 da superfície terrestre e a dois quintos da América do Sul e ainda contém um quinto da disponibilidade de água doce (BECKER, 2004). Bertha Becker (2004) considera a Amazônia o coração ecológico do planeta – um *heartland* –, devido à sua extensão florestal, à posição geográfica estratégica entre os blocos regionais e à sua biodiversidade, base da fronteira da ciência com biotecnologia e a biologia molecular. Dentro desta geopolítica, onde o escopo primaz é a apropriação da natureza enquanto mercadoria de alto valor, as riquezas amazônicas, atuais e futuras (com as pesquisas sobre o capital genético) colocam o Brasil no epicentro da discussão ambiental.

No final da década de 80, o Brasil era considerado o "Vilão Mundial do Meio Ambiente", com a divulgação do processo de destruição, com desmatamento e queimadas, da Floresta Amazônica. A imprensa internacional estigmatizou o Brasil como "inimigo mundial do Meio Ambiente", como nas manchetes do New York Times em 12 de agosto de 1988 sob o título "Grandes Incêndios na Amazônia, provocados pelo Homem, relacionados ao Aquecimento Global", e no editorial, da mesma publicação,

intitulado “Quem está queimando a Amazônia?”, justamente em um período marcado pelos rigorosos verões norte-americano e europeu, inundações em Bangladesh e furacões no Caribe.

Mas o episódio que transbordou esta questão e fez com que a Amazônia passasse a receber especial atenção e estar no centro da agenda ambiental mundial[1] foi o assassinato do líder seringueiro Chico Mendes, em 22 de dezembro de 1988. Chico Mendes era líder do sindicato dos seringueiros, que reunia os trabalhadores da extração da borracha que empunhavam uma bandeira ecossocialista e lutava pela criação de uma Reserva Extrativista. Chico Mendes já era conhecido mundialmente por ter sido agraciado com o prestigioso prêmio ambiental Global 500, no âmbito do PNUMA. Seu assassinato foi assunto mundial, colocando novamente o Brasil em evidência de forma negativa.

Por fim,foi na cidade do Rio de Janeiroque o modelo de desenvolvimento sustentável foi celebrado como um caminho seguro de administração das riquezas da natureza em escala planetária.Ao contrário de Estocolmo, a Conferência do Rio de Janeiro – 1992 foi um megaevento composto por dois polos de grandes dimensões: no Riocentro, ocorreu a Reunião das “Delegações”, enquanto no Aterro do Flamengo, foi realizado o Fórum Global de ONGs e Movimentos Sociais. Capital da geopolítica do desenvolvimento sustentável, o Rio de Janeiro [Brasil] foi palco da celebração do modelo que pretende equacionar as relações entre economia-ecologia sob os auspícios da proteção ambiental. Neste panorama, é importante avaliar a implementação do desenvolvimento sustentável no Brasil, país que assistiu a profundas mudanças político-econômicas nas últimas décadas.

3. Da *“redemocratização”* ao *“neodesenvolvimentismo”*: o Brasil de Collor de Mello à Dilma Rousseff

Após um longo período de ditadura civil-militar (1964-1985) e um governo eleito indiretamente e plenamente vinculado aos ditames do período ditatorial (José Sarney, 1985-1989), o Brasil elegeu de maneira direta Fernando Collor de Mello, que assumiu em 1990 e iniciou um novo período político da história nacional. De Collor de Mello aos dias atuais, foram eleitos e reeleitos presidentes que rearticularam a economia nacional de acordo com os projetos políticos que estavam vinculados. Analisar estes últimos 25 anos não é tarefa simples e tampouco esgotável em poucas linhas; o que se pretende aqui é apenas apresentar, em linhas gerais, as principais características e vicissitudes existentes em cada período.

Fernando Collor de Mello foi Presidente da República entre 1990 e 1992, eleito pelo Partido da Reconstrução Nacional (PRN, hoje extinto), tendo como candidato a vice-presidente na chapa o senador

[1] De maneira geral, a questão ambiental emerge como temática central da mídia internacional a partir da década de [19]70, quando assuntos como o “buraco na camada de ozônio”, a extinção de espécies animais e vegetais e a poluição passam a preencher o cotidiano global de informações.

mineiro Itamar Franco. Foi o presidente mais jovem da história do Brasil (na época com apenas 40 anos de idade) e o único deposto por um processo de *impeachment* no país. Seu governo foi marcado pela crise econômica não solucionada pelo Plano Collor – que gerou grande desemprego e aprofundou a inflação –, pela abertura do mercado nacional às importações e pelo início de um programa nacional de privatizações. Com seu *impeachment* e no meio de grave crise econômica, assumiu Itamar Franco, o vice-presidente, então já vinculado ao PMDB (Partido do Movimento Democrático do Brasil) – um partido de "centro" no espectro político e reconhecido pela mutabilidade de posições de acordo com seus interesses. Em seu governo de vestes neoliberais e privatizantes – afinal, foram vendidas a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), a Aço Minas Gerais (Açominas), a Companhia Siderúrgica Paulista (Cosipa), a Embraer, entre outras – teve início o Plano Real, sob a liderança do Ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso, que estabilizaria a moeda nacional e iniciaria uma nova fase na economia brasileira. Intitulamos esta fase, caracterizada ainda por instabilidade econômica e abertura desordenada de mercados, de *"neoliberalismo em construção"*.

Fernando Henrique Cardoso, do PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira) – que à revelia de sua denominação, tem uma postura mais próxima ao liberalismo econômico e valores da "direita" política – foi o sucessor de Itamar Franco, vencedor no pleito presidencial por meio de uma campanha com base na estabilização oriunda do Plano Real. Vale asseverar: após vivermos com níveis inflacionários com quatro dígitos anuais e passarmos por diversas mudanças monetárias em poucos anos, cortando zeros e transformando a moeda em cruzeiro, cruzeiro novo, cruzeiro real, cruzado e cruzado novo, o *real* permitiu a contenção da inflação e a estabilização monetária, agora ancorada em valores com pouca mudança cotidiana e mantendo seu poder de compra. Fernando Henrique amadureceu o neoliberalismo econômico nacional, estabelecendo um severo processo de privatizações, controle fiscal e reformas constantes nos direitos oferecidos pelo Estado Nacional. Se Fernando Henrique foi reeleito em 1998 em primeiro turno, com mais de 50 % dos votos válidos, não conseguiu eleger seu sucessor em 2002, mediante as altas taxas de desemprego, a estagnação do crescimento econômico e as próprias incertezas para com o futuro do país. O período FHC [*F*ernando *H*enrique *C*ardoso] pode ser aqui sintetizado como o de *"neoliberalismo consolidado"*, com a privatização de estatais gigantes como Companhia Vale do Rio Doce, Telebrás e Embraer, além de praticamente todo o sistema de distribuição de energia e telefonia / comunicações.

Luís Inácio Lula da Silva foi eleito em 2003 pelo PT (Partido dos Trabalhadores), após três derrotas consecutivas em eleições presidenciais. O Partido dos Trabalhadores era [e é] a maior agremiação da "esquerda" brasileira, e que, como em grande parte dos partidos sindicais do mundo, se afastou paulatinamente dos ideais socialistas e adotou uma agenda vinculada à manutenção dos direitos dos trabalhadores e intervencionismo estatal mesmo que sob a égide do capitalismo. Em oito anos de

governo, Lula da Silva aprofundou os laços do Brasil com os países em desenvolvimento, iniciou programas sociais como o "Bolsa Família" e "Fome Zero", além de instituir o PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), com investimentos massivos em implementação de infraestrutura, e o "Minha Casa, Minha Vida", com o mote de construção de moradias populares. Outrossim, o diálogo com o capital nacional foi estimulado por meio de uma série de canais de investimentos, com destaque para o financiamento via BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), e pela proximidade com movimentos sociais, ONGs e entidades de classe que permitiu ampliar o leque de apoios.

Com grande adesão popular, Lula da Silva conseguiu eleger sua sucessora, a então ministra-chefe da Casa Civil Dilma Rousseff, também do Partido dos Trabalhadores. Dilma Rousseff aprofundou a opção pelo "desenvolvimentismo", no qual o Estado tem importante papel na regulação e fomento do crescimento econômico, bem como na definição das estratégias para o crescimento. Neste panorama, o Plano de Aceleração do Crescimento 2 (PAC 2) foi instituído, atualizando e constituindo metas mais ambiciosas para o programa então vigente, bem como o programa "Minha Casa, Minha Vida 2", com metas de expandir ainda mais a construção de habitações populares. "Brasil sem Miséria", bem como o "Bolsa Família" e os programas do campo da educação – PRONATEC (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego), PROUNI (Programa Universidade para Todos), Ciências sem Fronteiras (bolsas para iniciação científica em universidades estrangeiras) entre outros – são exemplos de investimentos sociais capitaneados pelo Estado Brasileiro. Este período histórico, que compreende até o presente momento doze anos, mas que deverá totalizar, no mínimo, dezesseis [Dilma Rousseff acaba de ser reeleita e seu mandato se completará apenas em 2018], pode ser denominado *"neodesenvolvimentismo pós-neoliberal"*.

Torna-se aqui oportuno fazer duas considerações: [i] a adoção do "neodesenvolvimentismo" como plataforma progressista é controversa, pois a leitura histórica do "desenvolvimentismo brasileiro" é negativa, já que remete a tempos de fordismo periférico adaptado aos momentos de ditadura e populismo, entendendo o desenvolvimento *per se* como algo mais importante que as melhorias sociais; à revelia da interpretação da história do próprio termo, este "novo desenvolvimentismo" é visto como algo positivo e redentor dos problemas nacionais (Ver, por exemplo, MERCADANTE, 2010 e SADER, 2013); [ii] o neoliberalismo é uma concepção difusa que implica em uma tríade composta pela desregulação, privatização e retirada do Estado da ordem econômica. Todavia, segundo David Harvey (2009), se o Estado se retira da ordem econômica (em parte, pois garante a qualidade e integridade do dinheiro), deve estabelecer as estruturas e funções militares de defesa, da polícia e o sistema legal requerido para o pleno funcionamento do modelo neoliberal. Ideias presentes no Consenso de Washington (1989) extrapolaram a concepção de neoliberalismo e alguns de seus termos fundantes se transformaram em bula governamental apartidária: disciplina fiscal, reforma tributária, juros e câmbio de mercado e direito à

propriedade intelectual são provas da capilarização dos preceitos neoliberais com os quais os governos Lula-Dilma não romperam. Assim como o desenvolvimento sustentável, o neoliberalismo penetrou na economia mesmo sob o disfarce de medidas saudáveis e a-ideológicas nas relações político-econômicas[2].

No quadro a seguir (Quadro-Síntese 1) é possível observar, em linhas gerais, as diferenças político-econômicas entre os três momentos aqui discutidos: o "Neoliberalismo em construção", dos governos de Fernando Collor de Mello e Itamar Franco [1990-1994], o"Neoliberalismo consolidado", do governo de Fernando Henrique Cardoso [1995-2002] e o "Neodesenvolvimentismo pós-neoliberal", dos governos de Lula e Dilma Rousseff [2003-2010 / 2011 - 2014].

Quadro-Síntese 1: Política Econômica dos Governos Nacionais do Brasil (1990 – 2014)

"Neoliberalismo em construção"	***"Neoliberalismo consolidado"***	***"Neodesenvolvimentismo pós-neoliberal"***
Governos Collor de Mello – Itamar Franco [1990-1994]	Governo Fernando Henrique Cardoso [1995-2002]	Governos Lula – Dilma Rousseff [2003-2010 / 2011 - ...]
Neoliberalismo Econômico	Neoliberalismo Econômico	Pós-Neoliberalismo
Privatizações e "diminuição" do Estado	Privatizações e "diminuição" do Estado	"Neodesenvolvimentismo", com Estado regulador e interventor
Instabilidade financeira	Estabilidade financeira	Estabilidade financeira
Índices sociais em declínio	Índices sociais em fase de estabilização	Índices sociais em ascensão

Organização: Leandro Dias de Oliveira (2014)

[2] Em resenha do livro de David Harvey,*O Neoliberalismo: História e Implicações* (São Paulo, Edições Loyola, 2008) [*A BriefHistoryofNeoliberalism*. New York, Oxford University Press Inc., 2005], pudemos apontar como a ideia de que o neoliberalismo foi uma espécie de desculpa encontrada para que o Estado, antes de se ocultar ou enfraquecer, passasse a trabalhar em prol do mercado e do grande capital internacional. Nesta análise, sintetizamos assim o catálogo de ações sob a égide do neoliberalismo: [1] o FMI e o Banco Mundial tornaram-se centros de propagação de implantação do fundamentalismo do livre mercado; [2] empreendeu-se um processo de recolonização em uma estratégia imperialista promulgada pelos Estados Unidos; [3] ocorreu o fortalecimento do braço coercitivo do Estado, que vai do apoio aos golpes na América Latina ao fortalecimento das guerras supostamente antiterror, além da disciplinarização dos sindicatos e movimentos sociais; [4] consolidou-se a financialização de tudo, com o pleno domínio das finanças sobre as outras áreas da economia, concatenada à reestruturação produtiva do capital calcada no modelo de acumulação flexível; [5] emergiu uma retórica baseada na identidade, no multiculturalismo, no consumismo narcisista, e em outras dimensões estético-teóricas que buscam eclipsar os conhecimentos pautados na dialética, nas reflexões sobre poder e exploração do trabalho; [6] por fim, destacou-se a falsidade ideológica do livre comércio, já que a quebra de barreiras alfandegárias não suplantou os protecionismos e serviu prioritariamente para dilatar as fronteiras da periferia econômica mundial para as mercadorias dos países centrais (OLIVEIRA, 2009).

Apesar das diferenças existentes entre os modelos governamentais nos últimos 25 anos, o desenvolvimento sustentável sempre esteve presente nas agendas presidenciais. Os avanços obtidos e os motivos para que os mesmos ainda sejam tímidos ambientalmente serão discutidos a seguir.

4. "Brasil Sustentável"? Avanços e desafios do desenvolvimento sustentável nacional

O grande avanço da implementação do desenvolvimento sustentável pelo Brasil nos anos seguintes à Conferência do Rio de Janeiro foi *"a incorporação, pelo poder público local em vários municípios e estados da federação, de novos conceitos de desenvolvimento"* (CORDANI, MARCOVITCH, SALATI, 1997), neste caso, da concepção de desenvolvimento sustentável. Cordani, Marcovitch e Salati (1997) ainda destacam: [1] a incorporação da conservação da natureza pelo vocabulário dos governos, empresas, universidades, associações civis, e o próprio sucesso do ISO 14.000; [2] a implantação do CPTEC (Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos), que através da grande capacidade computacional permitiu ao Brasil qualidade na observação e modelagem de aspectos do tempo e do clima; [3] o surgimento de iniciativas estaduais como o PROCLIMA (Programa Estadual de Mudanças Climáticas), que através da parceria da Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo com universidades, setores industriais, entre outros, permitiu a realização de cursos, seminários, palestras e publicações; e por fim, [4] a criação do ANAMMA – Associação Nacional de Órgãos Municipais em Meio Ambiente, que implicava em adoção de políticas públicas no âmbito do município. O Brasil se consolidava no pós-Rio-92, paulatinamente, como um pioneiro na adoção do desenvolvimento sustentável; contudo, a incorporação de termos ambientalmente corretos e a criação de órgãos como os supracitados não tem alterado a dinâmica da produção em geral.

Collor de Mello tencionou que na escolha do Brasil pela Assembleia Geral da ONU para sediar a CNUMAD-92, efetuada poucos dias após sua eleição, configurava uma oportunidade de projeção pessoal. Em seu discurso de posse, em 15 de março de 1990, Collor construiu para si uma história ambientalista – à revelia de seu histórico na política, cujo espectro do ambientalismo era limitado – prometendo liberar o mercado em todas as áreas, exceto no referente à proteção ambiental. Entretanto, Collor esteve envolvido em esquemas de corrupção e acabou não dando continuidade ao seu projeto político à frente da Presidência da República.

O governo de Itamar Franco, pela conjuntura político-econômica pós-*impeachment* de Collor de Mello, deu prosseguimento ao padrão neoliberal privatista e estrangulador dos direitos dos trabalhadores, adequando a este modelo *seletivamente* às proposições do desenvolvimento sustentável. Rubens H. Born (2004) elucida que no governo de Itamar Franco foi criado, em junho de 1994, a CIDES – Comissão Interministerial para o Desenvolvimento Sustentável, que jamais foi de fato instalada, mesmo com os esforços do Ministério do Meio Ambiente. O CIDES acabou sendo substituído em 1997 pela CPDS –

Comissão de Política de Desenvolvimento Sustentável e Agenda 21 Brasileira. Esta última comissão apresentou, após longos debates com participação de especialistas e de segmentos da sociedade civil, em meados do ano 2000 – portanto, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso –, as intenções de implementação do desenvolvimento sustentável, em um documento intitulado *Agenda 21 Brasileira: Bases para Discussão*, com a perspectiva de refletir, em âmbito nacional, proposições adequadas ao documento assinado na Rio-92.

Aspásia Camargo, João Paulo R. Capobianco e José Antonio Puppim de Oliveira (2004, p. 29) lembram que entre *1992 e 2002, "imperou uma estratégia de governo fundamentada na inserção do Brasil na economia mundial, um processo acelerado de globalização",* que implicava *"através da quebra de barreiras comerciais e da circulação de capitais, privatizações e abertura da economia para o capital externo".* Durante este período ocorreram avanços no sentido de criar *"mecanismos de gerenciamento sustentável da biodiversidade no Brasil"*, ainda que o crescimento do número de unidades de conservação não tenha sido acompanhado pelo incremento da capacidade de implantação, gestão e fiscalização dessas, sendo possível verificar uma diminuição da capacidade operativa dos órgãos públicos, no que se refere aos recursos humanos e financeiros. Em 1998, por exemplo, o Banco Mundial e a ONG WWF formaram uma parceria a Aliança para a Conservação e Uso Sustentável das Florestas (*Alliance for Forest ConservationandSustainable Use,* ou apenas *Forest Alliance)*, a qual Fernando Henrique Cardoso, em 1998, aderiu para concretizar o projeto intitulado ARPA (*AmazonRegionProtectedAreas* – Áreas Protegidas da Região Amazônica), tendo a primeira fase aprovada em 2000 pelo GEF e com o objetivo de criação de novas unidades de conservação na Amazônia Legal (LINO *et. al.*, 2005).

Ao mesmo tempo, *"a Floresta Amazônica apresentou um incremento médio anual de desmatamento da ordem de 57% após a Rio-92, quando foi atingido o menor índice de desmatamento da região"*, o que significa que *"foram desmatados, entre os anos de 1992 e 2000, 156.893 km^2 de florestas, equivalente ao estado do Acre"*. Da mesma maneira o cerrado continua ameaçado pela expansão da agricultura de grãos para exportação, sendo o período pós-Rio-92 fortemente marcado pela conversão de extensas áreas nativas do bioma em plantios de soja. Somente no período de 1997 a 2000, segundo estes autores, a produção desta leguminosa no estado de Rondônia saltou de 4,5 mil toneladas para 45 mil toneladas, um crescimento de 900 %. A Mata Atlântica, entre 1990 e 1995, manteve o ritmo veloz de desmatamento verificado no quinquênio anterior, com a perda de 500 mil hectares, equivalente a uma redução de 5,7 % da cobertura florestal. O Rio de Janeiro foi o mais afetado com uma perda floresta da ordem de 13 %. De acordo com os mesmo autores, segundo dados do Programa de Monitoramento Orbital de Queimadas da EMBRAPA, a partir do ano de 1993, quando ocorreu uma queda significativa na quantidade de queimadas no país, o número total de focos se manteve numa média anual acima de 110 mil, no período de 1994 a 2001. Desta forma, segundo o IBAMA e INPE, ocorreu um crescimento de

aproximadamente 40 % das queimadas em território nacional, entre os anos 2000 e 2001, quando passaram de 104 mil para 145 mil. Segundo o estudo de Camargo, Capobianco e Oliveira (2004), a construção do desenvolvimento sustentável ainda apresentava grandes desafios, dez anos após a conferência.

Se no período supracitado, muitas empresas haviam buscado certificação ISO 14.000 e a adoção dos princípios da sustentabilidade em suas estruturas produtivas, outras dificuldades emergiram: [1] apenas 33,5% das residências brasileiras possuíam rede de esgotos (sendo que destes, 64,7 % não sofrem nenhum tratamento); [2] os lixões significavam o destino final dos resíduos sólidos de 68,5 % dos municípios com menos de 20 mil habitantes, ou seja, cerca de 73 % do total dos municípios brasileiros; [3] o crescimento acelerado das cidades produziu um déficit de moradias que atinge cerca de 20 milhões de pessoas, além da permissividade de ocupação em áreas de riscos e de proteção ambiental – o que nós aqui preferimos definir como *crise urbana*, pautada na propriedade privada da terra e segregação espacial; e [4] no que se refere à energia, o racionamento energético (o "*Apagão*", entre 2001 e 2002, ainda sob a presidência de Fernando Henrique Cardoso) e a escassez de investimentos colocam em risco a matriz energética brasileira, caracterizada, de maneira geral, como *"limpa"* (CAMARGO, CAPOBIANCO, OLIVEIRA, 2004).

O processo de construção da Agenda 21 brasileira teve início em 1996 e foi concluído em 2002, contando com a contribuição de quase 40.000 pessoas (SILVA, 2009). Sua implementação coincidiu com o início da presidência de Luís Inácio Lula da Silva (BORN, 2004), que assinou decreto presidencial criando a Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável (CPDS), que juntamente com a Agenda 21 Brasileira, deveria acompanhar a implantação do desenvolvimento sustentável em escala nacional. Ainda que Maria Beatriz Oliveira da Silva (2009) acredite que o Governo Lula não se pautou pelo princípio jurídico-ambiental do desenvolvimento sustentável, não há dúvidas que o mesmo faz parte do receituário político de sua administração. Desde candidato, Lula já apresentava em seu programa a necessidade de promover *"o assentamento de alicerces de um Brasil sustentável, mais justo e ambientalmente equilibrado"* (*apud* SILVA, 2009, p. 151). Marina Silva, indicada como Ministra do Meio Ambiente, ao tomar posse, apresentou como diretriz *"Número 1"* de sua gestão frente ao ministério a construção do desenvolvimento sustentável. Isto mostra que o modelo de desenvolvimento sustentável, com sua definição vaga e imprecisa, possui maleabilidade econômica, sendo adaptável com modelos de livre-mercado ou de maior planejamento / intervenção governamental, como é possível observar no Quadro-Síntese 2.

Quadro-Síntese 2: Exemplos da construção do desenvolvimento sustentável nos Governos Nacionais do Brasil (1990 – 2014), nas escalas local e nacional

Governos Collor de Mello – Itamar Franco [1990-1994]	**Governo Fernando Henrique Cardoso [1995-2002]**	**Governos Lula – Dilma Rousseff [2003-2010 / 2011 - ...]**
Criação da ANAMMA — Associação Nacional de Órgãos Municipais em Meio Ambiente, que implicava em políticas públicas no âmbito do município, e da CIDES – Comissão Interministerial para o Desenvolvimento Sustentável [1994]	Processo de Construção da Agenda 21 Nacional e explosão da implantação das Agendas21Locais [praticamente todas as cidades do Rio de Janeiro possuem Agendas 21 locais]	Implementação da Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável (CPDS), que juntamente com a Agenda 21 Brasileira, deve acompanhar a implantação do Desenvolvimento Sustentável em escalanacional
Incorporação da conservação da natureza pelo vocabulário dos governos, empresas, universidades, associações civis, e o próprio sucesso do ISO 14.000	Criação da ARPA (*AmazonRegionProtectedAreas* – – Áreas Protegidas da Região Amazônica)[1998], com parceria do GEF – Banco Mundial e de ONGs como WWF	Implantação do Plano Amazônia Sustentável (PAS, 2008), com financiamento do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) e na *Operação Arco Verde*

Organização: Leandro Dias de Oliveira (2014)

Segundo os *Indicadores de Desenvolvimento Sustentável* (2010), do IBGE: [1] o Brasil está entre os dez maiores emissores de gases de efeito estufa para a atmosfera, devido, principalmente, à destruição da vegetação natural, com destaque para o desmatamento da Amazônia e as queimadas no Cerrado; [2] a área desflorestada se aproxima dos 20 % da área da floresta original da Amazônia; [3] a falta de saneamento básico continua um problema socioambiental gravíssimo, ocasionando também índices alarmantes de contaminação de rios por efluentes domésticos e industriais; e [4] o número de espécies brasileiras ameaçadas de extinção vem crescendo, o que demonstra a destruição de áreas naturais. Tudo isto torna questionável a ideia de Agendas 21 Locais como possibilidade de se atingir um modelo sustentável de desenvolvimento.

Segundo a mesma obra, em compensação, no Brasil; [1] o sistema de criação de Unidades de Conservação, seja em âmbito federal (SNUC), estadual e municipal (há sobreposições) tem sido expandido em um grande esforço de criação de áreas protegidas; [2] está ocorrendo, principalmente nos últimos anos, o aumento dos municípios com coleta de lixo domiciliar, esgotamento sanitário, com acesso a sistema de abastecimento de água, e também ocorreu a diminuição dos índices de infectação por doenças relacionadas ao saneamento ambiental (hepatite, dengue, febre amarela, malária, entre outras

doenças), principalmente pelos ganhos sociais das últimas administrações nacionais, mas ainda permanecem graves diferenças regionais – em processo de diminuição – com um abismo entre os números da Região Nordeste e Sudeste; [3] ocorreu uma melhoria nos índices de educação e moradia, além da aceleração no consumo *per capita* de energia, acesso aos serviços de telefonia (móvel e fixa) e acesso à internet, ainda que com aumento do grau de endividamento do cidadão comum; e ainda [4] está acontecendo um avanço na demarcação e regularização de terras indígenas em território nacional. Acreditamos que estas informações não indicam a implantação de pressupostos da Agenda 21, mas uma mudança na macropolítica governamental do Brasil. Por fim, podemos acrescer que o fato do Brasil ser considerado um pioneiro no campo dos biocombustíveis (CAVALCANTI, 1997) não implica em uma ação socioambiental, já que as produções de cana-de-açúcar estão consolidadas através manutenção do latifúndio. Os retrocessos e avanços aqui relacionados pertencem à "dualidade do desenvolvimento", onde o atraso e a pobreza, conforme nos ensina Francisco de Oliveira (2003), são reflexos do próprio processo de desenvolvimento e modernização.

Os governos de Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff promoveram avanços sociais e maior diálogo com os movimentos sociais; ambos os governos também investiram no desenvolvimento econômico do Brasil, o que implicou em melhoria, ainda pequena, da qualidade de vida. Todavia, ao requalificar o desenvolvimento e novamente adotar a "chaminé" da fábrica como símbolo de progresso, os avanços ambientais nestes governos foram restritos; o aumento do desmatamento, dos níveis de poluição atmosférica, hídrica e do solo e mesmo a "insustentabilidade" das cidades revelam que o "sustentável", sob a égide da administração do PT, foi superado pelo "desenvolvimento".

5. Considerações finais

A maleabilidade político-econômica da ideia de desenvolvimento sustentável permite o uso indiscriminado do termo, nem sempre atrelado a verdadeiras mudanças. Por este motivo,o receituário de construção do desenvolvimento sustentável ainda precisa de importantes ajustes, diálogos e vontade política.

Tal análise corrobora nossa tese que o desenvolvimento sustentável é uma ideologia contemporânea (OLIVEIRA, 2001), de grande capacidade de sedução e diapasão. Já alertamos que este modelo, antes blindado contra suspeitas na sua condição de redentor dos males ecológicos, se tornou mais suscetível a críticas diversas e fruto de desconfianças outrora inexistentes. Todavia, suas implicações se espraiam rapidamente como políticas de Estado em suas diversas escalas, na plataforma de ação de diferentes empresas, nas escolas, universidades, imprensa e mídias diversas, e nas políticas de planejamento urbano, agrícola, de transportes, entre tantos outros.

Desta maneira, a construção do desenvolvimento sustentável implica particularmente no aprofundamento de atitudes que estão alinhadas com a reestruturação territorial-produtiva em curso – ou seja, com a própria reconstrução do capitalismo contemporâneo – como: [i] mudança no padrão de uso das riquezas naturais, por meio do princípio de uso racional da natureza, com manutenção e renovação de estoques, garantindo matérias-primas mais criteriosamente utilizadas e lucrativas; [ii] renovação do parque tecnológico-industrial com engenharia ecologicamente correta, de maneira que filtros e outros mecanismos antipoluição forneçam ainda mais subsídios para uma renovação técnica, fundamental para as indústrias neste início de século; [iii] investimento em fontes alternativas de energia, em um horizonte de renovação na alimentação da tecnologia existente; o fortalecimento das engenharias no campo biológico-genético é bem vindo por explorar justamente a possibilidade de se produzir "natureza" em larga escala; [iv] transformação da ideologia do desenvolvimento sustentável [ou práticas ambientalmente corretas] em interesse comum, aproximando diferentes atores da sociedade civil através de um consenso forjado; e, [v] por fim, o controle de territórios, cada vez mais geopolitizados e espacialmente fluídos, incorporando com gabarito técnico-jurídico a necessidade de transformar de forma estatutária a natureza em mercadoria de grande valor econômico. É a vitória do "desenvolvimento" sobre o "sustentável".

6. Referências Bibliográficas

BECKER, Bertha. (2004). *Amazônia:Geopolítica na Virada do III Milênio.* Rio de Janeiro: Garamond.

BORN, Rubens H. (2004). Agenda 21 Brasileira: Instrumento e desafios para a sustentabilidade. In: CAMARGO, A.; CAPOBIANCO, J. P. R.; OLIVEIRA, J. A. P. de. (Orgs.) *Meio Ambiente Brasil: Avanços e Obstáculos pós-Rio-92.* São Paulo: Estação Liberdade; Rio de Janeiro: FGV.

CAMARGO, A.; CAPOBIANCO, J. P. R.; OLIVEIRA, J. A. P. (2004). Os desafios da sustentabilidade no período pós-Rio-92. Uma avaliação da situação brasileira. In: CAMARGO, A.; CAPOBIANCO, J. P. R.; OLIVEIRA, J. A. P. de. (Orgs.). *Meio Ambiente Brasil: Avanços e Obstáculos pós-Rio-92.* São Paulo: Estação Liberdade; Rio de Janeiro: FGV.

CAVALCANTI, Clóvis. (1997). Política de governo para o desenvolvimento sustentável: uma introdução ao tema e a esta obra coletiva. In: CAVALCANTI, C.(Org.). *Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Políticas Públicas.* São Paulo: Cortez / Fundação Joaquim Nabuco.

CORDANI, U. G.; MARCOVITCH, J.; SALATI, E. (1997). Avaliação das ações brasileiras em direção ao desenvolvimento sustentável após a Rio-92. In: CORDANI, U. G.; MARCOVITCH, J.; SALATI, E. (Orgs.). *Rio 92 cinco anos depois:Avaliação das ações brasileiras em direção ao desenvolvimento sustentável após a Rio-92 [Participação Brasileira na Rio + 5].* São Paulo: Alphagraphics.

HARVEY, David. (2008). *O Neoliberalismo: História e Implicações.*São Paulo: Edições Loyola.

INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL — BRASIL 2010. (2010). IBGE (Fundação Instituto Brasileira de Geografia e Estatística) / Coordenação de Recursos Naturais e Estudos Ambientais [e] Coordenação de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE.

LAGO, André A. C. (2007). *Estocolmo, Rio de Janeiro, Johanesburgo*: O Brasil e as Três Conferências Ambientais das Nações Unidas. Brasília: FUNAG.

LINO, Geraldo L.; CARRASCO, Lorenzo; COSTA, Nilder; PALACIOS, Silvia. (2005). *Máfia Verde 2:Ambientalismo, Novo Colonialismo.* Rio de Janeiro: Capax Dei.

MERCADANTE OLIVA, A. (2010*). As bases do Novo Desenvolvimentismo no Brasil:Análise do Governo Lula (2003-2010).* Tese de Doutorado. Campinas, UNICAMP.

OLIVEIRA, Francisco de. (2003) *Crítica à razão dualista – O ornitorrinco.* São Paulo: Boitempo.

OLIVEIRA, Leandro Dias de (2001). A Ideologia do Desenvolvimento Sustentável no Ensino da Geografia. 2001. Monografia de Graduação em Geografia. São Gonçalo / RJ, UERJ – Faculdade de Formação de Professores.

OLIVEIRA, Leandro Dias (2005). A Ideologia do Desenvolvimento Sustentável: Notas para Reflexão. *Revista Tamoios,*Rio de Janeiro, UERJ-FFP, v. I, n. 2, p. 33-38. Disponível em: http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/tamoios/article/viewFile/648/683.

OLIVEIRA, Leandro Dia. (2009). Neoliberalismo: Notas sobre Geopolítica e Ideologia – Uma Breve Análise sobre a obra *"O Neoliberalismo: História e Implicações"*, de David Harvey. *Revista Tamoios,*Rio de Janeiro, UERJ-FFP, Ano V. I, n. 2, p. 83-8.

OLIVEIRA, Leandro Dias. (2014).. Geografia urbana e desenvolvimento sustentável: notas acerca da reestruturação espacial contemporânea. In: OLIVEIRA, F. G. de; FREIRE, D. G., MASCARENHAS, Gilmar, OLIVEIRA, L. D. de (Org.). *Geografia Urbana: Ciência e Ação Política.* Rio de Janeiro: Consequência.

SADER, Emir. (Org.) (2013). *Lula e Dilma: 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil.*Rio de Janeiro: Boitempo Editorial.

SILVA, Maria Beatriz O. (2009). *Desenvolvimento Sustentável no Brasil de Lula:Uma abordagem jurídico-ambiental.* Santa Cruz do Sul, SC: EDUNISC.

REFLEXÕES TEÓRICAS SOBRE AS RELAÇÕES DE PODER QUE PERPASSAM A IDEIA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Carolina Pimentel CORREA
Faculdade de Letras da Universidade do Porto
carolpimentelcorrea@gmail.com

Resumo

O desenvolvimento sustentável de um determinado local envolve a relação entre diversos agentes e seus interesses. Diferentes grupos de poder atuam neste campo em prol do bem comum, mas também visando a busca por hegemonia. Portanto, tendo em conta que o processo de desenvolvimento sustentável abriga diversos segmentos da sociedade, este ensaio procura compreender tais relações a partir do conceito de *campo* de Bourdieu. Isto é, se propõe realizar uma aproximação entre a ideia de *campo* com a realidade empírica, em especial, a brasileira, a qual possui sua busca pelo desenvolvimento sustentável marcada por grandes diferenças culturais e sociais, traduzidas numa vasta disparidade de interesses.

Palavras-chave: desenvolvimento, campo, poder, grupos, interesse.

Abstract

Sustainable development of a particular location involves the relationship between different social agents and their interests. Different power groups active in this field for the common well, but they also aim the hegemony. Therefore, given that the sustainable development process embraces various segments of society, this paper attempts to understand this questions from Bourdieu's concept - field. That is, it is proposed to carry out a connection between this concept and the empirical reality, in particular the Brazilian, which has its quest for sustainable development marked by great cultural and social differences, translated in a wide disparity of interests.

Keywords: development, field, power, groups, interest.

1. Introdução

O conceito de desenvolvimento sustentável passou a se destacar no meio político, social e econômico em 1987, quando, no Relatório de Brundtland[1], foi citado como um desenvolvimento capaz de satisfazer as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades. Tal conceito, na realidade brasileira, e não só, encontra-se marcado por uma disparidade entre o discurso e a prática. Isto se deve, em especial, a luta de diferentes grupos de interesses e poder, cada qual representando uma realidade específica, atuando na questão do desenvolvimento sustentável.

Para abordar a ideia de desenvolvimento, particularmente, o atual conceito de desenvolvimento sustentável, é preciso compreender este jogo de poder presente no processo e para isto, este trabalho, tomou como base a teoria de Pierre Bourdieu e o seu conceito de *campo*. Este autor, ao elaborar uma teoria de síntese, buscou superar a relação dicotômica objetivismo *versus* subjetivismo, através de dois principais conceitos: *habitus* e *campo*. Sendo este último visto como um espaço onde se manifestam relações de poder numa luta concorrencial entre os atores.

Deste modo, para além da (1) *Introdução* e (4) *Considerações Finais*, este trabalho divide-se em mais dois tópicos: (2) *O conceito de campo para Bourdieu*, no qual, o objetivo foi perceber o modo como o autor discute tal conceito em um capítulo específico de sua obra *Questões de sociologia* e (3) *As relações de poder presentes no desenvolvimento sustentável*, tópico no qual se abordou os desafios de tal desenvolvimento no que diz respeito a sua aplicação prática e o modo como os atores interagem nesta busca, levando em conta o que foi trabalhado no tópico anterior em relação ao conceito de *campo*.

2. O conceito de campo para Bourdieu

Sociólogo e filósofo francês, Pierre Bourdieu nasceu em agosto de 1930, em Denguin, e faleceu em janeiro de 2002, em Paris. Bourdieu, conforme já destacado anteriormente, está entre os autores contemporâneos que almejaram realizar uma teoria de síntese. O autor buscou integrar, no mesmo marco teórico, aspectos da estrutura social e da ação individual. Através de seu estudo denominado, entre outras formas, de estruturalismo-construtivista, Bourdieu criticou o objetivismo de Durkheim, de Althusser e dos marxistas estruturalistas, pois todos ignoraram a parte subjetivista, na qual os indivíduos criam e influenciam a sociedade, a realidade social. Assim, Bourdieu defende uma perspectiva estruturalista, mas sem deixar de considerar a capacidade do agente e, por isso, visando superar o

[1]O Relatório Brundtland é o documento intitulado Nosso Futuro Comum (*Our Common Future*), elaborado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – ONU.

dilema objetivista-subjetivista, centra-se na *prática*, considerada pelo autor como o produto da relação dialética entre a ação e a estrutura (Ritzer, 2001).

Além da *prática*, a teoria de síntese de Bourdieu foca-se, especialmente, em dois conceitos: *habitus* e *campo*. É através destes conceitos que Bourdieu esforça-se para compreender a dinâmica reprodutiva e transformadora da sociedade e percebe o mundo social constituído a partir de um processo ininterrupto de lutas entre agentes sociais ativos, tomando a vida social como um conjunto de relações que tendem a conservar ou a transformar a estrutura. Ortiz destaca que, dentro deste quadro teórico que engloba a *prática*, o *habitus* e o *campo*, Bourdieu conseguiu, de certa forma, resolver "o problema da adequação entre ação subjetiva e objetividade da sociedade, uma vez que todo ator age no interior de um *campo* socialmente pré-determinado" (Ortiz, 1983, p.19)

Bourdieu abordou e definiu os conceitos de *habitus* e *campo* em diferentes obras ao longo de sua carreira, entretanto, neste trabalho, o foco será um dos capítulos de sua obra *Questões de Sociologia* (*Questions de Sociologie*), publicada pela primeira vez em 1984. Esta obra reúne 21 textos decorrentes de conferências, colóquios, intervenções ou entrevistas de Bourdieu a respeito das principais questões pertinentes à sociologia. Assim, este autor oferece suas reflexões sobre o método e os conceitos fundamentais, sobre os problemas epistemológicos e filosóficos desta ciência. No prólogo da obra, Bourdieu destaca o fato de nenhuma ciência colocar em jogo as questões sociais tão evidentemente como faz a sociologia, algo que, segundo o autor, dificulta tanto a produção do discurso científico quanto a sua transmissão.

O capítulo *Algumas propriedades dos campos,* escolhido para nortear este trabalho, corresponde a uma exposição feita por Bourdieu na *École normale supérieure* em novembro de 1976, para um grupo de filólogos e de historiadores da literatura. Nesta parte da obra, Bourdieu tenta definir o conceito de *campo* e identificar sinais da sua formação, para compreender as leis gerais desta estrutura. Um primeiro ponto a ser destacado é que Bourdieu trabalha com *Leis gerais dos campos*, isto o leva a pensar que o projeto de uma teoria geral dos campos não seria, de todo, algo insensato. Bourdieu explica que *campos* tão diferentes como o da política, da filosofia e da religião possuem "leis de funcionamento invariantes". Dessa forma, para o autor, o que se apreende a respeito do funcionamento de determinados *campos* serve para interrogar e interpretar outros. Quando se estuda um novo *campo*, segundo Bourdieu, pode-se descobrir propriedades específicas, únicas daquele *campo*, e, concomitantemente, fazer "progredir o conhecimento dos mecanismos universais dos *campos* que se especificam em função de variáveis secundárias" (Bourdieu, 2003, p. 119). Portanto, são as variáveis dentro de cada *campo* que fazem com que "mecanismos genéricos" como a luta entre "pretendentes e dominantes" tomem formas diferentes.

Assim, *campo*, para Bourdieu, são espaços estruturados a partir de *posições*. Isto é, "em qualquer campo, uma luta cujas formas específicas terão que ser investigadas em cada caso entre o novo que entra e tenta arrombar os ferrolhos do direito de entrada e o dominante que tenta defender o monopólio"

(Bourdieu, 2003, p. 119-120). Nesse sentido, um *campo* define-se a partir questões e interesses específicos e para que funcione é necessário haver questões em jogo e pessoas prontas para jogar tal jogo, pessoas dotadas do *habitus*, o que implica, para Bourdieu (2003, p.120), "o conhecimento e o reconhecimento das leis imanentes do jogo".

Por estar falando para um grupo de filólogos, Bourdieu (2003) explica, nesta exposição, que o *habitus* de filólogo é ao mesmo tempo um ofício, um capital de técnicas, de referências, um conjunto de crenças. Isto porque, para Bourdieu, este conceito é entendido como "um sistema de disposições duráveis e transponíveis que, integrando todas as experiências passadas, funciona a cada momento como uma matriz de percepções, de apreciações e de ações" (Bourdieu, 1983, p. 65). Assim, o *habitus* existe como estruturador e estruturado, pois ao mesmo tempo em que estrutura as práticas individuais e coletivas é estruturado pelo próprio mundo social. O *habitus* define-se a partir de estruturas mentais e cognitivas, através das quais as pessoas lidam com o espaço social; esquemas internalizados pelos quais os indivíduos percebem e compreendem o mundo social e criam suas práticas.

Ao retomar o conceito de *campo*, Bourdieu afirma que a estrutura deste é um *estado* da relação de força entre os agentes ou as instituições envolvidas, ou então, "da distribuição de capital específico que foi acumulado nas lutas anteriores e orienta estratégias nas posteriores" (Bourdieu, 2003, p. 120). Lembrando que no *campo* se empregam vários tipos de *capital*: capital econômico, capital cultural, capital social e capital simbólico. Sendo assim, o espaço social, para Bourdieu (2008), hierarquizado pela distribuição desigual de capitais.

Esta estrutura, segundo Bourdieu, está sempre em jogo, pois as lutas cujo lugar é o *campo* têm por objeto em questão o monopólio da violência legítima, isto é, relaciona-se com a "conservação ou subversão da estrutura da distribuição do capital específico" (Bourdieu, 2003, p. 119-120). O capital específico, para o autor, está relacionado a certo *campo*, ou seja, está nos limites de determinado *campo*, não sendo convertível numa outra espécie de *capital*. Bourdieu dá o exemplo de Pierre Cardin que tentou transferir para a alta cultura um *capital* acumulado na alta costura, sendo desaprovado pelo que Bourdieu (2003) chamou de "o último dos críticos de arte" que buscou afirmar sua superioridade estrutural e impor o seu *capital* de membro de um *campo* "estruturalmente mais legítimo" (Bourdieu, 2003, p. 120).

No tocante a esta relação de poder, Bourdieu (2003) explica que o capital específico, fundamento do poder dentro de determinado *campo*, inclina-se, por um lado, para estratégias de conservação (ortodoxia) e por outro, o dos menos providos de *capital*, para estratégias de subversão (heresia). Para o autor, é esta heresia e heterodoxia o que faz com que os dominantes saiam do silêncio e produzam um discurso defensivo da ortodoxia. Isto porque todos inseridas no *campo* possuem, para Bourdieu (2003, p.121), um número de interesses fundamentais, de onde surge, nas palavras do autor, "uma cumplicidade objetiva que está subjacente a todos os antagonismos" (Bourdieu, 2003, p. 121). De modo que a luta pressupõe um acordo entre os antagonistas a respeito do que merece ser objeto desta luta.

Por conseguinte, o autor destaca que quem participa da luta contribui para a reprodução do jogo e para sustentar a crença nas questões que estão em jogo. Isto leva Bourdieu (2003, p.122) a afirmar que:

> [os] novos que entram têm de pagar um direito de entrada que consiste no reconhecimento do valor do jogo [...] e no conhecimento prático dos princípios de funcionamento do jogo. Estão consagrados a estratégias de subversão, mas que sob pena de exclusão, permanecem dentro de certos limites. E de fato, as revoluções parciais de que os campos continuadamente são lugar não põe em questão os fundamentos do próprio jogo, a sua axiomática fundamental, o alicerce de crenças últimas, sobre as quais assenta todo o jogo.

Ao falar a respeito das dissemelhanças entre diferentes grupos de pintores (Henri Rousseau, Guillaume Apollinaire, Pablo Picasso), Bourdieu (2003) destaca a importância do *campo* ao afirmar que a sociologia da arte ou da literatura acaba por relacionar as obras à posição no espaço social, a classe social, dos produtores ou dos seus clientes, sem considerar a sua posição no campo de produção, ou seja, escamoteia tudo o que a obra deve ao campo e a sua história, o que faz dela uma obra de arte, de ciência ou de filosofia.

Bourdieu (2003) também discorre a respeito da ideia de pertença ao campo, afirmando que o campo, ou mais exatamente o *habitus* de profissional de antemão ajustado as exigências do campo, vai funcionar como um "instrumento de tradução". Dando o exemplo dos filósofos, Bourdieu (2003, p. 125) explica isto da seguinte forma: "ser 'revolucionário conservador' em filosofia é revolucionar a imagem da filosofia kantiana mostrando-se que na raiz desta filosofia que se apresenta como crítica a metafísica, há metafísica". Isto, segundo o autor, não é produto de uma busca consciente, calculada e cínica, mas efeito automático de pertença ao campo e do domínio da história específica do campo, pois ser um filósofo "é dominar o que é necessário dominar da história da filosofia para saber ter um comportamento de filósofo no interior de um campo filosófico" (Bourdieu, 2003, p. 125).

Bourdieu (2003) ainda esforça-se para explicar que o princípio das estratégias, sejam elas filosóficas, literárias ou de qualquer outro tipo, não é o cálculo cínico, a busca consciente da maximização do ganho específico, mas uma relação inconsciente entre um *habitus* e um campo. Tais estratégias para o autor "são ações objetivamente orientadas por referência afins que podem não ser os fins subjetivamente buscados" (Bourdieu, 2003, p. 125). Portanto, Bourdieu atenta para o fato de sua ideia ser perigosamente mal interpretada e percebida como utilitarismo, mas, o autor pretende apenas ressaltar que a sociologia não pode negligenciar o "axioma do interesse" visto como o "investimento específico nas questões em jogo o que é ao mesmo tempo a condição e o produto da pertença a um campo" (Bourdieu, 2003, p.126).

Neste sentido, Bourdieu (2003) explica que o *habitus* funciona como um "sistema de esquemas geradores", isto é, gera estratégias relacionadas aos interesses objetivos dos seus autores sem serem

expressamente concebidas para esse fim, não há uma maximização. O importante, para o autor, é escapar do "finalismo ingênuo" e da explicação de tipo "mecanicista", percebendo que "as pessoas só tem que deixar correr o seu *habitus* para obedecerem à necessidade imanente do campo e satisfazer as exigências que nele se encontram inscritas" (Bourdieu, 2003, p. 126), sem que estejam buscando uma maximização do ganho específico.

3. O desenvolvimento sustentável e suas relações de poder

No que concerne ao conceito de desenvolvimento é importante perceber que este se faz presente, de forma marcante, em dimensão mundial, nos atuais debates: sociais, ambientais e políticos. Associado ao adjetivo "sustentável" – dando origem ao desenvolvimento sustentável – o conceito ganhou uma nova roupagem. Com uma conotação bastante positiva, tal conceito tem sido utilizado para marcar uma nova filosofia do desenvolvimento que combina: eficiência econômica com justiça social e prudência ecológica (Brüzeke, 1993). Sendo importante destacar que a ideia de sustentabilidade engloba não apenas a perspectiva ambiental, mas também, econômica, ecológica, territorial, cultural, social e política (Sachs, 1993).

O desenvolvimento sustentável tornou-se foco de diferentes conferências e documentos internacionais. O Brasil, por exemplo, já foi palco de duas importantes Conferências Internacionais a respeito do desenvolvimento sustentável (Rio 92, realizada em 1992, e Rio+20, realizada em 2012). Contudo, conforme afirma Fonseca, desde a Rio 92, não houve avanços significativos, no Brasil, no que se refere à implementação da Agenda 21, documento decorrente desta Conferência: "[os] seus objetivos não foram incorporados nas políticas públicas nacionais – que continuam fragmentadas e pouco afeitas ao paradigma do desenvolvimento sustentável" (Fonseca, 2012, p. 59). Apesar de ter conseguido diminuir em dimensões consideráveis os níveis de pobreza extrema, principalmente, nos últimos seis anos, o Brasil ainda encontra-se entre os países classificados como "em desenvolvimento", contendo uma parte significativa da população em condições de vulnerabilidade.

A reflexão sobre tal realidade pode ser pensada a partir do conceito de campo de Bourdieu, conforme acima trabalhado. Ao compreender o desenvolvimento através de uma ótica que englobe a sustentabilidade em diferentes âmbitos num determinado país, o conceito de campo se faz importante em função da necessidade de ponderação acerca das diferentes especificidades ali contidas e a luta entre os agentes sociais que fazem parte deste jogo. A ideia de desenvolvimento sustentável engloba relações desiguais de poder e *capital* (econômico, social, cultural e simbólico), de modo a envolver diferentes visões e posições políticas que variam do interesse em acumular poder econômico e político a uma ênfase na redistribuição e na igualdade. Isto resulta em importantes disparidades existentes, por exemplo, entre as capacidades de ação do Banco Mundial em comparações com uma pequena ONG na Índia (Ribeiro, 2008).

Dessa forma, encontramos por detrás da ideia de desenvolvimento sustentável, diferentes grupos de interesse cada um buscando a sua hegemonia. Godoy (2003, p.123) referindo-se, especificamente, ao campo ambiental, afirma que este:

> [...] é constituído por atores sociais – representantes do setor público, setor privado e organizações não governamentais – unidos em torno de interesse comum (meio ambiente), que interagem e possuem interesses diversos. Portanto, as relações são dinâmicas: os grupos disputam, continuamente, o poder de direcionar a elaboração das políticas ambientais.

De modo semelhante, tais atores sociais, representados por diferentes segmentos, também estão presentes nos processos que envolvem o desenvolvimento sustentável. Os representantes do poder político, a empresas, os movimentos sociais e a própria população são exemplos de atores que se fazem importantes no jogo de interesses do desenvolvimento sustentável, cada um caracterizado por seus *capitais* e objetivos, mas visando, de certa forma, a busca por este desenvolvimento, ou a legitimação de um discurso em prol do mesmo.

Atualmente, os discursos que incorporam a ideia de desenvolvimento sustentável carregam consigo um importante *capital simbólico*[2]. Fonseca & Bursztyn (2007) ao trabalhar com o desenvolvimento sustentável numa perspectiva mais ambientalista destacam que tal processo está fortemente imbuído de legitimação simbólica e encontra-se presente nas normas sociais da sociedade moderna, por isso, "o apoio discursivo e a prática de ações 'pró-ambiente' são fontes geradoras de capital simbólico" (Fonseca & Bursztyn, 2007, p. 172).

É neste sentido que se pode perceber a posição de empresas que apoiam iniciativas de proteção ao meio ambiente e ao desenvolvimento sustentável. Na atual economia de mercado, um dos objetivos de uma empresa é o aumento de seu *capital econômico*, entretanto, o *capital simbólico* proveniente do apoio e promoção de ações em prol do desenvolvimento sustentável muitas vezes, segundo Fonseca & Bursztyn (2007), pode ser convertido em *capital econômico*. Do mesmo modo, este discurso pode estar presente no meio político, pois nas sociedades democráticas a manifestação pró-ambiente, e desenvolvimento sustentável de modo geral, traz consigo o *capital simbólico* que pode, neste caso, ser associado ao poder no *campo político*. Vale atentar para o importante fato de que, normalmente, "o apoio às normas sociais com vistas ao lucro simbólico daí resultante não necessita, em princípio, ter reflexos nas ações cotidianas dos indivíduos. O aplauso discursivo às normas gera efeitos simbólicos semelhantes à aplicação prática das mesmas" (Fonseca & Bursztyn, 2007, p. 173).

[2]Para Bourdieu, *capital simbólico* define-se enquanto uma propriedade inerente a todos os tipos de capitais compreendida pelos agentes sociais cujas categorias de percepção se dão de tal forma que eles podem as entender, compreender e reconhecer, conferindo-lhes valor. Nas palavras do autor: "é a forma que todo tipo de capital assume quando é percebido através das categorias de percepção, produtos da incorporação das divisões ou das oposições inscritas na estrutura da distribuição desse tipo de capital (como forte/frágil, grande/pequeno, rico/pobre, culto/inculto etc.)" (Bourdieu, 2008, p. 107).

Os movimentos sociais, por sua vez, aparecem, neste contexto do desenvolvimento sustentável, imbuídos de *capital social* e engajados numa luta pelos direitos da sociedade civil organizada que abarca questões ambientais, culturais e socioecômicas. Em geral, é visando o planejamento estratégico especialmente para o desenvolvimento regional sustentável que os organizadores dos movimentos sociais discutem, por exemplo, políticas públicas que estimulem a economia solidária. Sobre isto, ao abordar as iniciativas sociais e o desenvolvimento sustentável na região Amazônica, Mello (2004, p.91) afirma que:

> [n]o âmbito do movimento social, a abordagem dos princípios de desenvolvimento sustentável que se queira, está estritamente relacionado ao seu modo de vida: os indígenas ainda reivindicam fortemente a demarcação de seus territórios; as cooperativas demandam meios de produção e de comercialização; associações ambientalistas priorizam, entre outros requerimentos, por formas sustentáveis de produção ou pela conservação de áreas e de recursos naturais.

Nesta mesma perspectiva, pode-se pensar no Fórum Social Mundial, criado em 2001 e organizado por movimentos sociais de diferentes continentes, que busca, a partir de um caráter não confessional, não governamental e não partidário, uma transformação social global, sendo o desenvolvimento sustentável uma constante pauta neste espaço de debate. Em 2009, por exemplo, a principal temática abordada pelo Fórum Social Mundial foi a sustentabilidade ambiental e o atual modelo econômico visto como o principal responsável pelo aquecimento global e o esgotamento dos recursos naturais. Esta expressão popular obtida através dos movimentos sociais demonstra a importância de pensar em políticas públicas, ligadas ao desenvolvimento sustentável, capazes de perpassar as diversas camadas da sociedade.

Do mesmo modo, é preciso lembrar que pensar em políticas públicas visando o desenvolvimento sustentável numa perspectiva voltada aos diferentes tipos de sustentabilidade (social, econômica, ambiental, ecológica, cultural, territorial) é um desafio pautado em grandes diferenças culturais e sociais, pois o segmento de maior peso é, e deve ser, a partir de um ponto de vista valiosamente abrangente, os cidadãos. Entretanto, a realidade brasileira, conforme já apontado acima, ainda enfrenta um grande nível de desigualdade social, o que dificulta a formulação de políticas públicas e sociais de cunho genérico partindo do governo federal para as diferentes regiões e locais do país.

Muitas vezes, por exemplo, o conceito de desenvolvimento sustentável não faz parte do próprio vocabulário utilizado por determinada comunidade, outras vezes, tal conceito é entendido através daquilo que a media hegemónica transfere a partir dos meios de comunicação. Muitas vezes, por exemplo, para uma comunidade que se encontra em situação de vulnerabilidade social, a satisfação de suas necessidades básicas e imediatas se faz mais importante do que pensar na preservação e sustentabilidade ambiental. Por isso, a importância de encarar o desenvolvimento sustentável a partir

dos diferentes vieses de sustentabilidade (incluindo a social), e perceber como esta luta e disparidade entre as diferentes esferas pode ser traduzida na participação social da população neste projeto.

Sobre isto, Ribeiro (2008) explica que, muitas vezes, os atores e as instituições mais poderosos do "campo de desenvolvimento" são designados, pejorativamente, pelo rótulo "indústria do desenvolvimento", pois se empenham na reprodução do *campo* como um todo, já que os seus próprios interesses apresentam-se conectados à existência deste campo. Enquanto que os atores e as instituições menos poderosos, para Ribeiro (2008), são "grupos locais vulnerabilizados por iniciativas de desenvolvimento que destroem as relações entre povos indígenas, seus territórios e culturas [...] e proveem do cenário mais óbvio da vulnerabilidade de populações locais *vis-à-vis* ao 'desenvolvimento'". Assim, Ribeiro (2008) destaca que a abordagem autoritária vinda de "de-cima-para-baixo" tende a reforçar as diferenças já existentes em termos de classe, gênero, idade e etnicidade. Enquanto uma abordagem participativa que venha "de-baixo-para-cima", tende a criar e introduzir novas lideranças, originando novas tensões dentro dos sistemas de poder e político preexistentes para, assim, buscar soluções e alternativas capazes de englobar a maior parte da sociedade civil.

O que acontece é que o mundo organiza-se em *campos* que, segundo Godoy (2011), são interconectados, mas estruturam-se a partir de interesses e regras próprias (campo social, campo político, campo religioso, familiar). Ao se referir a própria teoria de Bourdieu, Godoy explica que tais posicionamentos sociais não são estáticos e sim dinâmicos, pois os agentes sociais no campo "interagem e disputam constantemente uma melhor posição" (Bourdieu, Godoy, 2011, p.121).

4. Considerações finais

Assim, perceber o conceito de *campo* na busca pelo desenvolvimento sustentável na realidade brasileira, permite compreender o modo como o discurso e a prática ainda traçam caminhos bastante distintos neste país. Uma disparidade que resulta não apenas das diferenças de *capital econômico* e *capital social* entre os agentes deste campo, mas também de *capital simbólico*. Algo que permite perceber que enquanto o desenvolvimento sustentável for entendido a nível de discurso e como fonte de *capital simbólico* para políticos, empresas, ou mesmo, instituições e movimentos sociais, não estará transformando realidades sociais.

Ademais, enquanto que o poder existente no *campo* político não for utilizado para compreender as diferentes realidades, interesses, *habitus* e, inclusive, *campos* envolvidos no projeto de desenvolvimento sustentável, nem mesmo os objetivos presentes em relatórios decorrentes de Conferências Internacionais como a Rio 92 e a Rio+20 conseguirão ser alcançados, principalmente no Brasil. Isto porque, um dos maiores entraves na busca por este desenvolvimento é reconhecer os diferentes

interesses, necessidades e realidades da população brasileira que, hoje, são reforçados pela diversidade existente no mundo globalizado.

Dessa forma, é preciso haver uma conscientização por parte das diferentes esferas envolvidas neste processo, especialmente, por parte do poder Executivo e Legislativo, de que a aplicação prática do desenvolvimento sustentável, em qualquer um dos níveis de sustentabilidade, a partir de políticas públicas, é algo que precisa partir, em primeiro lugar, do reconhecimento das especificidades das regiões, comunidades e populações, em suas diferentes culturas e perfis identitários, que formam o Brasil. Além da necessidade de fornecer espaços de diálogos permanentes com a sociedade civil em geral e grupos de interesse que transitam na esfera do desenvolvimento sustentável e, assim, conseguir absorver o significado desse processo dentro das diferentes realidades e espaços que estes representam.

5. Bibliografia

BRÜZEKE, F. J. (1993). *O problema do desenvolvimento sustentável*. Papers do NAEA, 13. Disponível em: <http://www.ufpa.br/naea/gerencia/ler_publicacao.php?id=50>. [Acedido em 07 de fevereiro de 2014].

BOURDIEU, P. (1983). Esboço de uma teoria de prática In ORTIZ, R. (1983). *Pierre Bourdieu: sociologia*. (pp. 46 – 81). São Paulo: Ática.

BOURDIEU, P. (2003). *Questões de Sociologia*, Lisboa: Fim de Século.

BOURDIEU, P. (2008). *Razões práticas: sobre a teoria das ações*. Campinas: Papirus.

GODOY, A. M. G. (2011). Teoria dos campos e políticas ambientais locais. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*. [Online], 24, 119-136. Disponível em:

http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/made/article/view/20623/17084. [Acedido em 07 de fevereiro de 2014].

FONSECA, I. F. (2012). Rio+20, Agenda 21 e pactos globais para a sustentabilidade: mais do mesmo? *Revista Desafios do Desenvovimento.* [Online], 71. Disponível em:

http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2717:catid=28&Itemid=23. [Acedido em 23 de fevereiro de 2014].

FONSECA, I. F.; BURSZTYN, M. (2007). Mercadores de moralidade: a retórica ambientalista e a prática do desenvolvimento sustentável. *Ambiente & Sociedade*. [Online], X (2), 171-188. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-753X2007000200013&script=sci_arttext. [Acedido em 15 de fevereiro de 2014].

MELLO, N. A. (2004). As iniciativas sociais e desenvolvimento sustentável na Amazônia. *GEOUSP - Espaço e Tempo* [Online], 16, 88-109. Disponível em:

http://www.geografia.fflch.usp.br/publicacoes/Geousp/Geousp16/Artigo6.pdf. [Acedido em 20 de fevereiro de 2014].

ORTIZ, R. (1983), *Pierre Bourdieu: sociologia*. São Paulo: Ática.

RIBEIRO, G. L. (2008), Poder, redes e ideologia no campo do desenvolvimento*. Novos estudos*: CEBRAP, *80, 109-125.* Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-33002008000100008&script=sci_arttext. [Acedido em 19 de fevereiro de 2014].

RITZER, G. (2001). *Teoria Sociológica Moderna*. Madrid: MacGraw-Hill.

SACHS, I.(1993). *Estratégias de Transição para do século XXI – Desenvolvimento e Meio Ambiente.* São Paulo: Studio Nobel – Fundação para o Desenvolvimento Administrativo.

CRESCIMENTO ECONÓMICO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL: SINAIS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL EM CABO VERDE

Isa Dias GOMES
Faculdade de Economia da Universidade do Porto (FEP)
201105090@fep.up.pt

Maria da Conceição Pereira RAMOS
Faculdade de Economia da Universidade do Porto (FEP)
cramos@fep.up.pt

Resumo

A reflexão sobre a degradação do meio ambiente e a educação ambiental constituem alguns dos muitos desafios que se colocam aos cidadãos do século XXI. Este artigo tem como propósito analisar a perceção da educação ambiental em Cabo Verde, como ela é vista e o que tem sido feito no país para a preservação do meio ambiente. Cabo Verde tem vindo a esboçar projetos para a preservação do meio ambiente, com atividades que procuram "educar" os cidadãos para os problemas abusivos decorrentes do uso descontrolado dos recursos. Contudo, o esforço que tem sido feito para a preservação ambiental é ainda menor do que aquilo que se espera, razão pela qual é preciso um maior desempenho de forma a corrigir os problemas ambientais, que em grande parte advêm do crescimento económico.

Palavras-Chave: Educação ambiental; sustentabilidade ambiental; crescimento económico; Cabo Verde.

Abstract

The reflection about the degradation of the environment and environmental education are some of the many challenges facing the citizens of the 21st century. This article aims to analyze the perception of environmental education in Cape Verde, as it is seen and what has been done in that country to preserve the environment. Cape Verde has been drafting projects to preservation of the environment, with activities that looking for "educate" citizens to abusive problems of the uncontrolled use of resources. However, the effort that has been made to environmental preservation is even lower than expected. It is necessary a higher performance to correct the environmental problems, that in large part comes from the economic growth.

Words-keys: Environmental education; environmental sustainability; economic growth; Cape Verde.

1. Introdução

A sustentabilidade ambiental tem vindo a despertar grande preocupação da parte da população, sobretudo nos países mais desenvolvidos, mas também nos de menores performances económicas, pois a questão ambiental não é uma problemática exclusiva dos países mais ricos e industrializados. Grande parte dos países ao nível global tem vindo a delinear estratégias conducentes à sustentabilidade ambiental, com vista a usufruir dos recursos sem que estes se esgotem, dando especial atenção à sua utilização e melhor preservação.

Para que o crescimento económico seja efetivo, importa registar o crescimento real nas diferentes vertentes que o sustentam, pelo que é cada vez mais importante introduzir as variáveis ambientais e sociais. Só podemos falar de sustentabilidade se efetivamente os recursos forem devidamente racionalizados e se considerarmos igualmente os três pilares da sustentabilidade: o económico, o ambiental e o social. É igualmente importante reutilizar os recursos, sobretudo quando são escassos e representam riscos para o ambiente e para a economia, entre outros.

O arquipélago cabo-verdiano está em franco crescimento e, embora apresente poucos recursos naturais (e.g., petróleos, diamantes), tem fortes possibilidades de desenvolvimento em várias áreas. Aliás, tem vindo a atrair significativos investimentos diretos estrangeiros (IDE), sendo uma boa parte direcionada para o setor imobiliário e do turismo.

O turismo é uma das principais áreas impulsionadoras da economia cabo-verdiana, que cresce a um ritmo bastante favorável, ultrapassando pela primeira vez, em 2012, meio milhão de visitas, número equivalente à sua população residente. Nos últimos quatro anos, o turismo cabo-verdiano registou um crescimento bastante acentuado, aumentando de 4 330.319 hóspedes em 2009 para 552.144 em 2013 (INECV, 2013).

Embora o turismo tenha trazido uma boa fatia para as receitas de Cabo Verde, ainda não é suficiente, uma vez que esse turismo não é sustentável. Outrossim, se repararmos nas duas ilhas com maiores presenças de turistas, nomeadamente as ilhas do Sal e da Boavista, em comparação com as restantes, são poucos os turistas que se ausentam das unidades hoteleiras para conhecer a ilha visitada e as restantes ilhas. As contribuições do turismo para a receita da balança comercial do país têm permanecido em maior parte nas unidades hoteleiras, deixando apenas uma pequena parte para o desenvolvimento de Cabo Verde. Há que arranjar alternativas culturais e pacotes turísticos mais atrativos para todas as ilhas e com o término *all inclusive*, de forma que os turistas possam conhecer os produtos/recursos que Cabo Verde oferece. A prática de um turismo sustentável deve fazer parte dos esforços para se alcançar um desenvolvimento sustentável da economia.

Quanto à balança comercial, esta é altamente deficitária, sendo no entanto financiada, em parte, pelas remessas dos emigrantes, turismo e apoios concessionais de países parceiros, incluindo Portugal, um dos principais financiadores. De facto, Cabo Verde tem um saldo comercial negativo nas trocas com o exterior, mas Portugal notabiliza-se como principal país comprador das suas mercadorias (com uma média de 52,2% entre 2003 e 2010) e também como principal país de origem, com 42,3% (INE, 2012).

Embora condicionada pela conjuntura externa (crise económica), a economia cabo-verdiana tem vindo a registar melhorias significativas. O seu crescimento também tem pesado muito no que se refere às remessas dos emigrantes, que contribuem com uma boa parte para a satisfação das necessidades das famílias e para o desenvolvimento do país, nomeadamente através da criação de micronegócios.

Com um forte potencial de crescimento, Cabo Verde apresenta alguns planos para a sustentabilidade do ambiente, combatendo as necessidades que o país apresenta a vários níveis e garantindo que as gerações vindouras possam vir a satisfazer as suas necessidades.

2. Crescimento económico, desenvolvimento sustentável e educação ambiental em Cabo Verde

Nos últimos anos, tem-se verificado em Cabo Verde um crescimento bastante acentuado, não só em termos de população, que segundo o censo de 2010 do INECV era de 491.875 habitantes, mas também em termos turísticos nas suas ilhas, que passaram de 330.319 hóspedes em 2009 para 552.144 em 2013 (INECV, 2013). Esse crescimento tem vindo a proporcionar alguns constrangimentos ambientais, refletindo, assim, uma deterioração do ecossistema, o que nos leva a alertar para a necessidade de alterar as formas de agir e de pensar em torno da questão ambiental, com vista a atingir os desafios da sustentabilidade ambiental.

O crescimento económico, na perspetiva de alguns autores citados por Matos & Rovella (2010, p. 2), é percecionado da seguinte forma: para Smith, é a condição que garante, em parte, o desenvolvimento; para Schumpeter, é uma caraterística apenas expansiva; para Sousa, o crescimento económico ocorreria através da presença de inovações tecnológicas. Matos & Rovella (2010, p. 2) criticam a conceção de Schumpeter ao analisar o conceito de desenvolvimento de forma estritamente económica, definição diferente da de Smith.

O crescimento económico requer um trabalho árduo e contínuo, um trabalho eficiente capaz de gerar resultados positivos. Segundo Dayle (1996), por detrás da política de crescimento podemos encontrar quatro princípios fundamentais: acumulação de capital; progresso tecnológico; novos recursos; aumento da população. O desenvolvimento está ligado às transformações tecnológicas, progressos sociais e crescimento económico.

O desenvolvimento económico sustentável significa obter crescimento económico necessário, pressupondo a melhoria das condições e a preservação do meio ambiente. O crescimento económico fez despertar novas necessidades e melhorias da qualidade de vida do homem; por outro lado, levantam-se preocupações ao nível da sua interação dinâmica com o ambiente (e.g., poluição). O ecossistema sadio e equilibrado pressupõe, em parte, que haja um desenvolvimento económico sustentável e, portanto, duradouro.

Para Veiga (2006, p. 85), a "ligação do crescimento económico com a conservação ambiental, seja qual for o futuro de ambos, mesmo com atividades realizadas em locais próprios, não ocorre num curto prazo".

Pereira & Curi (2012, p. 37) referem Ely (1998), afirmando que "os problemas de poluição e degradação do meio ambiente levaram o ser humano a reconhecer que a qualidade do meio em que vivem é a consequência do desenvolvimento económico e tecnológico do país".

O surgimento do conceito de "ecodesenvolvimento", proposto por Ignacy Sachs (1986), defende a possibilidade de crescimento, desde que de forma sustentada, implicando uma mudança de paradigma relativamente ao modo de produção e consumo do sistema capitalista. "Este autor ampliou o conceito da sustentabilidade, envolvendo-o em diferentes dimensões, que estão interligadas: as dimensões social, ambiental, económica, espacial ou territorial, cultural e política, entre outras" (Ramos, 2012, p. 17). A própria noção de "sustentabilidade" foi evoluindo com a adoção do referencial moderno do desenvolvimento económico e social sustentável, respeitando um equilíbrio ecológico e valores materiais e imateriais, de património, cultura e valores civilizacionais (Ramos & Patrício, 2014). Daí que é indispensável pensar o desenvolvimento sustentável ao nível global sob a perspetiva da sociedade ou sociedades sustentáveis, onde, por um lado, cada uma das sociedades possa estruturar o seu termo de sustentabilidade, segundo as suas tradições culturais e parâmetros, e definir os seus padrões de produção e consumo, bem como o de bem-estar, a partir da sua cultura, do seu desenvolvimento histórico e do seu ambiente natural, "mantendo, ao mesmo tempo a coesão social e a sua identidade" (Ramos (2012, p. 27).

Embora o crescimento económico e o desenvolvimento sustentado constituam alguns dos objetivos da maioria dos países, no entanto, apenas alguns conseguem um resultado ótimo. Mais importante do que o crescimento económico é a forma como é partilhado com os demais *stakeholders* (e.g., ambiente, saúde, educação, etc.). Conforme Cooper *et al*. (2007, p. 210), a preservação ambiental e os programas de melhorias são parte fundamental de muitas estratégias de desenvolvimento para combater a degradação ambiental.

O termo "sustentabilidade" é hoje usado em quase em todas as áreas, quer sociais, económicas, quer culturais e, naturalmente, ambientais, tornando-se um tema estratégico e global. O Relatório

Brundtland "O Nosso Futuro Comum" (1997) define "sustentabilidade" como "atendimento das necessidades da geração atual, sem comprometer as futuras gerações na satisfação das suas necessidades" (Cooper, 2007, p. 269).

Para Jacobi (2003, p. 194),

> O desenvolvimento sustentável não se refere especificamente a um problema limitado de adequações ecológicas de um processo social, mas a uma estratégia ou um modelo múltiplo para a sociedade, que deve levar em conta tanto a viabilidade económica como a ecológica.

Atingir o desenvolvimento sustentável pressupõe algumas alterações e estratégias face às questões políticas, económicas, sociais e, acima de tudo, ao comportamento ambiental (Ramos & Patricio, 2014). O desenvolvimento sustentável tem um caráter multidimensional, abrangendo todos os sistemas da economia (Faucheux & Nöel, 1995).

Várias foram as iniciativas criadas para uma maior consciencialização e sensibilização ambiental. A conferência realizada em Estocolmo, em 1992, pelas Nações Unidas sobre "O Desenvolvimento e Meio Ambiente Humano" abriu as portas às problemáticas ambientais. Na Rio 92, o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global coloca princípios e um plano de ação para educadores ambientais, estabelecendo uma relação entre as políticas públicas de educação ambiental e a sustentabilidade. Enfatizam-se os processos participativos na promoção do meio ambiente, voltados para a sua recuperação e conservação, bem como para a melhoria da qualidade de vida. Na conferência que decorreu em Tbilisi, na Geórgia, em 1977, organizada pela UNESCO e pelo Programa das Nações Unidas para o Ambiente (PNUA), centralizada na temática educação ambiental, inicia-se um processo global, decisivo e orientado para a alteração dos comportamentos ambientais, fomentando uma nova consciência sobre o valor do meio ambiente e a produção de conhecimentos/experiências para a sua proteção em vários níveis e diferentes setores de atividade.

A educação ambiental consiste na mudança de posturas e comportamentos da população, das empresas, das instituições e da sociedade em geral face ao ambiente, consciencializando-as e sensibilizando-as sobre os impactos da atividade humana sobre o ambiente e as ações para a sua preservação (Patrício, 2012). "A educação ambiental tem por alicerce o respeito à vida e à cidadania" (Ramos, 2012, p. 16).

Para Jacobi (2003, p. 193-197), a educação ambiental:

> - É condição necessária para modificar um quadro de crescente degradação sócio ambiental […];
> - O educador tem a função de mediador na construção de referências ambientais e deve saber usá-las como instrumentos para o desenvolvimento de uma prática social centrada no conceito da natureza;

> - […] uma educação ambiental que seja crítica e inovadora, em dois níveis: formal e não formal […], e um ato político voltado para a transformação social;
> - […] deve buscar, acima de tudo, a solidariedade, a igualdade e o respeito à diferença, através de formas democráticas de atuação baseadas em práticas interativas […].

A UNESCO-UNEP (1994, p. 14) define os seguintes objetivos da educação ambiental:

> - Promover uma consciência clara e preocupação com a interdependência económica, social, política e ecológica em áreas urbanas e rurais;
> - Proporcionar a todas as pessoas oportunidade de adquirir conhecimentos, valores, atitudes, compromisso e habilidades necessárias para proteger e melhorar o meio ambiente;
> - Criar novos padrões de comportamento individuais, grupos e sociedade como um todo em relação ao ambiente.

Para Ramos *et al.* (2015, p. 12), um dos principais objetivos da educação de estratégias de avaliação ambiental é ensinar os estudantes a ter uma forte perspetiva sistémica e holística nas questões de sustentabilidade, a fim de produzir avaliações dos riscos e benefícios previstos de uma determinada política/plano, bem como o acompanhamento de avaliação desses instrumentos estratégicos. É importante o papel da responsabilidade social das universidades no estabelecimento de uma cultura de sustentabilidade, nomeadamente no seu plano pedagógico, para formar cidadãos ambientalmente responsáveis e capazes de gerar sustentabilidade nos negócios e na sociedade e trabalhar para uma economia inclusiva e sustentável (Araújo & Ramos, 2014).

A educação ambiental, para além de ser vinculada aos valores de responsabilidade individual e coletiva, ação coletiva, respeito mútuo e aprendizagem, deve também ser associada à expressão de cooperação, cidadania e participação.

A UNESCO-UNEP (1994, p. 14) divide os *objetivos* de educação ambiental em cinco *categorias*:

> CONSCIENCIALIZAÇÃO: Ajudar os grupos individuais e sociais a adquirirem consciência e sensibilidade para os problemas globais e os seus aliados;
> CONHECIMENTO: Ajudar os grupos individuais e sociais a adquirirem uma variedade de experiências e uma compreensão básica dos problemas associados ao meio ambiente;
> ATITUDES: Ajudar os grupos individuais e sociais a adquirem um conjunto de valores e sentimentos de preocupação com o meio ambiente e a motivação para participação ativa na melhoria e proteção ambiental;
> COMPETÊNCIAS: Ajudar os grupos individuais e sociais a adquirirem competências para identificar e resolver problemas ambientais;
> PARTICIPAÇÃO: Proporcionar aos grupos individuais e sociais oportunidades em participar ativamente em todos os níveis de trabalho para a resolução de problemas ambientais.

Adaptando o caso de Cabo Verde, apesar de a educação ambiental ser lecionada nas escolas, universidades do país e praticada com alguma regularidade, esta deverá ter as seguintes fases:

> 1.ª: Educar: a educação é abrangente. A educação ambiental é um processo participativo e interativo que se propõe atingir todos os cidadãos para manterem o respeito pelos diferentes ecossistemas;
> 2.ª: Consciencializar e sensibilizar: o despertar da consciência – alertar para os problemas ambientais;
> 3.ª: Fazer e ser responsável: desenvolver práticas de preservação ambiental;
> 4.ª: Ser cidadão: participação efetiva da sociedade com o meio ambiente. Deixar de pensar como *free-rider*, que desfruta do bem coletivo sem ter pago nenhum custo para a sua obtenção. Um bom cidadão é aquele que olha por ele e pelos outros. Deve pensar global e agir local.

Preservar o ambiente e olhar para o futuro do planeta são alguns dos maiores desafios a nível mundial. As origens da educação ambiental estão ligadas à própria criação, em 1946, da UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), que iniciou o debate em torno da educação em geral e da educação ambiental em particular, em termos globais e por meio da mobilização de governos e entidades da sociedade civil. A finalidade da educação ambiental segundo a UNESCO vai ao encontro do que hoje é criticamente discutido quanto ao equilíbrio da qualidade ambiental e social e consiste em:

> […] ajudar os cidadãos a se tornarem conhecedores do ambiente e, acima de tudo, seres humanos hábeis, dispostos a trabalhar individual e colectivamente para atingir e ou manter o equilíbrio dinâmico entre o desenvolvimento e qualidade de vida e qualidade do ambiente (UNESCO-UNEP, 1994, p. VIII).

A educação e a sustentabilidade ambiental são alguns dos temas mais abordados nos últimos tempos, quer nos meios de comunicação, quer nas empresas e escolas (Araújo & Ramos, 2014). A educação ambiental tem vindo a ser inserida em diversos cursos, assumindo assim as características de transversalidade e interdisciplinaridade. No entanto, é necessário introduzir de forma séria os temas da sustentabilidade nos cursos de economia e de gestão.

Conforme Roos & Becker (2012, p. 861),

> A escola é o espaço social e o local onde poderá haver sequência ao processo de socialização. […] Comportamentos ambientalmente corretos devem ser aprendidos na prática, no quotidiano da vida escolar, contribuindo para a formação de cidadãos responsáveis. Assim a Educação Ambiental é uma maneira de estabelecer tais processos na mentalidade de cada criança, formando cidadãos conscientes e preocupados com a temática ambiental.

A escola é um importante contexto para a aprendizagem e o exercício da cidadania e nela se refletem preocupações transversais à sociedade, incluindo a educação ambiental/desenvolvimento sustentável, que requer uma abordagem transversal a todos os setores de atividade e fases do ensino, desde a educação pré-escolar até ao ensino universitário. Desta forma, segundo o Governo de Portugal – Direção Geral da Educação (2013),

> A **Educação Ambiental/Desenvolvimento Sustentável** […] pretende promover um processo de consciencialização ambiental, de promoção de valores, de mudança de atitudes e de comportamentos face ao ambiente, de forma a preparar os alunos para o exercício de uma cidadania consciente, dinâmica e informada face às problemáticas atuais. Neste contexto, é importante que os alunos aprendam a utilizar o conhecimento para interpretar e avaliar a realidade envolvente, para formular e debater argumentos, para sustentar posições e opções, capacidades fundamentais para a participação ativa na tomada de decisões fundamentadas no mundo atual.

3. Educação ambiental e sinais da sustentabilidade ambiental em Cabo Verde

O meio ambiente e a educação para a cidadania assumem um importante papel crescente na sociedade, propiciando novos conhecimentos e experiências aos principais agentes da mudança, isto é, o Homem. As políticas governamentais, empresariais, comunitárias e educacionais procuram cada vez mais alterar o comportamento abusivo/indevido do indivíduo para com o meio ambiente.

Há uma crescente evidência da importância da preservação ambiental reconhecida pelos cabo-verdianos e o interesse das práticas de educação ambiental, desenvolvida tanto nas escolas, como na sociedade e nas empresas. O aumento de números de planos/projetos e investigação a nível da educação ambiental representa uma crescente consciencialização da necessidade da sua integração na tomada de decisão, porém, são notáveis ainda as lacunas e as deficiências da preservação ambiental no país e das condições de vida da população. Cabo Verde é considerado um país de desenvolvimento humano médio, atingindo o Indice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 2014 a posição nº 122, segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Em 2010, pouco mais de metade da população (61%) tinha acesso ao saneamento básico, 73% no meio urbano, sendo a situação mais grave para a população rural (INE, 2012). A carência de água melhorada existe ainda, sobretudo nas áreas rurais, onde reside a maior parte da população. Em 2010, 98,4% da população tinha acesso a água melhorada nas zonas urbanas, mas somente 77,3% nas zonas rurais (INE, 2012).

Cabo Verde é vulnerável a mudanças climáticas, subida do nível das águas do mar e desastres naturais. O mar e as zonas costeiras são dos que mais sofrem os impactos das alterações climáticas. O mar é simultaneamente fonte de riqueza que se pretende conservar, mas é também objeto de exploração abusiva dos recursos e meio marinho, havendo necessidade de avaliar os impactos nas populações marítimas e piscatórias, e zelar pela proteção das zonas costeiras e pela sustentabilidade do turismo costeiro (Ramos, 2013)

3.1. O que tem sido feito em termos de educação ambiental em Cabo Verde?

São vários os projetos que Cabo Verde tem em foco para garantir um ambiente mais sadio e equilibrado: projetos de responsabilidades governamentais, institucionais, tanto públicas como privadas,

de associações, entre outras. Embora com projetos de construção das barragens para a captação da água, que em algumas ilhas é escassa, a água, a proteção das biodiversidades e a energia elétrica constituem um dos principiais problemas ambientais do país.

Têm sido canalizados investimentos em infraestruturas de elevado valor acrescentado para captação e exploração de energias verdes, para que possam cobrir até ao ano de 2020 50% das necessidades da eletricidade no país. Esses investimentos, para além de colmatarem a ineficiência da eletricidade obtida através de energias fósseis e reduzirem a sua grande dependência dos países externos, contribuem também para a sustentabilidade ambiental do país e para a melhoria dos setores da saúde, da educação, das atividades económicas e da performance financeira.

Cabo Verde tem vindo a esboçar projetos ambientais para a sua preservação com atividades que procuram "educar" os cidadãos para os problemas abusivos decorrentes do uso descontrolado de recursos, principalmente aqueles que podem pôr em causa a sustentabilidade do planeta Terra. Algumas das ações de educação ambiental desenvolvidas em Cabo Verde com vista a garantir a sustentabilidade ambiental estão associadas à limpeza das praias, proteção das espécies endémicas (e.g., tartarugas *Caretta caretta*), plantação de árvores, reciclagem, ações de sensibilização das populações sobre a importância da preservação do meio ambiente, das espécies em vias de extinção e dos seus *habitats*, conferências/palestras e *workshops* sobre o meio ambiente. Através da comunicação social, têm sido realizados programas televisivos, publicidades, reportagens, entre outros, de forma a sensibilizar a população para a preservação ambiental.

Sendo a escola considerada um dos principais vetores para a educação ambiental, com o aumento das preocupações ambientais dos cabo-verdianos, desde 1990 que têm sido lecionadas nas escolas do país disciplinas que vão ao encontro da preservação do ambiente, disponibilizadas a todos os níveis escolares, desde o ensino pré-escolar até ao ensino superior, bem como à educação de adultos, formação profissional e população em geral.

Segundo Roos & Becker (2012, p. 858-859),

> […] aplicando uma política que promova a importância da Educação Ambiental voltada principalmente para a sustentabilidade já nas escolas primárias, cria-se nas novas gerações uma nova e devida mentalidade de preservação ambiental, o que, depois, será muito mais fácil programar políticas que visem à utilização sustentável dos recursos planetários no futuro.

É necessário que, para além da educação ambiental ou da sustentabilidade ambiental, as práticas contrárias sejam combatidas e punidas rigorosamente. Para Vucenov, citado por Srbinovskia *et al.* (2013, p. 89), o comportamento ambientalmente responsável está relacionado com a compreensão da necessidade, com a finalidade de material educativo e é um pré-requisito para um processo de aprendizagem eficiente.

Para Lozano & Lozano (2014, p. 144), existem cinco abordagens que devem ser introduzidas nas unidades curriculares sobre o desenvolvimento sustentável: (1) Questões ambientais num módulo ou curso já existente; (2) Um curso específico de desenvolvimento sustentável; (3) Desenvolvimento sustentável adaptado a um conceito em cursos disciplinares regulares, adaptado à natureza específica de cada curso; (4) Desenvolvimento sustentável como uma possibilidade de especialização no âmbito de cada faculdade; e (5) Desenvolvimento de um currículo específico, integrado, baseado na sustentabilidade.

A educação ambiental deve ser igualmente vista como um processo de aprendizagem permanente, que valoriza as diversas formas de conhecimento dos cidadãos, tanto a nível local como planetária, procurando colmatar lacunas respeitantes à comunicação e à educação, espaço esse que poderá ser preenchido pelos especialistas de diversas ciências, na difusão do desenvolvimento sustentável e da consciencialização ambiental (Ramos, 2012).

Apesar da existência de disciplinas sobre a educação ambiental nas escolas de Cabo Verde, na formação da população cabo-verdiana e investigações acerca da sustentabilidade ambiental, ainda subsiste uma ineficiência e escassez de estudos aprofundados neste domínio. Deste modo, com a crescente preocupação para a preservação ambiental do país, a formação nesta área exige novas políticas e planeamento para a tomada de decisão.

Da investigação de Gomes (2013), cujo objetivo foi avaliar o comportamento dos turistas e dos cidadãos cabo-verdianos relativamente à proteção ambiental em Cabo Verde e o valor que estariam dispostos a pagar para a sua preservação, conclui-se que os cabo-verdianos têm preocupações ambientais, estão dispostos a colaborar financeiramente para a sua proteção e estão conscientes dos problemas que poderão surgir sem a intervenção eficiente do Governo, empresas e outras entidades. O Governo cabo-verdiano tem desenvolvido alguns projetos para a melhoria da qualidade ambiental no país – tendo alguns já decorrido e estando outros ainda em curso –, tais como:

- Plano de ação sobre a diversidade biológica;

- Projeto Cabo Verde Natura 2000, que visa a gestão das zonas costeiras;

- "Plano Intersectorial Ambiente e Educação, Formação, Informação e Sensibilização" (2004), com o horizonte temporal de 2004 a 2014, cujo objetivo é formar e informar a população sobre a preservação ambiental e os riscos associados à sua má gestão;

- O projeto ambiental denominado de PAIS – *Plano Ambiental Intersectorial de Cabo Verde* elaborado pelo Ministério do Ambiente, Agricultura e Pescas (2004), com o horizonte temporal de 10 anos (2004-2014), tem incorporado vários setores de atividade cujos temas vão desde os recursos hídricos à agricultura, silvicultura e pecuária, biodiversidade, pescas, indústria, energia e

comércio, turismo, ordenamento de território, infraestruturas e construção civil, saneamento básico e saúde e educação, (in) formação e sensibilização.

- Estratégia e plano de ação nacional para o desenvolvimento das capacidades na gestão ambiental global em Cabo Verde;

- Plano nacional de luta contra a desertificação, que visa combater a desertificação e os efeitos da seca;

- Plano de ação florestal nacional;

- Perfil temático na área das mudanças climáticas em Cabo Verde.

Com todos esses projetos que o Governo tem vindo a desenvolver, podemos afirmar que os cabo-verdianos estão informados e sensibilizados com as práticas ambientais? Em Cabo Verde, não tem sido dada a devida atenção à educação ambiental, quer pelas autoridades competentes, quer pelas próprias empresas que atuam no ramo, quer ainda pelos cidadãos. Há ainda muito a fazer, tanto no que respeita à disponibilização de equipamentos de depósito, para recolha e tratamento de lixos em todas as ilhas e ruas do país, como também relativamente à sensibilização da população para que não deite o lixo para o chão, de forma a reduzir e prevenir a poluição do ambiente. Certamente, se houver em todas as ruas equipamentos para pôr os vários tipos de lixo, haverá também pessoas a ter atitudes de os guardar até ao depósito mais próximo.

A educação ambiental começa nas pequenas coisas, no que respeita à colocação dos lixos nos contentores, reciclagem de lixos, redução do consumo de água e de energia, tanto em casa como fora dela, desligamento de equipamentos quando não são utilizados, proteção das biodiversidades e dos seus *habitats*, utilização racional dos recursos, entre outros. Estas são algumas das muitas atitudes que faltam aos cabo-verdianos e, ao invés, algumas das ações que muitos dos países hoje desenvolvidos tiveram que fazer para manter as suas ruas limpas, proteger as floras e faunas em vias de extinção ou sensibilizar os cidadãos e as empresas a preservarem o meio ambiente. Estas são, enfim, pequenas ações que podem fazer toda a diferença num país com um clima árido afetado pela seca, pela carência de água que condiciona a vida e o quotidiano da população e o seu território, reduzindo o potencial da agricultura, embora os esforços para melhorar a mobilização de água comecem a produzir resultados.

Para além dos exemplos supra referenciados, um dos sinais visíveis da sustentabilidade ambiental em Cabo Verde é o cumprimento de uma das metas do 7.º objetivo do milénio, garantir a sustentabilidade ambiental sobre a água, que orienta os países a reduzirem para metade a percentagem da população sem acesso permanente a água potável. Cabo Verde cumpriu esta meta, sendo que atualmente 91,35% da população tem acesso a água potável, embora deva prosseguir uma estratégia ambiental centrada na água. Quanto a uma das maiores biodiversidades do país, o trabalho para a

proteção das tartarugas marinhas (*Caretta careta*, espécie em vias de extinção) tem sido incansável e já foram garantidas a segurança e proteção de muitas delas.

Outro sinal da sustentabilidade ambiental é a criação da taxa ecológica, que entrou em vigor a 23 de outubro de 2010, uma taxa aplicada sobre as embalagens biodegradáveis importadas ou de produção nacional que varia entre CVE 2,00 e 100,00, consoante o peso dos bens. A taxa turística entrou em vigor em maio de 2013, e existe ainda a possibilidade de criação da taxa de inertes na luta contra a desertificação, permitindo a conservação das florestas, solo e água.

Quanto às instituições, muitas têm cooperado nas ações de responsabilidade socioambiental, mas muitas ainda não o fazem. Talvez porque ainda há falta de iniciativas, falta de meios ou até falta de informação, sensibilização ou consciencialização da população, ou simplesmente porque não querem fazer. Há que assinalar que em 2010 a taxa de analfabetismo da população de Cabo Verde era ainda de 17,2% (INE, 2012). É importante conhecer os valores, as especificidades locais, a forma de envolver os diferentes atores na cidadania ambiental e na transformação social. Como afirmam Neto e Filho (2010),

> Uma educação ambiental crítica deve propiciar a compreensão individual e coletiva de como se processa o modo de vida dos homens, no contexto de uma determinada formação histórico-social, e, dentro dos seus limites, contribuir para a solução de problemas concretos que afetam o meio ambiente, assim como motivar o cidadão a assumir uma postura crítica diante da sua realidade.

A grande questão que se coloca é a seguinte: Cabo Verde está no caminho certo rumo à sustentabilidade ambiental? O que ainda há a fazer? Sim, está no caminho certo! Mas ainda não é suficiente e ainda está longe de o ser. É preciso melhorar as atitudes, as ações e a educação perante o ambiente, embora a problemática da conservação e preservação do meio ambiente não é apenas um desafio didático-pedagógico. Pode-se começar por disponibilizar ferramentas (contentores, transportes) em zonas estratégicas, em todas as ilhas e localidades do país. É urgente criar aterros sanitários eficientes e que não causem poluição do solo; há que sensibilizar os cidadãos para não provocarem poluição do solo com os lixos deitados nas ruas e ribeiras. É necessário começar a adotar sistemas de incentivos ambientais para a sua proteção (e.g., sistemas de reciclagens nas empresas, incentivos à utilização mais racional dos recursos e maiores investimentos nas energias verdes), em contrapartida de algum benefício (e.g., benefícios fiscais).

A participação do governo e de empresas não-governamentais nas ações de educação ambiental em Cabo Verde tem sido muito limitada. Há uma necessidade de repensar as diretrizes para estimular as práticas que reforcem a cooperação das organizações governamentais, não-governamentais e sociedade para com o meio ambiente. Essas diretrizes possibilitarão uma gestão conjunta em que o conhecimento e as experiências se associam na implementação de políticas de preservação ambiental.

Os limites do país em matéria de desenvolvimento sustentável e de generalização de comportamentos de racionalidade ecológica aconselham a procura do combate aos principais motores de insustentabilidade.

Embora atingida uma das metas do 7.º objetivo do milénio, garantir a sustentabilidade ambiental sobre a água, e com resultados eficazes dos projetos desenvolvidos para a proteção ambiental do país, a educação ambiental em Cabo Verde deve ainda:

- Ser uma aprendizagem contínua ao longo da vida, no ensino formal e não formal;
- Ensinar, consciencializar e sensibilizar a população sobre os problemas ambientais e a forma de os resolver;
- Estar para além da esfera política, em conformidade com as questões sociais, históricas, culturais e económicas do país;
- Ser interdisciplinar, englobando todas as áreas de atividades, com o objetivo de atingir uma perspetiva holística e equilibrada;
- Fazer uma análise das principais questões ambientais, do ponto de vista local, nacional, regional e internacional, com vista a obter melhores conhecimentos;
- Focar-se em situações ambientais atuais e cooperar na prevenção e resolução dos problemas ambientais;
- Ter em atenção as áreas de desenvolvimento e crescimento e as repercussões para o ambiente (e.g., o turismo).

4. Considerações finais

Após a 1.ª Cimeira da Terra (Rio-92), houve uma necessidade mundial em apoiar os Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (PEID) na política de desenvolvimento sustentável do ambiente. Assim, na Conferência das Nações Unidas sobre os Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento, em Barbados (Bridgetown, 1994), criou-se um Programa de Ação para o Desenvolvimento Sustentável dos PEID. Passados dez anos, na capital das ilhas Maurícias (Port Louis, 2005), as Nações Unidas promoveram uma Conferência Internacional para analisar a evolução registada e avançar com novos programas de desenvolvimento. O documento final do Rio+20 “O futuro que queremos” (2012) e a subsequente resolução da AGNU sobre a implementação da Estratégia das Maurícias, reafirmaram que os PEID permanecem como casos especiais para o desenvolvimento sustentável tendo em conta as suas particulares vulnerabilidades, nomeadamente em termos de proteção ambiental. Este documento incita os Estados-Membros “a promoverem a conscientização para o Desenvolvimento Sustentável entre os

jovens, nomeadamente, através da promoção de programas de educação não formal, em conformidade com as metas da Década das Nações Unidas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável".

A educação é fundamental para a aprendizagem, não só ao nível governamental, mas também nas várias instituições com e sem fins lucrativos que trabalham para garantir a qualidade ambiental. A preocupação em preservar o ambiente deve ser vista como um dos problemas que carecem ser resolvidos e como um novo modelo para atingir o desenvolvimento sustentável. Cabo Verde não ignora a responsabilidade com o meio ambiente. Cidadãos, gestores, empresários, governos, estão empenhados em desenvolver ações com o objetivo de levar a cabo as boas práticas ambientais.

Mas existem ainda imensas lacunas e deficiências sobre a educação ecológica em Cabo Verde, tanto dentro como fora de programas escolares. Contudo, alguns objetivos têm sidos alcançados, tanto em termos quantitativos, como em termos de inovação. Poucos são ainda os esforços desenvolvidos na sociedade. É preciso um esforço maior do que aquele tem sido feito, sobretudo ao nível educacional local. É no âmbito local que a vida se materializa nos diferentes aspetos e, a partir das necessidades locais, os indivíduos e as comunidades articulam-se e procuram realizar os seus objetivos. Para além de consciencializar as pessoas, a educação ambiental deve fazer com que elas se envolvam e executem atividades e criem estratégias que vão ao encontro da sustentabilidade ambiental.

O desafio que se coloca a Cabo Verde é o de reconhecer que, embora o país apresente parcos recursos ambientais, com algumas práticas ambientais a preservação do ambiente é fundamental e indiscutível. As preocupações ambientais não devem assentar única e exclusivamente nos governantes do Estado, mas também na comunidade e em todas as partes interessadas, nacionais, regionais e locais, públicas e privadas, representando assim uma cooperação entre todos os intervenientes e possibilitando uma mudança de atitudes. O futuro só poderá ser o do desenvolvimento sustentável, isto é, a procura de soluções para um novo modelo de governação onde possam convergir e ganhar coerência as políticas de educação, de ambiente, de ordenamento do território, de desenvolvimento local, entre outras.

A educação ambiental representa a possibilidade de alterar comportamentos face ao ambiente e sensibilizar para a sua proteção. Cabe a todos nós, que usufruímos dele, usá-lo de forma racional. É importante que o Governo, as organizações, as associações, fortaleçam uma cooperação com a sociedade no que concerne à preservação ambiental. Havendo vontade de todos os *stakeholders* na defesa do ambiente, é possível mudar o comportamento dos indivíduos e introduzir políticas adequadas. A educação começa em casa, mas é na sociedade que se manifesta o seu real valor.

5. Referências bibliográficas

ARAÚJO, A. O. & RAMOS, M. C. P. (2014). Inserção da questão da sustentabilidade no ensino de ciências empresariais em uma Universidade Portuguesa. *INTERFACE,* Natal/RN, v. 11, nº 2, jul/dez, 47-71.

COOPER, C., *et al* (2007). *Turismo Princípios e Práticas.* 3ª. ed. (A. Salvaterra, Trad.), Porto Alegre: Bookman.

DAYLE, E. (1996). *Beyond growth: the economics of sustainable development*. Boston: Beacon Press.

Direção Geral da Educação do Ministério da Educação e Ciência – Governo de Portugal (2013). *Educação para a Cidadania – Linhas Orientadoras*. Disponível em http://www.dgidc.min-edu.pt/educacaocidadania/index.php?s=directorio&pid=71. [Acedido em 30.01.2015].

ELY, A. (1998). *Economia do meio ambiente*. 4ª. ed. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística. Siegfried Emanuel Coser.

FAUCHEUX, S. & NÖEL, J. F. (1995). *Economia dos Recursos Naturais e do Meio Ambiente*. Lisboa: Instituto Piaget.

GOMES, I. D. (2013). *Crescimento económico em Cabo Verde e seu impacto na sustentabilidade ambiental. Aplicação do método de avaliação contingente, através da técnica disposição a pagar para a valoração ambiental.* Dissertação de Mestrado em Economia e Gestão do Ambiente, Porto: Faculdade de Economia da Universidade do Porto.

INE – Instituto Nacional de Estatística (2012). *Estatísticas da CPLP 2012*. Lisboa: INE.

INECV - Instituto Nacional de Estatística Cabo Verde (2013). *Estatísticas do Turismo 2012 - Movimentação de Hóspedes*. Disponível em http://www.turismo.cv/images/stories/documentos/estatisticas_turismo_2013.pdf. [Acedido em 14.02.2015].

INECV - Instituto Nacional de Estatística Cabo Verde (2015). *População e Condição de Vida*. Disponível em http://www.ine.cv/populacao/def.aspx?i=1. [Acedido em 14.02.2015].

JACOBI, P. (2003). Educação Ambiental, Cidadania e Sustentabilidade. *Cadernos de Pesquisa*, n. 118, março, 189-205.

LOZANO, F. J. & LOZANO, R. (2014). Developing the curriculum for a new Bachelor's degree in 32 Engineering for Sustainable Development. *Journal of Cleaner Prodution*, 64, 136–146.

MATOS, R. A. & ROVELLA, S. B. (2010). Do crescimento económico ao Desenvolvimento Sustentável: Conceitos em evolução. *Revista Electrónica*, nº 3, Janeiro/Julho, 1-12.

MINISTÉRIO DO AMBIENTE, AGRICULTURA E PESCAS - Gabinete de Estudos e Planeamento Cabo Verde (2004). *Plano Ambiental Intersectorial: Ambiente e Educação, Formação, Informação e Sensibilização (2004-2014).* Disponível em http://www.sia.cv/index.php/documentacaomainmenu/category/2-planos-e-estrategias?download=39:pana-ii-volume-iii-paiseducacao. [Acedido em 14.02.2015].

NETO, A. C., FILHO, F. D. M. & BATISTA, M. S. S. (Orgs.). (2010). *Educação ambiental: caminhos traçados, debates politicos e práticas escolares*. Brasília: Liber Livro Editora.

PATRÍCIO, O. (2012). Educação Ambiental: a questão da poluição acústica. In Ramos, N. *et al.* (Org.). *Família, Educação e Desenvolvimento no Século XXI. Olhares interdisciplinares* (pp. 145-152). Portalegre: IPP, E-Book.

PEREIRA, S. S. & CURI, R. C. (2012). Meio Ambiente, Impacto Ambiental e Desenvolvimento Sustentável: Conceituações Teóricas Sobre o Despertar da Consciência Ambiental. *REUNIR - Revista de Administração Contabilidade,* Vol. 2, Set.-Dez. n. 4, 35-57.

RAMOS, M. C. P. (2012). Educação ambiental, empregos verdes e sustentabilidade. In Serafim, J. F. & Santana, S. R. Lima (Orgs.) *Representações do Meio Ambiente - Clima, Cultura, Cinema*, (pp. 15-36). Salvador: EDUFBA.

RAMOS, M. C. & PATRICIO, O. (2014). Políticas e estratégias de coesão económica, social e territorial para um desenvolvimento sustentável. In Pina, H.; Remoaldo, P.; Ramos, M. C. & Marques, H. (Eds.). *Grandes Problemáticas do Espaço Europeu. Diversidade Territorial e Oportunidades de Desenvolvimento num Cenário de Crise*. *The Overarching Issues of the European Space. The Territorial Diversity of Opportunities in a Scenario of Crisis*. (pp. 316-335). Porto: FLUP. http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/13214.pdf

RAMOS, N. (2013). Comunidades marítimas, cultura e meio ambiente: perspetivas de saúde, identitárias e interculturais. In Araújo, M. I. O. (Org.). *Perspectivas de educação ambiental no constructo da interculturalidade*. (pp. 91-108). Aracaju: UFS, 2ª. ed.

RAMOS, T., MONTAÑO, M., MELO, J., SOUZA, M. P., LEMOS C., DOMINGUES, A. R. & POLIDO, A. (2015). Strategic Environmental Assessment in Higher Education: Portuguese and Brazilian cases. *Journal of Cleaner Production*, vol. 106, November, 222-228.

ROOS & BECKER (2012). Educação Ambiental e Sustentabilidade. *Revista Electrónica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental REGET/UFSM*, Vol. 5, n°5, 857-866.

SACHS, I. (1986). *Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir*. São Paulo: Vértice.

SRBINOVSKIA, M., ISMAILIA, M. & ZENKIA, V. (2013). Didactic Preconditions for Environmental Education in the Macedonian Secondary Schools. 5thWorld Conference Educational Sciences 2013 - WCES 2013. *Procedia - Social and Behavioral Sciences*, 116, 88-94.

UNESCO-UNEP (1994). International Environmental Education Programme - Environmental Education Series 22. *Procedures for developing an environmental education curriculum*. Disponível em http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001304/130454eo.pdf. [Acedido em 24.01.2015).

VEIGA, J. E. (2006). *Meio Ambiente e Desenvolvimento*. São Paulo: Senac.

WALS, A. (2009). United Nations Decade of Education for Sustainable Development (DESD, 2005-2014) Review of Contexts and Structures for Education for Sustainable Development 2009. Learning for a sustainable world, Paris: UNESCO.

ALDREY VÁZQUEZ, José Antonio (2015). ***El pausado avance de la ordenación del território y del planeamento urbanístico en Galicia.*** The overarching issues of the european space: spatial planning and multiple paths to sustainable and inclusive development. Porto. FLUP. pp.169-188

EL PAUSADO AVANCE DE LA ORDENACIÓN DEL TERRITORIO Y DEL PLANEAMIENTO URBANÍSTICO EN GALICIA

José Antonio ALDREY VÁZQUEZ
Departamento de Xeografía. Universidade de Santiago de Compostela
joseantonio.aldrey@usc.es

Resumen

En este artículo se hará una aproximación al estado de la cuestión de la ordenación del territorio y del planeamiento en Galicia. Se comienza con un repaso de la historia de la ordenación del territorio en nuestra Comunidad Autónoma. A continuación se realiza un análisis pormenorizado de los retos actuales en materia de planificación territorial en Galicia, que cuenta desde el año 2011 con unas Directrices de ámbito regional, quince años más tarde de la aprobación de la *Lei de Ordenación do Territorio de Galicia*. Ello contrasta con una desaforada producción legislativa en urbanismo, con sucesivas leyes del suelo, que lejos de suponer una asentada jurisprudencia, indican la carencia de un acuerdo político en las cuestiones que afectan de modo directo al territorio. Se finalizará el trabajo con una serie de reflexiones sobre cuál debiera ser el camino a seguir en el futuro en materia de ordenamiento territorial en Galicia.

Palabras clave: Galicia, Ordenación del Territorio, Instrumentos de Ordenación del Territorio, Urbanismo, balance.

Abstract

This article gives an overview of the status of territorial management and urban planning in Galicia. First deals with the history of planning. The following is an analysis of the current challenges in the territorial management in Galicia. Recently has been adopted a regional guidelines (Directrices de Ordenación do Territorio), fifteen years after the Law of Territorial Management of Galicia. By contrast, in urban planning legislative output has been intense, with successive laws, which indicate the existence of political disagreements in the field. This work is completed with some reflections on what should be the way forward on planning and Territorial Management in Galicia.

Key words: Galicia (Spain), Territorial Management, Territorial Management Tools, Urban Planning, balance.

1. Introducción

El territorio es un valor en alza, uno de los patrimonios públicos crecientemente más valorados por tratarse del soporte físico sobre el que se desarrolla la actividad humana, sus asentamientos, sus modos de vida, pero también sobre el que aparecen elementos perceptivos y estéticos (como el paisaje), así como aquéllos vinculados a la conservación ambiental, que adquieren un protagonismo esencial en la protección del medio natural.

Esta postura de aprecio por el territorio, por el paisaje y por los valores naturales del mismo es reciente en nuestro país, pues si bien la cultura de la protección y ordenación territorial es de larga tradición en diferentes países de herencia anglosajona y francesa, no lo es, ni mucho menos, en nuestro Estado (Benavent, 2006).

La situación vivida en los últimos veinticinco años con el espectacular y desmedido crecimiento del parque de viviendas de nuestro país, con un objetivo claramente especulador, así como la construcción de infraestructuras de transporte terrestre con la única perspectiva del crecimiento económico, han supuesto grandes desmanes ambientales, paisajísticos y territoriales, que lejos de corregirse desde los poderes públicos, en muchas ocasiones se han potenciado o no se han querido ver.

Aunque el modelo de consumo territorial vigente en nuestro estado ha sido contestado siempre por grupos minoritarios, convencidos de que la situación acabaría en el desastre actual, tan sólo en las postrimerías de la honda crisis económica actual comenzaron a alzarse voces que abogaban por la recuperación del territorio como elemento fundamental a conservar y sobre el que debe haber una menor presión especulativa. En definitiva, se apuesta por una nueva cultura del territorio[1], basada en su valoración como patrimonio público y sus valores ambientales, productivos y paisajísticos.

Por tanto, la ordenación del territorio aparece como el mejor medio para lograr el adecuado desarrollo y conservación territorial, que repercutirán en una mejor calidad de vida y bienestar de sus habitantes (GRUPO ADUAR, 2000). Bajo esta perspectiva, la ordenación del territorio se concibe como una política pública de intervención por parte de las distintas escalas de gobierno sobre las dinámicas socioeconómicas y territoriales. Se concreta mediante la localización espacial de inversiones públicas en

[1] El *Manifiesto por una Nueva Cultura del Territorio*, fue promovido por el Colegio de Geógrafos y la Asociación de Geógrafos Españoles, pero auspiciado inicialmente por 108 expertos en urbanismo de todas las disciplinas involucradas en el mismo (fue presentado en mayo de 2006 en el Círculo de Bellas Artes de Madrid). El manifiesto es un decálogo para la corrección de los desmanes ambientales, económicos y sociales que en nuestro país se han están produciendo en los últimos años sobre el soporte territorial. Propugna una asunción definitiva de la Ordenación del Territorio como la política pública adecuada para el buen gobierno del territorio, tanto de la ciudad como del campo. Parte de las premisas fundamentales de que el territorio es un bien no renovable, esencial y limitado. Puede consultarse en la siguiente dirección Web:

http://www.google.es/url?sa=t&source=web&cd=3&ved=0CCMQFjAC&url=http%3A%2F%2Fage.ieg.csic.es%2Fdocs_externos%2F06-05-manifiesto_cultura_territorio.pdf&ei=11UGTu-PDcyxhAen4NDYDQ&usg=AFQjCNFmSXaaeubSYMOW-JAOQ5yA_H4_hA&sig2=YK8IgxtcNpay3NAzgKJwAA

materia de vías de comunicación, equipamientos y servicios públicos, etc.(RODRÍGUEZ GONZÁLEZ, 2007) Así como también mediante la adopción de medidas legislativas que incidirán sobre la planificación física del territorio[2].

Como es bien sabido, en España las competencias en materia de ordenación territorial han sido asignadas a las Comunidades Autónomas en virtud de la Constitución de 1978, que recoge este extremo en su artículo 148. Por tanto, estas entidades territoriales ejercen esta función pública con plenas potestades en los campos legislativo, reglamentario y de ejecución. Además, las Comunidades Autónomas también cuentan con las competencias en legislación urbanística.

En el caso de Galicia se pensó, ya desde los momentos iniciales de la autonomía, que las estrategias de ordenación territorial iban a ser fundamentales para identificar los resultados del autogobierno que se acaba de asumir. Había un consenso bastante generalizado entre políticos e investigadores de que una gestión del territorio próxima a los ciudadanos, implementada en clave propia, acabaría por convertirse en una de las señales de identidad más destacadas del país[3]. Pese a ello, transcurridos ya más de treinta años de satisfactorio funcionamiento de la Autonomía, la ordenación del territorio se ha mantenido como una materia pendiente hasta fechas muy recientes. Las *Directrices de Ordenación del Territorio* (DOT) se acaban de aprobar, quince años después de la Ley que las reguló, que a su vez fue de las últimas del Estado en formularse (ALDREY Y RODRÍGUEZ, 2010). A las DOT le ha acompañado el primer Plan Territorial Integrado (instrumento emanado también de la *Lei de Ordenación do Territorio de 1995*), el *Plan de Ordenación del Litoral* (POL). Ambos vienen a ocupar, de modo tardío pero esperanzador dado el compromiso actual del *Instituto de Estudios do Territorio* con su desarrollo e implementación, la falta de instrumentos con los que marcar las grandes líneas de la ordenación territorial gallega. Por otro lado, la legislación urbanística sí ha avanzado de modo más rápido, con varias leyes que se han ido complementando y sustituyendo, pero sin lograr una implantación efectiva, y acorde con las necesidades en esta materia, a escala municipal.

La Xunta de Galicia, en su trayectoria, ha contribuido de modo indudable a mejorar el funcionamiento de los servicios públicos, ha propulsado una política de infraestructuras que ha dotado a nuestro territorio de una mejor y mayor accesibilidad interna y conectividad externa, ha sido pieza fundamental en la

[2] Por planificación física debe entenderse la ordenación armónica de los usos del suelo que coexisten en un determinado territorio. Incluye tanto la ordenación del territorio a escala regional o subregional (ordenación territorial en sentido restringido) como a escala local (planeamiento urbanístico). Es decir, la planificación física tendrá como objetivo definir lo que se puede hacer o no sobre el territorio y los usos que puede o no puede acoger cada porción del mismo. Ordena los usos del suelo, edificios y asentamientos urbanos, para satisfacer las exigencias públicas de estándares más elevados de diseño y eficiencia. Es la producción física del espacio ordenado.

[3]Sobre estos aspectos reflexionaron varios autores, entre los que pueden citarse: Mella Marqués, X. M., "Fundamentos teóricos para un ensaio da Comarcalización de Galicia". *Revista Galega de Estudios Agrarios*, nº 3, 1980, páginas 85-110; Precedo Ledo, A., *Galicia: estructura del territorio y organización comarcal*. Santiago de Compostela, Xunta de Galicia. 1987; Souto González, X. M., *Xeografía Humana*. Vigo, Biblioteca Básica da Cultura Galega, Editorial Galaxia. 1988; Lois González, R. C., Rodríguez González, R., Santos Solla, X. M. y Somoza Medina, J., "Galicia y la polisemia del término regional". *Boletín de la AGE*, nº 32, 2001, páginas 209-227.

consolidación de un tejido industrial moderno y ha contribuido a lograr una mayor renta per cápita en el conjunto del país. Sin embargo, no ha tenido hasta el presente grandes éxitos en materia de ordenación territorial, aunque es indudable que se inicia una nueva y esperanzadora etapa una vez que se cuenta con las DOT y el POL.

En esta contribución nos acercaremos al estado de la cuestión en materia de ordenación del territorio y del planeamiento en Galicia. Comenzaremos con un repaso a la historia de la ordenación del territorio en nuestra Comunidad Autónoma. A continuación se realiza un análisis pormenorizado de la situación actual en materia de planificación territorial y urbanística en Galicia. Finalmente, a modo de conclusión se realizarán una serie de reflexiones sobre cuál debiera ser el camino a seguir en el futuro en materia de ordenamiento territorial en Galicia.

2. El devenir de la ordenación territorial en Galicia hasta la aparición de la Lei 10/1995 de Ordenación do Territorio.

Galicia, con unos claros condicionantes geográficos y de localización dentro del Estado, ha gozado de la consideración de modelo de región con problemas territoriales severos que debían ser tratados de modo conjunto. Esta realidad obedece, en gran medida, a razones históricas que se remontan a la Edad Moderna, al mantenerse como un territorio individualizado y poco conflictivo, con graves problemas de accesibilidad y alejado de la capital del Reino. Además, se dio una asociación muy marcada de Galicia con la idea de atraso económico y ruralidad, que arraigaron de tal modo que incluso se mantienen en la actualidad, cuando estamos claramente ante un espacio que se organiza en clave urbana.

Esa cohesión de Galicia y la existencia de un sistema urbano policéntrico, que se mantiene, explican algunos conflictos que aparecieron con la división provincial de 1833 (quejas y movilizaciones de Santiago por su marginación, o las luchas entre Pontevedra y Vigo por la capitalidad). Pero estos no fueron, ni mucho menos, los problemas esenciales vinculados a esta nueva organización territorial, sino la eliminación de la parroquia (sino real si efectiva, pues se le quitó sus tradicionales potestades organizativas y funcionales) y su forzado agrupamiento en municipios artificiales (no sentidos como propios por los habitantes del país) desde los que se construyó el poder local (FARIÑA JAMARDO, 1990). Por ello, la crítica a este nuevo modelo provincial y a los municipios de él derivados fue luego una constante del pensamiento galleguista desarrollado a partir de 1840, que entendía Galicia como una unidad articulada por comarcas y ciudades, tal y como manifestaban los integrantes de la *Xeración Nós*, con el geógrafo Ramón Otero Pedrayo al frente, y que será el fondo que marque el *Estatuto de Autonomía* de 1936 (GARCÍA ÁLVAREZ, 2002).

Con posterioridad a la Guerra Civil, durante el franquismo, no existió atisbo alguno de política que se aproximase a una necesaria ordenación del territorio de Galicia, con vistas a corregir de manera efectiva los crecientes desequilibrios heredados y que se estaban acentuando. Sin embargo, sí que

existió la idea de intervenir en los territorios atrasados con planes de industrialización (ALONSO Y LOIS, 1997), que en Galicia se materializaron en la potenciación de A Coruña, Ferrol, Vigo, Pontevedra y la ría de Arousa, consiguiendo el efecto de un incremento de las asimetrías entre estos núcleos y sus alrededores, en una incipiente realidad metropolitana, y el resto del territorio gallego. Esta realidad territorial estaba ya recogida en la delimitación de áreas metropolitanas españolas que realizó la Dirección General de Urbanismo en 1960 (revisada en 1967), que identificaba en el caso de Galicia las de A Coruña (a la que se añadiría posteriormente Ferrol) y la de Vigo (con Pontevedra) (PRECEDO LEDO, 1987). Esta interpretación de Galicia como un conjunto unitario que necesitaba crecimiento económico, generador de nuevos desequilibrios territoriales, fue sustituido avanzados ya los años 1970 por una política que ya se puede calificar como de ordenación del territorio, con dos hitos fundamentales: el *III Plan de Desarrollo* y el *Plan Director Territorial de Coordinación de Galicia* (PDTCG), que no pasaría de mero proyecto, concebido al amparo de la Ley del Suelo de 1976.

Así, el *III Plan de Desarrollo*, aprobado en los últimos estertores del franquismo, tenía a Galicia como territorio preferente, junto con algunos otros en el Estado, sobre el que llevar a cabo su definición de desarrollo regional. A partir de él se creo la *Gran Área de Expansión Industrial de Galicia* (GAEIG), pensada con una vigencia decenal, que ponía el énfasis en el territorio provincial para la búsqueda de un desarrollo más equilibrado y diversificado, desechando la idea de los anteriores planes de creación de Polos industriales circunscritos a ciudades concretas. Esta nueva política, que parecía formularse en el camino correcto, apenas tuvo vigencia operativa, pues los avatares políticos de la transición democrática y de la reorganización del Estado en el ámbito político-administrativo marcada por la Constitución, favoreció que su implantación se extendiese al conjunto de la Comunidad Autónoma, pero con retrasos evidentes en su puesta en marcha, que a la postre llevaría a su inviabilidad por el cambio de competencias (transferidas a la Autonomía) (PRECEDO LEDO, 1987).

Sin embargo, la GAEIG bosquejaba ya el eje urbano atlántico, que de Ferrol a Tui, concentra a la población, la producción y la riqueza en el espacio gallego. Además, confirmaba el papel de Lugo y Ourense en su función de núcleos urbanos centrales del interior, y contemplaba nuevos territorios de desconcentración industrial en comarcas inicialmente rurales con buena accesibilidad o un relevante dinamismo endógeno (Lalín, Ponteareas, Verín, Xinzo de Limia, Valdeorras, A Terra Chá, A Mariña lucense, etc.). En la figura 1 se puede apreciar como la elección de estos espacios se relacionaba con la articulación de los principales ejes de carreteras (y la ya proyectada Autopista del Atlántico) y ferroviarios.

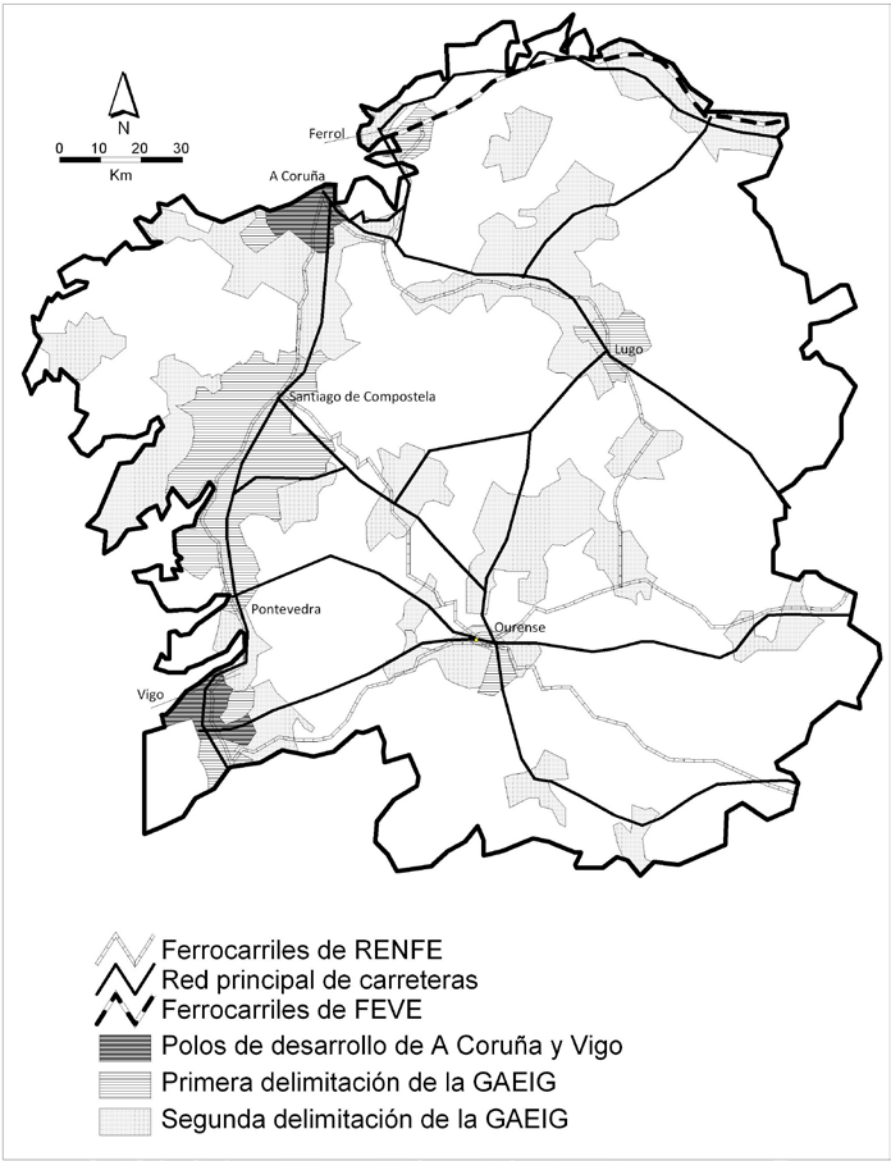


Fig. 1.-Estructura territorial de los planes regionales de industrialización.
Fuente: Precedo Ledo (1987).

Por lo que respecta al PDTCG, inspirado en la Ley del Suelo de 1976, hay que indicar que se trató más de un plan sectorial y de transportes que ordenador, y por tanto aún influido de modo notable por los principios del desarrollo regional (FERNÁNDEZ PRADO, 2007). En él es sumamente interesante la definición de tres sistemas territoriales: uno urbano-industrial (que comprendía las áreas metropolitanas de A Coruña-Ferrol y Vigo-Pontevedra), otro litoral (que individualizaba la ría de Arousa, la costa de Lugo y el resto del frente costero) y un tercero de economía rural e interior (con Santiago, Lugo y Ourense como ciudades cabecera), tal y como se puede visualizar en la figura 2.

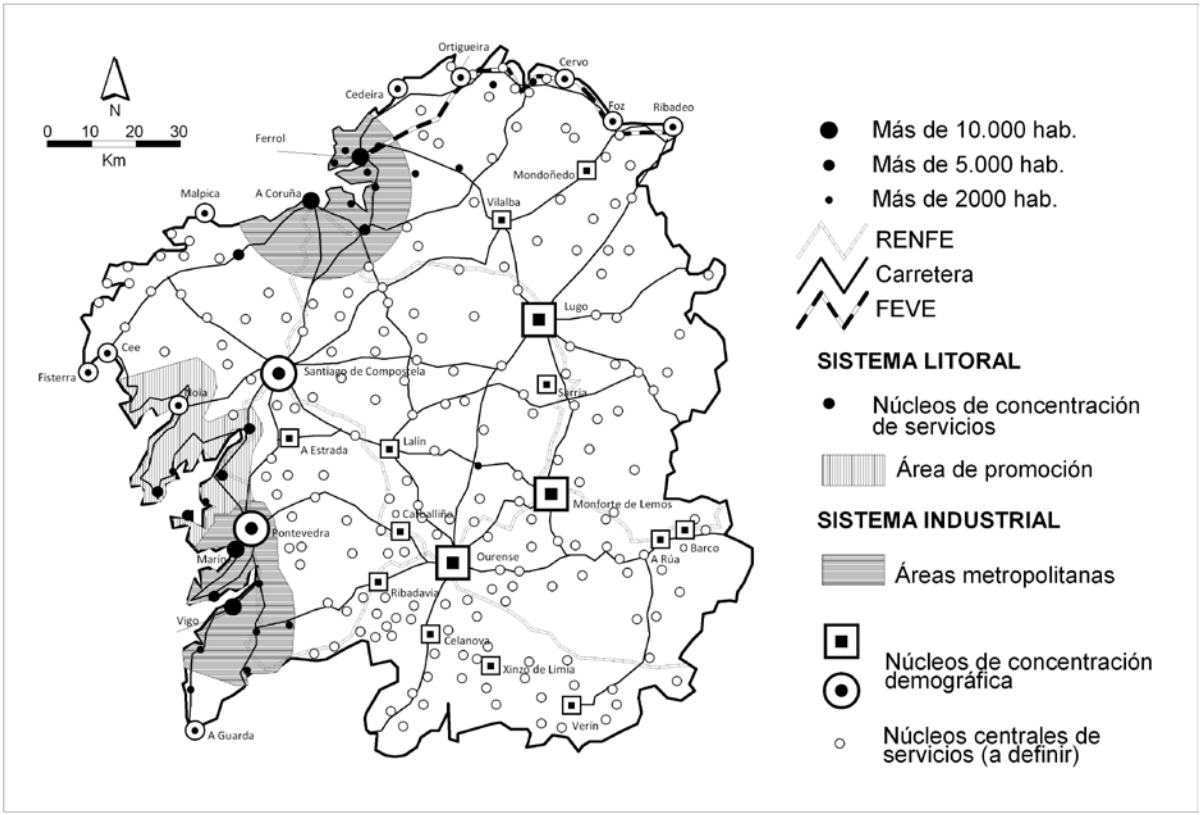


Fig. 2.-Sistema Litoral y Rural del Interior. Propuesta de vertebración según el Plan Director Territorial de Coordinación de Galicia.
Fuente: Precedo Ledo (1987).

Este planteamiento, unido al del papel que como centros comarcales tenían una serie de pequeños núcleos urbanos repartidos regularmente por el territorio, fue del que partieron durante la década de 1980, como veremos, una serie de trabajos de geógrafos, economistas y otros especialistas, que hicieron propuestas de hacia donde debía encaminarse la ordenación del territorio en Galicia, manteniendo varios de ellos una gran vigencia e influjo sobre los debates actuales en materia de planificación territorial.

Destacan especialmente tres entre esos primeros especialistas en abrir el debate y en hacer propuestas de ordenación del territorio: los geógrafos A. Precedo y X. M. Souto, y el economista X. Mª Mella. Ellos iniciaron un camino innovador en sus obras, defendiendo la articulación del país según unas lógicas claramente urbanas, frente a la predominante lectura en clave rural de Galicia, recuperando algunos principios del pensamiento galleguista histórico (la defensa de la comarca como territorio de organización funcional), la constatación de que urbanismo y ordenación territorial se evidenciaban como dos realidades entrelazadas, y la interpretación de Galicia como un sistema de ciudades policéntrico.

A. Precedo Ledo analizó de forma pionera estas premisas en su artículo “Galicia: red urbana y desarrollo regional” (1974), colaboró con el gabinete de estudios de los últimos planes de desarrollo y, posteriormente, se centró en elaborar una propuesta de organización del territorio gallego basada en el sistema urbano y la organización comarcal del territorio, que se hizo explícita en 1987 (PRECEDO LEDO, 1987).

Por su lado, X. Mª Mella Marqués realizó una serie de aportaciones al incipiente estudio de la ordenación territorial (1980 y 1983). En ellas, mediante metodologías marcadamente cuantitativas, diferenciaba regiones anisotrópicas, es decir, que se extienden a partir de realidades metropolitanas (A Coruña-Ferrol y Vigo-Pontevedra); funcionales, definidas a partir de uno o varios centros urbanos (Santiago, Lugo, Ourense y la Mariña lucense); y homogéneas, sobre todo espacios rurales regresivos, en los que no se constataba la presencia de ningún núcleo real que funcionase como articulador de todo el espacio (Sierras Orientales y Sudorientales). En este caso, el empleo del término región se identifica con agregación de varias comarcas próximas entre sí, que presentan problemas similares o integran el mismo espacio de influencia urbana. Además, en su propuesta, planteaba el objetivo del reequilibrio territorial, proponiendo que los espacios rurales más deprimidos dispusiesen de entidades comarcales (o regionales) con competencias, para facilitar el desarrollo endógeno.

Finalmente, X. M. Souto González, fue el primer autor en integrar en un volumen dedicado a la Geografía de Galicia dos capítulos reservados a la cuestión de la ordenación territorial, titulados “La cuestión del territorio. El modelo de articulación territorial” y “La ordenación local del territorio en Galicia” (SOUTO GONZÁLEZ, 1988). En ellos se coincide con los planteamientos formales de los documentos aprobados en los años 1970, pero en un contexto de reivindicación de un sistema urbano-territorial propio, que sea gestionado desde Galicia.

Desde otras disciplinas, como la arquitectura o la ingeniería, las aportaciones teóricas fueron más tardías (desde comienzos del decenio de 1990), en un contexto en que tanto la ordenación del territorio como el urbanismo han eclosionado como foco de las preocupaciones académicas, con trabajos y propuestas prácticas de los autores citados, de otro grupo de geógrafos (A. Pérez Alberti, R. C. Lois, R. Lueje, R. Rodríguez González, J. A. Aldrey, etc.), de algunos arquitectos e ingenieros (J. L. Dalda, M. Gallego, X. L. Martínez, M. Fernández Prado, C. Nárdiz, M. Borobio, etc.), y en menor medida de economistas y sociólogos (D. Pino, A. Viña, A. Meixide, etc.). En todos estos autores subyacen preocupaciones territoriales semejantes sobre la ordenación de Galicia, que se han llevado a los debates políticos y a numerosos documentos oficiales, inspirando la propia *Lei 10/1995 de Ordenación do Territorio de Galicia*.

3. Las leyes e instrumentos de incidencia territorial: una desigual producción.

Tal y como hemos expuesto páginas atrás, los antecedentes de la política desarrollista del final del franquismo y de los primeros años de la época democrática y considerando los retos señalados para la ordenación del territorio en Galicia (superación del atraso económico mediante una diversificación económica buscando la convergencia en el marco de la Unión Europea, corrección de los desequilibrios intrarregionales, mejora de la accesibilidad, recuperación patrimonial, paisajística y demográfica[4]), supusieron que con el surgimiento de la Comunidad Autónoma hace tres decenios se pudiesen cambiar desde Galicia esas políticas territoriales que la mayoría de expertos consideraban poco convenientes, por los grandes desequilibrios internos que estaban generando. Sin embargo, después de este período de tres décadas, el balance en la producción legislativa de normas sobre ordenación territorial en Galicia puede calificarse como poco satisfactorio, pues esta ha sido escasa y condicionada por la escasa cultura urbanística y territorial existente en el entramado social de la comunidad.

Hay que diferenciar, en un balance rápido sobre el período, lo que ha ocurrido con las normas de contenido urbanístico estricto y las referidas a la ordenación territorial, ya que en este segundo caso sólo se cuenta con una única ley de referencia, la de Ordenación do Territorio de 1995, que ha sido escasamente implementada y de la que sólo se empiezan a ver sus frutos en un momento tan tardío como el año 2011, con la aprobación definitiva de las DOT y del POL. Además, esta ley ha tenido que convivir con otra con la que incurría en claras contradicciones, la *Lei de Comarcalización* (1996), que proponía un modelo territorial diferente y otra estrategia de desarrollo para Galicia, norma que finalmente ha ido disolviéndose sin llegar a ser derogada y sin cumplir casi ninguno de sus objetivos. Por el contrario, en urbanismo ha habido una sucesión bastante agitada en el ámbito legislativo. Así, en 1985 apareció la *Lei de Adaptación de la del Suelo a Galicia* (LASGA), y en 1997 la primera *Lei do Solo de Galicia*, que sería sustituida en 2002 por la *Lei de Ordenación Urbanística e Protección do Medio Rural en Galicia*. A partir de entonces, se han aprobado varios textos de modificación de esta norma: en 2004 (Lei 15/2004), en 2007 (*Lei 3/2007 de medidas urxentes en materia de ordenación do territorio e do litoral*), en 2008 (*Lei 3/2008 de minería, Lei 6/2008 de medidas urxentes de ordenación dea vivenda e o solo*, y *Lei 18/2008 de vivenda de Galicia*) y en 2010 (*Lei 2/2010 de medidas urxentes de modificación da Lei de 2002*). Esta febril producción legislativa es una muestra evidente de que el modelo urbanístico de Galicia no está asentado, aspecto que se ha combinado con una cierta dejadez en el desarrollo de *Lei de Ordenación do Territorio* (pues, como se ha mencionado, no han sido aprobados hasta 2011 su

[4] Tal y como aparecen recogidos en varios programas de acción publicados por la Xunta de Galicia, como: Xunta de Galicia, *Programa de Desenvolvemento Rexional de Galicia (PDR): 1986-1990*. Santiago de Compostela, Consellería de Economía e Facenda, 1986; Xunta de Galicia, *Programa Operativo de Galicia, FEDER 1994-1999*. Santiago de Compostela, Consellería de Economía de Facenda, 1995; ou, Xunta de Galicia, *Programa de Desenvolvemento Rural de Galicia (PDR) 2007-2013*. Santiago de Compostela, Consellería de Medio Rural, 2007.

instrumento esencial, las DOT y el primer Plan Territorial Integrado, el POL) que es la encargada de establecer los criterios de ordenación y planificación a escala supramunicipal.

Ante la escasez y lo errado de los planteamientos de las normas territoriales que incidían en el territorio gallego existía, como ya hemos mencionado, la idea de que era necesario el autogobierno para adaptar esa legislación a una realidad próxima y conocida. Este hecho parecía particularmente relevante en cuanto a las normas urbanísticas, que tendrían así la oportunidad de superar una situación en la que la gran mayoría de los municipios carecían de Planes Generales o de cualquier figura de las contempladas en las legislaciones estatales de 1956 y 1975/76 (SOUTO GONZÁLEZ, 1988). Por ello la Xunta de Galicia realizó de manera rápida una adaptación de la *Ley del Suelo* estatal, aprobando la LASGA en 1985 (DÍAZ LEMA, 1989).Esta norma ampliaba la clasificación del suelo propuesta para el conjunto del Estado y se modificaban algunas figuras de planeamiento, con la finalidad de que existiese una mayor facilidad para que se aprobasen en los municipios gallegos. A la LASGA se la acusó de favorecer la regularización de muchas construcciones fuera de ordenación por todo el territorio. Sin embargo, hay que reconocer que algunas de sus disposiciones han arraigado por ser útiles en la compleja realidad gallega. Por ejemplo, en la ampliación de los tipos de suelo con el de Suelo de Núcleo Rural, que en la actualidad está asumido en cualquier documento. La tradicional diferenciación entre suelo urbano, urbanizable y rústico era poco operativa en nuestra Comunidad Autónoma, con más de 30.000 núcleos de población, muchos de ellos con situaciones de crecimiento, e incapaz de abordar la evolución de esos asentamientos en los que vivía un porcentaje de gallegos significativo. La virtud de esta nueva categoría es que el Suelo de Núcleo Rural (ratificado más tarde en las normas de 1997 y 2002) permite acometer un crecimiento controlado de aldeas y lugares, manteniendo el carácter unitario (y compacto) del asentamiento original (DÍAZ LEMA, 1989). Por otro lado, la LASGA mantuvo las figuras de planeamiento de las leyes del suelo estatales, aunque introduciendo algunas modificaciones. El Plan Xeral de Ordenación Urbana (más tarde Municipal), se mantuvo sin apenas alteraciones, pero en las Normas Subsidiarias municipales se introdujo la necesidad de contar con un estudio económico-financiero y también se acompañaron de una taxonomía más detallada de las clases de suelo, para que fuesen referencia en los municipios rurales (DÍAZ LEMA, 1989). Fue esta solución la que permitió que los municipios de todo el territorio gallego hayan podido ir contando con una figura de planeamiento aprobada, aunque de modo mucho más lento de lo que se había previsto al crear la LASGA. En las leyes posteriores (1997 y 2002) se ha reforzado el papel del Plan Xeral de Ordenación Municipal (PXOM), dejando lugar para una figura auxiliar diseñada para los municipios más rurales, el Proyecto de Ordenación del Medio Rural (POMR) (RODRÍGUEZ GONZÁLEZ, 1999), que ha tenido poca fortuna por el escaso número de municipios que se han acogido a la misma (figura 5).

La secuencia de aprobación bastante próxima en el tiempo de dos leyes del suelo consecutivas y con aspectos significativos de discordancia, unido a las frecuentes modificaciones que ha vivido la ley de 2002, ha repercutido en la fuerte ralentización en la adaptación de los PXOM a la norma de referencia,

como se mostrará cartográficamente líneas más adelante (figura 5). A esta preocupante lentitud también ha contribuido la dificultad burocrática que supone implicar a múltiples departamentos de la Administración autonómica para dar el visto bueno definitivo al nuevo planeamiento municipal.

Si la LASGA fue la segunda ley autonómica de este estilo tras la catalana, la ordenación territorial se planteó como una cuestión mucho más laxa, retrasándose la Lei de Ordenación do Territorio hasta 1995, de modo que se convirtió en una de las últimas en hacerse efectiva en el contexto autonómico español (ALDREY Y RODRÍGUEZ, 2010).

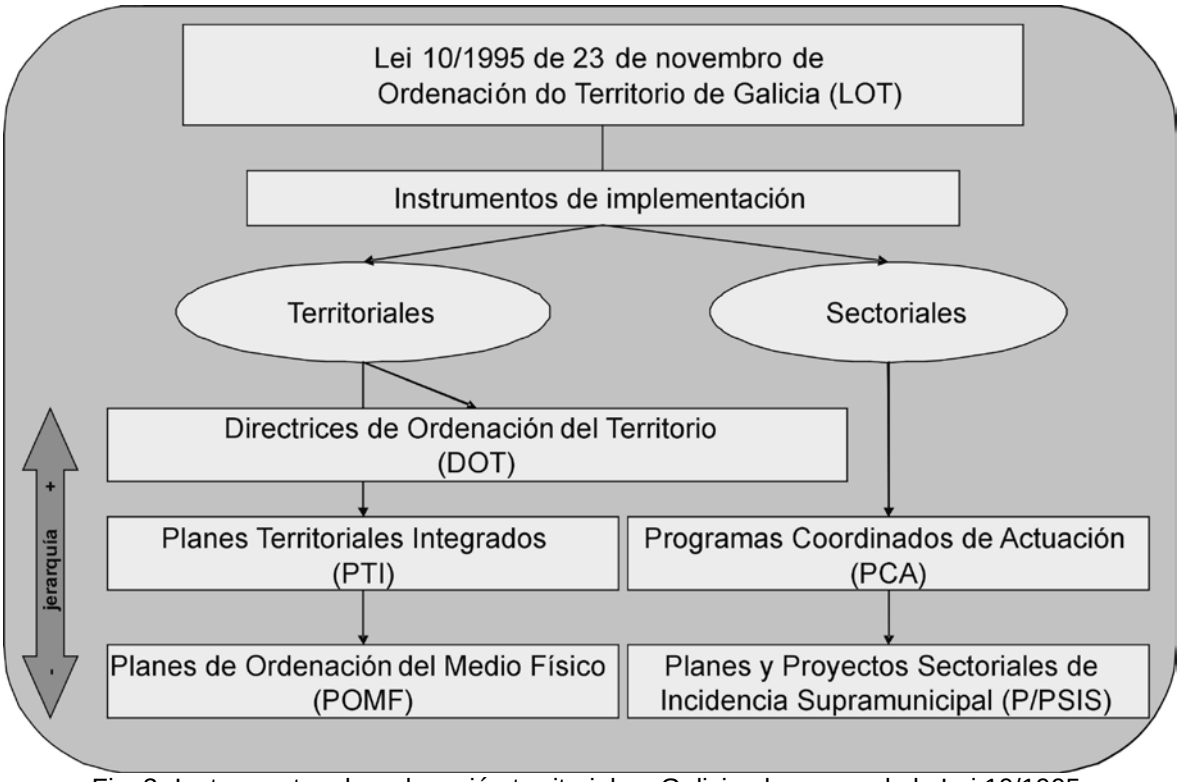


Fig. 3.-Instrumentos de ordenación territorial en Galicia al amparo de la Lei 10/1995.

Esta ley siguió, como ejemplo para su formulación, los precedentes que ya existían en otras regiones españolas y se retrotrajo, en todo caso, a los principios de la Carta Europea de Ordenación del Territorio de 1983. De este modo, entre sus principios rectores se encuentran la coordinación administrativa y una mejor distribución de las actividades humanas, con el fin de aprovechar de forma óptima las potencialidades propias de cada zona, mejorar la calidad de vida de los ciudadanos y el nivel de conservación del medio natural (RODRÍGUEZ GONZÁLEZ, 1999). Esta ley, para su desarrollo, prevé la implementación de instrumentos de planificación, ejecución y coordinación (figura 3).

Entre ellos están las DOT, recientemente aprobadas, que son el escalón jerárquico superior del sistema de planificación en cascada que se adopta para la implementación de los planes. Las Directrices tienen vocación de englobar las actuaciones con incidencia en el espacio gallego, reconociendo su estructura y la diversidad de sus funciones. Desde ellas se propone una acción territorial integral, caracterizada por la necesidad de equilibrio y armonía, la calidad ecológica y el aprovechamiento de sus potencialidades (ALDREY, 2007). Tanto en los precedentes a la aprobación (Avance de 2004 y Aprobación Inicial de 2008), como en las propias DOT, se apuesta por un modelo policéntrico, de desarrollos múltiples, apoyado en las iniciativas locales. Se busca una vertebración territorial de Galicia desde una concepción descentralizada, racional y que abogue por entender los valores propios de cada uno de los espacios gallegos (ALDREY, 2007). Su efecto básico será el de establecer un marco general para la ordenación, la planificación urbanística y los planes sectoriales, fijando los criterios orientadores para los asentamientos, actividades económicas y sociales de los agentes públicos y privados. Además de las DOT, la LOT contempla otros dos instrumentos supeditados a las DOT, los Planes Territoriales Integrados (PTI) y los Programas Coordinados de Actuación (PCA). Los PTI se dirigen a organizar áreas geográficas supramunicipales de características homogéneas, que demanden una planificación de infraestructuras y de equipamientos comarcal e integrada (ALDREY, 2007). Entre los PTI se ha aprobado, al mismo tiempo que las DOT, el POL, que ha generado una aguda polémica en un escenario de confrontación política y social intensa, pero injusta pues se trata, a nuestro entender, de un perfecto ejemplo de elaboración técnica portentosa y con criterios de ordenación impecables que merece todo tipo de reconocimientos. En cuanto a los PCA tienen la vocación de ser empleados para la formulación de un programa plurianual referido a la totalidad de la Comunidad Autónoma o áreas de la misma, integrando actuaciones propuestas por las distintas administraciones, aunque no pueden modificar directamente el contenido de las figuras del planeamiento urbanístico. Después de más de quince años de su definición, no se han llevado a cabo básicamente por la dificultad técnica y de coordinación que suponen, aunque también ha influido en ello la inexistencia del documento de referencia de jerarquía superior, las DOT. Algo semejante ha ocurrido con otros planes subregionales contemplados en la LOT, como los de Ordenación de Medio Físico o los Sectoriales con Incidencia Supramunicipal. Aunque estos últimos sí han tenido un mayor desarrollo para llevar a cabo actuaciones de carácter sectorial (esencialmente en los campos de las infraestructuras y equipamientos), pero han incurrido en contradicciones territoriales muy marcadas por la mencionada falta del marco regional de referencia.

4. Las vacilaciones urbanísticas y la larga espera para la aprobación de las DOT.

Tras la explicación de los apartados precedentes del recorrido de la ordenación territorial y urbanística desde el surgimiento de la Comunidad Autónoma, vamos a centrarnos ahora en la situación presente. Empezaremos por el urbanismo. Tanto la LASGA como la *Lei do Solo* de 1997 buscaban, aunque de forma tímida, reconducir las malas prácticas de edificación incontrolada en el territorio que se dieron entre 1960 y mediados de los 1980. En Galicia la propiedad de parcelas de una buena parte de la población, unido a las condiciones naturales que favorecen la abundancia de agua, favoreció siempre la multiplicación de construcciones a lo largo y ancho del territorio, muchas veces de autoconstrucción, que provocó la florescencia de un grupo heterogéneo de edificaciones, de desigual gusto, que se ha dado en llamar popularmente como fenómeno del feísmo (VVAA, 2006), que es un claro reflejo del descontrol urbanístico que ha existido en Galicia.

Prueba evidente de ello es la escasa adaptación de los municipios a la *Lei do Solo de Galicia*, que aparte de la dejadez de determinados municipios o de la dificultad de dotarse de un documento de planeamiento con el visto bueno de la administración autonómica, refleja de forma nítida el poco arraigo popular que la ordenación del territorio y el acatamiento de las normas urbanísticas tienen entre la mayor parte de la población. Esto se traduce a menudo en una relajación en las normas municipales, en su poca eficacia o incluso inexistencia. A esta circunstancia se añade la sospechosa llegada al gobierno de muchos municipios de alcaldes que se dedican o han dedicado profesionalmente al mundo de la promoción inmobiliaria, que desde luego no han favorecido la adopción de PXOM que se acomoden a las necesidades reales de crecimiento de cada municipio y a previsiones realmente objetivas de las necesidades de vivienda futura.

Así, los municipios que han iniciado un proceso de tramitación de un PXOM en los últimos años, han tenido muchísimos problemas para lograr que desde el gobierno autonómico se informe favorablemente para que el mismo entre en vigor. La causa fundamental hay que buscarla en la habitual pretensión de los gobernantes municipales de dotarse de una normativa urbanística que favoreciese el crecimiento constructivo, porque de ello dependían buena parte de los ingresos municipales durante el período de expansión urbanística que ha precedido a la honda crisis inmobiliaria actual (en especial en las entidades costeras y en ciudades y villas dinámicas). Por otro lado, está tremendamente arraigado el binomio que liga crecimiento urbanístico y desarrollo (RODRÍGUEZ GONZÁLEZ, 2009), de manera que en la redacción de los PXOM se trabaja siempre en el límite de la legalidad en cuanto a los terrenos calificados como urbanizables, buscando siempre la máxima extensión posible de los mismos y manejando datos de previsión de crecimiento demográfico manifiestamente ficticios. Es evidente, también, que en estas dificultades y conflictos entre administraciones para aprobar nuevos planes municipales incide que existan gobiernos de color político diferente; intereses económicos más o menos

espurios; y, por supuesto, aspectos derivados del modelo de crecimiento, ahora frenado por la honda crisis que padecemos, y de la financiación municipal, que descansa habitualmente sobre el urbanismo.

De todos modos, se está advirtiendo que con el freno de la construcción derivado de la crisis, esta situación mencionada parece cambiar poco a poco de signo, de manera que desde 2008 se ha agilizado en cierta medida la aprobación, por parte de la Comunidad Autónoma, de muchos PXOM que se estaban eternizando en su fase de redacción y correcciones sucesivas impuestas por la administración regional. Así, durante el último año de gobierno de la coalición PSOE-BNG y durante la siguiente legislatura (hasta 25 de junio de 2011) han entrado en vigor treinta y cuatro PXOM (que afectan casi al 11 % de los municipios gallegos), frente a los sólo 16 aprobados durante los tres primeros años del gobierno precedente. Este cambio se ha producido en un momento que coincide con el punto más álgido de la crisis inmobiliaria, con una caída vertiginosa en el número de viviendas nuevas visadas (figura 4). Esta paralización de la expansión urbanística parece haber hecho entrar en razón a muchos gestores locales y reorientar los documentos en fase de redacción hacia perspectivas más reales de cómo debe ser el modelo territorial municipal del futuro.

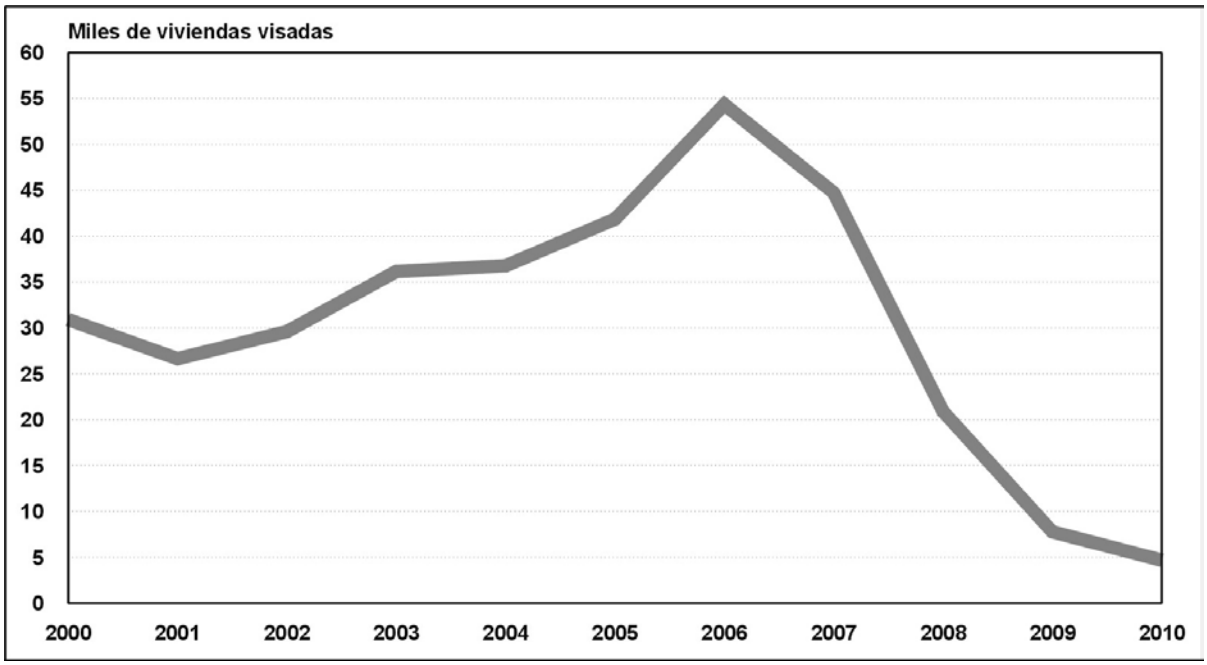


Fig. 4.- Número de visados de dirección de obra nueva en Galicia. 2000-2010.
Fuente: IGE.

A pesar de que, como apuntamos, parece cambiar la tendencia, lo cierto es que existe una escasa adaptación de los municipios a la *Lei do Solo de Galicia*, circunstancia que se puede apreciar muy bien si nos fijamos en la figura 5, que recoge las diferentes normativas urbanísticas municipales que existen en

nuestra Comunidad en la actualidad. Cómo es bien sabido, el instrumento principal de planeamiento local es el PXOM, recogido como tal en la *Lei de Ordenación Urbanística e Protección do Medio Rural en Galicia (Lei 9/2002)* y en sus reformas posteriores. Este documento debe definir el modelo urbano y las grandes líneas de desarrollo local. Clasifica el suelo, establece los elementos de la estructura general y orgánica del territorio; divide el suelo urbano en distritos y delimita los sectores en suelo urbanizable; fija las áreas de reparto y aprovechamiento tipo, incluyendo los elementos susceptibles de protección; y determina también las previsiones temporales de desarrollo y ejecución de la política urbanística. El PXOM debe incluir, además, dos documentos esenciales: el estudio del medio rural y un análisis del modelo de asentamiento poblacional, que tiene por finalidad plasmar la incidencia de la actividad urbanística sobre los elementos físico-naturales del paisaje. Además del PXOM, existen en Galicia las *Normas Subsidiarias y Complementarias de Planeamiento* (NS), que están previstas en la *Lei 9/2002* como un medio para que los municipios sin PXOM tengan por lo menos un instrumento orientador del uso del suelo. Este instrumento es un sistema de regulación auxiliar y limitado al ordenamiento del suelo urbano, incluyendo el de núcleo rural y del suelo rústico en municipios pequeños (por debajo de 25.000 habitantes), con una baja densidad demográfica y dedicados, fundamentalmente a actividades relacionadas con el sector primario (ALDREY VÁZQUEZ, 2007).

A pesar de ser estos los dos tipos de planeamiento municipal de carácter urbanístico reconocidos por la ley vigente, en los municipios gallegos aparecen otras figuras o instrumentos de ordenación urbanística, herederos de legislaciones anteriores que se retrotraen incluso a la *Ley del Suelo de 1975*. Además, el plazo de cuatro años que había establecido la *Lei 9/2002* para que las entidades municipales adaptasen su planeamiento urbanístico a las nuevas disposiciones venció hace nueve años, y muchos ayuntamientos gallegos no se han acomodado a la normativa urbanística y ambiental vigente.

En la figura 5 podemos ver como además de estas dos figuras mencionadas existen otros tipos de instrumentos urbanísticos: *planes generales de ordenación urbana* (PGOU), *delimitación de suelo urbano* (DSU) y *planes de ordenación del medio rural* (POMR). Los PGOU son los planes urbanísticos precedentes a los PXOM (PGOM en castellano), vigentes aún en once municipios gallegos (3,5 %), superando todos ellos ampliamente los plazos que se estableciera en los propios documentos para su revisión y superación, pero que por diferentes vicisitudes continúan vigentes. En todos estos casos se está en fases avanzadas de tramitación de nuevos PXOM, la mayor parte de ellos aún sin aprobar por conflictos de interpretación con la Administración autonómica. Por su parte, la DSU era el instrumento mínimo de planificación. Tenía como finalidad la delimitación de suelo urbano (quedando el resto como no urbanizable). Se empleaba en municipios con escasa problemática urbana y territorial, adoptando, en este caso algunas determinaciones relativas a los equipamientos y espacios libres. Esta figura está aún vigente en diecinueve municipios (6 %), la mayoría situados en las provincias de Lugo y Ourense, y sólo la mitad de ellos están tramitando un PXOM. En lo que respecta *al Plan de Ordenación del Medio Rural* (POMR) cabe apuntar que es un instrumento que sigue vigente y que nació con la *Lei 1/1997 do Solo de*

Galicia. Se aplica en el ámbito municipal de aquellos territorios de baja complejidad urbanística. Debe constar de un estudio del medio rural y del sistema de núcleos de población (urbanos y rurales). Orientado al establecimiento de medidas de protección del territorio y del paisaje y a facilitar la edificación y desarrollo de los núcleos a través de planes especiales de mejora del núcleo o del medio rural (RODRÍGUEZ GONZÁLEZ, 1999). Son nueve (2,6 %) los municipios que cuentan con esta figura (siete ourensanos y dos pontevedreses) y sólo dos iniciaron los trámites para dotarse de un PXOM. Otro hecho muy significativo es la alta cantidad de entidades municipales que carecen de figura alguna de planeamiento, cuarenta y dos (13,3 %), que aunque en su mayoría son ayuntamientos regresivos en lo económico y demográfico, muestra de forma clara la escasa importancia que el urbanismo tuvo tradicionalmente en Galicia. Por lo que atañe a las NS, son ciento nueve los municipios que las tienen como instrumento urbanístico (34,6 %), si bien más de la mitad están tramitando un PXOM en la actualidad. Finalmente, el PXOM fue adoptado como norma de planeamiento urbanístico en ciento diecisiete concejos (37,1 %), que son los que realmente cumplen la legislación vigente en cuanto a planeamiento municipal. Además, debemos apuntar que ocho municipios tienen anulada su legislación urbanística por mandato judicial o suspendida por la Administración autonómica, por diferentes incorrecciones en el modo de aplicarla.

Si esto es lo que ocurre a escala municipal con el planeamiento urbanístico, la situación no fue mucho más halagüeña en la escala regional hasta el año 2011, momento hasta el que hubo una incapacidad manifiesta para aprobar unas DOT, que como la propia *Lei de Ordenación do Territorio de Galicia* indica, deberían proponer una acción territorial integral, buscando el equilibrio, la calidad ecológica y medioambiental y aprovechar todas las potencialidades territoriales de la Comunidad.

A comienzos de 2011 fueron aprobadas finalmente, trece años más tarde de comenzar su redacción tras una larga y compleja tramitación (un primer documento de *Hipótesis del Modelo Territorial* y sendos *Avances*, en 2004 y 2008, hechos por gobiernos de distinto color político) (FERNÁNDEZ PRADO, 2007), pero sin el consenso deseable. Las DOT recogen la estructura de los asentamientos en Galicia, buscando, según se cita en el documento, y ya se ha indicado con anterioridad en este trabajo, el desarrollo de un sistema equilibrado y policéntrico de ciudades, contemplando la articulación de las relaciones entre el campo y la ciudad; estableciendo las grandes prioridades en infraestructuras y potenciando la protección de la naturaleza y el patrimonio cultural, buscando el desarrollo sostenible. Pese a estas loables intenciones, lo cierto es que no se ha entrado a fondo en cuestiones clave como la delimitación de las áreas metropolitanas y regiones urbanas, seguramente para evitar la contestación desde los localismos y una confrontación abierta con las opciones políticas de la oposición, además de establecer un modelo territorial basado en buena medida en la malla de comunicaciones terrestres. Por su parte, el POL, aprobado al mismo tiempo que las DOT, es el primer *Plan Territorial Integrado*, es decir, de ámbito subregional, impecable en su realización técnica y que abre unas buenas expectativas de lograr una protección y buen hacer territorial en el ámbito costero de Galicia.

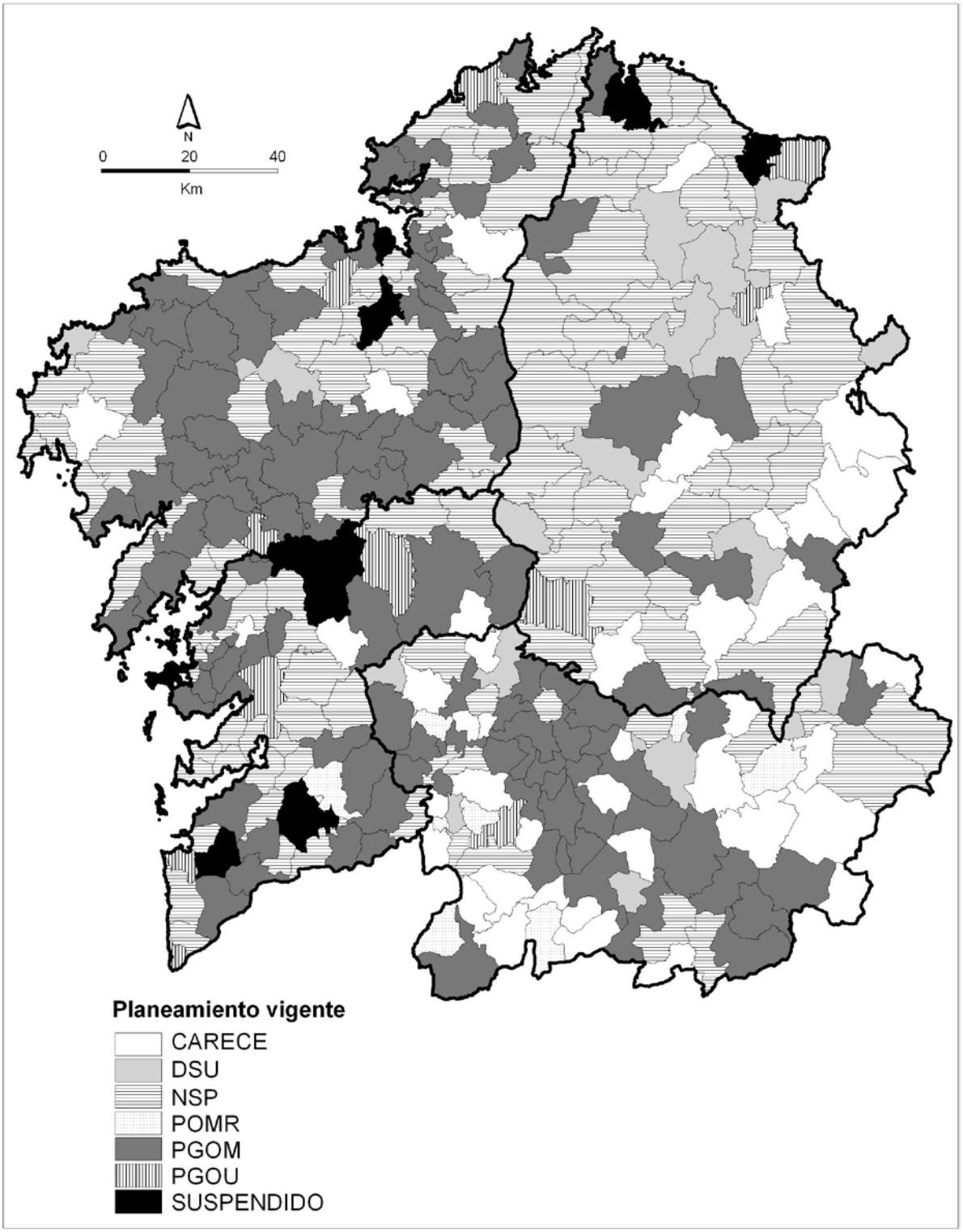


Fig. 5.- Planeamiento urbanístico municipal vigente en Galicia (25 de junio de 2011).
Fuente: Consellería de Medio Ambiente, Territorio e Infraestructuras. Xunta de Galicia.

5. Conclusión.

Se ha abierto un nuevo camino en la ordenación territorial de Galicia, la aprobación de los instrumentos básicos que deben de regir el desarrollo territorial sostenible así lo anuncia. Se está trabajando además, de manera ardua, en la compatibilidad estratégica de las diferentes acciones con incidencia territorial, para lograr que se cumplan los principios establecidos en las DOT y en el POL. Afortunadamente se ha abierto la senda para lograr un desarrollo más equilibrado del espacio gallego, para poner en marcha unas políticas más eficientes en el ámbito administrativo y de la gobernabilidad, para conseguir desarrollo regional y local, para un desarrollo sostenible en lo ambiental, para conservar y valorizar el paisaje y para preservar el amplio patrimonio natural y cultural que posee Galicia.

En otra escala, la municipal, es necesario sin embargo un cambio trascendental en la manera de entender el urbanismo. Y aquí reflexionamos no sólo pensando en Galicia, sino en general en el modelo que ha caracterizado el devenir territorial de nuestro Estado. La coyuntura actual de parálisis de la actividad constructiva debiera servir de acicate para que se pueda cambiar el modelo de consumo de espacio y de crecimiento incontrolado y especulativo de la actividad constructiva. Es necesario, en este sentido, modificar el modelo de financiación municipal, para que deje de ser dependiente de los ingresos (en muchas ocasiones con porcentajes sobre el presupuesto total de absoluta supeditación) que le ha venido generando la febril actividad urbanística que han vivido hasta el año 2008.

Se hace necesario reconducir la situación y lograr una acción participativa y constructiva de la ciudadanía y de las diferentes opciones políticas para una cimentación adecuada de la Galicia del futuro. Se ha de valorar el territorio como patrimonio, recurso y soporte. A partir de estas premisas es desde donde se puede construir una política coherente de ordenación del territorio que ofrezca soluciones a la crisis y a las carencias estructurales, para apoyarse en las muchas potencialidades existentes.

6. Bibliografía

ALDREY VÁZQUEZ, J. A. & RODRÍGUEZ GONZÁLEZ, R. (2010). Instrumentos de Ordenación del Territorio en España. In R. Rodríguez González (Dir.), *Territorio. Ordenar para competir* (pp. 185-205). A Coruña: Netbiblo.

ALDREY VÁZQUEZ, J. A. (2007). A ordenación do territorio en Galicia e o Norte de Portugal: competencias e desenvolvemento. *Eixo Atlántico. Revista da Eurorrexión Galiza-Norte de Portugal*, 11, 37-53.

ALONSO LOGROÑO, Mª.P. & LOIS GONZÁLEZ, R.C. (1997). Proceso de industrialización y organización del espacio en un territorio periférico: Galicia. *Boletín de la AGE*, 24, 147-169.

BENAVENT FERNÁNDEZ DE CÓRDOBA, M. (2006). *La Ordenación del Territorio en España*. Sevilla: Junta de Andalucía-Consejería de Obras Públicas y Transportes and Universidad de Sevilla.

DÍAZ LEMA, J.M. (1989). *Derecho urbanístico de Galicia*. Santiago de Compostela: Fundación Caixa Galicia.

FARIÑA JAMARDO, J. (1990). *Os concellos galegos. Parte xeral*. A Coruña: Fundación Barrié de la Maza.

FERNÁNDEZ PRADO, M. (2007). Perspectivas de la Ordenación del Territorio en Galicia. Consecuencias para la Administración Local. *Eixo Atlántico. Revista da Eurorrexión Galiza-Norte de Portugal*, 11, 77-96.

GARCÍA ÁLVAREZ, J. (2002). *Territorio y nacionalismo. La construcción geográfica de la identidad gallega*. Santiago de Compostela: Consellería de Cultura, Comunicación Social e Turismo, Xunta de Galicia.

Grupo ADUAR (2000). *Diccionario de geografía urbana, urbanismo y ordenación del territorio*. Barcelona: Ariel Referencia.

LOIS GONZÁLEZ, R.C.; RODRÍGUEZ GONZÁLEZ, R.; SANTOS SOLLA, X. M. & SOMOZA MEDINA, J. (2001). Galicia y la polisemia del término regional. *Boletín de la AGE*, 32, 209-227.

MELLA MARQUÉS, X.M. (1980). Fundamentos teóricos para un ensaio da Comarcalización de Galicia. *Revista Galega de Estudios Agrarios*, 3, 85-110.

MELLA MARQUÉS, X.M. (1983). Un análisis de componentes principales y de contigüidad espacial para la determinación de comarcas homogéneas: una aplicación al caso de Galicia. *Revista Estudios Regionales*, 12, 99-138.

PRECEDO LEDO, A. (1974). Galicia: Red urbana y Desarrollo Regional. *Boletín de la Real Sociedad Geográfica*, CX, 1-12.

PRECEDO LEDO, A. (1987). *Galicia: estructura del territorio y organización comarcal*. Santiago de Compostela: Xunta de Galicia.

PRECEDO LEDO, A. (1994). *Desenvolvemento territorial e planificación comarcal. O plan de desenvolvemento comarcal de Galicia*. Santiago de Compostela: Xunta de Galicia.

RODRÍGUEZ GONZÁLEZ, R. (1999). Normativa urbanística e de ordenaçao do territorio na Galicia. *Cuadernos de Geografia da Universidade de Coimbra*, 8, 85-195.

RODRÍGUEZ GONZÁLEZ, R. (2007). Sobre a necesidade da ordenación do territorio. *Eixo Atlántico. Revista da Eurorrexión Galiza-Norte de Portugal*, 11, 9-22.

RODRÍGUEZ GONZÁLEZ, R. (2009). Hacer ciudad como acción pública. In R. Rodríguez González (Dir.): *Ordenación y gobernanza de las áreas urbanas gallegas* (pp. 151-195). A Coruña: Netbiblo.

SOUTO GONZÁLEZ, X.M. (1988). *Xeografía Humana*. Vigo: Galaxia.

VVAA (2006). *Feísmo? Destruír un país*. Ourense: Difusora das Letras, Artes e Ideas.

SITUAÇÕES DE ILHAS DE CALOR E ESPAÇOS DE SEGREGAÇÃO SOCIOAMBIENTAL: UM ESTUDO DE CASO NA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO

Andrews José de LUCENA.
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro/Rio de Janeiro-Brasil.
lucenageo@yahoo.com.br

Leonardo de Faria PERES.
Universidade Federal do Rio de Janeiro/Rio de Janeiro-Brasil.
leonardo.peres@igeo.ufrj.br

Resumo

Neste trabalho foi realizado um diagnóstico da temperatura na Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ) por meio do sensoriamento remoto entre 1984 e 2010 a partir do sensor Landsat. Trabalhou-se com a temperatura da superfície continental (TSC) para o monitoramento da ilha de calor. A RMRJ tem sua ilha de calor de natureza “polinucleada”, isto é, com vários núcleos de calor distribuídos no espaço metropolitano, configurando uma “ilha de calor metropolitana”. Estes núcleos estão concentrados nas grandes vias rodoviárias, em áreas obsoletas ou degradados da zona portuária e do subúrbio. As áreas mais amenas, nomeadas de ilhas de frescor, localizaram-se nas proximidades dos maciços costeiros com floresta, no entorno das lagoas litorâneas e nos parques urbanos. Assim, os espaços de maior conforto, com predomínio da ilha de frescor, estão localizados nas áreas de melhor infraestrutura urbana, com material urbano de construção mais “limpo” e na proximidade das amenidades do “verde” (parques e florestas) e do “azul” (o mar e a lagoa); ao passo que os espaços de maior desconforto, que predominam a ilha de calor, estão situados nas áreas com infraestrutura urbana precária, de material urbano de pior qualidade e ausentes ou distantes das amenidades da natureza, constituindo espaços insalubres. Por conta dos grandes eventos a caminho, espera-se que as condições de infraestrutura urbana e as condições ambientais se tornem mais justas, proporcionando situações de melhor conforto térmico principalmente nos espaços mais segregados.

Palavras chave: ilha de calor metropolitana (ICM); segregação socioambiental; região metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ).

Abstract

In this paper we present a diagnosis of temperature on Metropolitan Area of Rio de Janeiro (MARJ) through remote sensing between 1984 and 2010 from the Landsat sensor. We worked with the land surface temperature (LST) for the monitoring of heat island. The MARJ has its nature of heat island "polynuclear", that is with several heat nucleus distributed in the metropolitan space setting a "metropolitan heat island". These nucleus are concentrated in major roads in obsolete or degraded areas of the port area and the suburbs. The milder areas named freshness islands

were located near the coastal massifs with forest, in the vicinity of coastal ponds and city parks. Thus, the spaces of greater comfort with a predominance freshness island are located in the areas of better urban infrastructure with a "cleaner" urban construction material and in proximity to the amenities of the "green" (parks and forests) and the "blue "(the sea and the lagoon); while the areas of greater discomfort, where predominates heat island are situated in areas with poor urban infrastructure with inferior quality urban material and absent or distant from the amenities of nature, constituting unhealthy spaces. Because of the major events on the way, it is expected that the conditions of urban infrastructure and environmental conditions become more just, providing better thermal comfort situations especially in more segregated spaces.

Keywords: metropolitan heat island (MHI); socioenvironmental segregation; metropolitan area of Rio de Janeiro (MARJ).

1. Introdução

O espaço urbano é resultado da relação homem-natureza, responsável pela modelação do espaço geográfico. O espaço urbano dos países semiperiféricos atravessou um desenvolvimento tardio e deficiente originando graves problemas estruturais, incluindo aqueles de ordem social (saúde, educação, habitação e segurança), de infraestrutura e mobilidade urbana (saneamento e transporte) até aqueles de ordem ambiental (diferentes níveis de poluição, movimentos de massa, enchentes e inundações). Os problemas ambientais e seus respectivos impactos não são problemas apenas de ordem física, mas também de ordem humana e social, uma vez que deflagram e evoluem por conta das suas carências não resolvidas e não controladas.

A segregação espacial é um processo e forma espacial muito notório da cidade contemporânea (Vasconcelos et al, 2013) e se expressa sobre várias realidades distintas. O conceito em si de “segregação” tem sua noção atrelada aos indíviduos e aos espaços e se caracteriza por um processo que conduz à formação de áreas reclusas, nas quais a população é forçada a residir (Vasconcelos, 2013). A segregação residencial é um dos mais expressivos processos espaciais que fragmentam o espaço urbano e as áreas sociais são a sua manifestação espacial, a forma resultante do processo (Corrêa, 2013).

De imediato a segregação residencial significa “o acesso diferenciado aos recursos da vida, sobretudo aqueles escassos” (Corrêa, 2013:42). A segregação residencial pode ser considerada como autossegregação e como segregação imposta ou induzida. “A autossegregação é uma política de classe associada à elite e aos estratos superiores de classe média, dotados de elevada renda monetária” (...). A segregação imposta envolve aqueles que “residem onde lhes é imposto, sem alternativas de escolha locacional e de tipo de habitação”, enquanto a segregação induzida envolve “aqueles que ainda têm

algumas escolhas possíveis, situadas, no entanto, dentro de limites estabelecidos pelo preço da terra e dos imóveis" (Corrêa, 2013:43).

A qualidade de vida das cidades pode ser averiguada por diferentes índices, dos quais se destaca, com bastante frequência, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que se baseia nos indicadores de longevidade, educação e renda. A localização e as condições de moradia podem retratar o IDH de uma determinada classe social, ou vice-versa, uma vez que a autossegregação ou a segregação imposta ou induzida estabelecem relações muito próximas com o tempo de vida, o acesso e o tempo de estudo e a renda per capta.

A ilha de calor urbana (ICU) é um produto do clima urbano (Oke, 1987), o clima modificado pela cidade, e um dos principais problemas ambientais do século XXI (Rizwan, 2008 et al.) e é gerada pela natureza artificial da cidade que favorece o maior estoque de energia e a minoração da sua dissipação ocasionando situações de stress térmico e desconforto. As áreas da cidade com maior capacidade de estocar energia são as mais vulneráveis ao fenômeno da ilha de calor, e geralmente onde estão as classes sociais de baixa renda. Sugere-se, neste caso, que essas áreas se configuram em espaços de *segregação socioambiental*, conceito que alia os espaços de segregação imposta ou induzida às vulnerabilidades físicas, como as oferecidas pela atmosfera urbana.

Uma importante técnica para monitorar a ilha de calor urbana (Gallo et al., 1995), e aperfeiçoada nos últimos anos, é o sensoriamento remoto, que apresenta como grande vantagem o mapeamento e monitoramento espacial, haja vista a ausência de uma rede de monitoramento da temperatura do ar em muitos espaços de porte metropolitano. Com o uso das bandas termais, e a obtenção da temperatura da superfície, é estimada a Ilha de calor (neste caso, nomeada como Ilha de Calor Urbana de Superfície – ICUS), comumente computada a partir de uma medida de diferença entre os espaços mais quentes e os mais frescos, estabelecendo-se nos espaços mais quentes o núcleo da ilha de calor urbana.

Neste contexto, o objetivo deste trabalho é mapear e analisar a ilha de calor na região metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ) dos últimos 30 anos, sob a perspectiva da segregação socioambiental, identificando e caracterizando as áreas mais quentes e as mais amenas entre os distintos espaços sociais da metrópole. Este mapeamento e análise dar-se-ão com o auxílio de técnicas de sensoriamento remoto e com os indicadores de desenvolvimento humano, o IDH.

2. Área de estudo

Situada na costa leste da América do Sul, e região sudeste do Brasil, banhada pelo oceano Atlântico, a região metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ), atualmente com 21 cidades – Fig. 1 - é a segunda mais importante área metropolitana do Brasil com uma população atual acima dos 12 milhões

de habitantes (IBGE, 2014). Conta com uma diversa rede de serviços, uma densa infraestrutura urbana e de logística. A cidade do Rio de Janeiro, capital do Estado do Rio de Janeiro, representa o núcleo da metrópole e exerce intensa centralidade aglutinando uma forte atração das demais cidades da região metropolitana.

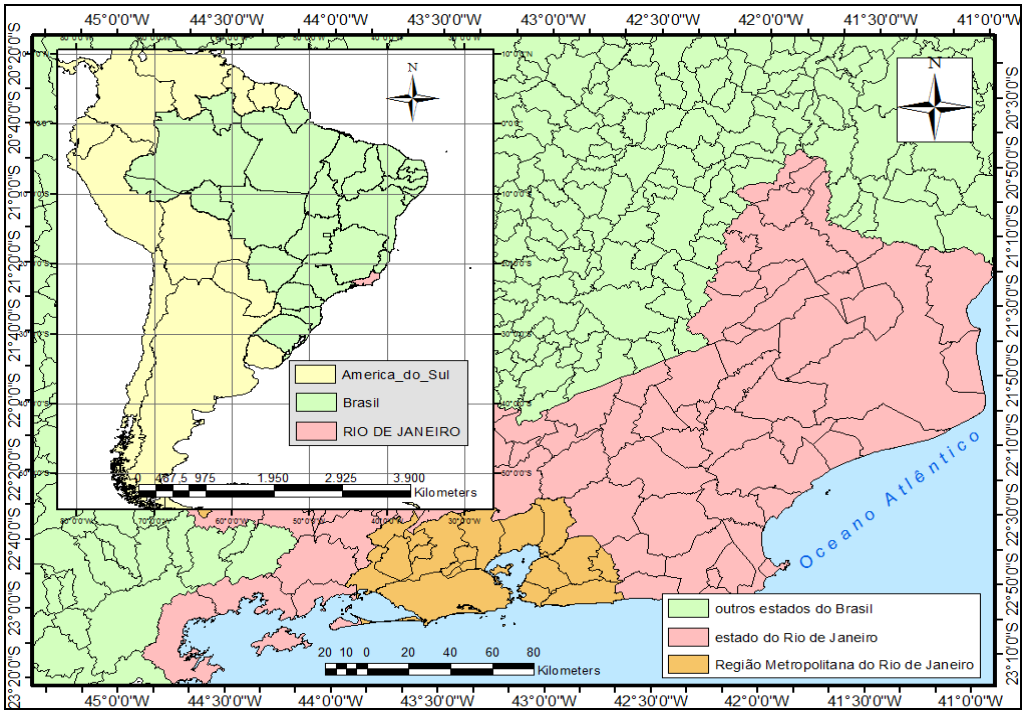


Fig. 1. Localização da região metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ) no Brasil e América do Sul.

Seu espaço físico é bastante heterogêneo mesclado por baixadas e maciços litorâneos e interioranos (Fig. 2), baías, ilhas, restingas e formações vegetais florestais e arbustivas, além de um clima quente e úmido com variadas combinações em função da presença do mar, e do papel do relevo e da vegetação.

A ocupação do espaço e a atual configuração urbana e social obedeceram a lógica da disposição do relevo, que dificulta até hoje a instalação da população, e aos interesses do Estado, da indústria e dos grandes empreendedores. Por conta disso, a RMRJ se organizou a partir de vários vetores de expansão, com gênese na área central da cidade do Rio de Janeiro, região embrionária da cidade, situada às margens da baía de Guanabara.

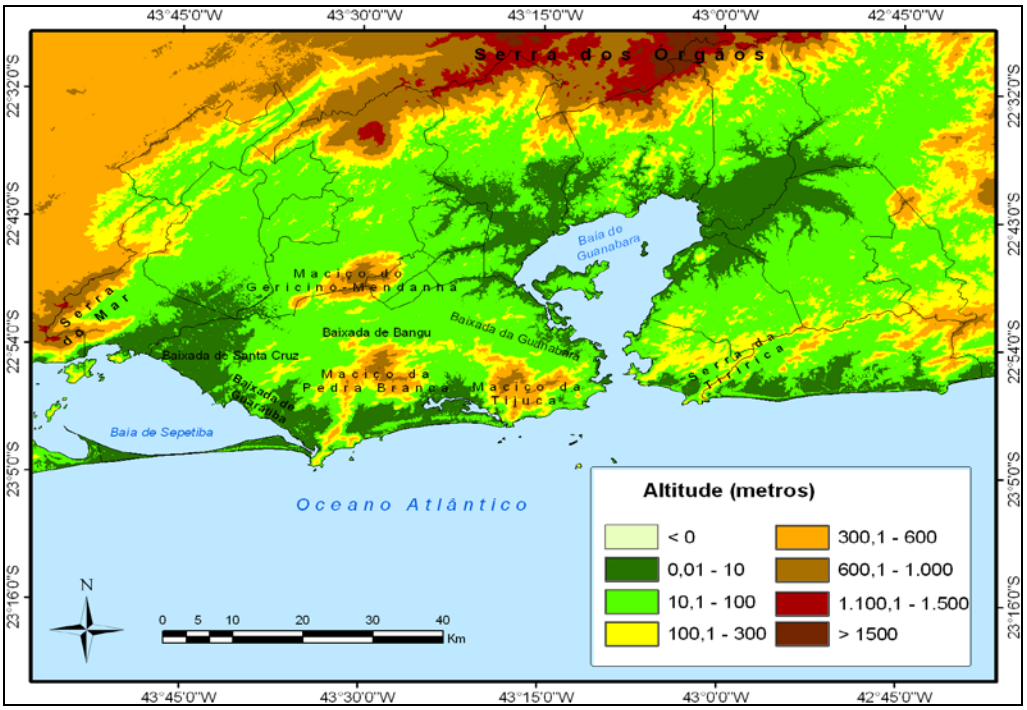


Fig. 2. Mapa físico da região metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ).

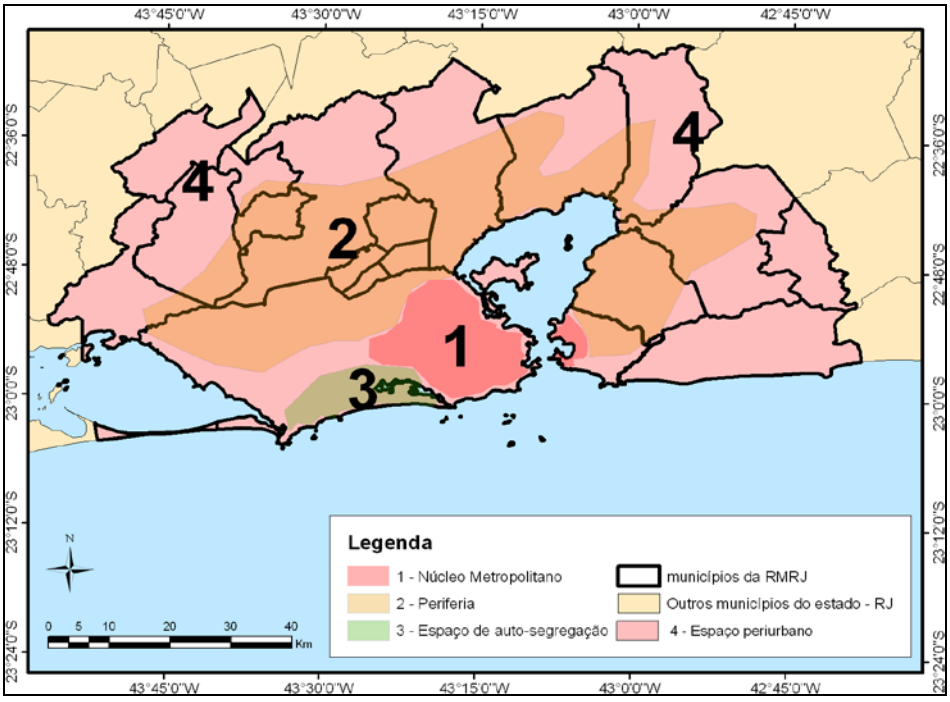


Fig. 3: Organização espacial na região metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ) segundo a dinâmica econômico-social (Adaptado de Souza, 2007).

Assim, a RMRJ pode ser regionalizada em quatro grandes espaços econômico-sociais (Fig. 3), conforme Souza, 2007: o núcleo metropolitano que compreende a área central, a zona sul da cidade do Rio de Janeiro e Niterói; a periferia (ou subúrbio), espaço este dominado por loteamentos irregulares, que abrange parte da cidade do Rio de Janeiro, a Baixada Fluminense (a norte da cidade do Rio de Janeiro) e o leste da baía de Guanabara; o espaço atraído pela autossegregação, a Barra da Tijuca, Jacarepaguá e Recreio dos Bandeirantes; e a franja rural-urbana (ou espaço periurbano) - uma faixa de transição entre o uso da terra tipicamente rural e o urbano, mas que se insere cada vez mais forte na lógica urbana, localizadas principalmente no extremo oeste e leste.

3. Material e Métodos

Foram utilizadas 99 imagens de satélite, entre os anos de 1984 e 2010, referentes à área que engloba a região metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ). As imagens obtidas são da plataforma Landsat, da sua série 5 e 7. A plataforma Landsat oferece vantagens em relação a outras, como a sua série temporal relativamente longa, que, no caso da RMRJ, data-se desde 1984, e a sua resolução espacial. Adicionalmente, a série de dados do Landsat é disponibilizada gratuitamente aos usuários de forma instantânea pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE (http://www.dgi.inpe.br/CDSR/) e pelo United States Geological Survey – USGS (http://earthexplorer.usgs.gov/). O Landsat é uma dos sensores pioneiros na investigação do clima urbano proporcionando o mapeamento espacial da temperatura e a detecção da ilha de calor urbana (Lougeay et al., 1996; Voogt e Oke, 2003).

As imagens foram processadas e georeferenciadas no código computacional SPRING 4.3. Em seguida, foi realizada a correção radiométrica com base nas equações e constantes de calibração de Chander (Chander et al., 2009) como parte do pré-processamento dos dados. Com suporte no trabalho de França e Cracknell (França e Cracknell, 1995), foram adotadas três técnicas de mascaramento de nuvens: a) técnica com base em limiar do valor da reflectância na banda 3; b) técnica com base em limiar do valor de temperatura de brilho na banda 6; c) técnica da razão entre as bandas 4 e 3. As três técnicas identificam se o pixel está coberto por nuvens ou não.

Medidas adequadas da temperatura da superfície continental (TSC) são úteis aos estudos de clima urbano devido ao seu papel importante no balanço de energia à superfície. Sua utilidade no entendimento das interações terra-atmosfera decorre principalmente da sua sensibilidade à partição dos fluxos de calor sensível e latente à superfície (Norman et al., 1995). Grande parte de trabalhos em clima urbano, que fazem uso de dados de sensoriamento remoto no infravermelho termal, utiliza a temperatura de brilho, associada à radiância no topo da atmosfera (Souza e Silva, 2005), como aproximação da TSC.

Essa abordagem simplificada deve-se à dificuldade de uma estimativa adequada da TSC a partir de dados de satélite, que requer levar em conta, não só os parâmetros atmosféricos, mas também a emissividade da superfície. E erroneamente a maioria dos trabalhos em clima urbano utiliza a expressão "temperatura da superfície" quando de fato foi implementada a temperatura de brilho, aquela obtida no topo da atmosfera. Portanto, torna-se necessário corrigir os efeitos da atmosfera e da emissividade na radiância medida no topo da atmosfera para eliminar quaisquer ruídos que possam interferir na estimativa da TSC real.

A temperatura da superfície continental (TSC) foi estimada utilizando a banda 6 do Landsat com base em diferentes parametrizações (Qin et al., 2001; Souza e Silva, 2005), onde a correção atmosférica é realizada utilizando-se dados de estações meteorológicas na RMRJ. A TSC estimada é resultado da combinação entre a temperatura de brilho na banda 6 e um fator de correção que leva em conta a influência atmosférica e a emissividade da superfície no sinal registrado pelo instrumento a bordo do satélite. A emissividade foi obtida a partir do Índice de Vegetação por Diferença Normalizada (NDVI) de acordo com Van de Griend e Owe (Van de Griend e Owe, 1993). A demonstração com as equações e algoritmos de correção geométrica e correção atmosférica podem ser apreciadas em Lucena (2012) ou em Lucena et al. (2013).

As imagens foram combinadas gerando uma única imagem para todo o período de 1984 a 2010 utilizando o critério da composição de máximo valor (CMV). Desse modo, uma única imagem representa todo o período. O método da CMV seleciona o pixel com maior valor ao longo da série temporal para a composição final, eliminando os píxeis contaminados, com valores menores, ainda que aplicados o mascaramento de nuvens e a correção atmosférica. O pixel com maior temperatura atende, dessa forma, a expectativa de identificar as áreas mais quentes (Eklundh, 1995).

Dados do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) mais recente (IBGE, 2014) foram selecionados para identificar a qualidade de vida de várias áreas da RMRJ. Foram selecionadas as áreas com o maior e o menor IDH e analisado o comportamento da TSC. Das áreas selecionadas calcularam-se a média da TSC (máxima, média e mínima), além do desvio padrão para comparar e confrontá-los com o ranking do IDH.

4. Resultados e Discussão

4.1- A distribuição espacial da Temperatura da Superfície Continental (TSC) e a configuração da ilha de calor na região metropolitana do Rio de Janeiro no período 1984-2010:

A Figura 4 exibe um mapa-síntese com a distribuição espacial da TSC para todo o período entre 1984 e 2010. Os valores mais elevados da TSC, acima de 50^{o}C, concentraram-se nas regiões de tom

avermelhado que representam os principais núcleos urbanos da metrópole. Esses núcleos mais quentes englobam a borda do setor leste e oeste da baía de Guanabara e percorre as zonas de baixada, em direção a oeste, norte-noroeste (baixada da Guanabara, de Jacarepaguá, de Bangu e de Santa Cruz). A área costeira, no limite sul a oeste e leste da baía de Guanabara que incluem os bairros da zona sul e da Barra da Tijuca na cidade do Rio de Janeiro e os bairros oceânicos da cidade de Niterói, respectivamente, também apresentam os valores iguais ou acima dos 50^{o}C. Essas áreas estabelecem o reduto da ilha de calor na RMRJ.

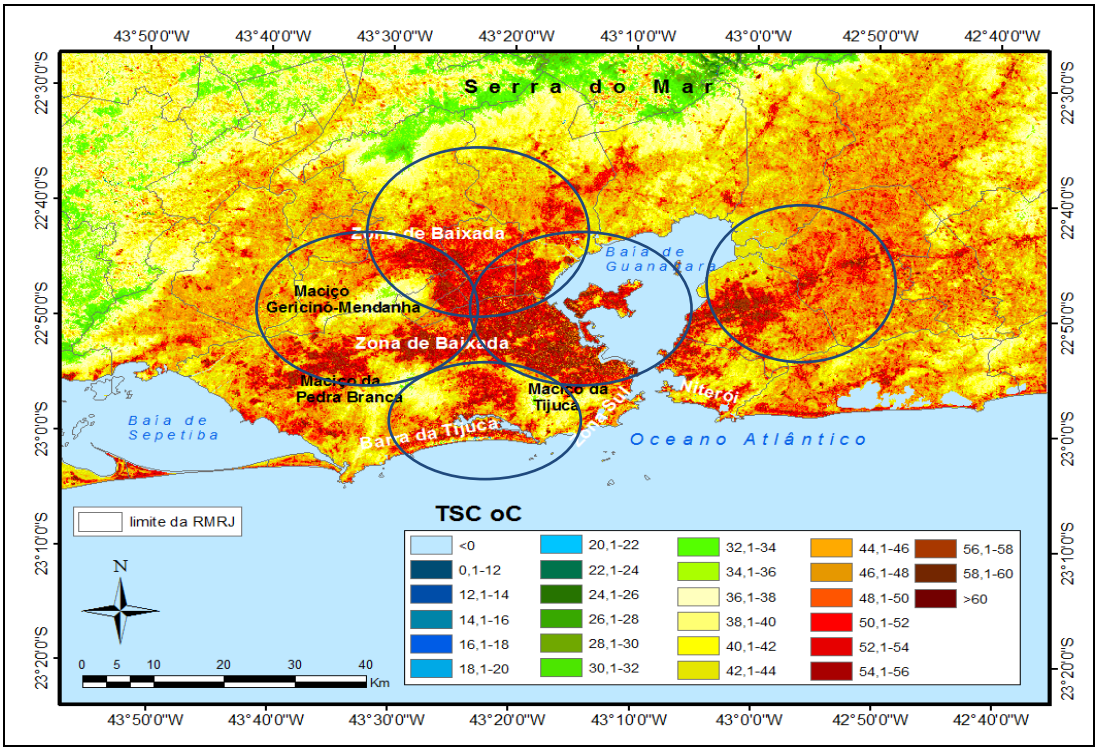


Fig. 4. Mapa de Composição de Máximo Valor (CMV) da Temperatura da Superfície Continental (TSC) para o período 1984-2010 na Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ).

Diante da configuração espacial definida pela TSC, constata-se que a ilha de calor na RMRJ apresenta um padrão polinucleado, isto é, com vários núcleos de calor espalhados, conforme mostram os círculos concêntricos da Fig. 4. Esse padrão polinuclear desfaz o conceito teórico da ilha de calor clássica, obtida na literatura europeia e norte-americana de climas temperados, que estabelece a área central da cidade como o reduto do núcleo máximo da ilha de calor. A ilha de calor clássica obedece ao modelo de urbanização conhecido como centro-periferia, que indica um padrão onde a cidade se

desenvolve em torno do seu centro histórico ou do seu núcleo metropolitano, formando os subúrbios ou a periferia a partir dele.

O modelo europeu e norte americano de urbanização derivam do conceito que, a partir do centro histórico ou do núcleo metropolitano, os subúrbios tendem a se distribuir em um padrão horizontal de ocupação de usos menos complexos do solo e a taxas de massa vegetal superior ao núcleo. Abrigam uma população urbana que extravasa os limites do núcleo metropolitano. Em se tratando dos países semiperiféricos, tal como o Brasil, as suas regiões metropolitanas e, neste caso, a metrópole fluminense atende ao modelo centro-periferia, entrementes o seu subúrbio e periferia apresentarem condições inóspitas de habitação, funcionando como um espaço repulsor e segregador ao Centro, ao invés de abrigo popular e eficiente a uma população urbana crescente.

Atualmente, o modelo centro-periferia sofre adaptações no interior da metrópole fluminense, a partir da individualização de enclaves espaciais, que são núcleos urbanos de segmentação social. Esse novo momento do dinamismo urbano cria núcleos elitizados na periferia. A elitização, composta por uma classe média emergente do subúrbio, é percebida pelo aspecto do novo urbano, materializado na Barra da Tijuca, como a busca da residência no condomínio fechado e das compras nos centros comerciais (shopping centers), sinal de segurança e status social. O dinamismo urbano também tem recuperado áreas degradadas ou esvaziadas, transformando-as em atrativas, como ocorre com a proliferação dos centros comerciais (shoppings) a partir de antigas fábricas falidas.

Em contrapartida, enclaves mais amenos, com temperaturas bem abaixo dos 30ºC, são encontrados nas áreas em direção ao extremo leste, oeste e norte (parte do subúrbio e da periferia metropolitana) e nas áreas de maior vegetação do entorno dos maciços costeiros (Tijuca, Pedra Branca e Gericinó-Mendanha), nas encostas da serra do Mar no extremo norte e pequenos parques urbanos. Essas áreas são propensas a concentrar a ilha de frescor urbana em contraste às ilhas de calor urbanas.

4.2- Ilhas de calor e espaços de segregação socioambiental na região metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ)

O bairro da Gávea, na zona sul da cidade do Rio de Janeiro, contém o maior IDH municipal, ao passo que o Complexo do Alemão, na zona norte, registra o pior índice, posicionando-se na 126ª posição no ranking. Os dois bairros estão distantes pouco mais de 23 kilometros (Fig. 5), e se localizam em espaços distintos da dinâmica econômico-social da RMRJ, conforme a Figura 3, isto é, a Gávea se encontra no núcleo metropolitano, e o Complexo do Alemão integra o espaço da periferia.

A realidade dos bairros é bastante distinta, a começar pelo IDH, mas outros elementos também se projetam neste profundo abismo social, incluindo o alto poder aquisitivo, o vasto acesso a cultura e a

educação na Gávea, enquanto no Complexo do Alemão registram-se altos índices de criminalidade, baixo poder aquisitivo da população e pouco acesso a instituições de cultura.

Os indicadores sociais também se refletem na espacialização da TSC, conforme se observam na Fig. 6 e Tabela 1. Há predomínio de tons amarelados no bairro da Gávea com TSC entre 36 e 44ºC, diferentemente do Complexo do Alemão predominando tons laranja-avermelhados, que concentram valores entre 40 e 56ºC. Os valores médios (TSC máxima, média e mínima) são mais elevados no Complexo do Alemão, confirmando a disposição espacial da TSC. O Complexo do Alemão apresenta características horizontais predominando casas, aglomeradas, sendo a maior parte composta por grupos de favelas. As moradias são amontoadas, os materiais empregados nas habitações são de baixa qualidade com alta capacidade de absorção de energia e com incipiente troca de calor com o ambiente externo. Na Gávea, predomina a habitação em prédios e apartamentos, o que teoricamente determina maiores condições de absorção de energia e eleva a temperatura da superfície. Entretanto, trata-se de habitações mais esparsadas uma das outras e o bairro conta com uma alta taxa de arborização, condições que favorecem a elevação das taxas de calor latente, as trocas de calor com o ambiente e reduz a temperatura da superfície. Esta realidade também pode ser identificada na densidade demográfica dos bairros, 62,1 na Gávea e 233,5 no Complexo do Alemão (IPP, 2014), quase quatro vezes maior[1].

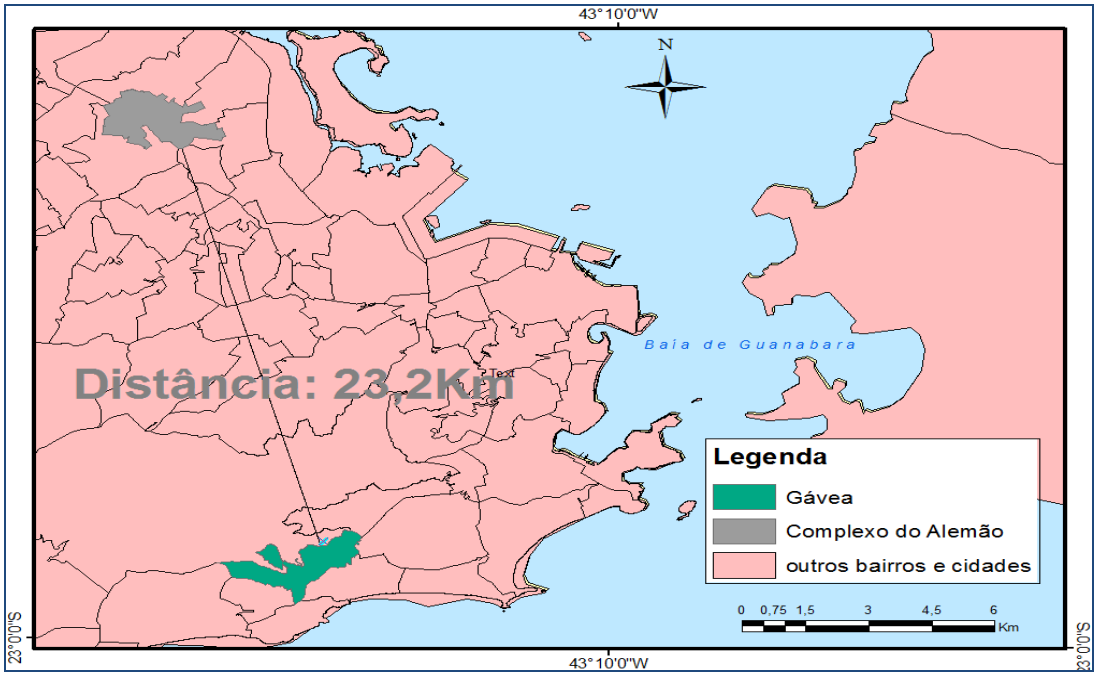


Fig. 5. Localização dos bairros da Gávea e Complexo do Alemão na cidade do Rio de Janeiro

[1] A população absoluta no bairro da Gávea é de 16.003 em uma área territorial de 257,76 há; A população absoluta do Complexo do Alemão é de 69.143 em uma área territorial de 296,09ha.

Tabela 1: Valores médios da Temperatura da Superfície Continental (TSC) e IDH na Gávea e no Complexo do Alemão.

		TSC oC					
Bairro	**Localização**	**Mínima**	**Máxima**	**Média**	**Desvio padrão (STD)**	**IDH**	**Ranking**
Gávea	Núcleo metropolitano	38,6	57,3	47,6	3,7	0,970	1
Complexo do Alemão	Periferia	40,1	62,6	51,3	3,5	0,711	126

O segundo bairro com o melhor IDH da cidade do Rio de Janeiro é o Leblon, também localizado na zona sul, enquanto o segundo pior bairro em IDH é Costa Barros, na zona norte. Esses dois bairros estão distantes cerca de 35 kilometros (Fig. 7) e estão localizados em espaços econômicos-sociais distintos, núcleo metropolitano e periferia, respectivamente. A dinâmica social desses bairros assemelha-se aos outros dois bairros analisados. O Leblon é vizinho ao bairro da Gávea, enquanto Costa Barros está mais distante do Complexo do Alemão, em direção aos espaços de ocupação mais recente da periferia da região metropolitana.

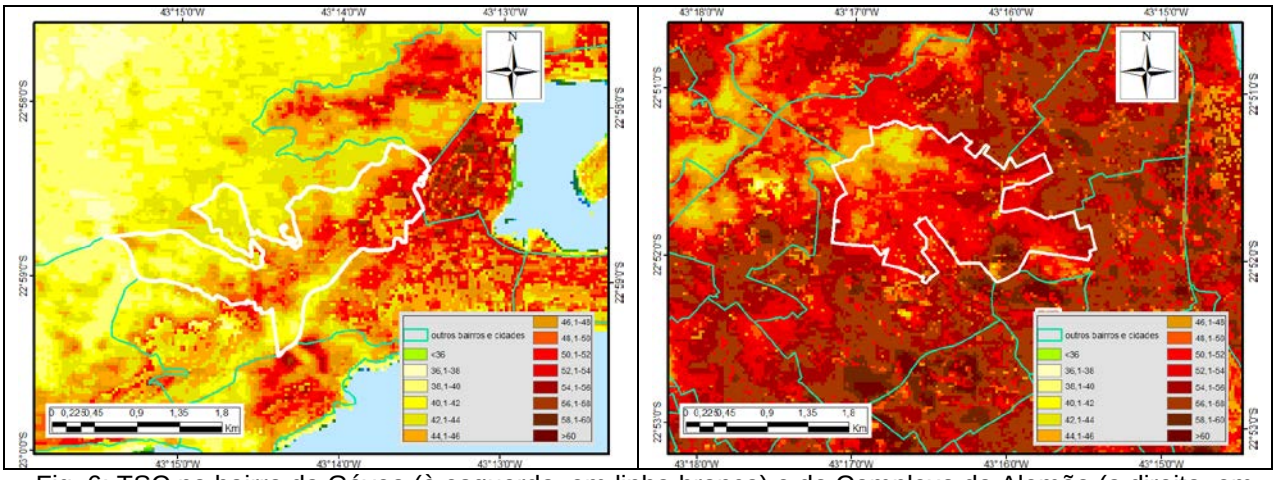


Fig. 6: TSC no bairro da Gávea (à esquerda, em linha branca) e do Complexo do Alemão (a direita, em linha branca) no período 1984-2010.

O mapa da TSC mostra áreas mais quentes em Costa Barros, com valores entre 48 e 58ºC em tons de vermelho, enquanto no Leblon os valores oscilam entre 40 e 52ºC, visualizado em tons amarelo-vermelho (Fig. 8). Os valores médios, quantificados na Tabela 2, confirmam Costa Barros com TSC mais alta, com diferença acima de 4ºC para a TSC máxima e média. Costa Barros constrasta com o "mar de prédios" do Leblon. É um bairro residencial, com predomínio da ocupação horizontal, as habitações em favelas e o baixo espaço arborizado. Assim como no Complexo do Alemão, mas com um menor número de

domicílios situados em favelas, Costa Barros é um espaço altamente urbanizado com habitações compostas de material de alta absorção de energia e baixa dissipação de calor. O bairro simplifica a maioria dos bairros suburbanos da cidade do Rio de Janeiro, mesclando casas de um ou dois pavimentos e favelas espalhadas nas encostas dos morros, nas varzeas ou à beira de rios. Já o Leblon, que está entre os cinco bairros com o metro quadrado mais caro do Brasil, apresenta um padrão bastante semelhante a Gávea, definindo um perfil dos bairros mais elitizados da cidade do Rio de Janeiro. Diferentemente do observado entre os bairros da Gávea e do Complexo do Alemão, a densidade demográfica[2] é superior no Leblon, 213,8, contra 156,7 de Costa Barros, no entanto, os moradores do Leblon vivem em um espaço de menor stress térmico.

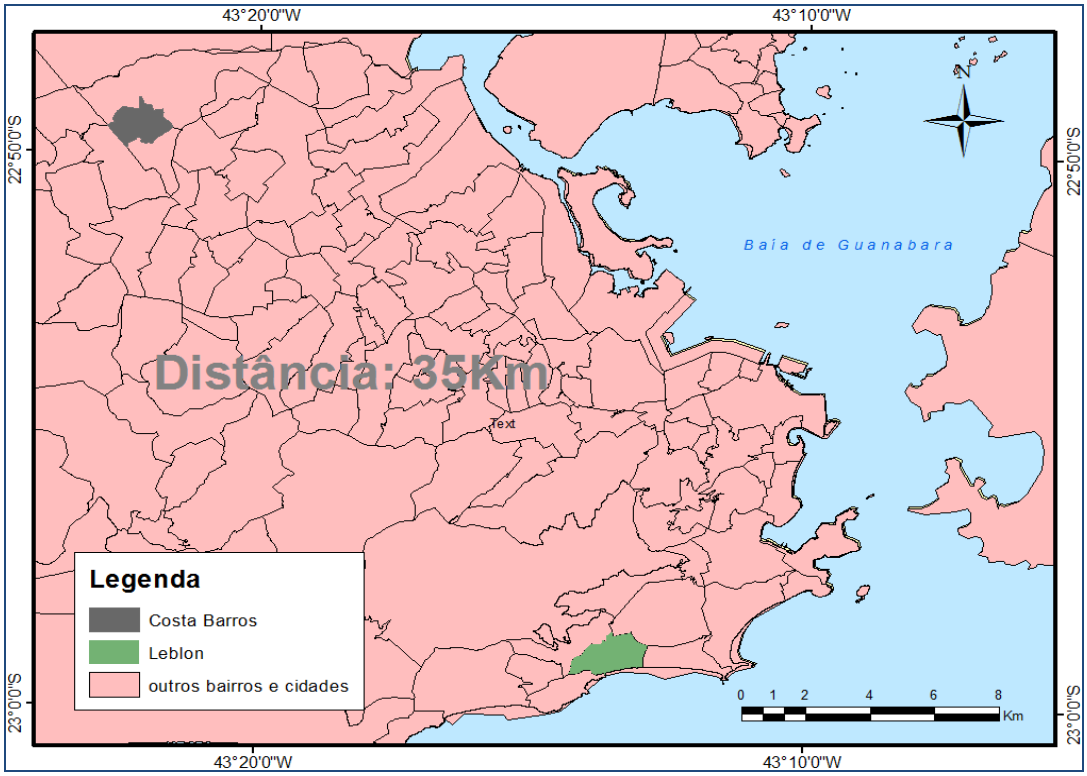


Fig. 7: Localização dos bairros do Leblon e Costa Barros na cidade do Rio de Janeiro.

[2] A população absoluta do Leblon é de 46.044 habitantes com uma área territorial de 215,31 ha; a população absoluta de Costa Barros é de 28.442 habitantes com uma área territorial de 181,48ha.

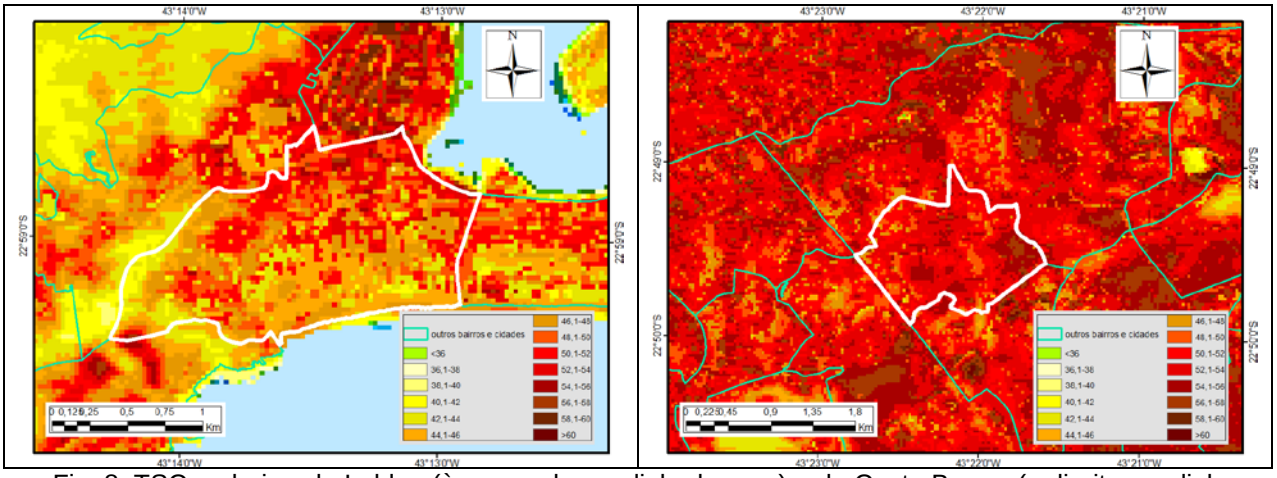


Fig. 8. TSC no bairro do Leblon (à esquerda, em linha branca) e de Costa Barros (a direita, em linha branca) do período 1984-2010.

Tabela 2: Valores médios da Temperatura da Superfície Continental (TSC) e IDH no Leblon e em Costa Barros.

		TSC oC					
Bairro	**Localização**	**Mínima**	**Máxima**	**Média**	**Desvio padrão (STD)**	**IDH**	**Ranking**
Leblon	Núcleo metropolitano	38,8	57,3	47,6	3,3	0,967	2
Costa Barros	Periferia	43,2	58,4	52,3	2,2	0,713	125

Finalmente, mas sem esgotar a discussão entre segregação e clima urbano na região metropolitana do Rio de Janeiro, optou-se por uma análise entre dois bairros com o mesmo IDH, que coincidentemente são próximos, como é o caso de Botafogo e Urca (Fig. 9), ambos localizados na zona sul do Rio de Janeiro, e situados em um mesmo espaço econômico-social, o núcleo metropolitano.

O bairro de Botafogo é um dos mais tradicionais da zona sul com ampla rede de serviços, um dos mais completos de toda a região metropolitana, predomínio da verticalização e com uma população de classe média alta. A Urca é um pequeno bairro, exclusivamente residencial, predominando pequenos prédios, geralmente de até 4 pavimentos, casas e uma clase média alta, bastante semelhante a vizinha Botafogo. O bairro da Urca é um dos mais cobiçados de toda cidade, por conta da sua tradição na “boa qualidade de vida”, que inclui tranquilidade, beleza natural (um dos cartões postais mais famosos) e status social.



Fig. 9: Localização dos bairros da Urca e de Botafogo na cidade do Rio de Janeiro.

Na comparação da TSC entre os dois bairros, selecionou-se uma área específica: uma favela em Botafogo, a favela Santa Marta, e os dois primeiros quarteirões da praia da Urca (Fig. 10). O mapa da TSC nos dois bairros é exposto na Figura 11, mas as médias da Tabela 3 são restritas as áreas específicas. A favela Santa Marta apresentou as maiores médias, e em todas as variáveis (máxima, média e mínima), diferentemente da orla da Urca. Ainda que os dois bairros estejam na zona sul, a área mais nobre da região metropolitana, coabtem o mesmo espaço social-econômico e se igualem com o mesmo IDH, há áreas distintas no seio dos bairros, principalmente quando se identifica espaços de favelas, historicamente redutos das baixas condições de qualidade de vida com altos índices de miséria, serviços incipientes de educação, saúde e cultura e muitas habitações insalubres. Trata-se de uma singularidade das áreas nobres da cidade do Rio de Janeiro: favelas contíguas a habitações de classe média alta e luxuosa. A Urca é um dos poucos bairros com ausência deste contraste, mas ainda assim conta com uma vila de funcionários que atualmente é alçada ao status de favela. Soma-se, ainda, que a densidade demográfica[3] do bairro da Urca é uma das mais baixas da cidade, 30,4, o que reforça a sua atração (um bairro menos “congestionado”).

[3] A população absoluta da Urca atinge 7061 habitantes em uma área territorial de 231,90 ha; Botafogo conta com uma população absoluta de 82890 habitantes em uma área territorial 479,90 ha e densidade demográfica de 172,7.



Fig. 10. Favela Santa Marta, em Botafogo (à esquerda) e bairro da Urca (à direita).

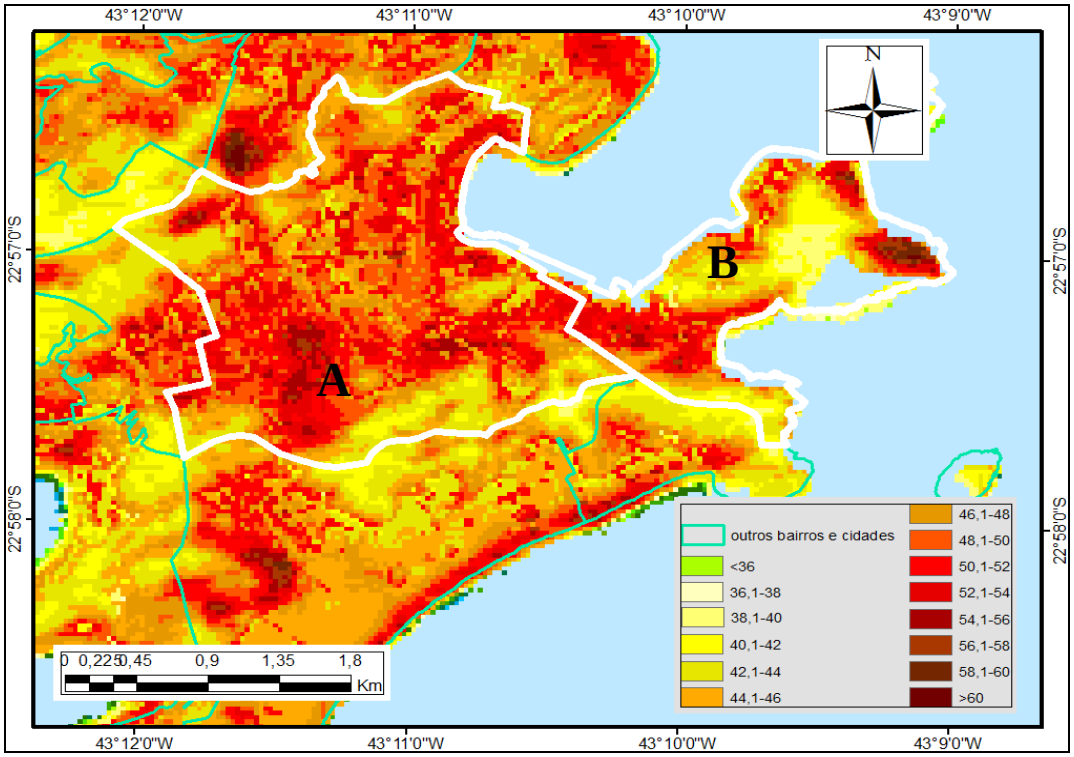


Fig. 11. TSC no bairro de Botafogo (A) e da Urca (B) no período 1984-2010.

Tabela 3: Valores médios da Temperatura da Superfície Continental (TSC) e IDH em Botafogo e na Urca.

		TSC oC					
Bairro	**Localização**	**Mínima**	**Máxima**	**Média**	**Desvio padrão (STD)**	**IDH**	**Ranking**
Favela Santa Marta	Núcleo metropolitano	43,5	52,9	47,2	2	0,952	13
praia da Urca	Núcleo metropolitano	41,5	50,2	45,6	1,6	0,952	13

5. Considerações finais

Este trabalho contribui acerca da discussão entre meio ambiente e segregação espacial sob a ótica da climatologia urbana. Não se encerra a discussão, mas introduz o tema que requer aperfeiçoamento no uso dos dados e da técnica, edificando uma metodologia mais enriquecedora. Por sua natureza epistemológica, a Geografia oferece uma proposta integradora no tratamento do tema, que compõe e combina conteúdo das ciências sociais e naturais.

Foi realizado um diagnóstico da temperatura na região metropolitana do Rio de Janeiro com fins de diagnosticar a ilha de calor urbana e sua repercussão no agravamento da segregação espacial. O núcleo mais quente da ilha de calor não se materializou numa localidade única da RMRJ ou somente na área central de negócios, situação recorrente nos países europeus e norte-americanos, que define a “ilha de calor clássica”. Diferentemente, a RMRJ tem sua ilha de calor de natureza “polinucleada”, isto é, com vários núcleos de calor distribuídos no espaço metropolitano, configurando uma “ilha de calor metropolitana”. Estes núcleos estão concentrados nas grandes vias rodoviárias, em áreas obsoletas ou degradados da zona portuária e do subúrbio, que ocupam grandes galpões ou terrenos de antigas indústrias e fábricas, na periferia e nas favelas. Por outro lado, as áreas mais amenas, nomeadas como “ilhas de frescor”, localizaram-se nas proximidades dos maciços costeiros com floresta, no entorno das lagoas litorâneas e nos parques urbanos.

A espacialização verificada comprova que a situação social e a renda também definem os espaços de maior conforto e desconforto térmico urbano estabelecendo outro tipo de segregação espacial, a “segregação socioambiental”. Assim, os espaços de maior conforto, que predomina a ilha de frescor, estão localizados nas áreas de melhor infraestrutura urbana, com material de construção mais sustentável e na proximidade das amenidades do “verde” (parques e florestas) e do “azul” (o mar e a lagoa). Os espaços com maior desconforto, com maiores focos da ilha de calor, estão situados nas áreas com infraestrutura urbana precária, de material urbano de pior qualidade e ausentes ou distantes das amenidades da natureza, constituindo espaços insalubres, mais comuns nos bairros de periferia e nas favelas.

Com os grandes investimentos em obras de diversas naturezas por qual atravessa a RMRJ, espera-se que as condições de infraestrutura urbana e as condições ambientais se tornem mais justas, proporcionando situações de melhor conforto térmico para toda metrópole, mas principalmente nos espaços mais segregados, socialmente ou ambientalmente, diluindo a segregação socioambiental.

6. Referências bibliográficas

CHANDER, G., MARKHAN, B., L., HELDER, D. L. (2009) Summary of current radiometric calibration coefficients for Landsat MSS, TM, ETM+, and EO-1 ALI sensors. *Remote Sensing of Environment*, 113, 893–903;

CORRÊA, R.L. (2013). Segregação residencial: classes sociais e espaço urbano. In Vasconcelos, P.A.; Corrêa, R.L.; Silvana, M.P. (Eds.) *A cidade contemporânea: segregação espacial* (pp. 39-59). São Paulo: Contexto;

EKLUNDH, L. R. (1995) Noise estimation in NOAA AVHRR maximum-value composite NDVI images, *International Journal of Remote Sensing*, 16 (15), 2955–2962;

FRANÇA, G. B., CRACKNELL, A. P. (1995) A simple cloud masking approach using NOAA AVHRR daytime data for tropical areas. *International Journal of Remote Sensing*, 16, 1697–1705;

GALLO, K. P., TARPLEY, J. D., MCNAB, A. L. et al. (1995) Assessment of urban heat islands: a satellite perspective, *Atmospheric Research*, 37(2), 37-43;

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Censo demográfico de 2010. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm. Acessado em 30 de dezembro de 2014;

Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos (IPP). Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro. Armazém dos Dados. Disponível em: http://www.armazemdedados.rio.rj.gov.br/. Acessado em 30 de dezembro de 2014;

LOUGEAY, R., BRAZEL, A., HUBBLE, M. (1996) Monitoring intra-urban temperature patterns and associated land cover in Phoenix, Arizona using Landsat thermal data, *Geocarto International*, 11, 79– 89;

LUCENA, A.J. (2012) *A ilha de calor na região metropolitana do Rio de Janeiro*. Dissertação de Doutoramento. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro;

LUCENA, A.J., ROTUNNO FILHO, O. C., PERES, L.F., FRANÇA, J.R.A. (2013) Algorithms implementation for land surface temperature estimation based on Landsat data as an indicator of urban heat island. In *Joint Urban Remote Sensing Event* (JURSE). São Paulo/SP, Brasil. IEEE. 262-266;

NORMAN, J.M., KUSTASB, W.P., HUMES, K.S. (1995) Source approach for estimating soil and vegetation energy fluxes in observations of directional radiometric surface temperature, *Agricultural and Forest Meteorology*, 77 (3-4), 263–293;

OKE, T.R. (1987) *Boundary Layer climate*. 2 ed. Methuen, London;

QIN, Z., KAMIELI, A., BERLINER, P. (2001) A mono-window algorithm for retrieving land surface temperature from Landsat TM data and its application to the Israel-Egypt border region. *International Journal of Remote Sensing*, 22, 3719–3746;

RIZWAN, A. M., DENNIS, Y.C., LEUNG, L. C., et al. (2008). A review on the generation, determination and mitigation of Urban Heat Island, *Journal of Environmental Sciences*, 20 (2), 120–128;

SOUZA, J. D., SILVA, B. B. (2005) Correção atmosférica para temperatura da superfície obtida com imagem TM: Landsat 5. *Revista Brasileira de Geofísica*, 23, 349-358;

SOUZA, M.L. (2013). *ABC do desenvolvimento urbano*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil;

VAN DE GRIEND, A. A., OWE, M. (1993) On the relationship between thermal emissivity and the normalized difference vegetation index for natural surfaces. *International Journal of Remote Sensing*, 14, 1119–1131;

VASCONCELOS, P.A. (2013). Contribuição para o debate sobre processos e formas socioespaciais nas cidades. In Vasconcelos, P.A.; Corrêa, R.L.; Silvana, M.P. (Eds.) *A cidade contemporânea: segregação espacial* (pp. 17-37). São Paulo: Contexto;

VASCONCELOS, P.A.; CORRÊA, R.L.; SILVANA, M.P. (Eds.) (2013). *A cidade contemporânea: segregação espacial*. São Paulo: Contexto;

VOOGT, J. A., OKE, T. R. (2003) Thermal remote sensing of urban climates. *Remote Sensing of Environment*, 86: 370–384.

TEKIC, Ivan, FUERST-BJELIS, Borna, DURBESIC, Anamarija (2015). ***The impact of aleppo pine afforestation on the structure and dynamics of landscape in mediterranean Croatia.*** The overarching issues of the european space: spatial planning and multiple paths to sustainable and inclusive development. Porto. FLUP. pp. 207-221

THE IMPACT OF ALEPPO PINE AFFORESTATION ON THE STRUCTURE AND DYNAMICS OF LANDSCAPE IN MEDITERRANEAN CROATIA

Ivan TEKIĆ
University of Zagreb
ivan.tekic5@gmail.com
Borna FUERST-BJELIŠ
University of Zagreb
bornafb@geog.pmf.hr
Anamarija DURBEŠIĆ
Hrvatske šume d.o.o.
anamarija.durbesic@hrsume.hr

Abstract

Unlike the rest of Europe, the Mediterranean region is characterized by large biodiversity of floral species. Due to intensive human influences forest cover of autochthonous Holm oak (*Quercus ilex*) is reduced to small dislocated patches of stands. This deforestation has led to massive erosion and loss of soil which prompted widespread afforestation efforts throughout the Mediterranean region. Because of its resistance to drought and capability to grow on highly degraded soils, as well as its fast growing and the ability to gradually rejuvenate soil on which it grows, Aleppo pine (*Pinus halepensis*), a pine species native to western Mediterranean, was the most commonly used specie. Rejuvenation of soil on which it grows is one of the main goals of afforestation in order to create the conditions for the growth of autochthonous Holm oak. However, the invasive spreading of Aleppo pine, its negative effects on floral biodiversity and susceptibility to fires have started to raise questions regarding the possibility of success. The case study in Dalmatia, the littoral part of Croatia, has shown that Aleppo pine is becoming the most dominant element of littoral landscape due to combined effects of afforestation and natural rejuvenation. Still, its ecological effects are yet to be truly understood.

Keywords: Aleppo pine (*Pinus halepensis*), afforestation, Mediterranean, Geographical Information System - GIS.

Résumé

Contrairement au reste de l'Europe, la région méditerranéenne est caractérisée par une large biodiversité des espèces locales. Sous une influence humaine intense, les forêts autochtones de chênes verts (*Quercus ilex*) n'occupent plus que de petites surfaces localisées. Une telle déforestation a engendré érosion et perte de sol massives qui ont entraîné l'élaboration de projets de reboisement sur toute la région méditerranéenne. En raison de

sa résistance à la sécheresse, de sa capacité de prospérer sur des sols dégradés et d'une croissance accélérée avec faculté de s'étendre rapidement en renouvelant progressivement le sol sur lequel il pousse, la pin d'Alep (*Pinus halepensis*), est l'espèce autochtone de Méditerranée occidentale la plus utilisée à cette fin. Le renouvellement du sol est en effet un des objectifs principaux du boisement visant en dernier lieu à créer les conditions de développement de l'espèce autochtone du chêne vert. Cependant, le caractère invasif de la croissance du pin d'Alep qui a une influence négative sur la biodiversité ainsi que sa vulnérabilité aux incendies rendent contestable le succès de cette méthode pour restaurer la végétation autochtone. L'étude des différents cas en Dalmatie et sur tout le littoral de Croatie a montré que le pin d'Alep est devenu l'élément dominant du paysage grâce à l'effet combiné du boisement et de la rapidité de son extension naturelle. Les implications écologiques de ce processus sont évidemment beaucoup plus complexes.

Mots clés : Pin d'Alep (*Pinus halepensis*), reboisement, Méditerranée, Système informatique géographique SIG.

1. Introduction

The Mediterranean floral species and vegetation structure emanate from glacial and interglacial periods that have had profound impact on European living organisms. While most of the middle and northern parts of Europe were covered with thick ice cover, warm, maritime air masses have enabled life to bloom on the shores of what is today known as the Mediterranean sea (Grove and Rackham, 2001). As a result, the Mediterranean nowadays, with its area of 2.3 million km², provides a habitat for nearly 25 000 species in contrast to non-Mediterranean Europe that encompasses 8 million km² with approximately only 6 000 floral species (Quézel, 2005; Harriet, 2009). Even though such floral diversity can be attributed to climate conditions, vegetation composition is heavily impacted by human activities ranging back as far as 6 000 years BP. Along with the warming of climate around 10 000 years BP, species accommodated to cold climates retreated and Holm oak (*Quercus ilex*) gradually started to dominate the Mediterranean forest vegetation. Its spatial distribution was so widespread that it is to this day usually regarded as the climax vegetation type of the Mediterranean. However, several millennia of human activities decimated Holm oak forests (mainly through clearing forests for agricultural areas and obtaining wood) to such extent that in some of the Mediterranean countries they can only be found in the form of degraded vegetation types such as *macchia.* As Holm oak forests gradually disappeared, newly induced ecological conditions allowed the wider spread of other tree species, among others Aleppo pine (*Pinus halepensis*) (Grove and Rackham, 2001; Quézel, 2005).

2. Aleppo Pine in the Mediterranean

Aleppo pine is the Mediterranean pine species which was first described and classified in 1768 by Phillip Miller on the basis of trees that were grown from seeds originating from Aleppo area in Syria. As a result, its name, *Pinus halepensis*, led to misconception about its natural distribution area. Aleppo pine's distribution is dominantly west-Mediterranean, and not east-Mediterranean as it is commonly believed (Trinajstić et al., 2011) (Fig. 1). Archeological, botanical, palynologycal and historical research has shown that Aleppo pine could barely be found in vegetation composition of Israel by the beginning of 20th century, while its present share of 50% in Israelian wood cover is a result of intensive afforestation efforts (Liphschitz and Biger, 2001). In France, mostly in its Mediterranean part, Aleppo pine forest areas have also increased from 360 km² in 1878 to 1050 km² in 1900 while today they encompass more than 2000 km² (Grove and Rackham, 2001), that is altogether an increase of 455 %. Situation is similar in Spain, country with largest Aleppo pine forests as their area has increased by 75% in the last 50 years (Chirino et al., 2005).

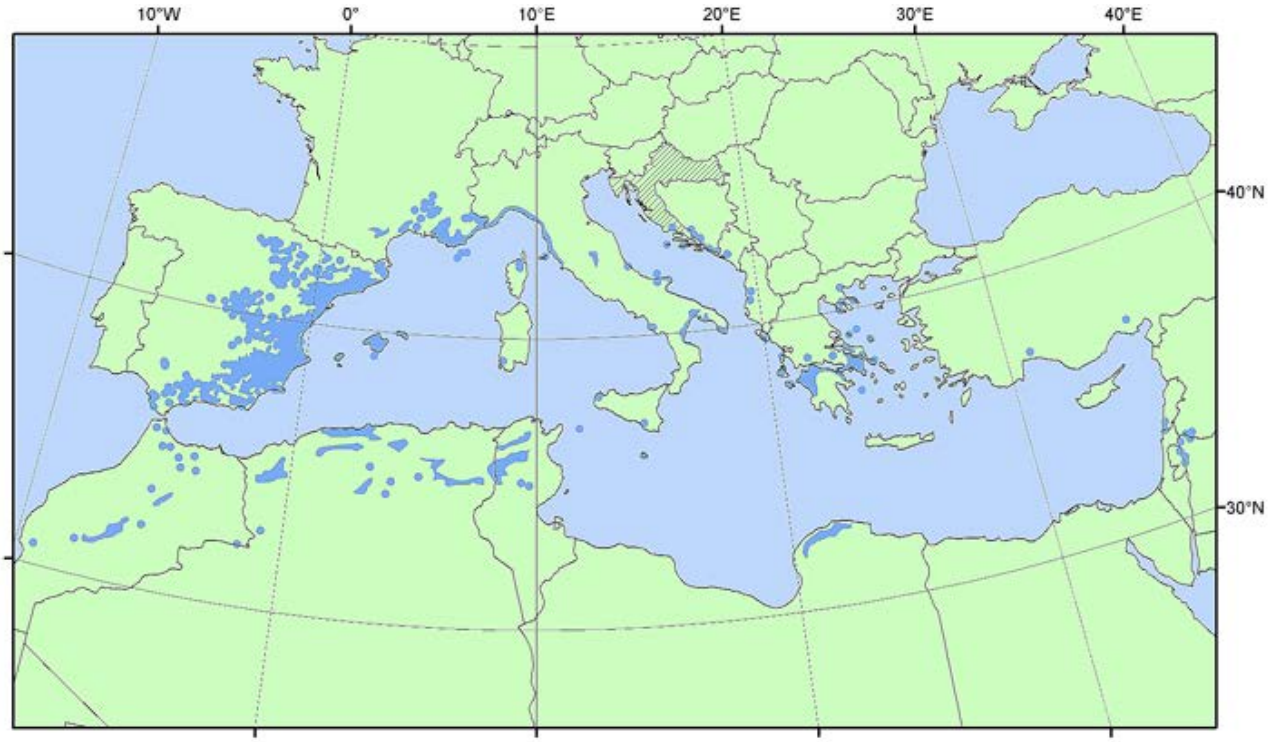


Fig. 1. Area of natural growth of Aleppo pine in the Mediterranean
Source: EUFORGEN, 2009.

This massive increase of Aleppo pine forest area is a result of intensive afforestation efforts in the Mediterranean countries that has begun in the mid-19th century after scholars acknowledged the devastating effects of deforestation. The species that would be chosen for afforestation had to be well adapted to the Mediterranean climate and soils and also had to grow reasonably fast in order for afforestation to be effective. Foresters and botanist chose several potential species, among which certain allochthonous species like eucalyptus could be found, but they predominantly used Aleppo pine for afforestation of coastal Mediterranean and Black pine (*Pinus nigra*) for sub-Mediterranean areas (Hughes, 2005). In Spain, for example, in the last 50 years pines have constituted 85% of all forest plantations (Chirino et al., 2005) while in the period from 1945 to 1986 Aleppo pine had a share of 55% of all afforested areas in Algeria, 71% in Greece, 86% in Portugal, and as much as 94% in Turkey (Pausas et al., 2004). In addition to afforestation efforts, the Mediterranean forests are also expanding because of the natural spreading due to changes in human activities which have occurred during the last century. Rapid industrialization and littoralization have led to reduced number of agricultural workers which in turn caused the abandoning of numerous agricultural areas and reduction in number of domestic animals, thus allowing the process of secondary succession that is now dominated by expansionist species such as Aleppo pine (Grove and Rackham, 2001; Quézel, 2005). Such combined effect of afforestation followed by natural spreading has more than doubled the natural growth area of Aleppo pine in the last century.

3. Aleppo Pine in Croatia

In the Croatian Mediterranean Aleppo pine is now widespread along the whole coast and most of the islands. Given the environmental conditions it is possible to differentiate three areas of its growth. In the north Adriatic Aleppo pine is successfully grown in forest plantations, but the seeds from those stands do not spread naturally and there is no new natural growth. On the coast of the middle Adriatic Aleppo pine is gradually spreading on abandoned farmlands from the stands that have resulted from intensive afforestation efforts. The ecological conditions of the south Adriatic, warmest part of Croatia, are facilitating the successful expansion of Aleppo pine and it nowadays occupies all the surfaces, and shows the characteristics of native species (Trinajstić et al., 2011). Although Beug (1967) argues that it is difficult to prove if the Aleppo pine is native to the Croatian coast, according to Trinajstić (2011), the composition of Croatian Aleppo pine forests is in no way different than the composition of the same forests from other parts of the Mediterranean, suggesting it to be partially native. The results of anatomical and physiological analysis of the structure of needles have shown that the populations of Croatian Aleppo pine are different from populations in other parts of the Mediterranean which indicates a long-term isolation from populations in other areas, thus supporting the idea of autochthony. However, most scholars agree that Croatian Aleppo pine is native in the areas where there are same environmental conditions as in other parts of the Mediterranean where Aleppo pine constitutes the basis of forest vegetation. This area

includes the coastal part of Dalmatian region south of the city Split and all islands south of the island Krapanj (Kajba et al., 2011; Prpić et al., 2011; Trinajstić, 2011) (Fig. 2).

Being a part of the wider Mediterranean region, Croatia shares its similar ecological conditions which means that Holm oak forests represent the climax vegetation. Holm oak indeed did cover vast areas of coastal Croatia until the beginning of the new era when the large scale wood exploitation by Romans and Greeks started (Šoštarić, 2005). Beug (1967) states that the Greeks, and later Romans, are the ones responsible for spreading and cultivating Aleppo pine in the southern parts of Croatia, while Meštrović (2011) supports this claim with evidence dating from the Classical period. Apparently, as Holm oak forests were being cut down for its quality wood, Aleppo pine was gradually spreading on the newly formed available terrain.

Period from the Middle ages to the 19th century saw the most widespread disappearance of wood cover in littoral Croatia which resulted in intensive erosion amplified by karst features of terrain. Rapid loss of quality soil, along with massive goat and sheep grazing, was alarming because it made impossible for vegetation cover to regenerate. This is one of the reasons afforestation efforts were carried out in minor extent in mid-18th century, with greater intensification from the end of the 19th century and onward. Aleppo pine was, like in the rest of Mediterranean, dominant species that was planted (Meštrović et al., 2011).

4. Ecology of Aleppo Pine

The choice of Aleppo pine for afforestation of the Mediterranean degraded areas can be attributed to its wide ecological amplitude, that is its good adaption to a variety of pedological, hydrological and climatic conditions. Aleppo pine is extremely xerophyl species, which means that it has developed adjustments by which it overcomes the lack of water during the year. Prpić et al. (2011) conducted an experiment which showed that Aleppo pine trees suffered no consequences even 121 days after the last watering. They grow with ease on highly degraded soils and their planting does not require a lot of effort and financial costs (Prgin, 1995; Maestre and Cortina, 2004). In addition, Aleppo pine's suitability for afforestation is magnified due to its very rapid growth and the possibility of natural expansion and rejuvenation (Vidaković, 1972).

The ground under the stands of Aleppo pine gradually becomes covered with pine needles and soil acquires properties which enable the growth of climatozonal vegetation (Maestre and Cortina, 2004; Matić et al., 2011; Prpić et al., 2011). Thus, over time, Aleppo pine's expansion over degraded areas creates the conditions for the re-growth of Holm oak and its chaperon vegetation. Being a climatozonal vegetation in Mediterranean, Holm oak has specific needs related to the properties of the soil that has been disturbed

by anthropogenic impact over the millennia so direct planting of its seeds in the ground would not bring the desired results (Matić et al., 1997). Firstly it is necessary to enable the process of regeneration of the forest floor, and as already mentioned, due to very good adaptability to adverse conditions in degraded habitats Aleppo pine was chosen for the purpose. Once a Holm oak appears under the stand of Aleppo pine, it is necessary to implement silvicultural methods to cultivate its growth, support the removal of trees that block the sunlight and gradually introduce new seeds of native vegetation (Matić et al., 1997).

Fire plays a vital role in the ecology of Aleppo pine. Aleppo pine belongs to the plant group of pyrophytes, that is plants whose expansion is supported by fires (Trinajstić, 1993). Its mechanism of fire survival lies in the extremely high seed production (Daskalakou and Thanos, 2004). Seeds are located in the cones that crumble or explode during or after the fire because of the intensive heating and cooling thus densely seeding the burnt area (Prpić et al., 2011). Studies in Greece have shown that Aleppo pine can produce an annual amount of 25 to 105,000 seeds per km² (Way, 2006) and within a year and after the first autumn rains, sprouting of new trees begins and the burnt area gets gradually regenerated (Daskalakou and Thanos, 2004). Fire has another major role in the spreading of Aleppo pine trees. This species is the most incendiary species throughout the Mediterranean and it stimulates fires because it destroys competition for new young trees and provides the conditions for successful germination of seeds on areas where it would not be possible without fire due to pre-existing vegetation (Grove and Rackham, 2001). This is the principal mechanism how Aleppo pine spreads on areas that were once densely covered with *macchia*. Large amount of seeds on the trees represents the second step in the control of competing plants, which takes place after the fire. A dense cover of young Aleppo pine trees grows from abundant seeds and their number per hectare ranges from several thousand to over a million (Tolić, 1996). Research in Dalmatia (Dubravac et al., 2006; Dubravac and Baričić, 2012) showed that post-fire number of seedlings per hectare that grew from, for example, 800 burnt trees, ranged from around 40 000 to over 100 000 individuals per hectare.

Thus, a large amount of Aleppo pine seedlings in a small area leads to the depletion of moisture and nutrients from the soil and sheltering of the light which hinders the growth of other species (Miles, 2009). Spreading of the Aleppo pine is therefore often considered as having an invasive character and can be regarded as in contrast with one of the environmental politics of European Union which advocates biodiversity protection of the Mediterranean ecosystems (Chirino et al., 2006; Dubravac et al., 2006). Works of Chaparro and Esteve (1996) have shown the reduction of floral species on the ground layer of Aleppo pine stand by 20% while the research of Trinajstić (1993) has estimated a 50% decrease.

5. Case study: research area and methods

Due to the afforestation efforts in the last century Aleppo pine forests are becoming one of the most important elements of the Mediterranean landscape. Their constant increase in area is often uncontrolled and the official data do not represent the real situation in the field. Thus, the purpose of this research was to investigate the change of landscape structure and dynamics due to the Aleppo pine expansion since the documentation of its first stand in the 19th century on the island of Krapanj onwards. The research has been carried out during June and July in 2013.

The research area refers to Dalmatia, the Mediterranean part of Croatia, precisely its central section, with associated islands. It covers 483.8 km² in total, not including water surface (Fig. 2).

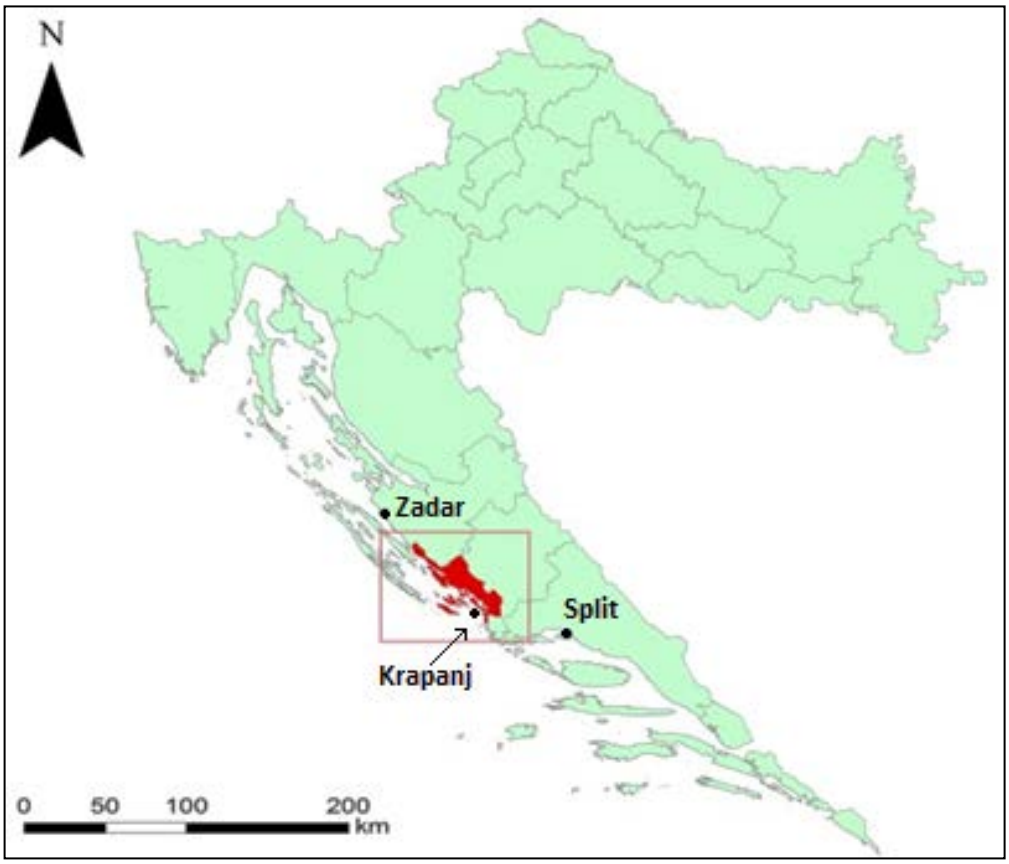


Fig. 2. Research area.
Author: I. Tekić

The research is based primarily on the forestry data of the public enterprise *Hrvatske šume* (*Croatian Forests*), satellite imagery of the *State Geodetic Administration of Republic of Croatia* and *Google Maps Street View* application, as well as on direct field research. All the data is supplemented with

published results from the previous research carried out on the Croatian territory as well as in the broader Mediterranean region. Finally, a map of landscape categories based on Aleppo pine distribution is created in ArcMap 10.0 software (Fig. 3).

6. Results and discussion

The direct consequence of the afforestation carried out in central Dalmatia is the appearance of Aleppo pine stands that did not exist there before. As already noted, Aleppo pine in Croatia is considered native on the coastline south of Split, and on islands south of Krapanj (Kajba et al., 2011; Prpić et al., 2011; Trinajstić, 2011). Therefore, the only wild, natural Aleppo pine forest in the research area can be found on island Krapanj where it was shrunk from 30 ha in 19th century to 3 ha nowadays due to clearing for settlement (Prgin, 1995). This means that all other Aleppo pine forests in research area are of anthropogenic origin, introduced from elsewhere and thus allochthonous. The absence of Aleppo pine in this area (except on island Krapanj) is evident from the work Flora Dalmatica written by De Visiani (1852) where he named the places on Croatian coast where Aleppo pine stands could be found. Nevertheless, Aleppo pine can today be found along the whole coast of the research area, as well as in the interior parts. Its area of growth is constantly expanding due to natural spreading. The first stands of Aleppo pine where planted in 19th century, and by the middle of the 20th century 97% of newly grown forests were Aleppo pine forests (Prgin, 1995).

According to data from *Hrvatske šume d.o.o.* (*Croatian Forests*) and *CORINE Land Cover Database*, Aleppo pine forests cover 5% of research area, but satellite images and field examination have shown that these data include only dense stands of Aleppo pine trees and ignore the appearance of Aleppo pine in combination with other vegetation types. Also, categories in *CORINE Land Cover Database* are not defined precisely which means that categories such as 'transitional forest area' or 'schlerophyllous vegetation' can also include Aleppo pine stands. This is the reason why field research, supplemented with the analysis of satellite images, was conducted.

The results regarding the spatial distribution of Aleppo pine have been grouped in three categories: Aleppo pine dominance, larger clusters of Aleppo pine trees and sporadic appearance of Aleppo pine trees (Fig. 3). Areas where Aleppo pine does not grow have also been grouped in three categories: no Aleppo pine trees, agricultural areas and settlements and other built areas. The differences between these categories could not be quantified, so they were determined on the basis of the visual assessment of landscape and representation of Aleppo pine in contrast to other vegetation types.

The category „Aleppo pine dominance“ represents areas where Aleppo pine trees completely cover the landscape without other types of vegetation being visible, even though it is present on the surface layer (Fig. 4). This type of landscape prevails mainly in the vicinity of settlements for those areas are

among the first ones that have been afforested due to development of tourist activities, and on islands where agricultural activity has almost completely diminished, leaving the abandoned farmlands open for Aleppo pine expansion. The actual coverage partly coincides with the data gathered from *Hrvatske šume d.o.o.* (*Croatian Forests*) and *CORINE Land Cover Database*, however, it shows three times greater extent, i.e. 13% of research area.

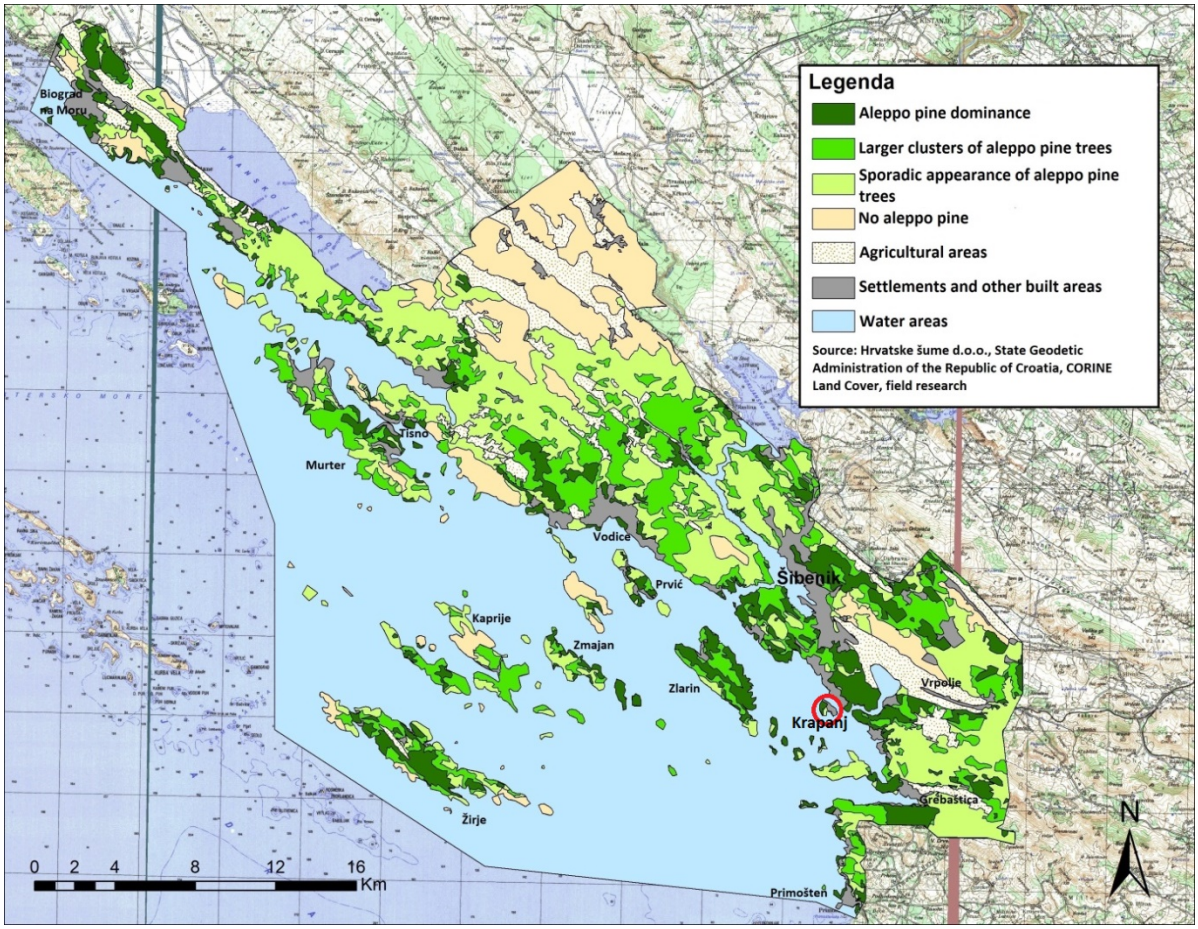


Fig. 3. Landscape categories in research area based on Aleppo pine distribution (The initial area of Aleppo pine stands on island Krapanj; circled).
Author: I. Tekić

The type of landscape where the Aleppo pine trees are still the most prominent visual element, although trees do not grow so tight and other vegetation elements such as high *macchia* are visible, have been classified in the category „larger clusters of Aleppo pine trees“ (Fig. 5). These areas cover 19% of the research area. Still, in these areas official data do not register the existence of Aleppo pine trees.



Fig. 4. Landscape type in the category „Aleppo pine dominance “
Source: I. Tekić, 6 July 2013



Fig. 5. Landscape type in the category „ larger clusters of Aleppo pine trees “
Source: I. Tekić, 6 July 2013

The category „sporadic appearance of Aleppo pine trees“ shows areas where Aleppo pine grows in smaller groups of trees or individually with several tens of meters of distance between them. The landscape of this category mostly consists of dense *macchia* or *garrigue* and represents areas where Aleppo pine trees vanished due to frequent fires, or areas where Aleppo pine has just begun its expansion and is still fighting for survival with other vegetation of *macchia*. It also includes abandoned agricultural areas such as pastures, olive groves and vineyards that are under the process of secondary succession where Aleppo pine's invasive features are most visible (Fig. 6). Covering 33% of research area this category of landscape represents the zone of potential rapid expansion of Aleppo pine trees in the future.



Fig. 6. Aleppo pine invading pastures, example of landscape in the category „sporadic appearance of Aleppo pine trees“
Source: I. Tekić, 8 July 2013

Areas where Aleppo pine trees where not detected in radius of several hundred meters are classified in „no Aleppo pine“ category. Those are mainly inner continental parts of research area where Mediterranean climate is turning into sub-Mediterranean, Holm oak as the dominant element of vegetation cover is being replaced by Downy oak (*Quercus pubescens*) and evergreen vegetation makes a gradual transition into deciduous. Here, the climate conditions do not favor the growth of Aleppo pine and the most prominent pine species is Black pine (*Pinus nigra*). In the Mediterranean part of research area this category of Aleppo pine distribution is present in areas that have been exposed to frequent fires, parts of islands that are facing the open sea and surfaces overgrown with thick *macchia* where Aleppo pine was unable to penetrate. Altogether, landscapes with no Aleppo pine cover 15% of research area, most of it being in the sub-Mediterranean section.

Categories „agricultural areas“ and „settlements and other built areas“, being under constant and direct human impact, do not provide conditions for Aleppo pine to grow, therefore they are excluded from the total research area (Tab. 1).

Table 1 - Share of landscape categories according to Aleppo pine appearance in the total research area

Category	*Area in hectares*	*Share in total area (%)*	*Share in research area without agricultural and built areas (%)*
Aleppo pine dominance	6 400	13.2	16.4
Larger clusters of Aleppo pine trees	9 280	19.2	23.7
Sporadic appearance of Aleppo pine trees	16 100	33.3	41.1
No Aleppo pine trees	7 350	15.2	18.8
Agricultural area	5 380	11.1	*not included*
Settlements and other built areas	3 870	8	*not included*
Total	48 380	100	100

Source: Hrvatske šume d.o.o., CORINE Land Cover database, State Geodetic Administration of the Republic of Croatia, field research.

The results show that Aleppo pine covers 81% of the research area, while 40% of area with thick cover of stands (categories „Aleppo pine dominance“ and „larger clusters of Aleppo pine trees“). Comparing the recent cover with the one before the afforestation activities, when the only Aleppo pine forest of merely 30 ha was located on island Krapanj, the spreading of dense stands over the 51 000% larger area in 160 years can be calculated. Taking into account the area of sporadic distribution, the expanding rate goes to 105 000% or 600% per year. That makes Aleppo pine the species with the highest rate of spreading in the Croatian littoral and the main modifier of this region’s landscape.

7. Conclusion

Despite the extent of afforestation with Aleppo pine and the time that has passed since its beginning, a critical review and analysis of the environmental impact of these plantations in semi-arid areas of the Mediterranean basin has not yet been made (Maestre and Cortina, 2004). Understanding the environmental and social consequences is important in order to assess past and future forest policies and devise alternative strategies for vegetation recovering. The importance of this issue goes beyond the

borders of the Mediterranean since afforestation with Aleppo pine forests started in other areas of the world with Mediterranean climate such as Australia and California.

Nowadays, the purpose of Aleppo pine afforestation is being questioned by numerous authors (Španjol et al., 2006, 2009; Tolić, 1996; Maestre and Cortina, 2004; Ruiz-Dowry and Gonzalez-Rebollar, 2013). It is generally considered that Aleppo pine afforestation enables the succession of autochthonous Holm oak in the ground layer. However, the replacement of Aleppo pine forest with Holm oak forest requires intensive silvicultural procedures. Once the ecological conditions for quality growth of Holm oak have been provided, natural regeneration of Aleppo pine will cease. Eventually Aleppo pine trees that live up to 150 years will begin to disappear. Their place will be taken by Holm oak trees that have vitality, longevity and resistance to fire unmatched by no other alien species in this region (Prgin, 1995). However, throughout the Mediterranean there is no example of Aleppo pine forest that survived without fire for so long to be replaced by other species such as the Holm oak (Grove and Rackham, 2001).

Acknowledgment*: The authors would like to express their gratitude to Ms. Solange Barišić and Ms. Maja Čatlak for their assistance in the translation of the text.*

8. Bibliography

BEUG, H. (1967). On the forest history of the Dalmatian coast. *Review of Palaeobotany and Palynology, 2*, 271-279.

CHAPARRO, J., ESTEVE, M. A. (1996). Criterios para restaurar la vegetación en ambientes mediterraneos semiaridos. *Quercus, 121*, 14-17.

CHIRINO, E., BONET, A., BELLOT, J., SÁNCHEZ, J. (2006). Effects of 30-year-old Aleppo pine plantations on runoff, soil erosion, and plant diversity in a semi-arid landscape in south eastern Spain. *Catena, 65*, 19-29.

DASKALAKOU, E. N, THANOS, C. A. (2004). Postfire regeneration of Aleppo pine – the temporal pattern of seedling recruitment*. Plant Ecology, 171*(1-2), 81-89.

DE VISIANI, R. (1852). Flora Dalmatica: sive enumeratio stirpium vascularium quas hactenus in Dalmatia lectas et sibi digessit. Lipsiae: Hopfmeister.

DUBRAVAC, T., VRBEK, B., LALIĆ, Z. (2006). Prirodna obnova u sastojinama alepskog bora (Pinus Halepensis Mill.) nakon požara. *Radovi-Šumraski institut Jastrebarsko, Izvanredno izdanje 9*, 37-51.

DUBRAVAC, T., BARČIĆ, D. (2012) Prilog poznavanju prirodne obnove nakon požara i problematika njege opožarenih površina u sastojinama alepskoga bora. *Vatrogastvo i upravljanje požarima, 1*(3). 38-50.

EUFORGEN, 2009: Distribution map of Aleppo pine (*Pinus halepensis*), http://www.euforgen.org/distribution_maps.html [Accessed 28th July 2013]

GROVE, A., RACKHAM, O. (2001). *The Nature of Mediterranean Europe, An Ecological History*. London: Yale University Press.

HARRIET, A. (2009). Vegetation and Ecosystem Dynamcis. In J. Woodward (Ed.), *The Physical Geography of the Mediterranean* (pp. 203-227). Oxford: Oxford University Press.

HUGHES, D. (2005). *The Mediterranean: An Environmental History*. Santa Barbara: ABC-CLIO, Inc.

KAJBA, D., GRAČAN, J., BOGDAN, S., IVANKOVIĆ, M. (2011). Dostignuća na oplemenjivanju vrsta drveća sredozemnih šuma. In S. Matić (Ed.), *Šume hrvatskoga Sredozemlja* (pp. 329-351). Zagreb: Akademija šumarskih znanosti.

LIPHSCHITZ, N., BIGER, G. (2001). Past distribution of Aleppo pine (Pinus halepensis) in the mountains of Israel (Palestine). *The Holocene, 11*(4), 427-436.

MAESTRE, F., CORTINA, J. (2004). Are Pinus halepensis plantations useful as restoration tool in semiarid Mediterranean areas?. *Forest Ecology and Management, 198* (1-3), 303-317.

MATIĆ, S., ANIĆ, I., ORŠANIĆ, M. (1997). Podizanje, njega i obnova šuma kao temeljni preduvjeti ekološkog, društvenog i gospodarskog napretka Mediterana. *Šumarski list, 121*(9-10), 463-472.

MATIĆ, S., ANIĆ, I., ORŠANIĆ, M., MIKAC, S. (2011). Njega i obnova šuma hrvatskoga Sredozemlja. In S. Matić (Ed.), *Šume hrvatskoga Sredozemlja* (pp. 375-387). Zagreb: Akademija šumarskih znanosti.

MEŠTROVIĆ, Š., MATIĆ, S., TOPIĆ, V. (2011). Zakoni, propisi, uredbe i karte u povijesti šuma hrvatskoga Sredozemlja. In S. Matić (Ed.), *Šume hrvatskoga Sredozemlja* (pp. 25-40). Zagreb: Akademija šumarskih znansti.

MILES, C. (2009). Best practice guidelines for the removal of Aleppo Pines, Coorong District Council, *South Australian Murray-Darling Basin Natural Resource Management Board*, 1-18. Available at: http://www.gwlap.org.au. [Accessed 13th August 2013]

PAUSAS, J. G., BLADÉ, C., VALDECANTOS, A., SEVA, J. P., FUENTES, D., ALLOZA, J. A., VILAGROSA, A., BAUTISTA, S., CORTINA, J., VALLEJO, R. (2004). Pines and oaks in the restoration of Mediterranean landscapes of Spain: New perspectives for an old practice – a review. *Plant ecology, 171*(1-2), 209-220.

PRGIN, D. (1995). Uspijevanje alepskog bora (Pinus halepensis Mill.) na području šibenskog primorja. Doctoral Dissertation. Zagreb:Šumarski fakultet Sveučilišta u Zagrebu.

PRPIĆ, B., TIKVIĆ, I., IDŽOJTIĆ, M., SELETKOVIĆ, Z. (2011). Ekološka konstitucija značajnijih vrsta drveća i grmlja. In S. Matić (Ed.), *Šume hrvatskoga Sredozemlja* (pp. 245-270). Zagreb: Akademija šumarskih znanosti.

RUIZ-MIRAZO, J., GONZALEZ-REBOLLAR, G. L. (2013). Growth and structure of a young Aleppo pine planted forest after thinning for diversification and wildfire prevention. *Forest systems, 22*(1), 47-57.

QUÉZEL, P. (2005). Large-scale Post-glacial Distribution of Vegetation Structures in the Mediterranean Region. In S. Mazzoneli, di Pasquale, G., Mulligan, M., di Martino, P., Rego, F. (Ed.), *Recent Dynamics of the Mediterranean Vegetation and Landscape* (pp. 3-13). Chichester:John Wiley & Sons.

ŠOŠTARIĆ, R. (2005). The development of postglacial vegetation in coastal Croatia. *Acta Botanica Croatica, 64*(2), 383-390.

ŠPANJOL, Ž., BARČIĆ, D., ROSAVEC, R., UGARKOVIĆ, D. (2006). Ameliorative role of Aleppo pine (Pinus halepensis Mill.) in the regeneration of climatozonal vegetation. *Periodicum biologorum, 108*(6), 655-662.

ŠPANJOL, Ž., HRŠAK, V., BARČIĆ, D., ANČIĆ, M., DUBRAVAC, T., ROSAVEC, R., ORŠANIĆ, M. (2009). Pine reforestation of degraded sites on the island of Rab, Croatia. *Plant biosystems, 143*(3), 482-495.

TOLIĆ, I., (1996). Njegom do kvalitetne stabilne sastojine i drvne mase. *Šumarski list, 120*(7-8), 339-346.

TRINAJSTIĆ, I. (1993). Problem sukcesije vegetacije na požarištima alepskoga bora (Pinus halepensis Mill.) u Hrvatskom primorju. *Šumarski list, 117*(3), 131-136.

TRINAJSTIĆ, I. (2011). Fitogeografska raščlanjenost biljnoga pokrova. In S. Matić (Ed.), *Šume hrvatskoga Sredozemlja* (pp. 182-192). Zagreb: Akademija šumarskih znanosti.

TRINAJSTIĆ, I., FRANJIĆ, J., IDŽOJTIĆ, M., ŠKOVRC, Ž. (2011). Taksonomska problematika i rasprostranjenost glavnih vrsta drveća. In S. Matić (Ed.), *Šume hrvatskoga Sredozemlja* (pp. 162-172). Zagreb: Akademija šumarskih znanosti

VIDAKOVIĆ, M. (1972). Novi pogledi na pošumljavanje degradiranog krša. *Šumarski list, 96*(11-12), 426-431.

WAY, S. (2006). Strategic managment of Aleppo Pines on Lower Eyre Peninsula to maximise biodiversity conservation outcomes, *Department for Environment and Heritage* 1-54. Available at: http://www.environment.sa.gov.au. [Accessed 17th August 2013]

MATOS, Fátima, MARQUES, Teresa Sá, GUERRA, Paula, RIBEIRO, Diogo (2015). ***A crise económica e seus impactos na habitação e na vulnerabilidade social.*** The overarching issues of the european space: spatial planning and multiple paths to sustainable and inclusive development. Porto. FLUP. pp. 222-242

A CRISE ECONÓMICA E SEUS IMPACTOS NA HABITAÇÃO E NA VULNERABILIDADE SOCIAL

Fátima Loureiro de MATOS
Departamento de Geografia da FLUP/CEGOT
fmatos@letras.up.pt
Teresa Sá MARQUES
Departamento de Geografia da FLUP/CEGOT
teresasamarques@gmail.com
Paula GUERRA
Departamento de Sociologia da FLUP/Instituto de Sociologia /CEGOT
mariadeguerra@gmail.com
Diogo RIBEIRO
FLUP/GEGOT
mrcotgeo@gmail.com

Resumo

Como outros países da Europa do Sul, Portugal encontra-se numa situação de crise económica, com consequências no aumento dos riscos sociais. Em termos de problemas sociais e habitacionais existem diversos sinais da crise, no entanto, os indicadores disponíveis para medir os seus impactos são relativamente escassos.

Portugal, apesar de ser um país de pequena dimensão, apresenta uma grande diversidade em termos de dinâmicas e características sócio habitacionais. Analisando a evolução da oferta habitacional em Portugal nos últimos 30 anos, podemos afirmar que houve um contexto de grande expansão da habitação e uma melhoria acentuada dos níveis de conforto. Contudo, continuam a existir áreas geográficas onde se concentram problemas habitacionais, muitas vezes associados a contextos residenciais socialmente vulneráveis. Num momento de crise económica, esta conjugação contribui claramente para diminuir a resiliência de determinados territórios.

A pesquisa que apresentamos desenvolve-se a nível nacional e sustenta-se em duas abordagens analíticas, que pretendemos cruzar: os problemas do parque habitacional e as vulnerabilidades sociodemográficas. Para a operacionalização desta abordagem analítica utilizaram-se os dados dos dois últimos Censos (2001 e 211) e alguns indicadores da base de dados da PORDATA “Conhecer a crise”.

Palavras chave: Crise, problemas habitacionais, vulnerabilidade social.

Abstract

Like other countries in Southern Europe, Portugal is in a situation of economic crisis, with consequences for the rising social tensions. In terms of social and housing problems exist various signs of the crises; however, the indicators available to measure their effects are relatively scarce.

Portugal, despite being a small country, has a great diversity in terms of social and housing dynamics and characteristics.When analysing the evolution of housing offer in Portugal in the last 30 years, it is clear that housing has greatly expanded and comfort levels have improved considerably. However, there are still a number of geographical areas where housing problems persist, related mostly to socially vulnerable residential contexts. At a time of economic crisis, this clearly contributes to lowering the resilience of certain territories.

The research presented is developed at national level and is based on two analytical approaches which we intend to intersect: problems related to the housing stock and socio-demographic vulnerabilities. For the operationalization of this analytical approach we used the data of the last two censuses (2001 and 211) and some indicators of PORDATA database "Knowing the crisis".

Keywords: Crisis, housing problems, social vulnerability

1. Introdução

Como outros países da Europa do Sul, Portugal encontra-se numa situação de crise económica, com consequências no aumento dos riscos sociais. Em termos de problemas sociais e habitacionais existem diversos sinais da crise, no entanto, os indicadores disponíveis para medir seus impactos são relativamente escassos

O alojamento é um elemento central da cidadania e do direito à cidade. Na sociedade atual, a habitação além de ser um elemento determinante para atingir o limiar mínimo das necessidades humanas - sendo vital para a sua sobrevivência - tem vindo progressivamente a ser chamada a satisfazer um leque variado de requisitos determinantes para a qualidade de vida das populações. As dinâmicas recentes em termos de crise económica têm levado a uma reconfiguração da problemática do alojamento, dando-lhe novos contornos e desafios.

Portugal, apesar de ser um país de pequena dimensão, apresenta uma grande diversidade em termos de dinâmicas e características sócio habitacionais. Analisando a evolução da oferta habitacional em Portugal nos últimos 30 anos, podemos afirmar que houve um contexto de grande expansão da habitação e uma melhoria acentuada dos níveis de conforto. Contudo, continuam a existir áreas geográficas onde se concentram problemas habitacionais, muitas vezes associados a contextos

residenciais socialmente vulneráveis, num momento de crise económica esta conjugação contribui claramente para diminuir a resiliência de determinados territórios.

A habitação é, sem dúvida a expressão mais imediatamente visível da condição social das populações. No limiar do século XXI, o combate às condições degradantes de habitação que ainda existem, como por exemplo, os edifícios em ruína, os bairros sociais degradados, as habitações sobrelotadas, os alojamentos onde não existem as infraestruturas básicas, os fogos sem as mínimas condições de habitabilidade, pode representar, entre outros, um passo essencial para a coesão social. A problemática da habitação não pode reduzir-se a um simples problema de desequilíbrio entre a oferta e a procura, a questão é mais complexa. A habitação é vivida e é nesta dimensão que se constrói a sua própria identidade e a sua função social (Alcalá,1998). As condições habitacionais, particularmente, o desconforto, a insalubridade e a falta de alojamentos condignos para certos segmentos populacionais, constituem graves problemas que afetam a população, sobretudo, em períodos de crise económica ou de grandes mutações territoriais.

O alojamento ressurgiu nestes últimos anos como um tema central da atualidade social, económica e política. Os problemas existentes serão verdadeiramente novos, diferentes, mais graves? Ou, pura e simplesmente, estamos perante os mesmos problemas, que sob formas variadas, não deixam de reaparecer? Ou essas dificuldades são antes expressão, no domínio do *habitat*, de problemas económicos e sociais que alguns analisam como um produto da crise de adaptação a um novo contexto, enquanto outros como efeitos de mutações profundas e duráveis, ou mesmo rutura? (Ascher,1995). Sustentamos, assim, que o espaço e a sua morfologia não têm interesse por si mesmos, com efeito, o que se reveste de real importância para esta abordagem são as relações sociais que se desenvolvem dentro deste espaço e das suas formas.

Em Portugal vários autores referem que os problemas habitacionais (Ferreira, 1987, Ferreira et al, 1993 e Serra 2002), resultaram em grande parte: do rápido crescimento das áreas metropolitanas associado ao êxodo rural; do retorno dos residentes nas ex-colónias portuguesas após o 25 de Abril; do prolongado congelamento das rendas (que contribuiu para a degradação do parque e sobrelotação); do surto de construção clandestina; da insuficiência de habitação social e a sua má qualidade construtiva (levando a uma rápida degradação do edificado); da concentração de populações carenciadas socialmente homogéneas em bairros sociais (com consequências sociais significativas) e mais recentemente, da presença de imigrantes económicos, em que uma parte significativa destes, vivem em habitações precárias.

O conceito de “mal-estar habitacional” pode ser construído com base num conjunto de indicadores que são diversos, referem-se sobretudo a duas dimensões, os que descrevem situações de deficiência quantitativa de espaço (famílias em alojamentos não clássicos, famílias que partilham alojamentos,

alojamentos sobre ocupados) e os que se referem às características mais qualitativas (alojamentos sem infraestruturas básicas, edifícios degradados a necessitar de reparação).

A pesquisa que apresentamos[1], desenvolve-se a nível nacional e sustenta-se em duas abordagens analíticas, que pretendemos cruzar:

- problemas do parque habitacional - traduzidos sobretudo nos níveis de sobrelotação dos alojamentos, no grau de degradação do património edificado; nas insuficiências ao nível das infraestruturas (por exemplo, água canalizada, saneamento, entre outras) ou relativamente às condições de conforto (por exemplo, habitações sem instalação de banho ou duche e/ou sem sistemas de aquecimento) e ainda, nos problemas associados a discrepâncias de usos tendo em linha de conta as necessidades de diferentes grupos sociais (deficientes, idosos, entre outros). Perante a crise económica atual, a melhoria das condições de habitabilidade está mais condicionada.

- vulnerabilidades sociodemográficas: as características sociodemográficas podem traduzir-se em vulnerabilidades sociais. A fraca escolaridade da população pode condicionar as capacidades e as oportunidades dos indivíduos, em termos de trabalho, rendimentos e acesso à habitação. A população idosa com mais de 65 anos, muitas vezes a residir só, é mais condicionada em termos de capacidades físicas e mobilidade residencial. A população desempregada perde, nomeadamente, em termos de rendimentos e nível de vida o que pode condicionar o acesso à habitação. Os jovens anseiam por novas tipologias e formas de habitação, mas têm dificuldades de inserção no mercado de trabalho e por isso constrangimentos de ordem económica, dificultando a sua emancipação habitacional. Perante a crise económica atual, certos grupos sociais enfrentam dificuldades acrescidas de acesso à habitação.

Para a operacionalização desta abordagem analítica utilizaram-se os dados censitários de 2001 e 2011 e alguns indicadores da base de dados da PORDATA "Conhecer a crise".

2. Progressos do parque habitacional na última década

A habitação é um fator chave no desenvolvimento das áreas urbanas, sendo fundamental para o planeamento e qualidade de vida dos cidadãos, desempenhando um papel relevante na definição e implementação das políticas sociais. Como referimos acima, ao analisarmos a evolução da oferta

[1] Esta pesquisa dá continuidade a outras já apresentadas anteriormente: Marques, Teresa Sá, Matos, Fátima Loureiro de, Guerra, Paula, Ribeiro, Diogo (2014), Housing problems in Portugal: a challenge to define a territorialised policy in times of crisis *in* Procedings of the International Conference the Welfare State in Portugal in the Age of Austerity, 15 p. disponível em: https://aquila2.iseg.ulisboa.pt/aquila/instituicao/ISEG/docentes-e-investigacao/conference-theme/papers?_request_checksum_=bc7eef06e2f3ab8b2f2d51ed9a51129c16826775;
Marques, Teresa Sá, Matos, Fátima Loureiro de, Guerra, Paula, Ribeiro, Diogo (2013), Morfotipologias habitacionais a nível nacional: para uma política de habitação territorializada *in* Atas do 2º Congresso Internacional da Habitação no Espaço Lusófono e 1º Congresso Construção e Reabilitação Sustentável de Edifícios no Espaço Lusófono, 12p (publicação em CD-ROM).

habitacional em Portugal nos últimos 30 anos, constatámos que a habitação expandiu-se enormemente e os níveis de conforto melhoraram consideravelmente, sobretudo na última década.

Na verdade, segundo os dados do censo de 2011 existiam 3 544 389 edifícios e 5 878 756 alojamentos. Comparativamente a 2001 houve um aumento de 12,2% e 16,3% respetivamente, ou seja, mais 384 346 edifícios e mais 823 834 alojamentos. A análise dos edifícios em 2011 por data de construção, revela o *boom* habitacional em Portugal nas últimas décadas, cerca de 18% dos edifícios foram construídos antes de 1960 e cerca de 30% nas últimas duas décadas (1991-2011) (quadro 1).

Quadro 1 – Alguns indicadores de caracterização do parque habitacional de Portugal em 2001 e 2011

	2001	**%**	**2011**	**%**	**Variação (%) 2001-2011**
Total de alojamentos familiares	5046744	100.0	5866152	100.0	16.2
Alojamentos familiares de residência habitual	3551229	70.4	3991112	68.0	12.4
Total de edifícios	3160043	100.0	3544389	100.0	12.2
Edifícios construídos antes de 1960	955858	30.2	624279	17.6	-34.7
Edifícios construídos entre 1991 e 2001	606644	19.2	558471	15.8	-7.9
Edifícios construídos após 2001			510005	14.4	
Alojamentos Clássicos/Edifício	1,59		1,66		
Edifícios muito degradados	92365	2.9	59155	1.7	-36.0
Edifícios com necessidades de grandes reparações	163015	5.2	97157	2.7	-40.4
Alojamentos sobrelotados	568886	16.1	450729	11.3	-20.8
Alojamentos sem água	54396	1.5	23579	0.6	-56.7
Alojamentos sem banho ou duche	223916	6.3	76924	1.9	-65.6
Alojamentos sem nenhuma infraestrutura	3753	0.1	5637	0.1	50.2
Alojamentos não clássicos	27319	0.5	6612	0.1	-75.8

Fonte: INE, Censos de 2001 e 2011

O Algarve registou o maior crescimento de edifícios, cerca de 24%, seguido da RA da Madeira com 23%. Este crescimento é devido principalmente ao fato de, no caso destas duas regiões, o turismo ter um peso significativo, manifestando-se na construção de hotéis e alojamentos de segunda residência. As regiões Norte e Alentejo, observaram os menores acréscimos, cerca de 10%. A RA dos Açores e a região Centro apresentam igualmente uma variação positiva da ordem dos 12%.

A dimensão média dos edifícios (número médio de alojamentos por edifício) tem vindo sempre a crescer ao longo das décadas. Em 2011, havia 1,7 alojamentos por edifício, contra 1,6 em 2001. Regionalmente este indicador apresenta grandes disparidades. Na região de Lisboa, a dimensão média dos edifícios é cerca do dobro da média nacional, enquanto na RA dos Açores, são observados os valores mais baixos, 1,1. As regiões com maior número de alojamentos por edifícios são, Grande Lisboa (com 3,3), a Península de Setúbal (com 2,5) e o Grande Porto (com 2,3), o que denota uma maior tendência para edifícios maiores e mais altos, nas restantes regiões do país predominam os valores entre 1,3 e 1,1, ou seja, sobretudo moradias unifamiliares.

A forte dinâmica de construção das últimas décadas faz com que uma parte muito significativa dos edifícios seja relativamente jovem. Na verdade, em 2011 o número de edifícios construídos até 1960 é menos do dobro do que aqueles que foram construídos na última década (após 2001). Em termos regionais o Algarve e a R.A. da Madeira apresentam o parque mais jovem, enquanto as regiões do interior, a Grande Lisboa e o Grande Porto apresentam parques mais envelhecidos do que as do litoral.

As regiões localizadas à volta da Grande Lisboa e do Grande Porto, apresentam um parque mais jovem, o que se explica pela intensidade construtiva verificada na última década, devido à crescente urbanização e às condições de acesso ao crédito à habitação.

O conforto dos alojamentos é fortemente afetado pelo seu estado de conservação e dos edifícios onde se localizam. O envelhecimento dos edifícios ou a má qualidade dos materiais de construção levam à sua degradação. Uma correta avaliação das necessidades de reparação permite um melhor planeamento e a definição de um compromisso no âmbito da renovação urbana.

O estado de conservação dos edifícios, para 2011 revela que apenas 1,7% dos edifícios se encontravam muito degradados e 27,2% necessitavam de reparações. A maioria dos edifícios, 71% que correspondem a 2 519 452, encontravam-se em bom estado de conservação e não necessitavam de reparações. Estes resultados são consequência direta de um parque habitacional pouco envelhecido, reflexo da dinâmica construtiva das últimas décadas.

Nos últimos dez anos verificou-se uma melhoria destes indicadores, na verdade, em 2001, 3% dos edifícios encontravam-se muito degradados e 38% necessitavam de obras de reparação. A região Norte foi aquela que apresentou uma melhoria mais significativa do estado de conservação dos edifícios. Em 2001 havia 3,5% de edifícios muito degradados, contra 1,6% em 2011. O Alentejo regista a percentagem mais elevada de edifícios degradados, 2,1% e a RA dos Açores a mais baixa, 0,9%. Relativamente aos alojamentos sobrelotados, também se verifica uma melhoria deste indicador a nível do país, na verdade em 2011 existiam 450 729 alojamentos sobrelotados, quando em 2001 representavam mais de meio milhão. A RA da Madeira e dos Açores apresentam as maiores percentagens de alojamentos sobrelotados em 2011.

Quanto aos alojamentos não clássicos também se verifica uma melhoria significativa com a redução do seu número entre 2001 e 2011, em parte devido à implementação do Programa Especial de Realojamento de 1993[2], programa de financiamento do Estado às autarquias locais e outros agentes destinado a acabar com as barracas e outros alojamentos improvisados existentes nas duas áreas metropolitanas e que permitiu a construção de bairros sociais para realojamento das famílias residentes nesses alojamentos precários.

Portugal nas últimas décadas melhorou consideravelmente as condições de habitabilidade essenciais (água, saneamento, eletricidade e instalações sanitárias), contudo, ainda existem situações de desconforto habitacional, particularmente, as relativas às instalações de banho ou duche ou em matéria de conforto térmico (aquecimento dos fogos nas estações mais frias). Na verdade, as infraestruturas básicas como água canalizada, sistema de esgotos e instalações sanitárias com banho ou duche, estão presentes em cerca de 98% dos alojamentos clássicos. Em 2001 este indicador representava 91%.

Relativamente ao aquecimento, o país sofreu um grande avanço quanto a este elemento de conforto, ainda que, os valores apresentados sejam inferiores a outros países europeus, com efeito entre 2001 e 2011 os alojamentos com aquecimento sofreram um aumento de 23%.

A maioria dos alojamentos de residência habitual, 54%, dispõe de lugar de estacionamento, um elemento de conforto relativamente recente e por isso mais presente nas regiões com um parque habitacional mais novo, como é o caso das regiões Norte (68%) e Centro (64%), enquanto a região de Lisboa surge bastante abaixo da média nacional com apenas 33%.

3. Os problemas habitacionais e sociais que persistem

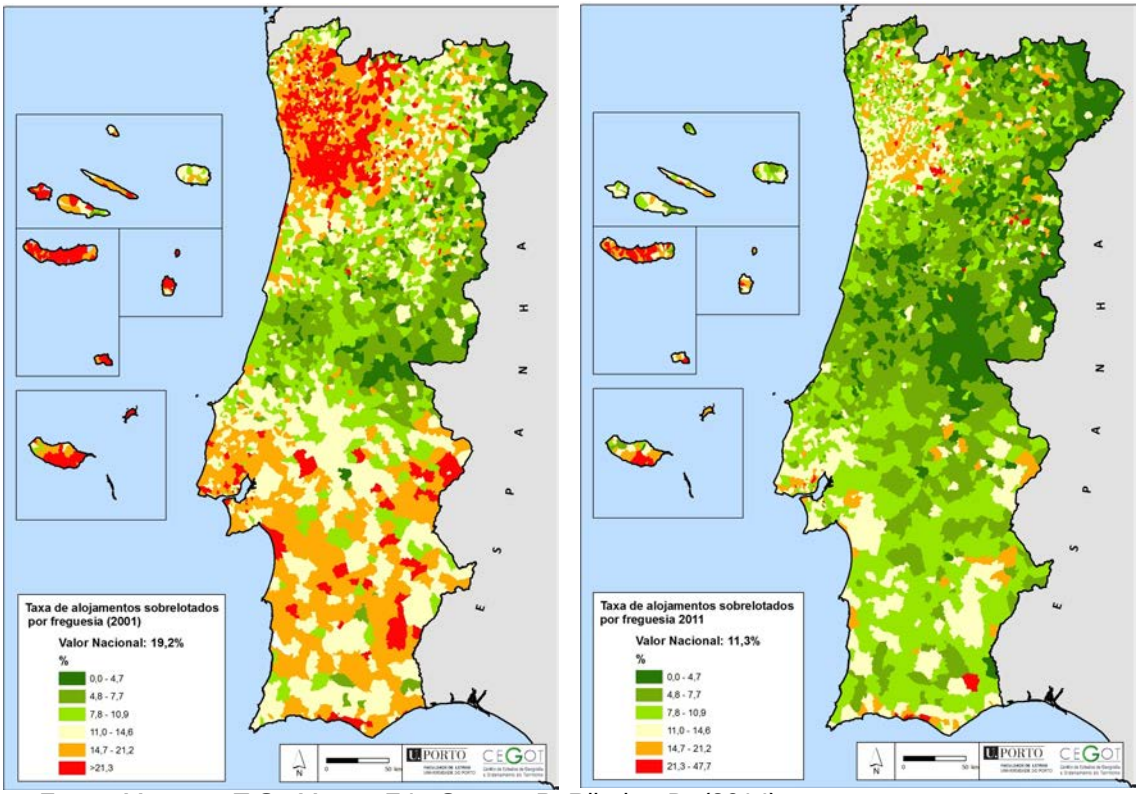
Em Portugal, como referimos acima, as condições de habitabilidade e conforto das habitações melhoraram, significativamente, na última década. Contudo, subsistem ainda, em termos territoriais uma certa concentração de alguns dos indicadores analisados. Os fogos sobrelotados localizam-se, sobretudo, em áreas densamente povoadas e com fracos níveis de qualificação e de recursos económicos, nomeadamente no Norte, destacando-se as regiões do Tâmega e Entre Douro e Vouga. A concentração geográfica deste problema é evidenciada na Figura 1, o que agrava a dimensão deste problema.

A relativa juventude do parque habitacional português não impede uma forte degradação do edificado. Naturalmente que a degradação física afeta sobretudo os edifícios mais antigos e, por isso, o estado de degradação domina nas áreas com uma estrutura edificada mais antiga, ou seja, nos centros históricos, nomeadamente, de Lisboa e Porto, salientando-se, igualmente, alguns centros urbanos do

[2] Decreto - Lei nº 163/93 de 7 de Maio alterado pelo Decreto - Lei nº 271/2003 de 28 de Outubro

interior Norte, e Centro. Em termos relativos a degradação do parque é aparentemente mais grave em Trás-os-Montes e Alto Douro, onde se destacam várias freguesias (Figura 2).

Quanto às insuficiências em matéria de instalações de banho ou duche no alojamento, existem algumas concentrações geográficas deste problema. As piores situações ocorrem, sobretudo, nas freguesias rurais, do Norte (destacando-se o Tâmega e Cávado), o Centro interior (Pinhal Interior Norte) e Serra Algarvia (Figura 3). Prospectivamente, os problemas inerentes às condições de conforto habitacional vão-se afirmar na próxima década. Depois de termos passado quase três décadas com políticas públicas facilitadoras do investimento imobiliário, que independentemente dos seus impactos negativos contribuíram para melhorar o acesso à habitação da população portuguesa, na próxima década as políticas públicas vão incentivar a reabilitação do edificado, o conforto térmico e a qualidade habitacional.

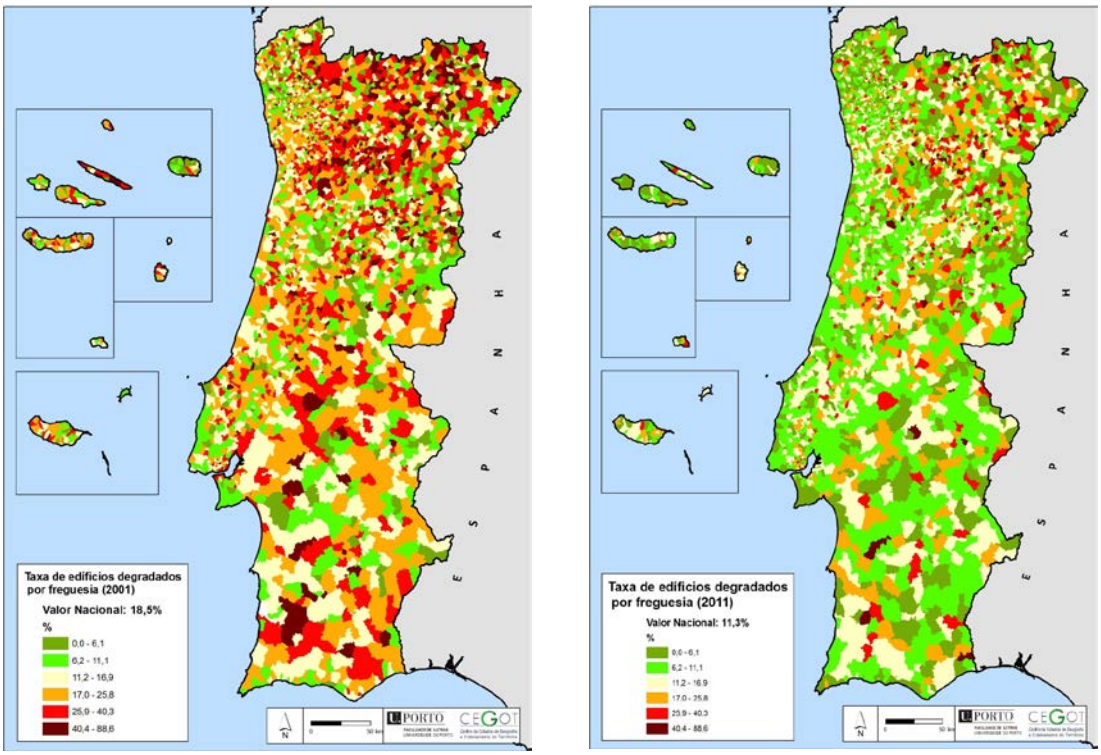


Fonte: Marques T.S., Matos, F.L. Guerra, P. Ribeiro, D. (2014).

Fig. 1 – Problemas do parque habitacional em 2001 e 2011: alojamentos sobrelotados, por freguesias

As vulnerabilidades sociodemográficas mais relevantes incidem no agravamento do envelhecimento da população portuguesa que é praticamente comum à generalidade do território nacional. Assim, o envelhecimento da população deixou de ser um fenómeno típico das áreas do interior

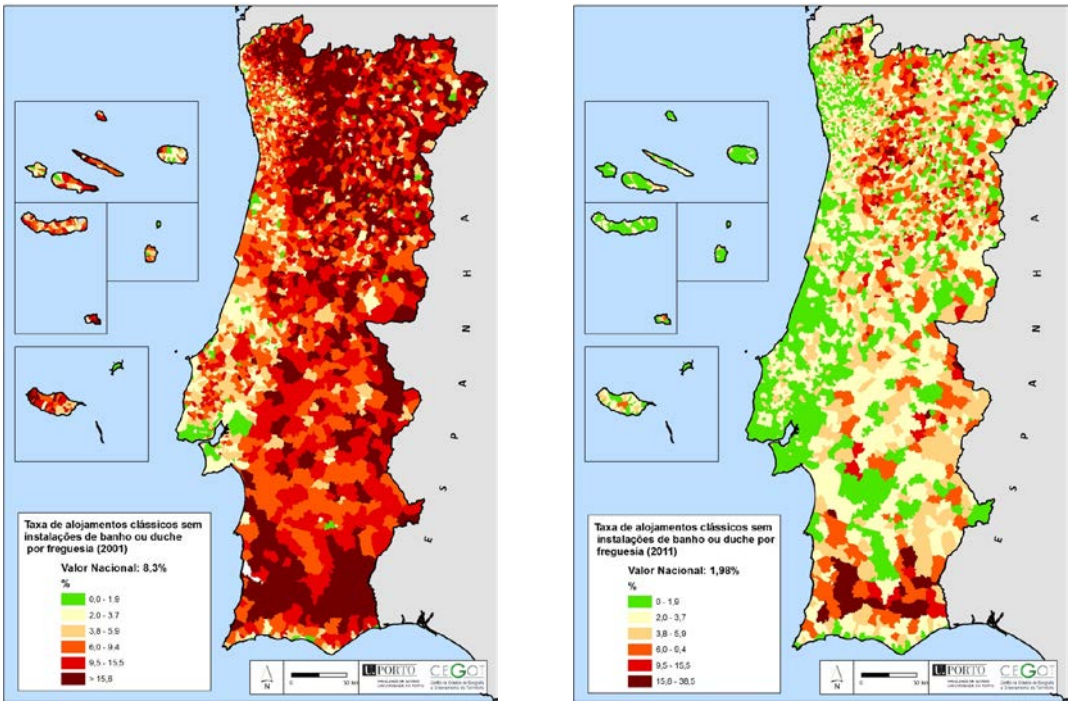
despovoado e alastra-se a todo território, exprimindo-se com maior intensidade em alguns territórios - nos centros das cidades, nas áreas rurais de baixa densidade do interior e nas áreas de montanha (Figura 4). Quanto aos idosos que vivem sozinhos, verifica-se que as freguesias do interior são as que apresentam os valores mais elevados, sendo o isolamento social e geográfico mais grave para aqueles que residem nestes territórios despovoados, dada a sua maior vulnerabilidade à pobreza e menor acessibilidade aos equipamentos e serviços (Figura 4).



Fonte: Marques T.S., Matos, F.L. Guerra, P. Ribeiro, D. (2014).

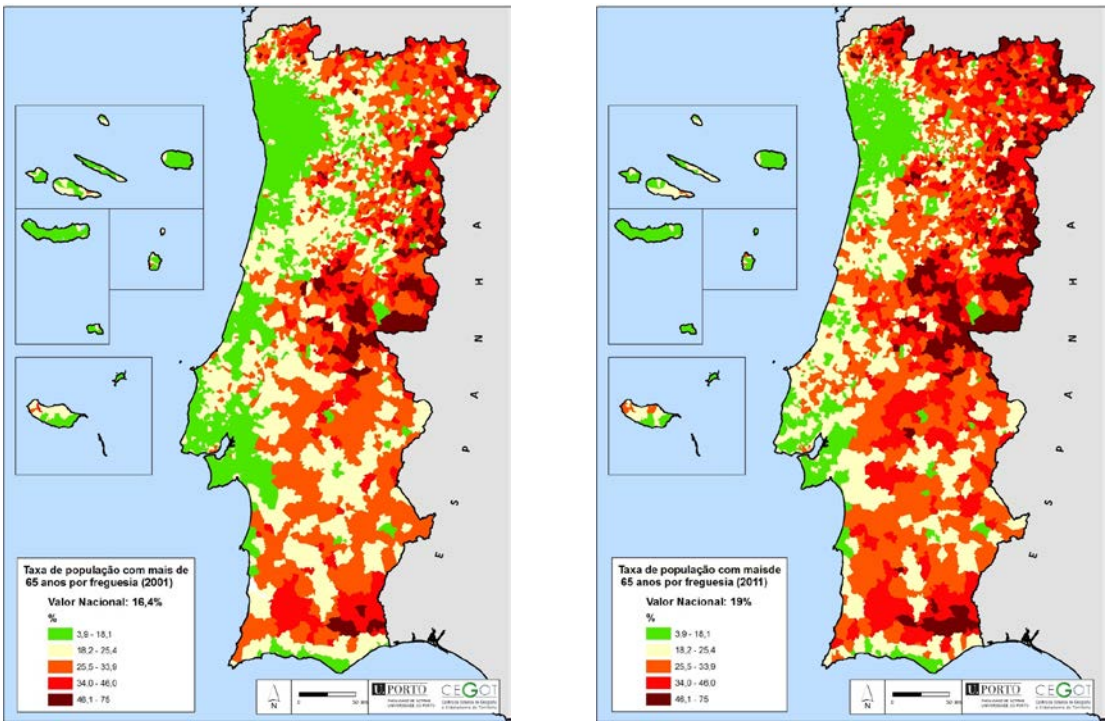
Fig. 2 – Problemas do parque habitacional em 2001 e 2011: edifícios degradados, por freguesias

As vulnerabilidades sociodemográficas mais relevantes incidem no agravamento do envelhecimento da população portuguesa que é praticamente comum à generalidade do território nacional. Assim, o envelhecimento da população deixou de ser um fenómeno típico das áreas do interior despovoado e alastra-se a todo território, exprimindo-se com maior intensidade em alguns territórios - nos centros das cidades, nas áreas rurais de baixa densidade do interior e nas áreas de montanha (Figuras 4). Quanto aos idosos que vivem sozinhos, verifica-se que as freguesias do interior são as que apresentam os valores mais elevados, sendo o isolamento social e geográfico mais grave para aqueles que residem nestes territórios despovoados, dada a sua maior vulnerabilidade à pobreza e menor acessibilidade aos equipamentos e serviços (Figuras 4



Fonte: Marques T.S., Matos, F.L. Guerra, P. Ribeiro, D. (2014).

Fig. 3 – Problemas do parque habitacional em 2001 e 2011: alojamentos sem banho ou duche, por freguesias



Fonte: Marques T.S., Matos, F.L. Guerra, P. Ribeiro, D. (2014)

Fig. 4 – Características sociodemográficas – população idosa em 2001 e 2011 por freguesias

4. Alguns indicadores da crise económica com impactos na habitação e na vulnerabilidade social

Como vimos, o parque habitacional em Portugal melhorou claramente, fruto quer de investimentos públicos (sobretudo nas infraestruturas, água e saneamento básico, e na construção de habitação para populações carenciadas9, como também dos elevados investimentos privados, pois as famílias investiram fortemente na habitação própria recorrendo a apoio bancário. A qualidade habitacional melhorou mas, no final de 2011, continuavam a persistir alguns problemas que carecem de investimentos. Em termos de síntese, podemos enumerar os seguintes:

- problemas relativos ao estado de degradação do edificado;
- persistem situações de sobrelotação dos alojamentos;
- problemas ao nível das amenidades habitacionais;
- aumento dos idosos a residirem sós.

Dada a situação de crise que Portugal vive hoje em dia, os próximos anos afiguram-se prospectivamente difíceis, pondo em causa a evolução positiva que estava a registar-se em termos de qualidade habitacional, pois há uma grande escassez de recursos públicos e as famílias estão cada vez mais descapitalizadas.

Optamos neste ponto por uma abordagem concelhia, de forma a facilitar a leitura territorial e permitir o cruzamento com informação disponível relativamente à crise, para a sistematização dos problemas habitacionais a nível concelhio, preferimos uma apresentação segundo duas perspectivas complementares:

- a importância absoluta do problema a nível nacional, de forma a evidenciar a territorialidade nacional do problema;
- a importância relativa do problema a nível concelhio, de forma a evidenciar os problemas à escala local.

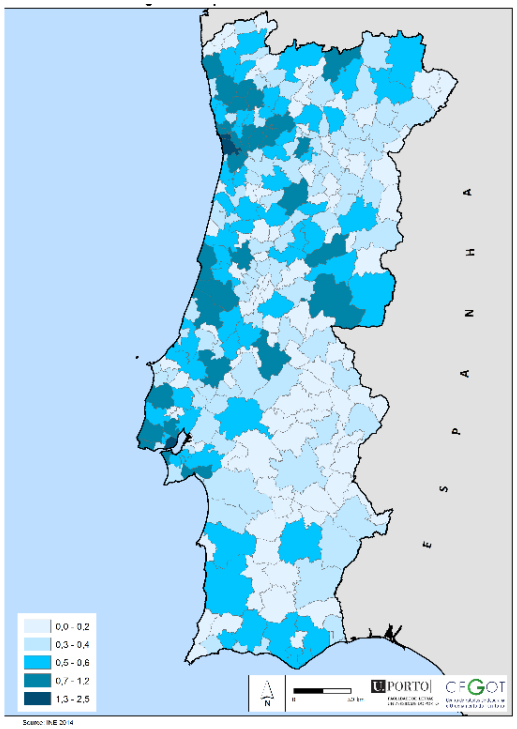
A cartografia destas duas abordagens permite uma reflexão territorial cruzada, que é uma informação crucial para as políticas públicas de âmbito nacional e local.

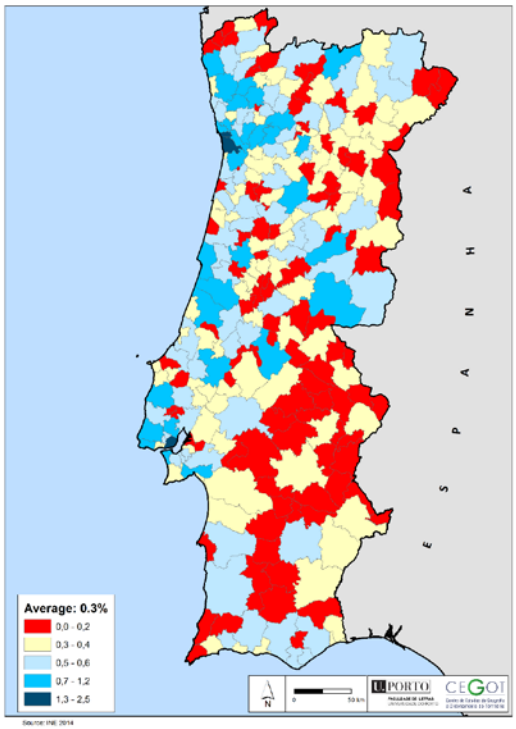
A nível nacional, em termos absolutos a degradação do património edificado manifesta-se dominantemente nas regiões do Norte, Centro e Lisboa e Vale do Tejo (Figura 5.1). Evidencia-se um grande número de concelhos, mas Lisboa, Porto e Vila Nova de Gaia destacam-se. O mapa ilustra bem a territorialidade do fenómeno e constitui uma fonte de informação relevante para a reflexão de uma política pública nacional em matéria de reabilitação do edificado.

Em termos concelhios, o fenómeno tem novamente expressão territorial (Figura 5.2), demonstrando que a nível local o estado de degradação do património edificado é claramente um problema que exige uma resposta em termos de reabilitação, com um grande enfoque nas áreas urbanas. Em termos regionais o Alentejo evidencia um edificado com menos problemas de degradação, salvo raras exceções.

Quanto aos alojamentos sobrelotados, a nível nacional, são as áreas metropolitanas e algumas aglomerações urbanas que concentram o maior número de sobrelotados (Figura 6.1), evidenciam-se alguns concelhos do Grande Porto e da Grande Lisboa e ainda Braga, Guimarães, Vila Nova de Famalicão, Barcelos e Loulé.

Em termos concelhios (Figura 6.2), a cartografia é fortemente expressiva da territorialidade deste problema, realçando a sua concentração numa extensa área em torno do Porto, estendendo-se claramente para oriente até Cinfães e Marco de Canavezes; em alguns concelhos da Grande Lisboa, sobretudo Sintra, Amadora, Odivelas e Loures; em alguns concelhos do Algarve - Loulé, Albufeira, Lagos, Portimão, Olhão e Vila Real de Santo António. Saliente-se ainda que, numa vasta área do país os concelhos não mostram níveis elevados de lotação habitacional.





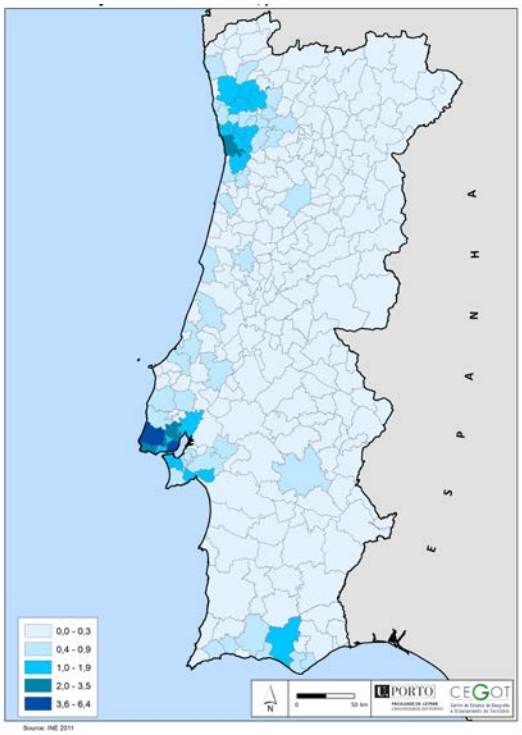
Fonte: Marques T.S., Matos, F.L. Guerra, P. Ribeiro, D. (2014)

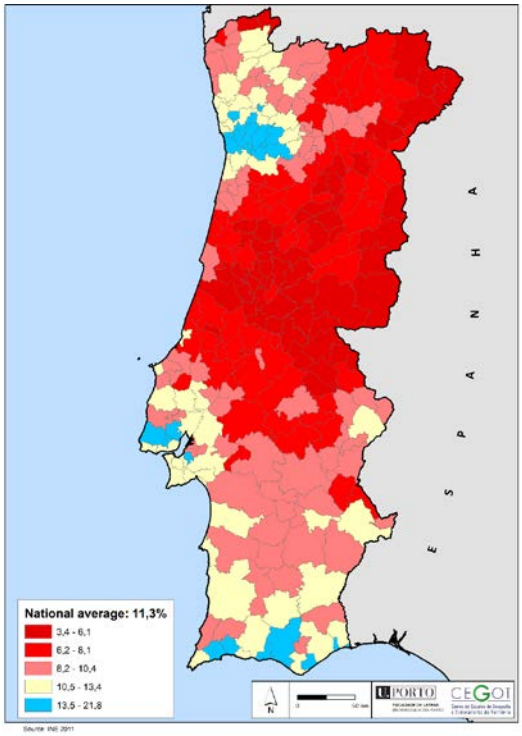
Fig. 5.1 - Edifícios degradados por concelho relativamente ao total de edifícios degradados do país, 2011.

Fig. 5.2 - Edifícios degradados por concelho relativamente ao total de edifícios do concelho, 2011.

Prospectivamente, devemos referir que a dimensão das famílias está a diminuir drasticamente, o que pode contribuir para reduzir naturalmente este problema. No entanto, se a atual crise económica prolongar-se por muito mais tempo, pode vir a refletir-se sobre este indicador, aumentando-o ligeiramente, como resultado da retração da procura.

Em Portugal, as amenidades habitacionais continuam a mostrar grandes debilidades, continuamos a ter problemas ao nível dos alojamentos sem banho ou duche, mas também no conforto térmico das habitações. Retratando a primeira questão, verificamos que o conforto habitacional relativo à higiene individual evidencia um padrão territorial (figura 7.1) em torno do Noroeste, Grande Lisboa (sobretudo em alguns concelhos), e particularmente concelhos onde se localizam as cidades médias, portanto as áreas mais urbanizadas. No entanto, se analisarmos o problema à escala concelhia (figura 7.2), verificamos que localmente o problema afeta dominantemente os concelhos do interior, com uma forte expressão em algumas áreas (sul do Alentejo, Nordeste Alentejano e num arco entre Arcos de Valdevez-Montalegre até Vouzela).

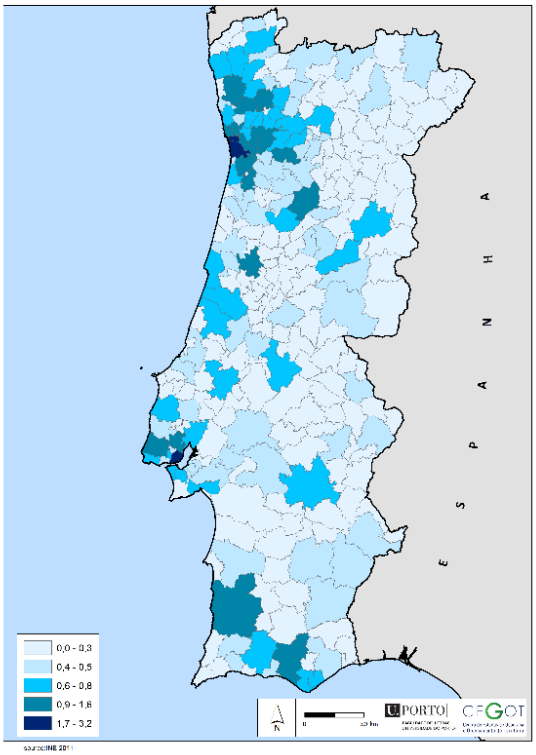


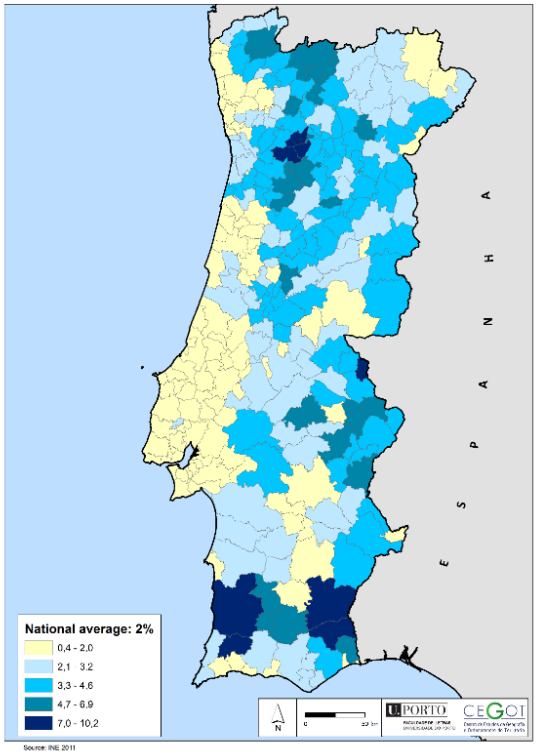


Fonte: Marques T.S., Matos, F.L. Guerra, P. Ribeiro, D. (2014)

Fig. 6.1 - Alojamentos sobrelotados por concelho relativamente ao total de alojamentos sobrelotados do país, 2011

Fig. 6.2 - Alojamentos sobrelotados por concelho relativamente ao total de alojamentos do concelho, 2011



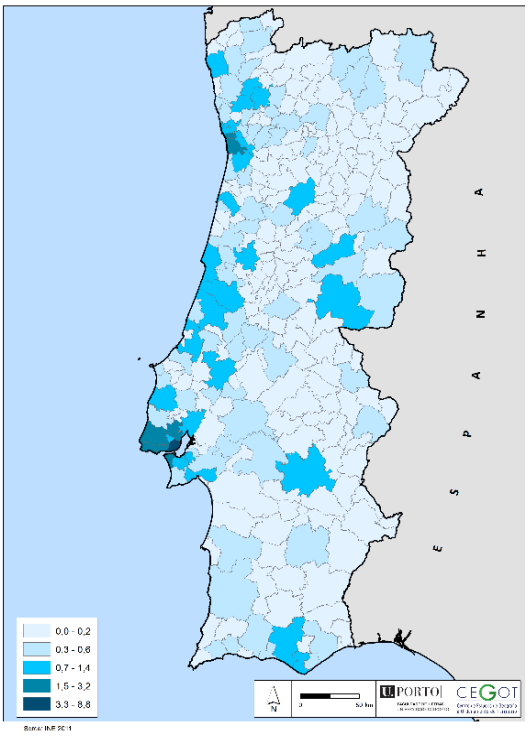


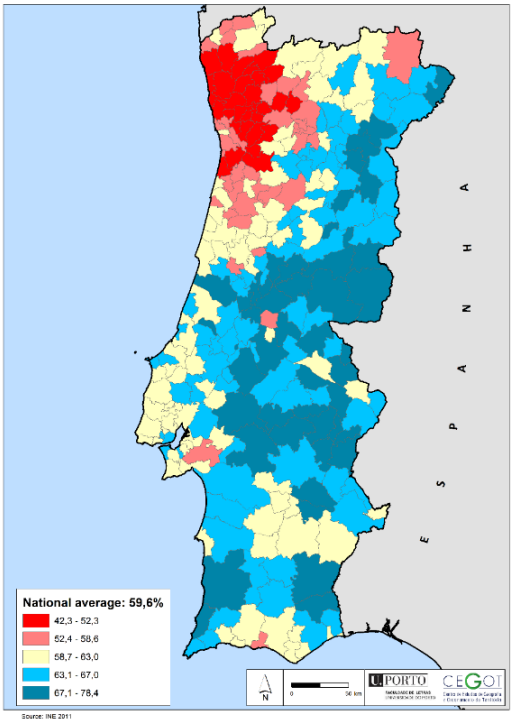
Fonte: Marques T.S., Matos, F.L. Guerra, P. Ribeiro, D. (2014

Fig. 7.1 - Alojamentos sem banho ou duche, por concelho relativamente ao total de alojamentos sem banho ou duche do país, 2011

Fig. 7.2 - Alojamentos sem banho ou duche por concelho relativamente ao total de alojamentos do concelho, 2011.

Com o envelhecimento da população portuguesa, os idosos a residirem sós é um problema grave e com tendência para aumentar, estando a afetar as áreas urbanas e as áreas rurais. Em termos absolutos (Figura 8.1) o fenómeno exprime-se de forma marcante na Grande Lisboa (destacando-se Lisboa, Sintra e Loures) e no Grande Porto, e em algumas das cidades médias portuguesas. Em termos relativos (Figura 8.2), os problemas afetam sobretudo as áreas rurais mais envelhecidas. Assim, as políticas devem incorporar estas duas territorialidades complementares, ou seja, as áreas urbanas manifestam-se pelo elevado número de idosos a residirem sós, e as áreas rurais mostram o isolamento dos idosos nas áreas de baixa densidade. O problema é o mesmo, mas que tem de ter respostas diferentes por parte das políticas públicas





Fonte: Marques T.S., Matos, F.L. Guerra, P. Ribeiro, D. (2014)

Fig. 8.1 - Idosos a viver sós por concelho relativamente ao total de Idosos a viver sós do país, 2011.

Fig. 8.2 - Idosos a viver sós, por concelho relativamente ao total de idosos do concelho, 2011.

Portugal conjuntamente com outros países da Europa, foi afetado por uma crise económica, com impacto no aumento dos riscos sociais. Em termos sociais e habitacionais evidenciam-se diversos sinais da crise, no entanto, os indicadores disponíveis para medir os seus impactos territoriais são limitados e apenas nos permitem uma visão a nível nacional. Segundo o relatório da União Europeia sobre o impacto social da consolidação orçamental de 2011, a habitação e serviços conexos emergem como uma área que tem sido particularmente afetada pela crise económica e financeira. Alguns grupos foram particularmente afetados pela crise, nomeadamente os jovens, os indivíduos com baixos níveis de educação e formação, as famílias com crianças (especialmente as famílias monoparentais e as mais numerosas), os jovens sem proteção familiar, os imigrantes, os trabalhadores com contratos temporários e os com baixos rendimentos. Portugal respondeu à recessão implementando cortes nos benefícios sociais, nos salários e aumentando os impostos, especialmente os indiretos como o IVA, o que teve consequências nos rendimentos das famílias.

Os altos níveis de desemprego[3] são o mais evidente e documentado impacto social da crise, particularmente entre a população jovem. Outra consequência importante é o crescente endividamento das famílias, o que agravou as condições de vida e fez aumentar as desigualdades sociais. Na verdade, o custo de vida para famílias com menor rendimento aumentou muito mais rápido do que para as famílias com rendimentos elevados (em parte devido ao efeito do aumento do IVA em alguns produtos básicos). Os dados do quadro 2, demonstram bem que o desemprego tem subido, especialmente para os desempregados mais qualificados.

Quadro 2 – Desemprego por grau de escolaridade, Portugal

Desemprego	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Total (em milhares)	427.8	448.6	427.1	528.6	602.6	688.2	835.7	855.2
Total (em % da população ativa)	7.7	8.0	7.6	9.5	10.8	12.7	15.5	16.2
Grau de escolaridade (em milhares):								
- até ao ensino básico	307.5	320.2	301.9	383.0	423.8	455.6	510.2	506.1
- secundário e pós-secundário	71.9	69.1	67.6	90.6	115.0	144.7	203.4	212.7
- superior	48.4	59.3	57.6	55.0	63.8	87.9	122.1	136,5
Grau de escolaridade (em %):								
- até ao ensino básico	7.7	8.0	7.7	10.1	11.6	13.5	16.0	17.0
- secundário e pós-secundário	8.5	8.2	7.9	9.6	11.3	13.4	17.6	17,4
- superior	6.3	7.5	6.9	6.4	7.1	9.0	11.6	12.6

Fonte: PORDATA, 2014

Outros dos efeitos da crise são: as situações de insolvência familiar; um aumento significativo do número de casas, que são entregues aos bancos, porque as famílias já não podem pagar os empréstimos; aumento do número de famílias nas listas de espera e novos perfis da procura de habitação social; aumento da procura de apoio social e elevado endividamento em relação às principais infraestruturas, como gás, água ou eletricidade. A procura de serviços preventivos, como aconselhamento na gestão das dívidas e hipoteca[4], assim como o apoio ao arrendamento também aumentou nos últimos anos.

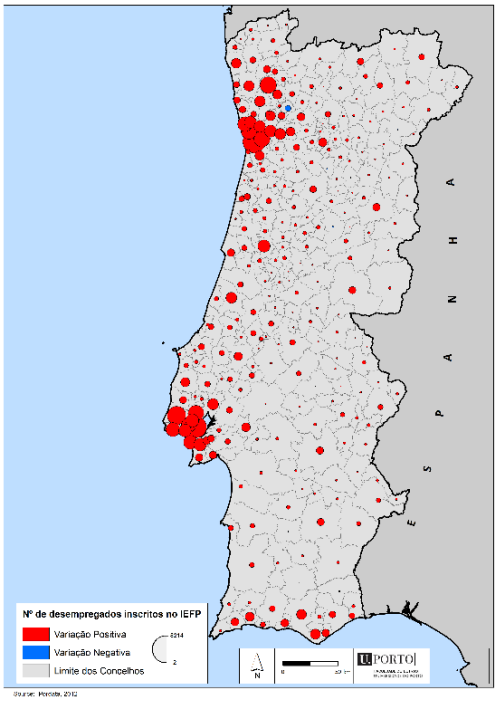
Entre 2006 e 2013 quase duplicamos o número de desempregados a nível nacional. Em termos territoriais, a variação absoluta do número de desempregados (figura 9) mostra a forte concentração de desempregados nas duas regiões metropolitanas, evidenciando a dimensão do problema em algumas

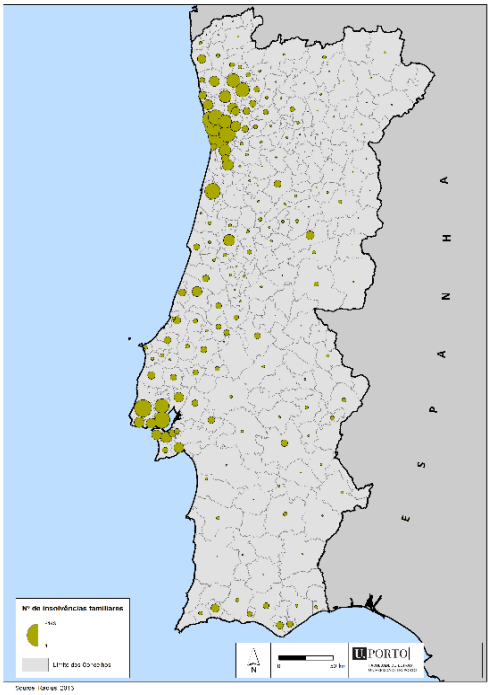
[3]Segundo dados do INE de 2013 (dados EU-SILC "Survey on Income and Living Conditions" 2012), a percentagem de desempregados em risco de pobreza era de 40.2%.

[4] A Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor (DECO) tem um gabinete de apoio ao sobre-endividamento, em 2013 recebeu 29 000 pedidos de ajuda de famílias em dificuldades económicas, o que representa um aumento de 26% em relação a 2012.

áreas do país. São raros os concelhos, apenas três, que viram o número de desempregados diminuir nos últimos anos. Há famílias com 2 ou mais desempregados, que viram o rendimento familiar diminuir drasticamente, o que está a ter grandes reflexos na sua capacidade de investimento na habitação.

Um indicador importante da crise é o incumprimento com os empréstimos para compra de casa que aumentaram desde 2009, situação que mostra como as famílias têm dificuldades crescentes para cumprir com as suas responsabilidades com as instituições de crédito, aumentando também o número de famílias em insolvência (Figuras 10, 11 e 12). Isto significa que as famílias investiram nos últimos anos fortemente na qualificação das suas condições habitacionais, adquirindo a própria habitação, mas com a atual perda de rendimentos vêm-se obrigadas a desfazer-se do principal destino das suas poupanças.



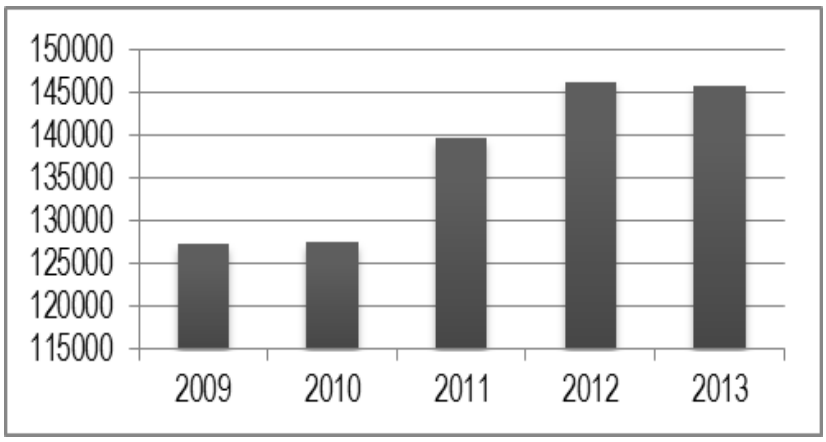


Fonte: Marques T.S., Matos, F.L. Guerra, P. Ribeiro, D. (2014)

Fig. 9 - Variação absoluta de desempregados inscritos no IEFP, por concelho, 2009 a 2012

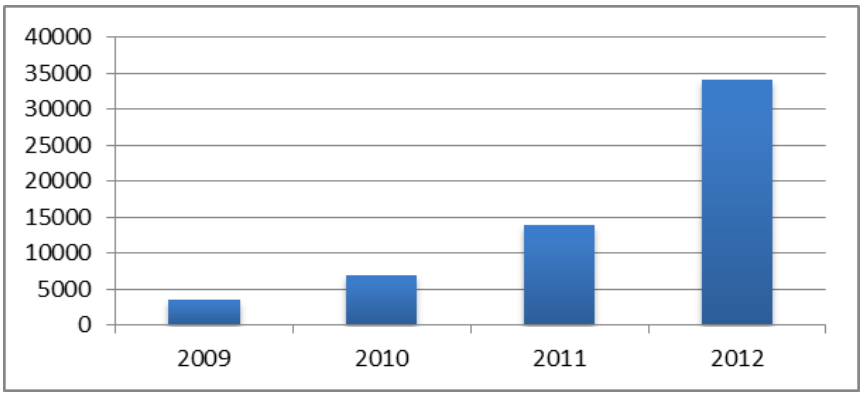
Fig. 10 – Número total de insolvências familiares entre 2009 e 2012, por concelho

No caso da habitação social, o orçamento tem sido reduzido significativamente, na verdade o financiamento público cai drasticamente ao ponto de muitos projetos não poderem ser implementados, e aqueles que foram previamente aprovadas encontram-se parados. Sem dúvida, que os cortes na habitação estão a afetar os membros mais vulneráveis da sociedade e a compelir mais pessoas para alojamentos de má qualidade.



Fonte: Marques T.S., Matos, F.L. Guerra, P. Ribeiro, D. (2014)

Fig. 11 - Número de indivíduos em incumprimento bancário com a habitação, Portugal.



Fonte: Marques T.S., Matos, F.L. Guerra, P. Ribeiro, D. (2014)

Fig. 12 – Número total de insolvências familiares entre 2009 e 2012.

Quanto à sobrelotação habitacional, a atual crise pode estar a agravar este problema, pois as novas gerações não têm capacidade económica para sustentar uma nova habitação, dado que não têm emprego. Além disso, a insolvência das famílias pode levar a um aumento da sobrelotação, quando diferentes gerações de uma mesma família passam a partilhar o mesmo alojamento, por exemplo, os filhos casados que retornam à casa dos pais porque não conseguem manter a sua própria habitação, devido às restrições económicas causadas pelo desemprego e pelos cortes salariais.

No lado da oferta de habitação, os efeitos da crise também são evidentes, quer pelo número de empresas de construção que vão à falência, quer pelo aumento do tempo necessário para vender as casas colocadas no mercado (quadro 3).

Como vimos, o território desempenha claramente um papel central na integração de políticas públicas, em particular quando tomamos em consideração as complexas condições de vida, mostrando a relevância do espaço relacional da habitação em um sentido geográfico e sociológico. Defendemos a ideia, de Jean Rémy e Lilianne Voyé (1994), que as habitações tornam-se cada vez mais o espaço de identificação para a família e o espaço a partir do qual a família organiza a sua vida quotidiana. Os seres humanos têm transformado as suas casas em uma extensão de si e da sua existência, daí a importância de políticas públicas específicas do território em tempos de crise.

Quadro 3 – Tempo médio para vender uma casa em meses, Portugal e regiões

Tempo médio para vender uma casa em meses	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Portugal	8	7	9	12	15	16	16	17
Área metropolitana de Lisboa	7	7	9	12	15	15	16	15
Área metropolitana do Porto	12	7	8	12	15	17	18	20
Norte	8	7	8	11	15	16	15	15
Centro	7	8	9	12	13	15	14	17
Alentejo	6	7	8	10	13	15	13	17
Algarve	7	7	9	12	15	17	13	15

Fonte: Confidencial Imobiliário / PORDATA.

5. Conclusão

Seguindo João Ferrão (2014), as políticas públicas tratam normalmente o *país como um ponto*, numa abordagem *a-territorial***.** O país tem uma diversidade geográfica e as políticas publicas não podem ser a-territoriais ou simplificarem os discursos em torno de uma segmentação entre litoral-interior, urbano-rural ou áreas metropolitanas-e o resto.

Realizámos esta pesquisa com o intuito de fornecer ferramentas e materiais que possam apoiar um exercício de políticas públicas de âmbito territorial para a habitação. Fizemo-lo a varias escalas, saltado, do nacional e regional para as freguesias, e depois para a escala intermédia, os concelhos.

Demonstramos que as disparidades geográficas são evidentes, as dinâmicas têm configurações muito díspares, e as leituras nacionais e locais têm perspetivas ora semelhantes ora contrastantes. A leitura territorial a multi-escalas é difícil, pois decorre da complexidade como se manifestam os problemas

da habitação, mas isso não compromete a necessidade de refletir os problemas e as políticas a diferentes escalas e segundo diferentes perspetivas.

Este exercício demonstra a importância de construirmos políticas territoriais para a habitação, pois cada problema tem várias geografias em função da escala geográfica da análise e da intervenção a desenhar. Portugal nas últimas décadas infraestruturou o seu território e procurou resolver os problemas mais graves em termos habitacionais através de uma aposta na habitação social. A habitação foi para as famílias portuguesas o principal destino das suas poupanças. Na última década avançou-se para a reabilitação do edificado e para uma melhoria em termos do conforto habitacional. Hoje, em plena crise económica, a escassez de recursos públicos e privados pode comprometer a dinâmica positiva que o país estava a desenhar em matéria de melhoria das condições habitacionais, fruto do desemprego, da insolvência das famílias e da fraca disponibilidade financeira das políticas públicas. Assim, cada vez mais é fundamental apoiarmo-nos em informação e conhecimento para construirmos políticas mais adequadas à dimensão e às características dos problemas.

6. Bibliografia

ALCALÁ, Luis Cortés (1998). Malestar Urbano y Cuestión Residencial. In L.C. Alcalá et al (Ed.), *El malestar Urbano en La Gran Ciudad*, (p.p.79-90). Madrid: Talasa.

ASCHER, François (1995). *Introdution La question du Logement* .In François, Ascher (coord.), *Le Logement en Questions* (p.p. 5-12) Marseille: Éditions de l'Aube.

EUROPEANA COMMISION (2012). The social impact of the economic crisis and ongoing fiscal consolidation Third report of the Social Protection Committee. Directorate-General for Employment, Social Affairs and Inclusion.Luxembourg: Publications Office of the European Union,

FERRÃO, J. (2014). A Inovação no Desenvolvimento Territorial Sustentável. *Conferências de Aljustrel: Cidadania, Inovação & Território*, Aljustrel, 4 e 5 de Abril.

FERREIRA, Fonseca (1987). *Por uma Nova Política de Habitação*. Porto: Afrontamento.

FERREIRA, Fonseca (coord.) (1993). *Livro Branco sobre a Política da Habitação em Portugal*, Lisboa: Encontro Nacional da Habitação.

MARQUES, Teresa Sá, MATOS, Fátima Loureiro de, GUERRA, Paula, RIBEIRO, Diogo (2014). Housing problems in Portugal: a challenge to define a territorialised policy in times of crisis In *Procedings of the International Conference the Welfare State in Portugal in the Age of Austerity,* 15 p.

Disponível em: https://aquila2.iseg.ulisboa.pt/aquila/instituicao/ISEG/docentes-e-investigacao/conference-theme/papers?_request_checksum_=bc7eef06e2f3ab8b2f2d51ed9a51129c16826775;

MARQUES, Teresa Sá, MATOS, Fátima Loureiro de, GUERRA, Paula, RIBEIRO, Diogo (2013). Morfotipologias habitacionais a nível nacional: para uma política de habitação territorializada. In *Atas do 2º Congresso Internacional da Habitação no Espaço Lusófono e 1º Congresso Construção e Reabilitação Sustentável de Edifícios no Espaço Lusófono*, 12p (publicação em CD-ROM).

RÉMY, Jean & VOYÉ, Lilianne (1994). *Cidade: rumo a uma nova definição?* Porto: Edições Afrontamento.

SERRA, Nuno (2002). *Estado, Território e Estratégias de Habitação*. Coimbra: Quarteto.

Parte III

O tecido económico: algumas dinâmicas territoriais e sociais

DIMITROV, Slavi (2015). ***Regional analysis of the North Central Region.*** The overarching issues of the european space: spatial planning and multiple paths to sustainable and inclusive development. Porto. FLUP. pp. 244-257

REGIONAL ANALYSIS OF THE NORTH CENTRAL REGION

Slavi DIMITROV

University of Veliko Tarnovo

slavi_omurtag@abv.bg

Abstract

The North Central region is part of the region of level 1 (NUTS-1) “North and South-East Bulgaria." Aside from District Veliko Turnovo, Gabrovo, Ruse, Razgrad and Silistra (NUTS-3). Nature of the area is characterized by a pronounced zoning - from north to south includes parts of the Danube plain, Balkan and Stara Planina. The region is in the temperate climate zone. Water resources are limited stocks, although the territory pass one of the largest rivers in the country - Rosica, Yantra, Ruse Lom. Land resources - agricultural land in the region are 15.3% of those of the country.

The demographic situation in the region is unfavorable - permanently reduced fertility, increased mortality and worsens the population age structure. We need new, effective policies to limit and stop these negative processes.

With GDP per capita in 2012, the North Central area ranks fifth in the other areas of level 2 in Bulgaria. The structure of gross value added of the region is characterized by a strong dominance of the service sector, where form 57.87% of the total value added in NCR. In the industrial sector produced 32.72% of the regional added value and contribution of the agriculture and forestry is only 9.41%. There are good opportunities for tourism development. The region comprises five districts - Rousse, Veliko Tarnovo, Gabrovo, Silistra, Razgrad.

Keywords: area, standard of living, population, cities, tourism

Résumé

La région du Centre-Nord fait partie de la région de niveau 1 (NUTS 1) «Nord et Sud-est de la Bulgarie." Mis à part le district de Veliko Tarnovo, Gabrovo, Ruse, Razgrad et Silistra (NUTS 3). Nature de la région est caractérisée par un zonage prononcé - du nord au sud comprend une partie de la plaine du Danube, des Balkans et de la Stara Planina. Cette région est dans la zone de climat tempéré. Les ressources en eau sont stocks limités, bien que le territoire passe l'un des plus grands fleuves du pays -

Rosica, Yantra, Ruse Lom. Les ressources en terres - terres agricoles dans la région sont de 15,3% de celles du pays.

La situation démographique de la région est défavorable - réduction de la fertilité de façon permanente, l'augmentation de la mortalité et aggrave la structure par âge de la population. Nous avons besoin de nouvelles politiques efficaces pour limiter et arrêter ces processus négatifs. Avec un PIB par habitant en 2012, la région du Centre-Nord occupe la cinquième place dans les autres régions de niveau 2 en Bulgarie.

La structure de la valeur ajoutée brute de la région se caractérise par une forte prédominance du secteur des services, où la forme 57.87% de la valeur ajoutée totale dans la RCN. Dans le secteur industriel produit 32,72% de la valeur ajoutée régionale et la contribution de l'agriculture et de la sylviculture n'est 9,41%. Il ya de bonnes opportunités pour le développement du tourisme. La région comprend cinq districts - Rousse, Veliko Tarnovo, Gabrovo, Silistra, Razgrad.

Mots-clés: zone, niveau de vie, la population, les villes, le tourisme.

1- Introduction

The North Central Region is a part of the Level 1 (NUTS 1) region of Northern and Eastern Bulgaria. It consists of the districts of Veliko Tarnovo, Gabrovo, Ruse, Razgrad and Silistra (Level NUTS-3) (Fig.1).

The region is bordered by the Republic of Romania (it has a wide outlet to the Danubian riverside) to the North, by the North Eastern Region to the East, by the South-Eastern Region to the South, and by the North-Western Region to the West.

The surface of the region is 14 974 km^2, making up 13,49% of the territory of the country.

Natural conditions and resources: analysis and assessment. Nature of the region is characterized by marked zonation – from the North to the South there are parts of the Danubian Plain, the Fore-Balkan and the Balkan Mountains. They have different geological structure and paleogeographic development, which determines the altitude and the predominating surface forms – river valleys, kettles, plateaus. Some deposits of mineral resources have been discovered – black coals (Tryavna), but the reserves are small. Larger are the reserves of non-metallic minerals – kaolin (Vetovo, Senovo), quartz sand (Elena), limestone and marl (Basarbovo, Krasen and Pirgovo), fireproof clay (Kilifarevo, Sevlievo), basalt (Svishtov, Suhindol). Their usage is in the beginning of different productions – of building materials, china, glass, ceramics and others.

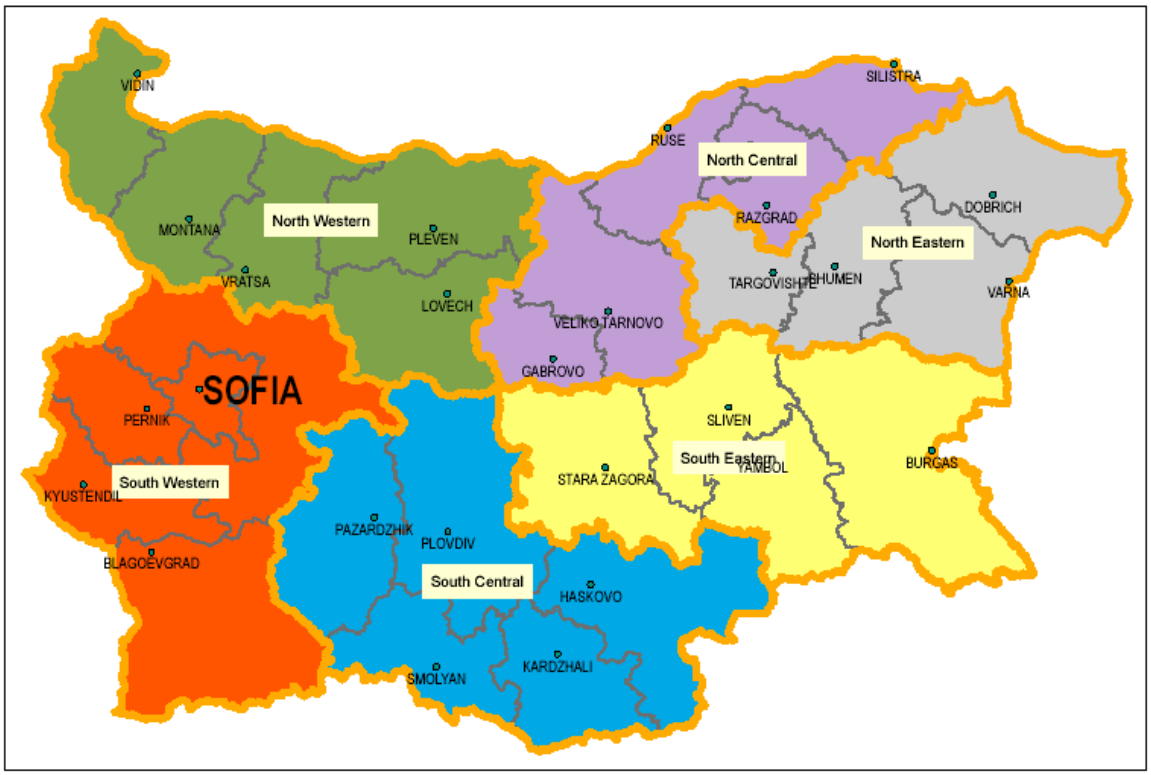


Fig. 1 Regions of Bulgaria on Level NUTS-2.

The territory of the region is in the temperate-continental climatic zone. Only in the southernmost parts (the municipalities of Sevlievo, Gabrovo, Tryavna, Elena, Veliko Tarnovo), in the territories with altitude more than 1600 m, the climate is mountainous. During winter in some of the kettles the temperatures drop sharply (temperature inversions, near Sevlievo were measured some of the lowest January temperatures in the country of minus 35°C). In summer temperatures reach high levels – Ruse, Svishtov, Veliko Tarnovo, which characterize the typical continental character of the climate. The average annual precipitations vary between 500 and 670 mm, and in the Central Balkan they are significantly larger.

Water resources are limited, although some of the largest rivers in the country – Rositsa, Yantra, Rusenski Lom, pass through its territory. Bigger are the quantities of underground waters, which are used for industrial and public water-supply. In order to keep the balance of water-supply for the settlements and the economy, large artificial lakes were built – "Al. Stamboliysky", "Yovkovtsy" and "Beli Lom". The waters of the Danube River are used for irrigation of the crops. The mineral waters near the villages of Voneshta Voda and Ovcha Mogila are of social importance. In the Easternmost part is the only preserved lake near the Danube River – "Srebarna", which is now a biosphere reserve under the protection of UNESCO.

Land resources – the agricultural lands in the region are 15,3% of these of the country. Chernozems (in the Danubian Plain), grey woodland (The Fore-Balkan), mountain-meadow (in Central Stara Planina) and alluvial-meadow soils along the riversides predominate. The soil diversity of the region is great and it influences strongly the development of agricultural economy. In order to preserve and keep the natural diversity, were established the natural reserve – "Central Balkan" National Park, and the natural parks – "Rusenski Lom", "Etara", "Haydushki Chukar", "Peeshti Skali" – near the villages of Stokite and Kravenik (Dimov, 2012).

On 31.12.2012 ***the number of the population*** in the region is 848 989 people, representing 11,69% of the total population of the country. The average ***density of the population*** in the North Central Region is 57,51 people per square km, and it is lower than the average of the country - 66,35 people per square km.

Biggest is the relative share of the population in the district of Veliko Tarnovo (30,02% of the population in the North Central Region), and smallest – in the district of Silistra (13,87%) (Fig. 2).

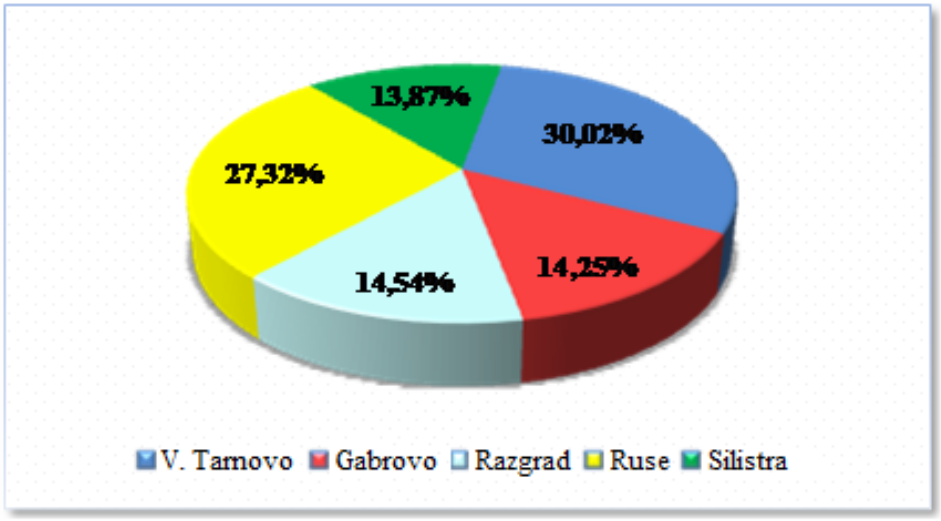


Fig 2.Relative share of the population of the North Central Region by districts as on 31.12.2012 (%). Source: National Statistical Institute of Bulgaria

In the period between the two censuses 2001-2011 (Fig. 3), the population of the North Central Region decreased by 136 965 people, or by 13,72%. This tendency is steady in time and is due mainly to emigration and to the negative population growth in the region during the last ten years.

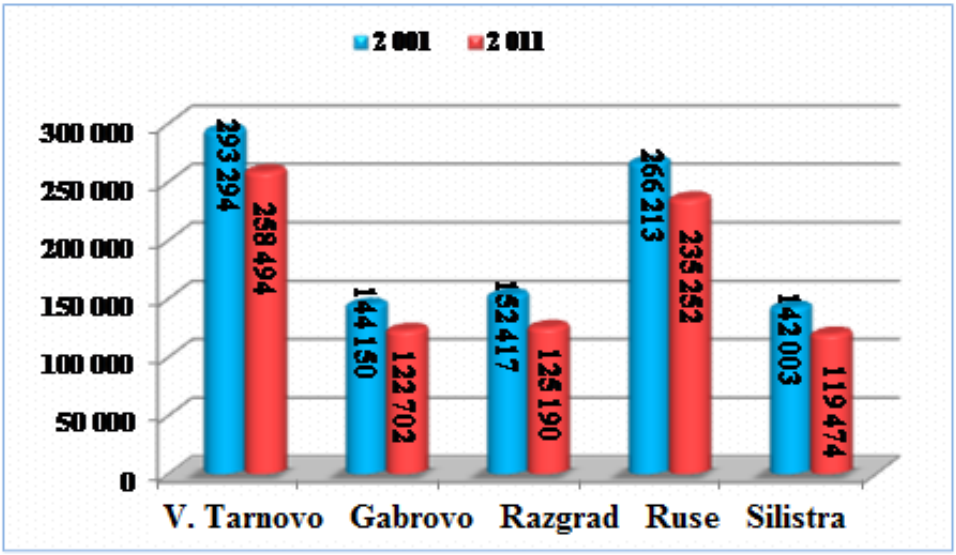


Fig. 3. Number of the population by districts in the North Central Region according to the censuses in 2001 and 2011. Source:*National Statistical Institute of Bulgaria*

The demographic situation in the region is unfavorable – the birth-rate is permanently decreasing, the death-rate is increasing, and the age structure of the population is getting worse. New effective policies for restriction and suspension of these negative processes are needed. The average birth-rate in the region is 8,5‰ (lower than the average in the country – 9,5‰). The average death-rate is high – 16,8‰ (15‰ for the country). Unfavorable tendency is the increasing of the death-rate coefficient during the last years. The population growth is negative - minus 8,2‰ (–5,5‰ for the country) (NSI, 2013).

The extent of urbanization in the region is 66,64% and it is lower than the average value for the country – 72,67% as on 31.12.2012. ***The town centers*** are 39. One of the seven biggest towns in the country of national and international significance with population over 100 000 people is situated in the region – the town of Ruse, with population of 149 134 people. There are four middle-sized towns with population of more than 30 000 people, which are district centers – Veliko Tarnovo (68 735 people), Gabrovo (58 367 people), Silistra (35 230 people) and Razgrad (33 416 people). There is also another town with population more than 30 000 people – Gorna Oryahovitsa (31 437 people), and two towns with over 20 000 people – Svishtov (29 846 people), and Sevlievo (22 516 people), which complement and counterweight the district centers. The main urbanization axes are Sofia/Pleven – Ruse, Pleven – Veliko Tarnovo – Shumen/Varna, and the one in meridian direction Ruse-Veliko Tarnovo – Gabrovo – Kazanlak – Stara Zagora – Haskovo – Kardzhali – Makaza, which continues to the North from Ruse to Giurgiu – Bucharest. The secondary axes of urban development are Ruse – Razgrad – Shumen/Varna and Silistra – Dobrich/Varna.

Regarding the ethnic composition, the region is homogeneous. The Bulgarians are 72,9%. Significant part is the Turkish population (22%) in the regions of Ruse, Razgrad and Silistra. The Romas are 3,4%.

The economic activity in the North Central Region is one of the lowest in Bulgaria. The coefficient of economic activity of the population at and over 15 years old in the region is 47,7% in 2012 and it is under the average for the country (51,3%).

In 2012 ***the unemployment coefficient*** in the region registers growth and reaches 12,9%.

The value of ***the gross domestic product*** by current prices for the North Central Region in 2012 reaches 2 860 mln. euros. The region has limited contribution to the general GDP compared to the other regions on level NUTS 2, forming just 7,91% of the GDP of the country (**North Central Region, 2012**).

The North Central Region is on the fifth place compared to the other level 2 regions in Bulgaria by the ***GDP per capita*** index in 2012 (Table 1). The average value of the GDP per capita in the North Central Region is 3 148 euros, while the average for the country is 4 800 euros.

In comparison to the regions in the EU, the North Central Region, which has similar index to four of the six Bulgarian regions on level NUTS 2 (excluding the South Western Region, which is in better position), by the index of reached level of economic development is under the average in EU. ***GDP per capita by parity of purchasing power (PPS)***of the region for 2012 is 29% of the average value for EU-27.

Table 1. GDP per capita in PPS compared to the average of EU-27 for 2007-2012 (%)

	2007	2008	2009	2010	2011	2012
European Union – 27	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0
BULGARIA	35	37	38	40	44	44
North Central Region	27	28	28	28	30	29

Source: *Eurostat, National Statistical Institute of Bulgaria*

The structure of the gross added value in the region is characterized by strong superiority of the service sector, which forms 57,87% of the general added value in the North Central Region. The industry sector produces 32,72% of the regional added value, and the contribution of the agriculture and forestry sector is just 9,41%.

In the **structure of the regional economy** economic activities of the industrial and the service sector predominate. The region forms 8,4% of the country's gross domestic product. The share of the economic activities of the third sector increases – they form 57,3% of the gross domestic product. The industrial sector forms 26,2%, and the agrarian forms 16,5%. In the territorial organization of the regional

economy strong influence have two main exes of development – one of them formed along the Danubian riverside – Svishtov, Ruse, Tutrakan and Silistra, and the second one – in the interior of the region – Gabrovo, Veliko Tarnovo, Gorna Oryahovitsa and Razgrad. The effective distribution of economic activities between these two axes will determine the rates of development, the competitiveness and quality of life of the population in the region.

The specialization of the **agriculture sector** is plantgrowing-stockbreeding. From the cultivated crops largest areas are taken up by wheat and maize (the districts of Silistra, Razgrad, Ruse, Veliko Tarnovo). The region produces 22,4% of the wheat and over 30,0% of the maize in the country. Specialized branch is the production of industrial crops – sunflower, tobacco, in the Danubian Plain (the districts of Ruse, Silistra, Razgrad). Great traditions have the vegetable-growing (Veliko Tarnovo District). The specialization is supplemented by fruit-growing (the districts of Gabrovo, Silistra, Ruse) and vine-growing (the districts of Ruse, Veliko Tarnovo, Razgrad, Silistra). The main directions of the stock-breeding are cattle-breeding (the districts of Veliko Tarnovo, Ruse, Razgrad), pig-breeding which develops on the existing fodder base, and sheep-breeding. Traditions in the poultry-raising have the districts of Veliko Tarnovo and Ruse. During the last years increases the number of buffalos and goats.

The forestry is typical for the southern parts of the region with centers Veliko Tarnovo, Gabrovo, Tryavna and Elena. Important about the development of the branches of the agriculture sector are the research institutes in Veliko Tarnovo and Ruse.

In the **industrial sector** largest share of the production has the machinery construction, food, textile and chemical industry. The main production is in the sphere of foods, beverages and tobacco products (30,0% of the total industrial production in the region). Major centers of meat and meat products are Ruse, V. Tarnovo, Silistra, Razgrad; of dairy products – V. Tarnovo, Ruse, Silistra, Razgrad; of high quality wines and brandies – Lyaskovets, Svishtov, Suhindol, Ruse, Silistra. In Gorna Oryhovitsa is situated the largest factory for sugar and sugar products in the country. Some of the specialized industries are the production of sanitary fittings – Sevlievo, textile machinery and instrumental equipment – Gabrovo, production of aluminum automobile parts in Ruse, building and repairing of river ships – Ruse, chemical industry – the companies “Prista Oil”, “Orgachim”-Ruse, “Sviloza”-Svishtov, “Cap. Dyado Nikola”-Gabrovo, “Etar”-V. Tarnovo. Important functions in the region have the textile industry (Tryavna, Gabrovo, Ruse, V. Tarnovo), the clothing industry (Ruse, Byala) and the knitwear industry (Tryavna, Gabrovo, Ruse). Large companies producing furniture work in Ruse, Silistra, Tryavna, Gabrovo. The production of glass (Razgrad), china and ceramic articles (Razgrad, Isperih, Sevlievo) develop dynamically.

A modern industrial park was built in Ruse. The purpose is development of high-tech productions based on foreign investments. The port is on the territory of the Ivanovo Municipality and a new railway line is intended to be built (Dimov, 2012).

In 2012, in the structure of distribution of ***direct foreign investments*** by regions of the level 2 in the country, the North Central Region is on the fifth place with a relative share of 3,69% of these in the country.

In 2012 the ***income from overnights*** in the region is 22 738 942 levs, which compared to the country represents only 3,1%, including from foreigners – 1,18%. The internal regional differences regarding tourism continue to be clearly outlined, and the district of Veliko Tarnovo takes the leading place by development of the tourist base, realized bed days and revenues from overnights.

The region has scientific and intellectual potential for realization of ***research and development activity (RDA),*** which is concentrated in the universities and the specialized higher schools in the region. In 2012 the expenditures for RDA in the North Central Region amounted to 7 150 000 levs, which is 1,7 % of the expenditures for RDA in the country (421 612 000 levs). For the period 2007-2012 they increased with 3 115 000 levs. In spite of the permanent tendency of increasing of expenditures for scientific work during the last years, the region is on one of the last places in the country by this indicator.

The Education system and the network of ***educational institutions*** on the territory of the North Central Region are relatively well developed. The number of educational institutions during the school year 2011/2012 is 336, which puts the region somewhere in the middle by provided educational services in the country. The region has 5 universities and specialized higher schools.

The Health services system in the North Central Region is relatively well developed, with a network of hospitals. On the territory of the region on 31.12.2012 there are 37 hospitals with 4 941 beds, 218 hospitals for outpatient care with 84 beds and 27 other health establishments with 686 beds. There are 18 multifarious hospitals in the region, 13 specialized hospitals, 2 centers for mental health, 2 centers for dermal-venereal diseases, 2 complex oncology centers, 10 diagnostic-consultative centers, 55 medical centers, 3 dental centers, 150 separate medical-diagnostic and medical-technical laboratories, 5 centers for emergency medical aid and 23 branches for emergency medical aid. The provision with hospital beds per 100 000 people is 578,93 beds/100 000 people and it is under the average for the country – 646,78 beds/100 000 people as on 31.12.2012. The length of the ***road network*** in the region is 6 245 km, and 2 964 km of them are roads of the National road network, and the other 3 281 km are municipal roads. The density of the functioning roads part of the National road network in the North Central Region is 0,198 km/km^2 and it is highest compared to the other regions and the average for the country (0,176 km/km^2) as on 31.12.2012. The average density of the high class roads (highways and First class roads) is 0,031 km/km^2, as the average in the country. There are no built sections of highways on the territory of the North Central Region, but in a long-term plan 80 kilometers of the “Hemus” highway are going to be built in the section “Border with the North-Western Region (with the District of Lovech) – border with the North-Eastern Region (with the District of Targovishte)”. Sections of some of the First class roads pass through the North Central Region – I-5 (E-85) Ruse – Byala – Veliko Tarnovo – Gabrovo – Stara Zagora –

Kardzhaly – the “Makaza” Pass – Alexandrupolis, I-2 (E-70) Ruse – Razgrad – Varna, I-3 (E-83) Sofia – Pleven – Byala and E-772 Yablanitsa – Veliko Tarnovo – Shumen – Varna.

The railway systemhas a key role and importance for the economic development and the development of the network of town centers in the North Central Region. The general length of the built and functioning railway lines on the territory of the region on 31.12.2012 is 627 km, which represents 15,40% of the state railway system. The density of the railway system of the region – 41,87 km/1000 km^2, is higher than the average for the country (36,68 km/1000 km^2)as on 31.12.2012, which puts the region on the second place after the South-Western Region. The main railway lines which pass through the territory of the North Central Region are Sofia – Gorna Oryahovitsa – Varna, Ruse – Gorna Oryahovitsa – Dabovo – Dimitrovgrad, and Ruse – Varna. The Ruse – Varna railway has an important role for the functioning of the national transport system, because it connects paneuropean transport corridor № 7 and corridor № 8. The *Danube Bridge 1* (Fig. 4) connects the railway systems of Bulgaria and Romania, which provides conditions for intermodal transportation in North-South direction along the corridor № 9 and in East-West direction from Varna – Ruse to the Central and Western part of the European Union.



Fig. 4. The Danube Bridge, the town of Ruse.

The North Central Region is well serviced by ***water transport.*** The Northern border of the region and of the country follows the Danube River – the only navigable river in Bulgaria and the only internal waterway in the country. The waterway of the Danube River is one of the Paneuropean transport corridors – №7, which has the important role to integrate the regions of Eastern Europe to the common market of the European Union. There are some ports of national and international significance that operate on the territory of the region – Ruse, Svishtov, Tutrakan and Silistra. The largest Bulgarian river port is Ruse,

situated on the important combined crossroad of the Paneuropean transport corridors № 7 and № 9 and it is an important multimodal center.

There are **two airports** on the territory of the region: the airport of Gorna Oryahovitsa and the airport of Ruse (which doesn't operate). The Gorna Oryahovitsa airport is international and is used for charters, cargo and passenger flights, import and export of agricultural and industrial products from and to Bulgaria, Europe, Asia, the Near East and Africa. The Ruse airport is regional and is situated near the intersection of the two Paneuropean transport corridors – № 7 and № 9. The airport practically doesn't operate since 2000. There are some plans for it to be developed as a civic airport for national purposes.

Two of the ***European Transport Corridors*** cross each other on the territory of the Ruse District, in the town of Ruse:

- Corridor № 7: The Danube River
- CorridorNo 9: Finland – Russia – Romania – Bulgaria – Greece: Helsinki – Sankt Petersburg – Moscow/Pskov – Kiev – Liubashivka – Kishinev – Bucharest – Ruse – Dimitrovgrad – Alexandroupoli.

The two Paneuropean corridors are supplemented by the TRACECA Corridor: Europe – Caucasus – Asia.

The information securityof the population in the NCR is on a good level. The communication infrastructure is well developed, with relatively good quality of the telecommunication relations in the region. During the period 2007-2014 increased the number of households with internet connection. Although their share of 42,7% for 2012 is smaller than the average for the country (45,0%) and for EU-27 (73%), the second place of the North Central Region just after the South-Western Region is accepted as a positive trend in its development.

The relative share of the households having broadband internet connection in the North Central Region (38%) is close to the average for the country (39,8%) and by this indicator the region is on the second place in 2012. By the average share of the people who regularly use internet, the North Central Region is on the third place with 42,6%, but the value of the indicator is lower than the average of the country (46,4%). The relative share of the people who never used internet is 49,8% and it is higher than the average for the country (45,8%).

By the level of development of the ***water-supplying system,*** the North Central Region is in the top rank in the country, having a share of the population with water-supply of 99,7% in 2012, with average value for the country of 99,1%. But compared to the other regions the North Central Region has the highest share of population who have regulated water-supply – 3,9%, with average value of 1,0% for the country. The region is significantly lacking by the level of development of the ***sewerage*** and possession of ***wastewater treatment plants***.

The system for organized waste collection is well developed. 22 depots work on the territory of the region, which makes up 12,79% of the total number in the country. Mainly the waste collection is

organized in 4 regional depots for waste disposal – in the towns of Ruse, Silistra, Sevlievo and Razgrad. (99,8 %) and Gabrovo (99,2%) exceed the average for the country – 98,2% in 2012.

The expenditures for preservation and recovery of the environment in the North Central Region in 2012 are 64 137 lv. altogether, and they make up just 5,04% of these of the country, thus putting the region on the last place, compared to the other regions from level 2. The biggest expenditures for preservation of the environment in 2012 were made in the district of Veliko Tarnovo (31,68% from the expenditures in the North Central Region), followed by the districts of Ruse (29,95%), Silistra (16,83%) and Razgrad (15,08%), and the smallest expenditures were made in the district of Gabrovo (6,46%). ***The expenditures for preservation and recovery of the environment per capita in the North Central Region*** are 71,11 lv. per person as on 31.12.2012, which is significantly under the average for the country – 169,73 lv. per person.

The natural protected areas, including those in Natura 2000, cover together 22,3% of the territory of the North Central Region. In the region are situated 94 out of 966 ***protected areas*** in Bulgaria in 31.12.2012. ***The protected areas*** are: part of the "Central Balkan" National Park, three natural parks – "Balgarka", "Persina" and "Rusenski Lom", three reserves – "Byala Krava", "Peeshti Skali", and "Beli Lom", three managed reserves – "Sachov Chair", "Haidushki Chukar" and "Srebarna", 21 natural landmarks and 63 protected areas. The North Central Region has a small share of the protected areas in the country – 2,97%.

In the North Central Region there are together 69 ***proected zones*** in Natura 2000 – 46 zones according the Directive 92/43/EEC for protection of the natural habitats of the wild flora and fauna and 23 zones according the Directive 2009/147/EC for protection of the wild birds, with a relative share of 21,5% of the region's territory.

On the territory of the North Central Region are situated significant ***cultural-historical sites of national and international importance.***In the North Central Region are situated 22 out of the 100 National Tourist Sites: in the District of Veliko Tarnovo – 5, Gabrovo – 8; Razgrad – 2; Ruse – 2 and Silistra – 5.

The sites on the territory of the region that are included in the list of the World Natural and Cultural Heritage of UNESCO are: the "Srebarna" Nature Reserve; the Thracian Tomb near the village of Sveshtari, and the Ivanovo Rock-hewn churches.

In the district of Veliko Tarnovo is one of the largest concentration places of cultural and historical monuments in the country. There are about 140 cultural monuments of national significance on its territory (almost 15% of all the monuments in the country), which are situated mainly in the municipalities of Veliko Tarnovo, Svishtov and Elena. Here is the biggest concentration of monasteries in Bulgaria ("Tarnovo`s Sveta Gora").

In the district of Gabrovo there are many historical sites and national cultural monuments. In the district of Razgrad are registered about 1 200 immovable monuments – sites of the cultural-historical heritage, as well as two Architectural-historical reserves of national significance, and others.

In the district of Ruse there are about 260 buildings which are cultural monuments, and more than 20 of them are enlisted in the international initiative of the European Commission „European Heritage Label“. On the territory of the district are registered round 30 cultural monuments of national importance, concentrated mainly in the municipalities of Ruse and Ivanovo, with smaller areas and points in Dve mogili and Byala (North Central Region, 2012).

The District of Ruse. RUSE (149 000 people) is the fifth by size town in Bulgaria. During the centuries it was called Sexaginta Prista, Pristapolis, Rusi, Ruschuk. It is the site of the Bulgarian Danubian Fleet, large industrial, transport, cultural and scientific center, having a lot of museums and monuments, with a European architectural appearance. In its vicinity is situated the first modern agricultural farm Obraztsov chiflik. On the Danube River is the largest river bridge, with two levels for automobile and railway transport. The first railway station on the Ruse-Varna line (1866) is the National Museum of Transport and Communications. In the largest Danubian port are the headquarters of the “Bulgarian River Shipping” and the “Executve Agency for Exploration and Maintenance of the Danube River”. It is the hometown of the Nobel Prize laureate – the writer Elias Canetti.

The District of Silistra.SILISTRA (35 000 people) is successor of the ancient Durostorum, Dorostol, Drastar (Fig. 5). There are a lot of factories in this Danubian port.



Fig. 5. The “Drastar” Fortress

The District of Razgrad.RAZGRAD (33 000 people), is a district center with developed food, china and faience industries, and machinery construction.

The District of Veliko Tarnovo.VELIKO TARNOVO (69 000 people)was the capital of the Second Bulgarian Kingdom, reminder of which are the hills of Tsarevets (Fig. 6), Trapezitsa, Sveta Gora, around which meander the Yantra River. It is remarkable for its unique picturesque amphitheatrical situation. It developed as industrial, transport and university town. The old part of the town attracts many tourists. Veliko Tarnovo is one of the Bulgarian towns which are candidates for European Culture Capital in 2019.



Fig. 6. The Medieval fortress of “Tsarevets”.

Gorna Oryahovitsa (31 000 people). It is successor of the old town of Rahovets. It developed as a railway junction, industrial and trade center.

SVISHTOV (30 000 people)developed at the place of the limes castle of Novi. It was an important trade town in IX century. The first trade schoolin the country was established here. Also an academy of economics was established here. It is the third Bulgarian Danubian port by cargo. The largest industrial enterprise is “Svilosa”. East of the town is situated the area called “Pametnitsite” – the place, where the Russian liberators crossed the Danube River.

GABROVO (58 000 people) is situated on the Yantra River. Its upper course – Etar, was used in the past as a driving force (the Etara ethnographic complex) (Fig. 7). Because of its textile industry it earned the nickname “Bulgarian Manchester”. There is a Museum of Humour and Satire, Museum of Education in the building of the first secondary school (Doykov…, 2009).



Fig. 7. The Architectural-Ethnographic Complex of “Etar” .

The district has serious demographic and social problems to solve. The economy should be restructured, more foreign investments should be attracted, which would lead to decreasing of the unemployment rate. The infrastructure needs modernization and the existing ecological problems should be overcome.

References

DIMOV, N.(2012). Zoning, Socio-economic Regions and Regional Development of Bulgaria, “Express” publishing house, Gabrovo.

DOYKOV, V., S. DIMITROV, D. SIMEONOV(2009). The Towns of Bulgaria, “Kovachev” publishing house, Silistra, 2009.

THE NORTH CENTRAL REGION, Socio-economic profile (2012). Ministry of Regional Development and Public Works, Sofia.

REGIONS, DISTRICTS AND MUNICIPALITIES IN THE REPUBLIC OF BULGARIA 2012, NSI, 2014.

POPULATION AND DEMOGRAPHICAL PROCESSES 2012, NSI, 2014.

EMPLOYMENT AND UNEMPLOYMENT – annual data 2012, NSI, 2013.

EVOLUCIÓN Y CARACTERÍSTICAS DEL ATLAS DIGITAL DE LAS ÁREAS URBANAS DE ESPAÑA.

Ángel MIRAMONTES CARBALLADA
Universidade de Santiago de Compostela
angel.miramontes@usc.es

Abstract

The urban atlas of Spain is a very powerful software tool that besides offering many territorial information allows the development of studies in geography and especially of urban geography. The atlas is dynamic, undergoes revisions and updating data, so it is not perishable and allows evolutionary work on the territorial characteristics of Spain at different scales. The Digital Atlas of Urban Areas of Spain is work that is done from the Spanish central government, specifically the Ministry of Development in collaboration with different departments such as the National Institute of Statistics of Spain.

Keywords: atlas, urban, Spain.

Resumen

El atlas urbano de España es una herramienta informática muy potente que además de ofertar mucha información territorial, permite el desarrollo de estudios dentro de la Geografía y en especial de la geografía urbana. El atlas es dinámico, sufre revisiones y actualización de datos, por lo que no es perecedero y permite realizar trabajos evolutivos sobre las características territoriales de España a diferentes escalas. El Atlas Digital de las Áreas Urbanas de España es un trabajo que se realiza desde el Gobierno central español, concretamente desde el Ministerio de Fomento en colaboración con diferentes de sus departamentos como el Instituto Nacional de Estadística de España.

Palabras clave: atlas, áreas urbanas, España.

1. Origen y evolución del Atlas Urbano

En el presente trabajo se estudia la evolución y las características de una herramienta informática, el atlas digital urbano de España. Además de la propia significación que puede tener una herramienta de

este tipo para el desarrollo de estudios dentro de la Geografía y en especial para la geografía urbana, destaca, principalmente, por dos motivos. En primer lugar porque es dinámico, sufre revisiones y actualización de datos y, en segundo lugar porque además de los propios indicadores que oferta permite trabajar una temática tan importante como es la propia delimitación de las áreas urbanas y metropolitanas.

El Atlas Digital de las Áreas Urbanas de España es un trabajo que se realiza desde el Gobierno central español, concretamente desde el Ministerio de Fomento en colaboración con diferentes departamentos como el Instituto Nacional de Estadística.

El origen de este documento (presente en formato papel y digital-web) se remonta a finales de 1998, con la publicación del Atlas Estadístico de la Vivienda en España que desde sus inicios fue muy bien acogido tanto por la administración pública, centros de investigación, universidades…, todos los agentes relacionados con el estudio de fenómenos sociales. Desde ese momento a la actualidad, el Atlas ha sufrido cuatro grandes actualizaciones, en los años: 2000, 2004, 2006 y 2013, actualizaciones que se comentarán brevemente, pero siempre han mantenido una estructura y un objetivo central.

El objetivo principal del Atlas es mostrar la forma territorial, la situación en que se encuentran las áreas urbanas españolas utilizando una serie de indicadores de vivienda, servicios, infraestructuras o planeamiento urbanístico. Estos datos estadísticos y, los gráficos y mapas que se crean, permiten conocer dónde y cuáles son las áreas urbanas del territorio español más dinámicas o menos desde el punto de vista del número de viviendas principales y las secundarias, número de hogares, población activa, etc.

2. Principales características del Atlas Urbano

Desde el primer momento el Atlas destacó, además de la gran cantidad y calidad de la información estadística que oferta, por la novedad que supuso la "territorialización" de la información. La aparición y generalización de los SIG (Sistemas de Información Geográfica), que permiten la plasmación sobre el territorio de distintas variables de carácter socioeconómico o territorial, para unidades territoriales cada vez más desagregadas ha supuesto sin duda una revolución en el tratamiento de la información y ha multiplicado su capacidad interpretativa y de caracterización de distintos niveles de análisis territorial. Por lo que se convirtió en una herramienta web muy útil tanto para la propia administración como las universidades y todos los agentes vinculados con el estudio del territorio y las ciencias sociales.

Las publicaciones del Atlas, una tras cada una de las actualizaciones del 2000, 2004 y 2006, además de explicar las fuentes de información y la metodología utilizada, se estructuran en cinco capítulos. Al inicio de cada uno de ellos se encuentra una breve introducción explicativa en la que se describen las variables utilizadas. El primero se centra en los Ámbitos Urbanos, definición y justificación

de los ámbitos territoriales considerados, que en un primer momento se diferencian entre grandes y pequeñas áreas urbanas. El segundo es la Población, que se trata del capítulo más voluminoso del Atlas y en él se recogen los datos relativos a las distintas características socioeconómicas de la población, tanto en su perspectiva estática como dinámica (ocupación del territorio, densidad de población, dinámica de la población, estructura de la población, inmigración, etc.). El tercer capítulo se centra en el estudio de las Viviendas. A pesar de existir ya un Atlas Estadístico de la Vivienda, también se trabaja en este atlas pues está estrechamente ligado a la conformación y configuración urbana y metropolitana (densidad de vivienda, uso, tipología, precios de la vivienda, etc.). El cuarto capítulo se centra en los Hogares, que recoge información sobre dos tipos de conceptos: los hogares propiamente dichos y los núcleos. El quinto y último apartado es sobre el Planeamiento Urbanísticos donde se ofrece información del planeamiento urbanístico vigente en los municipios españoles.

3. Aplicabilidad de la herramienta web

El Atlas Digital de las Áreas Urbanas de España se trata de una herramienta muy útil y necesaria para el estudio actual y evolutivo del territorio español que permite el desarrollo de una amplia diversidad de estudios dentro de las ciencias sociales. Por lo que se muestran algunas de sus potencialidades.

Para acceder a la web se puede ir por el portal del Ministerio de Fomento del gobierno español o directamente a través de este enlace: http://atlas.vivienda.es/. Una vez que se accede al atlas urbano digital, desde el primer momento se aprecia que se trata de una web sencilla, quizás rústica ausente de simbologías o representaciones llamativas, pero a su vez muy intuitiva y fácil de interpretar. De hecho el disponer de toda la información a primera vista es una potencialidad clara del atlas, pues además de ver toda la información que ofrece, permite al usuario pensar en lo que esta herramienta web puede ofrecer o le puede interesar.

La parte más importante como se ve en la figura 1 y que ocupa el mayor espacio es un mapa de España, archipiélagos incluidos y los países con los que hace frontera (Francia, Portugal y el continente africano). En la parte central superior aparecen una serie de iconos se que mantienen permanentes independientemente de las consultas o uso que se realice de esta web. Se tratan de una serie de iconos básicos que permiten sobre el mapa acercar, alejar, engrandecer… el mapa. Así como incorporar una serie de capas generales como la red de carreteras, la red hidrográfica o la toponimia. Además de guardar la consulta realizada y, una de las aplicaciones más importantes descargar las capas de información. Una muestra más del dinamismo de esta herramienta es que le permite al usuario cargar datos externos y combinarlos con los que ofrece la web.

En una segunda línea, justo debajo de los iconos más generales, hay 4 pestañas que marcan la escala territorial en la que se quieren representar los indicadores: comunidad autónoma, provincia, área

urbana y municipios. Además de las escalas administrativas oficiales (CC.AA, provincia y municipios), también se puede utilizar la de áreas urbanas que es una delimitación territorial que tras una metodología exhaustiva que realizan desde el propio ministerio y que se centra en el estudio del espacio urbano español. Tan sólo señalar que dentro de la metodología que utilizan para la delimitación de las áreas urbanas manejan indicadores como densidades de población, viviendas, hogares o movilidad de la población.

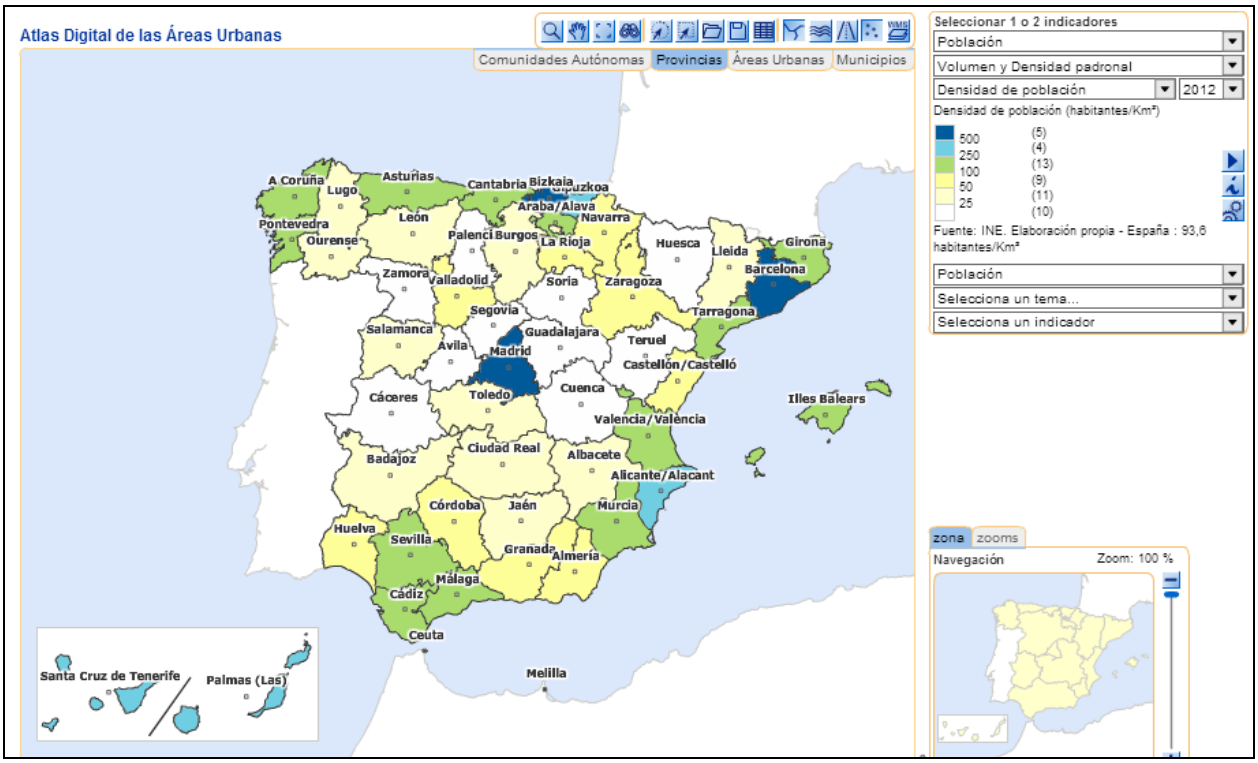


Fig. 1 – Imagen del Atlas Digital de las Áreas Urbanas de España.

En la parte derecha de la pantalla, aparece una columna que se divide en dos partes en la superior en donde están las pestañas con toda la información (que se comentará) y un pequeño mapa de localización. En cuanto a las pestañas con la información de los indicadores, se puede dividir también en dos partes. Una en la que se puede consultar la información en porcentajes y otra en la que se puede realizar "la orden" para representar valores absolutos. Aunque parezca obvio e innecesario ofertar la misma información, resulta muy positivo poder analizar directamente un mismo indicador en porcentaje y valor absoluto, pues dependiendo del indicador es mucho más representativo y correcto emplear un modo u otro. Concretando, el análisis por coropletas contiene porcentajes, tasas e índices. Con estos

datos se pueden crear mapas de coropletas, que utilizan colores para representar el área que ocupa un hecho determinado. Mientras que el análisis por símbolos contiene magnitudes o valores absolutos (tienen como unidad de medida personas, viviendas, hogares,…) Con estos se pueden representar mapas de símbolos proporcionales, utilizando círculos para representar los valores que se simbolizan gradualmente en función del valor.

En cuanto a la información que se despliega de las pestañas, se pueden hacer 3 grupos:

1. En la que seleccionamos el dominio (población, viviendas, hogares…) (tabla I).

2. En la que seleccionamos el tema asociado al dominio (tabla II).

3. En la que seleccionamos la variable asociada al tema objeto de la representación cartográfica. En la mayoría de las variables los datos están seriados apareciendo en estos casos una ventana junto a la variable con el año de referencia.

Tabla I. Relación de dominios del Atlas Urbano de España

DOMINIO (coropletas)	DOMINIO (símbolos)
Población	Población
Precios de viviendas	X
Parque de viviendas	Parque de viviendas
Tipología edificatoria	Tipología edificatória
Hogares	Hogares
Planeamiento urbanístico	X
Información urbanística	Información urbanística
Ocupación de suelo	Ocupación de suelo
Estructura de la propiedad	X
Suelo (catastro)	Suelo (catastro)
Estructura productiva	Estructura productiva
Movilidad laboral	Movilidad laboral

Fuente: elaboración propia a partir del Atlas Urbano de España (http://atlas.vivienda.es/)

Para el análisis por coropletas, tras seleccionar la variable, se puede activar la secuencia temporal de la variable pinchando “Reproducir secuencia” (solo activo en variables seriadas), ver la información acerca del indicador pinchando “Información acerca del indicador” y modificar la vista marcando el icono “Parámetros”. Además se abre una ventana en la que se puede cambiar la apariencia del mapa: escala, colores, método: permite elegir el método de distribución de los rangos de forma manual o bien con los cuatro tipos predeterminados (cuantiles, múltiplos de la desviación típica, logaritmo+ múltiplo de la

desviación típica estándar y Jenks (K-means)), una vez elegida la clasificación manual de los intervalos, se pueden modificar los límites de los mismos y por último el histograma permite mover de forma manual los intervalos, en modo frecuencia o distribución.

Tabla II. Relación de temas asociados al dominio de población del Atlas Urbano de España (coropletas)

DOMINIO (coropletas)	TEMAS
Población	Densidad padronal
	Densidad censal
	Dinámica de población padronal
	Variaciones censales de población
	Estructura de edades
	Movimiento natural de población
	Extranjeros
	Relación lugar de nacimiento-residencia

Fuente: elaboración propia a partir del Atlas Urbano de España (http://atlas.vivienda.es/)

Dentro del análisis de parámetros, también se puede ocultar el contorno, que elimina los límites administrativos seleccionados, marcar coloración continua, que colorea de forma gradual el mapa, o aplicar la clasificación predefinida, que lleva el mapa a su vista original.

Para el análisis por símbolos, tras seleccionar la variable, se puede activar la secuencia temporal de la variable pinchando “Reproducir secuencia” (solo activo en variables seriadas), ver la información acerca del indicador pinchando “Información acerca del indicador”, modificar la vista marcando el icono “Parámetros”, se abre una ventana en la que se puede cambiar la apariencia del mapa: símbolo, permite seleccionar el tipo de símbolo (círculo, esfera y caja); colores, permite elegir colores predeterminados de la paleta desplegable. Esta opción solo está activa si se tiene seleccionado como símbolo el círculo; opacidad, permite cambiar la opacidad del símbolo. Nuevamente esta opción solo está activa si se tiene seleccionado como símbolo el círculo; tipo de círculo, permite seleccionar para el tipo de símbolo círculo discos; que contiene relleno, o círculos; solo la línea; tamaño máximo del símbolo, se puede modificar el tamaño del símbolo agrandándolo o reduciéndolo; fijar correspondencia, al marcarlo fija la correspondencia entre los valores máximo y mínimo y, mostrar valores, al marcarlo muestra los valores que corresponden al símbolo.

Por lo que la información y la rapidez con que se puede cartografiar son dos factores muy significativos dentro de las potencialidades de esta herramienta. Un ejemplo simple se observa en la

figura 2, donde se representa la densidad de población de los municipios de España en el 2012. Sin llegar a la fase de analizar estos datos tan interesantes, el propio atlas crea unos intervalos que permiten identificar perfectamente cuales son los municipios y las áreas donde la densidad de población son más elevadas.

Pero si estos mapas por si solos ya son una fuente de información y una fuente cartográfica que puede ser empleada para multitud de estudios y trabajos vinculados con las ciencias sociales, principalmente. Aun resulta, si cabe, más interesante comprobar que este atlas tiene una aplicación que permite descargar en formato Excel, los datos que "emplea" para realizar lo cartografía (figura 3). Con lo que el usuario puede utilizar estos datos para realizar cualquier otro análisis gráfico o cartográfico. Así como combinar estos datos con otros que provengan de otras fuentes de información o tras la realización de trabajo de campo.

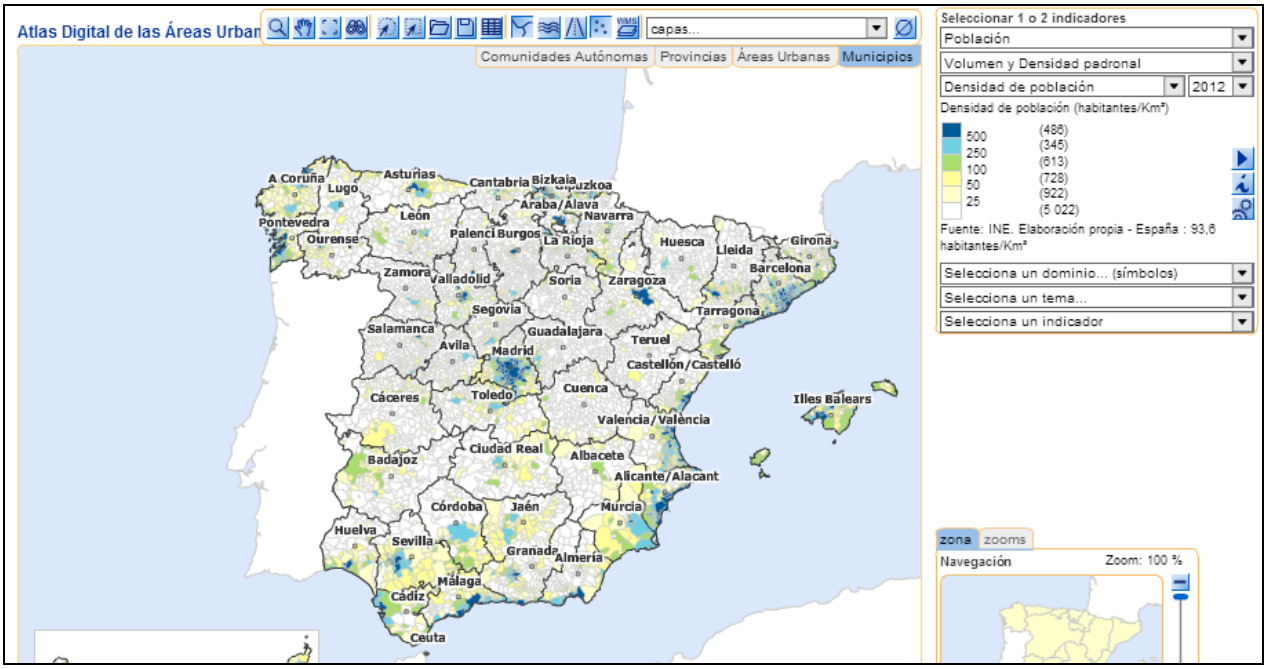


Fig. 2 – Imagen de la representación cartográfica de la densidad de población de los municipios de España en el 2012.

En último lugar se muestra una representación cartográfica en la que se combinan dos variables, una de coropletas y otra de símbolos (figura 4). Concretamente de trata de un mapa en el que se utiliza la escala de las Áreas Urbanas con dos variables, la densidad de población de cada una de las áreas y su correspondiente símbolo (en este caso círculo) con la población mayor de 65 años de cada unas de estas áreas urbanas.

Aclarar que dentro de la publicación, del libro, del Atlas Digital de las Áreas Urbanas de España existe un amplio capítulo en el que se explican y analizar los criterios que se siguieron desde el Ministerio de Fomento del gobierno de España para realizar esta delimitación del territorio español en áreas urbanas.

Atlas Digital de las Áreas Urbanas

Dominio: Población - Tema: Volumen y Densidad padronal - Grado: Municipios
Indicador: Densidad de población (2012)
Unidad: habitantes/Km²
Fuente: INE. Elaboración propia

code	Municipios	valor
10001	Abadía	7,32
10002	Abertura	6,89
10003	Acebo	11,36
10004	Acehúche	9,29
10005	Aceituna	15,62
10006	Ahigal	28,08
10007	Albalá	20,08
10008	Alcántara	2,93
10009	Alcollarín	3,12
1001	Alegría-Dulantzi	143,81
10010	Alcuéscar	26,66
10011	Aldeacentenera	6,42
10012	Aldea del Cano	24,43
10013	Aldea del Obispo, La	8,9
10014	Aldeanueva de la Vera	58,24
10015	Aldeanueva del Camino	39,85
10016	Aldehuela de Jerte	32,31
10017	Alía	1,61
10018	Aliseda	25
10019	Almaraz	45,95
1002	Amurrio	104,96

Fig. 3 – Imagen de un ejemplo de los dato en formato excel que permite descargar el Atlas Digital de las Áreas Urbanas de España.

Por lo que con esta imagen (figura 4) se comprueba como en un solo mapa se pueden combinar diferentes variables que permiten al usuario poder realizar análisis más completos y profundos que los mapas de una sola variable.

Además hay que destacar que toda la información que oferta esta herramienta, bien cuando se realiza la representación cartográfica bien cuando se descarga la información, siempre indica la fuente empleada. Por otro lado señalar que son fuentes de información fiables y oficiales. Concretamente el INE

(Instituto Nacional de Estadística de España) es la fuente de información principal del Atlas. Esta última característica permite a los usuarios trabajar con otra información que aparece en el INE y ya está codificada según el municipio, provincia o comunidad autónoma a la que pertenezca y se puede vincular directamente con la amplia información que se recoge en el Atlas.

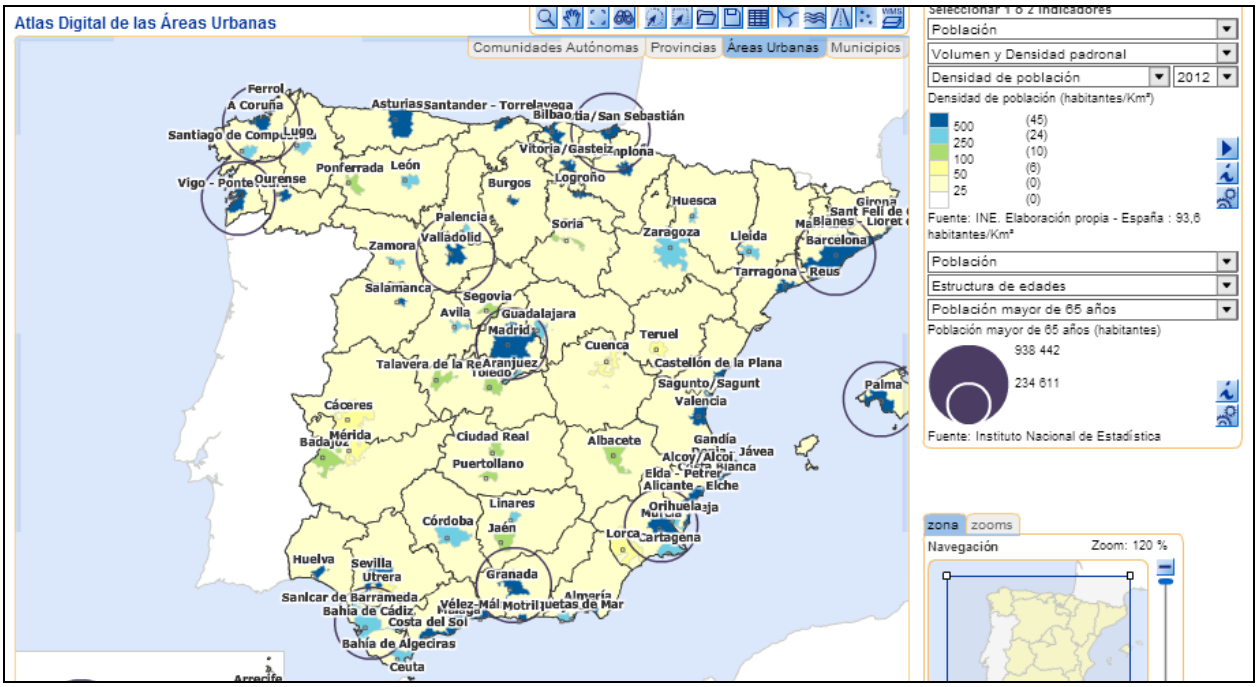


Fig. 4 – Imagen de la representación cartográfica de dos variables de las áreas urbanas españolas en el 2012.

4. Conclusiones

La razón de ser de este trabajo fue, principalmente, intentar mostrar las características de una herramienta que, bajo nuestro punto de vista, es muy útil y potente para todos los estudiosos del territorio y vinculados con las ciencias sociales. Este interés surgió después de haber realizado ya bastantes consultas a este Atlas y haber sido utilizado para diversos trabajos de investigación. Pues en ocasiones uno de los mayores problemas problemas que nos encontramos cuando queremos o tenemos que realizar algún trabajo sobre el territorio español puede ser, la falta de información o disponer de una información falta de rigor y calidad. Por lo que consideramos que merece la pena realizar la presente exposición sobre las características de esta herramienta.

A modo de resumen, destacar que el Atlas Digital de las Áreas Urbanas de España es una herramienta muy útil y necesaria para el estudio actual y evolutivo del territorio español. Pues como se

mostró oferta gran cantidad de información y se puede realizar cartografía a diferentes escalas. Además ya se trata de una base de información que gracias a las diversas actualizaciones permite la realización de estudios evolutivos. Otro aspecto importantes es que el Atlas permite el desarrollo de una amplia diversidad de estudios dentro de las ciencias sociales, estudios que pueden interesar a economistas, geógrafos o sociólogos. Así como a usuarios de otras ciencias como la arquitectura.

Otra potencialidad del Atlas es que permite aplicar su metodología a otros territorios. Pues como se mostró a lo largo de este trabajo, toda la información del atlas destaca la fuente de dónde sacó la información y explica claramente (en la publicación) los pasos y criterios utilizados para trabajar cada unos de los indicadores.

Además el Atlas permite relacionar su información con otras fuentes e información obtenida tras trabajo de campo. Este es otro aspecto importante porque dentro de muchas investigaciones sociales además de la información cuantitativa que se obtiene del propio Atlas. En ocasiones se necesita información cualitativa que se obtiene después de la realización de encuestas, entrevistas o reuniones y, toda esta información se podría vincular o relacionar con la del propio Atlas.

Por otro lado, aunque este trabajo se centró en mostrar las características de fuente de información y de representación cartográfica de una variada e importante información territorial. El Atlas Digital de las Áreas Urbanas de España también posee la opción de representar gráficamente la información. Por lo que una sola herramienta permite recopilar información estadística, representar cartográfica y gráficamente todas estos indicadores.

Con todo esto, se considera que esta potente herramienta oficial con gran cantidad de información estadística que se puede cartografiar. No posee el reconocimiento ni divulgación de sus características por parte de la administración. Pues con total seguridad sería del agrado de un gran número de departamentos de universidades, centros tecnológicos o centros de investigación centrados principalmente con las ciencias sociales. Por lo que con este trabajo se pretende dar un poco más de “publicidad” a escasas fuentes de información de este tipo que existen en España.

5. Bibliografia

BOIX, R. (2006). Las áreas metropolitanas en España, *XXXII Reunión de Estudios Regionales*, *Desarrollo de regiones y eurorregiones. El desafío del cambio rural,* Ourense.

BOIX, R. (2007). Concepto y delimitación de áreas metropolitanas: una aplicación a las áreas metropolitanas de España, *Seminario Las grandes áreas metropolitanas españolas en una perspectiva comparada*, Sevilla.

FERIA, J.M. (2004): Problemas de definición de las áreas metropolitanas en España. *Boletín de la AGE* 38; Madrid, pp. 85-99.

FERIA, J. M. (2008). Un ensayo metodológico de definición de las áreas metropolitanas de España a partir de la variable residencia-trabajo, *Investigaciones Geográficas*, 46, pp. 49-68.

Ministerio de Fomento (2009). *Atlas Estadístico de las Áreas Urbanas en España.* Madrid.

MIRAMONTES, Á. & MARQUES. T. (2014). Aproximación al estudio de la delimitación de las áreas urbanas de España y Portugal, Actas do XIV Colóquio Ibérico de Geografia (pp 2401-2406) Universidade do Minho.

ROCA, J. (2003). La delimitación de la ciudad: ¿una cuestión imposible?, *Ciudad y Territorio. Estudios Territoriales*, XXXV, nº 135: 17-36.

ROCA, J.; MOIX, M. y ARELLANO, B. (2012). El sistema urbano en España, *Scripta Nova* XVI, nº 395.

RUIZ, F. (2011). *Áreas Urbanas de España. Proyecto AUDES.* Universidad de Castilla-La Mancha. http://alarcos.esi.uclm.es/per/fruiz/audes/

SALOM, J, y ALBERTOS, J. M. (2010). Densidad de la red viaria y forma urbana: Delimitación del espacio urbano en ocho aglomeraciones españolas, *IV Jornadas de Geografía Económica*. León.

SERRANO, J. Mª. (2006). Aglomeraciones y áreas urbanas en España, dimensión y tendencias: Breves precisiones, *Lurralde: investigación espacial* nº 29.

ROYÉ, Dominic (2015). ***Another approach for tropical nights: case studies of Faro, Lisbon and Porto.*** The overarching issues of the european space: spatial planning and multiple paths to sustainable and inclusive development. Porto. FLUP. pp. 269-283

ANOTHER APPROACH FOR TROPICAL NIGHTS: CASE STUDIES OF FARO, LISBON AND PORTO

Dominic ROYÉ
Universidade de Santiago de Compostela
dominic.roye@usc.es

Abstract

This paper presents a new methodology for the study of hot nights, also called “tropical nights”, in Portugal in order to identify those nights where people can be affected by heat stress. The use of two indicators obtained through half-hourly data has allowed to define in more detail the thermal characteristics of the nights, thereby being able to assess more accurately the risk to the health and well-being of the population. There is a significant increase in the frequency of tropical nights and hot nights on the Atlantic coast, from the north to the south of Portugal. The lower latitude and proximity to the coastline are associated with greater persistence of heat and thermal stress during these nights. The hottest nights are more frequent and intense in the city center due to the effect of the urban heat island.

Keywords: tropical night, heat stress, urban heat island, Portugal.

Resumen

En este trabajo se aplica una metodología nueva al estudio de las noches calurosas, también denominadas “tropicales”, en Portugal de cara a identificar aquellas noches en las que la población pueda verse afectada por estrés térmico. La utilización de dos indicadores obtenidos a través de datos semihorarios ha permitido definir con más detalle las características térmicas de las noches, pudiendo así evaluar con más precisión el riesgo para el bienestar y la salud de la población. Se produce un importante aumento de la frecuencia de noches tropicales y noches cálidas en la fachada atlántica, desde el norte hasta el sur de Portugal. La menor latitud y la proximidad al litoral están relacionados con la mayor persistencia del calor y del estrés térmico durante estas noches. Las noches calurosas son más frecuentes e intensas en el centro de las ciudades, por el efecto de la isla de calor urbana.

Palabras claves: noche tropical, estrés térmico, isla de calor, Portugal.

1. Introduction

Tropical nights are related to summertime and heat waves as a part of our temperate climate in Europe. It is a highly variable phenomena, both temporally and spatially, with significant impacts on citizens. In the last decade a globally significant increase in heat waves has been observed (Coumou and Robinson 2013, Coumou and Rahmstorf 2012). The most significant heat wave for 500 years affected Europe in August 2003 with a very high mortality rate in many of the countries (Coumou and Rahmstorf 2012).

The daily thermal amplitude during a heat wave is a fundamental factor, since it is related to the vulnerability of certain population groups at these extremely temperatures. It has been found that there is an increased risk of mortality with low thermal amplitudes (Gritze et al. 2005, Rooney et al. 1995). Consequently, it limits the possibility of getting an overnight break from the high daytime temperatures. Heat wave effects in the population have been described with apparent links between high temperatures and increased morbi-mortality by different authors (Ye et al. 2012, Diaz et al. 2002, 2006, Garcia Herrera et al. 2005, WHO 2004, Huynem et al. 2001).

In France, for example, there were 15,000 heat-related deaths (mostly among the elderly) between 1th and 20thAugust 2003 (Fouillet et al. 2006). In most of the inland and Mediterranean cities temperature reached peaks above 40°C and minimums higher than 20ºC. The latest report of the Working Group II of the Intergovernmental Panel on Climate Change (IPCC) (IPCC 2014) notes that there is evidence of increased mortality associated with heat and cold in some parts of the world such as Europe, although in the latter case with less effect. Ultimately, there is a likely increase in frequency and intensity of extreme heat episodes due to global warming.

The IPCC also highlighted as very probable that hot days and nights will be more numerous and even warmer, and not always associated with heat waves. During these days, the effects perceived by the population are caused by extremes temperatures, as well as the corresponding difference between the maximum and the minimum. The most common impact of hot nights on health is their effects on people's sleep and rest. The heat can lead, among other effects, to sleep alterations and privations due to thermoregulation processes (Buguet 2007). Specifically, temperatures higher than the comfort range can influence in an increased wakefulness and decrease phases of Rapid Eye Movement (REM) and Slow-Wave Sleep (SWS) (Haskella et al. 1981, Okamoto and Mizuno 2005).

Sleep alterations are given with greater incidence in people with advanced age, like the overall risk of death in heat waves (Buguet 2007, Köppe et al. 2004). However, it must be considered that not only the temperature is causing these negative impacts, but that also exist influences by humidity and other atmospheric elements, and other environmental variables, such as noise or electromagnetic fields (Muzet 2007). Obviously, one should not exclude in these types of analyzes other social and personal

determinants. A possible thermal stress depends, first, on the type of bed or/and bed linen, and secondly, among other things, on the building construction, that is, ventilation, the orientation of the house, material types and the heat conduction between interior and exterior (Höppe and Martinac 1998). In case of presence of air conditioners, there is a close correlation between atmospheric factors and quality of sleep prevailing a socioeconomic origin, as shown by O'Neill et al. (2005) for several US cities.

Precisely in cities the negative impacts of heat on human thermal comfort and, at last, on health are aggravated due to the phenomena of “urban heat island". Higher temperatures in the urban environment than in the rural setting are favored by many factors (Moreno 1999, Lopez et al. 1993). This urban effect become apparent in a slower heat loss in contrast with the surrounding, and generates during heat waves conditions with greater thermal stress and an increased health risk for the citizens.

Given the climate change projections, in which a higher frequency, duration and intensity of heatwaves for Europe is estimated, with major impacts on the Iberian Peninsula and the Mediterranean (Fischer and Schär 2010, IPCC 2014), it is of interest to have adequate indicators for assessing the risk of the nocturnal heat impact on population’s health and welfare. Therefore, the aim of this study is to apply a new methodology to quantify hot nights (also called "tropical") in Portugal in order to identify those nights where people can be affected by thermal stress.

2. The concept of tropical night

The concept of "tropical night" is defined as a night when the minimum temperature is greater than or equal to 20°C (Vincent et al. 2005, Alexander et al. 2006, WMO 2009, EEA Report 2012, Donat et al. 2013, DWD 2013). The expert team on Climate Change Detection and Indices makes use of tropical nights as one of the climatic indicators for monitoring climate change (Lisa et al. 2009, Russo and Sterl 2011). It is a threshold index, which belongs to a group of indices such as frost days or days with precipitation. In these kinds of indices the thresholds are set to identify the days in which these are reached. As a consequence of fixed thresholds, these cannot be evenly valid for all climate zones (Alexander et al. 2006). For tropical nights it is evident that the threshold of 20°C may be useful in Europe, but for tropical climates with higher minimum temperatures for several months it would be questionable. An illustrative example regarding this problem can be seen on the website of the Meteorological Service of Hong Kong (Hong Kong Observatory 2012). First, they call it "hot night" instead of "tropical night"; and, secondly, it is defined with a threshold of 28°C. Even in a study on the biometeorological effects of night temperatures of Athens (Nastos and Matzarakis 2008), a minimum temperature of 23°C was used as a threshold. The mention of "tropical" is ultimately a reference to an unusual situation for extratropical regions, such as Europe.

It has been observed that the exclusive use of the minimum temperature as a reference to delimit the tropical nights may be insufficient to obtain a detailed image of the nocturnal heat impact on human health (Royé and Martí 2015). On the one hand it must be considered that the minimum temperature is usually reached near sunrise (Fig. 1); on the other hand, despite a final record below 20°C, for many hours of the night temperatures can be recorded above 20°C. In addition, there may be days with minimum temperature ranging in the time slot between 23:00 and 24:00. In this case it can be observed that the minimum represent an erroneous assignment for the day, because of higher air temperatures in all previous hours. In Porto 9% of the minimum is reached in that time slot.

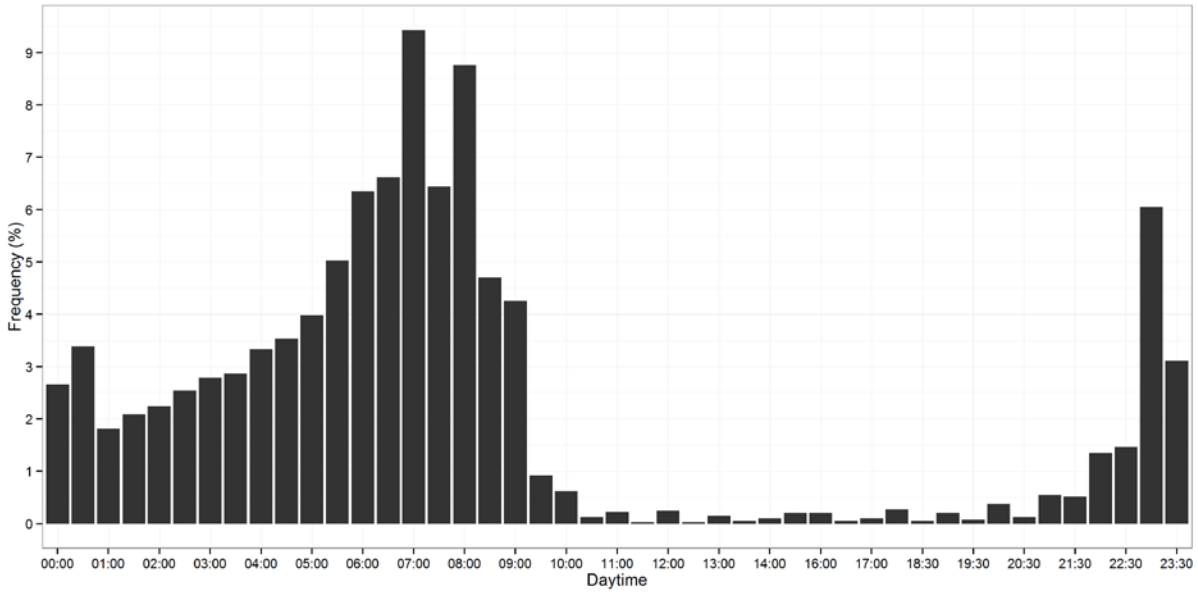


Fig. 1 – Frequency of time slot for minimum temperatures in Porto (2003-2013).

In these described cases the thermal stress is not necessarily less than in the days with a minimum temperature above 20°C. Especially, if one considers that the initial stage of sleep, compared with the following, is described as the most sensitive and can show major alterations due to an accumulating effect of heat stress (Okamoto et al. 2005, 2012). These authors demonstrate the importance of the thermal comfort in the first hours of the night for the sleep during subsequent phases.

These limitations in the use of the low temperature as an indicator of nights with heat stress risk led the authors Royé and Martí (2015) to develop and propose two new indicators in order to improve the evaluation of this type of human thermal stress. In Europe, studies predict an increase in hot and tropical nights because of increased heat waves, as already noted in recent decades (WMO 2009, EEA Report 2012, Olcina 2012, Donat et al. 2013). This is what this study makes particularly important, as it relates to human health.

3. Data and Methodology

The study area corresponds to the Portuguese Atlantic coast, from Porto to Faro (Fig. 2). In this way the relationship between the occurrence of hot nights and latitude can be analyzed, always keeping the Atlantic Ocean as a common geographic factor.

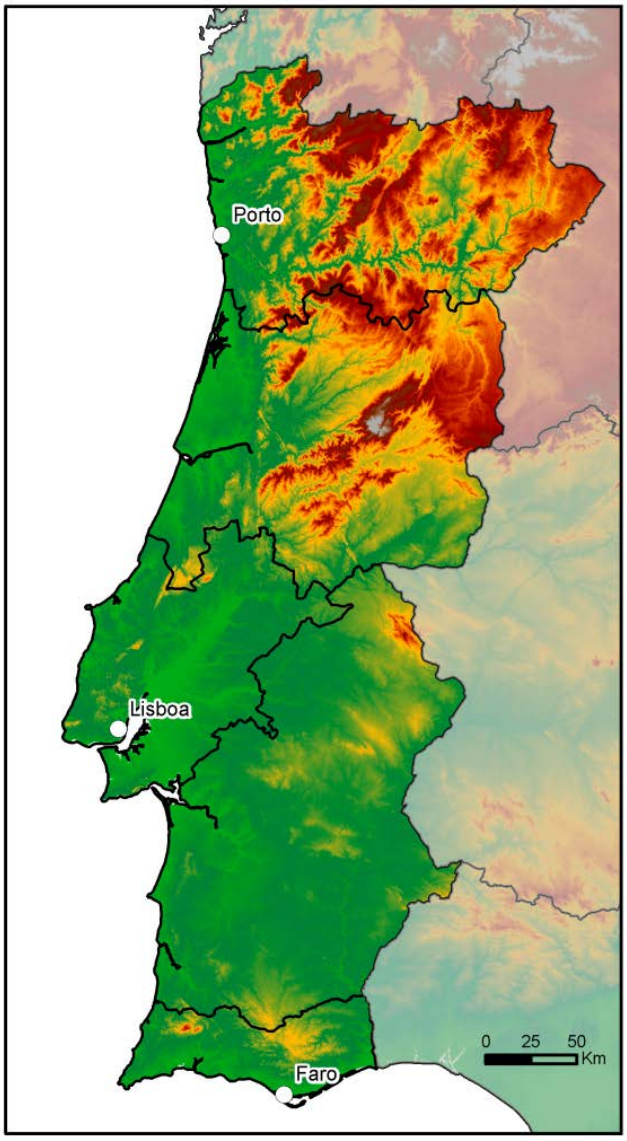


Fig 2 – Study area and weather stations.

From the Integrated Surface Hourly (ISH) Dataset, available at the National Oceanic & Atmospheric Administration (NOAA), were obtained the half-hourly air temperature of Porto, Lisbon and Faro for the period 2003-2013.In all temperature series of the study area the gaps have been less than 2% of total measurements.

In order to use those indicators proposed by Royé and Martí (2015) it is necessary to have at least hourly data from air temperature.

- The first indicator is calculated by the sum of the number of hours during the night in which the threshold of 20°C is exceeded. Subsequently, the value obtained is divided by the total number of night hours to compare different nights of the year (quantified as percentage). In this manner, it is possible to get the number of nights of which the percentage of hours is equal or above 40% (called here "warm night", to distinguish them from the tropical nights in which the proportion is 100% of the night hours with a temperature exceeding the threshold of 20°C.
- The second is an index that allows assessing the intensity of nocturnal heat stress. It is obtained through the sum of the degrees Celsius values during the time, exceeding the threshold of 20°C, and then divided by the total duration of the night (quantified as degrees sums).

In both indices the night is defined as the time period between sunset and sunrise. All the required calculation process was done with the statistical environment "R" (3.2.1). To calculate the variation of the number of hours between sunset and sunrise, it was used the Sun-methods of the *{maptools}* package, which itself has implanted an algorithm of NOAA.

4. Results

4.1. Frequency of warm and tropical nights

The results in Table 1 verify the important difference between the number of tropical nights and warm nights, as defined in the preceding section. The first highlighted fact is the low average of tropical nights in the city of Porto, the northernmost. The increasing number of warm and tropical nights associated with latitude can be seen, clearly. However, it must be underlined, that these tropical nights are a phenomenon characterized by a high temporal variability, as seen in Figure 3. The figure represents the evolution of the number of tropical nights in Lisbon between 1900 and 2013. A strong interannual irregularity can be observed, records in certain years with more than 35 tropical nights, linked to extremely hot summers like 1926 and, above all, the one in 2003, when the intense heat wave in August killed

thousands across Europe. These years with very hot summers alternate with years in which there have been significantly less tropical nights. It is also possible to identify in Figure 3 a significant trend of increasing number of tropical nights from the sixties, which would clearly be a footprint of global warming.

Like many extreme weather events, the high interannual variability is one of the most important characteristics, which is often masked by mean values. Thus, it is a more complex reality, and in these cases, some extreme episodes of risk, irregularly shaped, can seriously affect the population's welfare and health.

It is important to consider the behavior of coastal areas, where daily temperature fluctuations, especially during the summer months, are much milder than in the inland, as a result of the regulatory effect of the ocean. However, the effect of latitude and hence the predominance of warm subtropical air masses, are crucial in increasing heat stress risk associated with tropical and warm nights. As one descends along the Atlantic coast the number of warm nights increased steadily and rapidly (Table 1). Thereby, the frequency in Porto is 6.8 and 14.6 for warm and tropical nights, respectively. In Lisbon a strong rise occurs, with 35.2 and 72 nights, which continues to Faro where 70 and 112.2 nights are recorded.

Table1: Annual means of warm and tropical nights 2003-2013

	Warm nights	Tropical nights
Faro	112.2	70
Lisbon	72	35.2
Porto	14.6	6.8

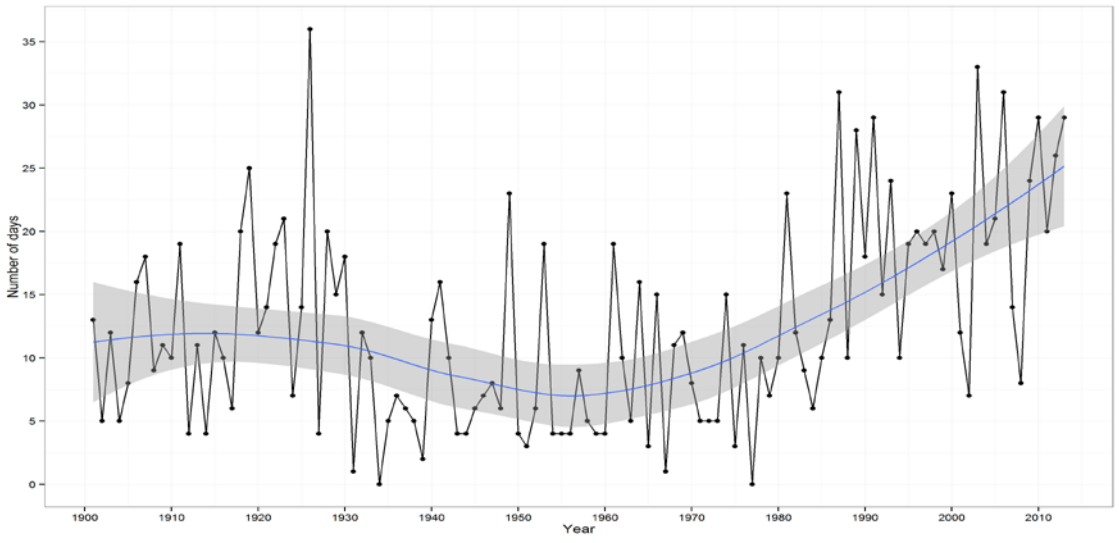


Fig 3 – Trend of tropical nights in Lisbon 1900-2013

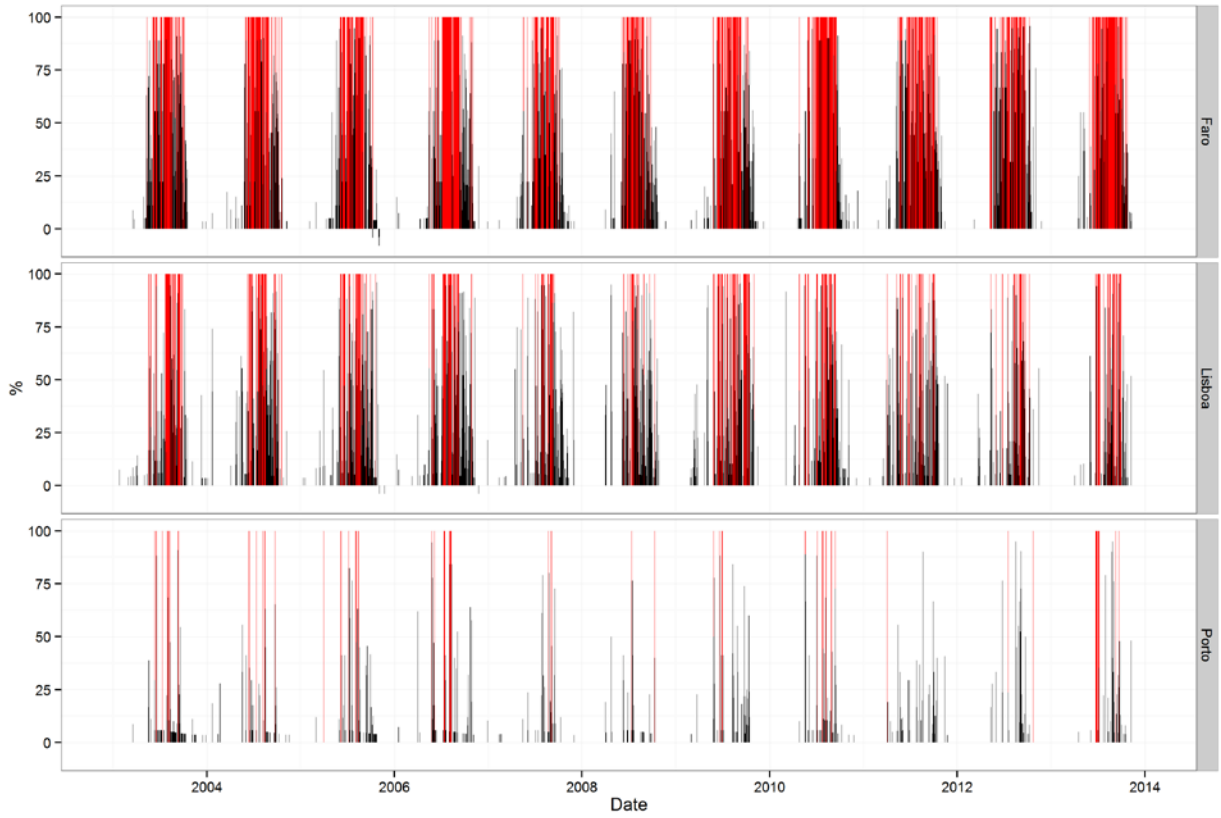


Fig 4 – Proportions of hours (Ta ≥ 20°) in Faro, Lisbon and Porto 2003-2013 (red: night with 100% of hours ≥ 20°C, that is, tropical night in the strict sense)

The observations of tropical nights can be viewed in Figure 4, in which the proportions of hours (Ta ≥ 20°) are visualized for the entire time series. First, a high interannual variability is identifiable and second a significant increase in the number of warm hours, corresponding with latitude (Porto < Lisbon < Faro).

Concerning the months with increased risk of hot nights, they are concentrated between June and September, but the months of July and August are those with a greater number (Figure 4). However, the more a city is located south, the greater may be the dispersion outside of the summer months. It is in these months when more frequently occur atmospheric conditions of stability, in addition to advection of warm air mass from the inland of the Iberian Peninsula or North Africa, which tend to generate heat waves (Gomez-Gesteira et al. 2011, Marti et al. 2011, Lorenzo et al. 2008).

3.2. The persistence of the night heat

In the boxplot in Figure 5 is shown the concentration and dispersion of the warm nights by the percentage of night hours in which temperature exceeded 20°C. From north to south, the dispersion experienced a continuous descent and by opposite the local concentration increases. In the case of Faro and Lisbon almost half of the nights are concentrated in the top of the median, with medians located at 83% and 48%, respectively. Consequently, in Lisbon for example, half of the nights are characterized by registering temperatures above 20°C for more than 49% of the hours. However, in Faro almost over a half of the nights is tropical, with a median of 83%. Consistently, the medians are descending towards the north, so Porto has a median of 10%. However, in Porto, and in most northern cities (Royé and Martí 2015), begin to concentrate a large number of warm nights in the extreme opposite durations, or very low or very high. The explanation could be found in the fact that the northwest of the Iberian Peninsula is affected less frequently by air masses of very hot air, but when they reach latitudes far north, it is associated with episodes of intense heat that favor anomalously warm nights, many of them tropical. While in most southern regions with higher average minimum temperatures in summer months it is not necessary that such extreme episodes occur to have warm and tropical events.

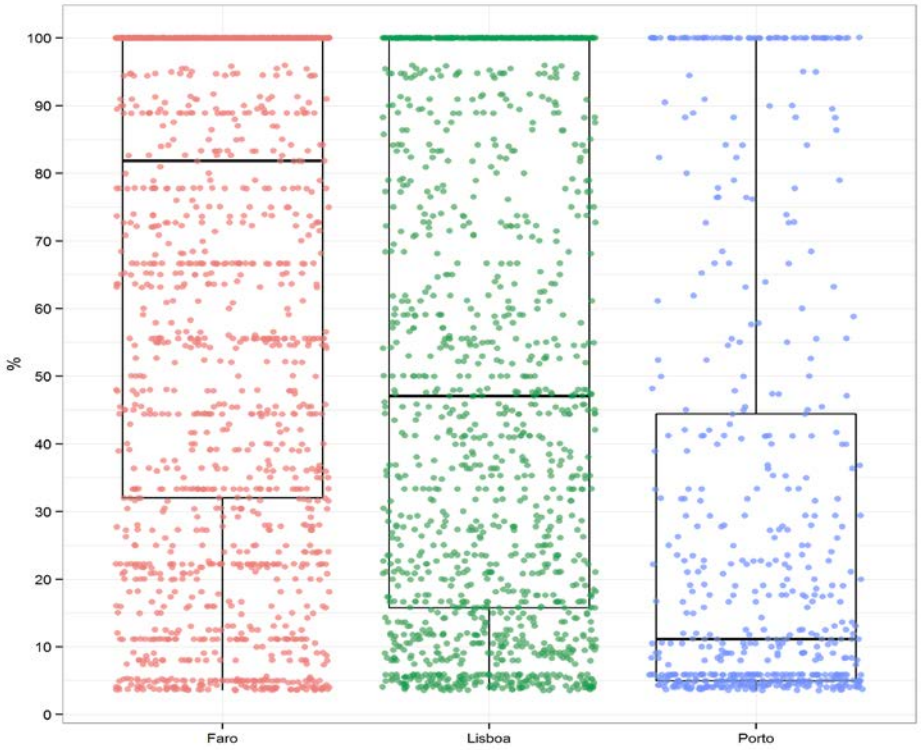


Fig 5 – Distribution of the proportions of hours (Ta ≥ 20°) in Porto, Lisbon and Faro (2003-2013)

3.3. The intensity of warm nights

In order to evaluate the intensity of heat during warm nights there has been used an index obtained by the sum of the half-hourly temperatures during the night period with equal or superior temperatures to 20ºC, and then divided by the total length of the night (due to comparability). The thermal intensity (Figure 6) shows also increases with latitude (Porto < Lisbon < Faro). In Lisbon the most frequent intensities are those between 40° and 55°. In contrast, in Porto and Lisbon they are concentrated at values less than 20º, but Lisbon shows a lower second maximum between 45° and 52°.

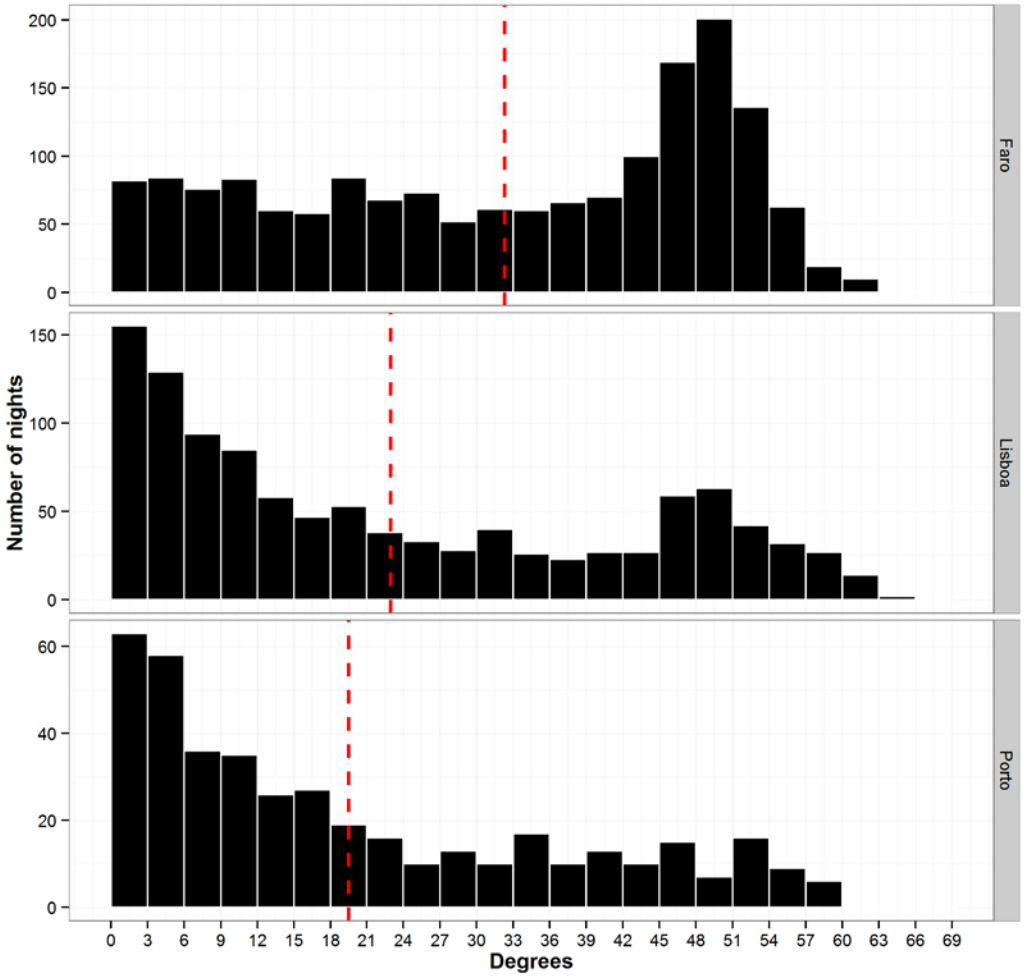


Fig. 6 – Frequency of intensities (degrees) in Porto, Lisbon and Faro (2003-2013)

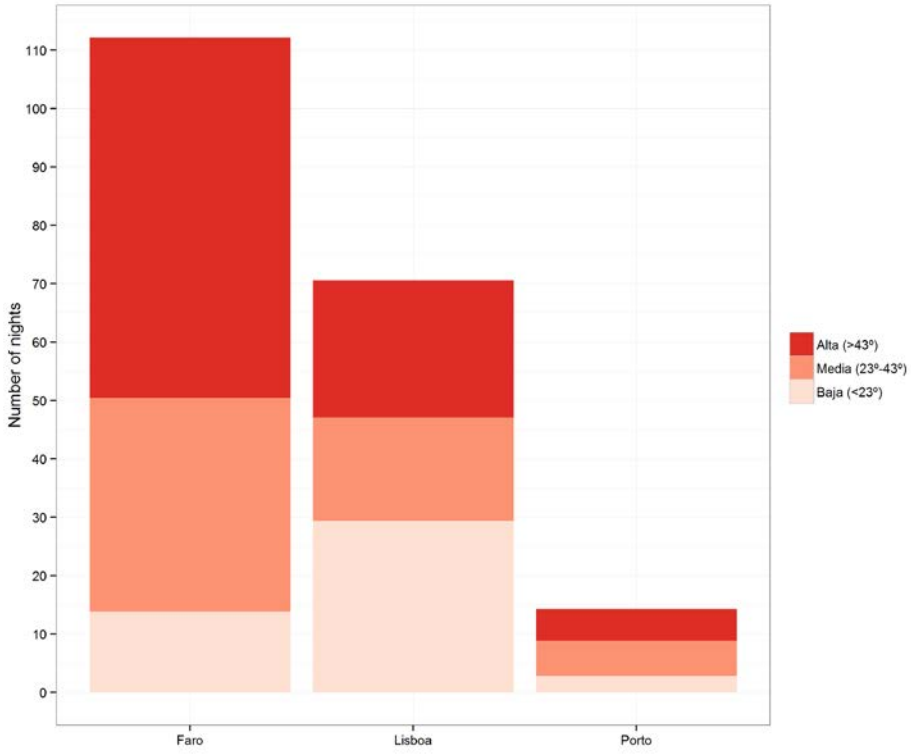


Fig 7 – Frequency of warm nights depending on its intensity (degrees) in Porto, Lisbon and Faro (2003-2013)

For a better understanding, in Figure 7 the thermal intensity distribution of warm nights is represented according to three intensity levels. The nights with a low heat intensity index would be those below 23º, equivalent to approximately a nighttime average temperature less than 21°C; nights with a heat intensity corresponding index between 23º and 43º, equivalent to approximately temperatures between 21ºC and 23ºC; and finally, the high heat intensity, with an index greater than 43º, which would be characterized by having average temperatures greater than 23ºC at night.

First, the significant difference between Porto and the two southern cities, Lisbon and Faro, are highlighted, which is clearly due to the factor of latitude. Second, the proportions of thermal intensities, in the case of Porto over 2/3 corresponding to medium and high intensity, show and confirm the explanations on the occurrence of warm and tropical nights related to heat wave episodes.

Third, in Faro it can be identified that 50% of the warm nights are characterized by high intensities. The geographic location of Faro, protected from direct winds originated in the Atlantic and the greater proximity to the Mediterranean, favors higher intensities and frequencies of warm and tropical nights. Overall, Faro shows warm nights with medium and high intensities in 85% of the days of these

characteristics. However, in Lisbon, the warm nights are distributed by a third of high and one third of low thermal intensities. This feature is probably related to increased exposure to the Atlantic.

Intensities and frequencies of warm nights increase significantly in the urban environment. As is known by the abundant scientific literature, cities are sources of heat generated by various local environmental factors, and thereby show a modified thermal structure of the atmosphere above them (Lopez Gomez et al.1993, Fernandez et al. 1998, Brown 1999). Responsible for this effect is that cities conserve more easily the generated heat as an island compared to its surroundings, especially at night. For example, there are factors like urban materials with higher heat capacity, the complex spatial city network and decreased Sky View Factor, anthropogenic heat or light, decrease evapotranspiration, increased sensible heat flux, air pollution and the local greenhouse effect.

However, when assessing the heat stress risk of nocturnal heat for the population, it is necessary to take into account the significant changes of the urban climate on the used indicators, as it is in this case of warm and tropical nights. Furthermore, it must be taken into account that most of the urban weather stations are located on the city's outskirts, where local environmental factors behave differently from the center.

5. Conclusions

By applying the new method it has been possible to show that a significant number of nights with thermal stress, in the first half of the night, are hidden if the minimum temperature as an indicator is used. The same results have been reached in the study by Royé and Martí (2015) for Galicia (Spain). The use of sub-hourly data can assess with greater temporal resolution the thermal characteristics of nights, being able to more accurately evaluate the risks on human welfare and health. It should be borne in mind, however, that the first hours of the night and so also the first sleep phase is described as the most sensitive, and can accumulate major alterations due to heat stress.

The analysis results have confirmed a continued increase in the frequency of tropical and warm nights in the Iberian Atlantic coast, from north to south of Portugal. The lower latitude and the proximity to the coast are directly related to the greater persistence of heat and thermal stress during hot nights. In more continental areas, there may are more often warm nights, however, the persistence of heat is lower due to faster heat loss (Royé and Martí 2015).

Northern Portugal is affected less frequently by hot air masses, but when they reach northern latitudes, as they normally do in combination with intense heat waves, that favor anomalously warm nights, many of them directly of the tropical type. While in more southern regions, with a significantly higher mean minimum temperature, this is not necessary for the occurrence of warm and tropical nights.

The configuration and intensity of heat islands formed in the inner cities do not always coincide with these values collected at weather stations. These usually located in the urban periphery do not correspond to the real temperatures, which residents can perceive in urban centers. Therefore, warm nights probably are more frequent and intense in the inner city, thus its inhabitants suffer higher thermal sensations of stress with consequences for their health. This requires further work in accordance with this fact, to quantify more precisely the effects of heat islands on the frequency, intensity and persistence of warm nights in the urban environment.

6. References

ALEXANDER L. V. et al (2006). Global observed changes in daily climate extremes of temperature and precipitation. *Journal of Geophysical Research*, 111, D05109.

BUGUET A. (2007). Sleep under extreme environments: Effects of heat and cold exposure, altitude, hyperbaric pressure and microgravity in space. *Journal of the Neurological Sciences*, 262, 145-152.

COUMOU D. AND RAHMSTORF S. (2012). A decade of weather extremes. *Nature Climate Change,* 2, 491-496.

COUMOU D. AND ROBINSON A. (2013). Historic and future increase in the global land area affected by monthly heat extremes. *Environmental Research Lett*ers, 8, 034018.

DÍAZ, J. (2006). Impact of extreme temperatures in daily mortality in Madrid between 45 and 64*. International Journal of Biometeorology*, 50, 342-356.

DÍAZ, J. (2002). Heat waves in Madrid, 1986-1997: effects on the health of the elderly. *Int. Arch. Occup. Envirnonment Health*, 75, 163-175.

DONAT, M.G. *et al.*(2013). Updated analyses of temperature and precipitation extreme indices since the beginning of the twentieth century. *Journal of Geophysical Research: Atmospheres*, 118, 1-16.

DWD (2013). Deutscher Wetterdienst - Wetterlexikon (German Service of Meteorology – weather encyclopedia),http://www.dwd.de/bvbw/appmanager/bvbw/dwdwwwDesktop?_nfpb=true&_pageLabel=dwdwww_menu2_wetterlexikon&_nfls=false, 25/09/2013.

EEA Report (2012). *Urban adaptation to climate change in Europe: Challenges and opportunities for cities together with supportive national and European policies*, Nr 2, Copenhagen: European Environment Agency.

FERNÁNDEZ, F., GALÁN, E., CAÑADA, R. (Eds.) (1998). *Clima y ambiente urbano en ciudades ibéricas e iberoamericana*s. Ed. Parteluz, Madrid, p. 606.

FISCHER E. M. AND SCHÄR C. (2010). Consistent geographical patterns of changes in high-impact European heatwaves. *Nature Geoscience*, 3, 398-403.

FOUILLET, A.. et al (2006). Excess mortality related to the August 2003 heat wave in France. *Int Arch Occup Environ Health*, 80, 16-24.

GARCÍA HERRERA, R. (2005). Extreme summer temperatures in Iberia: health impacts and associated synoptic conditions. *Annals of Geophysics*, 23, 239-250.

GÓMEZ-GESTEIRA M., GIMENO L., de CASTRO M., LORENZO M. N., ALVAREZ I., NIETO R., TABOADAJ. J., CRESPO A. J. C., RAMOS A. M., IGLESIAS I., GÓMEZ GESTEIRA J. L., SANTO F. E., BARRIOPEDRO D. & TRIGO I. F. (2011). The state of climate in NW Iberia. *Climate Research*, 48, 109-144.

HASKELLA E.H., PALCAA J.W., WALKERA J.M., BERGERA R.J., HELLERA H.C. (1981). The effects of high and low ambient temperatures on human sleep stages. *Electroencephalography and Clinical Neurophysiology*, 51, 494-501.

HONG KONG OBSERVATORY (2012). http://www.hko.gov.hk/cis/regione.htm, 25/09/2013.

HÖPPE P. AND MARTINAC I. (1998). Indoor climate and air quality. Review of current and future topics in the field of ISB study group 10. *Int J Biometeorol*, 42, 1-7.

HUYNENM, M. & MARTENS, P. (2001). The impact of heat waves and cold spells on mortality rates in the Dutch population. *Environ Health Perspect*, 109, 463-470.

IPCC (2014). *Impacts, Adaptation and Vulnerability.* Working Group II Contribution to AR5.

KOPPE C., KOVATS S., JENDRITZKY G., MENNE, B. (Ed.) (2004). *Heat-waves: risks and responses*. WHO Regional Office for Europe, p. 30.

LISA, V., TAPPER, N., ZHANG, X., FOWLER, H.J., TEBALDI, C., LYNCH, A. (2009). Climate extremes: progress and future directions. *International Journal of Climatology*, 29, 317-319.

LÓPEz, A., FERNÁNDEZ, F., ARROY, F., MARTIN VIDE, J., CUADRAT, J.M. (1993). *El clima de las ciudades españolas*. Catedra. Madrid, p. 268.

LORENZO, M.N., TABOADA, J., GIMENO, L. (2008). Links between circulation weather types and teleconnection patterns and their influence on precipitation patterns in Galicia (NW Spain). *International Journal of Climatology*, 28, 1493-1505.

MARTÍ, A., CABALAR, M., GARCÍA, E. (2011). Natureza e medio ambiente. En Piñeira, M.J., Santos, X.M. (coords.), *Xeografía de Galicia*. Xerais. Vigo, pp. 99-129.

MARTI, A., MIRAGAYA, A. (1998). Geometría urbana, temperaturas e isla de calor en Santiago de Compostela. En Fernández et al. *Clima y ambiente urbano en ciudades ibéricas e iberoamericanas*. Ed. Parteluz, Madrid. pp. 207-218.

MORENO GARCÍA, M. C. (1999). *Climatología urbana*. Edicions Universitat de Barcelona. p. 71.

MUZET, A. (2007). Environmental noise, sleep and health. *Sleep Medicine Reviews*, 11, 135-142.

NASTOS P. T. AND MATZARAKIS A. (2008). Human-Biometeorological effects on sleep disturbances in Athens, Greece: A Preliminary Evaluation. *Indoor Built Environment*, 17, 535-542.

O'NEILL M. S., ZANOBETTI A., SCHWARTZ J. (2005). Disparities by Race in Heat-Related Mortality in Four US Cities: The Role of Air Conditioning Prevalence, *Journal of Urban Health*, 82, 191-197.

OKAMOTO-MIZUNO K. AND MIZUNO K. (2012). Effects of thermal environment on sleep and circadian rhythm, *Journal of Physiological Anthropology*, 31, 1-14.

OKAMOTO-MIZUNO K., TSUZUKI K., MIZUNO K. (2005). Effects of humid heat exposure in later sleep segments on sleep stages and body temperature in humans. *Int J Biometeorol*, 49, 232-237.

OLCINA, J., MARTIN, D. (2012). Variaciones en la densidad del oxígeno en el aire y su influencia sobre la salud humana. *Boletín de la Asociación de Geógrafos Españoles*, 58, 7-32.

ROONEY C., MCMICHAEL J. A., KOVATS R. S., COLEMAN M. P. (1995). Excess mortality in England and Wales, and in Greater London, during the 1995 heatwave. *J. Epidemiol Community Health*, 52, 482-486.

ROYÉ, D., MARTÍ, A., CABALAR, M. (2012). Aproximación al comportamiento espacial del estréstérmico en Galicia a través del uso del índice bioclimático PET. En Rodríguez Puebla*et al.* (eds) : *Cambioclimático. Extremos e impactos*. Publicaciones de la Asociación Española de Climatología. Serie A, Nº 8. Salamanca, 941-949.

ROYÉ, D. AND MARTÍ, A. (2015). Análisis de las noches tropicales en la fachada Atlántica de la Península Ibérica. Una propuesta metodológica. *Boletín de la Asociación de Geógrafos Españoles*, 69, 351-368.

RUSSO, S. AND STERL, A. (2011). Global changes in indices describing moderate temperature extremes from the daily output of a climate model. *Journal of Geophysical Research: Atmospheres,* 116, 16.

VINCENT, L. A.. et al(2005). Observed Trends in Indices of Daily Temperature Extremes in South America 1960-2000. *AMS Journal of Climate*, 18, 5011-5023.

WHO (2004). *Heat waves: risk and reponses*. Series 2, World Health Organization. Copenhagen.

WMO (2009). *Analysis of extremes in a changing climate in support of informed decisions for adaptation.* World Meteorological Organization. Geneva. WCDMP-No. 72, 52 pp.

YE X., WOLFF R., YU W., VANECKOVA P., PAN X. & TONG, S.(2012). Ambient Temperature and Morbidity: A Review of Epidemiological Evidence.*Environmental Health Perspectives*, 120, 19-28.

FERNANDES, João Luís J. (2015). ***Parques temáticos e pós-modernidade: um olhar desde a geografia. O caso do Disneyland Paris.*** The overarching issues of the european space: spatial planning and multiple paths to sustainable and inclusive development. Porto. FLUP. pp. 284-297

PARQUES TEMÁTICOS E PÓS-MODERNIDADE: UM OLHAR DESDE A GEOGRAFIA. O CASO DO DISNEYLAND PARIS

João Luís J. FERNANDES
Universidade de Coimbra/CEGOT
jfernandes@fl.uc.pt

Resumo

A pós-modernidade contemporânea envolve a vida económica, social, política e cultural, mas apresenta também uma componente geográfica. Tendo em consideração aspetos como a imprevisibilidade e a velocidade, os tempos contemporâneos implicam novas territorialidades e outras geografias. A paisagem, ainda que apresente limitações de escala, pode ser um objeto de análise destas mudanças. Mais flexibilidade; maior obsessão na procura de consumo, lazer e turismo; mais inconstância e plastificação nesta busca hedonista; hipervisualização; referências espaciais e geossimbólicas mais alargadas e descontextualizadas, estes são alguns dos parâmetros pelos quais se constroem e modelam novas paisagens que, nalguns casos, têm tanto de tecnológicas como de efémeras. Esta pós-modernidade encontra a sua mais elevada expressão nos parques temáticos, unidades espaciais onde o turismo não tem que conviver e articular-se com outras atividades. Aqui, tudo se prepara e organiza para a fruição, o lazer e o consumo turístico. Matéria que deve ser objeto de atenção dos geógrafos, aqui se territorializam indústrias criativas como a literatura e o cinema; se exprime a ideia do prazer e do entretenimento; se viaja para geografias da fantasia, da imaginação e da aventura; se materializam as territorialidades complexas do novo ator-consumidor que, neste frenesim, ora busca a máxima individualidade, ora se associa às massas nesta incessante procura de novas experiências.

Palavras-chave: Pós-modernidade, paisagem, parques temáticos

Abstract

Contemporary postmodernism is an economic, social, political and cultural issue but also a geographic subject. Following features such as unpredictability and speed, postmodern times are responsible for new territorialities and geographies. The landscape, although limited to certain geographic scales, can be an important object of analysis of these extended changes. These landscapes are, at the same time, technological and ephemeral, downstream greater flexibility processes, more obsessive consumption behaviors on hedonist leisure, tourism and wider and delocalized geosymbolic references. This postmodernity finds its highest expression in theme parks, a subject that should be a focus of geographical research. Those territories are monocultural spatial units only prepared and organized for

entertainment, leisure and tourism consumption. Generally, postmodern theme parks are also a geographic expression of cinematographic and literary narratives and a way of travelling to fantasy, imagination and adventure geographies. The visitor/tourist is a new actor-consumer now seeking a maximum individual pleasure but also a remarkable and different collective experience.

Key-words: Post-modernity, landscape, thematic parks

1. Introdução

Em 2004 (com a obra *O Mundo*), o realizador Jia Zhangke filma um espaço de lazer e entretenimento construído nos arredores suburbanos de Pequim, o denominado *Parque Mundial*, ao qual a narrativa também associa imagens recolhidas num parque semelhante localizado em Shenzhen (o *Window of the World*, em inglês).

Aqui, neste território da capital chinesa, neste perímetro confinado ao qual apenas se tem acesso depois da compra de um bilhete, encena-se uma parte do mundo, aquela que é estereotipada por ícones planetários de identificação de lugares. Em 15 minutos, num monorrail que percorre todo o *Parque Mundial*, dá-se a volta ao planeta. Como se refere, se se não conseguir um visto para uma viagem a França, pode-se visitar este parque porque ali está a capital deste país europeu, um Arco do Triunfo, uma Catedral de Notre-Dame e uma Torre Eiffel, ainda que esta se tenha projetado à escala de um terço da original.

Num território de perfomances e *landmarks* simuladas, esta Torre Eiffel está localizada nas proximidades da paisagem desértica da Esfinge e das pirâmides de Gizé. Num mundo que ali está, comprimido e visitável em pouco tempo, é possível observar Nova Iorque, o *skyline* de Manhattan e o já desaparecido *World Trade Center*, assim como Tóquio e o Taj Mahal indiano. Nesta globalização em miniatura e nesta viagem pelo tempo, a Europa está representada por Paris, mas também por Londres, pelo *Big Ben* e pela *London Tower*, por *Stonehenge*, pelo Vaticano e pela Praça de São Pedro, mas também pela inclinada Torre de Pisa e pela Roma de Gregory Peck e Audrey Hepburn. Neste parque temático, filmando uma falsa *La Bocca della Verità*, e porque o cinema também faz paisagem, Jia Zhangke regressa à capital italiana e homenageia William Wyler (realizador de *Roman Holiday*, de 1953).

Neste território de devaneio, a viagem de monorrail cria uma ilusão de movimento. Nalguns planos, filmam-se os aviões que sobrevoam o parque mas que permanecem inatingíveis para a maior parte dos cidadãos. Neste território de diversão e registos fotográficos familiares, há o avião que se desloca para um qualquer destino do mundo, mas há também o avião, que já foi aeronave de trajetos intercontinentais, que está em terra, imóvel e visitável. Entra-se agora neste museu e tem-se a sensação aparente de se estar em viagem. Ainda assim, é através do trajeto linear e circular do monorrail, entre muros, que se

pode ir a todo o mundo, num cosmopolitismo irreal mas vivido para exaltação dos sentidos e da perceção que se esteve nos mais conhecidos e celebrizados lugares da Terra.

O planeta num só dia, assim se anuncia. Percorrer o planisfério sem sair de Pequim, como se ouve no elevador que sobe pela Torre Eiffel. Estar e viajar pelo parque aumenta o conhecimento do mundo - assim se mostra, num slogan iluminado que seduz e convida a entrar.

Nas imediações deste parque temático, para além do muro que apenas se atravessa pagando uma tarifa de acesso, Jia Zhangke filma a contraditória China que vai mudando, a da construção e expansão imobiliária, da industrialização cinzenta e do êxodo rural, do trabalho precário e inseguro, das habitações decadentes.

Num outro contexto, mas implicando também uma viagem no tempo e no espaço, o realizador Alex de la Iglesia filmou em 2002 um outro parque temático. No filme intitulado *800 bala*s, Iglesia centra a sua narrativa algures na região desértica de Almeria, no sul de Espanha. Contudo, espaços e tempos reais podem não corresponder aos encenados, muito menos aos vividos por visitantes e turistas. Neste jogo de aparências, Almeria é um território do estereotipado Oeste Americano filmado por Iglesia no início do século XXI, mas que remete para uma realidade ficionada que se representa algures no final do século XIX.

Àquele parque temático, que é também um antigo estúdio de cinema, chegam pequenos grupos de turistas, figuras aqui estereotipadas: alemães, japoneses ou franceses, assistem às *performances* da época, filmam e fotografam. Para além destes atores, o parque Texas Hollywood é vivido por atores e figurantes, andaluzes a maior parte, imigrantes norteafricanos também. Índios, mexicanos, a autoridade local (xerife), pistoleiros, dançarinas de bar, um enforcado ou um cangalheiro. Nesta galeria, turistas e personagens misturam-se numa paisagem pós-moderna de encenação e simulacro de pancadaria, perseguições e duelos.

Este é um território de cinema e turismo, um lugar de construções de madeira, do *saloon* e da prisão, do banco e do comércio. Também aqui, apenas se entra neste mundo pagando um bilhete de acesso. Aqui está uma fronteira dupla, espacial e temporal: lá dentro, o calendário recua e as coordenadas geográficas deslocam-se. Da Andaluzia contemporânea para uma geografia novecentista ou, pelo menos, aquela que o cinema convencionou ser a verdade histórica, algures no Texas ou no Novo México.

Inspirado por parques temáticos da região, como MiniHollywood, Alex de la Iglesia encena um lugar de turismo e entretenimento de homenagem a um passado mítico daquela região espanhola: os tempos e os espaços dos *Spaghetti Westerns* que aqui se filmaram nas décadas de (19) 60 e 70. Este foi um período no qual o filme enganava sob o ponto de vista geográfico. Filma-se o Texas sem se sair da Península Ibérica. Transportava-se o espetador algures para as margens do Rio Grande, sem que, na

verdade, se denunciasse a real localização desta paisagem seca e árida na Espanha meridional (Capella e Font, 1999).

Os trabalhos de Sérgio Leone não se repetiram, mas as narrativas ficaram. O *Spaghetti Western* desapareceu enquanto género cinematográfico mas ficou a memória e ficaram alguns despojos, entretanto apropriados pela lógica pós-moderna de exibição e entretenimento.

Estes parques temáticos são cinematográficos não apenas porque servem de território diegético para o filme, mas também porque ali se fixam imagens do cinema, elementos narrativos transpostos numa experiência de lazer e turismo que, voltar-se-á mais adiante ao assunto, será também esta cinematográfica.

2. Os parques temáticos como objetos de interesse do geógrafo e expressão territorial de uma certa pós-modernidade

Para Antón-Clavé e Fernandes (2015, p.450), por parque temático entende-se "una concentración espacial de atracciones con una narrativa común, normalmente delimitada respecto a su entorno, que propone una experiencia emocional completa, intensamente comercial y estrechamente vinculada al consumo de imágenes mediáticas".

Esta é uma realidade multidimensional com forte expressão geográfica que traduz, em múltiplos aspetos, uma certa condição pós-moderna que afeta a contemporaneidade económica, social, cultural e política.

Para Clément et al (1997), a definição de pós-modernidade começa por ser feita pela negação, isto é, afirmando as diferenças relativamente a um contexto do passado que agora é colocado em causa. Para estes autores (Clément *et al*, 1997, p.259), o traço fundamental deste novo contexto é a "constatação de uma crise (...) procedente de uma desilusão generalizada em relação aos ideais humanistas da modernidade".

Como se pode ver em autores como Lyotard (1979), Harvey (2002), Lipovetsky (2011), Bauman (1992, 2006 e 2007) ou Jameson (1991), esta pós-modernidade, denominada também como modernidade tardia ou hiper-modernidade, é um contexto difuso de questionamento dos processos e dinâmicas do passado, em muito associados a contextos territoriais de uma velha ordem industrial à qual se juntaram tendências com forte tradução espacial, como o êxodo rural e o desenvolvimento das cidades e de um certo estilo de vida urbano.

Depois da fé ilimitada na era dos progressos técnico-científicos e da confiança na ação do Estado e nas virtudes da razão. Depois também da ideia de segurança na qual assentou a modernidade urbano-industrial, vivem-se agora tempos de incertezas, questionamentos e progressiva individualização. Sem o

conforto coletivo conferido pelas metanarrativas modernistas e pelas referências do passado, esta nova condição pós-moderna faz caminhar em múltiplos sentidos, implica uma maior personalização dos comportamentos e uma atomização social mais evidente. Com o fim da crença nas utopias coletivas, os trajetos estão agora mais fragmentados e as opções mais fracionadas.

Com a flexibilidade e a geometria variável destes novos *tempos líquidos* (Bauman, 2006), com o lazer e a procura desenfreada de uma certa fruição hedonista (Gama e Santos, 1991), esta pós-modernidade assente no consumo, em diferentes sociabilidades e noutros modos de mobilidade espacial, implica novas territorialidades, novos espaços e, por isso, outras geografias.

Mais flexibilidade; maior obsessão na procura do consumo, do lazer e do turismo; mais inconstância e plastificação nesta busca hedonista; hipervisualização; referências espaciais e geossimbólicas mais alargadas e descontextualizadas, estes são alguns dos parâmetros pelos quais se constroem e modelam novas paisagens que, nalguns casos, têm tanto de tecnológicas como de efémeras.

Esta manifestação geográfica da pós-modernidade encontra a sua mais elevada expressão nos parques temáticos. É nestes territórios que se promovem conceitos como o lazer, o turismo e a busca do prazer, misturando tendências como o individualismo, a relatividade, a transitoriedade, a hiper-realidade, a encenação e o simulacro, o digital e o imediato (Eco, 1984; Baudrillard, 1991).

O parque temático está também a jusante das mudanças de paradigma na atividade turística. Como se refere em Fernandes (2013), a expansão do turismo ocorreu em diversas frentes. Por um lado, alargou-se para territórios onde esta dinâmica espacial estava ausente. A partir de focos como a bacia do Mediterrâneo, o turista apropria agora geografias como a Amazónia, a Antártida ou o Evereste. Por outro, diversificou-se nos lugares e espaços onde tinha já alguma expressão. A cidade turística abre-se hoje a atividades e práticas heterogéneas, assim como, apenas um exemplo mais fragrante, o litoral é hoje, sob o ponto de vista do turismo, muito mais que uma curta extensão arenosa de fruição do sol e do mar. Nestas novas perspetivas, importam sobretudo as experiências e as vivências.

No entanto, o turismo alargou-se também porque o mercado e o público-alvo é agora mais diversificado. O turista é uma personagem multidimensional que, se nos focarmos apenas na estrutura etária, vai do adulto ao idoso e deste ao adolescente e à criança. Este último segmento associa-se a um outro, ao turismo familiar, hoje um dos principais alvos da oferta turistica e de lazer. Abrindo-se a públicos e procuras muito diversificadas, os parques temáticos assentam sobretudo neste turismo de adolescência, infância e família (Anton-Clavé, 2007).

Para o geógrafo, como se refere também em Anton-Clavé e Fernandes (2015), o parque temático apresenta outras valências de análise. Entre estas, escontram-se os múltiplos impactos destas

instalações e dinâmicas. Dos efeitos sociais e económicos, dos ambientais aos paisagísticos, os parques temáticos, dentro da sua diversidade, constituem um relevante objeto de investigação geográfica.

Neste contexto, é importante avaliar a permeabilidade da fronteira que separa esta unidade turística do seu entorno espacial. A concentração, entre-muros, de serviços como comércio, restaurantes e hotéis, e regras de gestão como a generalizada impossibilidade de entrar e sair do recinto com o mesmo bilhete, indiciam que estaremos perante uma lógica territorial de enclave, muito próxima da verificada noutros territórios turísticos, como os *resorts* de encenação tropical em países como Cuba, Maldivas ou a República Dominicana (Fernandes, 2013 e 2015).

É verdade que os parques temáticos, como quaisquer outros projetos turísticos, constituem uma forma de captação de diferentes modos do capital que está em circulação. Nesse sentido, o turista-consumidor é também um veículo de difusão e deslocação de recursos económicos. No entanto, abre-se aqui um profícuo campo de investigação geográfica. Onde, e em que termos, se faz a territorialização desse capital deslocado? Como se expressam localmente essas mais-valias? É importante verificar se estamos perante a absorção de fluxos que ali devem permanecer, dentro do parque, durante muito tempo, como se nada existisse para além das barreiras e das portas de entrada ou se, pelo contrário, o parque temático pode ser uma plataforma de difusão que distribua os fluxos, e os capitais a estes associados, pelos territórios circundantes (Anton-Clavé, 2007).

A construção e análise de representações cartográficas é outra das vocações do geógrafo. Neste caso em particular, é interessante verificar como a divulgação publicitária destes parques temáticos recorre a um mapa no qual se destaca o pormenor desse território de lazer e turismo, circundado por um limite que define um perímetro bem demarcado. Depois dessa barreira, nos espaços extramuros, esses mapas mostram uma quase inexistência, com a excessão das vias de comunicação que conduzem os fluxos para a entrada e acesso a este parque temático. Para além de um possível nó de mobilidade (como um aeroporto, por exemplo), este é um espaço monocolor e indefinido, uma *no mans land* que é preciso atravessar, na ida e no regresso deste parque temático.

Nesta perspetiva, o parque temático é uma estratégia de insularização territorial. Sendo um produto da globalização, este parque de diversões acaba por ser um meio de supressão e encolhimento do espaço e das opções territoriais. O parque temático é o nó de uma rede topológica constituída por canais que o unem a outros vértices, como os aeroportos, caso bem evidente no *Disneyland Paris*.

Prosseguindo neste raciocínio, esta será a expressão cartográfica de uma geografia insular, polarizada e auto-centrada: Representam-se o parque e os acessos ao parque (o aeroporto, as vias rápidas), tudo localizado num espaço devoluto de ‘vazios’, de ‘territórios’ de ‘outros’ que não se reconhecem, pois nada existe para além do parque. Porque comprime o olhar do turista/visitante, focando-o no parque e desviando-o de outros lugares, este pode ser exemplo de um dos mapas

imperativos referidos por Monmonier (2010). Para este autor (2010, p.xii), um mapa pode ser uma poderosa "tool of persuasion".

Neste ponto de vista, ainda segundo Monmonier (2010, p.1), "Maps exert power in two ways: by shaping public opinion and by telling us where we can't go and what we can't (or must) do in specific places. This (…) second type, (…) I call imperative maps". Ao representar um parque temático como uma ilha no meio de um suposto vazio, esta cartografia condiciona as perceções mas também os movimentos e as opções geográficas.

Enquanto espaço geográfico muito particular, olhado por dentro, o parque temático constrói uma paisagem particular e territorialidades específicas. Quando se afirma que este parque testemunha as novas vivências espaciais pós-modernas, isso inclui a territorialidade segmentada do turista em virtude da insularização deste parque temático. Essa condição pós-moderna tem que ver também com a realidade vivida dentro destes muros de separação, depois do pagamento do bilhete e atravessamento da porta de entrada neste recinto de sonhos e fantasias.

3. O parque temático: uma paisagem tecnológica de lazer, turismo e viagem pelo simbólico e pelo simulacro. O caso do *Disneyland* Paris

Como se referiu, nestes parques de ficção e simulacro, evocam-se lugares que estão longe no tempo e no espaço e encena-se o real e o irreal ao mesmo tempo que se escondem as geografias da proximidade. Por isso, os parques temáticos são territórios metafóricos de viagem e imaginação que testemunham o modo como a globalização comprime mas também fragmenta o espaço e a experiência geográfica.

Neste lugar territorializam-se conteúdos de indústrias criativas como a literatura e o cinema. Nesta busca do prazer e do entretenimento; viaja-se para geografias da fantasia, da imaginação e da aventura. Aqui materializam-se as territorialidades complexas do novo ator-consumidor que, neste frenesim, ora procura a máxima individualidade, ora se associa às massas nesta procura contínua de novas experiências (Bryman, 1999 e 2004; Cachinho, 2006).

Em 2014, o número de entradas nos parques temáticos dos 10 mais importantes grupos económicos do setor, ultrapassou os 322 milhões, valor que corresponde a um aumento de 22% relativamente aos acessos vendidos em 2011 (TEA/AECOM, 2011 e 2014).

Desses grupos, deve destacar-se o Walt Disney Attractions, uma rede de parques temáticos distribuídos pela América do Norte, pela Europa e pelo sudeste asiático. Em 2014, este conjunto de parques totalizaram mais de 134 milhões de visitantes, valores a larga distância do segundo classificado, o Merlin Entertainment Group, que totalizou 62,8 milhões de bilhetes vendidos (TEA/AECOM, 2014).

A distribuição mundial dos 25 principais parques temáticos (TEA/AECOM, 2014) é reveladora, por um lado, das hierarquias de poder económico e dos níveis de consumo à escala global. Neste conjunto, há o predomínio dos EUA, sobretudo com parques temáticos localizados em regiões de clima ameno e atrativo (a Florida e a Califórnia), questão meteorológica relevante pois estes espaços de lazer e turismo estão associados a atividades, em parte, desenvolvidas ao ar livre.

Um segundo foco encontra-se no sudeste asiático, em especial no Japão, na Coreia do Sul, em Hong Kong e na China Continental. Região de crescimento económico acentuado nas últimas décadas, tem sido um dos suportes do aumento de consumidores, assim como uma das frentes de difusão do modelo pós-moderno de entretenimento inspirado na *pop culture* norteamericana.

Por último, refira-se a Europa como o terceiro pólo. Dos vinte e cinco parques temáticos deste conjunto, apenas cinco estão localizados no Velho Continente, quatro dos quais abaixo do 20º lugar. O primeiro parque europeu, o *Disneyland Paris* apenas aparece no 9º lugar, com cerca 9,9 milhões de visitantes. Em 2011, este mesmo parque temático ocupava o 5º lugar nesta lista (com 10,5 milhões de entradas), facto que testemunha, porventura em resultado da crise de 2008/9 mas também das desigualdades espaciais da dinâmica económica global, a progressiva deslocação do centro de gravidade do consumo para outras regiões do globo (TEA/AECOM (2011).

Tendo em conta o número de visitantes, o *Disneyland Paris* perdeu alguma centralidade. Este território de atrações desceu no ranking global (por exemplo, fica atrás de outros parques do mesmo grupo Disney, localizados na América do Norte e na Ásia), mas perdeu também em termos absolutos. Entre 2011 (10,5 milhões de entradas) e 2014 (9,9 milhões), verificou-se uma descida de 6% na afluência a este parque, valor que contrasta com o acréscimo global que ocorreu na procura destas atrações no mesmo período (TEA/AECOM, 2011 e 2014).

Ainda assim, e num continente que coloca, na lista atrás referida, espaços como o *Europa Park* (em Rust, na Alemanha), ou o *Tivoli Gardens*, de Copenhaga, o *Disneyland Paris* continua a ser um dos mais icónicos parques de diversões na Europa e aquele que melhor expressa a *dreamland* que, a partir dos Estados Unidos da América, se difundiu pelo mundo (Bryman, 2005; Barrier, 2007).

"Welcome to the place where dreams como true. At Disneyland Paris, celebrating young dreams is something truly unmissible. Endless family magic awaits at a place where imagination in unlimited and memories are made together"[1], assim se promove a *Disneyland Paris*, que abriu em 1992, nos arredores da capital francesa.

Fazendo parte de um complexo que inclui dois parques temáticos, hotéis, campos de golfe, restaurantes e outros lugares de consumo, o *Disneyland Paris* é um espaço de lazer e entretenimento

[1] Fonte: http://brochure.disneylandparis.com/A15/P/catalogue/appli.htm#/3 [acedido a 14 de janeiro de 2016].

organizado em cinco *Magical Lands*: a *Main Street (USA)*; a *Frontierland*; a *Adventureland*; a *Fantasyland* e a *Discoveryland*, topónimos e referências de orientação num território de vivências e emoções.

Enquanto conteúdo, para além de atrações que evocam galerias de personagens e narrativas do cinema, da literatura, da banda desenhada ou dos jogos informáticos, este parque temático assenta numa cartografia que é uma metáfora do mundo que permite a sensação da viagem para múltiplos lugares reais e irreais (Findlay, 1992). Esta é uma paisagem que territorializa representações e conteúdos de indústrias criativas, uma *fantasyscape* hiper-real e intertextual que cruza linguagens e dá expressão paisagística a narrativas que, aqui em Paris, se concentram no tempo e no espaço.

Mobilidade e sensações, acontecimentos e consumo, espetáculo e velocidade, excitação e exaltação dos sentidos, este é o mundo frenético que faz o simulacro e a miniaturização de espaços e de tempos como o Oeste americano; o rio Mississipi e os seus barcos a vapor; o Caribe dos piratas; a ilha de naufrágio da família Robinson; o castelo encantado das princesas da Disney; o País das Maravilhas de Alice; uma gótica casa assombrada ou as aventuras de Indiana Jones, aqui revividas numa montanha-russa que expõe e testa o corpo e os seus limites.

A vivência do parque temático faz-se pelo atravessamento constante de fronteiras, por passagens aceleradas para mundos diferentes, da floresta tropical para um deserto árido, quente e seco ou para um gélido ambiente polar, de uma ilha para uma montanha, de um palácio encantado para o mundo eletrónico de uma sala de cenários psicadélicos e movimentos robotizados.

Nesta paisagem pós-moderna, faz-se o simulacro artificial (por vezes até mesmo plastificado) da natureza, com rios e lagoas, cascatas e grutas, daqui resultando outro limite, aquele que se levanta entre a terra que o homem transformou e o exótico da ecologia extrema.

O eixo de entrada e principal via estruturante deste parque temático é, como noutros deste grupo Disney, a *Main Street* (USA), geossímbolo linear desenhado em perspetiva com o palácio que representa e sintetiza todo este mundo Disney. Esta rua é a encenação de um espaço público aqui confinado numa experiência vivida entre muros mas também a evocação estereotipada (e cinematográfica) de uma certa identidade norteamericana.

Para Chris Barker (2004, p. 184), “The idea of a simulacrum has also been applied to Disneyland and Disney World, two of the most significant multimedia symbolic public spaces of the twenty-first century. Thus Disney presents a simulacrum of ‘Main Street USA’, where the American urban landscape takes on symbolic and imaginary form. In this copy of city life USA there are no guns, no homeless people, no drugs and no fear, which is thus a far cry from the streets of New York City. Disney World’s stimulating/simulated visual culture is the new model for public space whose principles are echoed in numerous shopping malls”.

Como refere Barker (2004), estas paisagens de encenação colocam o turista e visitante em geografias higienizadas de uma realidade de conforto à qual se suprimiu a dor, o sofrimento, a insegurança e o risco daqueles contextos espacio-temporais pretéritos e longínquos.

Tudo isto não deixa de traduzir uma visão norteamericana do mundo, uma versão da História dos EUA e das suas idiossincrasias e simbolismos. A *Frontierland* evoca as frentes de expansão daquele país para Oeste, o contacto com o sul mexicano, a galeria de pioneiros e personagens de fronteira, os exploradores de ouro e os fora-da-lei, os icónicos xerifes e os indefinidos índios, aqui representados como se de um único grupo étnico se tratasse. Aqui encontra-se também o *Monument Valley* (Arizona) e o icónico rochedo *Mittens*, geomonumento celebrizado pelo cinema de John Ford mas que aqui, neste parque em Paris, é cenário e suporte para mais uma viagem numa montanha- russa que acelera o visitante e o transporta para o *wild west* americano.

No *Disneyland Paris*, esta experiência de velocidade é feita a vários ritmos, dos passeios pedestres aos trajetos em barcos e carros 'americanos' atrelados a cavalos, de viagens lentas em automóveis novecentistas ou em comboios panorâmicos, a explosões de aceleração em montanhas-russas.

Com esta experiência, o mundo está à disposição, a compressão espaço-tempo que aqui se evoca reúne geossímbolos globais numa paisagem frenética e excessiva. Assim se oferece uma experiência de falsa e aparente ubiquidade, como se entrar nesse parque significasse estar em todo o lado. Nesta *overdose* de ícones espaciais, vive-se como se se estivesse num filme ou num jogo informático, como se nesta experiência de *role playing* também o visitante e turista fizessem parte dessas vivências performativas.

Esta é uma viagem que se faz nos espaços exteriores, mas também na escuridão de túneis que, num *road show* contínuo, se percorrem num barco ou numa pequena carruagem. Assim se visita a gruta dos anões da Bela Adormecida e a oficina onde Geppetto concebeu Pinóquio, assim se simulam também os voos de Peter Pan e se percorre o mundo miniaturizado no *It's a small world*, uma das atrações que mais representa este mundo em compressão.

Esta é também uma paisagem tecnológica algures entre as linguagens do digital e do analógico, um tributo à ciência e à técnica, uma paisagem lúdica de hologramas e e tecnologia disfarçada por esferovites coloridas e outros materiais sintéticos, ao mesmo tempo confortáveis e atrativos. A hiperestimulação faz-se pelo cromatismo mas também pelo som, pelo ambiente multissensorial manipulado pelas artes da engenharia e do design.

Num parque temático, vive-se o que se vê e sente, mas esta é a face visível de uma realidade oculta. A paisagem tecnológica de um parque temático sustenta-se em níveis espaciais dissimulados, em infraestruturas que asseguram recursos como a água e a energia, evacuam resíduos e disfarçam os sistemas hidráulicos, pneumáticos, elétricos ou eletrónicos que são, afinal, o substrato material do sonho no qual mergulha o visitante e o turista.

Longe do efeito assustador das tecnologias grosseiras e frustes do passado industrial, a suavidade da tecnologia destes parques temáticos seduz, atrai e encanta. Neste ponto de vista, o parque temático é um laboratório social que demostra o poder distópico de uma tecnologia que pode dominar e adormecer o turista/visitante, que aqui se deixa embalar num território observado por câmaras de vigilância omnipresentes que registam e controlam os movimentos, os comportamentos e as opções espaciais deste consumidor.

Por tudo isso, os parques temáticos constituem uma espécie de alegoria da contemporaneidade, algures entre o controlo supremo do sujeito e a aceleração dos processos.

Para Hartmund Rosa (2010), na atualidade assiste-se a uma estimulação social massiva e crescente, desdobrada em três categorias: a) uma aceleração tecnológica, com a definição de espaços cibernéticos e redes virtuais que reorganizam o espaço e o tempo; b) uma aceleração das mudanças sociais em fatores hoje mais voláteis como as atitudes, os valores, os hábitos e os comportamentos; c) a aceleração do ritmo de vida, porque se deseja agora fazer mais em menos tempo, porque se vive a multitarefa, a compressão das experiências do quotidiano, uma velocidade que relevará o superficial em detrimento do duradouro, do espesso e do profundo.

Seguindo esta sistematização, os parques temáticos expressam bem este mundo acelerado. Em muitos aspetos, esta é uma experiência excessiva, intensa, uma aceleração tecnológica vivida a um ritmo frenético, porque há que aproveitar ao máximo o tempo que ali se está, a ususfruir de um bilhete que se pagou, e experimentar tudo, ao máximo, em pouco tempo.

Por aqui se caminha para uma outra discussão: para o parque temático como um território de risco social. Mas o problema não estará apenas nos comportamentos e manipulações que ocorrem nesta realidade confinada. A questão é mais profunda e alargada. Seguindo Lipovetsky e Serroy (2010) e Lipovetsky (2001), as lógicas de dominação do individual que ocorrem dentro dos muros destes parques temáticos serão o espelho de uma dialética pós-moderna omnipresente numa contemporaneidade que é, ela própria, cinematográfica na forma como, nesta sociedade de *ecrã global*, este *consumactor* referido

por Cachinho (2006) é modelado e seduzido pelos permanentes cenários de espetáculo nos quais vive o seu quotidiano.

4. Notas finais

O parque temático é uma realidade territorial que afirma o caráter geográfico da pós-modernidade. Este espaço muito particular é um fecundo campo de investigação do geógrafo, ao qual se abrem diferentes caminhos de análise.

Em primeiro lugar, importam os efeitos locais dessa infraestrutura turística e de lazer e respetivos impactos sistémicos. Será importante refletir se estes parques temáticos encerram os turistas e visitantes, se se tratam de enclaves que absorvem o consumo. Na verdade, será importante aferir a respeito do caráter mais ou menos permeável da fronteira que separa este território privado do seu entorno espacial imediato. Significa isto que será importante analisar a geografia dos fluxos e das mais-valias criadas. Até que ponto se dará a territorialização *in situ* desse capital? Em que medida, como em muitos *resorts* turísticos de sol e praia, o parque temático será apenas o vértice de uma rede topológica que fará movimentar e territorializar esse capital algures numa geografia difusa de lugares longínquos?

Por outro lado, ao geógrafo interessam as territorialidades e as experiências espaciais. Um parque temático implica uma determinada experiência turística que é geográfica e espacial, uma experiência instantânea e multissensorial algures entre a escolha individual e familiar e a repetição dos comportamentos das massas. Na verdade, num parque temático não existe uma sequência lógica prédeterminada, uma imposição que oriente trajetos e escolhas sequenciadas. Cada um faz as suas escolhas, atravessa as fronteiras e os limites que entende e pela ordem que definir. Neste ponto de vista, estes territórios pós-modernos têm um caráter alegórico e subversivo. Deixam uma aparente perceção de liberdade individual, numa experiência que, afinal, acaba por reproduzir um hiper vigiado e regulado comportamento coletivo.

Ainda no domínio do parque temático enquanto experiência territorial, será interessante equacionar o balanço entre os efeitos positivos do divertimento e do lazer e as implicações desta permanente excitação dos sentidos, da cacofonia sonora, da hipervisualidade, da constante alteração de cenários, do ritmo e aceleração da vivência multissensorial. Por aqui se questiona e problematiza o caráter (anti) terapêutico desta paisagem excessiva.

Por último, os parques temáticos podem ser analisados a jusante de uma determinada *pop culture* que não é neutra sob o ponto de vista ideológico e político (Street, 1997). Enquanto *soft power* de inspiração norteamericana (Nye, 2014), as experiências e os conteúdos simbólicos destes espaços de entretenimento condicionam os consumidores, atraindo-os para um determinado estilo de vida. Estes

fazem parte de um complexo sistema de sedução que passa pelas narrativas dominantes em indústrias criativas como o cinema, a televisão ou os videojogos.

A difusão global dos parques temáticos, ainda que a expressão maior deste movimento esteja confinada a escassas regiões do mundo, como a Europa e o sudeste asiático, fez-se a partir dos EUA após meados da década de (19)50. Esta expansão coincidiu com a Guerra Fria, um período de afirmação de causas que passou também por esta frente simbólica do entretenimento, do lazer e do turismo, em primeiro lugar dentro dos próprios Estados Unidos da América.

5. Bibliografia

ANTON-CLAVÉ, S. (2007). *The global theme park industry*. Wallingford: CABI.

ANTON-CLAVÉ, S.; FERNANDES, J. (2015); Parque Temático; In L. Trigal *et al* (Dir.), *Diccionario de geografía aplicada y profesional. Terminología de análisis, planificación y gestión del territorio* (pp.122-148). León: Universidad de León.

BARKER, C. (2004). *The SAGE dictionary of cultural studies*. London: SAGE.

BARRIER, M. (2007). *The animated man. A life of Walt Disney. Berkeley:* University of California Press*.*

BAUDRILLARD, J. (1991). *Simulacros e simulação*. Relógio d'Água: Lisboa.

BAUMAN, Z. (1992). *Intimations of postmodernity*. London: Routledge.

BAUMAN, Z. (2006). *Liquid modernity*. Cambridge: Polity Press.

BAUMAN, Z. (2007). *A vida fragmentada. Ensaios sobre a moral pós-moderna*. Lisboa: Relógio D'Água.

BRYMAN, A. (1999). Theme parks and McDonalization. In Smart, B. (Ed.). *Resisting McDonaldization* (pp.101-115). London: Sage.

BRYMAN, A. (2004). *The disneyization of the world*. London: Sage.

BRYMAN, A. (2005). *Disney and his world*. London: Routledge.

CACHINHO, H. (2006). Consumactor: da condição do indivíduo na cidade pósmoderna. *Finisterra*, XLI, 81, 33-56.

CAPELLA, H.; FONT, J. (1999). *A tale right out of Hollywood! Set in the desert of Almeria, in Spain?*. Albuquerque: Commission on Dynamics and Critical Regions.

CLÉMENT, É. *et al* (1997). *Dicionário prático de filosofia*. Lisboa: Terramar.

ECO, U. (1984). *Viagem na irrealidade cotidiana*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira.

FERNANDES, J. (2013). Turismo, precariedade territorial e dinâmicas de desterritorialização. In F. Cravidão e N. Santos (Coord.). *Turismo e cultura. Destinos e competitividade* (pp.111-133). Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

FERNANDES, J. (2015). A experiência turística e os impactos do turismo no 'sul exótico, a propósito de uma nota de viagem de António Tabucchi (2013). *Turydes: Turismo y Desarrollo*. [Online] 8 (18). Disponível em: http://www.eumed.net/rev/turydes/18/antonio-tabucchi.html [acedido em 5 de janeiro de 2016]

FINDLAY, J. (1992). *Magic Lands. Western cityscapes and american culture after 1940*. Berkeley: University of California Press.

GAMA, A.; Santos, N. (1991). Tempo livre, lazer e terciário. *Cadernos de Geografia*, 10, 99-129.

HARVEY, D. (2002). *The condition of postmodernity*. Cambridge: Blackwell.

JAMESON, F. (1991). *Postmodernism, Or the cultural logic of late capitalism*. Durham: Duke University Press.

LIPOVETSKY, G. (2011). *Os tempos hipermodernos*. Lisboa: Edições 70.

LIPOVETSKY, G.; Serroy, J. (2010). *O ecrã global*. Lisboa: Edições 70.

LYOTARD, J.-F. (1979). *La condition postmoderne: rapport sur le savoir*. Paris: Minuit.

MONMONIER, M. (2010). *No dig, no fly, no go. How maps restrict and control*. Chicago: The University of Chicago Press.

NYE , J. (2014). *O futuro do poder*. Lisboa: Temas e Debates.

ROSA, H. (2010). *Accélération. Une critique sociale du temps*. Paris: La Découverte.

STREET, J. (1997). *Politics & popular culture*. Cambridge: Polity Press.

TEA/AECOM (2011). *2011 Theme Index: The global attractions attendance report*. Burbank: TEA.

TEA/AECOM (2014). *Theme Index: The global attractions attendance report*. Burbank: TEA.

BRAGA, Gustavo, REMOALDO, Paula C., FIÚZA, Ana Louise (2015). ***Rurality índex: a state-of-the-art network view.*** The overarching issues of the european space: spatial planning and multiple paths to sustainable and inclusive development. Porto. FLUP. pp. 298-314

RURALITY INDEX: A STATE-OF-THE-ART NETWORK VIEW

Gustavo B. Braga
Universidade Federal de Viçosa / Universidade do Minho
gustavobraga17@gmail.com

Paula C. Remoaldo
Universidade do Minho
cris.remoaldo@gmail.com

Ana Louise C. Fiúza
Universidade Federal de Viçosa
louisefiuza@gmail.com

Abstract

The United Nations (2009) declared that the year of 2007 was the first time in human history when the majority of the world's human population was not living in rural areas. That being said, there is currently no official definition of the term "rural". Consequently, the discourses in academics and politics about this theme are controversial.

Some approaches have sought to define "rural" in either descriptive or socio-cultural terms, while others believe there are no differences between rural and urban. In spite of this, there are authors trying to create a rurality index, which contributes to delineate "rural" in the literature. Several authors have taken part in this approach, generating a web of studies in which they applied rurality indexes to different objectives, such as aiding public policies.

With the objective of better understanding the peculiarities and interactions among these authors and indices, this chapter seeks to build a network concerned with this line of research. In these studies, the primary tendency was the definition of "rural" as a lifestyle.

In this investigation, we created a network by using the social network methodology. The results demonstrated the centrality around Cloke (1986; 1977) and his seminal role. The outcomes also showed low modularity and density in the network, which suggests that the discussion is still at an elementary level and that there is no wide exchange of ideas between authors concerned with rurality indexes.

Keywords: Rural Definition; Rurality Index; Network.

Resumo

As Nações Unidas (2009) declararam que o ano de 2007 foi, pela primeira vez na história da humanidade, o ano em que a maioria dos habitantes à escala mundial passou a viver em espaços urbanos. Não existe nem na literatura nem por parte de agências oficiais uma clara definição sobre o que é o "espaço rural". Paralelamente, os discursos académicos e políticos sobre esse tema são controversos.

Alguns autores têm procurado definir o "espaço rural" em termos descritivos ou socioculturais, destrinçando-se do "espaço urbano". Há autores que procuram criar índices de ruralidade, gerando um

conjunto de estudos que aplicam os índices de ruralidade tendo por base vários objetivos, como por exemplo, auxiliar as políticas públicas.

Com o objetivo de compreender as particularidades e interações entre esses autores e índices criados, este capítulo procura construir uma rede. Nos estudos analisados, a principal tendência foi a definição de rural como um estilo de vida. Foi criada uma rede utilizando a metodologia de redes sociais. Os resultados demostraram uma centralidade em torno de Cloke (1986; 1977) e do seu estudo seminal. As saídas também mostraram uma baixa modularidade e densidade na rede, o que sugere que a discussão ainda está a ser realizada a um nível elementar e que não há uma ampla troca de ideias entre os autores que pesquisam os índices de ruralidade.

Palavras-chave: Definição do rural; Índice de ruralidade; Redes.

1. Introduction

The definition of "rural" does not currently have a consensus at the international level. In the literature, and within international organizations, there have been inaccuracies in the rural definition. Coca et al. (2012) illustrated the difficultly in offering a trouble-free meaning to the word "rural". They demonstrated that there is complexity and fuzziness in the geographic-sociologic definition. This scenario has led to issues, like the super-estimation of the urban population.

The United Nations (2009) affirmed that, in 2007, the urban population was already the majority of the population of the world. Indeed, by the year of 2007, it was the first time in human history when the majority of the human population was not living, officially, in rural areas. Some authors, such as Wimberley, Morris, & Fulkerson (2007) from North Carolina State University and the University of Georgia, celebrated May 23, 2007 as the day when most of the world's population came to live in urban areas. In fact, the estimations forecast an increase in the urban population which, in 2050, will represent two-thirds of the world's human inhabitants (UNDATA, 2013).

However, this data is based on the official definitions of each country, individually, where there is an extensive amount of variety in the definition of rural. In Chile, for example, rural is a place with less than 1,000 inhabitants or between 1,001 and 2,000 inhabitants and more than half of the active population working in the agricultural sector. In Brazil, rural is defined by the municipal public administration. While in its neighbourhood, Peru, urban areas are settled centres with 100 or more dwellings grouped contiguously and are administrative centres of districts (Minnesota Population Center, 2013).

In academic discussions, the definition of rural has several approaches. Although authors like Lefebvre (2003) advocate for a non-quantitative definition of rural, authors such as Cloke (1977, 1992), created rurality indexes for measuring the rural percentage. This research line has followers that are

predominantly located in Europe; however, rurality indexes exist in America (Waldorf & County, 2007), Asia (Long, Zou, & Liu, 2009), Africa (Schlesinger, 2013) and Oceania (Humphreys, 1998).

The rurality indexes approach has contributed to policies focused on people living in rural areas. They enable an empirical delimitation for rural that simplifies the rural-policies enforcement. For example, Kralj (2000) produced a rurality index which was applied in Ontario, Canada, for rural healthcare planning (Ministry of Health and Long-Term Care, 2008). Despite this, Mills (1988) said that the attempt to define rurality is a "fool's errand" and an unnecessary burden. But Mills himself also indicates that it is necessary to identify "shades of urban" in the countryside.

Due the importance of this theme, we strive to answer the following question: What is the level of discussion in the international literature about rurality indexes? This discussion about rural definitions might improve the rural policies and the academic discussions.

The present chapter uses a qualitative technique in nature as the network analysis. This methodology was created in the 1930s by anthropologists (Mizruchi, 2006). This methodological tool is also consolidated in other areas, such as the economy.

The present chapter is structured into four sections. In the first section, the theoretical standpoints of several rurality indexes founded in indexed journals are presented. In the second section, the social network methodology is discussed to allow for the recognition of the dialogue among authors of this approach. In the third section, the results of the investigation are analysed and developed. In the last section, the concluding remarks are presented.

2. Rurality indexes and its approach

The most commonly cited paper in the area of the rurality indexes context is Cloke (1977). The Cloke (1977) paper represents the first attempt at creating a rurality index; Cloke developed the index for England and Wales in the United Kingdom (Cloke, 1977).

In Portugal, many attempts to measure the rural concept began after 1980 (Diniz, 1996; Remoaldo, 2002; Pereira, Pereirinha, & Passos, 2009; Silva, 1985). In Spain, work in this area began in the 2000s (Gómez, Rodicio, & Prado, 2004; Prieto-Lara & Ocaña-Riola, 2009). These studies became common in Europe in the 2000s (Romagnoli, 2002; Teljeur & Kelly, 2008; Öğdül, 2010; Verbeek, Pisman, & Allaert, 2012).

Publications dealing with this concept also took place in North America (Edmonson & Fontanez, 1995; Weinert & Boik, 1995; Leduc, 1997; Olatunde, Leduc, & Berkowitz, 2007; Waldorf, 2007; Sánchez, Ambriz, & Becerril, 2008). There were also a few isolated papers in Oceania (Humphreys, 1998), Africa (Schlesinger, 2013) and Asia (Long et al., 2009) (Table 1).

Table 1 – Rurality Index Studies

Author (year)	***Country***	***Principal Indicators***
MELO, C.; PARRÉ, J. (2007)	Brazil (Paraná)	Population density; Proportion of official rural population; Migration; Household amenities; Performance of agriculture
KAGEYAMA, A. (2004)	Brazil (São Paulo)	Population density; Proportion of official rural population; Migration; Household amenities; Performance of agriculture; Environmental conservation; Scholarity
JONARD, F.; LAMBOTTE, M.; RAMOS, F. (2009)	European Union (All Countries)	Population density; Land cover; Peripherally
LIBRECHT ET AL (2004)	European Union (Some Regions)	Population density; Land cover
VERBEEK, T.; PISMAN, A.; ALLAERT, G. (2013)	Netherlands (Flanders Region)	Open space; Local infrastructure; Accessibility guarantee; Local economy; Local heritage; Public services
PRIETO-LARA, E.; OCAÑA-RIOLA, R. (2009)	Spain	Population density; Senior citizen index; Young children index; Economic dependency index; Retirement index; Farming, livestock or fishing-related occupation; Housing habitability index; Percentage of immigrants; Percentage of self-employment; Second dwelling ratio; External noise; Pollution
CLOKE, P. J. (1977)	United Kingdom	Population density; Occupancy rate; Mobility; Distance to nearest centre
LONG, H.; ZOU, J.; LIU, Y. (2009)	China (Eastern coast)	Cultivated land; Rate of rural population; Employed population in primary industry; Employed population in primary industry; Productivity of rural labour
CLOKE, P.; EDWARDS, G.(1986)	United Kingdom	Population density; Occupancy rate; Mobility; Distance to centre
PUIA, O. (2011)	Romania (Sălaj East of Jibou)	Agriculture index; Work force of the employees in the agriculture and industry index; Population index
HARRINGTON,V.; O'DONOGHUE,D.(1998)	United Kingdom	Population density; Occupancy rate; Distance to centre; Population females; Household amenities; Population over 65; Occupational structure
WEINERT, C.; BOIK, R. (1995)	USA (Montana)	Distance to emergency care; Population density
PEREIRA, E.; PEREIRINHA, J.; PASSOS, J. (2009)	Portugal	Population level; Population density; Population homogeneity
DINIZ, F. (1996)	Portugal	Demographic; Employment; Economy; Entrepreneurship; Quality of life; Accessibility
OLATUNDE, S.; LEDUC, E.; BERKOWITZ, J. (2007)	Canada	Access to healthcare services; Professionals and structure of healthcare services
LEDUC, E.(1997)	Canada	Population to doctor ratio; Population density; Population demographics; Telecommunications
ÖĞDÜL, H. (2010)	Turkey	Agricultural production; Non-agricultural production; Employment structure; Demography; Educational level; Flows
CLOKE, P.; LITTLE, J. (1993)	United Kingdom	Population density; Occupancy rate; Mobility; Distance to nearest centre
CLOKE, P.; MILBOURNE, P. (1992)	United Kingdom	Population density; Occupancy rate; Mobility; Distance to nearest centre
EDMONSON, B.; FONTANEZ, W. (1995)	USA (48 States)	Access to traditional economic opportunity sources or power
ROMAGNOLI, A. (2002)	Italy	Social and economic dimensions; Land use

To be continued.

Table 1 – Rurality Index Studies (Conclusion)

Author (year)	***Country***	***Principal Indicators***
GLOVER, J.; TENNANT, S. (2003)	Australia	Accessibility
GÓMEZ, B.; GÓMEZ, P.; RODICIO, A. ; PRADO, B. (2004)	Spain (Comunidad Autonoma de Castilla y León)	Population size; Population composition; Work situation; Public and private services; Tourism; Students; Localization
REMOALDO, P. (2002)	Portugal	Population size; Population density
SÁNCHEZ, F.; AMBRIZ, A.; BECERRIL, I. (2008)	Mexico	Work; Performance; Localization; Dwelling
TELJEUR, C.; KELLY, A. (2008)	Ireland	Population in settlement; Land use
WALDORF, B. (2007)	USA (Indiana)	Population size; Population density
WALDORF, B.; COUNTY, M. (2007)	USA (Continental only)	Population size; Population density
BIBBY, P.;SHEPHERD, J. (2004)	England	Population size; Population statements
KRALJ, B. (2000)	Canada (Ontario)	Population density; Travel time to nearest referral centre
PASSADOR, C.; LOPES, J. (2014).	Brazil (São Paulo)	Number of students from officially rural areas
PERRETTI, B. (2002)	Italy (Provincia di Potenza)	Demographic variables; Type of economic activity
RATÓN, M.; PÉREZ, M. (2005)	Spain (Comunidad Autonoma de Galiza)	Population size; Population density; Population structure; Type of economic activity
SCHLESINGER, J. (2013)	Africa (Moshi, Tanzania and Bamenda, Cameroon)	Building density; Dislocation time
SILVA, R. (1985)	Portugal (Aldeia da Varzea)	Population size; Agricultural population
HUMPHREYS, J. (1998)	Australia	Healthcare services; Size of the community; Remoteness; Indigenous population; Environmental considerations

Source: Author's own elaboration.

The earliest study in Table 1 is Cloke (1977). Cloke (1977) classified the territory of England and Wales into four groups: extreme rural, intermediate rural, intermediate non-rural and extreme non-rural. Cloke's index quantified rural from 0 to 1, considering the demographic variables for measuring the index. The groups were created to facilitate the interpretation of the results. It should be highlighted that Cloke was the pioneer of the approaches that seek to establish ways of measuring rurality statistically (Halfacree, 1993).

Although his ranking was simple, Cloke also published other studies (1986; 1993), where geo-economic factors were considered to compute the rural concept. For example, in one of his publications (Cloke & Milbourne, 1992), rurality was faced as a social construct. "In this way 'rurality' becomes a social

construct and 'rural' becomes a world of social, moral and cultural values in which rural dwellers participate" (Cloke & Milbourne, 1992, p. 360).

In 1986 and 1992, Cloke wrote about rural lifestyle changes (Cloke & Edwards, 1986; Cloke & Milbourne, 1992). This analysis emphasized the attractive effect of the rural ideal. The people who live in the "new" rural spaces view the rural spaces as a natural countryside environment, where they can be happy, healthy and problem-free (Cloke & Milbourne, 1992, p. 370).

The top trends in the changes in the rural definition can be synthesized in the following Cloke quote.

> (i) the increased mobility of people, goods and messages have eroded the autonomy of local communities; (ii) the 'delocalization' of economic activity makes it impossible to define homogeneous economic regions; (iii) new, specialized, uses of rural spaces (as tourist sites, parks, development zones, etc.) have created new specialized networks of relationships in the areas concerned, many of which are no longer localized; (iv) the people who 'inhabit' a given rural area will include a diversity of temporary visitors as well as residents; (v) rural spaces now refer to functions 'performed by the countryside for non-rural users and characterized by the fact that they exist independently of the action of rural populations' (Cloke & Milbourne, 1992, p. 360).

These new features are not new. Rambaud (1969) noted these characteristics in the inhabitants of the French countryside. For Rambaud (1969), the vector for these changes is the increase in the number of rural hotels and the amount of rural tourism. The pluriativity induces new techniques for rural economies, like we saw in Cloke & Milbourne (1992), and leaves it to the intensification of urban-rural lifestyle exchanges.

However, the lifestyle changes are not incorporated in all British rurality indexes. Table 1 shows the variables used in Cloke's rurality index. We can see that, despite the lifestyle proxies, like household amenities, the major variables attempt to measure the demographic features. That can be understood as a limited vision about the rural space.

Following Cloke's idea, Bibby & Shepherd (2004) produced a rurality index for the United Kingdom to meet the needs of public policies. Contrary to Cloke, the authors did not rank rural areas by variables concerning lifestyle. Bibby & Shepherd had a pragmatic view about the rural space, as they measured rural using only demographic variables. They defended the term "rural" as feeding on the discussions at the cultural, sociologic and economic levels. Nevertheless, they developed an index that was only focused on the demographic density and healthcare access; making it a very restricted definition.

Weinert & Boik (1995), Leduc (1997, 2007), Humphreys (1998) and Teljeur & Kelly (2008) generated rurality indexes for the aim of healthcare public policies in the United States, Canada, Australia and Ireland, respectively. These authors had a similar view to Bibby & Shepherd (2004), as they used demographic density variables. However, these authors also included healthcare services variables, aggregating the lifestyle perspective by means of public services.

In Italy, Romagnoli (2002) defined a rurality index which considered institutional, social and economic dimensions; however, Romagnoli highlighted land use. That index opposed rurality to urbanity. Romagnoli (2002) also considered urbanization as an irreversible phenomenon. Perretti (2002) created the urbanization of society index (*indice di urbanità sociale*), which uses demographic and other economic activity variables. That index views industry activities as a proxy of urbanization.

Different to the indexes previously presented, Glover & Tennant (2003) developed an accessibility index for Australia called the Accessibility/Remoteness Index for Australia (ARIA). The ARIA doesn't aim to define rurality, but it can be used as a measure of one rural dimension.

Jonard et al. (2009) proposed an index for Europe, classifying the rural space into four categories: rural peripheral, rural accessible, urban with open space and urban with closed space. Despite the index having no commitment to the rural lifestyle, one might associate the rural peripheral (less accessibility) with the traditional lifestyle and rural accessibility with a more urban lifestyle.

In the United States, Waldorf & County (2007) offered an orthodox way to measure rural. They considered rurality as a space having a small sized population, low density and remoteness (difficulty of access to urban centres). These authors believed that rurality is a vague concept. Their study delimited the rural spaces for population dispersion. The Waldorf & County (2007) approach is considered limited by authors like Rybczynski (1996) and Abramovay (2000, 2006), as they advocate that the delimitation of rural doesn't consider the sociocultural frameworks that are essential to define rural spaces.

In Spain, Prieto-Lara & Ocaña-Riola (2009) measured rurality with a factorial analysis. They used variables related to the demographic characteristics (e.g. population density, senior citizen index, percentage of immigrants and young children index), economic characteristics (e.g. economic dependency index, retirement index and percentage of self-employment), primary activity characteristics (e.g. farming, livestock or fishing-related occupation), household condition characteristics (housing habitability index and second dwelling ratio) and tranquillity characteristics (e.g. external noise and pollution).

Gómez et al. (2004) also conducted a study relevant to Spain. They applied a rurality index in Comunidad Autônoma de Castilla y León, which considered 27 variables. These variables were clustered into groupings related to population size, the labour market, public and private institutions, distance to

metro areas and scholar access. Similarly, Gómez et al. (2004) and Prieto-Lara & Ocaña-Riola (2009) incorporated the idea of the rural lifestyle into their indexes.

Ratón & Pérez (2005) also focused on Spain, but investigated a different region to Gómez et al. (2004) and Prieto-Lara & Ocaña-Riola (2009). Ratón & Pérez (2005) focussed on the region of Galiza. They demonstrated a similarity in the countryside and city lifestyle. The paper goes further into the demographic variables utilization, as well as the management of the region. Ratón & Pérez use a factorial analysis for their methodology. They then create a rurality index composed of four factors: economic activities, population structure, cultural level and demographic factors. Ratón & Pérez (2005) combined their results to develop three rurality levels (urban, intermediary and rural), where only seven Galician municipalities were considered urban.

Puia (2011) operationalized a rurality index for Romania in the region of Sălaj. He used agricultural and demographics variables collected between the years of 1990 and 2008. Although he is a geographer, Puia (2011) took a sociologic approach to defining rural spaces. His view around rural was defined by Ianoş (2004), who defined rural as a lifestyle.

Sánchez et al. (2008) created a rurality index for Mexico, considering social and economics elements. In terms of the social factors, they used population volume, a proxy for isolation. Sánchez et al. (2008) also built a group of demographic variables in relation to living conditions and access to public services. The economic factors listed by Sánchez et al. (2008) included jobs and performance. This Mexican point of view illustrates that it is not necessary to fully understand the rural concept by only using a single theoretical approach.

The Portugal approach is considered the vanguard of rurality indexes. Silva (1985) created an index of rurality, that is founded on agronomics. Her rurality index is calculated by the ratio between agricultural population and total population, accepting rural as synonymous with agriculture.

Diniz (1996) attempted to measure rurality in the Portuguese regions of Trás-os-Montes and Douro. He selected variables like work force, per capita GDP (gross domestic product), entrepreneurship, accessibility, and quality of life. The dimension “quality of life” was composed by the number of hospital beds, number of doctors per thousand inhabitants and a purchasing power index. Sen (1999) considered these variables to be a limited vision of quality of life, because it ignores other dimensions necessary for a view of development, such as education.

In Portugal, Pereira et al. (2009) promoted an ambitious project to measure rurality. They took into account a rurality index and an accessibility-economics index. The Pereira et al. rurality index analysis considered three rural dimensions: population size, population density, and population homogeneity. These dimensions composed the magnitudes of the mode of life proposed by Wirth (1938).

Öğdül (2010) built a rurality index for Turkey. His index measured rurality through non-agricultural, money flow, property flow, production, employment, demography and education. Öğdül (2010) pointed out that the use of a multivariate analysis to define rural is a trend in the international literature, such as a view of rural as a mode of life.

In this sense, Verbeek et al. (2012) built a rurality index for Flanders in the Netherlands. This index considered several dimensions to define the rural space: open landscapes, local infrastructure, accessibility, local economic, local heritage and the provision of basic services. The authors developed a flexible definition of rural, considering the mode of life of the people.

Long et al. (2009) developed a rurality index for China's eastern cost. This index looks at the rural social representations. For Long et al. (2009, p. 458), "The social representation approach can produce a more robust and flexible way of defining rurality, through accommodating the effects of social and economic change in rural environments". Long et al.'s index can be used for measuring social representation variables, such as the rate of cultivated land, the percentage of the employed population in the primary industry, the output value of cultivated land and the productivity of rural labour.

Schlesinger (2013) developed an Urban-Rural Index (URI) for the regions of Moshi, Tanzania, Bamenda and Cameroon in Africa. The peculiarity of this index is the use of Geographic Information Systems (GIS) to measure the rural spaces. The author took an approach that was similar to the continuum for rural-urban land in the United States (United States Department of Agriculture (USDA), 2013). Using satellite images, Schlesinger verified the buildings and the dislocation time. After this step was completed, the results were joined to obtain the rural-urban index (Fig. 1).

Librecht et al. (2004), like Schlesinger (2013) and the USDA (2013), used the GIS approach in elaborating a rurality index. They applied it in three European regions: Barcelona-Madrid in Spain, Montagis-Tours in France and Flanders in Belgium. The index formula was as follows:

Rural character Index = -std(log(population density)) - std(artificial area) + std(roughness) + std(distance to centre).

The authors calculated the index considering a low population density and less artificial area as more rural, while roughness regions and region distance to close centres were considered more urban.

In Brazil, Girardi (2008), in his doctoral thesis, exposed a typology for rural and urban spaces. Girardi (2008) applied the *Organisation de coopération et de développement économiques* (OCDE) rural definition. Nevertheless, he didn't follow the OCDE's formula, due to the limitations of the data. Consequently, this led to an overestimation of the Brazilian rural population. Kageyama (2004) and Melo

& Parré (2007) also created rural development indexes for Brazil. However, their indexes didn't try to measure the rural spaces; they only focussed on measuring the development concept.

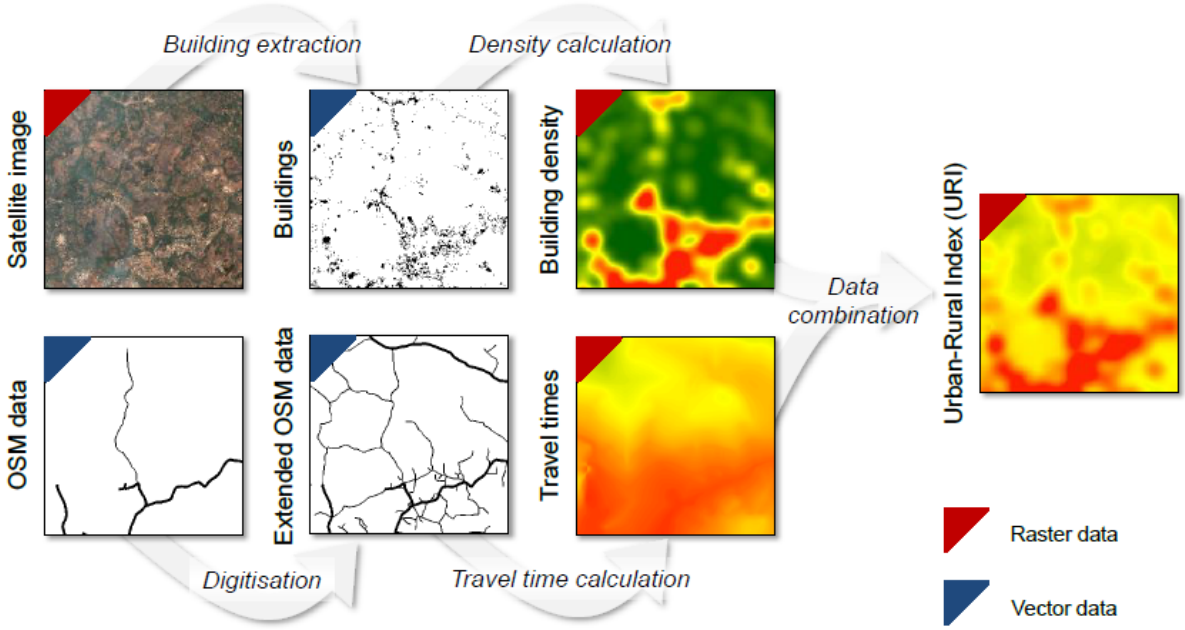


Fig. 1 – Urban-Rural Index of Schlesinger

Fonte: Schlesinger (2013, p. 69).

3. Methodology

We reviewed indexed international journals in Scopus, Thomson Reuters Web of Science, Google Scholar and "*Periódicos Capes*", published between 1977 and 2013. In total, 36 papers and theses on five continents were considered relevant to the current study. Using a network analysis, a qualitative technique, as a methodological tool, a network for rurality index studies was developed using NodeXL version 1.0.1.245 software to calculate the network groups and the density.

The methodology in this study was originally created in the 1930s by Mizruchi, an anthropologist (Mizruchi, 2006). This methodological tool can also be consolidated to other areas, such as an economy. Mark Granovetter, who was awarded the Nobel Prize in 1973, used this methodology to demonstrate the

strong or weak interactions of the inter-actors. Furthermore, this analysis has been amply used in the social and behavioural science community (Granovetter, 1973; Wasserman, 1994).

The network analysis is grounded on the premise that significant relationships among the actors exist. The inter-actor links are considered ways to transfer material or immaterial resources. The results of the network models are a graphical structure showing the relationships between the inter-actors (Wasserman, 1994).

This paper considers the papers as actors and their relationships are the quotes in the inter-papers. Fig. 2 illustrates the network result.

4. Results

The network presented in Fig. 2 has a density of 0.019 and modularity metrics of 0.375. Hence, Fig. 2 demonstrates the weak dialog of the inter-authors of the state-of-the-art rurality index. Nineteen of the articles don't cite others studies about the rurality index. Despite this, five groups were identified in the network.

In Fig. 2, the main group, presented in dark blue, has a central element that includes Cloke (1977), the predominate papers from Europe, and one paper from the United States (Weinert & Boik, 1995). The main group considers several variables to measure rural spaces. The second group, in dark green, reinforces the centrality of Cloke (1977). This dark green group is composed of articles focussed on the countries of Portugal, Turkey and China that cite Cloke's paper. The third group, in light blue, is composed of research that understands rurality as a proxy of healthcare.

The last two groups don't have any gatekeepers or any connections to the main group. The first of the isolate groups, in light green, is a formula for studies funded by the European commission. The second of the isolate groups, in red, includes Brazilian studies, which try to measure rural development.

Summarizing the results makes it possible to corroborate the centrality for the Cloke point of view, the low density of the network and a weak inter-paper dialog. The low number of citations in papers concerned with the same country is also an important characteristic to take note of. In addition, it was found that the indexes applied in the United States, despite its congruence do not have any inter-paper links.

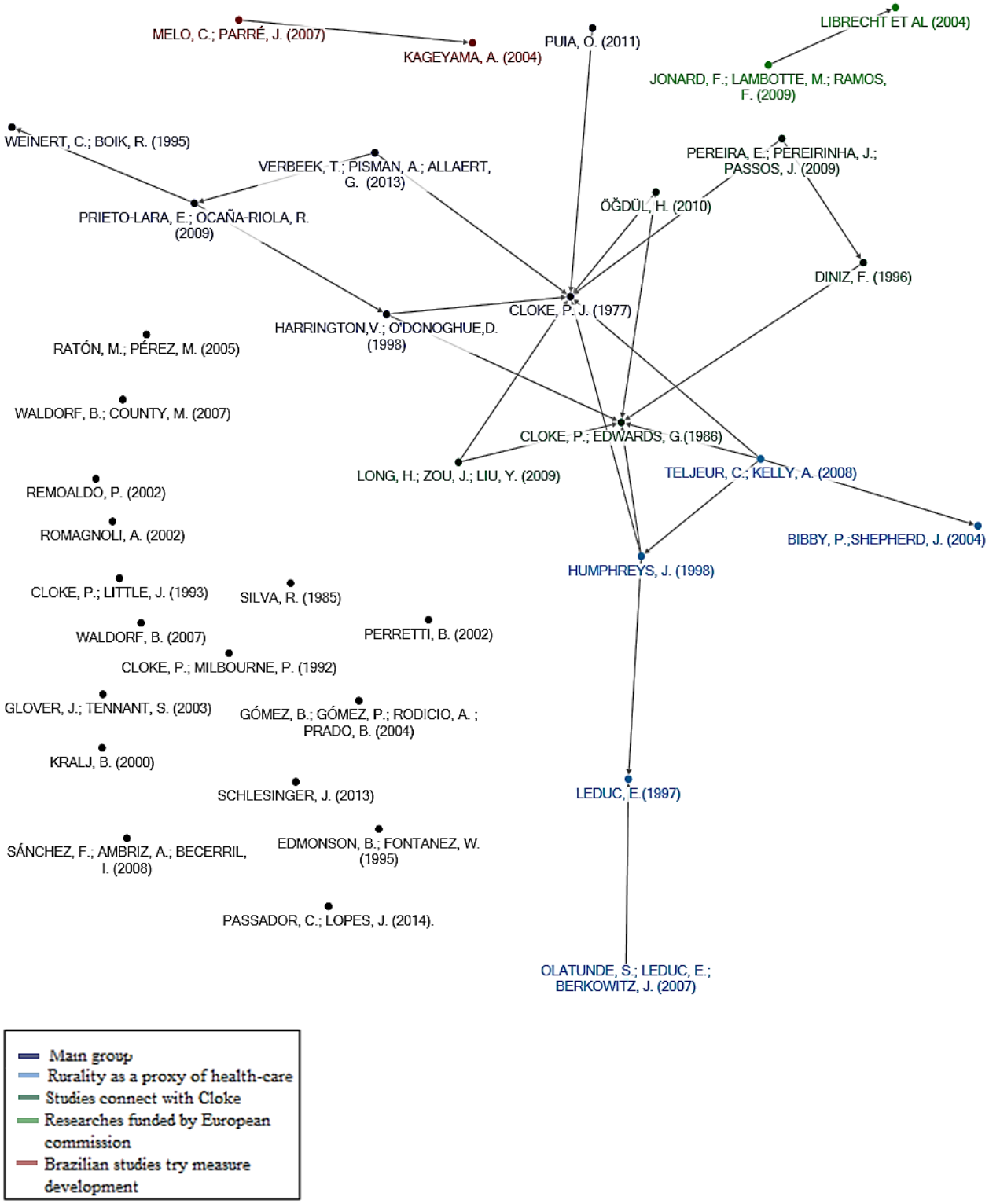


Fig. 2 – Network of rurality index papers. (Source: Author's own elaboration)

5. Conclusions notes

What is rural? To answer this question, rurality indexes show an approach with promising results. Since Cloke (1977), the literature has reflected the possibility of a multidimensional index that is not limited by an imaginary line to define the rural concept.

The studies that take on the dimension of a lifestyle appear to present more promising results. These studies consider public service access and are not limited to only considering population density. Thus, these studies have a view of rural that closely follows the trends in this line of research, as pointed out by Öğdül (2010).

However, we don't observe much dialog among the authors which have attempted to measure rurality. Contradicting the unforgettable English poet, John Donne (1839), who said "No man is an island entire of itself", a considerable number of scientists who have chosen a quantitative definition of rurality can be considered castaways using an isolated thought process.

Despite the low density of the studied network, it can be demonstrated that the centrality of the topic is in the seminal Cloke paper and has five theoretical streams, showed in network. All the streams have virtues and limitations, but a low density of dialog. These dialogs could promote the rurality index approach, making the line of research stronger. The necessity of promoting discussion reminds us of the continuity of John Donne's poem: "every man is a piece of the continent, a part of the main". However, it should be emphasized that the limits of this paper include the search for other forms of interactions in this network. In addition, the many languages and nomenclatures of the rurality indexes make it impractical to conduct a more thorough search.

We recommend that future research be conducted on assessing more related papers, such as including official agency definitions of rural. In addition, these research studies should seek out others ways of connecting the inter-papers. Thereby, these researchers will be presented with a network more closely representing the reality of state-of-the-art rurality indexes.

6. References

ABRAMOVAY, R. (2000). *Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo*. Rio de Janeiro: IPEA.

ABRAMOVAY, R. (2006). Para una teoría de los estudios territoriales. *RIMISP*, *17*(2), 2011.

BIBBY, P., & SHEPHERD, J. (2004). Developing a new classification of urban and rural areas for policy purposes–the methodology. *National Statistics*, 1–30. Retrieved from

https://www.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/137655/rural-urban-definition-methodology-technical.pdf

CLOKE, P., & EDWARDS, G. (1986). Rurality in England and Wales 1981: A replication of the 1971 index. *Regional Studies*, *20*(4), 289–306. doi:10.1080/09595238600185271

CLOKE, P. J. (1977). An index of rurality for England and Wales. *Regional Studies*, *11*(1), 31–46. doi:10.1080/09595237700185041

CLOKE, P., & LITTLE, J. (1993). *The Rural State?: Limits to planning in rural society*. London: Taylor & Francis.

CLOKE, P., & MILBOURNE, P. (1992). Deprivation and Lifestyles in Rural Wales . - II . Rurality and the Cultural Dimension, *8*(4), 359–371.

COCA, J. R., VALERO MATAS, J. A., TORRES CUBEIRO, M., CASADO NEIRA, D., & LEÓN GUERRERO, M. M. (2012). Theoretical Reflection About a Fuzzy Definition of the Rural. *Sociología Y Tecnociencia*, *1*(2012), 44–54. Retrieved from http://sociologia.palencia.uva.es/revista/index.php/sociologiaytecnociencia/article/view/10

DINIZ, F. (1996). UM ÍNDICE DE RURALIDADE PARA AS NUTS DO ALTO TRÁS-OS-MONTES E DOURO. In *5º Congreso Desarrollo Rural* (pp. 903–916). Ávila. Retrieved from http://www.jcyl.es/jcyl/cee/dgeae/congresos_ecoreg/CERCL/52903.PDF

DONNE, J. (1839). Meditation 17. *The Works of John Donne*, *3*, 574–575.

EDMONSON, B., & FONTANEZ, W. B. T. (1995). Where are the boonies? *American Demographics*, *17*(2), 60. Retrieved from http://go.galegroup.com/ps/i.do?id=GALE|A16398549&v=2.1&u=capes58&it=r&p=AONE&sw=w

GIRARDI, E. P. (2008). *O rural e o urbano: é possível uma tipologia*. *Presidente Prudente*. Presidente Prudente: FCT/Unesp.

GLOVER, J., & TENNANT, S. (2003). *Remote areas statistical geography in Australia: Notes on the Accessibility/Remoteness Index for Australia (ARIA+ version)* (Working Pa., p. 25). Adelaide: Public Health Information Development Unit. Retrieved from http://digital.library.adelaide.edu.au/dspace/handle/2440/45471

GÓMEZ, B. F., GÓMEZ, P. G., RODICIO, A. de los R., & PRADO, B. R. (2004). Identificación y tipificación de los espacios rurales en la Comunidad Autónoma de Castilla y León. Una aproximación para el análisis de las dinámicas. In *V CONGRESO DE ECONOMÍA AGRARIA SANTIAGO DE COMPOSTELA* (pp. 1–20). SANTIAGO DE COMPOSTELA. Retrieved from http://scholar.google.com/scholar?hl=en&btnG=Search&q=intitle:IDENTIFICACIÓN+Y+TIPIFICACIÓN+D

E+LOS+ESPACIOS+RURALES+EN+LA+COMUNIDAD+AUTONOMA+DE+CASTILLA+Y+LEÓN.+UNA+APROXIMACIÓN+PARA+EL+ANÁLISIS+DE+LAS+DINÁMICAS+ESPACIALES#0

GRANOVETTER, M. S. (1973). The strength of weak ties. *American Journal of Sociology*, 1360–1380.

HUMPHREYS, J. S. (1998). Delimiting "rural": implications of an agreed "rurality" index for healthcare planning and resource allocation. *The Australian Journal of Rural Health*, *6*(4), 212–6. Retrieved from http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/9919079

IANOŞ, I. (2004). *Dinamica urbană. Aplicaţii la oraşul şi sistemul urban românesc*. *Editura Tehnică, Bucureşti*. Bucureşti: Editura Tehnică.

JONARD, F., LAMBOTTE, M., & RAMOS, F. (2009). Delimitations of rural areas in Europe using criteria of population density, remoteness and land cover. *JRC Scientific and Techinical Reports*, 1–47. Retrieved from http://ams.jrc.it/publications/pdfs/EUR_23757_EN_2009.pdf

KAGEYAMA, A. (2004). Desenvolvimento rural: conceito e medida. *Cadernos de Ciência & Tecnologia*, *21*(3), 379–408. Retrieved from http://seer.sct.embrapa.br/index.php/cct/article/view/8702

KRALJ, B. (2000). Measuring "rurality" for purposes of health-care planning: an empirical measure for Ontario. *Ontario Medical Review*.

LEDUC, E. (1997). Defining rurality: a general practice rurality index for Canada. *Can J Rural Med*, *2*(3), 125–131. Retrieved from http://www.collectionscanada.gc.ca/eppp-archive/100/201/300/cdn_medical_association/cjrm/vol-2/issue-3/0125.htm

LEFEBVRE, H. (2003). *The urban revolution* (p. 203). University of Minnesota Press.

LONG, H., ZOU, J., & LIU, Y. (2009). Differentiation of rural development driven by industrialization and urbanization in eastern coastal China. *Habitat International*, *33*(4), 454–462. doi:10.1016/j.habitatint.2009.03.003

MELO, C., & PARRÉ, J. (2007). Índice de desenvolvimento rural dos municípios paranaenses: determinantes e hierarquização. *Revista de Economia E Sociologia Rural*, *45*(2), 329–365. Retrieved from http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-20032007000200005&script=sci_arttext

MILLS, B. (1988). Why the Search for a Definition of Rurality may be a Fool's Errand'. *POPFEST Online Journal,* 1(2), 1-9.

MINISTRY OF HEALTH AND LONG-TERM CARE (2008). Communities by Rurality Index for Ontario (RIO) Score. *RIO - 2008*. Retrieved May 08, 2014, from http://www.health.gov.on.ca/en/pro/programs/northernhealth/rio_score.aspx

MINNESOTA POPULATION CENTER (2013). *Integrated Public Use Microdata Series, International: Version 6.2.* Minneapolis: University of Minnesota.

MIZRUCHI, M. (2006). Análise de redes sociais: avanços recentes e controvérsias atuais. *Revista de Administração de Empresas*, *46*(3), 72–86. doi:10.1590/S0034-75902006000300013

ÖĞDÜL, H. G. (2010). Urban and Rural Definitions in Regional Context: A Case Study on Turkey. *European Planning Studies*, *18*(9), 1519–1541. doi:10.1080/09654313.2010.492589

OLATUNDE, S., LEDUC, E., & BERKOWITZ, J. (2007). Different practice patterns of rural and urban general practitioners are predicted by the General Practice Rurality Index. *Can J Rural Med*, *12*(2), 73–80. Retrieved from http://www.cma.ca/multimedia/staticContent/HTML/N0/l2/cjrm/vol-12/issue-2/pdf/pg73.pdf

PEREIRA, E., PEREIRINHA, J., & PASSOS, J. (2009). Desenvolvimento de índices de caracterização do território para o estudo da pobreza rural em Portugal Continental. *Revista Portuguesa de Estudos Regionais*, *6*, 137–165. Retrieved from https://digitalis-dsp.uc.pt/handle/10316.2/24631

PERRETTI, B. (2002). La domanda di residenza rurale. Un'analisi empirica nella provincia di Potenza. In A. Corsi (Ed.), *Sviluppo rurale: società, territorio, impresa* (pp. 207–226). Milano: Franco Angeli Editore.

PRIETO-LARA, E., & OCAÑA-RIOLA, R. (2009). Updating Rurality Index for Small Areas in Spain. *Social Indicators Research*, *95*(2), 267–280. doi:10.1007/s11205-009-9459-0

PUIA, O.-A. (2011). The Evaluation of Rural Space through the Analysis of the Rurality Index. Case Study: the Villages of Sălaj East of Jibou. *Forum Geografic*, *X*(2), 264–275. doi:10.5775/fg.2067-4635.2011.011.d

RAMBAUD, P. (1969). *Société rurale et urbanisation*. Paris: Éditions du Seuil.

RATON, M. L., & PEREZ, M. I. S. (2005). Construcción de un índice de ruralidad y clasificacíon de los municipios gallegos. In *I Congresso de Estatística e Investigação Operacional da Galiza e Norte de Portugal. Guimarães*. Retrieved from http://www.ige.eu/estatico/grupo_de_traballo_urbanizacion/Rural.doc

REMOALDO, P. C. (2002). *Desigualdades territoriais e sociais subjacentes à mortalidade infantil em Portugal. Série Textos Universitários de Ciências Sociais e Humanas* (p. 586). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Ministério da Ciência e da Tecnologia.

ROMAGNOLI, A. (2002). Caratteri della ruralità ed evoluzione degli spazi rurali. In A. Corsi (Ed.), *Sviluppo rurale: società, territorio, impresa*. Milano: Franco Angeli.

RYBCZYNSKI, W. (1996). *A vida nas cidades: expectativas urbanas no novo mundo*. Rio de Janeiro: Record.

SÁNCHEZ, F., AMBRIZ, A., & BECERRIL, I. (2008). Un índice de ruralidad para México. *Espiral*, *XIV*(42), 179–214. Retrieved from http://www.cusur.udg.mx/fodepal/Articulos referentes de Des Susr/Construyendo el desarrollo rural_archivos_ArturoSC/RURALIDAD EN MEXICO.pdf

SCHLESINGER, J. (2013). *AGRICULTURE ALONG THE URBAN-RURAL CONTINUUM A GIS-based analysis of spatio-temporal dynamics in two medium-sized African cities Johannes Schlesinger* (p. 276). Freiburg im Breisgau, Germany: Albert-Ludwigs-Universität.

SILVA, R. F. M. da. (1985). A Aldeia da Várzea (Serra do Soajo) Situação actual e a inundação, para breve, da sua Veiga. *REVISTA DA FACULDADE DE LETRAS - GEOGRAFIA*, *1*, 5–32. Retrieved from http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/artigo3301.pdf

TELJEUR, C., & KELLY, A. (2008). An urban–rural classification for health services research in Ireland. *Irish Geography*, *41*(3), 295–311. doi:10.1080/00750770802506972

UNDATA. (2013). UNDATA - United Nations Statistics Division. Retrieved from http://data.un.org/

UNITED NATIONS. (2009). *World urbanization prospects: the 2009 revision*. New York: United Nations. Departament of Economic and Social Affairs.

UNITED STATES DEPARTMENT OF AGRICULTURE. (2013). Rural-Urban Continuum Codes. Retrieved from http://www.ers.usda.gov/data-products/rural-urban-continuum-codes/documentation.aspx

VERBEEK, T., PISMAN, A., & ALLAERT, G. (2012). Zoveel platteland: van harde afbakening naar flexibele criteria. In *Stichting Planologische Discussiedagen* (pp. 495–506). Gent. Retrieved from https://biblio.ugent.be/publication/2114529

WALDORF, B. (2007). What is rural and what is urban in Indiana. *Purdue Center for Regional Development Report*. Retrieved from http://www.pcrd.purdue.edu/documents/publications/What_is_Rural_and_What_is_Urban_in_Indiana.pdf

WALDORF, B., & COUNTY, M. (2007). Measuring Rurality. *Incontext*, (1), 5–8.

WASSERMAN, S. (1994). *Social network analysis: Methods and applications* (Vol. 8). Cambridge university press.

WEINERT, C., & BOIK, R. J. (1995). MSU Rurality Index: development and evaluation. Montana State University. *Research in Nursing Health*, *18*, 453–464.

WIMBERLEY, R. C., FULKERSON, G. M., & MORRIS, L. V. (2007). Predicting a moving target: postscript for The Rural Sociologist on global rural-to-urban transition dates. *The Rural Sociologist*, *27*(3), 19–22.

WIRTH, L. (1938). Urbanism as a Way of Life. *The American Journal of Sociology*, *44*(1), 1–24. Retrieved from http://www.jstor.org/stable/2768119

BAUMERT, Philippe (2015). ***Le vin comme levier de compétitivité et de développement territorial dans le cadre de la mondialisation: regards crisés sur deux grands vins européens, le Porto et le Champagne.*** The overarching issues of the european space: spatial planning and multiple paths to sustainable and inclusive development. Porto. FLUP. pp. 315-335

LE VIN COMME LEVIER DE COMPÉTITIVITÉ ET DE DÉVELOPPEMENT TERRITORIAL DANS LE CADRE DE LA MONDIALISATION : REGARDS CROISÉS SUR DEUX GRANDS VINS EUROPÉENS, LE PORTO ET LE CHAMPAGNE

Philippe BAUMERT

ATER en Géographie à l'Université de La Rochelle

Université Bordeaux Montaigne, ADESS (UMR 5185/CNRS)

philippe.baumert@univ-lr.fr / philippe.baumert@gmail.com

Résumé

Les vins de Porto et de Champagne sont des vins mondialement célèbres qui véhiculent à l'étranger une image de qualité des vignobles portugais et français tout en s'affirmant comme des symboles de luxe pour les deux pays. L'hypothèse posée dans le cadre de cette étude est que les vins de Porto et de Champagne peuvent s'avérer être, dans le contexte de la mondialisation, de véritables leviers de compétitivité et de développement territorial.

Mots-clés : Champagne, Compétitivité, Développement territorial, Mondialisation, Porto.

Abstract

Port wine and Champagne are universally famous wines which convey internationally an image of quality of the portuguese and french vineyards while affirming themselves as symbols of luxury representing these two countries. The hypothesis of this study is that Port wine and Champagne could be, in the context of globalization, real levers of competitiveness and territorial development.

Keywords : Champagne, Competitiveness, Globalization, Porto, Territorial development.

1. Introduction

Les vins de Porto et de Champagne sont des vins mondialement célèbres qui véhiculent à l'étranger une image de qualité des vignobles portugais et français tout en s'affirmant comme des symboles de luxe pour les deux pays. Si le Champagne est d'abord une boisson à la mode dans les milieux de cour, d'abord en Angleterre puis en France, il a néanmoins petit à petit franchi les barrières sociales : au 19^{e} siècle, c'est le vin de la fête, de la réussite, des élites et de la bourgeoisie ; puis au 20^{e} siècle, on voit entrer ce vin dans les repas de fêtes des classes moyennes ; aujourd'hui, même dans les

milieux populaires et peu fortunés, on fait l'effort, les jours de grandes fêtes, d'investir dans une bouteille de Champagne, de jouer à « saute – bouchon » comme l'on disait au 18^{e} siècle[1]. Le vin de Porto a connu la même évolution. Au-delà des représentations se trouvent, derrière ces deux noms de vins les plus souvent consommés lors d'événements festifs, des territoires, acteurs et modèles d'organisation bien spécifiques qui présentent, toute proportion gardée, des caractéristiques similaires justifiant la comparaison.

Nous posons l'hypothèse que les vins de Porto et de Champagne peuvent s'avérer être, dans le cadre de la mondialisation, de véritables leviers de compétitivité et de développement territorial. Concilier ces éléments n'est *a priori* que peu évident dans le cadre d'une mondialisation qui hiérarchise et sélectionne plus les territoires qu'elle ne les uniformise. Dans le contexte champenois, le risque de déconnection avec les réalités locales s'illustre notamment par le fait que de plus en plus de grandes maisons de Champagne, qui avaient par le passé un ancrage familial au sein du territoire champenois, sont désormais détenues par de grands groupes industriels et commerciaux aux logiques de rentabilité mondialisées. Le dialogue équilibré entre la production et le négoce au sein de ce dernier vignoble semble néanmoins en limiter les risques pour les petits viticulteurs alors que la situation apparaît plus préoccupante dans le cadre de la filière du vin de Porto où la concentration du secteur et les impacts induits sur les producteurs en termes de prix d'achat des raisins du fait de la faiblesse actuelle de la *Casa do Douro* sont plus que préoccupants.

Après avoir présenté les territoires, acteurs et modèles d'organisation des vins de Porto et de Champagne, nous verrons que ces deux vins peuvent s'avérer être de véritables leviers de compétitivité et de développement territorial dans le cadre de la mondialisation. La difficile conciliation de la compétitivité et du développement territorial dans le monde du vin de Porto par rapport au modèle champenois sera abordée dans un dernier temps de l'analyse.

2. Les vins de Porto et de Champagne : territoires, acteurs et modèles d'organisation

2.1. Porto – Champagne : deux vins façonnant des territoires à différentes échelles

Derrière ces deux noms de vins se trouvent tout d'abord des territoires qui ont été façonnés à différentes échelles par les divers acteurs produisant ces vins et par les revenus induits par ces vins à forte valeur ajoutée.

[1] Le 29 mai 2012, au Palais du Tau à Reims, la candidature des *Coteaux, Maisons et Caves de Champagne* au patrimoine mondial de l'UNESCO a reçu le soutien de nombreux acteurs issus du monde politique, économique, universitaire et médiatique. Le géographe français Jean-Robert Pitte, en sa qualité de Président de l'Académie du Vin de France et de membre de l'Institut (Académie des Sciences morales et politiques), a apporté son soutien à cette candidature lors d'une intervention où il a notamment rappelé toute l'importance d'introduire auprès de l'UNESCO les acteurs et les paysages de ce vin prestigieux qui a petit à petit franchi les barrières sociales.

À l'échelle du vignoble champenois (Fig. 2) et du vignoble de la vallée du Douro dont sont issus les raisins destinés à l'élaboration du vin de Porto (Fig. 1), différents aménagements destinés à la production viti-vinicole ont tout d'abord façonné des paysages de la vigne sur plus de 30 000 hectares dans chacun des deux vignobles : création de sols et de différentes générations de terrasses afin de permettre la culture de la vigne au sein d'une vallée du Douro fortement escarpée et schisteuse (Photo 1), aménagement de *quintas* puis de chais lorsque la loi portugaise les autorisa au sein de cette même vallée, création de paysages de coteaux sur sous-sol calcaire en Champagne qui présentent l'avantage de procurer à la vigne une irrigation naturelle constante (Photo 2).



Photo 1 – Paysage de vignes en terrasses au niveau de la *Quinta das Carvalhas* (propriété de la *Real Companhia Velha,* Pinhão). Cliché : Philippe Baumert, février 2014.

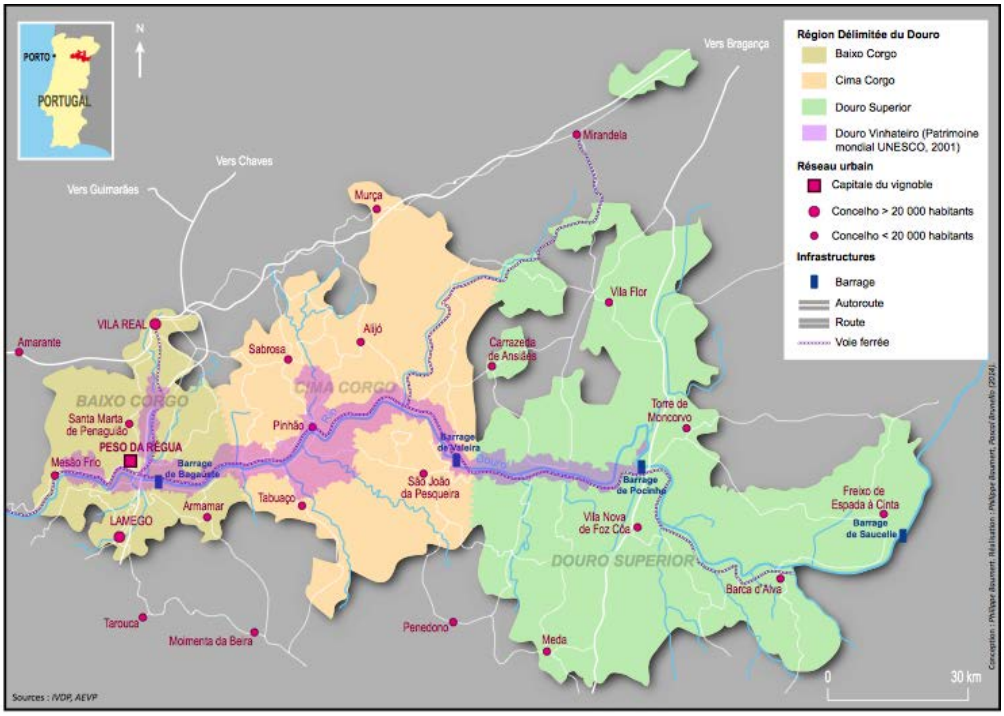


Fig. 1 **–** Le vignoble du vin de Porto situé au cœur de la vallée du Douro.



Photo 2 **–** Paysage du vignoble champenois : parcelles de vignes appartenant à la Maison Canard Duchêne (Ludes). Cliché : Catalin Turlica, avril 2014.

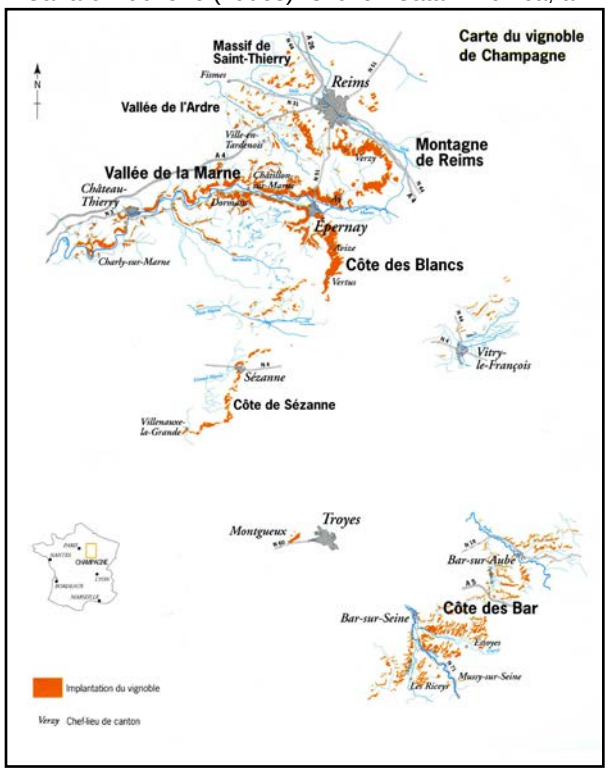


Fig. 2 **–** Le vignoble du vin de Champagne.
© Comité Champagne – France

Au-delà des vignobles, les vins de Porto et de Champagne ont également façonné les villes ayant joué un grand rôle dans leur commerce (Porto, Reims, Épernay), tout comme d'ailleurs ces organismes urbains ont façonné ces vins en retour. La présence des caves et des sièges sociaux de Moët & Chandon et de Mercier à Épernay, ceux de Pommery à Reims, l'illustrent dans le cas champenois tout comme d'ailleurs la mise en place de tout un paysage industriel (usines d'embouteillages par exemple) que l'on redécouvre aujourd'hui à la faveur d'un engouement pour le patrimoine dans toute sa diversité après l'avoir déconsidéré au 19^{e} siècle. Le fait est peut-être encore plus net pour la ville de Porto : Porto, une grande ville, un grand vin. Ce fait est assez original pour être souligné car, en dehors de sa voisine bordelaise et de la ville espagnole de Málaga, les grands vins ne portent que rarement le nom de villes de

cette dimension[2]. Cette géographie contemporaine reflète toute l'influence qu'a exercée la capitale du Nord du Portugal dans le contrôle de ce vin dont les vignobles nécessaires à sa production se situent dans l'aire délimitée de la vallée du Douro qui débute à une centaine de kilomètres à l'Est de l'agglomération portuense. Porto n'est donc pas, à la différence de Reims ou d'Épernay, une métropole au milieu de ses vignes. Mais, si la ville ne produit pas de vins, son port constitue bien le débouché des vins de la vallée du Douro et plus particulièrement du célèbre vin de Porto. Le vin de Porto a ainsi marqué, et continue encore de marquer, sa ville éponyme à différentes échelles. Pour en saisir certains éléments à l'échelle urbaine, il faut s'arrêter sur le pont D. Luís I construit par les architectes Théophile Seyrig et Léopold Valentin entre 1881 et 1886. Du haut de ce pont on embrasse du regard non seulement la *Ribeira*, où se situe la *Maison des Porto...s – Vinologia* (Photos 3 et 4), mais aussi les chais de Vila Nova de Gaia (Photo 5) devenus aujourd'hui bien touristiques comme en témoignent la présence des bateaux *rabelos* jonchés de tonneaux au pied de l'*Espaço Porto Cruz* (Photo 6) ou encore celle d'un téléphérique assurant l'intermodalité avec le récent métro de Porto permettant aux touristes de rejoindre le cœur touristique du monde du vin de Porto. Au-delà de ce qui s'offre au regard, il y a également une intense relation, déjà montrée par François Guichard, entre le vin et le développement de la ville d'un point de vue géohistorique. La ville de Porto a en effet été très tôt liée au développement du commerce du vin et ce dernier a amplement façonné l'espace urbain. Les taxes générèrent notamment du financement pour les travaux urbains comme l'élargissement des rues, le réseau d'assainissement, la construction de l'Université de Porto ou encore de la *Praça dos Leões*. La ville de Porto fut par ailleurs cosmopolite assez rapidement du fait des migrations engendrées par le commerce de son vin et la diversité des styles architecturaux en témoigne amplement.



Photos 3 et 4 – La *Maison des Porto...s – Vinologia*[3]. Clichés : © La Maison des Porto...s – Vinologia.

[2] En 2014, la population du Grand Porto atteint 1.7 million d'habitants.
[3] Située dans la zone historique de Porto, dans le quartier de la *Ribeira*, à 500 mètres du pont D. Luís I, la *Maison des Porto...s* offre plus de 200 vins de Porto de terroir à la dégustation issus principalement de petits producteurs indépendants. Créé en 2000 par le français Jean-Philippe Duhard, ce lieu est également une cave à vin et une école de dégustation.





Photos 5 et 6 – Les caves des grandes maisons de vin de Porto et l'*Espaço Porto Cruz* (Vila Nova de Gaia). Clichés : Philippe Baumert, mars 2014.

2.2- Le poids du marché dans l'émergence des grands vins de Porto et de Champagne

Comme en bordelais, l'initiative anglaise a été déterminante afin de faire émerger les territoires de ce qui allait devenir par la suite ce grand vin de qualité que constitue le vin de Porto. C'est en effet surtout sous l'impulsion des marchands anglais[4] – dans une moindre mesure des marchands hollandais et hanséatiques –, qui vinrent s'installer à Porto dans la seconde moitié du XVII^{e} siècle et découvrirent la région vinicole du Douro, que la bourgeoisie portuense commença à s'intéresser au vignoble du Douro et que ce dernier prit son essor. Les Anglais arrivèrent à Porto à cette période pour deux raisons principales. La première est commerciale et tient à leur volonté de conserver le rôle de *primus inter pares* qu'ils détenaient en matière de maîtrise des échanges internationaux, d'où la mise en place d'une stratégie visant à organiser la redistribution européenne des produits en provenance du Nouveau Monde à partir des principaux ports portugais dans le contexte de la renaissance d'un empire portugais indépendant de l'Espagne à partir de 1640 qui ne leur permettait plus d'intervenir en territoire brésilien. Cette stratégie présentait en outre l'avantage d'assurer des débouchés pour leurs produits manufacturés auprès des consommateurs portugais et brésiliens à une période où le vent du protectionnisme soufflait sur l'Europe[5] tout en commençant à exploiter les potentialités du commerce du vin portugais. La seconde de ces raisons est géopolitique et tient à la volonté anglaise de sécuriser l'approvisionnement en vin des Îles Britanniques dans le contexte des conflits larvés entre la France et l'Angleterre marquant la fin du règne de Louis XIV (guerre de la Ligue d'Augsbourg, guerre de Succession d'Espagne[6]) qui aboutirent à ériger le vin en véritable arme commerciale. Le traité de Methuen de 1703, qui favorisa grandement les

[4] L'association des négociants anglais de Porto – la *Feitoria* –, créée en 1654, commence à exporter des vins de Porto dès 1678.
[5] La mise en place du premier tarif Colbert date de 1664.
[6] Lors de la guerre de Succession d'Espagne, le vin de Porto devint le principal vin consommé par les Anglais, ces derniers étant privés à la fois du Clairet Bordelais et du Jerez. Les historiens du vignoble du Douro et le géographe François Guichard ont bien montré les impacts territoriaux d'une telle évolution, mentionnant que de 1688 à 1713 les exportations furent multipliées par vingt ce qui amena le *Baixo Corgo* à virer à la monoculture de la vigne et le *Cima Corgo* à voir progresser la vigne jusqu'à São João da Pesqueira.

exportations de vin de Porto[7] à destination de l'Angleterre en échange d'accords sur le textile qui arrangeaient le Portugal, n'est en effet que la réponse britannique aux obstacles mis en place par le Royaume de France afin que l'Angleterre cesse d'être le client privilégié du clairet bordelais. On voit par là en quoi le rôle des marchands est fondamental et l'on peut ainsi considérer que ce sont ces derniers qui ont véritablement permis l'émergence d'un vin de Porto de qualité, beaucoup plus que le terroir agro-physique : *« Si n'êtes en lieu pour vendre votre vin, que feriez-vous d'un grand vignoble ? »* (Serres, 1600).

Il faut également relativiser le rôle des facteurs naturels dans l'émergence de grands vins de qualité en Champagne et mettre en avant, à la suite de Roger Dion, les facteurs économiques et socio-culturels, le négoce sur le terroir entendu dans son sens agro-physique. Pour Roger Dion, l'émergence d'un vignoble de qualité en Champagne devrait en effet surtout à sa situation géographique de Reims sur la route commerciale des vins de Beaune en direction de l'Europe du Nord, ce qui aurait incité les vignerons champenois à imiter les prestigieux vins de Beaune pour exporter eux aussi en direction de ce marché septentrional. Un second facteur explicatif résiderait dans le rôle joué par l'aristocratie mais aussi par les évêques et archevêques de Reims et de Chalons qui auraient favorisé au Moyen-Âge l'amélioration des techniques et participé à la construction d'une image de qualité pour ces *vins de France* qui ne furent désignés sous l'expression *vin de Champagne* qu'à partir du début du 17^{e} siècle suite au déclin des prestigieux vignobles situés autour de Paris alors également désignés comme étant des *vins de France*.

2.3- Deux vins de terroirs, entre vignoble et négoce

Au-delà des représentations qui associent ces deux vins à des symboles de luxe et à des boissons festives de grande qualité, il faut rappeler que les vins de Porto et de Champagne sont également des vins de terroir et, plus précisément, dans la plupart des cas, des vins d'assemblages de terroirs différents. Cette pratique de l'assemblage est relativement ancienne : en Champagne, Dom Pérignon (1639-1715) le pratiquait déjà tandis que celui-ci se pratiquait également au sein de la vallée du Douro du temps du marquis de Pombal (1699-1782). Dans les deux vignobles, les acteurs insistent sur le fait que l'assemblage entre différents vins permet, d'une part, de parvenir grâce au travail de l'œnologue à une qualité optimale régulière qui rassure le consommateur et, d'autre part, de produire des vins de meilleure qualité que si l'assemblage n'avait pas eu lieu du fait d'une certaine forme d'harmonisation entre les terroirs entendus au sens agro-physique du terme, les cépages et les années.

Plus que des vins de terroirs au sens agro-physique du terme, les vins de Porto et de Champagne apparaissent cependant bien être des vins de terroirs au sens où l'entendent la plupart des géographes et que l'Organisation Internationale de la Vigne et du Vin (OIV) définit désormais comme des vins issus d'un

[7] Ce traité garantissait que les droits frappant les vins portugais à leur arrivée dans les ports anglais ne devaient pas dépasser les deux tiers de ceux payés par les vins français.

« espace sur lequel se développe un savoir collectif des interactions entre un milieu physique et biologique identifiable et les pratiques vitivinicoles appliquées, qui confèrent des caractéristiques distinctives aux produits originaires de cet espace »[8]. La Région Délimitée du Douro (RDD), créée dès 1756 par le marquis de Pombal, est en effet la première région viticole délimitée au monde ayant fait l'objet d'une règlementation[9] et le vin de Porto, depuis le *Decreto-Lei n°254* du 11 août 1998, est une *Denominação de Origem Controlada* (DOC), ce qui souligne toute l'importance du milieu physique de la RDD et du savoir-faire bien spécifique développé par les acteurs de la filière dans l'élaboration de ce produit de qualité. En ce qui concerne les vins de Champagne, les prémices d'une caractérisation juridique de leur appellation et de la délimitation de leur aire de production apparaissent plus précocement dans un arrêt de la cour d'appel de Paris du 18 novembre 1892 qui précise qu' *« il est acquis désormais qu'on ne saurait considérer la désignation des vins de Champagne comme s'appliquant à tous les vins mousseux en général, que le mot champagne en effet est indicatif du lieu de production et du lieu de fabrication de certains vins connus sous cette qualification et non d'autres ; que les vins de Champagne (…) tiennent à la fois du sol et du mode de manutention qu'ils ont subis ».* L'aire de production de l'Appellation d'Origine Contrôlée (AOC) *Champagne* apparaît près d'un demi-siècle plus tard, en 1936, délimitant juridiquement quelques 34 000 hectares. Ce vignoble est actuellement en pleine extension, gagnant sur les terres jadis abandonnées après la crise phylloxérique. Depuis 2008, le vignoble a progressé de 626 hectares pour atteindre, en 2013, une superficie de 33 572 hectares, soit quasiment la superficie de l'aire de production. Ce type de progression se retrouve également au sein de la RDD où les superficies des parcelles classées aptes à produire du vin de Porto dans le cadre du système du *beneficio*[10] ont augmenté de 532 hectares pour atteindre 31 699 hectares en 2013. Contrairement à son homologue champenois, ce vignoble peut encore s'étendre, les superficies en vignes ne représentant que 15% de l'aire délimitée.

Les modèles d'organisation du Porto et du Champagne se ressemblent enfin également par leur gestion, entre vignoble et négoce. L'organe de coordination entre les deux familles d'acteurs, vignerons et négociants, est un conseil interprofessionnel mis en place dès 1941 pour le Champagne alors que celui régissant les vins d'appellation *Porto* ainsi que les autres vins de la vallée du Douro ne date que de 1995, voire de 2003 dans sa version contemporaine issue de la réforme institutionnelle du secteur. Ces deux

[8] Congrès annuel de l'OIV, Tbilisi (Géorgie), 2010.

[9] Si la région viticole du Douro est bien la première région viticole au monde à connaître une réglementation, elle n'est néanmoins pas la première région viticole à avoir fait l'objet d'une délimitation : le vignoble de Chianti (Italie) et le vignoble de Tokaj (Autriche-Hongrie) ont en effet l'antériorité en la matière, ayant été respectivement délimités en 1716 et 1737. Ces derniers vignobles n'ont néanmoins pas fait l'objet dès leur délimitation de la mise en place des deux autres piliers qui sont aujourd'hui à la base des appellations d'origines : la mise en place, d'une part, d'un organisme de réglementation et, d'autre part, d'un organisme de surveillance.

[10] Le système du *beneficio* détermine chaque année la quantité de moût à viner pour l'élaboration du vin de Porto. Cette dernière dépend de trois facteurs : la quantité de vin de Porto commercialisée dans l'année en cours, la projection de commercialisation pour l'année suivante et les stocks existant. La répartition par parcelle est effectuée en fonction d'un système de ponctuation basé sur des critères relatifs au sol, au climat et aux conditions culturales.

organisations sont respectivement chargées de gérer, protéger et valoriser les appellations *Champagne* et *Porto* ainsi que leurs paysages dans le cadre d'un marché de plus en plus concurrentiel.

	Vignoble Champenois	Vignoble de la vallée du Douro destiné au vin de Porto
Superficie du vignoble en 2008 (en hectares)	32 946	31 167
Superficie du vignoble en 2013 (en hectares)	33 572	31 699
Évolution de la superficie du vignoble entre 2008 et 2013 (en pourcentage)	1.9	1.7
Superficie du vignoble par rapport à l'aire délimitée (en pourcentage)	99	15

Tableau 1 **–** Deux vignobles en expansion. Sources : CIVC, IVDP.

3. Les vins de Porto et de Champagne, leviers de compétitivité et de développement territorial dans le cadre de la mondialisation ?

3.1- Des leviers de la compétitivité économique et agroalimentaire

Le terme de *compétitivité* est devenu omniprésent dans le discours public des sociétés et le contexte de crise ne l'a en aucun cas éludé. Autrefois réservé aux entreprises, ce terme a été repris par les politiques qui l'appliquent désormais à différents types de territoires (État-Nation, Région, Agglomération...) dans le cadre d'une mondialisation qui sélectionne et hiérarchise plus ces derniers qu'elle ne les uniformise. L'injonction à la performance façonnant de plus en plus en ce début de 21^{e} siècle la conception de l'aménagement des territoires et les politiques économiques, la compétitivité territoriale constitue de fait un nouveau champ d'étude pour les géographes (Ardinat, 2013). Dans la lignée de ce courant de pensée, notre objectif est de démontrer que le Porto et le Champagne peuvent être analysés comme des vins au service de la compétitivité économique et agroalimentaire.

Leader dans le secteur des vins et spiritueux français, le Champagne contribue de manière déterminante à la vitalité de l'économie française et à son image compétitive dans le secteur agroalimentaire : avec 136.8 millions de bouteilles exportées en 2013 pour un chiffre d'affaire de 4.4 milliards d'euros, le Champagne[11] est en effet le premier acteur de la filière des vins et spiritueux français à l'export et contribue de manière importante à l'excédent de la balance agroalimentaire française qui,

[11] Soulignons que cette belle performance à l'export est avant tout le fait des maisons de Champagne qui comptent pour 86% des exportations contre 14% pour les vignerons et les coopératives. Ces chiffres contrastent fortement avec ceux du marché national où les maisons de Champagne n'effectuent plus que 55% des ventes contre 45% pour les vignerons et les coopératives.

rappelons-le, serait négative en excluant ce secteur des vins et spiritueux. Le vin de Porto joue également un rôle important dans les exportations de la filière agroalimentaire au Portugal : 91.3 millions de bouteilles exportées en 2013 pour un chiffre d'affaire de 313.3 millions d'euros, ce qui ne suffit toutefois pas à faire basculer la balance agroalimentaire portugaise du côté positif. L'analyse de la carte des exportations de vin de Porto permet néanmoins de mettre en évidence que la marge de progression est importante en la matière : en effet, les véritables « poids lourds » de la consommation de vin de Porto sont l'Europe occidentale et l'Amérique du Nord, les cinq principaux marchés européens regroupant un peu plus de 70% de la commercialisation de ce vin généreux en valeur et près de 80% en volume[12]. C'est là une différence majeure avec les vins de Champagne dont les grands groupes ont investi la sphère mondiale et notamment les marchés asiatiques et latino-américains comme l'attestent par exemple les filiales et domaines de production de vins pétillants et champagnes du groupe LVMH (Louis Vuitton Moët Hennessy). Dans un avenir proche, le vignoble ayant quasiment recouvert la surface délimitée par l'AOC de 1936, les acteurs de la filière Champagne devront néanmoins se montrer innovants du fait de la forte demande afin de se protéger de la concurrence d'autres types de vins effervescents, voire des contrefaçons. L'inscription probable, du moins espérée, des *Coteaux, Maisons et Caves de Champagne* (soit l'intégralité de l'appellation Champagne) sur la liste du patrimoine mondial de l'UNESCO en tant que paysage culturel – candidature actuellement en cours[13] – devrait sans doute œuvrer en ce sens.

	Vin de Porto	Vin de Champagne
Nombre de bouteilles exportées en 2013 (en millions)	91.3	136.8
Chiffre d'affaire en 2013 (en millions d'euros)	313.3	4 400

Tableau 2 – Les exportations de vin de Porto et de vin de Champagne : aspects économiques. Sources : CIVC, IVDP.

3.2- Le vin dans la promotion et l'attractivité des territoires : un contexte favorable

La seconde moitié du 20e siècle est caractérisée par la mondialisation du commerce du vin avec notamment l'essor des vignobles du « nouveau monde viticole » et la multiplication des passionnés du

[12] En 2013, les cinq premiers marchés du vin de Porto en valeur, regroupant 70.5% des ventes du secteur (365 millions d'euros), étaient la France, le Portugal, le Royaume-Uni, les Pays-Bas et la Belgique. En excluant le Portugal de ce classement, on arrive à un chiffre de 55.7%, ce qui est considérable. Cette même année, les cinq premiers marchés du vin de Porto en volume, regroupant 78.8% des volumes commercialisés (785 947 hectolitres), étaient la France, les Pays-Bas, le Portugal, le Royaume-Uni et la Belgique.

[13] Le gouvernement Français a retenu, le 13 janvier 2014, la candidature du dossier champenois au patrimoine mondial de l'UNESCO. Il s'agit de l'ultime étape avant la sélection par le comité UNESCO. Les climats du vignoble de Bourgogne ont également été retenus.

vin, séduits par l'idée bucolique de sa production et le style de vie qu'elle engendre. Depuis quelques décennies, les consommateurs boivent par ailleurs de moins en moins de vin mais le boivent de mieux en mieux et apprécient de plus en plus les productions de qualité. Si la consommation mondiale en vin a ainsi montré une tendance à la baisse depuis le début des années 1970[14], cette dernière semble néanmoins repartie à la hausse depuis le début du 21e siècle (238.7 millions d'hectolitres en 2013 contre 219.4 millions d'hectolitres en 2000) dans le contexte d'une certaine forme de mondialisation de la consommation du vin. Cette évolution de la consommation en vin est un véritable enjeu pour la France et le Portugal dans l'environnement concurrentiel de la mondialisation et l'image de prestige associée aux grands vins de Porto et de Champagne apparaît comme un véritable atout à l'export pour les balances agroalimentaires des deux pays. Au-delà de ces aspects économiques analysés à petite échelle, la promotion des territoires de production à grande échelle est également un enjeu fondamental : le vin apparaît ainsi comme un véritable levier de développement territorial.

Le développement territorial est issu de la notion de développement local qui désigne un processus de construction et de réalisation d'un projet de développement autocentré et endogène au niveau local. Ce concept renvoie à un processus de construction sociale du territoire appréhendé dans une dimension multi-scalaire qui passe par une mise en réseaux d'acteurs agissant sur les territoires dans le cadre d'une nouvelle forme de gouvernance prenant en compte les intérêts locaux. Apparu en France dans les années 1980 dans le contexte de la décentralisation, il se généralise dans les années 1990 avec la Loi d'Orientation pour l'Aménagement et le Développement du Territoire du 4 février 1995 (LOADT) qui fait notamment émerger la notion de « pays » et se pérennise dans le droit français en 2005 avec le décret créant une Délégation Interministérielle à l'Aménagement et à la Compétitivité des Territoires (DIACT)[15] qui se substitue à la Délégation à l'Aménagement du Territoire et à l'Action Régionale (DATAR) créée en 1963. Cette nouvelle manière de penser le développement des territoires se répand au Portugal, pays marqué par une grande bureaucratie et une forte centralisation, lorsque l'Union Européenne décide de faire la part belle au local dans les nouvelles politiques d'aménagement du territoire au début des années 2000 (Alvergne, Taulelle, 2002). Dans le monde viti-vinicole du Porto, un contexte favorable au développement territorial apparaît néanmoins dès la seconde moitié des années 1980 suite à deux décisions fondamentales : la fin du monopole de vieillissement du Porto à Vila Nova de Gaia (1979) et l'autorisation de commercialiser et d'exporter ce vin à partir des lieux de production (1986). En filigrane de ces deux décisions, il faut voir tout un champ des possibles qui s'ouvre en terme de développement

[14] Cette consommation, qui était de 280 millions d'hectolitres du début des années 1970 au milieu des années 1980, ne cesse ensuite de diminuer jusqu'au début du 21e siècle, connaissant un étiage marqué se situant à 215 millions d'hectolitres en 1994.

[15] Le 9 décembre 2009, un nouveau décret a transformé la DIACT en DATAR, certes avec un sens légèrement renouvelé par rapport à la DATAR de 1963 puisque la Délégation à l'Aménagement du Territoire et à l'Action Régionale du début des années 1960 devient la Délégation Interministérielle à l'Aménagement du Territoire et à l'Action Régionale. On en revient ainsi à l'aménagement du territoire (et non plus des territoires) et la compétitivité territoriale laisse à nouveau la place à l'action régionale en temps de crise.

territorial à travers le maintien de certains capitaux dans la région et la possibilité de développer l'œnotourisme. L'inscription du vignoble du Douro au patrimoine mondial de l'UNESCO en 2001 ne fait que renforcer ce contexte propice au développement territorial.

3.3- Le vin, outil de développement territorial à travers la mise en valeur touristique des vignobles : l'œnotourisme associé aux vins de Porto et de Champagne

L'œnotourisme renvoie à une forme de tourisme dont les acteurs, les pratiques et les espaces sont intimement liés au monde de la vigne et du vin : on le définira comme une forme de tourisme reposant sur la découverte des régions viti-vinicoles et de leurs productions se traduisant par la visite des vignobles, des exploitations viticoles et des caves. Les deux régions viti-vinicoles considérées disposent *a priori* aujourd'hui de belles perspectives en la matière pour plusieurs raisons : en Champagne, c'est avant tout la proximité géographique de Paris, dont l'accessibilité rapide depuis Reims a été renforcée par la mise en place du TGV Est en 2007 ainsi que le rôle central des grandes maisons de négoce qui ont développé l'œnotourisme, certes davantage à Épernay (Photos 7, 8 et 9) et à Reims que dans le vignoble, que nous pouvons mettre évidence ; pour l'agglomération portuense et la vallée du Douro, c'est le développement de lignes aériennes *low cost* à destination de Porto, l'amélioration de la desserte ferroviaire de la vallée du Douro depuis Porto et surtout la fin du monopole de « l'Entrepôt de Gaia », l'autorisation de la commercialisation et de l'exportation du vin de Porto à partir de la région délimitée ainsi que l'inscription de la vallée au patrimoine mondial de l'UNESCO. Pour autant, la mise en tourisme de ces vignobles et des villes qui leur sont liées résulte de différentes stratégies et les débuts de l'œnotourisme, dans les années 1950, se sont réalisés dans un contexte bien différent de l'actuel : en Champagne, on assiste à la mise en place d'une *Route du Champagne* dès le 26 septembre 1953 par le Comité Interprofessionnel du Vin de Champagne (CIVC) et l'œnotourisme y est impulsé et financé par les grandes maisons de négoce à destination de leurs principaux clients dans le cadre d'une politique de prestige et de fidélisation commerciale ; la visite des caves à Vila Nova de Gaia s'inscrit quant à elle à la fois dans une logique de promotion des caves mais aussi dans une logique de complémentarité de la visite de la ville de Porto en y ajoutant une nouvelle dimension culturelle. Pour la vallée du Douro, il faut en revanche attendre les années 1990 pour que de grandes maisons de Porto développent une certaine forme d'offre œnotouristique à travers la visite de leurs *quintas* à destination de leurs principaux clients : la maison Ramos Pinto ouvre ainsi par exemple la *Quinta Ervamoira* (*Douro Supérior*) au public en 1997. La dynamique impulsée au départ par les grandes maisons de Champagne et de Porto dans le cadre de leur stratégie de communication profite aujourd'hui aux producteurs qui développent les ventes directes à l'exploitation ainsi que les chambres d'hôtes. Sur la liste des chambres d'hôtes mentionnées par l'office de tourisme d'Épernay, près de la moitié est ainsi tenue par des vignerons (Marcilhac, 2012). Par ailleurs, si 32 maisons de Champagne et 21 coopératives proposent en 2014 des visites de caves et des dégustations, 375 vignerons proposent également de tels types de parcours œnotouristiques (CIVC,

2014). Au sein de la vallée du Douro, l'œnotourisme connaît également une forte progression et de plus en plus de *quintas* commencent à ouvrir leurs portes aux touristes : la *Quinta do Tedo* a ainsi ouvert en 2011 son domaine aux touristes et propose, en complément des visites des chais et du domaine, des chambres et des appartements aux alentours de 100 euros la nuitée (Photos 10, 11, 12, 13 et 14).



Photos 7, 8 et 9 – L'œnotourisme au sein de la maison de Champagne Moët & Chandon (Épernay) détenue par le groupe de luxe LVMH. De gauche à droite : mise en valeur du Champagne Moët & Chandon *Brut Impérial* au sein de la salle de dégustation, service du Champagne Moët & Chandon *Brut Impérial* et *Rosé* à l'issue de la visite de la cave, flûtes de Champagne Moët & Chandon *Brut Impérial* et *Rosé*. Clichés : Ina Danova, 2011.



Photos 10, 11, 12, 13 et 14 – L'œnotourisme au sein de la *Quinta do Tedo* (Folgosa). De gauche à droite, de haut en bas : clichés de la *Quinta do Tedo*, du Rio Tedo et des vignobles, du nouveau bâtiment destiné à héberger les touristes et de la salle de dégustation avec ses bouteilles de Porto. Clichés : Philippe Baumert, février 2014.

Si l'œnotourisme dans les deux vignobles, ou tout au moins dans les villes qui leur sont liées, peut ainsi être considéré comme une pratique assez ancienne, la mise en tourisme du vignoble de la vallée du Douro dans sa version contemporaine, impliquant à la fois les acteurs institutionnels et les professionnels du tourisme tout en s'inscrivant dans une prise de conscience régionale et nationale du potentiel

œnotouristique des vignobles, est en revanche relativement récente en ce sens qu'elle ne date que de la fin du 20e siècle. Au Portugal, il faut en effet attendre la seconde moitié des années 1990 pour que les premières routes du vin se mettent en place et janvier 2006 pour que l'œnotourisme soit intégré dans le plan stratégique national du tourisme, l'activité apparaissant dès lors comme une des solutions de complémentarité pour les régions agricoles et viticoles ainsi que comme une pratique permettant d'améliorer les revenus liés au tourisme. Avant cette période, qui voit l'activité s'institutionnaliser et les fonds européens aider à son développement, l'activité n'était pas considérée comme prioritaire et ne faisait pas l'objet d'une réflexion portant sur le développement territorial.

La mise en place de la *Route du vin de Porto* (RVP), inaugurée le 21 septembre 1996 à Peso da Régua par l'*Institut du Vin de Porto* et la *Casa do Douro*, est un bon exemple de ce changement des mentalités visant à faire du vin un véritable outil de développement territorial à travers la mise en valeur touristique des vignobles. L'organisation juridique de cette route est encore aujourd'hui unique dans le contexte portugais : alors que toutes les routes du vin au Portugal sont gérées par les mairies ou l'organisation interprofessionnelle, la RVP est une route portée par des acteurs privés. Depuis 1998, l'*Association des Adhérents de la Route du vin de Porto* gère en effet cette dernière qui reste toutefois la propriété de l'Institut des Vins du Douro et de Porto (IVDP). Cette gestion s'effectue en collaboration, à partir de 2006, avec les municipalités, l'IVDP et l'Office du Tourisme du Douro. En 2013, cette dernière entité est remplacée par l'office de tourisme de la région Nord du Portugal qui regroupe les zones touristiques de Porto, Minho, Douro et Trás-os-Montes. La route compte également des membres privés et quelques coopératives. À l'origine, 54 sites et acteurs liés à la culture viti-vinicole de la Région du Douro (*quintas* de vignerons, de vignerons-embouteilleurs ou de négociants en vin de Porto, caves coopératives, musées, œnothèques) furent sélectionnés afin de répondre aux objectifs généraux de la RVP. Ces objectifs consistaient à promouvoir, autour de circuits bien délimités, le vin de Porto en l'associant à une série de propriétés viticoles et de caves, à des paysages remarquables, à des lieux historiques, gastronomiques ou encore à des musées et des fêtes locales, autrement dit à un ensemble d'éléments associés au produit et destinés autant à en faire sa promotion qu'à promouvoir ces dits éléments dans une optique de mise en place d'un développement intégré des différentes activités de la vallée du Douro. Cette multiplicité des objectifs explique que l'inauguration de la RVP se soit réalisée non seulement en présence du Premier Ministre portugais et des Ministres de l'Economie, du Tourisme et de la Culture mais aussi de nombreuses associations ou organismes locaux et régionaux comme l'Association des viticulteurs-embouteilleurs des vins de Porto et du Douro (AVEPOD) ou encore l'Association pour le développement de la viticulture du Douro (ADVID), ce qui tend à souligner toute l'importance, à différentes échelles, de cette route pour le Portugal. Cette route est en effet un itinéraire touristique sur lequel les différents acteurs comptent beaucoup en terme socio-économique, l'œnotourisme apportant à la fois des compléments au revenu touristique national mais aussi aux acteurs

locaux et régionaux de la vallée du Douro[16]. Par ailleurs, elle s'inscrit également dans la double volonté d'affirmer un rôle trop souvent minoré de la vallée du Douro dans l'élaboration du vin de Porto mais aussi de renforcer les liens entre la ville de Porto, les maisons de négoce de Vila Nova de Gaia et le vignoble de la vallée du Douro. Enfin, sa mise en place est contemporaine du processus de régionalisation au Portugal suscité par l'instauration de la politique de cohésion visant à corriger les déséquilibres régionaux au sein de l'Union Européenne : cette action d'aménagement des territoires s'inscrivait donc aussi dans la volonté de faire de la vallée du Douro une région à part entière avec son histoire, ses traditions, son environnement, son vignoble, ses hommes et bien entendu ses vins.

Malgré cet apparent dynamisme, l'œnotourisme lié aux vins de Porto et de Champagne présente également quelques faiblesses qui sont autant d'obstacles au développement territorial. En Champagne, c'est avant tout le manque d'unité du vignoble champenois, l'absence de véritables paysages caractéristiques (exception faite de la montagne de Reims) et son image « a-géographique » qui reviennent le plus souvent dans les discours aux côtés de la discontinuité administrative entre la Marne et l'Aube et de la faiblesse de la capacité d'accueil en hôtellerie-restauration d'Épernay. Au sein de la vallée du Douro, des conditions climatiques et des reliefs difficiles, le nombre limité de villes ayant un véritable cachet architectural (en dehors de Lamego et Vila Real) ainsi que l'effet tunnel lié au tourisme de croisière et aux hôtels de luxe appartenant à de grands groupes internationaux sont les principaux facteurs limitant aux côtés de la crise et d'un certain manque de gouvernance qu'illustre bien la RVP. Peu avant l'été 2012, la RVP a en effet été fermée. Si l'*Association des Adhérents de la Route du vin de Porto* existe encore aujourd'hui, l'activité de la route n'est cependant plus que bureaucratique dans l'optique de trouver des solutions pour une réouverture dans un futur proche. Les raisons des difficultés sont à la fois conjoncturelles et structurelles : retards de paiement de différents membres et diminution de la contribution financière de certaines mairies dans le contexte actuel de crise alors même que ces derniers acteurs sont des contributeurs essentiels pour permettre le bon fonctionnement de la route ; faiblesse de la fréquentation de la route par rapport à d'autres routes des vins européennes[17] ; manque d'implication des différents acteurs ce qui ne favorise pas les innovations et la mise en place de nouvelles stratégies alors que la RVP en aurait bien besoin notamment en terme de « marquage territorial ». Par ailleurs, au-delà de ces difficultés, il faut souligner que la majorité des sites de la RVP reste encore concentrée au sein du *Baixo Corgo*, dans une moindre mesure au sein du *Cima Corgo* tandis que le *Douro Supérior* ne comporte que quelques sites. Le bilan de la RVP après un peu plus d'une quinzaine d'années d'existence (1996-2012) plaide néanmoins en sa faveur : véritable acteur de la promotion de la vallée du Douro et de son identité par l'organisation d'expositions et de programmes de visites sur mesure, la route n'a cessé

[16] Entre 2001, année de l'inscription du Haut-Douro viticole au patrimoine mondial de l'UNESCO, et 2011, le nombre de touristes a doublé, passant de 75 000 à 150 000.
[17] La *Route des vins d'Alsace* accueille par exemple chaque année entre trois et quatre millions de visiteurs contre moins de 13 000 visiteurs pour la RVP (2008).

d'accueillir, au sein de son centre d'accueil situé à Peso da Régua, un nombre de visiteurs croissant[18] et ses ventes (vins, souvenirs, ouvrages) ont montré une tendance générale à la hausse entre le début des années 2000 et l'année 2008.

4. La difficile conciliation de la compétitivité et du développement territorial dans le monde du vin de Porto par rapport au modèle champenois

4.1- Un contexte difficile pour la petite viticulture de la vallée du Douro face au monde du négoce : aspects géopolitiques du vin de Porto

Tous les beaux discours qui accompagnent le vin de Porto, que ce soient ceux portant sur sa qualité ou ceux sur son importance en tant que levier de compétitivité et de développement territorial, ne doivent néanmoins pas cacher les difficultés, tensions et conflits qui existent au sein de la filière. Une véritable géopolitique des vins de Porto se doit ainsi d'être dressée en quelques lignes afin de soulever les principaux points d'achoppement entre les acteurs. Si l'on part de l'idée que la géopolitique peut se définir comme l'étude des rivalités de pouvoirs sur du territoire (Lacoste, 2012), le territoire des rivalités est la RDD et la ressource qui fait l'objet des rivalités est le raisin qui sert à produire le vin de Porto. Quelques données statistiques suffisent à cerner les enjeux du conflit.

Les parcelles dont les raisins peuvent juridiquement être utilisés dans la production du vin de Porto rassemblent quelques 31 699 hectares en 2013 (IVDP), soit 72% des surfaces en vigne de la vallée du Douro. Au sein du Douro viticole, les 25 673 viticulteurs de la région possèdent en moyenne 1.7 hectare de vignes et ne disposent pas, pour la plupart, du capital humain, technique et financier pour s'investir dans la production de vin : la majorité d'entre eux vendent ainsi leurs raisins aux grandes maisons de négoce dans un contexte où les caves coopératives ne fonctionnent pas très bien pour la plupart. On a ainsi globalement un vignoble qui tient le foncier, des maisons de négoce très puissantes qui organisent le marché et, entre les deux, il y a un échange, celui de la matière première, le raisin. Or, les intérêts des deux acteurs sont différents : alors que les vignerons souhaitent obtenir le meilleur prix de vente de leurs raisins, les négociants souhaitent acheter les raisins au prix le plus attrayant possible afin de réaliser des bénéfices conséquents[19]. Dans un contexte où environ 85% des ventes de vin de Porto sont assurées par

[18] Soulignons toutefois qu'entre les visiteurs de la RVP et les visiteurs des caves de vin de Porto situées à Vila Nova de Gaia, le rapport est environ de un à soixante : 12 294 visiteurs en 2008 pour la RVP contre 758 908 visiteurs en 2013 pour les caves de vins de Porto membres de l'Association des Exportateurs de vin de Porto (AEVP).

[19] La nécessaire obligation de synthèse ne doit toutefois pas faire oublier la très grande diversité des situations : ainsi, par exemple, il existe également certains vignerons négociants qui assurent avec leur propre récolte la totalité de leur approvisionnement en raisin comme la maison *Ramos Pinto*. Par ailleurs, certains vignerons sont qualifiés de producteurs-embouteilleurs et réalisent l'ensemble de leur production à partir de raisins issus de leur *quinta*.

cinq grandes firmes[20], seule une organisation coopérative puissante ainsi qu'un syndicat des vignerons fort pourraient résister à la pression que ces grandes maisons de négoce exercent sur la fixation des prix des raisins mais aussi sur le rachat des parcelles viticoles, ce qui n'est actuellement pas le cas. En effet, contrairement à la Champagne, les coopératives ne sont pas organisées en réseaux et la majorité d'entre elles a de grandes difficultés financières. Par ailleurs, la *Casa do Douro* n'exerce plus aujourd'hui son rôle de régulateur de marché (rachat des surplus de vins produits pour les transformer en eau-de-vie, achat des vins non vendus aux maisons de négoce) depuis l'entrée du Portugal dans la Communauté Économique Européenne en 1986 (CEE, désormais Union Européenne) qui a mis fin à l'exercice des monopoles d'État. Le prix moyen du raisin acheté aux viticulteurs par les grandes maisons de négoce ne cesse ainsi de diminuer ces dernières années, ce qui est sans doute à mettre en relation avec l'augmentation du coût de l'eau-de-vie qui, rappelons-le, est nécessaire au mutage du vin de Porto[21]. Certains acteurs, à l'instar de la *Comuninade Intermunicipal do Douro* (CIMDOURO), souhaiteraient ainsi que les règles régissant la production du vin de Porto soient réorganisées en instaurant juridiquement l'obligation d'utiliser une eau-de-vie produite dans le Douro pour le mutage du vin de Porto[22].

4.2- La question de l'origine de l'eau-de-vie destinée au mutage du vin de Porto en débat : une solution au problème ?

Dans le cadre d'un marché libéralisé, tout producteur peut aujourd'hui proposer à la chambre de dégustation de l'IVDP ses eaux-de-vie[23] dans l'optique d'obtenir une certification qui lui permettra, par la suite, de les proposer aux différents acteurs de la filière du vin de Porto (producteurs-embouteilleurs, négociants). L'approbation ou le refus de la certification de l'eau-de-vie se faisant à l'aveugle sur la base de critères qualitatifs, les eaux-de-vie certifiées par l'IVDP peuvent potentiellement provenir d'origines géographiques variées. Actuellement, le Portugal et l'Espagne sont les deux grands fournisseurs d'eaux-de-vie destinées au mutage, devant la France qui fut le grand fournisseur des années 1990.

La question de l'origine de l'eau-de-vie, particulièrement géographique mais aussi éminemment politique, fait actuellement l'objet de nombreux débats en raison de ses implications économiques et sociales, voire identitaires. Le discours des grandes firmes de vin de Porto est très clair à ce sujet : le choix d'une eau-de-vie s'inscrit dans le cadre de stratégies économiques visant avant tout à trouver la meilleure eau-de-vie possible au meilleur prix. Par conséquent, les eaux-de-vie de la vallée du Douro sont

[20] Symington Family Estates (*Graham's, Warre's, Dow's, Cockburn's, Smith Woodhouse, Quinta do Vesuvio, Gould Campbell, Quarles Harris, Martinez*), Sogrape Vinhos S.A. (*Ferreira, Offley, Sandeman*), Sogevinus Fines Wines S.A. (*Cálem, Burmester, Kopke, Barros, Gilberts*), Quinta and Vineyard Bottlers S.A (*Taylor's, Fonseca, Croft*) et Gran Cruz Porto (*Porto Cruz*, *C. Da Silva*).

[21] Le vin de Porto est un vin généreux obtenu par adjonction au moût d'une proportion d'eau-de-vie vinique : la proportion est d'environ 115 litres d'eau-de-vie pour produire 550 litres de vin de Porto.

[22] En juillet 2012, la CIMDOURO a remis un rapport à l'IVDP intitulé « Réorganisation de la Région Délimitée du Douro ». Une grande partie de ce rapport aborde la question de l'origine de l'eau-de-vie destinée au mutage du Porto.

[23] La libéralisation de l'acquisition de l'eau-de-vie destinée à la vinification du vin de Porto date de 1991.

souvent délaissées par ces acteurs en raison de leurs prix élevés. À ce discours économique, il faut mettre en regard le discours social et identitaire porté par les acteurs de la CIMDOURO dont les propositions vont dans le sens d'un mutage du vin de Porto qui serait exclusivement réalisé à partir d'une eau-de-vie issue de la RDD. Les arguments identitaires portent surtout sur la pertinence d'une appellation *Porto* dont près du quart de la contenance proviendrait d'une eau-de-vie vinique produite à l'extérieur de la RDD tandis que les arguments sociaux des acteurs insistent sur les avantages financiers qu'une telle modification juridique pourrait apporter aux viticulteurs qui trouveraient dans le marché des raisins destinés à l'eau-de-vie un marché plus lucratif que celui des raisins destinés à l'élaboration du vin de Porto dont le prix moyen d'achat pas les grandes firmes n'a fait que diminuer ces dernières années. S'il n'est pas de notre propos de trancher le débat, on peut toutefois douter de l'avenir de la proposition des acteurs de la CIMDOURO concernant l'origine duriense de l'eau-de-vie destinée au mutage du vin de Porto, et ce pour plusieurs raisons qui découlent d'une part de la nature des arguments avancés et, d'autre part, des risques qu'une telle proposition engendrerait à différentes échelles.

D'un point de vue strictement œnologique, la question de l'origine de l'eau-de-vie vinique apparaît bien, selon les grandes firmes, comme un faux débat : les critères de certification de l'IVDP concernant l'eau-de-vie destinée au mutage insistent en effet sur la neutralité de cette dernière, ce qui par conséquent ne justifie en rien l'utilisation exclusive d'une eau-de-vie en provenance de la RDD si ce n'est pour des questions « d'identité du vin ». Là encore, sur ce dernier point, la comparaison avec le Champagne, où il n'y a aucun débat sur la question de l'origine de la liqueur de dosage, apparaît féconde : cette liqueur n'est en effet nullement élaborée à partir d'un sucre qui serait exclusivement issu de betteraves champenoises ou encore avec un moût exclusivement issu d'un vin champenois, ce qui ne remet pas pour autant en question ni les caractéristiques sensorielles du vin, ni son identité. Au-delà de ces aspects, il est surtout peu probable que le pouvoir politique donne suite à ce dossier, d'une part en raison des actions de lobbying des grandes firmes auxquelles s'exposerait alors le gouvernement qui se verrait en outre reprocher son caractère protectionniste et, d'autre part, en raison des risques qu'une telle décision engendrerait, tant à l'échelle nationale qu'à l'échelle régionale. Un tel choix réduirait en effet la quantité de vin de Porto produite chaque année, car la RDD ne serait pas en mesure de fournir autant d'eau-de-vie vinique que la quantité provenant actuellement des autres régions du Portugal ou de l'étranger. Or, le vin de Porto joue un grand rôle dans les exportations agroalimentaires portugaises et contribue donc à la vitalité économique du pays même si sa part dans les exportations du Portugal n'a globalement cessé de diminuer du 18^{e} siècle au début du 21^{e} siècle. Dans le contexte de crise actuel, on peut émettre l'hypothèse que le gouvernement portugais ne fera pas ce choix et ce d'autant plus que les impacts régionaux pourraient se révéler préjudiciables pour l'avenir viti-vinicole de la région. En effet, une telle décision reviendrait sans doute à fragiliser l'appellation *Douro* sur l'autel de la rentabilité économique alors que celle-ci paraît promise à un bel avenir si l'on en croit l'augmentation des ventes en quantité et en valeur sur le marché national et à l'exportation.

Au final, le débat portant sur la question de l'origine de l'eau-de-vie destinée au mutage du vin de Porto ne semble pas être en mesure d'apporter une réponse concrète au contexte difficile que connaît la petite viticulture de la vallée du Douro face au monde du négoce. Tout au plus peut-on considérer qu'une origine duriense de l'eau-de-vie pourrait être mise en avant par quelques maisons pour certains *vintage*[24] ou dans leur production par certains producteurs-embouteilleurs désireux de créer des vins de Porto exclusivement issus des terroirs de la vallée du Douro.

4.3- L'analyse du modèle champenois montre que la conciliation de la compétitivité et du développement territorial passe avant tout par l'organisation des acteurs

En Champagne, les tensions entre les vignerons et les négociants ont été par le passé, et sont parfois encore actuellement, très fortes du fait des intérêts divergents de ces deux familles sur des points et dans un contexte très similaires à ceux que l'on peut retrouver dans le vignoble de la vallée du Douro[25]. Toutefois, au-delà des divergences de point de vue s'est constitué très tôt un intérêt commun qui a réuni les vignerons et les maisons de champagne autour de l'AOC. Cette dernière a en effet été co-construite par les deux familles d'acteurs dans une longue démarche qui s'étend des années 1880 à l'année 1936, soit au cours d'une période marquée par le phylloxéra et la Première Guerre mondiale, deux événements qui détruisirent la majeure partie du vignoble champenois. La mise en place du CIVC en 1941 permet d'instaurer par la suite la gestion des intérêts communs des vignerons et des négociants producteurs du vin de Champagne : c'est encore aujourd'hui le lieu par excellence de l'échange, de l'harmonisation et de la conciliation des deux familles. Au sein du CIVC, dont les actions principales sont de définir les modes de conduite de la vigne ainsi que les conditions de vente de la récolte et de gérer l'appellation *Champagne* et l'évolution de ventes, les représentants de l'Union des Maisons de Champagne (UMC) et du Syndicat Général des Vignerons (SGV) siègent à parité. Du fait de la co-présidence de l'interprofession du Champagne par les présidents de l'UMC et du SGV ainsi que de la règle de parité entre les deux parties, toute décision doit donc faire l'objet d'un compromis. Ce dialogue équilibré entre la production et le négoce apparaît comme une véritable force pour le vignoble champenois, à la fois source de compétitivité et de développement territorial pour la région. Au-delà de ce cadre juridique original, il faut souligner tout le dynamisme des vignerons champenois qui apparaissent très organisés face aux puissantes maisons de négoce afin de revendiquer leurs intérêts dans le cadre du CIVC. Cette organisation est relativement ancienne puisqu'elle date du début du 20^{e} siècle avec la constitution du Syndicat Général des Vignerons de la Champagne, chargé de la négociation des conditions de vente de

[24] On appelle *vintage* un Porto millésimé provenant d'une seule vendange d'excellente qualité dont la mise en bouteille s'effectue 2/3 années après la vendange. La chambre de dégustation de l'IVDP décide de l'attribution (ou non) de la dénomination lorsque les négociants ou producteurs-embouteilleurs soumettent un lot à évaluation.

[25] 90% des 34 000 hectares de l'AOC Champagne appartiennent à ce que l'on appelle le vignoble et 10% à des maisons de négoce. Ces chiffres peuvent quasiment être inversés en matière d'exportation : 86% des exportations mondiales sont réalisées par les grandes maisons de Champagne et 14% par le vignoble (sur le marché français, les maisons de Champagne comptent pour 55% et les vignerons et coopératives pour 45%).

la récolte dès 1904. Par la suite, ces vignerons ont développé ce que l'on appelle la manipulation, autrement dit l'élaboration et la vente directe de Champagne, au sein de caves coopératives. Certaines de ces caves sont aujourd'hui aussi puissantes que des grandes Maisons de Champagne : à titre d'exemple, la coopérative *Nicolas Feuillatte* a vendu en 2013 près de 10.5 millions de bouteilles pour un chiffre d'affaire de 210 millions d'euros, soit presque l'équivalent de la maison de Champagne *Louis Roederer* (220 millions d'euros) et plus que la maison *Taittinger* (124 millions d'euros).

Cette situation contraste avec la situation des vignerons de la vallée du Douro qui apparaissent très peu organisés par rapport à leurs homologues champenois. En 2014, les caves coopératives de la vallée du Douro sont en effet peu nombreuses et sont, pour la plupart d'entre-elles, dans des situations financières difficiles. Par ailleurs, la *Casa do Douro*, qui est l'équivalent du SGV, fait actuellement figure de coquille vide dans le cadre de la nouvelle organisation du secteur issue de l'entrée du Portugal dans la CEE (1986) : fortement endettée[26], elle n'est pas en mesure de s'occuper du suivi des viticulteurs ou de mettre en place de quelconques projets d'aides à ces derniers et l'inscription de la totalité des viticulteurs ne s'explique que par son caractère obligatoire et non pas par son efficacité. Enfin, le Conseil Interprofessionnel[27], qui est un organe de représentation paritaire représentant la production et le commerce chargé de gérer les appellations d'origine et l'indication géographique de la RDD, est relativement jeune comparée au CIVC (2003) et son degré de gouvernance n'atteint pas encore celui de sa voisine champenoise même si sa mission est elle aussi de veiller à la convergence des intérêts de la production et du commerce.

5. Conclusion

Au terme de cette analyse, force est de constater que les vins de Porto et de Champagne peuvent bien être considérés comme des leviers de compétitivité et de développement territorial dans le cadre de la mondialisation. Si la conciliation des deux visions est parfois difficile à réaliser pour les acteurs des filières viti-vinicoles en question, l'exemple du CIVC montre qu'une coopération entre la viticulture et le monde du négoce ne peut qu'être fructueuse. L'inscription du Haut-Douro viticole au patrimoine mondial de l'UNESCO ainsi que la candidature déposée par les *Coteaux, Maisons et Caves de Champagne* à ce même classement semblent néanmoins aller dans le sens d'une conciliation entre les deux visions : en effet, au-delà du statut de *« hauts-lieux »* du vin que de telles démarches confèrent à ces vignobles tant en terme de qualité des vins que de qualité des paysages, elles illustrent aussi la volonté d'inscrire le développement de ces vignobles dans la durée tout en opérant un certain retour au terroir. Or, la mise en place et la préservation des paysages de ces deux grands vignobles est avant tout le fruit du travail de

[26] D'une part en raison de la politique de rachat des vins non vendus aux maisons de négoce mais aussi, d'autre part, de la politique d'achat de parts de la *Real Companhia Velha*.
[27] Intégré à l'IVDP, il a remplacé en 2003 la Commission Interprofessionnelle de la RDD (CIRDD, 1995-2003).

viticulteurs et de vignerons dont l'avenir se doit d'être assuré, y compris dans le contexte de compétitivité accrue ayant cours dans le cadre de la *« nouvelle planète des vins »* (Pitte, 2000).

6. Références bibliographiques et sitographie

ALVERGNE, C., TAULELLE, F. (2002). *Du local à l'Europe. Les nouvelles politiques d'aménagement du territoire*, PUF

ARDINAT, G. (2013). *Géographie de la compétitivité*, PUF

DION, R. (1959/2010). *Histoire de la vigne et du vin en France, des origines au XIX^e^ siècle*, CNRS

FRAMERY, D. (2010). *Le terroir du vin de Champagne : réalités naturelles ou représentations discriminantes entre vignoble et négoce,* dans Pitte J.-R. (dir.), *Le bon vin. Entre terroir, savoir-faire et savoir-boire,* CNRS, 247-257

GUICHARD, F. (1992). *Porto, la ville dans sa région. Contribution à l'étude de l'organisation de l'espace dans le Portugal du nord*, Fondation Calouste Gulbenkian & Centre culturel de Paris

GUICHARD, F., ROUDIE, P. (1985). *Vins, vignerons et coopérateurs de Bordeaux et de Porto*, CNRS

LACOSTE, Y. (2012). *La géographie, la géopolitique et le raisonnement géographique*, dans *La géopolitique, des géopolitiques*, Hérodote n°146-147, La Découverte, 3-4

MARCILHAC, V. (2012). *Le luxe alimentaire. Une singularité française*, PUR/PUFR

MARTINS PEREIRA, G. (2006). *La construction d'un paysage viticole : le Haut-Douro, de Pombal à nos jours*, Revue Sud-Ouest Européen n°21, 19-28

PINA, H. (2003). *O Alto Douro: um espaço contrastante em mutação,* Tese (Doutoramento), FLUP

PITTE, J.-R. (dir.). (2000). *La nouvelle planète des vins*, Annales de Géographie n°614-615, Armand Colin

Sites Internet : http://www.ivdp.pt, http://www.champagne.fr/

Remerciements

Je tiens à remercier les membres du Comité d'Organisation des *IX Jornadas Internacionais "Grandes Problemáticas do Espaço Europeu"* ainsi qu'Hélène Velasco-Graciet (Univ. Bordeaux) et Louis Marrou (Univ. La Rochelle) pour leurs conseils scientifiques. Que soient aussi remerciés tous les acteurs de la filière du vin de Porto rencontrés et, plus particulièrement, Manuel Cabral (Président de l'IVDP) et Fernando Bianchi de Aguiar (Univ. Vila Real). Je ne saurai oublier le CIVC qui m'a aimablement autorisé à reproduire une carte du vignoble champenois, Pascal Brunello (Univ. La Rochelle) pour son aide cartographique ainsi qu'Ina Danova, Catalin Turlica et Jean-Philippe Duhard qui me permettent ici la diffusion de leurs photographies. Je tiens par ailleurs à remercier Philippe Roudié (Univ. Bordeaux) qui n'a cessé de m'encourager dès le départ à mener des recherches sur le vin de Porto ainsi que Joanne, Hélène et Olivier pour leurs relectures attentives.

BAUMERT, Philippe (2015). Les vins d'Alsace et le vignoble alsacien dans l'oeuvre de Roger Dion: relecture et actualité de la pensée d'un des plus grands géographes français du XXe siécle. The overarching issues of the european space: spatial planning and multiple paths to sustainable and inclusive development. Porto. FLUP. pp. 336-352

LES VINS D'ALSACE ET LE VIGNOBLE ALSACIEN DANS L'ŒUVRE DE ROGER DION : RELECTURE ET ACTUALITÉ DE LA PENSÉE D'UN DES PLUS GRANDS GÉOGRAPHES FRANÇAIS DU XX^{E} SIÈCLE

Philippe BAUMERT
ATER en Géographie à l'Université de La Rochelle
Université Bordeaux Montaigne, ADESS (UMR 5185/CNRS)
philippe.baumert@univ-lr.fr / philippe.baumert@gmail.com

Résumé

Les vins d'Alsace et le vignoble alsacien n'occupent qu'une part relativement modeste dans l'œuvre du géographe français Roger Dion au regard de la place faite aux vignobles de Loire, de Champagne ou du Bordelais. Pour autant, ce vignoble septentrional a également contribué à étayer les thèses de Roger Dion sur la place à accorder au terroir agro-physique, au savoir-faire et au marché dans l'émergence de grands vignobles et de grands vins. L'objectif du chapitre est de revenir, à partir de l'exemple des vins d'Alsace et du vignoble alsacien, sur les principaux apports de Roger Dion à la géographie viti-vinicole et de préciser l'actualité contemporaine de sa pensée dans l'Alsace viti-vinicole.

Mots-clés : Mondialisation, Roger Dion, Terroir, Vignoble, Vins d'Alsace.

Abstract

Alsace wines and the Alsatian vineyard take only a modest part in the work of the French geographer Roger Dion, compared to the part took by wines of Loire, Champagne and Bordeaux wines. Nevertheless, this northern vineyard also contributed to the thesis of Roger Dion concerning the place reserved to the agro-physical terroir, the know-how and the market in the emergence of famous vineyards and wines. The objective of this chapter is to highlight, starting from the example of Alsatian wines and Alsatian vineyard, the principal contributions of Roger Dion to the wine geography and to show that his work is always relevant to study Alsatian wines and Alsatian vineyard.

Keywords : Alsatian wines, Globalization, Roger Dion, Terroir, Vineyards.

1. Introduction

Le vignoble alsacien est l'un des vignobles les plus septentrionaux de l'espace français : situé à l'extrême nord-est de la France, entre les Vosges et la plaine d'Alsace, de Marlenheim à Leimbach-Thann, il s'étend sur une étroite bande de terre n'atteignant pas 4 kilomètres de large sur 120 kilomètres

de long si l'on excepte la petite enclave viticole formant le vignoble de Wissembourg. Ce vignoble est le seul vignoble français à avoir donné à ses vins le nom de ses cépages[1].

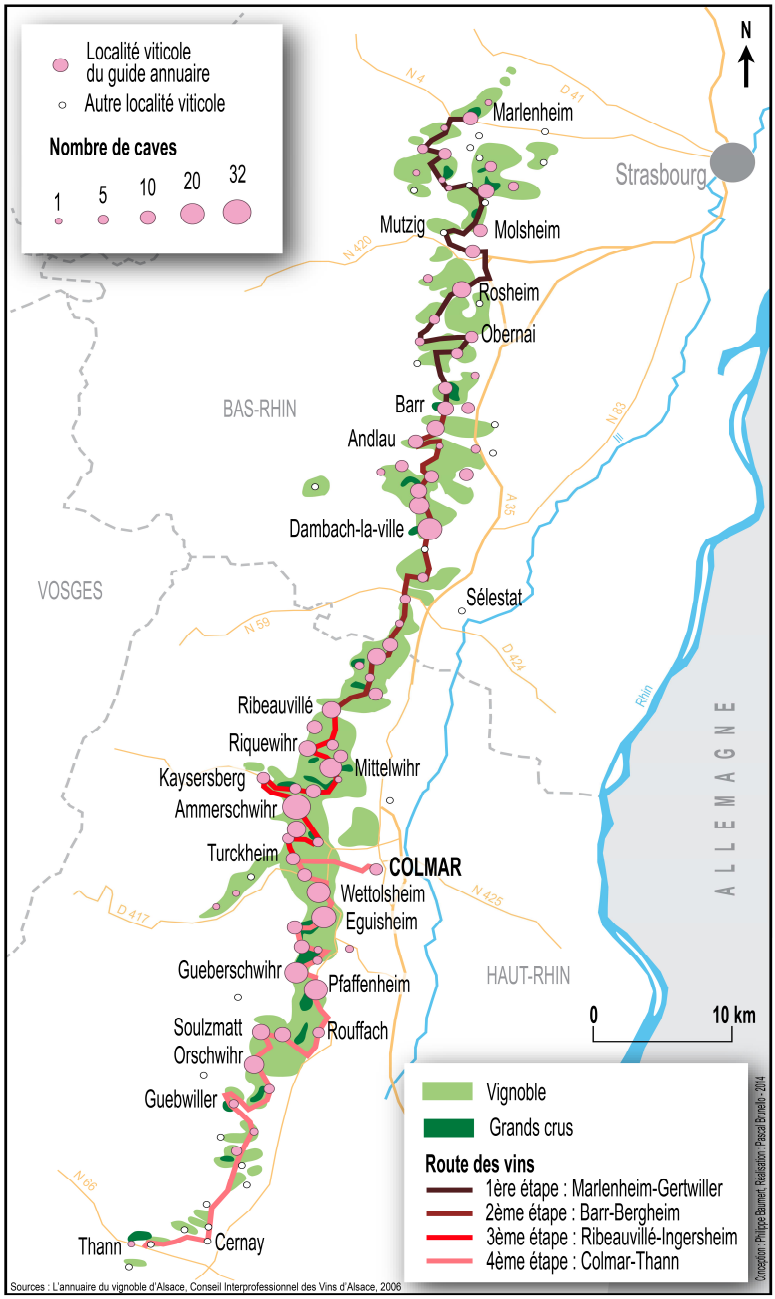


Fig. 1 – Le vignoble alsacien

[1] En Bourgogne, les appellations des vins sont basées sur les *« Climats »* (désignent des parcelles de terre précisément délimitées, bénéficiant de conditions géologiques et climatiques spécifiques), en Bordelais ces dernières sont basées sur les *« Châteaux »* (renvoient, au sens restreint, à un cru particulier issu d'un vignoble déterminé et, au sens large, à un véritable système viti-vinicole allant du propriétaire au régisseur).

Malgré cette spécificité géographique notable, les vins d'Alsace et le vignoble alsacien n'occupent qu'une part relativement modeste dans l'œuvre du géographe français Roger Dion[2] au regard de la place faite aux vignobles de Loire, de Champagne ou du Bordelais. Pour autant, ce vignoble septentrional a également contribué à étayer la thèse de l'auteur de l'*Histoire de la Vigne et du Vin en France des origines au XIX^e^ siècle* selon laquelle *« le rôle du terrain dans l'élaboration d'un grand cru ne va guère au-delà de celui de la matière dans l'élaboration de l'œuvre d'art »* (Dion, 1959). Pour Roger Dion, on l'a bien compris, le terroir est avant tout un *« fait social et non géologique »*, une construction dont il faut saisir toute la profondeur historique pour en comprendre les véritables fondements.

L'objectif de ce chapitre est de revenir, un peu plus d'un demi-siècle après la publication de l'*Histoire de la vigne et du vin en France des origines au XIX^e^ siècle* (1959), sur les principaux apports du géographe Roger Dion à la géographie viti-vinicole à partir de l'exemple des vins d'Alsace et du vignoble alsacien. Quels éléments a-t-il mis en évidence et, à l'inverse, quels autres a-t-il relativement écartés ? Dans quelle mesure son étude des vins et du vignoble alsaciens est-elle révélatrice de sa démarche de « géographe historien » ? Quelle actualité pour la pensée de Roger Dion dans l'Alsace viti-vinicole d'aujourd'hui ?

2. L'étude des vins d'Alsace et du vignoble alsacien par Roger Dion : une démarche de « géographe historien »

2.1- L'importance des sources anciennes et des travaux scientifiques contemporains dans l'analyse

Les sources anciennes et les travaux scientifiques contemporains tiennent une part importante dans les paragraphes que Roger Dion consacre à l'étude des vins d'Alsace et du vignoble alsacien au sein de son ouvrage portant sur l'*Histoire de la vigne et du vin en France des origines au XIX^e^ siècle*. On relève notamment une source littéraire (les poèmes d'Ermold Le Noir du IX^e^ siècle[3]), une chronique (celle

[2] Roger Dion (1896-1981), Agrégé d'Histoire et de Géographie (1921), fut au début de sa carrière chargé des fonctions de Secrétaire à l'École Normale Supérieure (1924-1934) et d'un enseignement auxiliaire de géographie à la Sorbonne (1927-1930). Après avoir été nommé Maître de conférences de Géographie à la Faculté des Lettres de Lille (1934), il devient Professeur de Géographie générale et régionale en 1937 dans cette même Faculté, puis Professeur de Géographie politique et économique à la Sorbonne en 1946. Détaché comme Professeur en la chaire de géographie humaine de la Faculté de philosophie sciences et lettres de l'Université de São Paulo (Brésil) lors de l'année universitaire 1947-1948, il entre comme Professeur de géographie historique de la France au collège de France (1948-1968) où il consacre la première décennie de son enseignement à la vigne et au vin, publiant en 1959 son grand ouvrage intitulé *Histoire de la vigne et du vin en France des origines au XIX^e^ siècle*. Par décret du 15 janvier 1968, Roger Dion fut nommé Professeur honoraire au Collège de France.

[3] Le Noir E., *Poèmes sur Louis le Pieux et épîtres au roi Pépin,* éd. E. Faral, Paris, 1932.

de Waldner[4] datant du tout début du XX^e^ siècle) ainsi que des études économiques et historiques réalisées pour la plupart par des Alsaciens et portant sur la région Alsace, sur ses vignobles et ses vins (travaux économiques d'Hanauer[5] sur l'Alsace ancienne et moderne, études du marché des vins alsaciens au Moyen-Âge réalisées par Himly[6] ou encore analyse de l'évolution du vignoble alsacien des premiers temps à nos jours par Hertzog[7]). L'analyse de ces sources permet à Roger Dion de distinguer trois périodes afin de mettre en évidence l'évolution chronologique des vins et du vignoble alsaciens :

- La naissance du vignoble alsacien à l'époque gallo-romaine. Roger Dion, s'il admet ne disposer d'aucune archive antérieure au IX^e^ siècle concernant le vignoble alsacien, émet toutefois l'hypothèse qu'il est peu probable que les créateurs du grand vignoble de la vallée de la Moselle décrit par Ausone au IV^e^ siècle *« n'aient point eu conscience de l'intérêt qu'il pouvait y avoir à en former un autre sur le versant oriental des Vosges »* (Dion, 1959) et qu'il faut donc pencher pour une lacune en terme d'archive pour cette période et émettre l'hypothèse d'une présence de la vigne en Alsace dès la période gallo-romaine. Les études postérieures lui donneront raison : le professeur et œnologue Jacques Puisais souligne en effet que l'on admet aujourd'hui que les Romains, lors de l'invasion de la vallée du Rhin, sont à l'origine de la culture de la vigne européenne, *Vitis vinifera*, en Alsace. Roger Dion souligne toutefois qu'à cette époque, la viticulture alsacienne n'était pas une viticulture de type commercial contrairement à la viticulture mosellane : il l'explique par le fait que le cours du Rhin en Alsace est alors encore beaucoup moins facilement utilisable par la navigation fluviale que ne l'est la Moselle à Trèves.
- L'émergence d'un véritable vignoble commercial exportant ses vins au loin à partir du dernier tiers de la période carolingienne (fin du IX^e^ siècle) et atteignant dès le XIV^e^ siècle une ampleur voisine de celle qu'il avait atteinte à la veille du phylloxéra. Les sources mobilisées par Roger Dion sont notamment celles d'un poème écrit dans le premier quart du IX^e^ siècle par Ermold Le Noir en l'honneur du roi Pépin.
- La régression du vignoble alsacien à l'époque moderne dans le double contexte (1) structurel d'abandon des vignobles d'extrême Nord aux besoins de la société moderne et (2) conjoncturel de la guerre de Trente Ans. Au sein de la troisième partie de son ouvrage qu'il consacre à *l'adaptation de la production vinicole aux besoins de la société moderne*, Roger Dion n'aborde ainsi le vignoble alsacien que dans le contexte plus général des vignobles septentrionaux. Ses analyses soulignent

[4] Waldner E., *Geschichtliches über den Rebbau und den Weinhandel zu Colmar*, dans *Festdschrift zum 19. Deutschen Weinbau – Congress in Colmar vom 22 bis 26 september 1900,* Colmar, 1900, p. 143-163.
[5] Hanauer A.-C., *Etudes économiques sur l'Alsace ancienne et moderne*, Strasbourg, 1876-1878, 2 vol. in-8°
[6] Himly F.-J., *L'exportation du vin alsacien en Europe au Moyen-Âge*, dans Revue d'Alsace, LXXXIX, 1949, p.25-36
[7] Hertzog Dr A., *Die Entwickelung und Organisation des Elsässischen Weinbaues von der frühesten Zit bis zu heutigen Tagen*, dans *Festchrifft zum 19. Deutschen Weinbau-Congress in Colmar*, 22-26 Sept. 1900, in-16, p.49-108.

que les causes des régressions de la viticulture septentrionale doivent être recherchées, d'une part, dans les développements médiévaux de la navigation atlantique et l'essor des exportations du littoral d'entre Loire et Gironde et, d'autre part, dans l'évolution des mentalités : *« Il y eut un temps où l'homme acceptait la difficulté de cette culture et l'incertitude de son résultat et un autre plus rapproché de nous où cette difficulté et cette incertitude l'ont rebuté parce qu'il entrevoyait une meilleure utilisation de son effort. Presque partout, l'abandon des vignobles d'extrême Nord est trop récente pour qu'on puisse l'attribuer à un refroidissement du climat »*.

2.2- L'analyse multi-scalaire du géographe

La publication de la thèse de doctorat de Roger Dion sur *Le Val de Loire* en 1934, soit la même année que son *Essai sur la formation du paysage rural français*, démontre tout l'intérêt que Roger Dion porte à la gymnastique des échelles. Ce souci d'analyse multi-scalaire se poursuit dans l'*Histoire de la vigne et du vin en France des origines au XIX^{e} siècle* (1959) où Roger Dion complète sa démarche historique par une approche géographique à différentes échelles du terroir viticole alsacien. Plusieurs jeux d'échelles peuvent être identifiés à travers les paragraphes que Roger Dion consacre aux vins d'Alsace et au vignoble alsacien :

- L'échelle locale est notamment abordée à travers la question des cépages et des types de vins que l'auteur prend soin de répertorier au sein d'un index situé en fin d'ouvrage. Cette même échelle est également mobilisée lorsque Roger Dion fournit une analyse hydrologique du Rhin afin d'en montrer son caractère instable et dangereux avant les travaux de régularisation de 1870 et, par conséquent, toute la difficulté à en tirer parti dans l'optique d'une viticulture commerciale. La finesse de l'analyse de géographie physique sur ce dernier aspect s'explique sans nul doute par les travaux antérieurs réalisés par l'auteur dans le cadre de sa thèse de doctorat portant sur *Le Val de Loire*.
- L'échelle régionale est également abordée à travers la comparaison des vins et du vignoble alsaciens avec les autres vins et vignobles de la vallée du Rhin.
- L'échelle nationale et mondiale est enfin abordée à travers l'étude des marchés des vins alsaciens.

Malgré la diversité des échelles mobilisées par Roger Dion dans un ouvrage très exhaustif, on soulignera cependant que celui-ci n'accorde que très peu d'importance à l'analyse du vignoble à l'échelle topo et micro-climatique alors que des analyses sur l'exposition des pentes, des positions d'abris ou

encore sur l'effet de foehn auraient pu permettre de relativiser les contraintes climatiques d'une viticulture septentrionale[8].

3. L'apport fondamental de Roger Dion : la mise en évidence d'une « géographie de la volonté humaine » dans l'émergence d'un vignoble alsacien de qualité

3.1- La relativité des facteurs physiques

Si Roger Dion met bien en évidence la spécificité climatique du vignoble alsacien, situé à la limite septentrionale de la vigne, évoquant d'ailleurs à ce sujet une « viticulture d'extrême nord », il ne fait en aucun cas preuve d'une certaine forme de déterminisme qui associerait la viticulture septentrionale à une viticulture de qualité médiocre. On en veut pour preuve le fait que l'auteur de l'*Histoire de la vigne et du vin* insiste sur le fait qu'au Moyen-Âge on se servait du terme de « falerne » pour désigner d'excellents vins de Cahors, de Bourgogne mais aussi d'Alsace. Par ailleurs, Roger Dion ne cesse d'opposer la délicatesse de certains vins septentrionaux au caractère commun des vins des régions méditerranéennes qui bénéficient *a priori* pourtant de conditions climatiques plus favorables. On soulignera enfin que les caractéristiques géologiques, pédologiques et climatiques du terroir viticole alsacien sont absentes des facteurs d'explication de la création d'un vignoble de qualité en Alsace.

L'analyse que dresse Roger Dion des vins d'Alsace et du vignoble alsacien démontre en réalité clairement que *« le rôle du terrain dans l'élaboration d'un grand cru ne va guère au-delà de celui de la matière dans l'élaboration d'une œuvre d'art »* (Dion, 1959), autrement dit l'importance majeure du fait social par rapport au fait géologique dans la construction d'un terroir dont il faut saisir toute la profondeur historique pour en comprendre les véritables fondements. Est-ce à dire que les données physiques ne joueraient ainsi, disons-le clairement, quasiment aucun rôle dans l'élaboration de vins de qualité ? Cette question a suscité des débats passionnés et sans fin dans nos disciplines et, au-delà, dans le monde des professionnels de la vigne et du vin. La dimension du débat est sans doute à la hauteur des enjeux qu'il revêt : minimiser le rôle de la nature dans la qualité d'un vin, c'est reconnaître en un certain sens que ce vin peut être produit ailleurs avec le même succès puisque tout ne serait plus qu'affaire de technique ; inversement, fonder la qualité d'un vin exclusivement sur les facteurs physiques, si cela présente certes des avantages afin de justifier les anciens classements et le coût foncier de certaines parcelles, expose les tenants de cette thèse aux mêmes arguments de « délocalisations » puisque des conditions « naturelles » similaires pourraient se retrouver ailleurs sur le globe.

[8] Le climat alsacien est un climat de type semi-continental avec des hivers rigoureux et des étés et automnes chauds et ensoleillés. Le vignoble, implanté sur les collines sous-vosgiennes ainsi que sur les terrains directement adjacents du piémont des Vosges, s'étage de 180 à 380 mètres : située sur le versant oriental des Vosges, de préférence exposée sud ou sud-est, la vigne profite de cet écran montagneux qui la protège des influences du climat océanique. Les précipitations varient ainsi entre 500 et 700 mm par an alors qu'elles atteignent 2 000 mm sur les sommets.

3.2- Le rôle prépondérant du facteur humain

Il n'est pas de notre propos de trancher ici le débat. Notre œil de géographe nous permet néanmoins de considérer qu'une partie des éléments de la réponse à cette *« querelle des anciens et des modernes sur les facteurs de la qualité du vin »* (Dion, 1952) peut être trouvée à partir de la question des échelles. Ceci signifie que la qualité des sols, le climat, l'exposition sont certes des données primordiales pour la vigne à grande échelle – données que l'œnologue pourra exploiter selon ses désirs lors de l'élaboration des vins – mais qu'elles n'interviennent qu'après la délimitation, à plus petite échelle, d'une zone de grands vins par un marché de consommation. L'essentiel vient en effet bien du consommateur, comme l'a montré précocement Roger Dion qui a fait sienne la remarque d'Olivier de Serres : *« si n'êtes en lieu pour vendre votre vin, que feriez-vous d'un grand vignoble ? »* (Serres, 1600).

Si l'on suit la pensée de Roger Dion, la géographie humaine ne peut ainsi pas rester indifférente aux causes qui président à la répartition des vignobles français et laisser la géographie physique se tailler la part du lion dans des explications construites souvent *a posteriori* par le biais d'un raisonnement téléologique acceptant de fait la présence d'un grand vignoble en tel endroit du territoire. Dans l'analyse qu'il fait du vignoble alsacien, Roger Dion établit ainsi une corrélation assez étroite entre l'émergence d'un grand terroir viticole et l'accès aux marchés de consommation. Il insiste notamment sur l'importance du Rhin dans l'essor de ce vignoble commercial : *« La haute et moyenne Alsace, pour mettre en pleine valeur les riches possibilités que les basses pentes des Vosges offrent à la viticulture, dut attendre que l'habileté des bateliers eût surmonté les difficultés qui s'opposaient à la pénétration du trafic fluvial rhénan jusqu'à hauteur de Strasbourg. Cette heure ne viendra (...) qu'après les temps gallo-romains »* (Dion, 1959). Il semble que ce soit les Frisons, au IX^{e} siècle, qui aient ouvert au trafic fluvial le cours difficile du Rhin alsacien qu'avait délaissé la batellerie gallo-romaine et ainsi permis l'émergence d'une viticulture alsacienne de qualité exportant au loin.

La démonstration de Roger Dion fait par conséquent une grande place aux acteurs dans l'émergence d'un vignoble alsacien de qualité. Si les acteurs exogènes au système viticole alsacien sont bien mis en évidence dans la démonstration à travers l'émergence d'un marché de consommation, les acteurs endogènes du système viticole alsacien ne sont pour autant pas négligés. Roger Dion insiste en effet bien sur cette géographie de la volonté humaine dans l'émergence d'un vignoble de qualité en Alsace en se basant notamment sur une épître en vers d'Ermold Le Noir adressée au roi Pépin depuis Strasbourg pour étayer sa démonstration : au sein de cette épître, Ermold Le Noir prête la parole au versant oriental des Vosges, qui s'adresse en ces termes au fleuve Rhin : *« Si tu n'existais pas, Rhin... mon vin généreux répandrait ici la joie, mon vin que tu transportes, pour le vendre au-delà des mers, tandis que mes vignerons souffrent de la soif auprès de leurs vignes ».* Et le Rhin répondit à la montagne : *« Nous fûmes bien inspirés de vendre le vin aux Frisons et aux nations maritimes et d'importer des produits meilleurs. Ainsi notre peuple se pare : nos marchands et ceux de l'étranger transportent pour lui*

des marchandises brillantes. Car des manteaux le vêtent, teints de couleurs diverses, qui ne t'étaient pas connus, Vosges »[9]. Au-delà de ces lignes d'une modernité étonnante visant à démontrer le poids des acteurs locaux, d'une part, dans l'émergence d'un vin de qualité et, d'autre part, dans le développement territorial, on peut également lire en filigrane de la démonstration de Roger Dion que l'élaboration d'un vignoble de qualité en Alsace semble aussi être le fruit de la « faveur des puissants » et des lettrés se chargeant de diffuser la qualité de tel ou tel breuvage. Ce même Ermold Le Noir atteste en effet bel et bien de la présence d'un « falerne » alsacien, terme utilisé par les lettrés d'alors pour désigner de très bons vins.

4. L'actualité contemporaine de la pensée de Roger Dion dans l'Alsace viti-vinicole

4.1- *« Si n'êtes en lieu pour vendre votre vin, que feriez-vous d'un grand vignoble ? »* (Olivier de Serres)

Comme le souligne très justement le géographe Philippe Roudié, *L'Histoire de la vigne et du vin en France* de Roger Dion porte le sous-titre *« des origines au XIX^{e} siècle »* et il pourrait sembler un peu paradoxal de vouloir en tirer des enseignements pour la période contemporaine, à savoir les XIX^{e} et XX^{e} siècles (Roudié, 2010). Pour autant, toute la géographie des vins d'Alsace et du vignoble alsacien d'aujourd'hui pouvait en un certain sens déjà se lire dans cet ouvrage *« qui affirme le rôle des faits d'ordre politique au sens large du terme, dominant le rôle de la nature, du terroir*[10] *au sens agronomique étroit »* (Roudié, 2010). On peut, de prime abord, souligner le rôle primordial accordé précocement par Roger Dion aux moyens de transport, là encore toujours d'actualité. Pour Roger Dion, il n'y aurait en effet pas eu un grand vignoble commercial alsacien sans le rôle majeur de la batellerie. Aux XIX^{e} et XX^{e} siècles, le rôle du bateau disparaît certes peu à peu devant celui de la voie ferrée mais le rôle fondamental du transport est bel et bien encore primordial : *« si n'êtes en lieu pour vendre votre vin, que feriez-vous d'un grand vignoble ? »* (Serres, 1600). Le rôle joué par le fait politique, et plus précisément par la géopolitique, dans l'évolution du vignoble alsacien, aurait sans nul doute également attiré l'attention de Roger Dion si son analyse s'était étendue au XX^{e} siècle : les guerres franco-allemandes n'ont en effet pas été sans impact sur les évolutions multiples qu'a connues le vignoble alsacien. Ainsi, si l'origine de ce vignoble remonte bien à la période gallo-romaine, les grands caractères de l'évolution actuelle datent de la fin de l'annexion par l'Allemagne en 1918. Avant cette date, durant la période 1871-1918, ce vignoble alors en position méridionale dans l'espace allemand avait effectivement eu pour marché tout l'Empire

[9] Le Noir E., *Poèmes sur Louis le Pieux et épîtres au roi Pépin,* éd. E. Faral, Paris, 1932.
[10] Soulignons que ce terme de terroir « qui fait fortune aujourd'hui n'apparaît presque jamais sous la plume de Roger Dion qui est pourtant géographe de formation » (Roudié, 2010).

allemand et la qualité des produits avait eu tendance à baisser, les vignerons allemands privilégiant la quantité à la qualité. Le phylloxéra aggrava encore cette situation, car les vignerons allemands de l'époque préférèrent remplacer les cépages ravagés par des hybrides producteurs directs résistants au parasite mais produisant un vin de qualité extrêmement médiocre. Avec le retour à la France en 1918, les vignerons alsaciens ont bien compris que l'avenir de ce vignoble, situé en position septentrionale dans l'espace français, était de nouveau dans la haute qualité. D'où des efforts remarquables dès les années 1920, interrompus quelques années il est vrai durant la Seconde Guerre mondiale (1939-1945), afin de faire évoluer le vignoble alsacien, alors considéré comme produisant des vins bas de gamme, vers la qualité et de concurrencer ainsi les autres espaces viticoles français. Là encore, la question de l'adaptation de l'offre au marché de consommation apparaît fondamentale dans la constitution d'un vignoble et des caractéristiques qui lui sont associées. Un peu plus d'un demi-siècle après la publication de l'*Histoire de la vigne et du vin*, les analyses de Roger Dion restent donc plus que jamais d'actualité.

4.2- La question de l'avenir des vins d'Alsace et du vignoble alsacien dans le cadre de la « nouvelle planète des vins » (Jean-Robert Pitte)

On en arrive ainsi à la question de l'avenir des vins d'Alsace et du vignoble alsacien dans le cadre de la *« nouvelle planète des vins »* (Pitte, 2000) qu'il convient tout d'abord de caractériser en quelques lignes avant de voir la place que ces vins du nord-est de la France y occupent. La seconde moitié du XX^{e} siècle est caractérisée par la mondialisation du commerce du vin avec notamment l'essor des vignobles du « Nouveau Monde Viticole » et la multiplication des passionnés du vin, séduits par l'idée bucolique de sa production et le style de vie qu'elle engendre. Depuis quelques décennies, les consommateurs de vin boivent par ailleurs de moins en moins de vin (abandon de la consommation journalière de vin de table dans les pays anciennement consommateurs de vins, concurrence d'autres boissons, campagnes anti-alcool), mais le boivent de mieux en mieux et apprécient désormais de plus en plus les productions de qualité[11]. Si la consommation mondiale en vin a ainsi montré une tendance à la baisse depuis le début des années 1970[12], cette dernière semble néanmoins repartie à la hausse depuis le début du XXI^{e} siècle (240 millions d'hectolitres par an) dans le contexte d'une certaine forme de mondialisation de la consommation du vin sur un marché dominé par les vins blancs (63% du marché mondial) et qui laisse de plus en plus de place aux vins dits de cépages que le géographe Jean-Robert Pitte oppose volontiers aux

[11] Le consommateur Français, par exemple, buvait en moyenne 135 litres de vin par an en 1965, principalement du vin de consommation courante. Ce volume est tombé à 120 litres en 1970, 90 litres en 1980 et moins de 60 litres aujourd'hui, et c'est désormais principalement du vin d'Appellation d'Origine Protégé (AOP) qui est consommé.

[12] Cette consommation, qui était de 280 millions d'hectolitres du début des années 1970 au milieu des années 1980, ne cesse ensuite de diminuer jusqu'au début du XXI^{e} siècle, connaissant un étiage marqué se situant à 215 millions d'hectolitres en 1994.

vins de terroirs. En dehors de certains pays européens, le vin reste toutefois avant tout un produit de luxe, objet d'une consommation occasionnelle assez faible : à l'échelle mondiale, sa consommation n'atteint pas un verre par personne et par an.

Dans le cadre de cette *« nouvelle planète des vins »*, les vins d'Alsace apparaissent ainsi relativement bien placés pour tirer leur épingle du jeu : ces derniers sont en effet en grande majorité des vins blancs (90% de la production totale du vignoble) – même s'il existe quelques vins rouges et rosés élaborés à partir du cépage Pinot noir – et le vignoble alsacien est le seul vignoble en France à avoir donné à ses vins le nom de ses cépages[13], fidèle à la pensée d'Olivier de Serres selon laquelle *« le génie du vin est dans le cépage »*. L'appellation « vin d'Alsace » est donc accompagnée obligatoirement du nom de cépage qui peut être éventuellement suivi du nom de la localité d'origine (photo 1).

Certes, les cépages utilisés par les vignerons alsaciens (sylvaner, pinot blanc, pinot gris, pinot noir, auxerrois, riesling, muscat, gewurztraminer et savagnin[14]) sont moins connus que les cépages phares utilisés pour produire les vins de cépage faciles à boire de la « nouvelle planète des vins » que le géographe Jean-Robert Pitte compare à un certain type de nourriture issue de l'agribusiness et de la grande industrie agro-alimentaire tout en reconnaissant que certains de ces vins sont parfois très agréables à boire. Ce sont néanmoins des cépages de grande qualité (photo 3) et leur vinification permet de produire des vins aptes à séduire de nouveaux consommateurs, et notamment une clientèle féminine à la recherche de vins rouges légers et surtout de vins blancs « moelleux » qu'elle trouvera aisément en dégustant un verre de gewurztraminer, de vendanges tardives ou de grains nobles.

Par ailleurs, les vins alsaciens sont également des vins de terroirs comme en atteste juridiquement l'Appellation d'Origine Contrôlée (AOC) « vin d'Alsace » en vigueur de 1962 à 2008 – désormais Appellation d'Origine Protégée[15] (AOP) depuis 2009[16], la référence au cépage mais aussi au terroir pour les appellations « Alsace Grands Crus »[17] (photo 2) et le fait que l'Alsace est actuellement l'une des

[13] Aujourd'hui encore, peu de vins d'Alsace résultent d'assemblages d'une partie de la production, c'est-à-dire du mélange de plusieurs cépages au sein d'une même cuvée, et la grande majorité des vins de cette région sont ainsi des vins dits de « mono-cépages ». Quelques exceptions existent cependant : l'Edelzwicker, Le Gentil, l'Altenberg de Bergheim ou encore le Crémant d'Alsace.

[14] Le savagnin est utilisé dans la production du Klevener dont l'aire de production (communes de Bourgheim, Gertwiller, Goxwiller, Heiligenstein et Obernai) a été fixée par le décret du 4 février 1997.

[15] L'aire d'appellation s'étend sur 56 communes du Haut-Rhin et 64 communes du Bas-Rhin.

[16] La réforme de l'organisation commune du marché vitivinicole en 2008 a introduit de nouveaux signes de qualité et d'origine et la segmentation de l'offre de vin est, depuis 2009, similaire à celle des autres produits alimentaires. Les vins anciennement dénommés *Appellation d'Origine Contrôlée* bénéficient désormais d'une *Appellation d'Origine Protégée* et les vins de pays d'une *Indication Géographique Protégée* (IGP). Les autres vins sont dénommés *Vins Sans Indication Géographique* (VSIG).

[17] Si la notion de « Grand Cru » apparaît en Alsace dès le IX^{e} siècle, c'est entre 1975 et 2007 que 51 terroirs ont été progressivement délimités et définis juridiquement « Alsace Grands Crus » (décrets du 20 novembre 1975, 23 novembre 1983, 17 décembre 1992 et 12 janvier 2007). La délimitation de ces terroirs, dont la superficie s'étend de 3

seules régions viticoles françaises qui a rendu la mise en bouteille de ses vins obligatoire dans les deux départements de production, interdisant ainsi la circulation du vin en vrac en dehors des deux départements alsaciens : le Bas-Rhin et le Haut-Rhin (loi n°72 – 628 du 5 juillet 1972).

Pour comprendre les raisons de ce régime, presque unique en France, il faut revêtir l'habit du géographe historien que Roger Dion a si souvent porté. L'Alsace, devenue allemande en 1871, s'est en effet trouvée soumise à la législation de l'Empire allemand qui se caractérisait alors par la recherche d'une production de masse au détriment d'une protection de la qualité des vins de sorte que des pratiques comme le coupage du vin ou l'enrichissement de celui-ci par sucrage-mouillage[18] étaient autorisées. Le vignoble alsacien n'a dès lors pas bénéficié des mesures de protection qualitative mises en place par la législation française suite à l'invasion du phylloxéra après 1875 (loi du 24 juillet 1899). Après des mesures transitoires dans l'entre-deux-guerres afin d'appliquer progressivement la législation française au vignoble alsacien, l'après-guerre est caractérisée par un souci constant d'amélioration de l'image de marque du vignoble alsacien et la mise en bouteille des vins d'Alsace dans les deux départements de production s'inscrit dans cette logique.





Photos 1 et 2 **–** La mise en avant du cépage et du terroir sur les bouteilles de vins d'Alsace. À gauche, un Pinot Gris 2011 provenant du Cellier du Conseil Interprofessionnel des Vins d'Alsace (Colmar). À droite, un Rangen Pinot Gris Alsace Grand Cru 2001 provenant de la cave Wolfberger (Eguisheim). Crédits photographiques : © Créations Étoile – Conseil des Vins d'Alsace (Pinot Gris 2011), © Wolfberge (Rangen Pinot Gris Alsace Grand Cru 2001).

à 80 hectares, a été réalisée par l'Institut National de l'Origine et de la Qualité (INAO). Ces vins d'exception représentent actuellement une production annuelle d'environ 45 000 hectolitres, soit moins de 5% de la production totale des vins d'Alsace (Conseil Interprofessionnel des Vins d'Alsace). On peut, à titre d'exemple, citer le *Rangen*, classé « Grand Cru » en 1983, qui est issu des vignes les plus méridionales d'Alsace situées sur les communes de Thann et de Vieux-Thann. Les vendanges s'y effectuent sur des pentes de près de 70% orientées plein sud dont l'une des spécificités majeures est de constituer le seul terroir volcanique de la région.

[18] Procédé d'enrichissement établi par le Docteur Gall (la Gallisation) : il s'agissait de diluer le sucre dans l'eau, d'où une augmentation du volume de vin récolté de 25%.

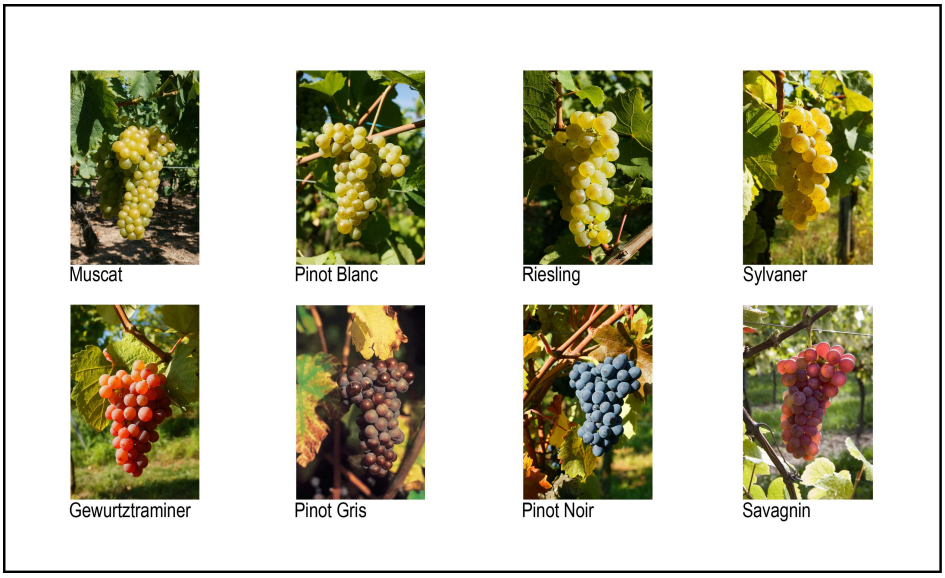


Photo 3 – Les cépages utilisés en Alsace, © ZVARDON – Conseil des Vins d'Alsace

C'est donc au cours de la seconde moitié du XX^{e} siècle que le vignoble alsacien a gagné ses lettres de noblesse et est devenu un grand vignoble de qualité très réputé pour ses vins blancs (photo 4). En ce début de XXI^{e} siècle, le vignoble alsacien témoigne d'un certain dynamisme à plus d'un titre et son avenir semble se présenter sous les meilleurs auspices :

- Ce dernier ne cesse tout d'abord de s'étendre : en 2014, on recense pas moins de 15 500 hectares de vignes A.O.C en production (dont près de 10% sont certifiées « biologiques ») contre 13 800 hectares en 1994 et 12 000 hectares en 1975.
- Sa production annuelle est en constante augmentation : 1.15 million d'hectolitres de production annuelle moyenne de vins d'Appellation d'Origine Protégée (contre 800 000 à 900 000 hectolitres au milieu des années 1970), soit plus de 150 millions de bouteilles, dont 90% de blancs.
- Il fournit une forte part de la production nationale de vins blancs : 18% des vins blancs A.O.C (hors effervescents).
- Ses vins rapportent 500 millions d'euros de chiffre d'affaires hors taxes (ventes en bouteilles) et représentent 40% du produit agricole total de la région Alsace (près de 60% pour les seules productions végétales). La commercialisation de ces derniers est assurée à raison de 20% par les vignerons-indépendants, 41% par les coopératives vinicoles et 39% par les producteurs-

négociants.

- Il dispose d'une des plus belles routes françaises des vins aux paysages remarquables (photo 5)[19] et Colmar, capitale du vignoble alsacien, organise chaque année une grande et célèbre foire aux vins au cours des dix jours précédant le 15 août qui contribue grandement à la promotion de ces vins de terroirs dont la caractéristique principale réside dans la mise en avant du cépage.

- Sa promotion se réalise hors des frontières européennes : en avril 2014, la visite au Japon de Charles Buttner (Président du Conseil Général du Haut-Rhin), Robert Dietrich (Président du Conseil Interprofessionnel des Vins d'Alsace) et Virginie Fermaud (Directrice du Centre Européen d'Études Japonaises d'Alsace) a en effet abouti à la signature d'un accord de jumelage entre la *Route des Vins d'Alsace* et la *Route du Saké* ; une récente campagne de promotion du Conseil Interprofessionnel des Vins d'Alsace (affiche 1) met par ailleurs en avant le fait que les grands vins blancs alsaciens, et notamment le Riesling, permettent de souligner toute la subtilité des poissons crus et donc de la partie de la nourriture japonaise la plus mondialisée (sushi, maki, sashimi).



Photo 4 – La gamme des vins d'Alsace (Sylvaner, Pinot Blanc, Riesling, Muscat, Pinot Gris, Gewurztraminer, Pinot Noir, Crémant d'Alsace Brut et Riesling Grand Cru 2013 issus du Cellier Interprofessionnel des Vins d'Alsace) , © Créations Étoile – Conseil des Vins d'Alsace

[19] La *Route des vins d'Alsace*, inaugurée le 30 mai 1953, est l'une des plus anciennes routes des vins françaises. Elle représente en France un modèle de réussite et une source d'inspiration en matière de *Route des vins*. La *Route des vins d'Alsace* accueille chaque année entre trois et quatre millions de visiteurs (Lignon-Darmaillac, 2009) sur ses cent soixante-dix kilomètres de routes et sentiers viticoles qui tirent un fil touristique entre les différents villages des collines sous-vosgiennes, de Marlenheim au nord à Thann au sud, offrant cinq cents caves de dégustation et tables à profusion (Fumey, Monot, 2008).



Photo 5 **–** Le vignoble alsacien au niveau de Katzenthal **(**DIDIERJEAN – Conseil des Vins d'Alsace)



Affiche 1 **–** Campagne promotionnelle du CIVA faisant l'éloge de l'association des grands vins blancs d'Alsace avec la forme de nourriture japonaise la plus mondialisée (sushi, maki, sashimi)
© Conseil des Vins d'Alsace, 2010

5. Conclusion

L'analyse que fait Roger Dion (photo 6) du vignoble alsacien à la fin des années 1950 dans son *Histoire de la vigne et du vin en France des origines au XIX*^{e} *siècle* démontre que le succès de ces vins est le produit du « bon vouloir humain » et qu'il doit davantage aux choix des acteurs et aux opportunités

de marché qu'au terroir entendu au sens agro-physique du terme[20], contrairement à ce que pourrait laisser penser la mise en avant des cépages sur la flûte d'Alsace. Ce qui vaut pour le vignoble alsacien vaut également pour les autres vignobles français, ce qui n'est d'ailleurs pas toujours évident à accepter pour un consommateur français si peu habitué au *« spectacle de la création d'un vignoble de qualité en terrain neuf (...) devenu chez nous, depuis longtemps déjà, chose si rare »*[21] (Dion, 1952) : or, *« il n'y a pas moins d'excès à définir les grands crus bordelais comme une ''conséquence'' de la présence de la terre de graves qu'il n'y en aurait à représenter l'art ogival comme un don du calcaire lutétien »* (Dion, 1959).



Photo 6 **–** Roger Dion (1896 – 1981), © Françoise Jacquin-Dion

[20] À cette définition étroite du terroir, la plupart des géographes français préfèrent des définitions associant à la fois les caractéristiques physiques et humaines. À la suite du géographe Jean-Claude Hinnewinkel, nous retiendrons ainsi que la notion de terroir peut être définie comme l' « *espace géographique délimité où une communauté humaine a construit, au cours de l'histoire, un savoir intellectuel collectif de production fondé sur un système d'interactions entre un milieu physique et biologique et un ensemble de facteurs humains dans lequel les itinéraires sociotechniques mis en jeu révèlent une originalité et lui confèrent une typicité »* (Hinnewinkel, 2004).

[21] Cette remarque de Roger Dion est certes datée : de nombreux vignobles se constituent ou se reconstituent aujourd'hui en effet sur le territoire français en misant sur une production de vins de qualité comme c'est le cas par exemple au Nord du Massif Central ou en Lorraine. La qualité de ces vins, que l'on peut qualifier de « nouveaux venus de la qualité », n'est néanmoins pas systématiquement la caractéristique première mise en avant par des consommateurs français qui tendent encore et toujours à associer le plus souvent la haute qualité aux « sacro-saints » vins de Bordeaux ou de Bourgogne, surtout d'ailleurs pour les vins rouges, voire aux vins d'Alsace pour les grands blancs.

Cette analyse, d'une grande modernité pour l'époque, reste plus que jamais d'actualité à l'heure de la mondialisation qui permet aux vins de voyager toujours plus loin et à des coûts de plus en plus faibles. Elle présente en outre l'avantage de faire prendre conscience aux propriétaires de vignobles hautement réputés qu'il ne faut en aucun cas *« voir, dans les vertus de nos vignobles, l'effet d'un privilège naturel, d'une grâce particulière accordée à la terre de France, comme s'il y avait eu plus d'honneurs, pour notre pays, à recevoir du Ciel que de la peine des hommes cette renommée vinicole »* (Dion, 1959) et donc de les inciter à poursuivre leurs efforts et à innover, sans se reposer sur les lauriers d'un héritage foncier aussi prestigieux soit-il, pour continuer à offrir à nos papilles des produits compétitifs et de haute qualité dans le cadre d'une *« nouvelle planète des vins »* (Pitte, 2000) plus que jamais concurrentielle.

5. Références bibliographiques et sitographie

DE SERRES O. (1600). *Le Théâtre d'agriculture et mesnage des champs,* Paris (réédité en 2001 par Acte Sud)

DION R. (1959). *Histoire de la vigne et du vin en France, des origines au XIX^e^ siècle*, Paris (réédité en 2010 par les éditions du CNRS)

DION R. (1952). *Querelle des anciens et des modernes sur les facteurs de la qualité du vin* – Annales de Géographie n°328, p. 417-431

FUMEY G., MONOT A. (2008). *De l'Alsace gastronomique au tourisme gourmand*, dans Csergo J., Lemasson J.-P., *Voyages en gastronomies, L'invention des capitales et des régions gourmandes*, Éditions Autrement, p. 138-147

HINNEWINKEL J.-C.(2004). *Les Terroirs viticoles*. *Origines et devenir* – Ferret

LAVAUD S., AUBIN G., ROUDIE Ph., HINNEWINKEL J.-C. (2010). *« Roger Dion et le vignoble bordelais, relecture et regards croisés »*, dans Pitte J.-R. (dir.), *Le Bon vin, entre terroir, savoir-faire et savoir-boire. Actualité de la pensée de Roger Dion*, CNRS Éditions

LIGNON-DARMAILLAC S. (2009). *L'œnotourisme en France. Nouvelle valorisation des vignobles. Analyse et bilan.* – Feret

MÜLLER C. (2012). *Le dictionnaire des vins d'Alsace* – Éditions du Belvédère

PAULUS J.-M. (1998). *Mise en bouteilles dans la région de production. L'exemple de l'Alsace* – AIDV/IWLA, Bulletin n°15, juin

PITTE J.-R. (dir.) (2000). *La nouvelle planète des vins* – Annales de Géographie n° 614-615, Armand Colin

SCHIRMER R., VELASCO-GRACIET H. (2010). *Atlas mondial des vins. La fin d'un ordre consacré ?* – Autrement

Sites Internet : http://www.vinsalsace.com, http://www.jancisrobinson.com

Remerciements

Je tiens tout d'abord à remercier chaleureusement les membres du Comité d'Organisation des *IX Jornadas Internacionais "Grandes Problemáticas do Espaço Europeu"*. Mes remerciements vont également aux Professeurs Hélène Velasco-Graciet (Univ. Bordeaux) et Louis Marrou (Univ. La Rochelle) pour leurs conseils scientifiques avisés. Que soient aussi remerciés la maison *Wolfberger* qui me permet ici la diffusion d'une étiquette de *Rangen Pinot Gris Alsace Grand Cru 2001* ainsi que le Conseil Interprofessionnel des Vins d'Alsace qui m'a très aimablement autorisé à reproduire différentes photographies de paysages et de bouteilles ainsi qu'une affiche publicitaire. Toute ma reconnaissance va à Pascal Brunello (Univ. La Rochelle) pour sa précieuse contribution cartographique ainsi qu'à Joanne, Hélène et Olivier pour leurs relectures attentives. J'adresse par ailleurs mes très sincères remerciements aux enfants de Roger Dion qui ont accepté avec joie que j'utilise la photographie de leur père, Roger Dion.

PARTE IV

Educação e sociedade: um cenário complexo em mudança

DERMENDZHIEV, Atanas, DOYKOV, Martin (2015). Theoretical and methodological questions of social geography. The overarching issues of the european space: spatial planning and multiple paths to sustainable and inclusive development. Porto. FLUP. pp. 354-370

THEORETICAL AND METHODOLOGICAL QUESTIONS OF SOCIAL GEOGRAPHY

Atanas DERMENDZHIEV
St. Cyril and St. Methodius" University of Veliko Tarnovo, Bulgaria
adermendjiev1960@abv.bg
Martin DOYKOV
"St. Cyril and St. Methodius" University of Veliko Tarnovo, Bulgaria
martin_doikov@abv.bg

Abstract

The article discusses and examines the main aspects and relations of Social Geography in light of a humanist approach. Social Geography is genetically traced from its origins, and then defined and analyzed. Its relations with Public Geography are outlined and the multiplying effect of this process is revealed. The origin of social communities, the approaches used in their study, their taxonomy, the relation between the communities and the organization of the social process are also the focus of this paper. Furthermore, the social relation between Geography and Sociology is analyzed, and common goals and priorities on the basis of the application of a humanist approach are identified. The correlation between Social Geography and the Social Policy is traced and characterized. The social approach to studying territorial communities is justified and the stages of social reproduction are differentiated. The regional expression of social reproduction is synthesized through two main components – necessity and socialization.

Key words: Social Geography; Humanitarian Approach; Sociology; Social Policy; Territorial Communities.

Resumo

O artigo discute e problematiza os principais aspectos e relações da Geografia Social à luz de uma abordagem humanista. A Geografia Social é apresentada desde a sua origem, tentando defini-la e analisa-la. As suas relações com a Geografia Política são também descritas e o efeito multiplicador deste processo também é revelado. A origem das comunidades sociais, as abordagens utilizadas no seu estudo, a sua taxonomia, a relação entre as comunidades e a organização do processo social são também focados no presente capítulo. A relação social entre a Geografia e a Sociologia é também analisada, e as metas e prioridades comuns com base na aplicação da análise humanista. É ainda realizada uma correlação entre a Geografia Social e a Política Social. A expressão regional da reprodução social é sintetizada através de duas componentes principais - necessidade e socialização.

Palavras-chave: Geografia Social; Abordagem Humanista; Sociologia; Política Social; Comunidades Territoriais.

1. Introduction

Geography focuses on the natural environment, hinting at a wide range of problems – cultural, behavioral and others. We seek their core causes in the social sphere. If we turn to practice, we should trace not only the process of recognition, but also the appropriate means of confirmation. This leads to the following definition expressed in Figs. 1, 2 and 3.

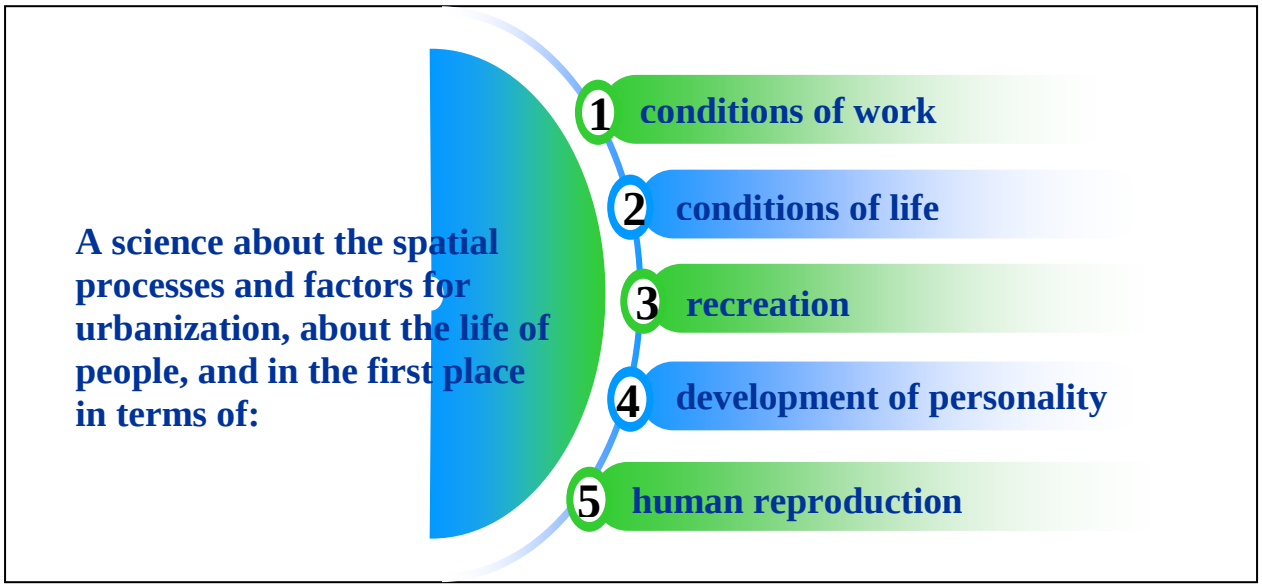


Fig. 1 – Nature of Social Geography



Fig. 2 – Object of Study

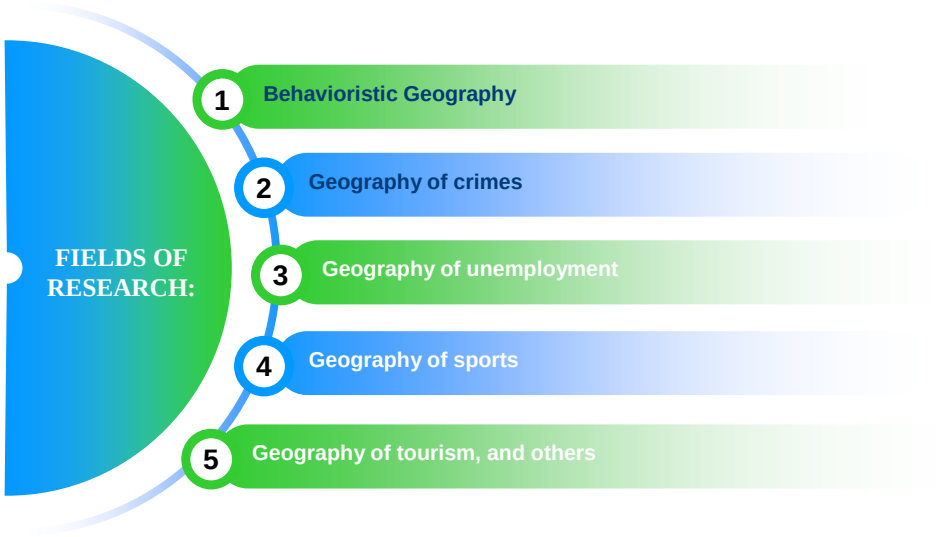


Fig. 3 – Fields of research

In the social sphere the progress is… encouraging, so far.

1. If the initial period, dating back to the first decades of the last century, is connected with a "peak" in identifying the (geo)demographic peculiarities of the people, and with creating instruments to analyze the "expected" on the basis of the "right" scientific conceptions – methodological and theoretical –, then this is a "success" of Social Geography.

2. In the mid-20th-century, researchers were induced to delve into the ocean of Sociology. There, Social Geography has a role as a modest recorder of events. But for the sake of modesty we are not going to list its other "roles".

3. The sinusoidal character of social processes gave us the results of the "happenings" during the 1980s. Objectively treated by all the social sciences, this led to the acknowledgement that Social Geography was one of them. It was "recognized" in the specialized scientific research and adequately certified.

2. Social Geography: some aspects of its evolution

The first attempts to define Social Geography were made by Elisée Reclus (1875) and Albert Demangeon (1922). So as to trace the scientific evolution of Social Geography we outline the following main characteristics.

The first one is connected with the etymological clarification of the term Social Geography. The numerous publications on this problem cannot be treated synonymously. Here we can mention some of

the Western authors with more unconventional ideas: Jones and Eyles (1977), Ratzel (2008), Mazurkiewicz (1992), Harvey (1990), Benko and Strohmayer (2004), Gould and Strohmayer (2004), Claval and Entrikin (2004), Benko and Scott (2004), Bassin and Berdoulay (2004), Taylor and Van der Wusten (2004), Philo and Soderstrom (2004), Ley and Samuels (1978), Samuels (1978), Buttimer (1978), Wallace (1978), Harris (1978), Tuan (1978), Fernandes (2000) and Pina (2009).

The studies of Jones and Eyles (1977) are directed at the determination of the nature of Social Geography, the conceptions, models and approaches in its development, the specification of the group framework and the decoding of the space-model-process interrelation. They comment on Social Geography as follows: “The obvious academic relation is between Geography and Sociology, and we are going to develop the discourse, that a great part of the socio-geographic theory can be sociological by origin, but there are also other important relations as to planning, History, Geography, Economics for instance. An eclectic like this, means that there is no topic that all of the socio-geographers would accept. Some would say that Social Geography is what the social geographers are dealing with” (1977, pg. 5).

Ratzel (2008) discusses questions related to the interaction between social basis and culture, and Mazurkiewicz (1992) speaks about the factors that led to the accelerated development of Social Geography, and especially about its introduction to Eastern European science. He connects this “boom” with the process of economization and regionalization. Buttimer (1978), Harris (1978), Ley and Samuels (1978), Tuan (1978), and Wallace (1978), among others, stress the epistemological orientations and the methodological implications.

The research of Harvey (1990) is very extensive and spectral. In the context of the development of Social Geography, he examines and analyzes the correlation between time and space, the cultural-political answers of their inconstant dimension, the factors and dynamics for development of Social Geography, ultimately, the geographical imagination.

The second characteristic rejects the existence of Social Geography as an independent science. The studies in this sphere are accepted as fragmental displays of the socio-geographical expression.

If we consider Russian Geography, which is the most sensitive to the problem (probably subconsciously compensatory), we note a different approach to the recognition of the “formal” geographical sciences, influencing the view of Social Geography. Alaev and Gohman (1983), the theoretical coryphaeuses of Russian Geography, look at it as a part of the triune methodological approach, studying the Economics, the *Socium* and the Ecology. V. Gohman (1984) determines the third “pillar” as a cultural-geographical one, and thus draws respect for his work. In times when the production sector was “everything” to the “Great East”, as was culture – an unreliable theme.

Also indicative is the statement of Y. G. Saushkin (1973): “Social Geography” is not a new “branch” of science of a type of Geography of Industry, Geography of Population, Geography of Services, but

simply the socio-geographical aspects should be present in all the fields and branches of our science!" In the last explanations Social Geography is examined as an independent science, but it has a different role in the hierarchy of socio-geographical directions. Probably because of this many authors mention its close relation to Geography of Population and to the interdisciplinary character of socio-geographical studies. Some authors even examine Social Geography as a part of Geography of Population, studying the social development of territorial social communities (Dolinin, 1984).

Others classify it as equal to Economic Geography, giving it the status of a leading geographical branch (Ratviyr, 1984; Alekseev, Kovalev and Tkachenko, 1983; Mironenko, 1990, among others). Social Geography is often referred to as a branch of Socio-economic Geography, studying the regularities and factors of development of traditional social cultures, the rates of their activity and the objective social proportions of "coexistence" (Mironenko, 1990)

Indeed, the object of this science is society, while the subject refers to the territorial organization of the social sphere. According to some definitions, the place of Social Geography in the system of geographical social sciences is within the range of the social sphere, including economics, as well as social, spiritual and cultural activity. Each of them has responsible functions. So, for instance, the economic sphere aims to ensure the necessary conditions for its realization, through production and providing resources for living,.

The social sphere is directed at the qualitative demographic elements of society, the spiritual one – to the formation of moral values, which are revealed in the taking of geographical decisions, defending the personal, as well as the "regional" collective priority, the political one – to the creation, cultivation and reproductive realization of political ideas.

The many attempts to separate Social Geography from Geography of Population and Social Culture have always led to the initial question concerning its objective scientific content. In 1984, T. Ratviyr suggested an approach, consisting in the examination of the question of how we can achieve a real collaboration between Geography and Sociology through the prism of the "synthesis-integration" relation. He claims that "in Social Geography, the already confirmed socio-geographical scientific directions are not included, but only the socio-geographical segments of Geography of Population, Cultural Geography, Geography of Education, as well as the socio-geographical body of Economic Geography".

In this sense, the variety of opinions on the content and the place of Social Geography reflects the different approaches to the sociologization of Public Geography. And determines **two levels** of this process.

- The first one is connected with the range of the object of formal socio-geographical subjects (sciences) and determination of a group of methods to examine the sphere of their competence.

- The second one assumes a transition from the quantitative (empirical data, publications, results) to the qualitative physiognomy of the socio-geographical direction.

That is to say the sociologization of Geography is a multispectral process, corresponding to global trends in social development and to the dialectical logic of the development of the science, on the basis of the differentiation and integration of the spheres of human knowledge.

"The inspirer" of Social Geography in Russia, V. P. Maksakovskiy, even today argues that such a science would be directed at man, at goodwill in his attitude to the environment, and at his social comfort. If you read the inaugural speech of V. Maksakovsky (2007) delivered to students of the Moscow State Pedagogical Institute, when he gives thanks for the Moscow student days he had, you will be convinced of his objective humanist orientation, his worldly honesty and his good academic reflections.

The natural "infusion" (actually it has never been outside) of Social Geography in the Public one is expected and admired. The opposite would be quite illogical.

3. Social Geography, territory and community

The question about the situation of persons in the sphere of socio-economic relations presumes their social adaptation, which inevitably makes man part of the territorial community. The latter represents a special object of socio-geographical research.

The term "social community" is convertible in sociological, as well as in geographical environment. It has been well documented in academia mostly by the representatives of eastern geography from Polish (Schtepansky, 1969) and Bulgarian Sociology (Yahiel, 1982; Oshakov, 1983).

The objective spiritualization of the individual, provoked by the environment of his habitat, takes on an adequate attitude to the outside world. Referred to the past it calls to light German Sociology, represented by its scientific forerunner, F. Tennis (1887), and by the robust (pre-revolutionary) Russian Sociology, whose identity was established in the scientific world through the works of A. I. Stronin (1869), studying the socio-economic structure of society.

In socio-geographical works territorial communities have a specific social character. They are resource groups of Social Geography and Geography of Population, provoking studies in reference to inequality of settlements, of social arrangement, of the way of perception of social processes, etc.. The community itself provokes discussions and, in terms of its scholarly determination, the structural-contextual character of its social dimension. The English equivalent of the term ("community") includes more than a hundred definitions (Hillery, 1955).

We can certify three main approaches to "community":

1. The first one is connected with revealing the specific relations that stimulate and accumulate a spirit of social appropriation.
2. The second one studies the network of interrelations, in which intentions do not refer to an adequate partner, but lead to tension in relationships.
3. The third one has geographical “filling”. It perceives the concept of “community” in the sense of a combination of social relations, which are displayed within particular state or administrative borders.

The territorial community is usually accepted as one of the social groups, designated on the basis of territorial indication, having the freedom of social communication. The manifestation of territorial communities is a socio-geographical task. In establishing its domain, the contribution of Alexeev and others (1983), Mironenko (1990), Trofimov, among others (Trofimoy, 1993a) is, in our opinion, undisputable. At the same time, it proves to be an independent socio-territorial system or a nucleus of the functioning territorial systems (Trofimoy, 1993b; Tkachenko, 2001).

In terms of scholarly veracity, in the sense of the “territorial community” concept, there are no differences of the principle in socio-geographic literature. The fixation of the object of study provokes the consolidation of joint methods and approaches of research. Even research-workers, expressing their doubt about the “scientific empathy” in the usage of sociological and geographical approaches (Tkachenko, 2001; 2002a; 2002b) register the need to adopt a complex attitude to the divided areas of the social environment, recognizing the different methods applied in research works.

Territorial community is one that can be spatially acknowledged. Its immobility or mobility has geographical and social arguments. Its pictorial and realized characterization includes three basic components:

1. Geographical territory (the territorial aspect);
2. Social interaction (the sociological aspect);
3. Common interrelation (the psycho-cultural aspect).

Referring to the first one, we would note its bilateralism. It can be seen in the perimeter of the surrounding environment, forming respective living conditions for the individual, as well as in the necessity for protection of this life, substantiated by the corresponding social activity of the same individual. The sociological aspect of existence of any of the territorial communities includes the realization of its social components as a whole, the adaptation of the territorial-social system in the conditions of the taxonomy scheme, focusing on the direct social needs of society.

The psychological aspect is charged with doses of subjectivism. It focuses on the self-identification of the social element, on finding those common goals, values and standards of communication, which could lead to the desired and adequate territorialization of intentions.

The territorial community is a basic benchmark of Social Geography. Its diversity, framed and exposed, is a peculiar heliographic projection of what happens… somewhere.

In historical terms, the manifestation of territorial communities is encoded in the human notion of evolution, in the forms of the social division of labor, and in the way social life is organized. At the end of the 19th century, the historian-ethnographer Morgan suggested a summarized scheme fixing the process of social evolution through the separation of its stages, distinguished by the manner of interrelations between man and the natural environment and the consumption of the main forms of usage of nature. He does not really focus on the character of evolution of social systems, built on the "supremacy" (?) of man over the surrounding environment, but rather on the adaptive change of the social structure of society.

In the mid-20th century, the American sociologist R. Park "fixed" four stages of human society as a social organism (ecological, economic, political and cultural). His studies, materialized in the conclusions, assume there is a close relationship between the "socium" and the necessities of the cultural spectrum of social activities. (Banykovskaya, 1994).

Without addressing some historical-psychological details concerning the evolution of nature and the manifestation of territorial communities, we have to mention the significant influence of the transition from industrial to post-industrial society. Its character and depth of display have been discussed in many works. Summarizing, we could mention the publications of Baranov (2000) and Yanitsky (1998), establishing the interrelations and the objective geographical condition of large urban territorial communities.

The essence of the multidirectional works related to this question formalizes several stages of scholarly evolution.

1. The development of local (as a rule town) territorial communities in the conditions of the "inspired" industrial stage, when they were created because of production reasons, based on the loyal relations between man and "the formalizer" (the employer, from the present point of view) of his activity. Here we should mention the fact that these communities do not have political influence. They are typical for spiritual-production individuals working in the Russian "Kamaz", as well as for the leaning of the employees of the French "Michelin" from Clermont-Ferrand or "Rhone Poulenc" in the 1970s. The 37 thousand employees working for "Reno" in Sochaux-Montbeliard certainly will confirm our thesis. Because politics is the social "lustre" under which the leanings of people take place.

Unfortunately the attempt to "introduce" foreign innovations in Bulgaria failed. The homes of workers in Radomir remained uninhabited and isolated. Those of Kraymorie and Debelt were not finished. Those built in Madan, Rudozem, Kardzhaly, and Dimitrovgrad were abandoned.

Paradoxical (probably only for those who are not familiar with the socio-economic relations in Western Europe) is the emergence of housing complexes of the Socialist type. Filled with different contents, of course. This can be confirmed by how people from Lancashire lived "this" way and in "these" conditions, as well as the shipbuilders from Dunkerk, Havar, Fosch and Setubal, working in the "flagrant Bulgarian areal complexes" of Madrid and Barcelona.

2. The second stage of development of territorial communities assumes activities have taken place directed at their psychological objectivization. In searching for legitimacy, necessary for every subject of the social object, at the necessity to look for support there. This presumes the presence of great independence and of social quest, of the acquisition of regionally-responsible freedom, which the members of the community can recognize as one that they need in such moments.

3. The third stage, following the logic of descending taxonomy, presumes an adequate relation of the community structures when local activities are "realized". It is maybe the most unattractive, but also the most effective in national terms, as well as in applied practical terms.

Another approach to territorial communities, based on the regularities in the spatial organization of society, is suggested by Tkachenko (1995), where the stages of development are related to the way of organization of space, including mainly "taking care" of the sphere of services, the way of settling down and working.

In 1993, a group directed by Trofimov (1993) developed methods to differentiate spatial communities based on the territory. Within the framework of the post-Soviet space, communities were differentiated as:

1. Population of national-state and administrative units, that displayed their "will" for settling and determining the demographic format;

2. "Other" population, inhabiting the peripheral geographic "localities", following "concrete" ways of life according to geographical conditions.

From the position of the "alleged" Western point of view, a classification like this provokes discussion. From the position of the "right" Russian view, it has a dissident character, only because of the element of evaluation. In Social Geography the taxonomy of territorial communities is analyzed in the light

and within the framework of social areas, which (no matter how many contradictions there are in their organization) have the following levels:

1. Territorial communities at national level. We accept them as the largest, historically developed territorial communities, which were preserved due to social interrelation as well as to the nostalgic feeling for keeping what is national.

2. Territorial communities in large socio-economic areas. Their heterogeneous origin "boldly" contrasts with their homogenous social behavior. It is dictated by the sense of political, cultural and… own survival and self-preservation.

3. The territorial communities at district, municipal (and why not at prefectural) or at whatever other level. Their differentiation is the most objective picture of the ethno-demographic diversity. But also the most inconstant and unstable. Because of the social psycho-geographical process, this means documenting the almost invisible social interrelations.

4. The community, encoded in the consciousness of each one of us, looking at the social processes with some hope. It is the one that we consider as primary, initial, irreplaceable. This is the family, the lineal community. From which everyone starts their travel along the path of their ambitions. But to which everyone goes back in deeply hidden moments of their individual spiritual peace.

This community determines the psycho-geographical nucleus of conscious and behavior, which a normal person cannot avoid. It has a secondary root – either the memory of its creation and localization, or the romantic taste of what have been shared by the predecessors concerning the possibility of recollections to be "present" at their sharing.

The interaction between Geography and Sociology leads to the appearance of the territory of T. Parsons (1996), who distinguished five structural categories – value, norm, community organization, manifestation (social role, physiognomizing the territorial communities). The studying of their psychology and the territorial aspects of Geography lead not only to the territory's sociologization, necessary for every "open" society, but also to fully shaping of its multilateral scientific spectrum.

4. The society and the importance of individual

At the beginning of the 20th century, P. Sorokin (1920) discussed society as a collective unity, as a combination of mental interactions, not taking into account the "spiritual" entity. Thus he hints at the slight difference between individual and person, suggesting that the second one could be a factor in the social

process. This is confirmed by the consequent “happenings” in society, “legitimized” scientifically in the publications of Waters, assuming people as elements of the social system. (Sivov, v. (2003).

Seven types of systems are adopted in sociology: individual, family, group, organization (firm, enterprise and others), social institute (law, education, religion and others), territorial community (village, town, district, country), and world community (world system) (Plotinskiy, 1998; 2001). Of greatest interest for Social Geography are the last two types, having territorial indication and an active relationship with the social systems and the other taxonomy levels, with the forms of spatial organization, behavior and influence on territorial communities.

The main difference of social systems compared to others, is in the genesis of their basic functions, leading not only to their existence, but also to their self-reproduction. The term autopoiesis (self-reproduction), later recognized by Biology during the 1970s, was scientifically used by Maturana and Varela (1980), Luhman (1995) and others. Autopoiestic processes describe the reproduction components of living systems, through which they preserve their vitality, organization and integrity. The main peculiarity of the operating social systems and their cognitive qualities, modification and regulative organization could be revealed through the self-reproduction processes.

We have to note some of the characteristics of social systems:

1. The probable character of behavior and interrelation between the system elements.
2. The “openness” of social systems to the aggressiveness of the “outer” information environment.
3. The “diluted” borders – conventional, declarative, functioning.

The characteristics of geographical systems which are formed and function on a particular territory, as a result of the interaction between nature, population and economy (Smirnov, 1971; Saushkin, 1976), are analyzed by Huzeev (1997). He claims that they are such territorial formations, in which not only borders are indistinct, but also the basic types of interrelations, as well as the motives for behavior and their compound elements.

The significance of social systems provoked the emergence of a new type of “works” – of “relative” systems. From the geographical point of view, these are the works of Cherchman (1979) and Checland (1990) during the 1990s, making reprehensive, but not destructive comments upon the systems. The methods and algorithms suggested and tested by Checland, attacking the problematic character of social systems, in which the main role is played by participants (both individually and in a group), confirm the hypothesis about the social adaptiveness of the group subject and about the necessity of collective social behavior.

The territorially settled way of life of the population is a process, provoked by the existence of the individual, as well as by the direction of his thinking. He is a participant in this kind of activity, in which his

geographical being is a part of the social process. Under the influence of the socio-reproduction approach, in line with the understanding of Kabo (1947), geographical science has the task of "studying the social man and his image (and behavior), his multidirectional characteristics and activities". With the works of Kabo and the consequent publications of Pokishevsky (1978), Kovalevsky (1979) and Baransky (1980a; 1980b; 2001), the conditions for "the birth" of Socio-economic Geography were created, for its curious gazing at the problems of the "nonproduction" sphere.

The first scientific meeting discussing these questions in Russia (1962) raised the official scholarly "directive" – the study of the "territorial aspect of the population and the productive forces as producer of material and spiritual values, as well as reproducer of them." (Trofimov, 1993)

The late 1960s and the early 1970s marked the rise of geographical branches such as Socio-economic Geography, Geography of Services, Recreational Geography, Cultural Geography, Geography of Religions and others. Subsequently these aspects found their place in regional studies, aimed at forming the socio-economic image of particular territories (Agafonov, 1984; Anohin, 1984; Lavrov, 1984).

5. Conclusion

Social Geography pays great attention to the contextual and territorial expression of the result of applying innovation technologies. Its interest in the government-production-result-information relation is especially strong. A greater part of the social sector of regional interrelations ignores the last component of the "equation". In our opinion, wrongfully.

The social basis is not constant. It is inherited especially in social relations. As such, it maintains interactions between environment, society, production and way of life, which correspond to its level of realization. A factor for its optimization is the achievement of social consensus, which balances the interests of the various social layers and social groups. This is a purpose of social policy, as well as of Social Geography, whose first concern is the territorialization of the process and the filling of the territory with the adequate social content.

From this point of view we consider social policy as a "helper" of Social Geography, and the latter, as a recorder of the materialized social successes. In the conditions of predetermined globalization connected with the global mobility and the common world market, may be this question is not of primary importance. A deep delusion!

We refer to it as a basic one, because the perception of man as a social individual, his identification with particular social and ethnic group, influences not only his socio-psychological behavior. It unlocks this recess of his spirituality, which makes him significant in his own circle. In this way he recognizes it, gets to

love it, defends it more and more, and stands up for its right of social and territorial community. And such an act of self-expression and defense is a significant factor for change of Geography.

New socio-economic conditions give innovation economy a key role – to preserve and stimulate the demographic (and in a broader sense human) capital as a basic resource for achieving prosperity. Here, at first sight, Social Geography enters a scientific conflict with social policy. However, this is the apparent part of the question. There is no way a conflict between form and content could exist. And more important – there is no being without these two indications, which gives Geography an everlasting presence in social processes.

The other question has to do with the desire of social communities to become integrated, to form unified (?) social space. It presumes that the natural social instinct of the content would put on "new robes", that is to say to change its form. And the process of "happening" is within the competence and the leading role of Social Geography. In this respect, there are already such attempts in Europe. We should not forget that, according to the numerous normative documents, the social policy of the European Union includes removal of linguistic barriers, organization of a system for social security, introduction of new technologies in education and management of knowledge (virtual, technologically-informational and others).

We understand that the unity of the social aspect of the European continent is a hope. Maybe a goal, and maybe a chimera? However, what is most important is the way in which it is achieved.

As the great Chinese wise man Confucius says: "There is nothing sadder for a hope, than to be fulfilled". We are clear that in this respect Europe would hardly ever sadden the hope. But, the way to that goal…

6. References

ALAEV, Z. B. (1983). *Sotsialno-ekonomicheskaya geografia: Ponyatiyno terminologicheskiy slovary*. Moscow.

ALEKSEEV, A. I., KOVALEV, S. A., TKACHENKO, A. A. (1983). *Geografia naselenia i sotsialynaya geografia.*// Vestn. Mosk. un-ta. Ser. 5. Geogr. -№ 3.

BANYKOVSKAYA, S. P. (1994). *Sovremennaya amerikanskaya sotsiologia*. M.

BARANOV, A. (2000). *Sotsialyno-ekonomicheskie problemi depopulyatsii i starenia naselenia*.// Voprosi ekonomiki. - № 7.

BARANSKIY, N. N. (1980a). *Nauchnie printsipi geografii*. M.

BARANSKIY, N. N. (1980b). *Stanovlenie sovetskoy ekonomicheskoy geografii*. M.

BARANSKIY, N. I. (2001). *Moya zhizny v ekonomgeografii*. M.

BASSIN, M. and BERDOULAY, V. (2004). *Historical Geography: Locating Time in the Spaces of Modernity in Benko, G. and Strohmayer, U. (eds*.) In: Human Geography: A History for the 21st Century*.* London: Arnold.

BENKO, G. and STROHMAYER, U. (eds.). (2004a). *Human Geography: A History for the 21st Century.* London: Arnold.

BENKO, G. and SCOTT, A.J. (2004b). *Economic Geography: Tradition and Turbulence in Benko, G. and Strohmayer, U. (eds.)* In: Human Geography: A History for the 21st Century*.* London: Arnold.

BLACHE, Paul Vidal de la. (1917). *France de l'Est (Lorraine – Alsace)*. Paris.

BUTTIMER, A. (1978). *Charism and Context: The Challenge of La Geographie Humaine in Ley, D. and Samuels, M.* (eds.) In: Humanistic Geography: Prospects and Problems. London: Groom Helm.

CHERCHMAN, C. W. (1979). *The Systems Approach and its Enemies*. New York: Basic Books.

CHECLAND, P. B., SCHOLES, I. (1990). *Soft Systems Methodology in Action*. Chichester: Wiley.

CLAVAL, P. and ENTRIKIN, N. J. (2004). *Cultural Geography: Place and Landscape between Continuity and Change in Benko, G. and Strohmayer, U. (eds.)* In: Human Geography: A History for the 21st Century. London: Arnold.

DEMANGEON A. Le declin de l,Europ. – P. Paayot, 1922

DEMOLINS, E. (1897). *Ecole des Roches. A quoi tient la superiorite des Anglo-Saxons*.

DOLININ, A. A., BUGAEV, V. K., SHIPUNOVA, Z. I. (1984). *Problemi metodologii i metodiki issledovania territorialynih obshtnostey v sisteme sotsialanoto rayonirovania.*//Sotsialnaya geografia SSSR (problemi metovologni i teorii). - L.: Izd. GO SSSR. Nimmk S. Ya. (1984). Problemi sotsialyno-ekonomicheskogo rayonirovania. L.: Nauka.

FAWCETT, L. (1995). *Regionalism in Historical Perspective.* In: Regionalism in World Politics. Ed. By Fawcett L. And Hurell A. Oxford University Press.

FERNANDES, João Luís. (2000). *The Concept of Territorial Marginality: a Reflection from the Standpoint of the Geographic Image of Portugal at the End of the 20th Century.* In Roser Majoral, Heikki Jussila and Fernanda Delgado Cravidão (Editors); Environment and Marginality in Geographical Space; Dynamics of Marginal and Critical Regions; International Geographical Union; Ashgate; Aldershot; United Kingdom.

GOHMAN, V. M. (1984). *Obshtestvennaya geografia, ee sushtnosty, struktura*. – V Vopr. Geografii, №122.

GOULD, P. and STROHMAYER, U. (2004). *Geography visions: the Evolutions of Human Geographic thought in the Twentieth Century in Benko, G. and Strohmayer, U. (eds.)* In: Human Geography: A History for the 21st Century. London: Arnold.

HARRIS, C. (1978). *The Historical Mind and the Practice of Geography in Ley, D. and Samuels, M.* (eds.) In: Humanistic Geography: Prospects and Problems. London: Groom Helm.

HARVEY, D. (1996). *Between Space and Time: Reflections on the Geographical Imagination in Daniels, S. and Lee, R*. (eds.). In: Exploring Human Geography: A Reader. London: Arnold.

HILLERY, G. A., Jr. (1955). *Definitions of Community: Area of Agreement.* In: Rural Sociology. Vol. 20 (June), № 2. P. 111-123.

HUZEEV, R. G. (1997). *Teoria prinyatia kompromissnih resheniy v geografii*. – KGU.

JONES, E. and EYLES, J. (1977). *An Introduction to Social Geography.* Oxford: Oxford University Press.

KABO, R. (1947). *Priroda i chelovek v ih vzaimnih otnosheniyah kak predmet sotsialyno-kulyturnoy geografii.* In sb.: Voprosi geografii, sb. 5, Moscow.

KOSVEN, M. O., MORGAN, L. G. (1935). *Zhizny i uchenie*. 2 izd., L.

KOVALEVSKY, S. (1979). *Nauchnie osnovi administrativnogo upravlenia*. M.

LAVROV, S. B., ANOHIN, A. A., AGAFONOV, N. T. (1984). *Sotsialynaya geografia: problemi etanovlenia nauchnogo napravlenia*.// Sotsialynaya geografia SSSR (problemi metodologii i teorii). -L.: Izd. GO SSSR.

LEY, D. and SAMUELS, M. (eds.). (1978). *Humanistic Geography: Prospects and Problems.* London: Groom Helm.

LUHMANN, N. (1995). *Social systems*. Stanford: Stanford University Press.

MAKSAKOVSKIY, V. P. (2004). *Na geograficheskom postu*. Smolensk: Universum.

MAKSAKOVSKIY, V. P. (2007). *Geograficheskaya kartina mira*. M: Drofa.

MATURANA, H. R., VARELA, F. G. (1980). *Autopoiesis and Cognition: The Realization of Living*. Dordrecht: Reidel.

MAZURKIEWICZ, L. (1992). *Human Geography in Eastern Europe and the Former Soviet Union.* London: Belhaven Press.

MIRONENKO, N. S. (1990). *Sotsiologizatsia kak tendentsia razvitia sovremennoy geografii*.// Metodologicheskie problemi razvitia ekonomicheskoy i sotsialynoy geografii. - M.: Izd-vo MF VGO.

OSHAVKOV, Zh., red. (1983). *Sistema na indikatori za sotsiologicheska informatsia*. Sofia: Izd. na BAN.

PARSONS, T. (1996). *Ponyatie obshtestva: komponenti i ih vzaimootnoshenia*.// Amerikanskaya sotsiologicheokaya misly. M.

PHILO, C. and SODERSTROM, O. (2004). *Social Geography: Looking for Society in its Spaces in Benko, G. and Strohmayer, U. (eds.)* In: Human Geography: A History for the 21st Century. London: Arnold.

PINA, Helena. (2009). *Grandes Problemáticas do espaço Europeu – Norte de Portugal e Galiza (coordenação)*. Porto: Edições Afrontamento.

PLOTINSKIY, Yu. M. (1998). *Modeli sotsialynih protsessov*. M.

PLOTINSKIY, Yu. M. (2001). *Modeli sotsialynih protsessov: Uchebnoe posobie dlya visshih uchebnih zavedeniy*. - Izd. 2-e, pererab. i dop. - M.: Logos.

POKSHISHEVSKI, V. (1978). *Naselenie i geografia*. M.: Misly.

RATVIYR, T. V. (1984). *Voprosi formirovania sotsialynoy geografii v sisteme geograficheskoy nauki*.// Sotsialynaya geografia SSSR (problemi metodologii i teorii). L.: Izd. GO SSSR.

RATZEL, F. (2008). *Culture in Oakes, S.T. and Price, L.P.* (eds.) The Cultural Geography Reader, Routledge: Oxon.

RECLUS, Jean-Jacques E. (1875). *Nouvelle Géographie Universelle*. Paris.

SAMUELS, M. (1978). *Existentialism and Human Geography in Ley, D. and Samuels, M*. (eds.) In Humanistic Geography: Prospects and Problems. London: Groom Helm.

SAUSHKIN, Yu. G. (1973). *Ekonomicheskaya geografia: istoria, teoria, metodi, praktika*. Moscow.

SAUSHKIN, Yu. G. (1976). *Istoria i metodologia geograficheskoy nauki*. - M.: Izd-vo MGU.

SHTEPANSKIY, Ya. (1969). *Elementarnie ponyatia sotsiologii*.

SIVOV, V. (2003). *Natsionalna identichnost, globalizatsia, evropeizatsia*. BALKANS'21/vol.2.

SMIRNOV, A. M. (1971). *Obshtegeograficheskie ponyatia*.// Teoreticheskaya geografia / Vopr. geografii, sb. 88. - M.: Misly.

SOROKIN, P. (1920). *Sistemata na sotsiologiyata*.

STRONIN, A. I. (1869). *Istoria i metod*. Sankt Peterburg; Politika kak nauka. SPb., 1872; Istoria obshtestvennosti. SPb., 1885.

TAYLOR, P. J. and VAN DER WUSTEN, H. (2004). *Political Geography: Spaces between War and Peace in Benko, G. and Strohmayer, U. (eds.)* In: Human Geography: A History for the 21st Century. London: Arnold.

TENNIS, F. (1887). *Obshtnosty i obshtestvo*. M.

TKACHENKO, A. A. (1995). *Territorialynaya obshtnosty v regionalynom razvitii i upravlenii*. Tvery.
TKACHENKO, A. A. (2001). *O „nachalah" territorialynoy organizatsii obshtestva.*// Territorialynaya differentsiatsia i regionalizatsia v sovremennom mire. Smolensk.

TKACHENKO, A. A. (2002a). *O protsesse sotsiologizatsii i elementah obshtey teorii sotsialynoэkonomicheskoy geografii*.// Regionalynie issledovania. - № 1.

TKACHENKO, A. A. (2002b). *Regionalynoe soznanie i territorialynie obshtnosti*.// Geografia i region. I.

TROFIMOV, A. M., CHISTOBAEV, A. I., SHARIGIN, M. D. (1993). *Teoria organizatsii prostranstva. Soobshtenie P. Sotsialyno-geograficheskoe prostranstvo i territoria*.// Izv. RGO. - T. 125. - Vip, 3.

TROFIMOV, A. M., CHISTOBAEV, A. I., SHARIGIN, M. D. (1993). *Teoria organizatsii prostranstva. Soobshenie Sh. Prostranstvenno-vremennaya organizatsia obshtestva*.// Izv. RGO. - T. 125. - Vip. 5.

Regionovedenie i regionalynaya organizatsia obshtestva. Permy.

TROFIMOV, A. M., CHISTOBAEV, A. I., SHARIGIN, M. D. (1993). *Teoria organizatsii prostranstva. Soobshtenie 1. Geograficheskoe prostranstvo--vremya i struktura geoobrazovania*.// Izv. RGO. - T. 125. - Vip. 2.

TUAN, Yi-Fi. (1978). *Literature and Geography: Implications for Geographical Research in in Ley, D. and Samuels, M.* (eds.) In: Humanistic Geography: Prospects and Problems. London: Groom Helm.

YAHIEL, M. N. (1982). *Sotsiologia i sotsialna praktika*. S.

YANITSKIY, O. N. (1998). *Sotsiologia goroda*. In: Sotsiologia v Rossii (pod red. V.A. Yadova). M.

WALLACE, I. (1978). *Towards a Humanized Conception of Economic Geography in Ley, D. and Samuels, M.* (eds.) In: Humanistic Geography: Prospects and Problems. London: Groom Helm.

DERMENDZHIEVA, Stela, DOYKOV, Martin (2015). A model of research project in the education in geography of the Balkan States. The overarching issues of the european space: spatial planning and multiple paths to sustainable and inclusive development. Porto. FLUP. pp. 371-390

A MODEL OF RESEARCH PROJECT IN THE EDUCATION IN GEOGRAPHY OF THE BALKAN STATES

Stela DERMENDZHIEVA
"St. Cyril and St. Methodius" University of Veliko Tarnovo, Bulgaria
stellamalcheva@abv.bg,
Martin DOYKOV,
"St. Cyril and St. Methodius" University of Veliko Tarnovo, Bulgaria
martin_doikov@abv.bg

Abstract

Geography, as a subject interprets the knowledge about the Balkans too stereotypy. Using the "common-general" approach in the studying of Europe, a fragmentariness is achieved with a clearly distinguished superiority of the natural-geographical characterization. The problematic areas, so typical for the region, which are object of study of Geography as a science, are only mentioned or missing at all. The interdisciplinarity as a potential for the formation of overall ideas is formal.

When we choose a model, we conform to certain criteria, among which traditions and innovations that preserved their value, global development trends, topical competences in young people.

Under a model most generally we understand a definite construction, in which we include some characteristics of the modeled object, but in the same time here are included some parts of our experience and thinking. Through the model we aim not only to cover as much as possible aspects of the studied object, but also with its help to discover such qualities of the object, which are new to us. Thus the model represents means for reaching presumable and possible truths.

The main questions, that are significant for the development of the present model, are: what is the internal logic of the regional socio-economic Geography – the Geography of the Balkan States; which are its main problems, the main key words showing the educational map, which can be made up; how to solve the dilemma between that, which is classical, which can be accepted as universal, necessary, basic, and that, which is marginal, although important, which can be considered as a novelty, which represents a hypothesis; with the help of which skills would it be realized: through stimulation to individual work, actualization of their experience and creation of conditions for its enrichment, through coping with problems and so on.

Keywords: Geography of the Balkan States, model, research project.

Resumo

A Geografia, como disciplina, interpreta o conhecimento sobre os Balcãs de uma forma demasiado estereotipada. Usando a abordagem "common-general" utilizada no espaço europeu, obtem-se uma visão fragmentada mas com uma superioridade claramente distinta da caracterização natural geográfica. As áreas problemáticas, tão típicas da região e objeto de estudo da Geografia como ciência, são apenas mencionadas ou falham por completo. A interdisciplinaridade constitui, pois, um potencial para a formalização de ideias base.

Quando escolhemos um modelo, este obedece a determinados critérios, entre os quais as tradições e inovações que preservaram o seu valor, as tendências globais de desenvolvimento e as competências temáticas existentes nos jovens.

Sob um modelo mais geral, nós estabelecemos uma construção definitiva, na qual incluímos algumas características do objeto modelado, mas ao mesmo tempo também incluímos algumas partes da nossa experiência e pensamento. Através do modelo visamos cobrir, tanto quanto possível, aspectos do objeto estudado, mas também descobrir as qualidades do objeto, que são novas para nós. Assim, o modelo representa meios para alcançar presumíveis verdades.

As principais questões que são importantes para o desenvolvimento do atual modelo, são: qual é a lógica interna da geografia socio-económica regional - a Geografia dos Estados dos Balcãs; quais são os seus principais problemas, as principais palavras chave que evidenciam o mapa educacional que se pode construir; como resolver o dilema entre essa metodologia, que é clássica, que pode ser aceite como universal, necessária, de base, com o que é marginal, embora importante, que pode ser considerado como uma novidade e que representa uma hipótese; com que metodologia poderia ser realizado: através da estimulação de trabalho individual, a atualização da sua experiência e a criação de condições para o enriquecimento dos jovens, pretendendo-se a capacidade de lidar com os problemas.

Palavras-chave: Geografia dos Estados dos Balcãs, Modelo, Projeto de pesquisa.

1. Introduction

Geographical education has the potential to form correct eyesight for the uniqueness, globality and the internal relations and interdependence in the system “man – nature – society”, which has the same basic characteristics and shares the life in our planet. Imposing synonymous resolutions, it stresses upon the uniqueness of human experience, the cultural diversity and the long history of communication between the different groups and communities.

Where is the role of Geography as a science and educational subject in the building of personalities, capable to adapt flexibly to the different social roles and having skills for adequate reactions to the dynamic processes of modern times?

The answer to this question is not simple. Its reproduction in the different stages of the organization of geographical education is multispectral. Synonymy may be searched only in the fact, that Geography (together with the other disciplines from educational field "Social Sciences and Civic Education") has a leading role in the development of students' social culture and in the realization of the civic mission of education.

Through acquiring of the most valuable achievements of social cognition, students get prepared for better orientation, adaptation and realization at contemporary realities; they develop their abilities for active civil participation in social life in the conditions of cultural diversity and globalization.

In ancient times the Balkans were one of the cradles of civilization. The Balkan Peninsula occupies the southernmost part of Europe and is situated in the close proximity of Asia and Africa. This contributes for its transformation from ancient times into a crossroad among the three continents and to go through stormy and crucial events in its history.

The history of relations between states on the peninsula is full of separations, contradictions, claims and submission to foreign for the region interests. The particular conditions in the geographical structure, the historical development and ethnic structure of the population of the Balkan Peninsula have led to composition of a combination of typical features, specifying the image of residents of this region. The Balkans are a crossroad of cultures. Their position on the peninsula makes them accessible for different influences – economic, political and social. These influences are refracted through the living conditions and the conception of the world of heterogeneous ethnic groups.

In their development Balkan states differ from one another in political, economic and military aspect. Their interrelations are influenced by historical and geographical factors. The Balkans as a territorially differentiated category is a multidimensional concept.

Contemporary Social Geography focuses on the key problems such as: the ethno-cultural image of population and the complicated historically inherited relations with different peoples outside the region; using of the potential for economic development through optimal using of the proximity to states from the Near East, the Arabian world and the Mediterranean lands; further integration of the Balkan states in regional and European scale.

In what extent and how does school Geography respond adequately to the necessities for formation of an overall image of the Balkans, which is called to introduce that element of preserved awareness for belonging to particular space, without which man could not exist completely?

Geography as a school subject in the Bulgarian secondary school interprets the knowledge about the Balkans too stereotypy. Using the "common-general" approach in the studying of Europe a fragmentariness is achieved with a clearly distinguished superiority of the natural-geographical characterization. The problematic areas, so typical for the region, which are object of study of Geography

as a science, are only mentioned or missing at all. The interdisciplinarity as a potential for the formation of overall ideas is formal.

Parallelism in the studying of Europe and the Balkan Peninsula (Fig. 1):

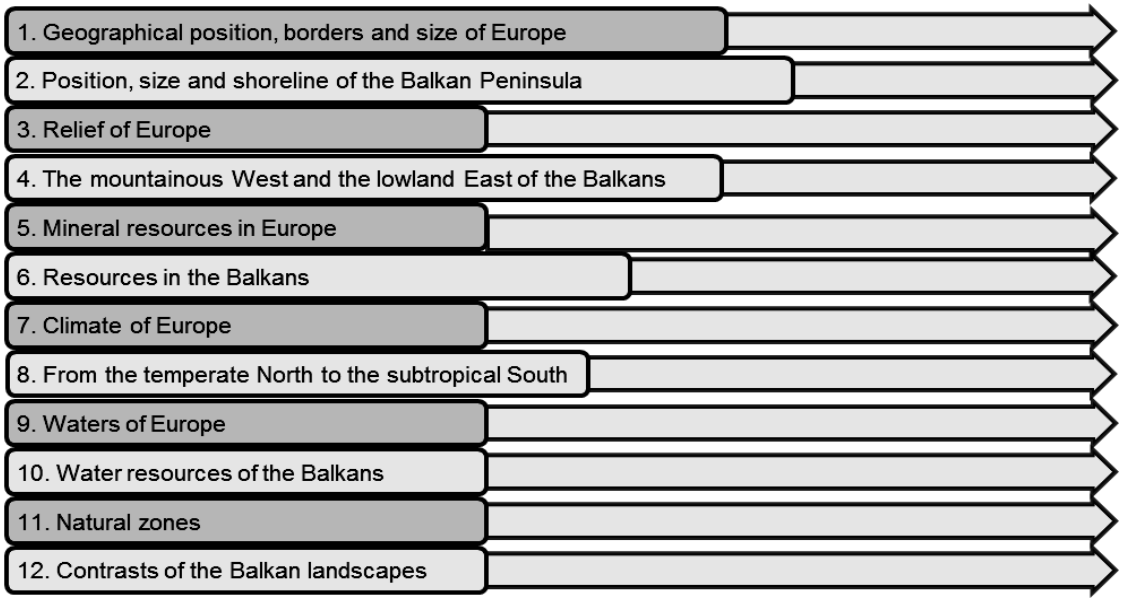


Fig. 1 – Problematic fields in the studying of Geography of the Balkan Peninsula

2. The Model

When we choose a model, we conform to certain criteria, among which traditions and innovations that preserved their value, global development trends, topical competences in young people (Dermendhzieva, 2001, 2010). Under a model most generally we understand a definite construction, in which we include some characteristics of the modeled object, but in the same time here are included some parts of our experience and thinking. Through the model we aim not only to cover as much as possible aspects of the studied object, but also with its help to discover such qualities of the object, which are new to us. Thus the model represents means for reaching presumable and possible truths.

The model includes natural characteristics – attributes of the model of education in Regional Socio-economic Geography. In its development we use as a basis flexible structure, founded on determinate strategy and developed in horizontal and vertical plan.

Answering the question ***"In what conditions, and at what level of education could the research project be used?"*** we have to note this, which:

- represents an environment for action (for realization of different activities);

- treats students and teachers as personalities;
- covers the current level of development of students on the background of the travelled road of life, as it aims to understand the logic of this road;
- includes the level of professional expression of teachers on the background of their road of life, looking for the logic of this road (as well as on the background of the current socio-cultural context), or in other words – "the path of the teacher" as one of the threads of the road of life, and not only as a professional role.

The created program-model could be regarded as a scenario which should be entirely realized (Dermendhzieva, 2001, 2010). It doesn't restrict the creative work of the teacher and is regarded as an indicator for students, as a peculiar type of cognitive map, a type of staging, an axis around which will be concentrated the activity of teacher, students and their teamwork. This way the independently created model instigates internal motivation for work, amplifies the personal engagement, strengthens stability against difficulties, but brings danger of rejection of other ideas, created on other principles, recognizing different value systems.

The realization of this model of education consists of two points of view:

1. The creation of this program-model (from this point of view is important the level of cognitive competency of teacher, his knowledge, recognition of different ideas, comprehensions, theories, his readiness to use consultations from specialists in the particular field and to cooperate);

2. The realization of the program-model (from this point of view is important the level of methodical competency, connected with the skill to arouse interest with the material he teaches, to include them in the teamwork).

The basic questions that were considered in the process of creation of this model are:

- ❑ what is the internal logic of the Regional Socio-economic Geography – Geography of the Balkan States, which are its main problems, basic key words, revealing the cognitive map, which can be made up;
- ❑ how to solve the dilemma between this which is classical, which can be considered universal, necessary, basic, and that which is marginal, although important, which can be considered novelty, which represents a hypothesis;
- ❑ with the help of which of the approaches will it be realized: through stimulation to self-dependent work, actualization of their experience and creation of conditions for its enrichment, through overcoming of problems and etc.

The one who implements this model of education should be considered entirely and dynamically, that is to say as a personality. The development of creative skills by the stimulation of self-expression and

self-realization as active, with equal rights and free persons, the bringing forward of harmonious and humane interrelations and interactions in the educational process in Geography, are some of the significant priorities and their realization presumes the modeling of the desired result in three main dimensions (Fig. 2):

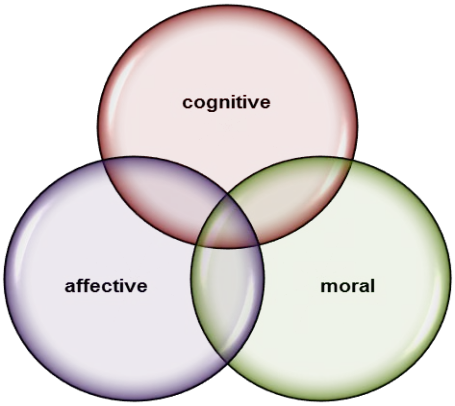


Fig. 2 – Modeling of the desired result

▪ **cognitive dimension,** revealing itself in: mastering of system of knowledge; usage of the research project as a specific "form" of knowledge, self-knowledge and creative work, of personal reflection and attitude to reality, and also as a system, which provides unity in the development of the mental and logical structures, the creative thinking and expression; conscious and motivated decision and working in "teams" as they learn to "cooperate and coordinate, discuss ideas, to accept criticism and the fact that there is not only one way of solving of a particular problem" (Tedesko, 1994, 13).

▪ **moral dimension,** revealing itself in: creating of opportunities for development of a system of values, which is in the base of the humane attitude to man and nature; mastering and using of norms and standards of positively oriented behavior, based on the universal values, and providing preparation for a responsible way of living; direction of the efforts to mastering and using of skills for cooperation and partnership, determined by such a basic value orientation, in which the group considers itself a community and cooperates for the expression of personality and creative uniqueness; development of a system of interrelations with a humane determination, which together with geographical knowledge about the regional Socio-economic Geography to cooperate for the right attitude to reality.

▪ **affective dimension**, which shows itself in: realization and maintaining of the most favorable proportion and unity of the rational and the emotional in the process of formation and development of the personality; analysis and settling of emerging emotional contradictions and conflicts in the context of social and interpersonal relations; direction of efforts to integration of the positive influence of the group, of creative self-expression.

3. Research Project

The synthesis of the specified aspects presumes a wide range of approaches for realization, whose potential possibilities determine such an orientation of usage of the research project in the studying of the Regional Socio-economic Geography. In the specified field especially favorable is the using of activity, in which as significant are recognized: ***development of creative capabilities and activation; optimal using of the "group potential"; stimulation of geographical thinking; creation of atmosphere of openness and cooperation; centering on studying through seeking, discovering, group orientation*** (Dermendhzieva, 2001, 2010).

The questions connected with the research project, we are seeking answers to are (Fig. 3):

The method of the projects has important place in the education in Geography and Economics, because it requires complex knowledge and skills for the solution of geographical problems through collection, analysis and presentation of information. It is always orientated to self-dependent – individual, group and team, which they carry out for particular time.



Fig. 3 – Questions connected with the research project

In the realization of the projects method in the education in Geography and Economics are considered the following basic requirements:

- presence of significant problems, tasks, requiring integrated knowledge and research approach for their solution;
- the desired results to be of practical, theoretical and cognitive significance;
- application of self-dependent, individual or group work;

- structuring and restructuring of the geographical educational contents in the content part of the project;

- application of a research method, which requires the implementation of particular sequence of actions such as: specification of the problems and the originating from them tasks for research, creation of hypotheses for their solving, discussing the methods of research, discussing the ways for presentation of the final results, systematization and analysis of the received data, distribution of tasks connected with the modeling of the results and their presentation, formulation of conclusions and specification of new problems for study.

In the choice of the research project should be followed the direction to restructuring and generalization around the main ideas, systems of concepts, regularities, modes of activity, explicit presence in the education material of a system of geographical competencies and models of behavior.

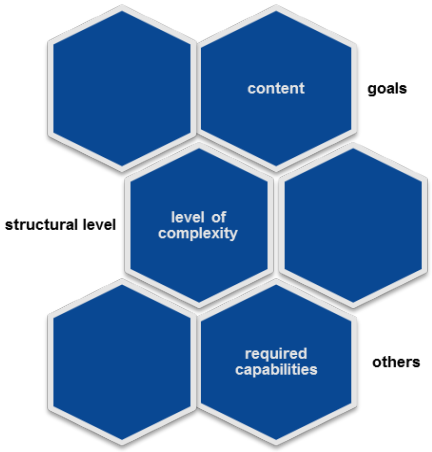


Fig. 4 – Criteria for typology of projects

The research project is a problematic act, realized completely in natural environment. According to J. Beaumont, R., and S. Williams (1983) the project is a “significant practical unification of activity, charged with educational worth and orientated to one or more purposes for understanding, clarification, research and solving of problems; planned and completely fulfilled in natural way, as it is in real life.” The following characteristics of the research project could be distinguished: **stimulation to thinking; priority of problems over principles;** acquiring of **active** character, applying knowledge and skills and, at the end, **development** as a unifying part of the process of education in Geography.

There are several types of projects (Pozo, 1980) (Fig. 4).

Some formulations are even so ambitious that they aim at the solving of real problems. The type of research projects we have in mind is determined by the high level of complexity and from there its

applicability in the last years of the education in Geography. The intellectual maturity and possession of enough skills and knowledge by the student make the application of this type of projects possible.

The last one is characterized by the following (Fig. 5):

The realization of research projects chases the following purposes: **discovering and defining** of significant and solvable, through which are developed and stimulated the sense of commitment and personal responsibility; performing of **self-dependent research activity** (from the specification of the problem to its realization), which gives the possibility the level of difficulty to be thought over entirely, which manifested in the process of research; achievement of **satisfaction** from exercising of complicated activities; providing of **conditions for cooperation** and competition among students.

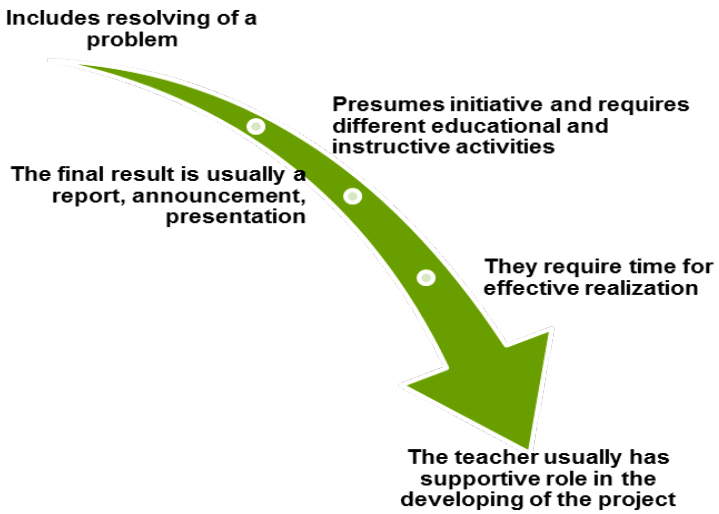


Fig. 5 – Characteristics of the research projects

All this makes possible the achievement of the following purposes:

- To be acquired knowledge: the conceptions, theories, information about the chosen sphere of activity should be overthought and applied;
- To be practiced methodologies: to use wide range of skills – projecting and effective planning of the stages of work; searching for sources, systematic and optional collection of information; analysis of this information; synthesis and formulation of the conclusions; critical testing of own

activity and of the activity of other participants in the project; deciding when an advice should be sought and how to present the conclusions in acceptable form.

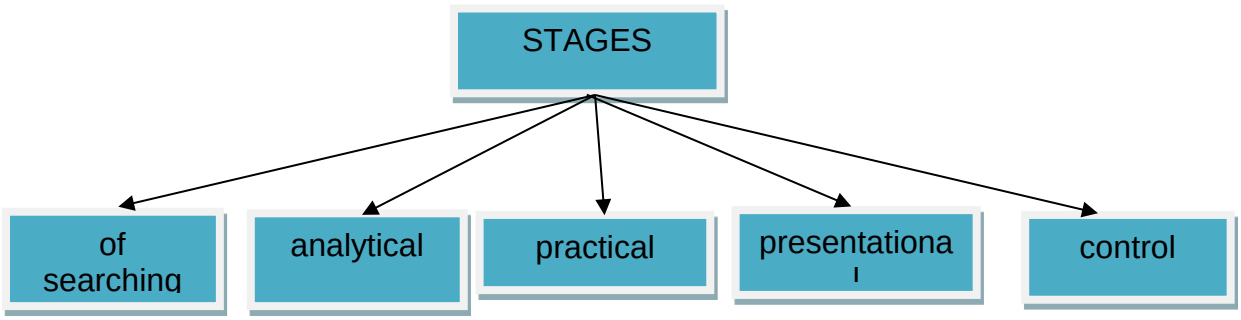


Fig. 6 – Technology of application of the project method.

▪ And finally: the possibility to face moral questions, concerning different dimensions – to be revealed the values of social factors, moral dimensions of own decisions in the realization of the project and etc.

The stages and the contents of the research projects may be most generally presented in the following way:

❑ Definition of the problem – choosing of a common thematic field; choosing of orientation (applied research or not); making of bibliographic reference on the problem; final specification of the problem and its range; presentation of hypotheses and purposes; making up of written plan for working.

❑ Presentation of the methodology – details of the used methods and other instruments.

❑ Collecting of the data – planning; studying of the data.

❑ Processing and analysis of the data – work with information (verification, statistical processing drawing of graphs, maps and others); examination of the results.

❑ Writing down and presenting (report, announcement, paper).

It must include (Fig. 7):

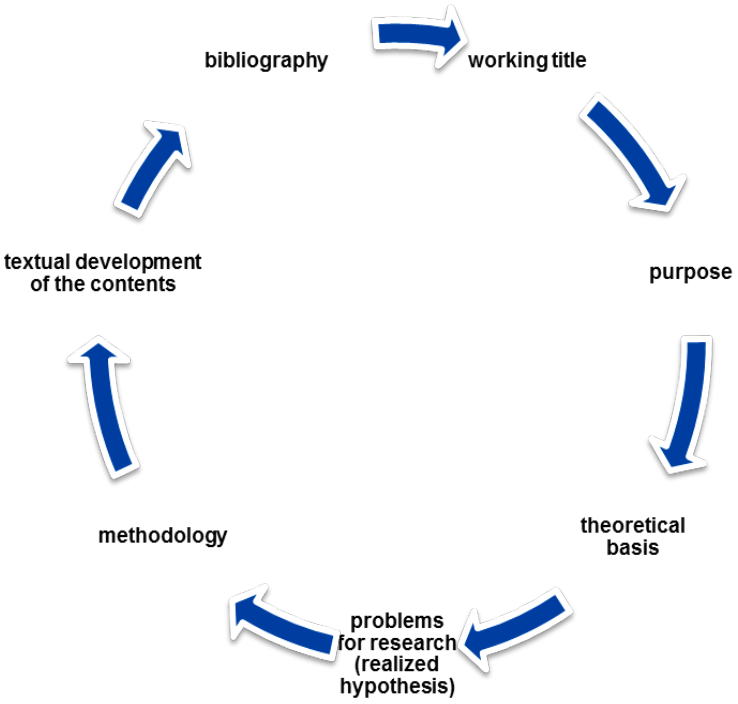


Fig. 7 – Exemplary structure of report, announcement, paper

The planning of the research project presumes (Fig. 8):

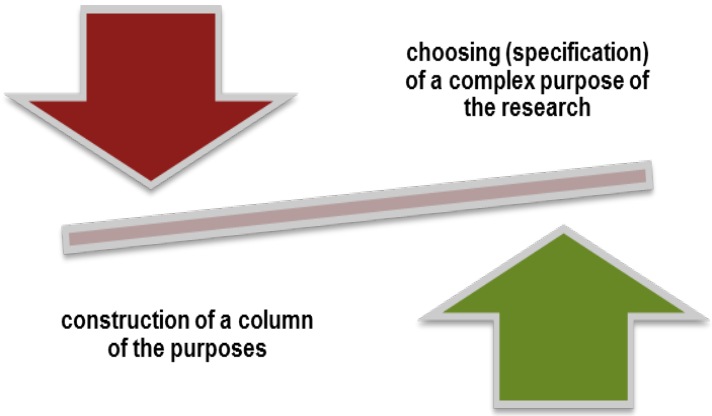


Fig. 8 – Planning of a research project.

On figures 9, 10, and 11 are presented principle schemes of a graph of the purposes. Regarding the concentration of studies are possible the following variants:

a)

TFR – theme of the fundamental research

TAR – theme of application research

D - decision

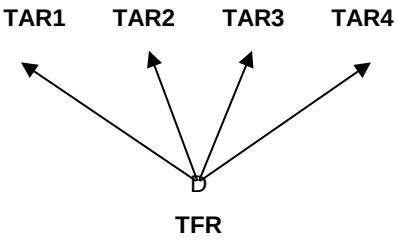


Fig. 9 – Multivalence usage of results from fundamental researches.

b)

LT – "large theme"

PT – partial theme

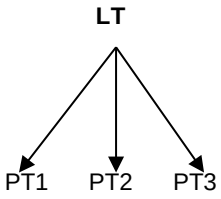


Fig. 10 – Unification of partial themes.

c)



Fig. 11 – Common processing of separate partial themes

The presentation of the scientific research is subordinated to the following general **scheme** (Fig. 12):

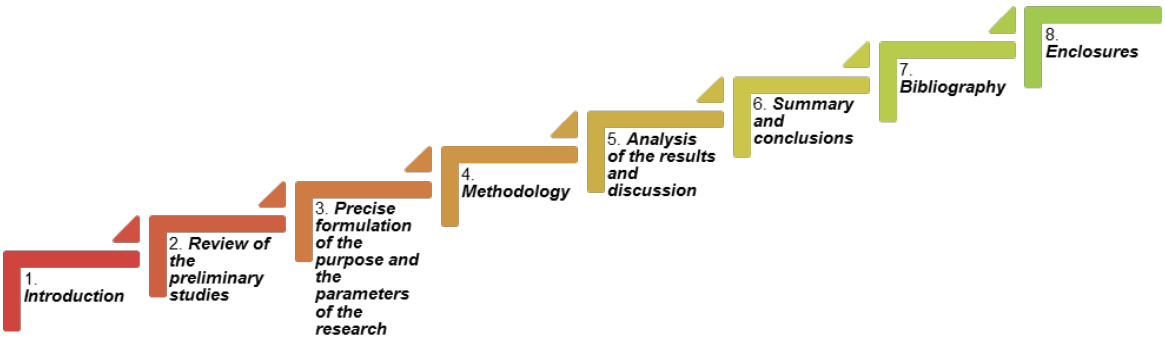


Fig. 12 – Stages of a scientific research

1. ***Introduction.*** Specification of the problem which will be researched and outlining of the significance of the research. Short presentation of different parts.

2. ***Review of the preliminary studies.*** It is necessary in order to be clarified the base of the research, examining the theory, methodology and the achieved discoveries about the researched problem. That is to say to be proposed opinion on the problem. This part may be in two forms: general review of the bibliography on the theme, organized as "historical" review; thorough assessment of the moment with focus on the basic conceptions.

3. ***Precise formulation of the purpose and the parameters of the research.*** After this the concrete purposes and borders of the research should be clarified. The hypotheses that have been made should be compared to the preliminary presented basic theory, and the way they will be proved (supported) should be chosen.

4. ***Methodology.*** A description of the research of the problem, used techniques and methods, and why they were chosen should be made.

5. ***Analysis of the results and discussion.*** In a systematized way should be presented the text results from the research.

6. ***Summary and conclusions.***

7. ***Bibliography.***

8. ***Enclosures.***

G. V. Patton and D. S. Sawicki (Patton, 1986, 96) describe the following scheme of a report after a practical research of a **regional political analysis** (Fig. 13):

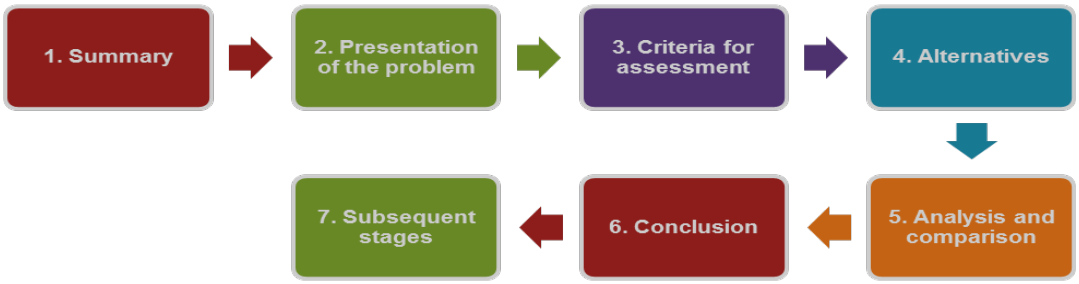


Fig. 13 – Scheme by Patton, G. V., D. S. Sawicki. (1986). [Patton, pg. 96]

1. **Summary.** The report should begin with a short summary (up to 1-2 pages), which in synthesized way presents the structure and contents of the research.

2. **Presentation of the problem** in a way in which it will be most intriguing for the audience – by using maps, schemes, graphs, anecdotes and so on.

3. **Criteria for assessment**. The adopted criteria (demographic and others) for assessment should be described and clarified. Special attention should be paid to the essence of the political processes.

4. **Alternatives**. The alternative points of view and positions should be described and grouped by types and level of coincidence.

5**. Analysis and comparison**. The way of analyzing of the different alternatives should be explained. In order to be done this statistical data, mathematical formulas, scenarios and other suitable techniques should be used. The changing of the alternatives in definite parameters should be proved. The alternatives should be generalized and compared. After an objective analysis the inappropriate should be excluded and the others should be worked out in details.

6. **Conclusion.** The conclusions should be presented and on their basis some recommendations should be made.

7. **Subsequent stages.** The eventual need of subsequent research should be specified. Particular problems that need further analysis should be outlined.

The criteria for assessment of the educational project include: completeness, expedience, correspondence to the problem, originality, method of presentation. During the project work the most important thing is the working process, not the final result. The stages are: choosing of the problem or studying of the given task; analyzing of what is known and what is unknown; formulation of assumptions (hypotheses) for the possible variants for resolving of the problem; one of the assumptions is chosen for which are presented evidences; the project is modeled and it is presented in an appropriate form.

The stages of the classical project are (Fig. 14):



Fig. 14 – Stages of the project

One of the possible decisions for final product of the educational activity is the scientific geographical work, which in its nature represents a type of work on particular theme, in which is revealed the character of one problem. As every scientific work it has: ***I. Introduction; II. Exposition, which includes: thesis, evidential part and facts; III. Conclusion.*** The composition of a scientific geographical work presumes: research of literature sources; working out of a plan-conspectus, containing the basic information from them in a logical sequence; making up of a plan-thesis, which covers the processed information, logically structured (well-arranged) with the basic (key) questions on the theme and the most significant on each of the questions; developing (writing down) of the theme following the plan-thesis – with possibly most complete and thorough (analytical and problematized) presentation of the contents (textual, graphical, tabular) and with expression of personal opinion on the problems.

The main purpose is the stages of research activity to be correctly identified (Fig. 15):

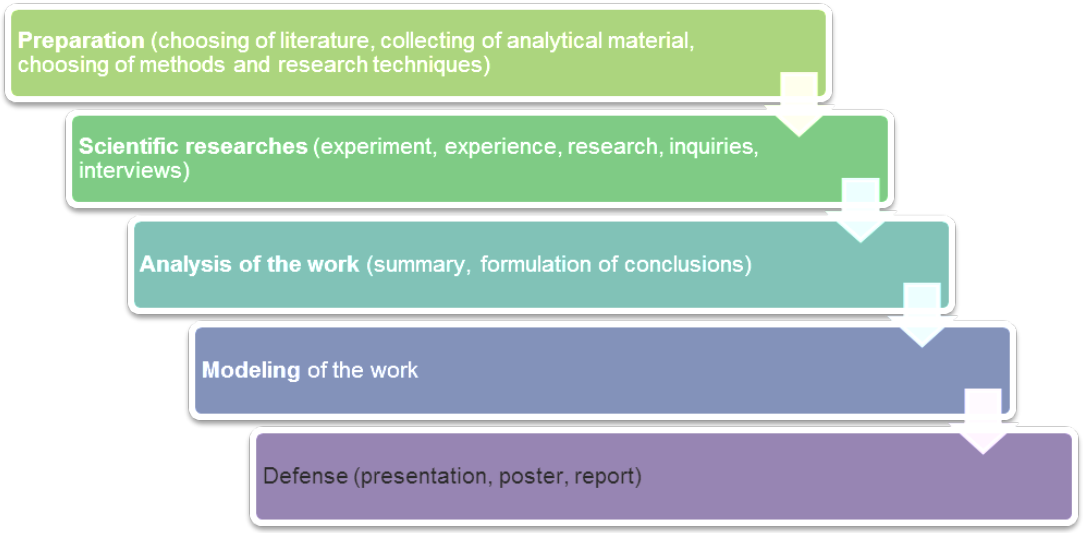


Fig. 15 – Stages of research activity.

4. Model of a research project on theme "Politico-geographical and Geopolitical Aspects of the Balkan Regional Cooperation"

We propose a model of a research project on theme "**Politico-geographical and Geopolitical Aspects of the Balkan Regional Cooperation**" (Fig. 16).



Fig. 16 - A model of a research project on theme.

The theme can be elaborated through the revealing of the possible sources of common regional interest. That supposes a thorough analysis of some aspects of the Balkans as regional space. In the course of the research the character and acquired the contents of the following concepts should be reminded: ***ethnonational structure, confessional structure, state structure*** (Fig. 17).

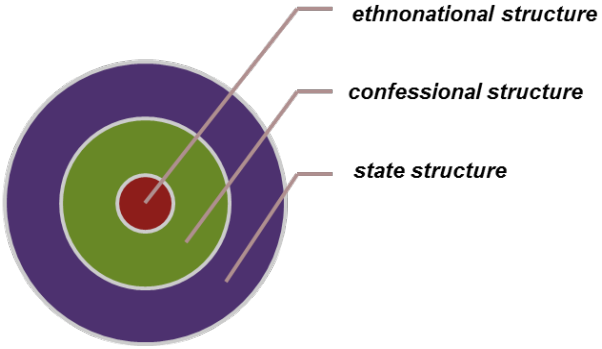


Fig. 17 - Some contents of the research.

After a discussion on preliminarily outlined problems, the following conclusion should be made: there is an ethnonational structure, which is determined by the complicated interweaving of nations and ethnoses. There is a specific confessional structure, which includes Christianity (Orthodoxy and Catholicism) and Islam. The third face of the region is the state structure, which doesn't cover and cannot be covered by the first and the second. There are actual and inherited contradictions among the three structures that were mentioned, there are also big differences among the positions of the Balkan states to these contradictions, there is and "usage" of these contradictions by geopolitical powers. Most unconditionally these differences are expressed through the nation-state interrelation and through the opposition between Islam and Christianity. In a synthesized form is presented the essence of Samuel Huntington's theory about the clash of civilizations.

The research takes place on **two** levels. **The first** one is connected with the characterization of the nation-state relation. In the states on the Balkan Peninsula, the ethnonational structure historically, in the process of formation of nations, didn't get an adequate state-political structure.

The work on the first level is focused on clarification of the following significant moments:

- Analysis and comment on the fact that the ethnically modeled national-state ideology was posing the comprehension of the state as a uni-national state of ethnical type, which generates aspiration for ethnical homogenization. We should conclude that this is one of the separating Balkan factors and one of the reasons for the underdeveloped consciousness for Balkan community and common Balkan regional interest.

- Realization of the circumstance that the outlined tendencies in the development of the ethnonational processes and especially of the interweaving of ethnical and regional problems of the Balkans problematize the stability of most of the Balkan states. Here should be noted the reasons for the war in Bosnia, for the unrest in Kosovo, and also a parallel should be drawn with the "Cypress variant". Serious ethnic problems exist in almost all of the Balkan states, including Turkey.

- Exploration of the party and parliament practice in the states of the Balkan Peninsula, in result of which the conclusion will be made that in all of the states in the region exist ethnical parties, which together with the state structures obviously or secretly have pretentions to govern and in significant extent they "govern" their minority. Typical of these parties is that they aim to act as leaders of territorially differentiated masses of the population. On the basis of the results from the last parliamentary elections in the respective states the students make a map of the "Electoral Geography" and compare it to the map of the ethnical minorities. They comment on the coincidence of areas and (in much less extent) the differences.

- Making the conclusion that in a number of countries the tendencies to separatism amplify, which prevents the formation and consolidation of awareness of the regional community. Particular examples of the displays of separatism in the region are also given.

The second level of research is connected with the analysis of the Islam–Christianity relation, i.e. of the religious confrontation on the Balkans. Here should be clarified the following circumstances:

- That the Balkans are predominantly Christian region. But one part of them is a territory well covered by the Islam religion. On the basis of interdisciplinary relations with History, this circumstance is analyzed and the ethno-confessional areas are outlined. The ethnonational and religious integrating functions of the two religions are characterized. The conclusion is made that the ethno-integrative functions of Islam are mainly directed to the Turkish and the Albanian nations, and these of Christianity – to a great part of the population of Bulgaria, Serbia, Macedonia and Greece. Discussed is the pressure on the Islamized groups of the population of non-turkish ethnical

origin for their turkization and differentiation as a Muslim minority or nation as in Bosnia and Herzegovina. A map of the religious spreading of the population in this country is made up.

- That in contrast to Christianity which connects the Balkans with Europe, in Islam can be found an aspiration for uneuropeanization of the Balkans, for erosion of their historical, cultural and other types of European identity. In this context the question about the future development of Turkey is discussed: as a modern secular state, a participant in the European process, or as a state, built on the base of the Pan-Turkism and the Islamic fundamentalism. Evidences "for" and "against" the two opposite theses are given.

- That on the Balkans in future will exist bi religious situation – Christian Balkans (the bigger part of the region) and Muslim Balkans.

On the basis of research of historical, ethnographical, geographical and regional studies materials, the conclusion should be made that: leading should be not the ethnical and even less the religious differences, but the common interest of the Balkan states and peoples in peace, cooperation and stability in the region.

The final part of the research is connected with putting the stress on those priorities, which in the fastest way will help for the accomplishment of the process of mutual regional development:

1. Mutual interweaving of the vitally important national interests with the non-less important regional interest.

2. The better exploitation of the geopolitical potential of the Balkans – as a geographical position, as a crossing of strategic interests of world and regional powers, as a place of contact of different cultures, religions, civilizations, as a communication center between Europe, Asia and Africa.

3. Realization of the opportunities for regional economic cooperation – through the functioning of the Black Sea Economic Cooperation Organization, the development of integral Balkan transport and other infrastructure - roads, oil and gas pipelines, communication connections, free zones for regional trade and so on. On the basis of the preliminary explored economic-geographical and other specialized literature students make short reports, predict the future economic development of the region and the probable changes of the territorial structure of economy.

4. Solving of the problem of environmental protection – through the building of the foundations of common Balkan ecological policy.

5. Regional cooperation in the military sphere and characterization of the war geography of the region.

6. Preservation and development of the Balkan culture. Reaching the conviction that the contemporary Balkan cultural cooperation would stimulate the preservation and development of the cultural identity of Balkan peoples, would provide protection against the contemporary cultural "colonialism", would cooperate for the creation of European and Balkan information space.

The model of territorial specificity we search in the answers of the questions (Fig. 18): *What are the reasons for the level of development? Why do people live this way? Who lives in the Balkans? And the directions could be:*



Fig. 18 – The model of territorial specificity.

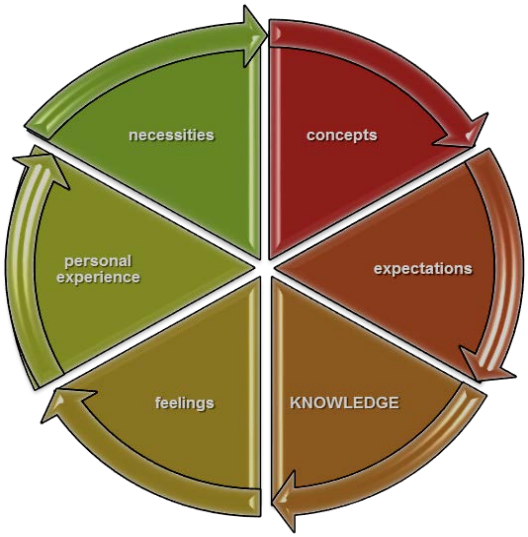


Fig. 19 – Perception of the territory.

The research finishes with the making of fundamental conclusions and formulation of particular suggestions for optimization of the Balkan regional cooperation. As a result of the development and application of the project method in Geography of the Balkan States we can draw some general conclusions:

- Through application of the system of activities for realization of the project activity is facilitated the creation of educational environment, which can motivate for self-dependent search, processing and

analyzing of geographical information, for activation of personal interest in the acquiring of new actual knowledge.

o The application of the method of projects in a system contributes to the formation of different types of competency in students: communicative (for widening of contacts), social (for teamwork and performing of different roles) and objective – for development of cognitive capabilities related to the concrete geographical educational contents.

o The method of projects presents opportunity for individualization and humanization of the educational process in Geography, for meeting of specific necessities and interests of students, for development of their creative skills.

o The application of the project method requires continuous preliminary preparation, which demands its reasonable application.

Bibliography

DERMENDZHIEVA, S. (2001). *Metodika na izsledovatelskata deynost po regionalna geografiya*. V. Tarnovo: UI "Sv. sv. Kiril i Metodiy", 328 s.

DERMENDZHIEVA, S. i dr. (2010). *Geografiya i obrazovanie. Metodika na obuchenieto po geografiya, Parva chast*. /S Dermendzhieva, P. Sabeva, B. Dimitrova/. V. Tarnovo: UI „Sv. sv. Kiril i Metodiy", 400 s.

TEDESKO, H. K. (1994). *Po povod na metodite na obuchenie* - V: Strategii na obrazovatelnata i nauchnata politika, 3, 12-17.

BEAUMONT, J. R., WILLIAMS, S. W.. (1983). *Project work in the geography curriculum. An advanced level primer*. Londress

POZO, J. I. (1980). *La didactica hoy*. Burgos.

PATTON, G. V., SAWICKI, D. S.. (1986). *Basic methodos of policy analysis and planning*. Prentice Hall.

GEOGRAFIA, EDUCAÇÃO GEOGRÁFICA E SUAS REPRESENTAÇÕES POR PROFESSORES EM FORMAÇÃO.

Felisbela MARTINS

Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

CEGOT- Centro de Estudos de Geografia e de Ordenamento do Território

Felisbela.martins@gmail.com

Resumo

Hoje, a principal meta da educação geográfica é a de preparar os jovens para a vida num mundo em constante mudança, noutras palavras, prepará-los para o futuro. Através da Geografia, podemos educar para a cidadania, para a sustentabilidade, para um mundo tecnológico, para as dimensões espirituais, morais, sociais e culturais e também para um mundo globalizado. Os professores, através da sua atividade de ensino, ampliar o pensamento geográfico e ajudar os alunos a desenvolver o seu raciocínio e as suas concepções em relação ao espaço.

O Mestrado em Ensino de História e Geografia tem o objetivo de preparar os futuros professores a serem participantes ativos na concepção, gestão e aplicação do currículo, para que possam compreender e trabalhar com diferentes concepções curriculares, sempre maximizando o potencial educativo da Geografia. Desenvolvem uma preparação didática para a gestão do desenho curricular, um quadro conceptual e instrumentos processuais que permitem lidar com o trabalho relacionado com o ensino, utilizando o seu saber e saber- fazer desenvolvendo competências.

Nesta pesquisa queremos compreender as representações dos estudantes - professores sobre o que para eles é a Geografia, a Educação Geografia, e entender as suas concepções sobre como a Geografia deve ser ensinada. Apesar destes estudantes estarem preocupados com a validade da formação científica oferecida no *minor* em Geografia ou no *minor* de História, querem profundar a sua dupla formação do ponto vista científico e didático. Sobre os suas concepções como deve ser a Geografia ensinada, todos destacam a necessária ligação do aluno à realidade e ao dia de vida. É também importante o papel dos professores e os seus métodos de ensino, já que para eles, a Geografia é uma ciência global e abrangente que estuda a Terra e os fenómenos físicos e humanos que nela ocorrem, bem como as suas inter-relações. É a ciência do território.

Palavras Chave: Geografia, Ensino da Geografia, Representações de Professores.

Abstract

The major goal of geographical education today is to prepare young people for life in a constantly changing world, in other words, prepare them to the future. Through Geography, we can educate for citizenship, for sustainability, and for a technological world, educate for the spiritual, moral, social and cultural dimensions and also for a globalized world. Teachers must to develop geographical thinking in students through their teaching activity and help them to develop their reasoning and conceptions with regard to space.

The Master's History and Geography teaching course aims to prepare students teachers to be active participants in the design and management of the applied curriculum, so that they can understand and work with different curriculum conceptions, always maximizing the educational potential of Geography. Students can therefore

expect not only didactical preparation for managing the current curriculum design, but also a conceptual framework and procedural tools that enable future teachers to cope with the work related to teaching, using their know-how and skills. Our research wants understand the student's representations of Geography, Geography Education, and understand their conceptions on how Geography should be taught.

In spite these students are concern with the validity of scientific training offered in the minor in Geography or in the minor of History, want to deep their dual training from scientific and didactical point of view. Concerning their thoughts about how should be Geography be taught, all think that is necessary highlight the link the student's reality and day life and the role of the teachers and their teacher methods. For them Geography is a global and encompassing science, studies the Earth and the physical and human phenomena that occur, as well as, their interrelation. Is the science of territory.

Keywords: Geography, Geographical education, Teacher's representations.

1. Introdução

Desde o início da Idade Moderna que a Geografia teve uma função educativa, sobretudo juntos dos jovens no momento da sua formação. Até ao século XIX, não é possível falar de uma generalização do ensino desta ciência, pois, ainda que a Geografia tenha esse reconhecimento pedagógico, a educação tal como a entendemos hoje, era destinada só a uma elite e muito poucos lhe tinham acesso. Porém, hoje, tal não acontece. A Geografia é uma disciplina escolar que se destina a todos, onde factos convergentes tais como a recusa generalizada dos excessos memorísticos da Geografia tradicional, a nova dimensão do espaço geográfico que adquire uma perspetiva global, as necessidades sociais que configuram a Educação e as recentes transformações do nosso mundo, lhe definem um papel de conhecimento útil e necessário para a sociedade contemporânea.

Hoje a educação geográfica tem o grande objetivo de preparar os jovens para o amanhã num mundo em permanente mudança. Assim, a construção e a estruturação do pensamento e raciocínio geográfico, por parte dos estudantes, deve ser desenvolvido de modo a formar uma consciência espacial. Esta, é mais do que conhecer e localizar: "É analisar, (...), é compreender a espacialidade das práticas sociais para poder intervir nelas a partir de convicções, elevando a prática cotidiana, a uma das acções particulares" (Cavalcanti, 1998, p.128).

Deste modo, todos os educandos ao estudarem e aprenderem Geografia devem explicitar e realizar uma leitura crítica do espaço em que vivem, pois só assim conseguirão fazer uma interpretação do espaço geográfico, assumindo que também fazem parte dele, não sendo meros indivíduos passivos, mas sim agentes que podem mudar a realidade a partir das suas ações.

Neste entendimento de aprender o espaço, o professor deve desenvolver um processo de ensino - aprendizagem que conduza os jovens a tomar contacto com os conceitos fundamentais para o raciocínio espacial e o estudo da Geografia. É pois fundamental que, ao nível do ensino escolar, se criem

condições para que os jovens conheçam e compreendam a realidade em que vivem. Patrick Bailey (1974, p.24), defende que esta não é uma tarefa fácil, em especial para quem se encontra no início da sua formação. Isto porque, geralmente, os professores em início de carreira, querem conceber aulas que sejam especiais e memoráveis para os seus jovens alunos, esquecendo-se que uma ideia excelente pela lógica do adulto, pode não ser uma ideia excelente pela ótica dos alunos.

Porque temos vindo a desenvolver uma formação inicial de professores de Geografia, na maioria dos casos jovens sem qualquer experiência de ensino, foi nossa preocupação perceber quais são as suas concepções sobre o que é a Geografia e em que consiste a Educação Geográfica. Foi também nosso objetivo conhecer que concepções possuem estes estudantes em início de carreira, sobre como deve ser a Geografia ensinada nas escolas junto dos alunos mais jovens.

Tal como é recomendado internacionalmente, os professores de Geografia devem ser qualificados, não só do ponto de vista da especificidade da ciência, mas também ao nível da Educação Geográfica. Seguindo esta perspetiva, estes estudantes – professores após terem terminado a sua licenciatura em Geografia com *minor* em História, ou a sua licenciatura em História com *minor* em Geografia, aprofundam saberes científicos e depois enveredam pelo Mestrado em Ensino de História e Geografia. Este artigo pretende dar a conhecer as percepções dos futuros professores em formação com quem trabalhamos sobre estas questões supramencionadas.

Assim, partimos de uma breve referência à ciência geográfica e do seu entendimento enquanto ensino escolar interligado ao papel dos docentes, enquanto agentes educativos da disciplina. Segue-se-lhe o ponto três e quatro onde abordamos concepções sobre representações e o ensino desenvolvido na formação inicial. Tratamos os referenciais teóricos de suporte ao estudo, enveredando pela apresentação da metodologia de investigação e o processo de recolha de dados. Desta forma, foi feito um inquérito por questionário aos alunos – professores, divulgando agora as suas representações enquanto professores de Geografia, sobre o que é a Geografia, e a Educação geográfica e como esta disciplina deve ser ensinada às diferentes gerações de indivíduos. Terminamos este estudo com algumas considerações sobre as suas percepções.

2. Geografia e Educação

Etimologicamente a palavra Geografia deriva do grego *Geo*, que quer dizer Terra e *graphein* que quer dizer escrever. A Geografia foi desenvolvida por gregos, romanos, árabes, chineses, e por navegadores, sobretudo portugueses e espanhóis, mas só a partir do século XIX ela adquire um objeto de estudo e um método de trabalho.

A Geografia ganha o estatuto de ciência com Carl Ritter e Alexandre Humboldt que se preocuparam em definir um objeto e um método específico para a ciência. Para tal, contribuiu o

pensamento kantiano que forneceu as bases filosóficas para o desenvolvimento do pensamento geográfico e enquadrou o lugar da Geografia em relação às diferentes áreas do conhecimento. Segundo Ferreira & Simões (1986, p.59), os geógrafos passaram a "estudar só a superfície da Terra e a interessar-se apenas por dois problemas: o estudo da diferenciação do espaço e o estudo das relações homem-meio".

No final da segunda metade do século XIX a Geografia é (re)colocada entre as ciências modernas, pela mãos de Ratzel (determinismo) e Vidal de la Blache (possibilismo). Considerados os pais da Geografia, Ratzel e Vidal de la Blache estavam preocupados em pensar a relação Homem-Natureza, retomando desta forma as discussões em torno do objeto e método de estudo da Geografia.

O século XIX foi também o século das viagens e da exploração do interior dos continentes. A expansão europeia e a incorporação e apropriação de novos territórios vai permitir a consolidação da Geografia. Se na Inglaterra e na França a Geografia contribuiu para o expansionismo e estruturação do capitalismo, procurando descrever os vários lugares das colónias e das suas riquezas, na Alemanha ela surge para responder à unificação do território e a conquista de um lugar privilegiado face às demais nações. Assim, ligado aos interesses em conhecer o próprio território e veicular princípios, valores e ideias de patriotismo, o ensino da Geografia institucionalizava-se nos países europeus tornando-se a Geografia um campo de estudo e investigação no ensino superior, surgindo diferentes correntes no interior da área do conhecimento. A Geografia paulatinamente passou a ter uma clara função educativa, mas, sobretudo, dirigia-se às elites da sociedade europeia. Era uma ciência para poucos.

Progressivamente, ao longo do século XX, o ensino da Geografia acompanhou as mudanças na educação expandindo-se para as classes médias da população. Geografia e Educação "começam a ser elementos intimamente relacionados desde a escola à universidade" (Ilera, 1995, p.44). Desenvolveu-se o primeiro esforço para generalizar a geografia para todos, mas foi-lhe acometido um caráter descritivo e regional. Continuava-se a privilegiar o estudo da nação e a abordar o resto do mundo com um marcado caráter eurocêntrico. A Geografia continuou a ser uma disciplina memorística que caía na "enumeração de repertórios inabarcáveis, cujo ensino imita, decepciona e acaba por conferir à Geografia o carácter de disciplina livresca" (Lacoste, 1980, p.5-6). Desta forma e para o mesmo autor, "o discurso geográfico perde acção, interesse e lógica" (*ibidem*, p.26) para cada aluno em formação.

À medida que se caminha para os finais do século XX, o objeto de ensino da Geografia vai sofrer uma mudança, incentivando-se uma aprendizagem ativa, afastando-se progressivamente a ideia de um processo ensino - aprendizagem através da memorização (Illera, 1995).

Na atualidade, a Geografia, está longe da descrição que outrora a caraterizou. Ela é o resultado das transformações temporais a que foi sujeita, quer a nível científico, quer metodológico. Hoje apresenta uma dimensão de globalidade, a capacidade de estudar os problemas atuais e de os resolver.

3. Educação geográfica e o papel dos professores

Com o fim da 2ª Guerra Mundial, com as mudanças sociais por ela preconizadas, o modelo educativo vigente começa a entrar em crise e geram-se mudanças educativas por todo o mundo, para dar respostas a uma sociedade que vê aumentar o seu nível de vida. Por seu turno, acentuam-se e surgem orientações pedagógicas que acompanham este processo reformador que evidencia a necessidade de modificar a metodologia até então utilizada, baseada na mera transmissão de conhecimentos, o que frequentemente conduzia a um excesso de memorização e a uma aprendizagem puramente mecânica e repetitiva.

No mundo globalizado de hoje a escola, palco e local de diferentes culturas, precisa de ser viabilizada no sentido de preparar indivíduos com habilidades cognitivas e sociais e que estejam melhor preparados para enfrentarem a realidade do quotidiano e capazes de produzirem as suas próprias histórias. Neste contexto o papel da Geografia enquanto disciplina escolar, não é mais o tradicional no qual se memorizam informações, mas sim deixar o aluno descobrir "o mundo em que vivemos, com especial atenção para a globalização e as escalas local e nacional, deve enfocar criticamente a questão ambiental e as relações sociedade/natureza" (Cavalcanti, 1998, p.23). Nesta perspectiva "o ensino da Geografia deve visar o desenvolvimento da capacidade de apreensão da realidade do ponto de vista da sua espacialidade. Isto porque se tem a convicção de que a prática de cidadania, sobretudo nesta virada de século, requer uma consciência espacial" (*ibidem*), p.24).

Deste modo, no ensino da Geografia escolar, é fundamental que se criem condições para que os jovens conheçam e compreendam a realidade em que vivem. Assim, a realidade passa a ter um outro significado para os alunos, pois ao extrapolarem as suas informações e exercitarem a crítica sobre a realidade, teorizam e constroem o seu conhecimento (Callai, 1999). Portanto, é necessário que o conhecimento não seja algo dado como acabado mas que seja um "conhecimento em movimento". No ensino da Geografia, nos níveis básico e secundário, busca-se um ensino mais ativo de modo a que o aluno ganhe consciência do seu processo de aprendizagem. Sabe-se que é de acordo com a idade que o aluno vai formando novas e mais complexas conceptualizações sobre o espaço. Por outro lado, é com a idade que ele tem a perceção de que o estudo e a aprendizagem da Geografia se decompõe em diferentes conceitos. Assim, esta ciência enquanto disciplina educativa, ensina não apenas determinados saberes concretos, mas constitui-se como um instrumento que permite conhecer e compreender o mundo em que vivemos, sobretudo no que se refere à sua estrutura espacial e aos fenómenos que lhe deram lugar. Esta renovação no entender e no ensinar da Geografia, permite que esta se constitua como um excelente meio para desenvolver certas capacidades individuais e sociais da pessoa, fomentando a sua integração e socialização. A Geografia permite formar o cidadão a partir de um conjunto de

conhecimentos, confere valor ético às relações Homem / Meio, contribui para a formação de uma consciência espacial, permite compreender que o espaço geográfico não é apenas meio natural, mas também um meio social criado pelo Homem e que este atua no espaço, alterando-o e configurando-o de modo diverso. Desta forma confere aos jovens uma maior capacidade de reflexão teórica e de observação dos fenómenos que ocorrem no espaço a diferentes escalas, permitindo maior grau de abstração e expressão de relação, e por fim, potencializa as capacidades inatas dos alunos colocando em causa os seus mecanismos de perceção, de descoberta e de investigação.

A educação geográfica tem hoje como grande meta preparar os jovens para a vida, num mundo em permanente mudança (Lambert & Balderstone, 2002), ou seja, preparar para o futuro. Tal como afirma Haapala (2001, p.256), "...a Geografia é uma disciplina que também tem um papel essencial quando falamos sobre a construção de uma visão pra o futuro". Assim, e através da Geografia podemos educar para a cidadania (Callai, 1999; Ferreira, 2001), para a sustentabilidade e para o mundo tecnológico, educar para as dimensões espirituais, morais, sociais e culturais (Lambert & Balderstone, 2002) e ainda educar para um mundo globalizado (Gerber, 2001).

Em contexto escolar, o professor de Geografia não deve abordar o espaço geográfico como palco de acontecimentos sociais, políticos, económicos, mas deve ir mais além, mostrando como a sociedade constrói e reconstrói o espaço geográfico num determinado momento histórico não se esquecendo de que esta realidade não se circunscreve só ao estudo do bairro ou da cidade ou do país. A escala de análise de todo o estudo geográfico tem que variar para que os alunos compreendam a totalidade da problemática espacial.

Cabe aos professores de Geografia direcionar a sua ação docente para o desenvolvimento do pensamento geográfico por parte dos alunos. A finalidade de ensinar Geografia é a de ajudar os alunos a formar raciocínios e conceções articuladas e aprofundadas a respeito do espaço, possibilitando-lhes a prática de pensar os factos e acontecimentos mediante várias explicações, o que implica o desenvolvimento do seu raciocínio. Atendendo a estas considerações, crê-se que "a participação dos mais jovens, na vida adulta, seja no trabalho, no bairro onde moram, no lazer ou nos espaços de prática explícita, certamente será de melhor qualidade se estes conseguirem pensar sobre o seu espaço de forma mais abrangente e crítica" (Cavalcanti, 1998, p.24). Dentro deste exercício de entendimento do espaço, o professor deve desenvolver um processo ensino-aprendizagem que conduza o jovem aluno a familiarizar-se com o conceito de lugar, de paisagem, de região, de natureza, de sociedade e território, conceitos fundamentais para o raciocínio espacial, elementares para o estudo da Geografia. O professor tem como missão preconizar um ensino da Geografia que constitua "um caminho metodológico possível para a construção e reconstrução de conhecimentos necessários ao desenvolvimento intelectual dos alunos, isto porque trabalha com conceitos que fazem parte da vida quotidiana das pessoas" (Cavalcanti, 2006, p.33). Conduzir o aluno a aprender e a trabalhar as principais questões que dominam o nosso século: os problemas ambientais, os problemas geopolíticos e geo-económicos, as novas relações entre

o local e global, os problemas éticos e culturais e de género, a importância de conviver com os outros, com as alteridades e as diferenças. Ou seja, possibilitar que, através da Geografia e do seu ensino desenvolvem uma compreensão construtivista acerca do mundo que nos rodeia e os rodeia.

Neste contexto o papel do professor torna-se então primordial. Este deve configurar práticas que conduzam ao desenvolvimento "de algumas ideias que quando postas em prática, permitam aos alunos mobilizar os seus conhecimentos e o saber-geográfico na resolução dos seus problemas" (Cachinho, 2000, p,70).

4. Representações Sociais e Ensino

A noção de representação social surge com Moscovici (1961), a partir dos estudos em torno das representações sociais de psicanálise. O investigador desenvolveu um universo teórico de referência que serviu de base a investigações posteriores. Para Moscovici, segundo Alves - Mazzotti (2008, p.27-28), o "conceito é dinâmico e polifacetado e a sua essência não é fácil de aprender". Para justificar a dificuldade da sua apreensão é apontada a interdisciplinaridade em torno de todo o conceito, o que faz com que este se situe numa encruzilhada entre informações de natureza psicológica e sociológica. Segundo Santiago (1993) os elementos de ordem cognitiva, afetiva e normativa estruturantes das representações sociais, são influenciados na sua génese, por fatores contextuais de natureza social e/ou institucional, e de natureza individual, que resultam das experiências subjetivas dos sujeitos.

Muitos investigadores (Moscovici, 1961, Jodelet,1984), defenderam que a função principal das representações sociais é servir de suporte para a leitura da realidade social, sobretudo quando esta escapa ao controle dos sujeitos (indivíduo, grupo e/ou instituição), porque é complexa, por vezes inexplicável e de difícil integração no pensamento já construído. Então, "procura-se transformar o estranho em algo familiar, materializando um conjunto de significações ou de excessos das mesmas em matrizes de pensamento ou esquemas interpretativos dessa mesma realidade" (Santiago, 1993, p.178). O mesmo autor defende que antes de tudo, as representações sociais, "são individuais exprimindo posições, interesses e expectativas do ator principal e só depois adquirem o seu carácter social de interação, através da reestruturação da confirmação e da partilha social dos seus conteúdos assim como das funções que vai desempenhar na comunicação" (*Santiago, 1999, p.178*).

Foi com base nestes pressupostos que recorremos ao universo conceptual das representações sociais com o intuito de estudar as significações atribuídas à Geografia e à Educação Geográfica, por parte dos estudantes - professores com quem trabalhamos. Pretendemos constatar não o que se passa no pensamento de cada um dos estudantes, mas sim a compreensão de como e por que esses indivíduos constroem e mantêm as suas perceções, atitudes, atribuições e expectativas, recorrendo-se,

para atingir tal objetivo, aos "sistemas de significação socialmente enraizados e partilhados que as [recepções] orientam e justificam" (Carvalho, 2003, p.71).

Tal como o autor defende pensamos poder inferir que conhecer as representações sociais deste grupo de professores em formação inicial, pode ser o primeiro passo para se compreender as suas atitudes em relação aos objetivos sociais.

5. Metodologia do Estudo

De 2008 a 2016 o modelo de formação inicial de professores de Geografia em vigor na Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP), traduziu-se na modalidade de Mestrado em Ensino da História e Geografia[1]. Este curso foi frequentado por estudantes com percursos académicos diferentes, já que alguns possuíam licenciatura em Geografia com *minor* em História e outros uma Licenciatura em História com o *minor* em Geografia. Frequentaram também este mestrado estudantes com graus académicos de outras áreas das Ciências Sociais, tais como Antropologia, Arqueologia, Estudos Europeus e Relações Internacionais. Antes de frequentarem o ensino superior, o percurso académico dos alunos foi também bastante diferente. No primeiro caso, estes estudantes só estudaram Geografia, quando a disciplina surge obrigatória e autónoma no sistema de ensino, ou seja, entre os 12 e os 15 anos de idade (3º ciclo do Ensino Básico). Por outro lado, muitos destes alunos ingressaram no ensino superior sem terem frequentado a disciplina no ensino secundário. O mesmo não aconteceu com os segundos, já que a disciplina de História surge como obrigatória, desde os 10 anos de idade, ao nível do 2º e 3º ciclo do ensino básico e ensino secundário. Ou seja, estes alunos quando ingressaram no ensino superior frequentaram a disciplina de História durante oito anos, enquanto que os alunos de licenciatura em Geografia podem tê-la frequentado apenas três.

Quando se iniciou este modelo de formação de professores, desde logo nos confrontamos com problemas resultantes da agregação de estudantes com formações académicas tão diferentes. Perante essas situações que nos surgiram, pensamos realizar estudos sobre o próprio curso. Foi assim que, durante os primeiros anos, demos voz aos estudantes sobre as suas expectativas, perceções e experiências. Mais tarde, à medida que os estudantes se inseriam na sua Iniciação à Prática Profissional, tornou-se importante para nós perceber o que pensavam os estudantes - professores sobre a importância da supervisão pedagógica. Finalmente, quisemos conhecer as representações dos professores sobre o que é para eles a Geografia, a Educação Geográfica e como esta disciplina deve ser ensinada nas escolas. O estudo que agora apresentamos foca-se nesta última fase.

[1] De Acordo com o D.L. nº 74/2014 de 14 de Maio a formação inicial de professores a partir de 2015-2016, organiza-se em torno do Mestrado em Ensino da Geografia separado do Mestrado em Ensino da História.

Com este fim elaboramos um inquérito por questionário a todos os alunos que frequentavam o Mestrado em Ensino da História e Geografia que se encontravam no 2º ano do curso, durante o ano letivo de 2013/2014. Recorremos ao inquérito com perguntas semi – abertas, pois permitem obter informações gerais e proporcionar novas entradas sobre tópicos específicos e, deste modo, compreender o ponto de vista das pessoas auscultadas. Este inquérito decorreu em outubro de 2013 e foi respondido por todos os alunos do Mestrado, ou seja, 26.

Recolhidos todos os inquéritos, tivemos que organizar e sistematizar os dados obtidos com o fim de extrairmos significados relativos à pesquisa. A informação obtida foi tratada através da técnica de análise de conteúdo, técnica de investigação que permite fazer inferências válidas e replicáveis dos dados possibilitando, de forma metódica, a obtenção de informações e testemunhos numerosos e extensos, segundo determinadas regras e permitindo também extrair um conhecimento compreensível para além do expresso. Como pretendíamos inferir as representações dos alunos sobre o que é a Geografia e a Educação Geográfica, optámos por realizar uma análise qualitativa, que tal como L'Éculier (1990, p.31) defende "consiste em descrever as particularidades específicas dos diferentes elementos (palavras, frases e ideias) reagrupadas em cada uma das categorias". Definimos categorias, o que nos permitiu analisar a apreensão do sentido dos discursos e optámos por construí-las usando procedimentos abertos. Foi nosso objetivo fazer emergir os sentidos do próprio material, partindo dos dados objetivos que justificaram este procedimento de investigação e que pretendem perceber as representações dos estudantes - professores sobre o que é a Geografia e a Educação Geográfica.

6. Os Resultados Obtidos

A partir do momento em que analisamos os dados obtidos começamos por sistematizar as vozes dos alunos - professores da Licenciatura em Geografia com *minor* em História e as vozes dos Licenciados em História com *minor* em Geografia. Para os primeiros, a Geografia é uma ciência global e abrangente que ensina a pensar sobre os fenómenos em diferentes escalas, envolve elementos distintos, com a capacidade de interligar e resolver os problemas que surgem na relação Homem-Meio. Também para estes alunos, a Geografia estuda a dinâmica do planeta e as suas interrelações com o Homem. Finalmente, a Geografia "é a ciência que se intromete em tudo". Quanto aos alunos com Licenciatura em História com *minor* em Geografia, estes têm uma ideia mais concisa para definirem a ciência. Para eles, a Geografia é a ciência que estuda os fenómenos humanos e físicos que ocorrem na Terra, assim como as suas interpelações. Finalmente, é a ciência do Território.

À semelhança da primeira questão, os estudantes licenciados em Geografia com *minor* em História têm uma ideia sobre o que é a Educação Geográfica bastante diversificada. Assim, entendem

que é a Geografia ensinada aos alunos e também que é uma amostra do que simboliza Geografia. Ouvimos de igual modo, que a Educação Geográfica é o campo no qual os alunos desenvolvem competências abrangentes, que são essenciais para compreender a evolução da humanidade. É ainda o âmbito em que os alunos aprendem a lidar com problemas reais, preparando-os para a sua resolução e aplicação na vida quotidiana.

Por seu turno, a Educação Geográfica para os Licenciados em História com *minor* em Geografia, é o conjunto de conteúdos geográficos essenciais para que os jovens tenham um conhecimento geográfico adequado e importante para os cidadãos do século XXI. Mas também é o conjunto das competências a serem ensinadas aos estudantes de modo a assegurar que os indivíduos sejam capazes de observar, refletir e, se possível, agir sobre o ambiente e refletir perante o mundo em que vivem. Finalmente, também entendem a educação geográfica como a aplicação da Geografia no ensino básico e secundário.

O inquérito que distribuímos pelos estudantes – professores também os questionava sobre como a Geografia deveria ser ensinada. Todos os alunos assinalaram que a Geografia deveria ser ensinada realçando a ligação das experiências / realidade dos alunos com a vida quotidiana, mas também o papel do professor e os seus métodos de trabalho.

Os estudantes Licenciados em Geografia com *minor* em História, defendem que a relação da experiência dos alunos com a vida quotidiana deve ser respeitada de modo a incentivá-los a compreender o mundo em que vivem, afastando-os do ensino baseado só em livros didáticos e usando o trabalho de campo. Aos professores cabe o uso de métodos de ensino baseados em conceções prévias e de modo atraente, dinâmico e interativo.

Quanto aos estudantes Licenciados em História com *minor* em Geografia, também defendem que o ensino de Geografia deve realizar-se de modo que a experiência / vivência dos alunos seja ligada ao quotidiano dos alunos, mas ensinando-os a ver o mundo através de diferentes lentes geográficas e serem capazes de agirem consciente e ativamente. Os professores devem usar recursos didáticos para desenvolver o conhecimento, levando os alunos à descoberta, distanciando-os de uma aprendizagem memorística.

7. Considerações finais

Prévot defende (1981) que estudar Geografia tem uma simples razão objetiva: ela encontra-se por toda a parte. Enquanto disciplina escolar, a Geografia ensina não apenas determinados saberes

concretos, mas constitui-se como um instrumento que permite conhecer e compreender o mundo em que vivemos, em especial no que diz respeito à sua estrutura espacial e aos fenómenos que nele ocorrem. Ao desenvolver uma educação geográfica o(s) professor(s) desenvolvem capacidades individuais e sociais dos educandos, mas também fomentam a sua integração, socialização e consciência espacial, fazendo uma leitura crítica do espaço em que vivem, tomando consciência que também fazem parte dele.

Estas são as ideias – chave desenvolvidas por nós junto dos nossos estudantes – professores de geografia em formação inicial. Ao longo deste modelo de formação fomos ouvindo as vozes dos estudantes, conhecendo as suas representações, no que diz respeito ao que pensam sobre o que é a Geografia, o que é a Educação Geográfica e como a Geografia deve ser ensinada aos jovens estudantes. Apesar de termos dividido os alunos em função do seu percurso académico, percebemos que os licenciados em Geografia com *minor* em História e os licenciados em História com *minor* em Geografia tinham visões idênticas quanto aos assuntos considerados. Para todos a Geografia é uma disciplina global, abrangente, que estuda fenómenos físicos e humanos que ocorrem à superfície terrestre interpretando-os É uma ciência do território. Os segundos têm contudo uma ideia mais concisa do que os de Geografia.

O mesmo não acontece quanto ao conceito de Educação Geográfica. Enquanto os alunos com uma Licenciatura em Geografia entendem a Educação Geográfica como uma extensão do conceito de Geografia, os alunos licenciados em História com *minor* em Geografia, têm uma conceção de Educação Geográfica ligada ao desenvolvimento do pensamento geográfico. Quanto ao modo como a disciplina deve ser ensinada, voltamos a perceber que para todos é importante que o(s) professor(es) atuem de modo a que sejam usadas as conceções prévias dos alunos mas articuladas com o seu quotidiano cabendo aos professores usar métodos de ensino atraentes, dinâmicos e interativos.

Estes professores em formação inicial, apesar dos diferentes percursos académicos, demonstraram sempre grande preocupação com a validade da sua formação científica oferecida no *minor* (quer de História quer de Geografia). Têm alguma consciência do que é a Geografia, e a Educação Geográfica e como esta disciplina deve ser ensinada. Pressupõem que a ciência, enquanto disciplina educativa, ensina determinados saberes concretos, mas a assunção de que ela se constitui como um instrumento que permite conhecer e compreender o mundo em que vivemos, nomeadamente no que diz respeito à sua estrutura espacial e aos fenómenos que lhe deram lugar, é ainda muito ténue. Estão ainda longe de terem incorporado a noção de que a disciplina de Geografia e o seu ensino constitui um excelente meio para desenvolver certas capacidades individuais e sociais da pessoa, fomentando a sua integração e socialização. Não percepcionam ainda claramente que a Geografia e o seu ensino permite formar cidadãos a partir de um conjunto de conhecimentos que contribui para a formação de uma consciência espacial. Estão longe de percecionar que a Geografia e o seu ensino confere aos jovens uma capacidade de reflexão teórica e de observação dos fenómenos que ocorrem a diferentes escalas, permitindo mais capacidade de abstração e expressão de relação.

8. Bibliografia

ALVES – MAZZOTTI, Alda (2008). Representações Sociais: Aspetos Teóricos e aplicações à Educação. Revista Múltiplas Leituras, V.1, nº1, (p.p.143-84). São Paulo.

BAILEY, Patrick (1974). *Teaching Geography*. London: Newton Abbot – David and Charles. (p.p.24-36).

CACHINHO, Herculano (2000). *Geografia escolar: Orientação Teórica e Praxis Didáctica*, Inforgeo, nº 15, Lisboa, Edições Colibri, (p.p. 69-90).

CALLAI, Helena (1999). A Geografia no Ensino Médio. In *As Transformações no Mundo da Educação - Geografia, Ensino e Responsabilidade Social*, Coleção Terra Livre.

CARVALHO, Ana Catarina (2003). Representações sociais de consumo de álcool e drogas em adolescentes. Instituto Superior de Psicologia Aplicada Tese de Mestrado

CAVALCANTI, Lana de Sousa (1998). *Geografia, Escola e Construção do Conhecimento*, Campinas, Editora Papirus.

FERREIRA, Conceição Coelho & SIMÔES, Natércia (1986). *A evolução do pensamento geográfico*. Lisboa. Gradiva.

FERREIRA, Manuela (2001). Geographical Education and Citizenship: innovative practices. In *CGE- IGU, Helsinki Symposium*, (p.p.271-273).

GERBER, Robert (2001). Globalisation Education and Geographical Education:inseparable futures. In *CGE-IGU, Helsinki Symposium*, (p.p.256-259).

HAAPALA, Anu (2001). Future Education in Leraning and teaching geography. In *CGE-IGU, Helsinki Symposium*. (p.p.256-259).

ILLERA. António (1995). Una Cultura Geográfica para todos: el papel de la Geografía emn la educación primária e secondária In JIMENEZ, Antonio, MARRON GAITE, Maria de Jesus (1995) *Enseñar Geografia: de la Teoria ala Prática*, Espacios y Sociedade, Editorial Sinteses.

JODELET. P. (1984). Representation sociales: phénomènes, concept et theorie In S. MOSCOVOCI (ed.) *Psycologie Sociale*, Paris. PUF.

L'ÉCUYER, R. (1990). Méthodologie de l'analyse développementale des contenus. Méthode GPS et concept de soi. Québec : Presses de l'Université du Québec.

LACOSTE, Yves (1980). Les différentes niveaux d'analyse du raisonnement geographic, *Herodote*,18, (p.p. 3-15).

LAMBERT, David. & BALDERSTONE, David. (2002). Geography and education for the future. In LAMBERT, David. & BALDERSTONE, David. (2002). *Learning to teach Geography in the secondary school*. Routledge, (p.p. 363-402).

MOSCOVICI, Serge (1961). La psychanalyse, son image et son public. *Revue Française de sociologie*. Vol.2, nº4, (p.p.328-330).

PREVOT, Victor (1981). *À quoi sert la geographie?* Editions du centurion, Paris

SANTIAGO, Rodrigo (1993). *Representações Sociais e a Formação do Educador. Revelando Interações do discurso*. João Pessoa. Editora Universitária.

CARVALHO, Carla (2015). A construção do conhecimento geográfico: um estudo acerca das conceções alternativas dos alunos sobre a gestão dos recursos hídricos. The overarching issues of the european space: spatial planning and multiple paths to sustainable and inclusive development. Porto. FLUP. Pp. 404-416

A CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO GEOGRÁFICO: UM ESTUDO ACERCA DAS CONCEÇÕES ALTERNATIVAS DOS ALUNOS SOBRE A GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS

Carla CARVALHO
Doutoranda em Geografia Humana
Departamento de Geografia, Universidade do Minho
carlafscarvalho@hotmail.com

Resumo

O acesso generalizado à informação disponibiliza um portefólio vasto mas "perigoso" aos alunos. Pela rapidez e quantidade de informação obtida torna-se importante destrinçar a informação divulgada da científica clarificando a importância que isso assume no conhecimento construído pelo aluno e as suas implicações no processo de ensino e aprendizagem. A bagagem conceptual com que o aluno entra na sala de aula levou-nos a desenvolver um estudo acerca das suas ideias prévias para aferir e compreender o seu contributo para o desenvolvimento da aprendizagem geográfica conceptual e inferencial dos alunos.

Dada a natureza do estudo, concebemos um questionário para ser implementado em momentos diferenciados. A análise de dados foi desenvolvida com recurso a uma abordagem de cariz indutivo, inspirada na *Grounded Theory*. Em consonância com os resultados, admitimos que a construção do conhecimento geográfico raramente envolve um total abandono de um conceito a favor de outro. Ao invés, com frequência a mudança envolve adição de novos e retenção dos existentes, num quadro de compreensão mais complexo. Atendamos, portanto, a algo mais que os conceitos substantivos dos alunos, mas ao contexto em que se concebem e ao «cimento» que os liga.

Palavras-chave: Socioconstrutivismo, Educação Geográfica, Ideias prévias.

Abstract

The widespread access to information provides a broad portfolio but "dangerous" to the students. The speed and amount of information obtained becomes important to disentangle the published scientific information clarifying the importance it plays in the built knowledge of the student and the implications for the process of teaching and learning.

The pupils' conceptual background when entering the classroom made us develop a study about their previous ideas in order to understand and assess that contribution for the development of the conceptual and inferential geographical learning of the pupils.

Taking into account the nature of the investigation, we conceived a questionnaire to be implemented in different moments. The data analysis was developed using an inductive approach inspired in the *Grounded Theory.* In line with the results, we admit that the knowledge geographical construction rarely involves a total abandonment of a previous concept for another. Instead, often the change involves addition of new concepts and the retention of the existing ones, within a framework of a more complex understanding. We must look, therefore, to something more that the substantive concepts of the pupils, namely the context where they are developed and the "concrete" that links them.

Keywords: Socio constructivism, Geographical Education, Misconceptions.

1. Introdução

O estudo pretendia explorar, de uma forma clara e concisa, o tema das "Conceções Alternativas dos Alunos" convergindo, deste modo, para uma abordagem de cariz socioconstrutivista do processo de ensino e aprendizagem. Esta investigação faz uma abordagem, junto de uma turma do ensino secundário, às conceções alternativas dos alunos acerca dos "Recursos Hídricos" e da "Gestão dos Recursos Hídricos", mais especificamente.

Foi com base em algumas questões que partimos para o objetivo desta investigação: As conceções alternativas dos alunos são um facilitador ou um entrave à construção do conhecimento geográfico? As conceções alternativas diferem (ou não) das conceções científicas? Qual é o contributo das conceções alternativas dos alunos para o processo de ensino-aprendizagem?

O propósito desta investigação radica na compreensão das conceções alternativas enquanto condicionantes da perceção e aprendizagem da informação cientificamente válida acerca dos conteúdos geográficos e perceber se essas conceções, fruto de construções sociais e culturais, diferem, de forma significativa, das corretas sob o ponto de vista científico.

Não ousamos, aqui, enunciar princípios novos ou teorias explicativas acerca das conceções alternativas e a forma como, em si, encerram as múltiplas relações que centram o aluno no *curriculum* mas ambicionamos lançar algumas reflexões que nos ajudarão a compreender melhor, sob perspetivas várias, as influências que o aluno "sofre" e a sua implicação na construção das conceções cientificamente corretas. Quando constatamos que não são muitos os estudos na área da Geografia, em Portugal, acerca deste tema, esta investigação ganha outra pertinência.

Os principais entraves à continuidade e profundidade do estudo prenderam-se, em grande medida, com o espaço temporal, necessariamente curto, para o modelo de trabalho investigativo a desenvolver. Acrescem outras, que atuaram também como limitadores, de alguma forma, da investigação – a impossibilidade de aplicação dos questionários, finda a lecionação dos conteúdos, já que a turma se

encontrava em fase de preparação para exames nacionais e com reduzida disponibilidade. Acresce, ainda, alguma resistência dos alunos a estratégias pedagógicas que cortam com práticas normalizadas já que os alunos teriam de responder a questões sem previamente lecionar a temática.

2. Estudos sobre as ideias geográficas dos alunos

Não são muitas as investigações acerca das ideias geográficas dos alunos, particularmente em Portugal. As que existem são relativamente recentes e estão circunscritas a nichos de investigação que detêm uma maior sistematização do conhecimento geográfico advindo, em grande medida, do financiamento de que beneficiam. Daí que, em Portugal, os estudos nesta matéria nos pareçam incipientes (Cachinho, 2000), alguns deles saídos de relatórios de estágios recentes entendidos em cursos de Mestrados em Ensino Pós Bolonha, e cuja valorização e repercussão fica bastante aquém do investimento dos autores e das (possíveis) implicações para o ensino.

Apesar desta carência, e nesta linha investigativa, Libanore e Obara (2009), num estudo que envolveu 40 alunos da 8ª série do Ensino Fundamental e duas professoras das disciplinas de Ciências e de Geografia do Ensino Fundamental de uma escola no Brasil, concluíram que tanto os alunos como as professoras possuem ideias alternativas a respeito do fenómeno de efeito estufa e manifestam confusão conceptual do conceito geográfico de efeito estufa com os de «aquecimento global» ou «destruição da camada de ozono». Confusão que encontra as suas raízes no processo de ensino e aprendizagem e interfere na qualidade do ensino das ciências.

O estudo vem fortalecer o pressuposto de que alunos e professores apresentam ideias alternativas sobre determinados conceitos e fenómenos. Neste sentido, os autores chamam a atenção para a formação científica dos professores, proporcionando-lhes uma atualização continuada dos seus conhecimentos. Em convergência, é apontada a urgência de uma conceção pedagógica clara por parte do educador com percursos metodológicos definidos que crie momentos para a construção do conhecimento por parte dos alunos consubstanciada em aulas que valorizem a realidade vivenciada pelos alunos. Os autores reforçam que "*ensinar o que eles já sabem não tem utilidade, daí a importância de saber as idéias prévias dos alunos, trabalhando o conhecimento cotidiano com o científico"* (op.cit., p. 74), com o intuito final de preparar o aluno para a atuação, vivência e participação numa sociedade exigente e em mudança permanente.

Na Turquia, Akbas (2011) levou a cabo uma experiência com alunos sobre os conceitos que denunciam conceções alternativas acerca do Clima*.* O estudo demonstrou que a educação baseada em textos que promovem a mudança conceptual e mapas conceptuais são mais eficazes do que os métodos tradicionais. Verificou-se, ainda, que as conceções alternativas dos alunos conduzem-nos a outras quando os alunos tentam compreender conceitos novos através das suas ideias. Segundo Akbas

(op.cit.), e citando Calik (2006) e Özsevgeç (2007), as conceções alternativas fazem parte da estrutura de pensamento dos alunos e interagem constantemente com outros conceitos. Por exemplo, ideias menos válidas sobre a «gravidade» podem levar a ideias menos válidas sobre a «pressão». Em convergência, Akbas (op.cit.) afirma que "*Students' previous knowledge about concepts and their misconceptions about these need to be established before teaching basic concepts"* (op.cit., p. 266). O estudo reforça a importância do uso de materiais pedagógicos que fomentem a mudança conceptual, já que constituem, na maioria das vezes, o primeiro obstáculo à compreensão conceptual dos alunos e, por conseguinte, à aprendizagem significativa.

Numa mesma abordagem, agora na Suiça, Reinfried, Aeschbacher e Rottermann (2012) centraram a sua investigação em materiais de aprendizagem baseados na teoria construtivista potenciadora de aprendizagem cognitiva ativa dos alunos, na compreensão conceptual do Efeito de Estufa, em contraste com os efeitos de uma instrução pedagógica tradicional. A pesquisa incidiu sobre uma amostra de 289 alunos do ensino secundário. Os autores pretendiam (sobretudo) avaliar o efeito do tempo, efeito de grupo e o efeito de interação. No estudo são aprofundados ainda os modelos mentais principais do «efeito estufa» que os alunos adotaram e que se revelaram importantes para o desenvolvimento conceptual, uma vez que influenciam a perceção de fenómenos e a compreensão das representações. Na mesma linha, o estudo aponta que as estruturas existentes do conhecimento são afetadas pela construção de um modelo mental. Um modelo mental que parece obstruir a exata compreensão dos alunos sobre o conceito científico de «efeito estufa» como, de resto, defendem Aeschbacher *et* al. (2001);. Boyes e Stanisstreet (1996), citados por Reinfried, Aeschbacher e Rottermann (op.cit.). Podemos supor que não é apenas o tipo de materiais de aprendizagem que tem impacto sobre o ganho conceptual de conhecimento, mas também os ambientes pessoais relacionados com fatores diferenciados como o grupo, a idade, o sexo, o nível educacional dos pais, o envolvimento, o conhecimento prévio, o interesse, a primeira língua, a nacionalidade, a motivação, os resultados escolares e a localização da escola. A investigação acentua, ainda, um objetivo educacional prioritário – os jovens, no futuro, devem ser capazes de participar no diálogo sobre medidas de redução de gases de efeito estufa e assumir a responsabilidade como cidadãos ativos.

Na Austrália, Lane e Coutts (2012) empreenderam um estudo com 339 alunos, de Sydney, acerca da compreensão das causas e processos envolvidos num Ciclone Tropical. O estudo revelou que as conceções dos alunos apresentam-se capazes de interferir no seu conhecimento geográfico e que ideias alternativas sobre a «natureza do ar» ou «evaporação» ou «pressão atmosférica» dificultaram a construção do conhecimento geográfico. Mais, os alunos não revelaram um conhecimento válido acerca de conceitos geográficos estruturantes, necessários à compreensão de fenómeno geográfico em estudo. A dificuldade na compreensão de conceitos como a «localização», «distribuição» ou «escala» impede os alunos de compreender e explicar fenómenos mobilizadores de outros conceitos e com outro grau de

complexidade. O nível desejável de aprendizagem significativa dos alunos deve, por isso, ser um desafio para o Professor que deve identificar as ideias prévias dos alunos para, a partir delas, traçar o processo de construção do conhecimento com os alunos pelo uso de ideias de metageografia, ou de "segunda ordem" como diz P. Lee para a História.

Em Portugal, Machado e Lima (2009), sensíveis à problemática global da degradação dos recursos hídricos, conduziram um estudo acerca das conceções de 121 alunos, nos quatro anos de escolaridade do 1º ciclo do ensino básico sobre o Ciclo da Água. Numa análise às ideias alternativas dos alunos, os autores salientaram a substituição de conceções anteriores por conceitos mais concretos. Pela adoção de atividades experimentais de condução à clarificação e interpretação conceptual de conceitos, os alunos adquiriram, progressivamente, conhecimentos mais válidos do ponto de vista científico. Por outro lado, foi reforçada a valorização e a consciencialização da necessidade do uso sustentável da água o que se revela, no nosso estudo, e para a disciplina de Geografia, pela sua particularidade epistemológica, de primordial importância.

Neste sentido, à semelhança dos anteriores, é também acentuada a importância da adoção de estratégias pedagógicas que, não ignorando a bagagem geográfica que os alunos trazem para a sala de aula, sejam desafiadoras do ponto de vista do «pensar geográfico» (Martinha, 2012).

3. Quadro metodológico

Com o propósito de responder às questões deste estudo, servimo-nos da implementação de um questionário que inquiriu alunos cujas respostas tratamos de acordo com o objetivo que pretendíamos e segundo a metodologia que melhor o explora.

O questionário foi respondido pelos alunos de um colégio privado do distrito de Braga e precedeu a introdução ao subtema "Recursos Hídricos" – conteúdo programático ministrado no ensino secundário na disciplina de Geografia A, que inclui o tema "Os recursos naturais de que a população dispõe: usos, limites e potencialidades".

Para o tratamento dos dados foi aplicado, consoante a tipologia de questões, o método estatístico ou a análise de conteúdo. As questões pretendiam identificar os meios em que ocorreu a aprendizagem dos alunos sobre o tema investigado, como foi essa aprendizagem, o que realmente aprenderam e as conceções que foram elaboradas ao longo da sua vivência /escolarização.

Os alunos inquiridos frequentavam o 10º ano de escolaridade, sendo que os inquéritos foram implementados nas aulas de Geografia A. O estudo incidiu sobre uma turma de 20 alunos com idades compreendidas entre os 15 e 17 anos, 14 alunos são do sexo feminino e 6 do sexo masculino.

O principal instrumento da recolha de dados foi o questionário. Depois de consultado o programa oficial do conteúdo programático, foram elaboradas quatro questões que pretendiam perceber a forma como os alunos mobilizavam diferentes conceções. A primeira questão solicitava a construção de um mapa mental; a segunda, de questões de múltipla escolha; uma terceira que pretendia avaliar a capacidade crítica, discursiva e argumentativa dos alunos e, por último, foi sugerida, aos alunos, a construção de um mapa conceptual. De referir que os alunos nunca construíram um mapa conceptual e, por isso, esta questão, foi, desde logo, um desafio.

4. Recolha e tratamento de dados

Depois de recolhidos, os questionários foram numerados, de forma aleatória, de 1 a 20. Para as questões fechadas foi utilizado o tratamento estatístico. Para as questões de resposta aberta foi utilizado o método de análise de conteúdo utilizando o sistema de categorização de Laurence Bardin (1977) e o modelo inspirado na *Grounded Theory*. A categorização suportada na análise das respostas dos alunos baseou-se na interpretação de tabelas elaboradas de acordo com os objetivos de cada questão. Para a análise do mapa mental foi considerada a forma como o aluno mobilizou e relacionou conteúdos cientificamente corretos e os enquadrou no fenómeno pedido e registados, todos os critérios, numa tabela adaptada da Secondary Geography Hardbook, onde consideramos somente os elementos julgados pertinentes. Para o mapa conceptual, utilizamos um quadro sustentado em um modelo de análise de mapas conceptuais de Melo e Domingues (2012).

5. Apresentação e Discussão dos Resultados

A psicologia educativa deve conduzir-se por um princípio - avaliemos o que os alunos já sabem e ensinemos depois, advoga Ausubel (1978). Esta máxima foi importante para a discussão dos resultados que pretendemos. As conceções alternativas dos alunos nas quatro questões sobre a “Gestão dos Recursos Hídricos” foram o ponto de partida para determinar os seus conhecimentos.

5.1- Representação do ciclo hidrológico

Machado e Lima (2009) defendem que o recurso aos desenhos explicativos constitui um instrumento útil de avaliação das conceções dos alunos. Pela mesma razão, os mapas mentais dos alunos permitem-nos lançar alguns resultados face às suas conceções alternativas.

A grande maioria dos mapas mentais transmite a ideia de ciclo à exceção de dois: um pela separação em retângulo que faz dos elementos gráficos que intervêm no ciclo hidrológico o que leva a

concluir que não lhe reconhece a presença de transferência contínua e dinâmica (Fig.1) e outro pela falta de elementos representados o que traduz uma ideia muito simplista e errada (Fig. 2).

Sem que se verificasse em nenhum mapa o total cumprimento de rigor científico e criterioso, apontamos, no entanto, uma aproximação das conceções científicas de ciclo hidrológico.

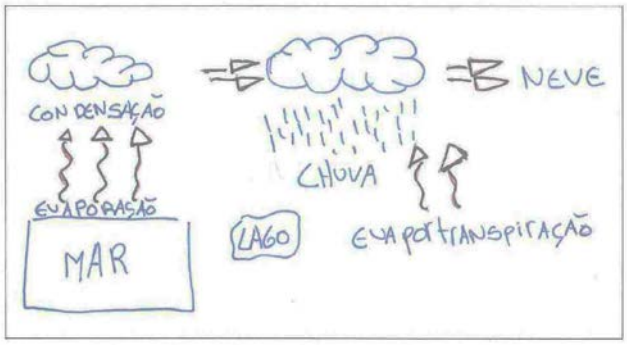


Fig. 1 – Mapa mental do aluno 1

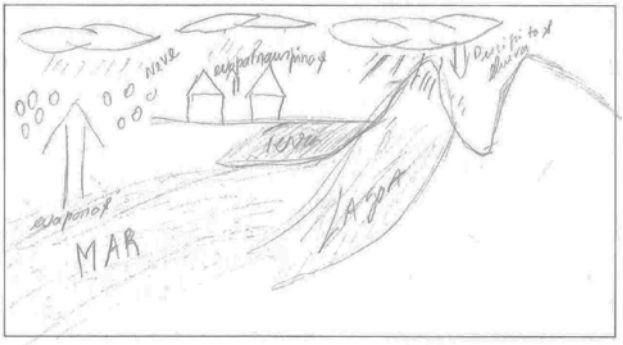


Fig. 2 – Mapa mental do aluno 20

Quanto aos elementos gráficos representados (Fig. 3) constatamos que, para toda a turma, as nuvens e a precipitação são elementos estruturantes quando analisamos o ciclo hidrológico. Para 80% da turma, seguem-se elementos como o oceano ou o continente, assim como a montanha e a vegetação para mais de 50% da turma. Quanto à sinalização da presença humana, 60% da turma desenhou construções e apenas 15% representou o Homem.

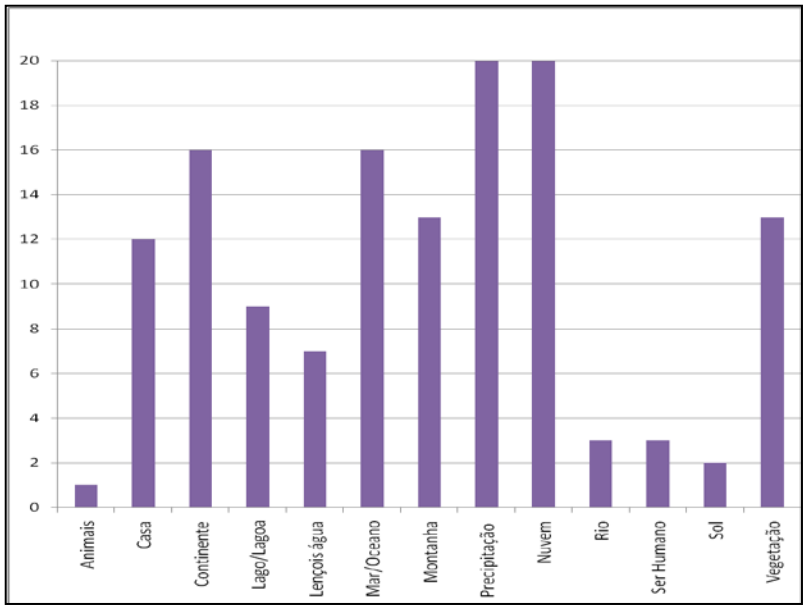


Fig. 3 – Elementos gráficos representados nos mapas mentais dos alunos

Verificamos que os fenómenos mais representados, com menção escrita, foram a evaporação e a precipitação, sinalizados por toda a turma. São conceitos importantes que veem desde o 2º ciclo e estão presentes de forma visível no nosso quotidiano. A condensação e a evaporação foram sinalizadas pela maioria da turma com 75% e 70% dos alunos, respetivamente. Fenómenos mais científicos, e de outro nível de ensino, como a infiltração, sinalizada por 10 alunos e, em especial, a escorrência, referida por apenas quatro alunos, foram os restantes fenómenos representados.

Podemos admitir que os fenómenos menos visíveis ao olho humano como a infiltração são os menos representados, contrariamente a outros, como a precipitação. Vejamos a Fig. 4.

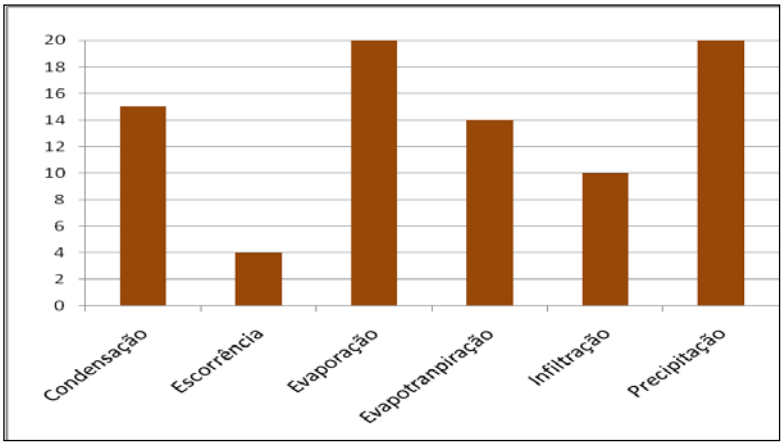


Fig. 4 – Fenómenos representados nos mapas mentais dos alunos.

Depois de analisadas as estratégias visuais utilizadas pelos alunos, verificamos que, para sinalizar as transferências recorreram a setas/segmentos de reta e que (estes) foram adotadas por toda a turma. Apenas dois alunos recorreram à junção de cores para demonstrar a ideia de dinâmica entre os vários constituintes do ciclo hidrológico

5.2- Gestão de recursos hídricos

A segunda questão, incluía três questões de escolha múltipla que colocou os alunos aquém das conceções científicas na temática da gestão racional dos recursos hídricos e ao organismo responsável pela gestão de recursos hídricos e Portugal colocou todos os alunos abaixo dos 50% na sinalização das respostas válidas. Em conceitos especificamente geográficos, como a Eutrofização, os alunos não evocam o conceito científico. Só o conseguiram cerca de 35% dos estudantes. Mesmo em questões de resposta (quase) intuitiva, apenas 45% assinalaram a resposta correta.

5.3- A racionalização do consumo da água

A racionalidade no consumo da água foi o tema abordado na questão de resposta aberta que solicitava um comentário crítico ao sentido da afirmação "Utilize a água de forma racional para que não tenha de a utilizar de forma racionada." Tratamos e categorizamos cada resposta em sete subcategorias que definimos segundo e qualidade e sentido das mesmas. Cerca 65% das respostas da turma convergiu para a subcategoria "Relação necessidade/escassez", isto é, os alunos relacionaram a necessidade de racionalizar o consumo da água pelo efeito que o contrário pode originar – a sua escassez. O aluno 8 apontava "Acho que devemos utilizar a água de forma racionada como por exemplo utilizar pouca água no banho, desligar a água sempre que possível porque um dia mais tarde podemos ficar sem água no planeta." Subjaze no mesmo princípio a resposta do aluno 14 quando salientou "[…]significa que temos de utilizar a água com cuidado, de uma forma poupada para no futuro não termos de andar a contar a água que gastamos."

Do mesmo modo, a subcategoria "Necessidade de moderação/adequação" apenas foi mencionada por dois estudantes. Salientamos a resposta do aluno 1 **–** "Se utilizarmos a água sem exageros e sem abusos não precisamos de a utilizar de forma controlada. Basta sermos moderados e racionais, para podermos utilizar sempre que possível."

Apenas dois estudantes se enquadraram na subcategoria "Relação racionalização/desenvolvimento sustentável" pelo que, um deles deixou já na sua resposta uma ideia, embora alternativa, de *stress* hídrico e dos problemas ambientais daí decorrentes. O aluno 6 denotou uma consciência ambiental na sua resposta **–** "[…] a água poderá tornar-se rara caso continue ocorrendo desperdícios. Em algumas regiões do mundo já existe falta de água." Na mesma subcategoria, o aluno 10 demonstrou uma carga enorme pela sua vivência quando refere a importância de economizar dinheiro na sua resposta **–** "Se todos economizarem, a água não vai faltar. Racionando, podemos ajudar o meio ambiente e economizar dinheiro."

Apenas um estudante sinalizou respostas que enquadramos em categorias isoladas como "Necessidade de altruísmo e consciencialização", "Necessidade de aproveitamento e preservação" e "Evitar desperdício/necessidade de medidas" pelo conteúdo próprio de cada uma.

Os alunos associaram, na sua generalidade, a necessidade de racionalizar o consumo da água pelo efeito que poderá causar uma tomada de posição inversa. Isto é, racionalizam o consumo de água porque ela pode faltar, não porque demonstrem consciência ecológica ou preocupações ao nível ambiental ou pela importância da "Gestão dos Recursos Hídricos". Estas sinalizações aparecem pontualmente, o que revela um forte cunho da vivência social do aluno que não atende os verdadeiros problemas que se colocam às gerações futuras em termos ambientais. É esta falta de reconhecimento de

um sentido prático da Geografia que gostaríamos de ver mais vezes referidos por alunos neste ciclo de ensino.

5.4 - Recursos Hídricos

O mapa conceptual foi a atividade em que os alunos mais denotaram a influência do meio e da vivência do quotidiano, inclusivé, a sua integração socioecónomica. O mapa pedia 13 conceitos sobre a "Gestão dos Recursos Hídricos" com o intuito de formar frases, válidas do ponto de vista geográfico. Alguns conceitos eram intuitivos, outros mais científicos e outros mobilizavam conhecimentos que os alunos deveriam ter do seu historial escolar anterior. O gráfico seguinte apresenta os conceitos que os alunos sinalizaram.

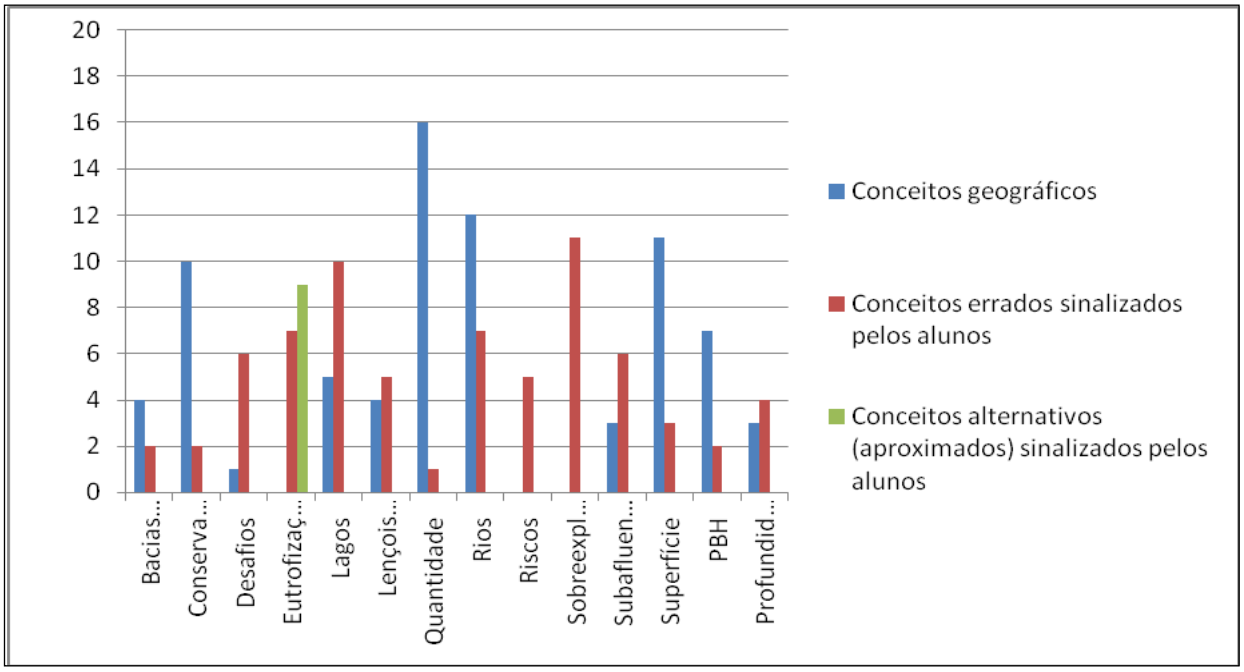


Fig. 5 – Conceitos sinalizados pelos alunos no mapa conceptual

Os alunos não revelaram conceitos suficientes para a explicitação do conhecimento geográfico e apenas sete alunos demonstraram alguma, embora reduzida, compreensão das conexões nos conceitos que mobilizam.

Cerca de 80%, 60%, 55% dos alunos assinalou conceitos tidos como intuitivos como é a Quantidade, os Rios e a Superfície, respetivamente. Nos conceitos especificamente geográficos como Bacias Hidrográficas, Eutrofização ou Lençóis Freáticos e Riscos os alunos referiram conceitos errados e

alternativos, com relevância para os primeiros. Aliás, em conceitos como Desafios, Eutrofização ou Riscos não houve qualquer resposta válida. Os alunos mobilizaram em Desafios conceitos errados como "água"; em Eutrofização, cerca de 45% referiu a "poluição" - um conceito nitidamente alternativo; em Sobreexplorados mobilizaram conceitos como "recursos de água". O mesmo é dizer que, por exemplo, relativamente à Sobreexploração dos recursos, frequentemente debatido na disciplina, os alunos não detém conhecimento científico consistente.

Em conceitos mais frequentes nas aulas de Geografia como Lagos e Rios, os alunos desenvolveram conceções alternativas que denotam uma total confusão com conceitos que deveriam dominar. Facilmente confundem Lagos com "oceanos" ou "rios" e Rios com "mares".

6. Notas conclusivas

A intensa e progressiva degradação dos recursos hídricos é um problema global e constitui uma preocupação para educadores, pais e professores e todos aqueles que assumem a responsabilidade na formação do futuro cidadão (Machado e Lima, 2009). Uma vez que a construção do conhecimento geográfico deve promover a cidadania e a sustentabilidade, a responsabilidade do professor de Geografia é ainda maior. Contribuir para a construção da literacia geográfica do aluno é pois um trabalho que corta com as conceções alternativas que os mesmos levam para a sala de aula e que, na sua grande maioria, choca com as conceções científicas.

Os resultados refletem nitidamente a vivência maioritariamente urbana dos alunos, uma vez que as suas conceções resultam da sua experiência e podem constituir um entrave à construção do conhecimento geográfico. O Professor deve, por isso, saber tirar proveito do conhecimento prévio do aluno sem que isso possa dificultar a aquisição de uma aprendizagem significativa. Na sua maioria, as conceções alternativas dos alunos constituem um desvio científico às conceções geográficas e o professor assume aqui um papel importante de mediação da construção de um cidadão geograficamente competente. Concluímos que a falta de bagagem geográfica quantas vezes associada abstracionismo do tema pode constituir, desde logo, um entrave à construção deste cidadão apto a «intervir» na sociedade.

Admitimos que as respostas dos alunos envolvem, com frequência, a adição de novas e retenção das conceções existentes. As nossas conclusões vão no sentido de compreender o contexto em que o aluno se apropriou da sua cultura ou do seu grupo e legitimou o seu "Eu" através de mecanismos de transmissão, não raras vezes, inconscientes. Portanto, o Professor, deve reconduzir-se para a significância pessoal e contextual do aluno com toda a carga subjetiva com que chega à sala de aula e, deverá, não "conhecer" só a Escola, mas também "conhecer" os alunos.

O paradoxo é que este profissionalismo parece ser novo apenas na pretensão para elevar a eficácia da docência na lógica da produção qualitativa de resultados mas é velho no que significa de retorno a condições cada mais contidas e difíceis de exercício profissional. Esta profusão de funções, com que a Escola e os professores são atualmente confrontados, revela-se nos discursos. À retórica da igualdade de oportunidades, da democratização da Escola, da Educação para a Cidadania contrapõe-se a que valoriza a qualidade da Escola e do ensino, a reflexividade e a meritocracia. Aliás, parece faltar Educação e consequentemente Cidadania, num Estado que se descasou do cidadão. A cada Professor compete contrariar esse ciclo reprodutivo, assim como a filosofia de Escola que o socializou.

7. Referências bibliográficas

AKBAS, Y. (2010). "The effect of a conceptual change approach on eliminating students' misconceptions about air pressure" in DEMIRCI, Ali, CHALMERS, Lex, ARI, Yilmaz, LIDSTONE, John (ed.) - *Building Bridges between Cultures through Geographical Education - Proceedings of the IGU-CGE Istanbul Symposium.* Istanbul, Fatih University/IGU-CGE, (pp. 261-267). [Disponível *online* em http://igucge2010.fatih.edu.tr/IGUCGE_istanbul_symposium.pdf em 25.09.2013].

ALMEIDA, Rosângela D., PASSINI, YASUKO, Elza (2006). *O Espaço Geográfico: Ensino e Representação*. Brasil: Contexto Editora.

ALSUBEL, D.P. (1978). *Psicologia Educativa*. Un punto de vista cognoscitivo. Mexico: Trillas.

BARDIN, L. (1977). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70.

CACHINHO, H. (2000). *Geografia Escolar: Orientação Teórica e Praxis Didática*. In *Inforgeo*, 15, (pp.73-95). Lisboa: Edições Colibri. [Disponível *online* em http://www.apgeo.pt/files/section44/1227091846_Inforgeo_15_p073a095.pdf em 20.09.2013].

CASTROGIOVANNI, Antonio (2007). Para entender a necessidade de práticas prazerosas no ensino de geografia na pós-modernidade. IN: REGO, Nelson; Castrogiovanni, Antonio; Kaercher, Nestor. *Geografia*. Porto Alegre: Artmed.

COLL et Al. (2001). *O Construtivismo na sala de aula*. Lisboa: Edições Asa.

EL-HANI, C. N.; BIZZO, N. (2007). *Formas de construtivismo: mudança conceitual e construtivismo contextual.* Disponível em www.fae.ufmg.br/ensaio/v4-n1/4113.pdf.

GOODSON, Ivor (2001). *Currículo em mudança*. 61. Braga: IEC – Universidade do Minho.

International Charter on Geographical Education, Commission on Geographical Education - IGU, 1992.

LANE, R.; COUTTS, P. (2012). "Students' alternative conceptions of tropical cyclone causes and processes" in *International Research in Geographical and Environmental Education*, 21 (3), (pp. 205-222). [Disponível *online* em http://dx.doi.org/10.1080/10382046.2012.698080 em 08.10.2013].

LIBANORE, A.; OBARA, A. (2009). *Concepções alternativas sobre o efeito estufa e a formação científica de professores e alunos*, VII Encontro Nacional de Pesquisa em educação em Ciências. Florianopolis.

MACHADO, D.; LIMA, N. (2009). *Concepções dos Alunos do Ensino Básico (1º ciclo) sobre o Ciclo de Uso da Água*. V Seminário Internacional/IIº Ibero Americano de Educação Física, Lazer e Saúde. Braga: LIBEC/CIFPEC, IEC – Universidade do Minho.

MARTINHA, C. (2012). Reflexão em torno do Desenvolvimento das Competências geográficas – O Caso de Actividades da "Universidade Júnior" da Universidade do Porto. In Barca, I.; Pinto, H. (Orgs.). Investigação em Educação Histórica e em Educação Geográfica. *Atas das IX Jornadas Internacionais de Investigação em Educação Histórica,* (pp. 177-185). Braga: CIED, Universidade do Minho.

MELO, Maria do Céu e DOMINGUES, Elisa. (2012). *A construção e a leitura crítica de mapas de conceitos e a explicitação do conhecimento histórico: o discurso visual e o verbal dos alunos*. (Capítulo de um livro no prelo). Braga: IE – Universidade do Minho.

Pacheco, J.A. (2006). *Currículo: teoria e práxis* 3ªed. Porto: Porto Editora. pp. 51-59.

PARSONS, Talcott (1959). The school class as a Social System. *Harvard Educacional Review*, vol. 29, pp. 298-307.

POCOCK, DCD (1979). *The Contribution of mental Maps in the perception Studies*. Geography. Vol.64. pp. 279-287.

REINFRIED, S.; AESCHBACHER, U.; ROTTERMANN, B. (2012). "Improving students' conceptual understanding of the greenhouse effect using theory-based learning materials that promote deep learning" in *International Research in Geographical and Environmental Education*, 21(2), (pp. 155-178). [Disponível *online* em http://dx.doi.org/10.1080/10382046.2012.672685.pdf em 14.09.2013].

SACRISTÁN, J. CIMENO (2000). *O currículo uma reflexão sobre a prática*. Porto Alegre: Artmed.

STRAUSS, A; CORBIN, J. (1990). *Basics of qualitative research*. Grounded theory, procedures and techniques. Sage Publications. The International Professional Publishers. New Park. London. New Delhi.

VESENTINI, J. W. (1992). *Para uma geografia crítica na escola***.** São Paulo: Ática.

CONSTANTINESCU, Ileana, DOBRE, Elena (2015). Quelques problemes actuels de la terminologie economique roumaine. The overarching issues of the european space: spatial planning and multiple paths to sustainable and inclusive development. Porto. FLUP. pp. 417-428

QUELQUES PROBLEMES ACTUELS DE LA TERMINOLOGIE ECONOMIQUE ROUMAINE

Ileana CONSTANTINESCU
Académie d'Études Économiques de Bucarest, Roumanie
marianacismaru@gmail.com

Elena DOBRE
Université Ovidius de Constanța, Roumanie

Résumé

Après avoir analysé quelques manuels d'économie français et roumains et la pratique des entreprises françaises et roumaines, nous avons constaté qu'il y a des différences surtout dans l'utilisation de quelques concepts. Des concepts tels que: la capacité d'autofinancement, les soldes intermédiaires de gestion, la rentabilité économique et la rentabilité financière ont dans la pratique des sens légèrement différents. La même chose, dans le cas de taxe professionnelle, avoir fiscal, etc. Pour la taxe professionnelle nous avons analysé même les principes clé d'après lesquels elle fonctionne en France et en Roumanie et nous avons fait une comparaison entre ces principes clé utilisés dans ces deux pays.

Mots-clés: capacité d'autofinancement, impôt de résultats des entreprises, taxe professionnelle, avoir fiscal, provisions comptables

Abstract

After we have analysed some French and Romanian handbooks in economics and the practice of the French and Romanian enterprises, we have found differences especially in the utilisation of certain concepts. Concepts as: the self-financing capacity, the intermediary management balances, the economic profitability and the financial profitability have, in the practice, slightly different meanings.

For the professional duty we have analysed even the key principles based on which it operates in France and in Romania and a comparison we have performed between these key principles applied in the practice of the two countries.

Key words: self-financing capacity, tax on results of the enterprise, professional duty, tax credit, accounting provisions.

1. Introduction

Notre travail est focalisé sur quelques problèmes qui concernent la sémantique et l'utilisation de la terminologie économique, précisément en gestion financière et fiscalité.

Comme en France, en Roumanie le terme ***capacité d'autofinancement*** est un résultat dégagé par une entreprise au cours d'une période de référence, une fois les produits encaissés et les charges décaissées (C. Zambotto, M. Zambotto, pp 19-30). Ce résultat provient de la détermination en cascade ***des soldes intermédiaires de gestion*** (C. Zambotto, M. Zambotto, pp 13-19) et ceci est mentionnée en Roumanie dans tous les cours universitaires de gestion financière d'entreprise. Mais, dans la pratique roumaine cet indicateur est calculé seulement dans l'évaluation patrimoniale de l'entreprise tandis que l'utilité de cet indicateur devrait être opposable aux banques pour obtenir des crédits et pour les décisions opérationnelles des dirigeants.

Comme en France, en Roumanie le terme ***rentabilité économique*** d'une entreprise est calculé comme un pourcentage en ce qui concerne la relation entre le bénéfice et le chiffre d'affaires. En outre, la ***rentabilité financière*** est calculée comme pourcentage entre les dividendes et le chiffre d'affaires. En Roumanie, dans les rapports financiers, on met l'accent sur l'utilité décisionnelle de la ***rentabilité économique.*** Cela s'explique par le fait qu'en Roumanie, l'appétit pour les investissements est insuffisamment développé surtout pour les personnes physiques, comme effet d'un faible développement de la Bourse des Valeurs.

Un problème spécifique est en ce qui concerne la ***taxe professionnelle*** ou ***l'impôt sur le revenu des professions libérales.*** En France on parle de ***taxe professionnelle***, mais en Roumanie on parle d'un ***impôt sur le revenu des professions libérales*** (Fig. 1). Pratiquement, la base de l'impôt est totalement différente, parce que l'assiette est différente. La taxe professionnelle est un impôt local dû annuellement par les entreprises dans chaque commune où le redevable possède des installations ou des immobilisations. La taxe professionnelle s'applique aux entreprises et aux personnes exerçant à titre habituel une profession non salariée. Les personnes imposables sont toutes les personnes physiques ou morales exerçant à titre habituel une profession non salariée (entreprises, sociétés commerciales, professions libérales). En conséquence, toutes les activités ayant un caractère professionnel et réalisées dans un but lucratif, sont imposables.

Les immobilisations qui sont imposables sont celles qui sont affectées à un usage professionnel et dont le redevable a eu la disposition à la fin de la période de référence, propriété ou location au moins égale à 6 mois au cours de l'année. La période de référence pour déterminer la base d'imposition est l'avant-dernière année. Par exemple, les valeurs locatives des immobilisations de l'exercice 2011, déclarées en 2012, servent de base imposable pour la taxe professionnelle établie en 2013. En France

l'assiette de la taxe professionnelle est constituée de la valeur locative de l'ensemble des immobilisations corporelles et des réductions peuvent être déduites.

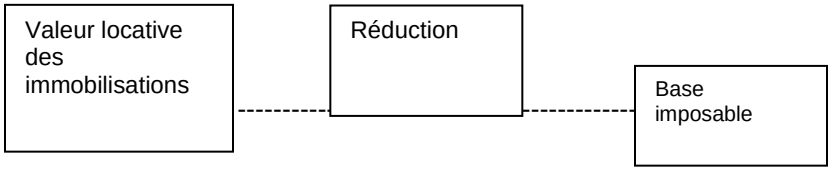


Fig. 1- Schéma de l'assiette de la taxe professionnelle en France
(Source: E. Disle, J. Sarah, pp. 135-137)

La taxe professionnelle en France et en Roumanie fonctionne d'après quelques **principes clé:**

- La taxe professionnelle est un impôt local dû annuellement par les entreprises dans chaque commune où le redevable possède des installations ou des immobilisations.
- La taxe professionnelle s'applique aux entreprises et aux personnes exerçant à titre habituel une profession non salariée en France.
- Les bases de la contribution sont constituées par la valeur des immobilisations corporelles des entreprises.
- La période de référence pour déterminer la base d'imposition est l'avant-dernière année. Par exemple, les valeurs des immobilisations de l'exercice 2004, déclarées en 2005, servent de base pour la taxe professionnelle établie en 2006.

La méthode appliquée est différente pour les personnes imposables et pour les immobilisations imposables. Sont imposables, toutes les personnes physiques ou morales exerçant à titre habituel une profession non salariée (entreprises, sociétés commerciales, professions libérales, etc.). Toutes les activités ayant un caractère professionnel et réalisées sans un but lucratif, sont imposables (ce qui exclut les opérations réalisées par un salarié dans le cadre de son contrat de travail). Sont exonérés les artisans et les travailleurs indépendants, les exploitants agricoles et certaines activités non commerciales (artistes, auteurs, coopératives ouvrières de production, les activités à caractère social et les activités réalisées par l'État, ainsi que les activités d'enseignement).

Certaines exonérations temporaires peuvent également être accordées par les collectivités territoriales, soit dans le cadre: (i) de la création d'entreprises nouvelles (année de la création et deux années suivantes); (ii) des opérations d'aménagement du territoire (5 ans maximum); soit en faveur des entreprises de spectacles.

L'assiette de la taxe professionnelle est constituée de la valeur locative de l'ensemble des immobilisations corporelles. Des réductions peuvent être déduites comme dans le schéma ci-dessous (Fig. 2).

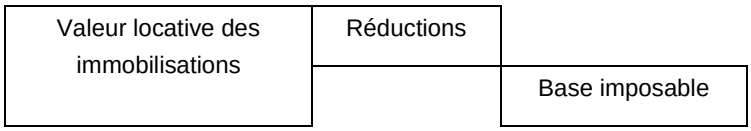


Fig. 2. Schéma de l'assiette de la taxe professionnelle en France.

Pour déterminer les bases de la taxe professionnelle, la période de référence à retenir est l'avant dernière année civile précédant celle de l'imposition. Sont imposables les immobilisations qui sont affectées à un usage professionnel et dont le redevable a eu la disposition à la fin de la période de référence (propriété ou location au moins égale à 6 mois au cours de l'année). Sont exonérées**:** (i) les immobilisations détruites ou cédées au cours de la période de référence; (ii) des matériels, outillages et mobiliers dont disposent les petites entreprises.

On peut avoir quelques remarques**:** (i) les équipements affectés à la recherche, acquis à l'état neuf ou créés bénéficient d'un dégrèvement; (ii) les immobilisations neuves éligibles à l'amortissement dégressif, créées ou acquises pour la 1ère fois bénéficient d'un dégrèvement temporaire de taxe professionnelle jusqu'aux impositions établies en 2007. Ce dégrèvement s'applique à raison de 100% pour la 1ère année, 66,66% pour la 2e année et 33,33% pour la 3e année.

2. Le cas particulier des titulaires de bénéfices non commerciaux

Lorsqu'ils emploient moins de cinq salariés et s'ils ne sont pas soumis à l'IS, les titulaires de bénéfices non commerciaux (et particulièrement les professions libérales) ainsi que les agents d'affaires et intermédiaires de commerce, sont imposés à la taxe professionnelle selon une assiette spécifique. L'assiette de la taxe est constituée de: la valeur locative foncière de leurs locaux; et 6% de leurs recettes réalisées au cours de la période de référence.

Les recettes à retenir sont celles prises en compte pour la détermination de l'Impôt sur le revenu, à l'exclusion des plus-values.

2.1. La liquidation et le recouvrement

- La taxe professionnelle est due dans chaque commune où le contribuable dispose de locaux ou de terrains et pour les salaires dans la commune du lieu de travail habituel.

- Une déclaration doit être établie chaque année par les redevables de la taxe et adressée avant le 1^{èr} mai au service des impôts auquel l'entreprise fait parvenir sa déclaration de résultats.
- Les assemblées délibérantes des collectivités territoriales fixent le taux de la taxe professionnelle pour l'année. Ce taux s'applique à la base imposable diminuée de différents abattements et réductions.
- Les entreprises doivent verser avant le 15 juin de chaque année un acompte égal à 50% de la taxe professionnelle de l'année précédente. Cet acompte est déduit du montant exigible au mois de décembre.
- Les entreprises dont la taxe professionnelle de l'année précédente est inférieure ou égale à 3000€ sont dispensées de cet acompte.

En Roumanie, la pratique fiscale est réglementée par Le Code Fiscal Roumain et elle est inspirée de la pratique fiscale française. L'assiette de ***l'impôt sur le revenu non salarié*** est constituée par les honoraires touchés moins les dépenses déductibles pour l'exercice de la profession. Les personnes imposables sont toutes les personnes physiques exerçant à titre habituel une profession non salariée (professions libérales). L'impôt est de 16% sur la base imposable (Fig. 3).

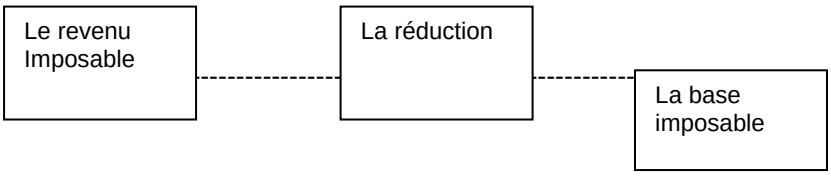


Fig. 3. Schéma de l'assiette de la taxe professionnelle en Roumanie

La différence c'est que l'objet imposable est différent - en France il s'agit de valeur locative et en Roumanie du revenu obtenu. Mais, nous pouvons faire une comparaison concernant les principes clé pratiqués dans les deux pays et nous pouvons constater de petites différences marquées en italique (Table I):

Table I – Différences entre les principes clés pratiqués en France et Roumanie.

En FRANCE	**EN ROUMANIE**
• L'impôt sur le revenu est un impôt direct annuel qui frappe le revenu des personnes physiques. • L'impôt sur le revenu est soumis à un barème progressif. • L'impôt sur le revenu est personnel, car il prend en considération la situation personnelle et familiale du contribuable.	• L'impôt sur le revenu est un impôt direct annuel qui frappe le revenu des personnes physiques. • *L'impôt sur le revenu est soumis à un barème fixe de 16%.* • L'impôt sur le revenu est personnel, car il prend en considération *seulement* la situation *personnelle et pas familiale du contribuable.*

• L'imposition des revenus à l'impôt dépend du domicile fiscal de la personne concernée et de l'origine de ses revenus. • L'imposition à l'impôt sur le revenu est établie sur l'ensemble des bénéfices et des revenus des membres du foyer fiscal, ces différentes sources sont classées en catégories.	• L'imposition des revenus dépend du domicile fiscal de la personne concernée et de l'origine de ses revenus. • L'impôt sur le revenu est établi sur l'ensemble des bénéfices et des revenus *du contribuable.*

(Source: adaptation d'après E. Disle & J. Sarah, pp. 94-127 et Le Code fiscal roumain)

Un autre problème spécifique est en ce qui concerne la sémantique et l'utilisation des termes pour **l'impôt de résultats des entreprises.** En France, les bénéfices réalisés par les entreprises constituent des revenus soumis à l'impôt. Le résultat fiscal est déterminé selon les règles propres au droit fiscal et sert d'assiette au calcul de l'impôt. Les règles qui définissent le redevable, la matière imposable, le calcul et les taux applicables, dépendent du statut juridique de l'entreprise. Le résultat fiscal peut être imposé de deux manières:

-soit au titre de l'impôt sur le revenu dans la catégorie des bénéfices industriels et commerciaux (les propriétaires de l'entreprise sont imposés et non l'entreprise elle-même);

-soit au titre de l'impôt sur les sociétés au taux de 33,1/3% (en 2006) et c'est la société qui est redevable de l'impôt.

La méthode de détermination du résultat imposable contient deux étapes représentées ci-dessous: calcul du résultat comptable et détermination du résultat fiscal (Figs. 4 et 5).

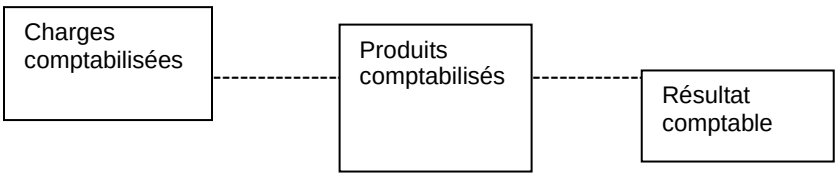


Fig. 4. Schéma de calcul du résultat comptable pour l'impôt sur les sociétés.

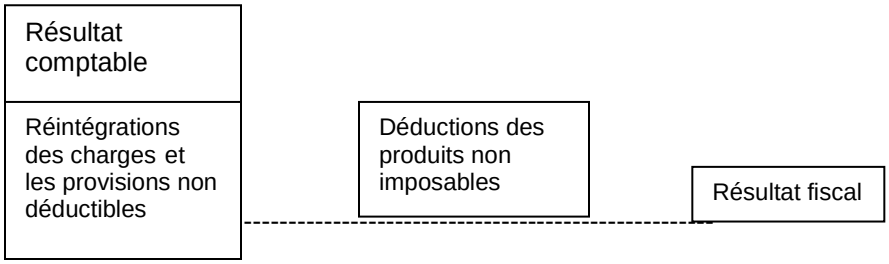


Fig. 5. Schéma de la détermination du résultat fiscal pour l'impôt sur les sociétés.

En France, la détermination du bénéfice soumis à ***l'impôt sur les sociétés*** ou ***l'impôt sur le revenu dans la catégorie de bénéfices industriels et commerciaux*** obéit à des règles semblables. Il existe néanmoins des règles fiscales applicables uniquement pour le calcul de l'assiette de l'impôt sur les sociétés. Les plus importantes caractéristiques de ***l'impôt sur les sociétés*** **l'IS** sont les suivantes:

Le calcul et le paiement de l'IS et le traitement des déficits des entreprises sont effectués en fonction de quelques principes clé (E. Disle, J. Sarah, pp 84-92)**:**

- L'assiette de l'IS est égale au bénéfice fiscal arrondi à l'euro le plus proche.
- Le taux normal d'imposition est de 33,11/3%; un taux réduit de 15% s'applique aux PME.
- Les plus-values à long terme sont imposables à un taux réduit.
- Les entreprises soumises à l'IS sont tenues de payer un *impôt forfaitaire annuel* (IFA) même en l'absence de bénéfice.
- L'IS est payé à l'aide d'acomptes déterminés à partir des bénéfices imposables des années antérieures, le solde devant être réglé 3 mois après la clôture de l'exercice.
- Les crédits d'impôt s'imputent sur l'IS.

La méthode de calcul de l'impôt sur les sociétés implique:

1. **<u>Déterminations de l'impôt brut</u>**

- Calcul de l'IS au taux normal: taux de 33,1/3% appliqué au bénéfice imposable.
- Calcul de l'IS au taux réduit: les PME bénéficient d'un taux réduit de 15% dans la limite de 38.120€ sous certaines conditions (voir compléments).
- Calcul de l'IS sur les plus-values nettes à long terme au taux réduit applicable.

2. **<u>Imputation des créances fiscales</u>**

- **Imputation des créances non restituables et non reportables**
  Le crédit d'impôt est égal à la retenue à la source pratiquée dans l'état avec lequel la France a signé une convention de double imposition. Le crédit d'impôt est égal à la retenue à la source de 10% sur les intérêts des obligations émises avant le 01/01/87.

- **Imputation des principales créances fiscales reportables**
  - IFA disponible.
  - Réduction d'impôt au titre du mécénat.
  - Report en arrière des déficits.
  - Crédit d'impôt recherche.

- **Imputation des créances fiscales non reportables et restituables**

  - Crédit d'impôt formation.
  - Crédit d'impôt pour le rachat d'une entreprise par ses salariés.
  - Crédit d'impôt famille.

2.2. Modalités de paiement de l'impôt sur les sociétés

1. L'imposition forfaitaire annuelle

Les entreprises soumises à l'IS sont tenues de payer un impôt forfaitaire annuel (IFA), même en l'absence de bénéfice. L'IFA peut être considérée comme une avance d'impôt récupérable sous certaines conditions: (i) l'IFA est déductible de l'impôt sur les sociétés pendant l'année de son exigibilité et les deux années suivantes; (ii) l'IFA peut s'imputer sur l'acompte, le solde de liquidation ou le rappel d'impôt permettant d'y faire face; (iii) l'entreprise doit précéder à cette imputation avant la fin de l'année N+2. Si l'IFA n'a pas pu être imputée à l'expiration du délai prévu, elle devient une charge définitive pour l'entreprise. Cette charge n'est pas déductible du résultat fiscal. De ce fait les provisions créées par l'entreprise pour faire face à cette charge future ne sont pas déductibles.

2. Les acomptes de l'impôt sur les sociétés

- **Calcul du montant d'acompte d'IS à payer**

Le montant de chaque acompte d'IS est calculé à partir des résultats du dernier exercice clos (ou de l'avant dernier exercice pour le calcul du premier acompte de l'exercice en cours, dans ce cas le premier acompte devra être régularisé avec le deuxième acompte). Chacun des quatre acomptes à verser est égal à:

- 8,1/3% du bénéfice taxé au taux normal (33,1/3%);
- 3,75% du bénéfice des PME imposé au taux réduit (15%);
- 3,75% du résultat net de la concession de licences d'exploitation de brevets et inventions brevetables pour sa fraction imposée au taux réduit de 15%.

- **Date de paiement des acomptes**

Date de clôture de l'exercice précédent	1**èr** acompte	2e acompte	3e acompte	4e acompte
du 20/02 au 19/05	15/06	15/09	15/12	15/03
du 20/05 au 19/08	15/09	15/12	15/03	15/06
du 20/08 au 19/11	15/12	15/03	15/06	15/09
du 20/11 au 19/02	15/03	15/06	15/09	15/12

- **Le calcul du solde de l'IS**

Solde de l'IS = montant de l'IS dû au titre de l'exercice – acomptes d'IS déjà versés

Compléments

A. Contributions assises sur l'impôt sur les sociétés

- **Champ d'application**

Les personnes morales imposées à l'impôt sur les sociétés sont passibles de diverses contributions assises sur l'impôt sur les sociétés.

Une contribution de 1,5% applicable aux exercices clos en 2005. Cette contribution est supprimée pour les exercices clos à compter du 01/01/2006.

Une contribution sociale sur les bénéfices des sociétés de 3,3%. Cette contribution ne s'applique pas aux redevables réalisant un chiffre d'affaires HT inférieur à 7.630.000€ et ayant un capital entièrement libéré et détenu pour 75% au moins par des personnes physiques.

L'assiette de ces contributions est constituée de l'impôt sur les sociétés calculé sur les résultats imposables au taux normal et au taux réduit, avant l'imputation des crédits d'impôt et l'imposition forfaitaire annuelle. Ces contributions sont juridiquement distinctes de l'IS; elles ne sont pas déductibles des résultats imposables.

- **Liquidation**

Le montant des contributions est égal à: Impôt de référence (IS au taux normal et réduit) x taux de la contribution. La base imposable de la contribution sociale bénéficie d'un abattement de 763.000€.

- **Recouvrement**

Les contributions sont versées avec le solde de l'impôt sur les sociétés. Le versement anticipé pour la contribution de 1,5%. Les entreprises dont l'exercice coïncide avec l'année civile doivent effectuer avec le dernier acompte de l'IS un versement anticipé égal au taux de la contribution due de l'impôt de référence déterminé par rapport à l'exercice précédent. Acomptes pour la contribution sociale:

quatre acomptes de 0,835% doivent être versés selon les mêmes modalités que les acomptes de l'impôt sur les sociétés, mais avec une assiette différente.

B. Conditions pour bénéficier du taux réduit d'IS

Les PME bénéficient de plein droit d'une réduction de leur imposition à l'IS si elles répondent aux conditions suivantes: (ii) le chiffre d'affaires réalisé au cours de l'exercice ou de la période

d'imposition doit être inférieur à 7.630.000€; (ii) le capital doit être entièrement libéré; le capital doit être détenu de manière continue pour 75% au moins par des personnes physiques ou par une ou plusieurs sociétés réalisant un chiffre d'affaires hors taxes de moins de 7.630.000€ et dont le capital est détenu, pour 75%, au moins, par des personnes physiques.

Le traitement des déficits des entreprises

Principes clés

- Le déficit fiscal des sociétés soumises à l'IS peut être:
  - soit reporté sans limitation de durée sur les bénéfices suivants permettant d'y faire face;
  - soit reporté en arrière sur les trois exercices précédents en commençant par le plus ancien. (L'option est exercée en prenant comme référence l'exercice de constitution du déficit et non celui de la clôture de l'exercice).
- Le déficit fiscal provenant de la catégorie des BIC est:
  - imputé sur les autres revenus imposables à l'impôt sur le revenu du foyer fiscal;
  - si le déficit ne peut pas être imputé intégralement sur les autres revenus, il est reportable sur la totalité des revenus imposables du foyer fiscal pendant les six années après l'apparition du déficit.

  Les déficits des BIC générés par une activité exercée à titre non professionnel ne peuvent être déduits que des bénéfices des BIC réalisés au cours des six années après l'apparition de ce déficit.

2.3. Méthode: le report en arrière des déficits

- **Bénéfices ne pouvant pas faire l'objet d'une imputation en arrière**
  - Fraction des bénéfices distribués.
  - Bénéfices dont l'imposition correspondante a été réglée par avoir fiscal et crédits d'impôt.

- **Calcul de la créance**

Créance = Impôt payé au titre de bénéfices sur lesquels s'imputent les déficits.

- **Utilisation de la créance**
  - Imputation sur le paiement de l'IS (acomptes, soldes) à l'exception de l'IFA.
  - Le solde se rembourse cinq ans après l'exercice pendant lequel l'option a été exercée.

On peut voir la complexité et la rigueur de la fiscalité française.

En Roumanie nous avons ***l'impôt sur le profit de sociétés commerciales*** au taux de 16% (en 2006-2014) plus ***l'impôt sur les dividendes au taux de 16%.*** La terminologie est différente bénéfice versus profit, même si dans le passé communiste le terme ***bénéfice*** a été utilisé pour le résultat comptable égal avec le résultat fiscal.

Un autre problème est ce qui concerne la sémantique et l'utilisation des ***provisions comptables.*** Notre étude montre que les provisions comptables en France et aussi en Roumanie sont des affectations du résultat comptable.

En France, la dépréciation d'un actif est la constatation que sa valeur actuelle est devenue inférieure à sa valeur nette comptable. Au contraire, la provision est un passif dont le montant ou l'échéance ne sont pas fixés de façon précise. Le passif peut représenter une obligation de l'entreprise à l'égard d'un tiers dont il est probable ou certain qu'elle provoquera une sortie de ressources au bénéfice de ce tiers sans contrepartie au moins équivalente attendue de celui-ci.

On peut parler de provisions déductibles qui sont réglementées et qui correspondent à l'application de dispositions fiscales. Ces catégorie sont déductibles obligatoirement.

En France, il existe des provisions pour: la perte de change, les litiges, les garanties données aux clients, les amendes et pénalités, les dépenses de personnel, les indemnités de départ à la retraite, les congés payés, les licenciement pour motif économique (déduction interdite de façon expresse par le fisc), pour l'impôt (déductible si l'impôt est lui-même déductible, etc.

En Roumanie ***les provisions sont des affectations du résultat comptable*** pour:

- la dépréciation réversible des actifs par le passage sur les charges, en cas de crédits restants, par exemple;
- les risques potentiels par l'affectation des revenus, en cas de litiges, par exemple;

Par ce mode de travail, temporairement le résultat comptable est fidèle à la réalité et c'est une manière innovante concernant la transparence et l'image fidèle du résultat comptable. Les provisions réglementées sont déductibles du point de vue fiscal.

Le problème qui apparaît en Roumanie est relié à l'interprétation de l'utilité des provisions pour les risques physiques et aussi pour ceux financiers. C'est une confusion entre prévenir et assumer des risques. Nous croyons que les provisions comptables représentent une mesure d'assumer pas de prévenir.

Finalement, un autre problème est en ce qui concerne ***l'avoir fiscal*** ou ***le crédit d'impôt.*** En France il est utilisé pour l'imposition des dividendes et il est au niveau d'un crédit d'impôt restituable égal à 50% du montant des revenus plafonné à 115 euros pour un célibataire et à 230 euros pour un couple. En Roumanie, nous n'avons pas cet instrument de collecte anticipée d'impôts.

3. Conclusions

Même si ce travail est un commencement, nous croyons que c'est utile pour les étudiants, les professions libérales et pour tous les environnements économiques pour faire une comparaison franco-roumaine de la sémantique économique dans les pays francophones. De plus, nous considérons que la terminologie économique doit être harmonisée au cadre des pays de l'Union européenne pour pouvoir comprendre les mêmes choses par les mêmes termes.

4. Bibliographie

CONSTANTINESCU, Ileana (coordonator), MOTATU, Adriana, DOBRE, Elena, (2014). *Mic dicționar român-francez juridic și economic cu definiții minimale,* MILENA PRESS, București

CONSTANTINESCU, Ileana, PRECUP, Anca-Nicoleta, VERONNEAU, Raphaël. (2009). *Dicționar De Afaceri,* MILENA PRESS, București, (editia aV-a)

DISLE, Emmanuel & SARAF, Jacques. (2006). *Fiscalité pratique 2006,* Dunod, Paris, 11e édition

DOBRE, Elena, DOBRESCU, Oana, MUNTEANU, Irena. (2005). *Finante Publice Noțiuni de bază, studii de caz și teste grilă,* Ed.: HIG MUNTENIA, București

ZAMBOTTO, Christian et ZAMBOTTO, Mireille. (2004). *GESTION FINANCIÈRE Finances d'entreprise,* Dunod, Paris, 6e édition

VIROL, Elisabeth et SENANEDSH, Alain. (2000). *Fiscalité, Manuel pratique,* Éditions d'Organisations, București

CODUL FISCAL ROMÂN (2003) - Legea 571/2003

TEIXEIRA, Rute (2015). Percursos entre o cultural e o criativo em meio urbano. The overarching issues of the european space: spatial planning and multiple paths to sustainable and inclusive development. Porto. FLUP. pp. 429-443

PERCURSOS ENTRE O CULTURAL E O CRIATIVO EM MEIO URBANO

Rute TEIXEIRA
Faculdade de Letras da Universidade do Porto
rteixeira@letras.up.pt

Resumo

No estudo comparado entre as redes culturais e criativas, torna-se imperativo o contributo dos teóricos da sociedade da informação, das redes culturais e da economia criativa em contexto urbano.

Neste estudo, procuraremos aprofundar a temática das redes culturais e criativas. Segundo Neves (2004) a criação de redes culturais insere-se numa orientação de política cultural que visa dotar o país de equipamentos capazes de responder às exigências atualmente reconhecidas como as mais adequados à difusão e receção cultural. Por outro lado, as redes criativas visam a conceção e implementação de um adequado modelo de governação que apoie o aumento da capacidade e empreendedorismo criativos, o crescimento dos negócios criativos e a atratividade dos lugares, visando o reforço da massa crítica do capital criativo da região.

Será nosso interesse refletir sobre a possível articulação das mesmas e o crescente desenvolvimento sustentado de ambas, enquanto forças potenciadoras de uma crescente aproximação entre a dimensão económica da cultura e a dimensão cultural da economia, como duas faces da mesma moeda (Jameson, 1996).

Palavras-chaves: Cidade criativa; redes culturais; redes criativas; economia criativa.

Abstract

In the comparative study of the cultural and creative networks, it is imperative the contribution of theoretical information society, cultural networks and the creative economy in the urban context.

In this study, seek to deepen the theme of cultural and creative networks. According to Neves (2004) the creation of cultural networks is part of a cultural policy guideline that aims to provide the country with equipment capable of meeting the requirements currently recognized as the most appropriate dissemination and cultural reception. On the other hand, the creative networks aim to design and implement an appropriate governance model to support increased capacity and creative entrepreneurship, the growth of creative businesses and the attractiveness of places, aimed at reinforcing the critical mass of creative capital of the region .

It will be our interest to reflect on the possible connection of the same and the growing sustainable development both as enhancer forces of a growing rapprochement between the economic dimension of culture and the cultural dimension of the economy, as two sides of the same coin (Jameson, 1996).

Key words: Creative city; cultural networks; creative networks; creative economy

1. Trajetórias nos processos de radicalização do capitalismo

Diversos teóricos têm desenvolvido considerações em torno da ideia de que vivemos num período de transição, denominado de pós-modernidade. Autores como Lyotard ([1979] 2006), Baudrillard ([1981] 1991), Featherstone (1991; 1995; 1997), Jameson ([1991] 2000), têm atribuído primordial relevo a tal noção, centrando-se a sua análise nas mudanças culturais, sociais e económicas que têm ocorrido no domínio da contemporaneidade globalizada.

Autores como Beck (1992) e Giddens (1996),adeptos da continuidade, argumentam que a presente mudança é o resultado de severas alterações na modernidade e de uma radicalização do projeto modernista. Assim sendo, existiria uma substituição por "um outro tipo de modernidade", através da sua "descontextualização" e posterior "recontextualização" produzindo o que denominam de "modernização reflexiva" das sociedades capitalistas avançadas (Beck, Giddens, & Lash, 2000).

Segundo Sousa Santos (2001) reiterar sobre pós-modernidade é sugerir a mudança de uma época para outra, o que envolve a emergência de uma nova totalidade social, com princípios organizadores próprios e distintos.

Ou seja, examinada a construção do projeto sociocultural da modernidade, em coincidência com a emergência do capitalismo, defender-se-ia que o projeto da modernidade tem possibilidades infinitas (Santos, 2001). A pós-modernidade poderá ser entendida enquanto momento presente, dando-nos o 'pós' a sensação de que este é determinado pela rutura com as lógicas inerentes a uma historicidade e/ou a uma ordem mundial anterior.

Ao situarmo-nos cronologicamente, demarcou-se que a modernidade tem início com o processo de industrialização, associado ao primado da racionalidade e à crença inabalável no progresso trazido pela ciência e pela técnica; já a pós-modernidade faz-se sentir, após a Segunda Guerra Mundial, sobretudo a partir dos anos 60 e 70 do século XX, sendo em parte, provocada pelas alterações no modo de produção e consumo, que colocam a informação e o conhecimento no centro da economia, e em parte, associada às transformações socioculturais decorrentes da eclosão de movimentos sociais.

Neste sentido, importante de relevar que muitos são os autores que encaram a modernidade numa ótica tripartida marcada pelo incremento dos modos de produção capitalista.

Mandel (1975) na obra Capitalismo Tardio apresenta uma teoria na qual defende a existência de três momentos crucias na história do capitalismo ocidental, em que cada um deste foi marcado por uma expansão dialética em relação ao anterior: capitalismo de mercado, capitalismo de monopólio e capitalismo pós-industrial. Para o autor, verifica-se a presença de uma conexão entre os três estádios do capitalismo e os três paradigmas artísticos - realismo, modernismo e pós-modernismo, considerando o

terceiro estádio como a forma mais autêntica de capitalismo, na medida em que suprime os enclaves de organização pré-capitalista.

Nesta vertente, Fredric Jameson ([1991] 2000), no seu ensaio Pós-modernismo, ou a Lógica Cultural do Capitalismo Tardio, este argumenta que " o capitalismo tardio propõe-se não apenas a fazer a anatomia da originalidade histórica dessa nova sociedade (...), mas também a demonstrar que se trata aí de nada mais nada menos do que um estágio de capitalismo mais puro do que qualquer dos momentos que o procederam (Jameson, 2000, pp:29).

Por outro lado, defende que acontecimentos como a queda do Muro de Berlin e o extermínio da URSS, contribuíram para uma expansão global desse capitalismo.

Em Portugal, Nuno Grande apoiado na teoria de Castells (2002), entende que certos acontecimentos sociais como o maio de 1968 e outros de origem política como o término da União Soviética e o prelúdio da União Europeia, tiveram impacto numa Nova Era da Informação, na qual as cidades globais assumiram um peculiar protagonismo, mediante a co conjugação de três fatores fortuitos e inter-relacionados: "crise do Estado-nação", "sociedade em rede", e "economia informacional" (Castells, 2002).

Também Boaventura Sousa Santos defende uma lógica tripartida, baseada nas diferentes relações que se estabelecem entre os pilares da regulação e da emancipação, destacando desta forma, três períodos do capitalismo.

A primeira fase, durante todo o século XIX, caracterizou-se por um capitalismo liberal, marcado por um desenvolvimento dúbio do Estado, ao qual se contrapõe um desenvolvimento acelerado do mercado, apoiado pela industrialização e acompanhado pela expansão das cidades industriais.

A segunda fase, correspondente ao II pós-guerra mundial, pautou-se pela concentração do capital industrial, financeiro e comercial, e pelo separação da propriedade jurídica e da gestão das empresas.

A terceira fase emergiu nos anos 60 e Sousa Santos apelidou-a de capitalismo desorganizado, em virtude de mercado ter adquirido um vigor sem precedentes, ultrapassando a economia e colonizando tanto o Estado como a Comunidade.

No plano económico, os principais acontecimentos prendem-se com o facto de as empresas transacionais terem invadido o mercado, originando uma retração, dos mecanismos de regulação das relações laborais, aproximando o modelo económico ao liberalismo. Neste contexto, as crises vividas na viragem de 1960 para 1970, decretaram a falência do modelo de desenvolvimento fordista e funcionaram como impulsionadoras da emergência e da consolidação de um modelo de desenvolvimento baseado na flexibilização económica e social. Neste sentido, a crise do fordismo pode ser interpretada como o esgotamento das opções para lidar com o problema da superacumulação, o que passou pela desvalorização de mercadorias, da capacidade produtiva, do valor do dinheiro e do trabalho.

Entre 1965-1973 ficou patente que a rigidez foi sinónimo da incapacidade do fordismo e do keynesianismo de controlar os paradoxos do capitalismo, no sentido em que os questões residiam nos investimentos de capital fixo de larga escala, nos sistemas de produção em massa e nos contratos de trabalho. Por outro lado, qualquer tentativa de ultrapassar esta rigidez encontra obstáculos na classe trabalhadora mobilizada, o que explica as ondas de greve no período de 1968-72; bem como inflexibilidade crescente, por parte dos compromissos do Estado na consolidação do Estado-Providência.

Outro marco incontestável prendeu-se com a forte deflação de 1973-1975, que indicou que as finanças do Estado estavam muito aquém dos recursos, o que desprendeu uma crise fiscal e de legitimação. Por sua vez, as organizações depararam-se com excedentes inúteis, o que as obrigou a entrar num período de racionalização, reestruturação e intensificação do controlo do trabalho. Neste seguimento, foi necessário proceder-se a um conjunto de mudanças que auxiliassem este processo de deflação: mudança tecnológica, novas linhas de produto e novos nichos de mercado, dispersão geográfica para zonas de menor controlo das condições de trabalho, fusões e aceleração do tempo e do capital. Pode-se afirmar que tais restruturações inauguram um novo leque de experiências no âmbito da organização industrial e da vida social e política, patenteando uma a passagem para um regime de acumulação novo, associado a um sistema de regulamentação política e social distinto. Estamos assim perante uma nova fase, apelidada de capitalismo tardio (Mandel, 1975), ou de economia informacional (Castells, 2002).

A definição atual do capitalismo tardio tem diversos subentendidos, na medida em que a burocratização do Estado aparece como um fenómeno natural. Por conseguinte, a distinção não se faz só pela existência de empresas transnacionais, mas por uma nova organização internacional do trabalho, rápidas transações bancárias e bolsistas, novas formas de inter-relacionamento dos média, automação e informatização, fuga da produção.

Como anteriormente referido por Sousa Santos (2002), o período vivenciado atualmente, é pautado por uma forte perturbação, na qual a génese do mercado adquiriu uma força sem precedentes, aglomerando outras instâncias de regulação e subjugando tanto o Estado como a Comunidade.

Para Harvey ([1989] 2000), a recessão de 1973 impulsionou o colapso do regime de acumulação fordista e do reajustamento político dos anos 1980 para padrões de flexibilidade e de mobilidades acrescidas, acarretando consequências sociais. O autor na sua obra A Condição pós-moderna relata três modelos de análise deste modelo de acumulação capitalista decorrente.

Neste seguimento, o primeiro modelo, foi baseado na visão de Halal (1986 cit in Harvey ([1989] 2000), efetiva os elementos positivos e libertários do novo capitalismo. O segundo modelo, centrado em Lash & Urry (1987), enfatiza as relações de poder entre política, economia e cultura. Estes autores veem a evolução como o decadência das condições materiais para uma política coletiva poderosa da classe trabalhadora e tentam, assim, apontar as raízes económicas, culturais e políticas desse colapso. O

terceiro modelo, baseado em em Swyngedouw (1986 cit in Lash e Urry, 1987), acentua as transformações tecnológicas e dos processos de trabalho, ao mesmo tempo que avalia a forma como o regime de acumulação e a sua regulamentação se transformam, enfatizando as mudanças no modo de produção industrial.

Será pertinente sublinhar que a reorganização pós-fordista pressupôs novas tecnologias, novos métodos de gestão da produção, novas formas de utilização da força de trabalho e novos modos de regulação estatal, fundamentando-se em elementos que definem o chamado "modo de acumulação flexível de capitais", que estão intimamente relacionados à condição histórica pós-moderna, assim como estão na base da emergência da chamada economia do conhecimento. Globalização, transitoriedade e disseminação estão também presentes na reorganização do sistema financeiro global. Este tornou-se agora esfera autónoma e orienta os fluxos de capital, desacatando noções de tempo e espaço, "alcança tal grau de complexidade, que ultrapassa a compreensão da maioria das pessoas" (Harvey, [1989] 2000, p. 70), escapando ao controlo dos Estados nação.

Por sua vez, Vakaloulis (2003) enfatiza o desvio do conflito social das relações de classes para problemas de ordem cultural. Da mesma forma Mandel (1975) considera que esta fase do capitalismo tardio nos anos 80 foram assinalamos de uma forma muito acentuada pela vertente cultural. Desta forma, podemos afirmar que a conjuntura presente é revestida por configurações económicas e culturais que moldam uma forma radical de capitalismo - – tardio, informacional, desorganizado, ou do conhecimento.

2. Vagueando pelo pós-modernismo

Podemos encarar o pós-modernismo como uma possibilidade de leitura da realidade, que se caracteriza por uma época de transição, em que autores como Santos (1994) denominam como pós-modernidade.

Neste sentido, será pertinente primeiramente invocar alguma luminosidade nas teorias proclamadas por Jameson ([1991] 2000), Featherston (1995), e Harvey ([1989] 2000), na medida que pretendem encarar o pós-modernismo mais que um transitar artístico, mas como uma possível narrativa cultural.

Neste seguimento, Harvey (1989) concebe-o enquanto condição socio-histórica das sociedades contemporâneas e de pós-modernidade; e Jameson ([1991] 2000) perceciona-o como uma lógica cultural articulada pelas determinações concretas do que se convencionou chamar eufemisticamente de nova ordem mundial ou a lógica cultural do capitalismo tardio.

Rapidamente difundido entre a Europa e os Estados Unidos, enquanto procura de explanação teórica para os alcances artísticos, o pós-modernismo apresentou uma discussão alargada sobre o próprio pós-modernismo e gerou um interesse pelos trabalhos de teóricos como Lyotard ([1979] 2006),

Foucault (1999), ou Baudrillard ([1981] 1991). Tal como Jameson ([1991] 2000) adverte, os teóricos pós-modernistas parecem revelar um enorme fascínio pela paisagem contemporânea que incorpora o retro, o Kitsch, os filmes B, ou a designada para-literatura, chamando, assim, a atenção para o facto de um sem número de análises – económicas, marketing, críticas de cultura, novas terapias, críticas de cinema – se uniram para formar a teoria do pós-modernismo como um novo género discursivo que, curiosamente, se inclui a si mesmo.

Neste sentido, como acentua Sousa Santos (1994), a pós-modernidade é a possibilidade de entrada numa situação radicalmente nova, ressalvando contudo o caráter provisório desta terminologia. O termo pós-modernidade, já trilhado anteriormente no campo das artes, teve a sua primeira abordagem analítica pelo filósofo Lyotard ([1979] 2006), quando em 1979, publicou A Condição Pós-Moderna.

Este autor, entendia que a chegada da pós-modernidade se interligava á emergência de uma sociedade pós-industrial, na qual o conhecimento se tornara a principal força económica de produção, aquilo que mais tarde se veio a chamar-se economia criativa. Entre muitas especificidades do pós-modernismo, Jameson aponta como particularmente importante "uma nova falta de profundidade, que encontra seu prolongamento, tanto na 'teoria' contemporânea e em toda uma nova cultura da imagem e do simulacro" (Jameson, [1991]2000, pp. 6). Propõe, então, uma conexão entre as dimensões cognitivas e as pedagógicas da arte e cultura políticas, afirmando que uma política cultural para o pós-modernismo terá que erguer a questão do espaço – “uma estética de mapeamento cognitivo” (ibidem, pp.76).

Em síntese, Jameson ([1991]2000) ilustra a forma como o pós-modernismo se manifesta em diferentes vertentes artísticas, sustentado pela evolução, do que denomina de teorias pós-modernistas, ao mesmo tempo que coliga o pós-modernismo e a cultura da sociedade de consumo que nasce com a passagem do capitalismo monopolista, para o capitalismo tardio.

Apesar de nem todas as formas culturais do capitalismo desorganizado poderem ser consideradas pós-modernistas, Featherstone (1995) não deixa de destacar o que define como afinidade eletiva entre a emergência do pós-modernismo no plano cultural e o processo de desorganização do capitalismo no plano económico-financeiro. David Harvey (2008) argumenta que o pós-modernismo aparece como uma solução às solicitações da compressão do tempo e do espaço e à necessidade de constituição de novas formas de pensar, sentir e criar.

Mandel (1975), seguidor da tradição marxista, institui uma relação dialética entre o desenvolvimento do capitalismo nas sociedades mais industrializadas e os movimentos mais significativos, associando o modernismo ao monopólio capitalista e o pós-modernismo ao pós-II Guerra Mundial e ao capitalismo avançado. Este autor, tendo como referência Braudillard ([1981] 1991), defende que o pós-modernismo conduz à “expansão da cultura no campo social”, até ao ponto em que tudo na vida social venha a tornar-se cultural e examina expressões diversas da cultura contemporânea, em articulação com conceções de tempo e espaço.

3. A cultura e a arte iluminada pelo pós-modernismo e a emergência das "cidades criativas"

Fazendo uma retrospetiva do conceito de pós-modernidade, Featherstone (1991) apoiado em Kohler e em Hassan, afirma que o termo pós-modernismo foi inicialmente utilizado, nos anos 1930, por Federico de Onis apontando uma reação contra o modernismo. Nestes termos, tornou-se popular nos anos 1960 em Nova Iorque, quando foi experimentado por jovens artistas, escritores e críticos, tais como Robert Rauschenberg, John Cage, Burroughs, Barthelms, a fim de divulgarem um movimento para lá do alto modernismo, o qual tinha sido rejeitado, devido à sua institucionalização em museus e academias.

Recuando aos anos 20, Lash e Urry (1987), definem o avant-garde como a primordial aparição da cultura pós-moderna, embora considerem que esta não se disseminou na cultura popular, devido à inexistência de público predisposto para a receber. Por conseguinte, nas últimas décadas, as conjunturas sociais específicas do capitalismo desorganizado conduziram à criação de um público predisposto para a receção de uma cultura pós-moderna.

Os mesmos autores recusam a conceção do pós-modernismo como um único reflexo do capitalismo desorganizado, mas sublinham a sua importância crescente na cultura contemporânea, associando-a às características do capitalismo resultantes da sua desorganização. Nesta etapa, Sousa Santos (2001,pp.55), que "os fenómenos culturais só lhe [mercado] interessam na medida em que se tornam mercadorias", ou seja, a produção artística passa a integrar a produção económica.

Neste seguimento, o ritmo acelerado atribuído á função estrutural, á produção estética e ao experimentalismo, gerou uma série de apoios institucionais destinados á produção de uma arte mais nova. No mesmo modo, Baudrillard ([1981] 1991), figura fulcral no debate da relação entre o pós-industrialismo e a esfera da cultura, concebe que no capitalismo desorganizado os objetos valem por aquilo que significam. E Jameson ([1991] 2000) ratifica que a própria cultura tornou-se num produto, e "o pós-modernismo é o consumo da própria produção de mercadorias como processo" (Jameson, [1991] 2000,pp.14).

O pós-modernismo, ao mesmo tempo que estreita laços com o mercado, contra a abstração, racionalidade e padronização do projeto cultural e artístico modernista, sustenta o relativismo e o pluralismo estéticos, propondo uma nova forma de encarar a tradicional separação entre níveis culturais. De igual modo, quando a avant-garde dita a morte, da arte tal não se prende com o desaparecimento da mesma, mas com a ampla difusão desta na sociedade. E desta forma, outros domínios opostos ao estético passam a recorrer à criatividade e à ficção.

A cidade também não escapa à vaga criativa e o seu futuro, enquanto tal, é definido através da criatividade – indústrias criativas, cidadãos criativos, cidades criativa. Nuno Grande (2009) fundamentado

em Manuel Castells (2002) pretende esclarecer o atual momento a partir de factos culturais e sociais que ocorreram e tiveram grande impacto da sociedade, tais como, o maio de 1968, o fim da União Soviética e a construção da União Europeia.

Tais acontecimentos, emaranhados em causa e efeitos mútuos, marcaram a emergência da nova "Era da informação", na qual as cidades globais parecem assumir protagonismo, pela conjugação de três fatores emergentes e interrelacionados: "crise do Estado-nação", "sociedade em rede", e "economia informacional" (Castells, 2002). Nuno Grande (2009) admite que da "crise do Estado de Nação", renascem os territórios de relação: de caráter supranacional, como a União Europeia; e de caráter sub-nacional, como a cidade.

Estes territórios da relação emergem de uma intrincada dialética local-global, estimulada pelo fenómeno da globalização cultural (Melo, 2002), como resultado de uma nova ordem do sistema Mundo. Continuando o exame dos fatores que, segundo Castells (2002), explicam a nova "Era da Informação", na configuração de uma "sociedade em rede", a identidade pós-moderna parece pesquisar a pertença a um local, ao mesmo tempo que se desenraíza do mesmo, reinventa nostalgicamente tradições, territorialização e cidadanias, tal como é argumentado por Sassatelli (2009), quando se refere a cidadania europeia.

Desde logo, no espaço europeu, as cidades têm sido consideradas lugares de protagonismo na construção de um espaço político e cultural. Por conseguinte, os espaços dedicados à cultura visual tornaram-se poderosos meios de visibilidade urbana e símbolos do marketing de cidade. Ícones de uma identidade urbana, as Galerias de Arte Contemporânea, enquanto espaços dedicados à produção, exposição e fruição da arte dos nossos dias, parecem concentrar em si os heterógenos processos da globalização. Com o colapso do fordismo, o processo de desindustrialização subsequente acarretou a necessidade de encontrar novas estratégias para consolidar a sustentabilidade das cidades.

Políticas públicas e financiamentos têm sido direcionados para modelos de regeneração urbana orientadas por projetos artísticos e culturais, motivados pela suposição de que é possível converter capital simbólico em capital económico, incentivando assim as cidades a investir em património, imagem e cultura, bem como na formação de uma massa crítica e criativa.

Os primeiros contributos teóricos no âmbito da cidade criativa usados numa ampla perspetiva de planeamento urbano apareceram com os autores Charles Landry & Franco Bianchini (1995) The Creative City e na obra posterior de Landry (2000) The Creative City: A Toolkit for Urban Innovators. Este conjunto de investigações teve a sua génese no movimento de regeneração urbanística através das indústrias culturais, no Reino Unido, no final de 1980 e início de 1990. Neste sentido, a cidade criativa é, portanto, uma mensagem translúcida para despertar a mente, a imaginação e a participação pública.

A cidade criativa pressupõe que sejam criadas as condições necessárias para que os seus habitantes disfrutem da sua imaginação e despertem para novas oportunidades que permitam um progresso nas suas condições de existência. Ao estimular a inserção de uma cultura de criatividade, no modo como se participa na cidade, contribuiu para um incremento no incentivo e a uma legitimação da imaginação nas esferas pública, privada e da sociedade civil. Nesta ótica, autores como Landry e Bianchini (1995) expõem um conceito amplo de criatividade, posicionando-se para além da dimensão artística, mais no sentido de pensamento descentrado.

Sem dúvida, o trabalho destes autores acontece simultaneamente com uma nova interpretação do papel da cultura na política cultural Europeia. Assim sendo, “cidades globais” (Sassen, 2001) tornam-se territórios de produção cultural e criativa forte, pela multiplicidade, confronto e mesclas sociais e culturais. Um habitat fértil para a proliferação de interstícios culturais emergentes das ligações entre múltiplos localismos trazidos por uma classe, já não tão emergente quanto isso, de artistas, intermediários culturais e outros profissionais do campo artístico.

Esta ideia apoia-se na crença de que a cultura tem a capacidade para ultrapassar uma pesada herança industrial, a fim de desenvolver novos produtos, novas imagens, novas estruturas organizacionais e, finalmente, novas e altamente competitivas especializações económicas (Florida, 2002) através da projeção de fluxos nacionais e internacionais de investimento, pelo aceleramento de estratégias de reorganização urbanística e, ainda, pela consolidação de novas identidades urbanas (Harvey, 1989; 2001).

Desta forma, a cidade emerge como protagonista da “Era da Informação”. É concebida como o elemento capital desta nova era, onde existe um projeto político, económico e cultural que procura instrumentalizar a cultura em busca de respostas, face à crise de identificação dos cidadãos com este projeto e face à crise do fordismo. Glasgow 1990 (Garcia, 2005) marcou um ponto de viragem nas práticas culturais, ao nível das políticas culturais europeias, como também nas estratégias urbanas. A mesma autora (2004) alega que esta abordagem cultural não assume apenas a forma de simples iniciativas culturais efémeras, antes adota a base de uma política cultural abrangente que visa estabelecer a identidade, mais do que Europeia, a da própria cidade, a fim de competir na cena global. Estes eventos tornaram-se a força motriz por de trás do planeamento urbano e um ponto de referência para circuitos culturais e criativos de atração turística, tendo como principais objetivos não só a conceção de uma oportunidade única de visibilidade internacional, bem como o incremento da compreensão mútua entre os europeus e aproximá-los.

No entanto não poderemos deixar de referir a preocupação na formação de novos públicos para a cultura, a melhoria das infraestruturas culturais e ainda o desenvolvimento de relações com outras cidades e regiões europeias, na promoção da criatividade e a inovação dos artistas locais. Esta orientação para construir "cidades criativas" tem estimulado as políticas públicas a adotar fórmulas

padronizadas para o desenvolvimento cultural e urbano. Isso muitas vezes assume a forma de uma lista de verificação de requisitos, tais como uma nova galeria de arte, um festival étnico, um cluster de média e um cluster de indústrias criativas, e alguma arte pública. Para construir esta "cidade criativa", as instituições culturais, tais como museus e galerias (Lorente, 2003), bem como os grandes eventos culturais têm sido cada vez mais aceites como componentes críticos e instrumentos que legitimam uma estratégia para aumentar a atração do espaço urbano.

Esta tendência tem sido justificada devido à crença gerada, quanto à possibilidade de conversão de capital simbólico em ganhos de natureza económica. Ora, tal facto, tem vindo a suscitar uma forte aposta em políticas culturais públicas de espetacularidade e/ou políticas urbanas centradas na cultura e na criatividade (Corijin & Van Praet, 1997) de modo a atrair públicos à cidade, usando especificamente determinados ícones emblemáticos artístico-culturais e patrimoniais.

Parece-se estar cada vez mais ciente da importância crescente das denominadas indústrias criativas, numa economia pós-industrial e tem vindo a assumir-se como um ator importante na criação de indústrias criativas.

A ideia, por trás desta imagem, é entender como estas podem agir como sendo um catalisador do desenvolvimento económico, sem sacrificar a autonomia artística; uma eficiente ferramenta na revitalização das economias urbanas pós-industriais, pela atração dos fluxos de capitais, pessoas e ideias – uma retórica gasta na argumentação neoliberal. Por outro lado, um dos objetivos dos clusters criativos é gerar um círculo virtuoso de consumo e produção vibrantes de bens e serviços culturais, respaldado por uma infraestrutura cultural hard e soft, constituída por eventos e locais dedicados a essas atividades.

Desta forma, as classes criativas, mais ou menos boêmias, são determinantes para dar densidade às cidades e fazer dos tecidos urbanos cidades "criativas". Cidades que atraem talentos, que por sua vez dinamizam espaços e promovem atividades, que agitam pensamentos e movimentam bairros inteiros, pedaços urbanos que em meia dúzia de anos se transformam e se revitalizam. É importante que não se ignore os movimentos de geração e dinâmicas criativas que por vezes se vão (auto) estimulando em espaços urbanos, sem qualquer resposta ou apoio, reconhecimento ou incentivo dos poderes públicos das cidades.

É, assim, importante que esta relação entre quem tem a força das ideias e quem tem o poder da força se desenvolva, no tempo e no espaço da cidade, de forma harmoniosa, propondo, promovendo e gerando ambientes criativos. Há um palco privilegiado para este encontro de ideias, a cidade criativa, que enquanto espaço público, deve proporcionar ambientes distendidos, que melhorem o acolhimento às iniciativas criadoras, favorecendo a inclusão social e a diversidade cultural.

4. A investigação empírica

A investigação no âmbito do meu doutoramento em sociologia irá focar-se, em geral, na pertinência das redes culturais e criativas para o desenvolvimento da sociedade contemporânea e, em particular, para a cultura e economia das dinâmicas regionais. Centra-se na análise comparativa de três estudos de caso nacionais (Parque das Indústrias Criativas, Agência para o Desenvolvimento das Indústrias Criativas, Rede Portuguesa de Museus), pretendendo-se observar o seu impacto no desenvolvimento territorial, na mudança e na coesão social, nas lógicas de sustentabilidade cultural e no empreendedorismo criativo a nível regional.

A relevância do estudo prende-se quer com a natureza do objeto – estudo comparado entre redes culturais e criativas – mas também pela conceção metodológica, baseada no Estudo de caso alargado (Burawoy,1998), no qual se objetiva a análise, debate e construção de novas medidas que acentuem o intercâmbio entre a produção cultural e criativa, com potencial tradução na formulação de políticas públicas.

Os seus principais objetivos prendem-se em:

a) Definir a importância das redes culturais no desenvolvimento da sociedade contemporânea, enquanto modelo organizacional, paradigma de políticas públicas, catalisador de mudança social e mobilizador de relações sociais, comparando o funcionamento das redes criativas com o das redes culturais de forma a resgatar a especificidade relativa de cada uma.

b) Estudar comparativamente três modelos organizacionais distintos, três regimes jurídicos diferenciados e três modos de funcionamento diferentes, como estudo comparado do funcionamento em rede, a partir das seguintes instituições: Parque de Ciência e Tecnologia da Universidade do Porto – Parque das Indústrias Criativas, pertencente à Fundação Universidade do Porto, procura responder aos desafios globais da nova economia criativa ao agregar o conhecimento e competências desenvolvidas na UP; Agência para o Desenvolvimento das Indústrias Criativas, instituição privada sem fins lucrativos, tem como propósito promover o desenvolvimento das indústrias criativas, através da coordenação do sector; Rede Portuguesa de Museus, exemplo consolidado de políticas culturais públicas, visa a valorização e a qualificação da realidade museológica nacional.

c) Compreender as representações sociais dos dirigentes e quadros técnicos qualificados, que definem e operacionalizam as estratégias de intervenção das três redes em análise.

d) Compreender as representações sociais de um conjunto de atores regionais representantes de várias dimensões da sociedade civil.

e) Analisar o impacto das três redes na disseminação de lógicas de democracia cultural, particularmente ao nível do desenvolvimento territorial, interpretação e sustentabilidade cultural da população e coesão social.

f) Avaliar o impacto das três redes, nas exigências económicas a nível regional, em particular da área metropolitana do Porto, que enquanto território em expansão, reforça as suas capacidades organizacionais, visando captar a inovação, atrair novos investimentos e novos públicos.

g) Potenciar uma Rede com as três redes, proporcionando-se o encontro de sinergias entre as diferentes estruturas, gerando momentos de reflexividade, que permitirão o seu envolvimento mútuo, potenciando impactos no território.

Podemos afirmar que, a proliferação de redes culturais e criativas em Portugal baseia-se numa orientação de políticas que visam o desenvolvimento de estratégias articuladas, capazes de responder aos conceitos atualmente reconhecidos como os mais adequados á produção e receção da cultura e da criatividade.

Foi com o intuito de demostrar a relevância desta problemática na sociedade contemporânea, que propomos a investigação comparada de três emblemáticas redes de caris cultural e criativo - Parque de Ciência e Tecnologia da Universidade do Porto – Parque das Indústrias Criativas, Agência para o Desenvolvimento das Indústrias Criativas, Rede Portuguesa de Museus. Através desta comparação, pretendemos avaliar a pertinência do funcionamento em rede de cada um dos casos, procurando desenhar uma perspetiva sociológica face aos contornos da cultura e do empreendedorismo criativo em territórios urbanos, examinando os seus impactos na esfera cultural, económica e social. A fim de construirmos um conhecimento mais aprofundado sobre o objeto em estudo, iremos conduzir um " estudo de caso alargado" (Burawoy, 1991), que incide na reconstrução de uma situação social como única, colocando a ênfase na sua complexidade, profundidade e amplitude.

A proposta de Burawoy (1991) serve a pretensão desta investigação possibilitando, por um lado, conhecer os quotidianos institucionais das três redes, bem como os seus modos de funcionamento, estruturação e execução dos seus propósitos; permitindo analisar as influências que as moldam, confrontam e singularizam. Nesta perspetiva, concretizam-se, os quatro pontos estruturadores do método de "estudo de caso alargado", propostos por Burawoy (1998), que correspondem aos principais momentos deste projeto.

A extensão do observador no mundo do participante pressupõe imergir num conjunto de interações com os atores das três redes, os seus potenciais parceiros e interlocutores, com o intuito de compreender a intersubjetividade (o observador torna-se participante do mundo do "outro") como fonte primordial de recolha de informação e compreensão da conjugação de identidades e poderes (Burawoy, 1991).

Sendo esta uma fase exploratória, optaremos pelos Grupos de Discussão Focalizada em cada rede com os dirigentes e quadros superiores; e ainda com os representantes da sociedade civil (sindicatos, associações de desenvolvimento, órgãos de poder local). Com o propósito de interagir numa conversação sobre o objeto de interesse, esta técnica permitir-nos-á detetar as grandes linhas de convergência/divergência sobre a criatividade na economia cultural urbana. Iremos explorar, aprofundar e debater, por um lado, as representações sociais dos dirigentes institucionais, ao nível das estratégias culturais e criativas e sua execução no "terreno"; e por outro, as representações sociais de representantes da sociedade civil, sobre os impactos das redes culturais e criativas no território, ao nível do desenvolvimento regional, sustentabilidade cultural e mudança social.

A extensão da observação no tempo e no espaço implicará a presença do investigador nas três instâncias, durante um período de tempo em cada caso. A observação participante será a técnica primordial nesta fase, cuja vantagem, reside na densidade analítica e aprofundada do objeto. A observação direta de tais eventos permitirá captar fenomenologicamente os processos de tomada de decisão e de execução das mesmas, mas também auscultar as perspetivas dos dirigentes institucionais registando-as em notas de terreno que permitirão a construção de um memorial de investigação.

Na extensão a processos a forças externas, discutir-se-á como transitar entre micro processos e forças externas. Para as dimensões de análise macroestrutural focar-nos-emos nas políticas culturais públicas materializadas pela RPM, enquanto pilar nacional da cultura portuguesa; nas conceções estratégicas desenvolvidas pela ADDICT, cujo objeto principal é contribuir para que a região Norte se torne na Região Criativa de Portugal; nos conhecimentos e competências desenvolvidas pela PINC, que explora a criatividade a nível empresarial, contribuindo para o desenvolvimento de um verdadeiro ecossistema criativo.

Por conseguinte, realizaremos um "zoom analítico" até a escala de observação urbana, analisando os contextos sociais, económicos e culturais, que são compostos pelos micro processos organizacionais destas três redes. Esta operacionalização será concretizada através da interação com os atores institucionais e regionais, onde avaliaremos o impacto das redes culturais e criativas enquanto projeto de mobilidade social (Lopes, 2000), de qualificação do tecido e da prática cultural (Silva,2003), no desenvolvimento integrado e no envolvimento da população; tal como as suas implicações no progresso e na regeneração do território – área metropolitana do Porto, considerando-se as atuais exigências económicas, ao nível do turismo, empreendedorismo criativo e captação de novos públicos. Aqui a entrevista em profundidade e semiestruturada aos agentes institucionais e regionais será a técnica privilegiada; sendo este um processo de compreensão implicada, os discursos densos e contextualizados serão examinados através da análise de conteúdo. Iremos debruçar-nos ainda sobre um vasto conjunto de fontes secundárias de cariz quantitativo (bases de dados, inquéritos) relacionados com análise da oferta e procura cultural em Portugal.

Em última análise, Burawoy (1998) defende que o processo de extensão e reelaboração da teoria propõe a produção de conhecimento pela contestação, processo no qual as anomalias são encaradas como momentos de avanço do conhecimento sobre uma dada realidade.

Nesta etapa, pretende-se construir três workshops, um em cada rede, com a presença de todos os agentes envolvidos na investigação, onde será apresentada uma sinopse crítica dos resultados, posteriormente, integrados nas conclusões da tese. Com o intuito de acrescentarmos maior reflexividade e um cruzamento de sinergias, fornecemos elementos conducentes a conceção de uma Rede (Rede de redes), que integrará as três instâncias, através das quais, pretendemos proporcionar um maior envolvimento e desempenho integrado das mesmas, multiplicando o seu impacto no território.

5. Bibliografia

BAUDRILLARD, J. ([1981] 1991), Simulacros e Simulação. Lisboa: Relógio d'Água.

BECK, U. (1992), Risk Society. Londres: Sage.

BECK, U. & GIDDENS, A. & LASH, S. (2000). Modernização Reflexiva. Política, Tradição e Estética no Mundo Moderno. Oeiras: Celta Editora.

BURAWOY, M. (1991). Ethnography Unbounded - Power and resistance in the modern metro-polis. Berkeley: University of California Press.

BURAWOY M. (1998). The Extended Case Method. Sociology Theory. Berkeley: University of California Press.

CASTELLS, M. (2002). A Sociedade em Rede. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian

CORIJIN, E. & VANPRAET, S. (1997). "Capitais Europeias da Cultura e Politicas de Arte: O caso de Antuérpia 93". In C. F. (org.), Cidade, Cultura e Globalização. Oeiras: Celta Editora.

FEATHERTONE, M. (1991). Consumer Culture & Postmodernism. London: Sage.

FLORIDA, R. (2002). The Rise of the Creative Class: And How It's Transforming Work, Leisure, Community and Everyday Life. New York: Basic Books.

FOUCAULT, M. (1999). Aesthetics, Method, And Epistemology: Essential Works of Foucault. Nova Iorque: The New Press.

GARCIA, B. (2005). "Deconstructing the City of Culture: The Long-term Cultural Legacies of Glasgow 1990". Urban Studies, Vol. 42, nr 5/6 ,pp. 841–868.

GARCIA, B. (2004). "Cultural policy and urban regeneration in Western European cities: lessons from experience, prospects for the future". Local Economy 19(4) , p.312-326.

GIDDENS, A. (1996). Consequências da Modernidade. Oeiras: Editora Celta.

GRANDE, N. (2009). Museomania - Museus de Hoje, Modelos de Ontem. Porto: Público Serralves.

HARVEY, D. ([1989] 2000). Condição Pós-moderna: Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Edições Loyola.

HARVEY, D.. (2008). The Right To The City. New Left Review,53,pp. 23-40.

JAMESON, F. ([1991] 2000). Pós-modernismo – A lógica cultural do capitalismo tardio. São Paulo: Editora Ática.

LANDRY, C. & BIANCHINI, F. (1995). The Creative City. Londres: Demos.

LASH, S. & URRY, L. (1987). The End of Organized Capitalism. Cambridge: Polity Press.

LOPES, J. (2000). A Cidade e a Cultura: um estudo sobre práticas culturais urbanas. Porto: Edições Afrontamento.

LORENTE, P. (2003). Museología Crítica y Arte Contemporáneo. Zaragoza: Universidad de Zaragoza.

LYOTARD,F. ([1979] 2006). A Condição Pós-Moderna. Rio de janeiro: José Olympio.

MANDEL, E. (1975). Late Capitalism. London: NLB.

MELO, A. (2002). Globalização Cultural. Lisboa: Quimera.

NEVES. J. (2004), "Constituição de redes de equipamento e seus impactos: o caso da RPM". In AAVV, Públicos da Cultura, p.223-240. Lisboa: Observatório das Actividades Culturais.

SANTOS, B. S (1994). Pela Mão de Alice. O social e o politico na pós-modernidade. Porto: Edições Afrontamento

SANTOS, B. S. (2001). "Os Processos de Globalização". In SANTOS, B,S. (2001), Globalização: fatalidade ou utopia? pp. 30-106. Porto: Edições Afrontamento.

SANTOS, B. S. (2002). Toward a New Legal Common Sense: Law, Globalization and Emancipation. London: Cambridge University Press

SASSATELLI, M. (2009). Becoming Europeans:cultural identity and cultural policies. Hampshire: Palgrave Macmillan.

SASSEN, S. (2001). The Global City: New York, London, Tokyo. Nova York: Princeton University Press.

SILVA, A. S. (2003), "Como classificar as políticas culturais? Uma nota de pesquisa".In Boletim OBS (12), p. 10-20. Lisboa: Observatório das Actividades Culturais.

VAKALOULIS, M. (2003). O Capitalismo Pós-Moderno: Elementos para uma crítica sociológica. Lisboa: Campo da Comunicação.

MOTATU, Adriana, CONSTANTINESCU, Ileana (2015). Quelques propositions en vue d'une harmonisation rapide de la legislation au cadre de l'Union Europeenne. The overarching issues of the european space: spatial planning and multiple paths to sustainable and inclusive development. Porto. FLUP. pp. 444-449

QUELQUES PROPOSITIONS EN VUE D'UNE HARMONISATION RAPIDE DE LA LEGISLATION AU CADRE DE L'UNION EUROPEENNE

Adriana Moţatu
Académie d'Études Économiques de Bucarest

Ileana CONSTANTINESCU
Académie d'Études Économiques de Bucarest
marianacismaru@gmail.com

Résumé

Étant donné les grandes différences dans le droit civil, pénal, administratif, etc. entre les pays de l'Union européenne, le fait que beaucoup de procès traînent des années dans les instances, nous proposons d'abord la création d'un dictionnaire juridique plurilingue roumain-français-anglais-portugais-espagnol-italien qui permettra aux immigrés et aux émigrés de connaître plus vite la terminologie de spécialité pour soutenir leurs problèmes devant les instances. Il s'agit d'un dictionnaire qui peut être le fruit d'une collaboration entre des universités de pays différents.

De plus, il nous semble important qu'il existe dans chaque pays de l'Union européenne auprès du barreau quelques conseillers avec une formation juridique qui sachent des langues étrangères, qui travaillent dans le pays respectif sur des problèmes juridiques.

Il serait utile que ces conseillers puissent, offrir des recueils d'études de cas, rédigés en plusieurs langues pour que les personnes intéressées puissent se rendre compte de situations similaires avec les leurs et de différentes possibilités de solution. À la fin de ces recueils on pourrait noter pour chaque étude de cas une solution possible.

Mots-clé: droit civil, droit pénal, droit administratif, harmonisation législative, moyens.

Abstract

Given the great differences between the civil, criminal, administrative, etc. law between the countries of the European Union, the fact that many lawsuits are dragging on for years in the courts, we propose first of all the creation of a legal multilingual dictionary Romanian-French-English-Portuguese-Spanish-Italian, which would allow to the immigrants and emigrants to know quicker the specialty terminology to support their problems before the courts. It concerns a dictionary that may be the fruit of a co-operation between universities of different countries.

Moreover, it seems important to us to have a few counsellors with legal background attached to the bars in every country of the European Union, knowing foreign languages, working in the respective country on legal matters.

It would be useful that these counsellors be able to offer a collection of case studies, drafted in several languages, so that the interested persons have the possibility to become aware of similar situations with their own and with the different possibilities of settlement. At the end of each case study one may note a possible settlement.

Key words: civil law, criminal law, administrative law, legislative harmonisation, means.

1. Introduction

Étant donné le fait qu'il y a beaucoup de différences législatives au cadre de l'Union européenne, il faut passer à une harmonisation rapide de la législation. Nous analysons le droit de propriété, le droit pénal, le droit administratif et nous proposons quelques lois très utiles aux pays communautaires. De plus, nous proposons l'étude du droit civil un semestre au lycée dans les pays communautaires.

2. Quelques problèmes urgents qui doivent être harmonisés au cadre de l'UE

En ce qui concerne le droit de propriété, l'harmonisation législative devrait avoir en vue qu'aucune loi spéciale n'existe pour s'opposer à ce droit de propriété imprescriptible.

En ce sens il y a beaucoup d'anomalies dans les pays ex-socialistes où il y a parfois des lois spéciales qui limitent dans le temps la possibilité de déposer des requêtes et des justificatifs pour obtenir la / les propriété(s) à laquelle / auxquelles certaines personnes ont le droit. Voilà pourquoi elles perdent parfois anormalement leur droit à la propriété, droit qui doit être imprescriptible. L'État ne doit pas limiter dans le temps le droit à la propriété par une loi générale ou spéciale, la propriété étant sacrée. Or, en Roumanie, l'article 22, l'alinéa 5 de la loi 10/2001 limite dans le temps le droit à la propriété et beaucoup de Roumains qui n'ont pas notifié aux mairies leurs immeubles nationalisés jusqu'au 12 février 2002 sont en train de perdre leurs droits à ces propriétés. Cette situation qui est contraire à la Constitution de la Roumanie à engendré beaucoup d'injustice et une grande corruption. Beaucoup de personnes sans droit essayent et parfois elles réussissent de devenir propriétaires des immeubles nationalisés en Roumanie au lieu des vrais propriétaires qui n'ont pas réussi à déposer les notifications aux mairies pour leurs propriétés jusqu'au 12 février 2002. Cette grande injustice doit être résolue le plus vite possible.

Au fond le droit de propriété, le droit de travailler, le droit à l'expression libre ce sont des droits absolus et fondamentaux de l'homme qui doivent être respectés partout dans le monde.

Selon une étude externe réalisée à la demande de la Commission de pétitions du Parlement européen concernant les propriétés confisquées par le régime communiste, il résulte que la politique de restitution des propriétés a été refaite successivement en Roumanie pendant 20 ans, sans avoir une

vision cohérente. Cette étude montre qu'en Roumanie la pratique des restitutions des propriétés n'a été unitaire ni dans le système administratif ni dans celui judiciaire. Dans cette étude on montre aussi que la Roumanie est le no. 1 en tenant compte des cas arrivés à la Cour européenne des droits de l'homme et des sanctions appliquées concernant la restitution des propriétés.

Dans le domaine du droit pénal, l'Union européenne devrait imposer par la nouvelle législation unitaire, la célérité du jugement des dossiers dans les instances pour éliminer l'intervention de la prescription et elle devrait imposer aux États membres l'introduction ou le maintien dans le code pénal de l'infraction de tromperie avec des conséquences très graves, infraction qui doit avoir un terme de prescription très grand compris entre 15 et 20 ans.

Au fond c'est un pas fondamental avant de promulguer une loi contre la corruption appliquée dans tous les pays communautaires, „une loi de la responsabilité des ministres, une loi de la responsabilité des parlementaires, une loi de la responsabilité de ceux impliqués dans les mécanismes de la privatisation, une loi pour que les États aient des archives de la privatisation, une loi du patrimoine national"[1], une loi de la responsabilité des juges pour l'administration des preuves, les solutions prononcées et les décisions rédigées.

D'ailleurs pour éliminer la corruption, l'Union européenne devrait intervenir en faveur de la transparence de l'utilisation des crédits par les États membres de sorte qu'il existe dans chaque pays communautaire un site du gouvernement concernant les emprunts de chaque pays, leurs sources, la destination de chaque crédit, la date finale de l'objectif ou des objectifs réalisé(s) avec ces crédits, les intermédiaires qui assurent la réalisation de l'/des objectif(s).

L'Union européenne devrait intervenir par une loi pour obliger chaque pays membre à avoir „un Journal officiel de la privatisation pour assurer la transparence et la surveillance publiques de la privatisation et la connaissance de l'histoire de la privatisation qui suppose la création des Archives de la privatisation"[2].

Concernant le droit administratif dans les pays communautaires, le président, le gouvernement, le premier ministre de chaque pays devraient avoir les mêmes attributions que les maires, les conseillers locaux, les préfets, etc.

Pour éliminer une possible corruption, il serait bien d'utiliser dans les pays communautaires des formulaires type de contrats pour les acquisitions publiques, des formulaires type de contrats pour les contrats conclus entre les personnes physiques / juridiques et l'État.

[1] Reformă & redresare economică (Réforme et redressement économiques), N.N. Constantinescu, 1995, Maison d'édition Economică, Bucarest, page 130.
[2] Reformă şi redresare economnică (Réforme et redressement économiques), N.N. Constantinescu, 1995, Maison d'édition Economică, Bucarest, page 231.

Pour les licitations gagnées avec l'État sur la base de contrat, ce serait bien de ne pas admettre de contrats additionnels, qui gonflent parfois le prix initial.

Une autre situation qui impose une urgence législative unitaire des pays communautaires réside dans le fait que si une personne étrangère achète une entreprise d'un autre pays et si dans le contrat on prévoit le maintien de l'activité et des salariés, cette chose devra être respectée sous la condition de la nullité du contrat. Cette chose est bénéfique pour tous les pays car si cette clause n'est pas respectée, chaque pays aura un nombre plus grand de chômeurs, peut-être un chômage de longue durée de plus en plus grand.

Tous ces aspects sont urgents, d'actualité et l'harmonisation législative de l'Union européenne est bénéfique pour chaque pays.

De plus, à notre avis, l'Union européenne devrait intervenir pour que le droit civil soit étudié au lycée au moins un trimestre dans les pays communautaires pour que les élèves connaissent leurs droits et leurs obligations et pour qu'ils puissent défendre leurs droits. Mais, l'Union européenne devrait intervenir aussi pour que le Code civil et le Code pénal des pays communautaires s'harmonisent le plus vite possible et qu'ils ne soient pas modifiés pour protéger les personnes influentes.

Selon notre opinion, à l'époque actuelle l'introduction du droit civil comme discipline d'enseignement en onzième au lycée est une chose absolument nécessaire car nous vivons dans une période où il y a beaucoup de changements économiques et sociaux qui peuvent avoir des répercussions sur les droits et les obligations des individus. De plus, chaque personne doit être préparée à comprendre le système législatif du pays où elle vit pour se rendre compte quoi voter à un référendum, par exemple.

C'est très important pour les élèves de connaître le patrimoine et ses fonctions, le droit de propriété, les attributs du droit de propriété, les restrictions du droit de propriété, l'objet du droit de propriété, les modalités du droit de propriété, la défense du droit de propriété par l'action en revendication, la possession etc. Une autre chose très utile à connaître c'est la transmission du droit de propriété de même que le fait que le droit de propriété est imprescriptible. Il faudrait donc publier un manuel de droit civil pour les élèves de XI^{e}, peut-être plurilingue, avec ces problèmes pour pouvoir les étudier pendant un trimestre, au moins. Le professeur pourrait donner aux élèves en classe de petites études de cas pour habituer les élèves à défendre une cause civile avec des arguments logiques pour avoir gain de cause, plus tard, devant les instances. Ces études de cas peuvent être rédigées en plusieurs langues pour être utilisées dans tous les pays de l'Union européenne et elles pourraient être réunies dans un Recueil d'études de cas.

Un point de départ pourrait être les études de cas dans le domaine du droit civil réunies dans le volume *Studii de caz. Drept penal, drept civil, drept comercial*, livre paru chez Milena Press en 2009, à Bucarest, auteurs: Moţatu Adriana et Constantinescu Ileana.

Mais, à cette époque de la mondialisation où il y a beaucoup d'émigrés et d'immigrés et beaucoup de procès dans chaque pays, c'est très important que les linguistes et les avocats collaborent pour l'élaboration d'un dictionnaire juridique plurilingue qui donne la possibilité de connaître les termes juridiques clé en plusieurs langues. C'est également très important d'élaborer un projet de recherche en ce sens où plusieurs universités de plusieurs pays peuvent collaborer pour la réalisation d'un dictionnaire juridique multilingue. Un autre projet de recherche international pourrait avoir comme thème l'élaboration d'un recueil d'études de cas concernant le droit civil, le droit pénal etc. rédigé en plusieurs langues avec différentes possibilités de solution.

Selon notre opinion il y a aussi une urgence législative pour une harmonisation de la législation au cadre de l'UE concernant l'intégration des réfugiés qui viennent d'autres pays, la prévention des problèmes de santé de la population de l'UE par des vaccins obligatoires et gratuits contre certaines maladies, le renoncement à un crédit hypothécaire si la personne qui a fait le crédit n'a plus la possibilité de payer les mensualités à la banque et alors elle pourra transmettre à la banque le droit de propriété du bien hypothéqué et renoncer au crédit sans avoir d'autres obligations financières envers la banque.

Mais, il y a aussi une urgence législative pour une harmonisation de la législation au cadre de l'UE pour que les parlementaires ne puissent pas avoir en parallèle des cabinets d'avocats pour pouvoir éviter ainsi le trafic d'influence, pour que les avocats respectent par leur plaidoyers la vie privée des participants au procès, pour que les juges qui ne respectent pas les codes de procédure civile et pénale soient sanctionnés par des amendes très grandes suite à des plaintes au Conseil supérieur de la magistrature, pour que chaque partie impliquée dans un procès puisse soutenir sa cause dix minutes au minimum avant que le juge donne la solution, pour que la validité du domicile soit une condition de base pour participer à un procès parce que sinon en cachant le domicile réel une partie impliquée dans un procès peut cacher son identité passée et présente et conduire le(s) juge(s) à une sentence/décision fausse.

3. Conclusions

À notre avis, la législation unitaire au cadre de l'UE devrait s'appliquer à chaque pays à partir du moment de son entrée au cadre de l'UE et cette législation devrait tenir compte au moins des lois allemandes et françaises, l'Allemagne et la France étant les deux moteurs de l'Union européenne. Avec une législation unique et en perspective avec une monnaie unique, l'euro, dans les pays communautaires, l'Union européenne sera une force économique doublée d'une force juridique facilement contrôlable, un bloc où tous les gens auront les mêmes droits, les mêmes obligations et les mêmes sanctions et les juges répondront pour les solutions, les sentences et les décisions données.

Bibliographie:

[1.] Coman, Florian, Bughea, Raluca, *Drept comunitar european,* 2006, Maison d'édition PROUNIVERSALIS, Bucarest.

[2.] Constantinescu, N., Niculae, *Reformă şi redresare economică* (II^{ème} édition sur CD-rom), 2014, Maison d'édition Milena Press, Bucarest.

[3.] Constantinescu, Ileana, Moţatu, Adriana, Ligia, Carvalho, Abreu, *Dicţionar juridic român-francez-englez-portughez,* 2012, Maison d'édition Milena Press, Bucarest.

[4.] Giurgiu, Liviu, Zaharie, Cristian, Giuseppe, *Contencios administrativ,* Curs universitar, 2009, Maison d'édition PROUNIVERSITARIA, Bucarest.

[5.] Moţatu, Adriana, Constantinescu, Ileana, *Studii de caz. Drept penal, drept civil, drept comercial,* 2009, Maison d'édition Milena Press, Bucarest.

[6.] Constantinescu, Ileana, Moţatu, Adriana, *Mic dicţionar juridic cu definiţii minimale român-francez,* 2011, Maison d'édition Milena Press, Bucarest.

[7.] Moţatu, Adriana, Constantinescu, Ileana, Dobre, Elena, *Mic dicţionar juridic şi economic cu definiţii minimale român-francez* (sur CD-rom), 2014, Maison d'édition Milena Press, Bucarest.